



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DOUTORADO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

DESTERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS
Viajantes forçados colombianos em São Paulo e Barcelona

RAFAEL IGNACIO ESTRADA MEJÍA

Campinas

2010

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

**Es88d Estrada Mejía, Rafael Ignacio
Desterritorialização e resistências: viajantes forçados
colombianos em São Paulo e Barcelona / Rafael Ignacio Estrada
Mejía. - - Campinas, SP : [s. n.], 2010.**

**Orientador: Maria Suely Kofes.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Desterritorialização. 2. Refugiados. 3. Migração forçada.
4. Resistência ao governo. 5. Colômbia - História. I. Kofes,
Maria Suely. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Deterritorialization and resistances: Colombian forced
travelers in São Paulo and Barcelona**

**Palavras chaves em inglês (keywords) : Deterritorialization
Refugees
Forced migration
Government, resistance to
Colombia - History**

Área de Concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor Antropologia Social

**Banca examinadora: Maria Suely Kofes, Rosana Aparecida Baeninger,
Cristina Maria da Silva, Valeriano Mendes Ferreira
Costa, Gabriel de Santis Feltran**

Data da defesa: 03-12-2010

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

9
21/10/10

RAFAEL IGNACIO ESTRADA MEJÍA

DESTERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS

Viajantes forçados colombianos em São Paulo e Barcelona

Tese de doutorado em Antropologia Social
apresentada à Banca Examinadora no Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade
Estadual de Campinas, na área de Concentração:
Trajetórias e Etnografia do Conhecimento, sob a
orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Suely Kofes.

Este exemplar corresponde à redação
final da Tese defendida e aprovada
pela Comissão Julgadora em
03/12/2010.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Maria Suely Kofes (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Rosana Aparecida Baeninger (UNICAMP)

Prof^a. Dr^a. Cristina Maria da Silva (UFC)

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa (UNICAMP)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar)

Dedicatória

Ao furioso acaso.

Aos meus mais felizes encontros: Noringe, a mamãe-prima, cuja tenacidade, vitalidade, honestidade e solidariedade me animam no dia-a-dia; Topi, meu pai, quem me ensinou a importância do trabalho constante; Jota, meu querido irmão, cujo amor e pureza prevalecem apesar da minha impaciência, vaidade e ignorância.

Ao meu entranhável tio Guiller com quem descobri o valor das simples coisas.

Ao meu caro tio Jorge com quem aprendi que a vida é, sobretudo, poesia e humor.

À minha querida tia Mariela, cuja fortaleza, autonomia e entrega pelo próximo me cativaram desde meus primeiros anos.

Aos que me antecederam, em especial, meu avô Luis, o homem mais sábio que conheci e que nunca pisou numa escola. A sua alegre e encantadora esposa, Leonor, minha avó, cujas fabulosas histórias de livros, letras e músicas, no meio dos homens simples me enfeitiçam e transportam aos mais maravilhosos universos humanos.

À Rogéria, minha querida companheira neste fascinante Brasil.

Aos meus queridos irmãos: Carlos Mario, Luis Fernando, Iván Dario, Gabriel Jaime, e aos seus “brotos”, meus sobrinhos e sobrinhas, os quais alentam minha transumância.

Ao Nelson com quem Spinoza deviria uma paixão.

Aos milhões de colombianos desterrados que resistem impetuosa ou sutilmente aos poderes estabelecidos.

Apresentação

COMO TÚ

*Así es mi vida,
piedra,
como tú. Como tú,
piedra pequeña;
como tú,
piedra ligera;
como tú,
canto que ruedas
por las calzadas
y por las veredas;
como tú,
guijarro humilde de las carreteras;
como tú,
que en días de tormenta
te hundes
en el cieno de la tierra
y luego*

*centelleas
bajo los cascos
y bajo las ruedas;
como tú, que no has servido
para ser ni piedra
de una lonja,
ni piedra de una audiencia,
ni piedra de un palacio,
ni piedra de una iglesia;
como tú,
piedra aventurera;
como tú,
que tal vez estás hecha
sólo para una honda,
piedra pequeña
y
ligera...*

León Felipe

Quando me alcançou a guerra? Recorrendo às palavras de um dos meus sujeitos de pesquisa, devo dizer que nasci no meio do conflito, fui criado no meio do conflito e sai no meio do conflito. O conflito colombiano tem marcado toda minha vida, desde o início até a minha partida em meados de 1997.

Como colombiano que nasceu em meados da década de 1960, quando terminaria o que na Colômbia chamamos de época da Violência (com V maiúsculo, 1946-1964), mas também momento no qual se constituíam as FARC, o ELN e o EPL, agrupações guerrilheiras que se inscreveriam na prolongação dos grupos armados que surgiriam justamente durante a Violência, tenho experimentado, ao longo de quase meio século, os efeitos dos *estados de guerra prolongados* que persistem até hoje no meu país.

Devo reconhecer que durante a minha formação como antropólogo, na década de 1980, o mundo acadêmico em geral se veria impregnado do espírito subversivo de tal modo que conquistaria em muitos de seus membros mais do que a sua simpatia distante. Após a Assembléia Nacional Constituinte de 1991 e o depoimento das armas por parte do Movimento guerrilheiro 19 de abril (M-19), a maioria de seus membros, e com eles um bom número de seus simpatizantes, optariam por uma agenda política em detrimento da luta armada. A partir de então, mesmo com as canalhices dos poderes constituídos, a luta armada, já sob o influxo da

economia da droga, irá perdendo cada vez mais credibilidade, conseqüentemente, adeptos no conjunto da sociedade civil colombiana.

Simultaneamente, é imprescindível destacar os efeitos que ocasionariam em mim as idéias da contracultura: a carne da utopia, com o seu eterno presente, o seu aqui e seu agora, como diria Diana Uribe Forero. Da mesma maneira, devo enfatizar as implicações provocadas por intelectuais como Foucault, Deleuze e Guattari, e com eles a redescoberta de Spinoza, Nietzsche e os estóicos. As suas idéias com certeza ressoaram durante muito tempo nas nossas cabeças: o poder emancipado do modelo soberano, o desejo liberado do triângulo edípico, as vozes das minorias liberadas da “consciência”, as microrrevoluções e as microrresistências, por exemplo, emergem caprichosamente na minha mente.

Desconcertado, como muitos dos meus conterrâneos, diante dos graus de infâmia e atrocidade que distinguem o estrato atual do confronto, e que destroçam meu país ainda no início do século XXI, quis, por um lado, remontar-me às circunstâncias que deram lugar a esta guerra fratricida, detendo-me nas suas especificidades, à procura de uma explicação. Uma apreciação deste tipo, evidentemente, não dá conta por completo de seu desenvolvimento nem de seu desenlace final, mas, certamente, proporciona informações relevantes para sua compreensão. Por outro, quis trazer à tona as seqüelas que produz uma guerra como tal, ao procurar rastrear dois fluxos de viajantes forçados colombianos, um em direção a São Paulo e o outro rumo a Barcelona, à procura de refúgio. Neste processo de *desterritorialização* geográfico e existencial, quis apresentar uma idéia clara da magnitude do mesmo, passando pela caracterização dos universos aos quais estas pessoas se enfrentavam, ao mesmo tempo em que tentava reconstruir como elas resistiam e reinventavam seu cotidiano. Além disso, procurei retratar “nossos” encontros e suas implicações, até conseguir *cartografar* o seu *devir-estrangeiro*.

Na minha condição de antropólogo, estou convencido de que nada substitui a relação face a face, bem como o conhecimento direto que se pode adquirir, não com a observação, como se acostuma afirmar, mas com a experimentação. Assim sendo, gostaria de relatar a minha *entrada no campo*.

A primeira etapa consistiria na realização de pesquisa documental e de arquivo. No início, isto é, antes de conhecer qualquer viajante forçado colombiano em São Paulo, frequentei o Memorial do Imigrante nesta cidade. Até então só tinha conhecido imigrantes econômicos, de

classe média ou alta. De fato, em um primeiro momento, achei que seria mais viável empreender uma pesquisa com imigrantes econômicos e fundamentalmente com aqueles que de uma ou outra forma estavam ligados à Associação de Amizade Brasil Colômbia (AABC). Naquele período, tinha muito interesse em achar dados estatísticos sobre colombianos que tivessem chegado ao Brasil desde início do século XX, porém estes eram escassos.

Simultaneamente empreendi uma pesquisa no Arquivo do Estado de São Paulo. Nesse arquivo decidi consultar jornais antigos que incluíssem notícias da Colômbia ou de colombianos. Tomei como ponto de referência o ano 1948, data na qual fora assassinado o líder político liberal colombiano Jorge Eliecer Gaitán, evento que catalisaria o que na Colômbia chamamos a Violência. Basicamente queria consultar notícias antes, durante e depois desse sintomático evento para tentar captar os efeitos ocasionados com relação ao deslocamento de colombianos ao Brasil. Por outro, queria explorar como era percebida a Colômbia e colombianos na mídia, pois uma das idéias era rastrear o processo de construção dos estereótipos do colombiano associado ao tráfico de drogas e à guerrilha. Porém, esta pesquisa teve que ser adiada, pois me dedicaria plenamente ao trabalho etnográfico.

Em março de 2007 a pesquisa de campo iria tomar outro rumo, isto é, iria privilegiar a etnografia ao invés da pesquisa documental e de arquivo, pois entraria em contato com uma funcionária do ACNUR em São Paulo vinculada ao Programa de Reassentamento Solidário. Este contato com o ACNUR foi importante. Além de conhecer alguns de seus funcionários, recebi documentos sobre a atuação desta entidade no Brasil. Na ocasião foi considerada a possibilidade de que eu entrevistasse alguns dos refugiados (*reassentados*) colombianos, para o qual devia contar com a permissão e supervisão do diretor da Casa de Acolhida para Refugiados da Cáritas arquidiocesana de São Paulo (CASP). Contudo, isto não seria possível, apesar das repetidas tentativas para consegui-lo.

Simultaneamente, nessa mesma época já tinha também estabelecido contato com a pastoral do migrante latino-americano (Casa do Migrante) que funcionava na Igreja da Nossa Senhora da Paz, na baixada do Glicério. Neste lugar, sugeriram que entrasse em contato com o diretor do albergue, a quem efetivamente procurei. Foi marcado um encontro, ainda em março. O diretor do albergue naquele momento era um exilado de origem chilena que fazia cerca de dez anos se ocupava deste ofício. Ele me abriu literalmente as portas do albergue para a realização da

pesquisa. Daí em diante trabalharia regularmente como voluntário na Casa do Migrante, a idéia era me aproximar aos meus sujeitos de pesquisa, objetivo que conseguiria pouco a pouco.

Consegui também estabelecer contato com a assistente social do SESC do Carmo responsável pelo programa de refugiados. O intuito seria freqüentar o curso de português para refugiados. Ela me pediu que dirigisse uma carta oficial à diretoria desta entidade, apresentando-me e expondo os motivos da minha pesquisa, essa carta foi elaborada e enviada. Em resposta me foi permitido assistir às aulas desse curso. Pelo fato de ser estrangeiro passaria despercebido e freqüentaria o curso em qualidade de ouvinte ao longo de 2007. Aqui teria a oportunidade de conhecer vários dos meus sujeitos de pesquisa.

Durante as comemorações do dia do refugiado (20 de junho) teria lugar um evento na FNAC de Pinheiros, no qual conheceria as primeiras colombianas em situação de refúgio. Posteriormente, elas me convidariam para que participasse de uma série de eventos culturais e de divulgação, na Casa das Mulheres. No mesmo evento da FNAC encontraria uma das advogadas da CASP, que já tinha me dado o aval para entrevistar alguns dos refugiados colombianos. Infelizmente, e de forma misteriosa, ela me informaria que não seria possível realizar as entrevistas por motivos de segurança. Alguns meses depois eu saberia que entre março e abril de 2007 houve uma série de reivindicações por parte dos refugiados colombianos perante o escritório da Casa de Acolhida para Refugiados da CASP; os protestos terminariam de forma violenta, ocasionando em alguns casos a perda dos benefícios a que tinham direito (moradia, alimentação, estudo, etc.), em outros a perda da condição de refugiado e a conseqüente expulsão do Brasil. Muito provavelmente tais eventos incidiriam na negativa para que eu entrevistasse esses colombianos.

Por fortuna, eu já tinha estabelecido contato informal com alguns deles, e fui conquistando gradualmente sua confiança. Este foi um processo muito lento, no qual tive que superar muitas provas as quais eles me submeteram, por causa do temor e da desconfiança em interagir com conterrâneos.

É de ressaltar que a partir do segundo semestre de 2007 moraria em um cortiço, localizado no cêntrico bairro de Bela Vista. A sua peculiaridade era de ser administrado por uma imigrante clandestina de origem peruana. Conseguiria a vaga, graças a uma amiga peruana, indocumentada, que morava havia cinco anos em São Paulo. No cortiço só morávamos

imigrantes, indocumentados ou clandestinos. Durante o tempo em que morei ali tive a oportunidade de encontrar, conhecer e partilhar com vários colombianos, que eram amigos destes imigrantes.

Assim, o meu tempo transcorria entre as aulas de português para refugiados no SESC do Carmo, o trabalho voluntário na Casa do Migrante (quintas e sábados normalmente), as visitas à Casa das Mulheres e o Hotel Social (Hotel VIP, outro albergue) e os momentos de ócio, trabalho, estudo e/ou lazer que dividia com esses colombianos. Esporadicamente também participaria de alguns eventos promovidos pela AABC, bem como freqüentaria alguns dos “imigrantes econômicos” que tinham algum vínculo com a mencionada associação.

A segunda etapa consistiria na preparação da viagem e na estadia, propriamente dita, em Barcelona. Uma vez escolhido o *locus* da pesquisa na Europa, ocupar-me-ia dos preparativos da viagem. Esta preparação implicaria, por um lado, enfrentar a máquina burocrática do Estado espanhol; por outro, o desenho de uma estratégia para contatar e me aproximar dos sujeitos de pesquisa e, por fim, a procura de moradia.

Quanto à solicitação de visto para ingressar à *Europa Fortaleza*, foi necessário muito tempo e paciência. A batalha começaria em meados de 2008 e culminaria no início de abril. As circunstâncias que envolvem o “enfrentamento” com este tipo de máquina têm a peculiaridade de fazer aflorar o nosso devir-estrangeiro. Os requisitos para solicitar um visto de estudos para a Espanha são inúmeros. Em vista da imensa quantidade de documentos a ser coletados, decidiria agir rapidamente. No fim de janeiro, conseguiria reuní-los todos. Uma vez entregados no consulado, seria informado que a resposta apareceria no site do mesmo. Receberia notícias positivas sobre o visto apenas no início de abril, momento a partir do qual poderia preparar efetivamente as malas. Porém, nesse momento o ambiente para viajar à *Europa Fortaleza* não seria muito propício, já que as relações diplomáticas entre a Espanha e o Brasil passavam por um péssimo momento. Muitos brasileiros estavam sendo impedidos de entrar na Espanha, respectivamente na União Européia, sem existir argumentos de peso. Diante desta situação o governo brasileiro responderia de forma recíproca, ou seja, dificultando o ingresso de cidadãos espanhóis no Brasil, tal como teria sido amplamente divulgado pela mídia. Mesmo assim, viajei, por sorte, consegui penetrar a fortaleza.

Quanto à aproximação aos meus sujeitos de pesquisa, a estratégia foi participar em dois eventos que aconteceriam em meados de abril na cidade de Barcelona. Saberia destes eventos através de uma exploração prévia via internet, estando ainda no Brasil. Estes eventos eram as “Jornadas de Bases del Pacte Nacional per a la Immigració” (Jornadas de Base do Pacto Nacional para a Imigração) que aconteceriam os dias 14 e 15 de abril 2008, convocadas pela Generalitat da Catalunha (Governo do Estado) e as “VI Jornadas sobre Colòmbia: Dones e Conflicte a Colòmbia” (VI Jornadas sobre a Colômbia: Mulheres e Conflito na Colômbia). Este último evento seria programado pela ONG “Taula Catalana per la Pau i els Drets Humans a Colòmbia” (Mesa Catalã pela Paz e os Direitos Humanos na Colômbia) e teria ocorrido de 17 a 19 de abril de 2008. A partir da participação nesses eventos, bem como da minha presença em Barcelona, seria possível encontrar e acompanhar vários grupos de colombianos, cuja confiança tive que conquistar com muita paciência, de forma semelhante ao que já tinha sucedido em São Paulo.

Além disso, participaria ativamente de diferentes atividades programadas por entidades vinculadas à defesa dos imigrantes e refugiados, bem como aquelas estreitamente ligadas à vigilância da situação dos Direitos Humanos na Colômbia, como a Comissão Espanhola de Ajuda ao Refugiado (CEAR), a *Taula Catalana por Colombia* e a Cáritas Arquidiocesana de Barcelona, entre outras.

Uma vez explicitada a *entrada no campo*, gostaria de expressar meus agradecimentos. Em primeiro lugar, agradeço aos homens e às mulheres colombianas, tanto em São Paulo quanto em Barcelona, porque sem as suas colaborações esta tese seria impossível; as suas trajetórias e, sobretudo, as suas resistências me fizeram redescobrir a Colômbia.

Expresso também a minha imensa gratidão pelo apoio financeiro que me brindaram várias instituições, bem como pelo interesse e pelo auxílio que me brindaram vários pesquisadores, grupos de pesquisa, colegas, amigos e seres queridos, ao longo desta faina. Entre as primeiras se contam o CNPq e a FAPESP, as quais financiaram esta pesquisa por meio da concessão de uma bolsa de estudos, sem a qual teria sido muito complicado a sua realização. Neste mesmo sentido, sou grato à FLACSO do Equador pelo suporte financeiro que me brindou para participar do seu quinquagésimo congresso, celebrado em Quito de 29 a 31 de outubro de 2007, bem como à Associação Internacional de Auto/Biografia (IABA) em geral, e em particular

a Sam Carroll e a Margaretta Jolly, pelo apoio econômico para comparecer a sua sétima conferência bienal junto à Universidade de Sussex, na cidade de Brighton, Inglaterra, (de 28 de junho a 1º de julho de 2010).

Agradeço à minha orientadora Suely Kofes, pois o encontro com ela me proporcionou (e proporciona) muitas alegrias. Sou grato em especial por ter aceitado a orientação de um trabalho que começara em outros âmbitos. Os nossos diálogos e suas orientações foram supremamente enriquecedores.

Gostaria de agradecer também à professora Bela Feldman Bianco, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e diretora do grupo de pesquisa do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI), pela acolhida e orientação durante o início do meu doutorado. Estendo meus agradecimentos aos meus ex-colegas do CEMI, em especial ao Igor Machado por me encorajar a realizar este doutorado, bem como ao Paulo Ricardo Müller, à Liliana Lopes Sanjurjo e ao Guilherme Mansur.

No IFCH, agradeço também ao professor Renato Ortiz pelas conversas dentro e fora das aulas, sobretudo, aquelas tendentes a desessencialização das *comunidades imaginadas* e da *cultura*.

Igualmente expresso meus mais sinceros agradecimentos à professora Carlota Solé, catedrática da Universidade Autônoma de Barcelona e diretora do Grupo de Estudos de Imigração e Minorias Étnicas (GEDIME), pela acolhida durante a minha permanência em Barcelona, e pelas conversas sobre o transnacionalismo e os fluxos migratórios que foram bastante produtivas. Da mesma maneira sou grato à professora Rosa Aparicio Gómez, catedrática de sociologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Pontificia Comillas em Madri, pois as conversas sobre os migrantes colombianos na Espanha foram de muita ajuda no processo de elaboração deste trabalho. Nessa mesma direção, quero agradecer ao Teun van Dijk, ex-professor jubinado da cátedra de Estudos do Discurso da Universidade de Amsterdam até 2004, atualmente professor do departamento de tradução e filologia da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona; pelos interessantes diálogos em torno ao discurso, ao racismo e à migração.

No IFCH, gostaria de agradecer em primeiro lugar ao corpo docente, aos seus funcionários, principalmente à Maria José da Silveira Rizola, também aos meus colegas em geral, mas em particular à minha querida amiga Cristina Maria da Silva pelas jornadas

acadêmicas e de ócio que partilhamos, ao Mauro Brigeiro, o carioca mais colombiano que já conheci, bem como às minhas queridas conterrâneas, Elizabeth Gómez Etayo e Johana Barreneche Corrales, agradeço-lhes pelas conversas descompromissadas e pelos tantas vezes prometidos chocolates que ainda não tomamos, mas que um dia tomaremos.

Da mesma maneira, expresso minha gratidão com várias entidades que me abriram as suas portas em São Paulo e que foram fundamentais na pesquisa. Em primeiro lugar às bibliotecas do Arquivo do Estado, bem como ao Memorial do Imigrante. Nesta última sou grato em especial à bibliotecária Ondina Antônio Rodrigues pela sua gentileza e colaboração. Expresso minha profunda gratidão em geral com todos os funcionários e colaboradores da Casa do Migrante que gentilmente me apoiaram. Agradeço especialmente à assistente social Carla, bem como ao voluntário, hoje também meu amigo, Edson Lima, quem me apresentaria os primeiros colombianos albergados neste local. Agradeço-lhe também pelas inúmeras conversas sobre a vida, as viagens e os viajantes forçados. Quanto ao Centro de Estudos Migratórios (CEM), gostaria de agradecer especialmente ao Dirceu Cutti e à bibliotecária Socorro pela calorosa acolhida, bem como ao Sidnei Marco Dornelas. Na Casa do Migrante quero expressar a minha gratidão com Juan, o exilado chileno ex-diretor da Casa, quem gentilmente me permitiu começar o trabalho etnográfico ali. Na Casa das Mulheres gostaria de agradecer especialmente a Vitória, mas também a todas as funcionárias e moradoras pela colaboração e cálida acolhida durante a pesquisa. No SESC do Carmo agradeço à Denise Orlandi Collus, quem gentilmente me abriu as portas, a sua cooperação e diálogos ao longo do trabalho foram muito importantes. A sua sensível visão do mundo dos viajantes forçados me atingiu profundamente. Estendo meus agradecimentos, nessa mesma entidade, à Natália, a professora de português. Agradeço também aos membros da Associação de Amizade Brasil Colômbia pela sua imensa colaboração. Em especial sou grato à Ángela María Sarria Peláez, ao Ananias Rodríguez e família, à Lida e à Luz María Restrepo, à María Cristina Valdés de Estevez e à Sandra López.

Gostaria de agradecer também em São Paulo à Gladys, minha locatária, bem como a Roberta Rocha Gonçalves e Mário Henrique Simões por me acolher na sua casa durante a pesquisa de campo.

Na Espanha, gostaria de expressar meus agradecimentos a várias entidades e a seus funcionários, por exemplo, à Alexia da Taula Catalana, à Maria Jesús Pinto de Entrepobles, à

Ana Milena da Ruta Pacifica de las Mujeres, à Gloria Rendón e Ramón Sanahuja do Gabinete de imigração da prefeitura de Barcelona, Cáritas, ao sindicato Comisiones Obreras, à Naya Parra da ONG Solidaria, ao jornalista free-lance Gustavo Franco, ao pessoal de Maloka, especialmente as tenazes mulheres, à Erika Torregrossa da Generalitat da Catalunha. Na Cáritas expressei especialmente minha gratidão à Juana Martín, graças a sua sensibilidade e conhecimento do universo dos viajantes forçados, tive acesso a muitos espaços e a pessoas imprescindíveis na pesquisa. Agradeço em geral à Comissió Catalana d'Ajuda al Refugiat pela sua cooperação, nesta instituição, sou especialmente grato ao Adrian, à Cata, à Irene Zarza, ao Juanca e a Anna Figueiras.

Em Bogotá, agradeço aos estudantes de pós-graduação em antropologia da Universidade Nacional da Colômbia pela sua interlocução, principalmente na primeira fase desta tese, bem como a minha família, sobretudo, minha mãe, Nora, meu irmão Carlos Mario e minha sobrinha Amanda Lucia, pelo suporte ao longo da pesquisa.

Finalmente, gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos à Rogéria Rocha Gonçalves pela revisão do português neste texto como em todos os que o precederam.

El nombre propio no designa un sujeto, designa algo que ocurre cuando menos entre dos términos, que no son sujetos, sino agentes, elementos. Los nombres propios no son nombres de personas, son nombres de pueblos y de tribus, de faunas y de floras, de operaciones militares o de tifones, de colectivos, de sociedades anónimas y de oficinas de producción. El autor es un sujeto de enunciación, pero el escritor no, el escritor no es un autor. El escritor inventa agenciamientos a partir de agenciamientos que le han inventado, hace que una multiplicidad pase a formar parte de otra.

Gilles Deleuze



Resumo

Esta tese visa analisar o processo de *desterritorialização* geográfico e existencial, experimentado por viajantes forçados colombianos refugiados nas cidades de São Paulo e Barcelona. A minha hipótese é que este fenômeno obedece a *estados de guerra prolongados* que na Colômbia se manifestam por meio da existência de domínios territoriais, contra-estatais e paraestatais, que disputam a soberania do Estado e conformam ordens de fato com ambições soberanas. Neles se luta por uma dominação territorial, por uma ordem justa, pela submissão de seus moradores e por uma representação soberana, características que levam a concluir que se trata de guerras pela construção da nação. Desse modo, o *encontro* com a guerra implica um *devir-estrangeiro* que emerge ao traspasar as fronteiras nacionais, ao ser submetido a controles migratórios, ao ser contrastado com os cidadãos, ao ser alvo de dispositivos discriminatórios como é caso do uso de estigmas ou estereótipos negativos. Não obstante, a *desterritorialização* tem provocado as mais variadas resistências, desde as reivindicações ao *rebusque*. As resistências se expressam de forma impetuosa, sutil, visível ou oculta, configurando o que Scott chama de *infrapolítica*, Certeau de *antidisciplina* ou Pécaut de *savoir-faire* ao qual se recorre em caso de necessidade. Baseado na análise micropolítica proposta por Deleuze e Guattari, sugiro um olhar antropológico que privilegia o *occursus* (*encontro*, *devir*) como via de acesso à alteridade.

Palavras-chave: *desterritorialização*, resistências, viajantes forçados colombianos, *occursus*, *devir*.

Abstract

This thesis aims to analyze the geographic and existential *detrterritorialization* process experienced by forced Colombian travelers who have taken refuge in the cities of São Paulo and Barcelona. My hypothesis is that this phenomenon obeys *prolonged states of war* which in Colombia are characterized by the coexistence of parastatal domains and domains that are occupied by opponents of the government. These domains dispute State sovereignty and impose rules to fulfill sovereign ambitions. There is fight for territorial dominance, state of justice, population submission, and sovereign representation. These characteristics lead to the conclusion that this process consists of a war for the construction of a nation. In this sense, *encounter* the war implies *becoming-foreigner* that emerges as national borders are trespassed and the individuals are submitted to migration control, are contrasted with citizens, and become the target of discriminatory devices; e.g., use of stigma and negative stereotypes. Notwithstanding, *detrterritorialization* has evoked various types of resistance, ongoing from vindications to *rebusque* (*resourcefulness*). Resistance is expressed in an impetuous, subtle, noticeable, or concealed way, constituting what Scott, Certeau, and Pécaut designate *infrapolitics*, *antidiscipline*, or *savoir-faire*, respectively, which individuals resort to in the event of necessity. On the basis of the micropolitical analysis proposed by Deleuze and Guattari, I suggest an anthropological approach that favors the *occursus* (*encounter*, becoming) as a means to achieve alterity.

Keywords: *detrterritorialization*, resistances, forced Colombian travelers, *occursus*, becoming.

Sumário

Apresentação	1
Resumo	11
Abstract.....	12
Introdução	17
1. Estados de guerra prolongados e viajantes forçados colombianos	25
1.1. Colômbia: terra ignota	25
1.2. Estados de guerra prolongados: a soberania em disputa.....	29
1.3. Ordem e violência ou guerras pela construção da nação	30
1.4. Estratos do conflito	35
1.5. Temporalidades e sensibilidades.....	39
1.6. Configurações sociais	39
1.7. Repertórios de ação.....	41
1.8. Álvaro Uribe Velez: um ponto de inflexão na história colombiana recente.....	41
1.8.1. Uribe e a retórica do republicanismo patriótico.....	43
1.8.2. Uribe: uma deriva autoritária?	48
1.8.2.1. Intercâmbio humanitário e diálogos com os paramilitares: tendões de Aquiles.....	55
1.9. Desterritorialização e reterritorialização.....	65
1.9.1. Multinacionais: crise humanitária e deslocamento forçado.....	67
1.10. Uma diáspora colombiana?.....	69
1.11. Desterritorialização: eixos e atores	82
1.12. Resistências.....	85
2. Viajantes forçados colombianos no Brasil e na Espanha	95
2.1. Tipologia dos fluxos	95
2.1.1. Colombianos à procura de trabalho	95
2.1.2. Colombianos à procura de asilo ou refúgio	99
2.1.3. Colombianos procurando reunir-se ou reagrupar-se com suas famílias	111
2.1.4. Colombianos por motivos de estudo.....	113
3. Antropologia nas cidades, ao acaso dos <i>encontros</i>	119
3.1. Encontros	120
3.1.1. O encontro com o Loco de Abril	121
3.1.2. O encontro com Tuborg.....	122
3.1.3. O encontro com Anabel	124
3.1.4. O encontro com Gesolmina	125

3.1.4.1. Gesolmina: professora na Colômbia e faxineira em Barcelona.....	126
3.1.4.2. Geografia de relações da Gesolmina.....	127
3.1.5. O encontro com Gloria.....	130
3.1.5.1. Os irmãos da Gloria	133
3.1.6. Encontros na casa das Irmãs Hafen	136
3.1.7. O encontro com a Piole.....	140
3.1.7.1. A travessia da Piole.....	142
3.1.7.2. Piole e o <i>rebusque</i>	143
3.1.8. Outros <i>encontros</i>	144
3.1.8.1. Tuborg: amigos, conterrâneos e “tocatas e fugas”	146
3.1.8.2. Gesolmina: entre a Espanha e a Colômbia	147
3.1.8.3. Um chargista devindo negociador, apátrida, exilado e belga	148
3.2. Viajantes forçados colombianos reinventando o cotidiano	151
3.2.1. Morando em São Paulo e Barcelona	156
3.2.1.1. A Casa do Migrante	163
3.2.1.1.1. Os desterritorializados colombianos entre 1997 e 2007	164
3.2.1.1.2. Entrando à Casa do Migrante.....	176
3.2.1.1.3. <i>Infrapolítica e antidisciplina</i>	179
3.2.1.2. A Casa das Mulheres	183
3.2.2. <i>Rebuscando-se</i> em São Paulo e Barcelona	187
3.2.3. Geografia de relações: desconfiança ao Estado e aos conterrâneos	197
3.2.3.1. Colombianos por motivos de trabalho	200
3.2.3.2. Colombianos em situação de refúgio	205
4. <i>Devir-estrangeiro</i>	213
4.1. Prelúdio.....	213
4.2. Micropolítica.....	217
4.3. Corpo e devir.....	221
4.4. Viajar e viagens forçadas	223
4.4.1. Bagagens	225
4.4.2. Duas irmãs	227
4.4.2.1. O encontro com a guerra.....	228
4.4.2.2. A fuga: por que o Brasil?	229
4.4.2.3. Reterritorializações: acoplamentos com a Colômbia.....	231
4.4.2.4. Devir-estrangeiro na terra natal	232
4.4.2.5. Retorno à Colômbia?	233
4.4.2.6. O Brasil devindo a Colômbia.....	234
4.4.3. Alicia I	234
4.4.3.1. A fuga ao Equador	238
4.4.3.2. Uma segunda fuga: o Brasil.....	239

4.4.4. Alicia II	241
4.4.5.1. A fuga à Espanha	243
4.4.5.2. A separação, o exílio, a guerra.....	244
4.4.6. Alicia III.....	245
4.4.6.1. A fuga à Barcelona.....	246
4.4.7. Bruno II.....	246
4.4.7.1. A fuga a Brasil	248
4.5. Estigmas, estereótipos, discriminação, xenofobia	249
4.6. Devir-estrangeiro: “porto seguro” e linhas de fuga	261
Conclusões	267
Bibliografia	273
Fontes eletrônicas.....	285
Anexos	293
Anexo 1	295
Anexo 2	313
Anexo 3	345

CANCION DE LAS SIMPLES COSAS

*Uno se despide insensiblemente
de pequeñas cosas,
lo mismo que un árbol que en tiempo de otoño
se queda sin hojas.*

*al fin la tristeza
es la muerte lenta de las simples cosas,
esas cosas simples
que quedan doliendo en el corazón.*

*Uno vuelve siempre a los viejos sitios
donde amó la vida
y entonces comprende cómo están de ausentes
las cosas queridas.*

*Por eso, muchacha, no partas ahora,
soñando el regreso,
que el amor es simple y a las cosas simples
las devora el tiempo.*

*Demórate aquí
en la luz mayor de este mediodía,
donde encontrarás, con el pan al sol,
la mesa tendida.*

*Por eso, muchacha, no partas ahora,
soñando el regreso,
que el amor es simple y a las cosas simples
las devora el tiempo.*

*Uno vuelve siempre a los viejos sitios
donde amó la vida*

Armando Tejada Gómez

Introdução

La historia que pudo ser

Cristóbal Colón no consiguió descubrir América, porque no tenía visa y ni siquiera tenía pasaporte.

A Pedro Alvares Cabral le prohibieron desembarcar en Brasil, porque podía contagiar la viruela, el sarampión, la gripe y otras pestes desconocidas en el país.

Hernán Cortés y Francisco Pizarro se quedaron con las ganas de conquistar México y Perú, porque carecían de permiso de trabajo.

Pedro de Alvarado rebotó en Guatemala y Pedro de Valdivia no pudo entrar en Chile, porque no llevaban certificados policiales de buena conducta.

Los peregrinos del Mayflower fueron devueltos a la mar, porque en las costas de Massachusetts no había cuotas abiertas de inmigración.

Los emigrantes, ahora

Desde siempre, las mariposas y las golondrinas y los flamencos vuelan huyendo del frío, año tras año, y nadan las ballenas en busca de otra mar y los salmones y las truchas en busca de sus ríos. Ellos viajan miles de leguas, por los libres caminos del aire y del agua.

No son libres, en cambio, los caminos del éxodo humano.

En inmensas caravanas, marchan los fugitivos de la vida imposible.

Viajan desde el sur hacia el norte y desde el sol naciente hacia el poniente.

Les han robado su lugar en el mundo. Han sido despojados de sus trabajos y sus tierras. Muchos huyen de las guerras, pero muchos más huyen de los salarios exterminados y de los suelos arrasados.

Los naufragos de la globalización peregrinan inventando caminos, queriendo casa, golpeando puertas: las puertas que se abren, mágicamente, al paso del dinero, se cierran en sus narices. Algunos consiguen colarse. Otros son cadáveres que la mar entrega a las orillas prohibidas, o cuerpos sin nombre que yacen bajo tierra en el otro mundo adonde querían llegar.

Sebastião Salgado los ha fotografiado, en cuarenta países, durante varios años. De su largo trabajo, quedan trescientas imágenes. Y las trescientas imágenes de esta inmensa desventura humana caben, todas, en un segundo. Suma solamente un segundo toda la luz que ha entrado en la cámara, a lo largo de tantas fotografías: apenas una guiñada en los ojos del sol, no más que un instantito en la memoria del tiempo.

Eduardo Galeano

Os fluxos de imigrantes e exilados, isto é, de viajantes forçados, estão suscitando, pelo menos, desde a década de 1980 grandes desafios e dilemas aos Estados liberais modernos. Essas dificuldades derivam de vários aspectos: por um lado, a evidência da progressiva dificuldade dos Estados por controlar eficazmente suas fronteiras, bem como por diminuir o impacto geográfico, social e econômico do estabelecimento de estrangeiros no interior de seus territórios; por outro, estes fluxos geram uma forte polêmica entre os teóricos políticos preocupados por seu efeito nas relações internacionais e a política interna dos países emissores e receptores. Ainda continua em aberto a questão de se os fluxos migratórios supõem um risco para a soberania e integridade do Estado-nação, que faz referência aos princípios de não interferência e de autonomia que derivam do sistema westfaliano de nações. Os fluxos migratórios se tornaram, da mesma forma, um fato social que terminou por atingir profundamente o centro sensível do “poder político” devido a seu

impacto em alguns conceitos que estruturam o processo de construção do Estado, como o de soberania nacional, os direitos de cidadania, as concepções de identidade e a autopercepção da comunidade política.

Neste contexto, a presente tese visa analisar o secular processo de *desterritorialização*, geográfico e existencial, de dois fluxos de viajantes forçados de origem colombiana: aqueles que conseguem fugir e chegar a Barcelona, na Espanha, e os que logram escapar e refugiar-se em São Paulo, no Brasil. A *desterritorialização* tem dado lugar às mais variadas formas de *resistência* (Foucault, 1975, 1976; Deleuze, 1987; Certeau, 2003; Scott, 2004) dentro e fora da Colômbia, que se traduzem seja na arte do *rebusque* (Pécaut, 2003; González 2007a, 2007b, 2008, etc.), nas *reivindicações* (González, op. cit.), seja recorrendo a *infrapolítica* (Scott, 2004), levando esses viajantes forçados a reinventar o seu dia-a-dia.

A análise se apóia na *micropolítica* tal como Deleuze e Guattari a entendem¹. Aqui evidentemente o conceito de *desterritorialização* desempenha um papel central. Quando me refiro a esse neologismo, que se disseminara vastamente nas ciências humanas a partir da publicação do *Anti-Édipo* (1972) de Gilles Deleuze e Félix Guattari, enfatizo a sua estreita relação com as noções de território, terra e *reterritorialização*.

O território não designa apenas um referencial geográfico, mas indica relações de propriedade, apropriação ou identidade. Mesmo que a *desterritorialização* aluda ao espaço, ela não corresponde apenas à delimitação objetiva de um lugar geográfico. Seu valor é existencial, circunscreve (material e afetivamente), para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias com o outro e protege do caos. Portanto, *desterritorialização* não tem a ver exclusivamente com fugir ou ser forçado a abandonar um território. Existe ainda uma diferença entre *desterritorialização relativa* e *desterritorialização absoluta*. A primeira consiste em se *reterritorializar* de outra forma, em mudar de território. A segunda sugere viver sobre uma linha de fuga (Zourabichvili, 2003).

Embora esta pesquisa se dirija a fluxos de imigrantes e exilados, isto é, viajantes forçados, estes não são considerados desde as clássicas perspectivas analíticas das migrações internacionais, assim como tampouco se nutre de seus modelos explicativos mais recentes,

¹ Referências à micropolítica (esquizoanálise, rizomática, cartografia) podem consultar-se em: Deleuze e Guattari, 1978; Deleuze e Parnet, 1980; Deleuze e Guattari 1985: 283-392; Deleuze e Guattari, 1994: 9-32 e 213-237; Deleuze, 1995: 33 e ss, 53-57, 140-141.

“encantadores”, que supostamente os superaria por meio de um exercício dialético, como é o caso do chamado transnacionalismo. Não pretendo, portanto, entrar no debate de se a Colômbia constituiria ou não uma *formação social transnacional* ou de se as *práticas transnacionais* dos migrantes colombianos incidem ou não na construção de uma hipotética *identidade transnacional* (Guarnizo, 2004). A propósito, é importante assinalar que o tema da identidade, no caso colombiano, é bastante problemático, em especial se levarmos em conta os *estados de guerra prolongados*, em consequência, o inacabado projeto de construção de uma *comunidade imaginada* (Anderson, 2005; Uribe, 1998), neste caso escindida.

A presente pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro deles (Estados de guerra prolongados e viajantes forçados) analiso a trajetória do conflito colombiano, sua prolongação no tempo e as especificidades que o tipificam, detendo-me na última década. Parto da base que a distinção que se faz entre a migração *legal*, isto é, ordenada, regulamentada e estimulada pelos Estados, e a migração *ilegal*, ou seja, desordenada, penalizada, invisibiliza o impacto de fatores estruturais que subjazem à decisão migratória, os quais poderiam conferir um caráter forçado às migrações no contexto da globalização.

Neste sentido, examino como a soberania do estado colombiano tem sido motivo de permanente disputa. Não obstante, a Colômbia nunca experimentou um enfrentamento bélico convencional, que confronta exércitos claramente definidos em um espaço de operações militares disposto para essa finalidade. A especificidade do conflito armado colombiano está relacionada à permanente difusão de *estados de guerra prolongados*, que revelam a existência de domínios territoriais, contra-estatais e paraestatais, que colocam em xeque a soberania do Estado, bem como a conformação de ordens de fato com ambições soberanas. Nos *estados de guerra prolongados* se luta por uma dominação territorial, por uma ordem justa, pela submissão dos seus moradores e por uma representação soberana, características que levam a concluir que se trata de guerras pela construção da nação (Uribe, 1998: 11-37).

Enfim, sugiro que a luta armada atrelada à violência molecular, aos efeitos da economia da droga, aos denominados “*megaprojetos*”, à política de Segurança Democrática do presidente Álvaro Uribe Vélez, à “*parapolítica*” e aos *Planos Colômbia, Patriota* e de *Consolidação*, derivados desta política, teriam configurado nas últimas décadas um ambiente de incerteza e

medo, propício para a incessante e crescente desterritorialização interna e externa de colombianos.

No segundo capítulo (Viajantes forçados colombianos no Brasil e na Espanha) considero os fluxos propriamente ditos, partindo de uma tipologia que permite uma melhor compreensão. Para ampliar esta questão incluo um anexo (2), onde apresento elementos relevantes para a compreensão da posição brasileira e espanhola em relação às políticas migratórias e à proteção dos refugiados. Abordo, entre outros, leis, programas e convênios, tendentes à suposta regularização de fluxos migratórios, como é o caso das denominadas anistias (no caso brasileiro) ou regularizações (no caso espanhol) que coincidem com essa mesma tendência assinalada antes, isto é, a chamada “legalização” dos “imigrantes”. No caso espanhol, examino concretamente a regularização por meio dos denominados “*arraigo social e/ou laboral*”. Adicionalmente, detalho como se dá o processo de solicitação de asilo e refúgio, destacando o papel que desempenham as instituições que intervêm nele, a saber, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados (ACNUR), a CARITAS INTERNATIONALIS (conhecida como Cáritas, uma confederação de 162 organizações humanitárias da Igreja Católica que atua em mais de duzentos países), o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), o Serviço Social do Comércio (SESC) e a *Comisión Española de Ayuda al Refugiado* (CEAR), entre outras.

No terceiro capítulo (Antropologia nas cidades, ao acaso dos *encontros*), partindo de uma prática etnográfica com colombianos em São Paulo e Barcelona, realizada entre 2007 e 2008, retrato alguns dos encontros que implicaram me adentrar em múltiplos devires: estrangeiros, imigrantes, indocumentados, exilados, refugiados, militantes políticos, latinos, *sudacas*, etc.

Fundamentado nessa experimentação etnográfica, sugiro entrar à alteridade por meio do conceito de *occursus* (*encontro*), lapidado e polido, literalmente, por Baruch Spinoza e resgatado recentemente por Gilles Deleuze. Assim, busco esquivar o trilhado discurso da identidade e a sua tediosa pretensão hermenêutica, para tentar me aproximar de um pensamento que libera o acontecimento de seus grandes inimigos: o eu, o mundo e Deus.

Em seguida, analiso como viajantes forçados colombianos residentes em Barcelona e São Paulo reinventam a sua vida cotidiana (Certeau, 2003) em torno ao trabalho, à moradia e à interação. A arte do *rebusque* (Pécaut, González 2007a, 2007b, 2008), as *reivindicações* (González, op. cit.), e a *infrapolítica* (Scott, 2004), que perpassam o dia-a-dia dessas pessoas,

constituem o eixo que articula as formas de insubordinação com as quais se faz frente ao centenário processo de desterritorialização que elas experimentam.

Quanto ao mundo do trabalho, destaco o papel que desempenham a *flexibilização* e a *precariedade* (Roa, 2007a). No referente à interação, ressalto o fato de que a desconfiança, não apenas em relação ao Estado (ausência de direitos e fragilidade simbólica nacional), mas aos conterrâneos, inclusive às pessoas mais próximas, constitui um empecilho na conformação de grupos (“redes maiores”, “comunidades”).

No caso de São Paulo, detenho-me em dois albergues: a Casa do Migrante e a Casa das Mulheres. Apresento, por exemplo, informações sobre os colombianos que passaram pelo primeiro ao longo da década compreendida entre 1997 e 2007, salientando algumas práticas cotidianas.

No quarto e último capítulo (*Devir-estrangeiro*), rastreio o *devir-estrangeiro* de viajantes forçados colombianos radicados em Barcelona e São Paulo, a partir de narrativas orais, analisadas desde a *micropolítica*. Evidencio que para o caso colombiano, o *devir-estrangeiro* está atrelado a *estados de guerra prolongados* que oscilam entre fluxos de *desterritorialização* e *reterritorializações*. Além disso, sustento que a ativação de dispositivos discriminatórios (estigmas ou estereótipos negativos), catalisa esse devir.



1. Estados de guerra prolongados e viajantes forçados colombianos

La migración es un acto de supervivencia.

Malinalli deseaba haber contado con la ligereza de las mariposas y haber migrado a tiempo. Haber volado por los altos cielos, mucho más allá de las nubes, sobre ellas, desde donde no se oyeran los llantos y los lamentos, desde donde no se distinguieran los cuerpos mutilados, los ríos de sangre, el olor a muerte. Escapar antes de que sus ojos se cegaran, antes de que su corazón se congelara y su espíritu se desconectara de sus dioses.

Laura Esquivel

1.1. Colômbia: terra ignota

Colombia me parece un buen resumen del mundo. Una élite prevalentemente blanca en el color de la piel, que constituye un poco menos del 10% de la población total, que vive en los climas más fríos y ocupa las tierras más fértiles, es dueña del 80% de la riqueza general (las minas, la agricultura, el ganado, los bancos, las industrias) y controla el poder político. Otro 40% de la población, un poco más oscura en su aspecto exterior, trabaja duramente, más que para llegar a ser élite, para no caer en la pobreza del otro 50% de la población, que vive en las tierras más cálidas y menos fértiles o en las partes más duras de las ciudades, que es negra, india, mulata o mestiza, y que nunca está del todo segura de poder comer o de tener agua limpia al día siguiente [...] El 98% de los colombianos hablamos en castellano. Las variedades de nuestro español dependen de si estamos cerca del mar, de cara al mundo, o aislados en las montañas, pero en general podría decirse que, quizá por estar nuestro país a mitad de camino entre el Río Grande del norte y el Río de la Plata, nuestro castellano tiene una cadencia bastante comprensible para casi todos los que viven en el ámbito de la lengua. A esta aparente neutralidad de nuestra variedad lingüística se debe tal vez ese lugar común que dice que hablamos el español más hermoso y correcto de América. La política nos apasiona, como a los ciudadanos de cualquier parte del mundo, y también tenemos la ilusión de que la vida depende del cambio ritual de los gobernantes. Desde hace más de seis años nos gobierna un terrateniente antioqueño [...] Escribimos libros, hacemos unas cuantas películas al año [...] Tenemos dos o tres cantantes populares que el mundo adora, aunque a mí no me entusiasmen. Nuestros tres escritores más grandes, en todos los sentidos de la palabra grande, viven en México (García Márquez, Mutis y Fernando Vallejo), como si el aire impuro del D.F. fuera fecundo para su prosa [...] Somos unos 44 millones los que seguimos viviendo aquí, y otros 4 viven repartidos por el mundo, sobre todo en Venezuela, Europa y Estados Unidos. El país es muy verde y su naturaleza no es nada pobre. Medellín, la ciudad en la que vivo, no es la peor de América Latina ni tampoco la más violenta, por mucho que en años anteriores haya sido la capital mundial de la mafia. Pasamos de 6.500 asesinatos al año a 650, y por eso nuestra tasa de homicidios es inferior a la de Caracas, a la de México e incluso a la de Washington. No somos ni el infierno ni el paraíso. Somos un purgatorio que intenta arrancar almas de la perdición y aspira a seguir, aunque muy despacio, a un paso desesperantemente lento, el camino del progreso que otros llaman cielo.

Héctor Abad Faciolince

Parafraseando Daniel Pécaut, para o Brasil, e muitos outros países, até pouco tempo atrás, a Colômbia era uma *terra ignota*. Apesar de ser vizinhos e partilhar uma extensa fronteira, a Colômbia só começaria a aparecer reiterativamente na mídia brasileira com Pablo Escobar, o Cartel de Medellín, a droga e alguns assassinatos espetaculares. Sua imagem se tornaria, então, a de um país golpeado pela violência crônica, com circunstâncias e perspectivas incertas. Na construção e consolidação do estereotipo do colombiano como narcotraficante a mídia, sem dúvida, tem desempenhado um papel essencial, não apenas no Brasil. Este processo coincide com o auge da economia da droga, entre meados da década de 1980 e começos da década de 1990, quando os grandes cartéis surgiram e seriam desmantelados, dando lugar à atomização dessa atividade (Pécaut, 2008: 13-14).

Por muito tempo as FARC, Álvaro Uribe Vélez, os paramilitares e, eventualmente, uns quantos narcotraficantes presos são os personagens colombianos que aparecem incessantemente

nos jornais e telejornais brasileiros. A esta imagem é acrescentada a de um país abatido por uma “guerra civil” (Pécaut, op. cit.: ibidem).

Poder-se-ia, conseqüentemente, afirmar que o conflito colombiano configura uma “guerra civil”? Sim, quando consideradas as motivações de alguns dos seus protagonistas. Sim, quando as manifestações de violência no âmbito local, surgem como um confronto entre duas facções. Sim, quando é levada em consideração a frequência dos massacres e demais atrocidades, que a torna semelhante à Guerra Civil Espanhola. Sim, quando é feita a avaliação das vítimas e das populações deslocadas. Contudo, essa afirmação devém problemática quando aplicada ao conjunto do país. Poucos são os colombianos que se identificariam apaixonadamente com a causa de algum dos protagonistas. No âmbito urbano o conflito é percebido em menor escala. A economia gerada pelo narcotráfico é evidenciada na conformação de “zonas cinza”, nas quais as relações entre os antagonistas não eliminam os conluios (Pécaut, op. cit. ibidem).

Mesmo que se conheçam os protagonistas do conflito e algumas das modalidades de suas ações, é difícil determinar suas motivações e apostas. Não se pode ignorar que as iniquidades sociais e econômicas na Colômbia são indiscutivelmente muito marcadas, mas somente um pouco mais do que em alguns dos países vizinhos que não sofrem um conflito parecido. Ao contrário de vários Estados latino-americanos, a Colômbia nos últimos anos não avançou à esquerda e tem sido governada por um presidente cuja orientação essencial está em sintonia com a política antiterrorista estadunidense formulada pelo governo Bush. Mesmo assim, seria exagerado comparar essa administração com os regimes autoritários do Cone Sul da década de 1970. Ainda assim, é de salientar que os antecessores de Uribe tentaram em diversas ocasiões negociar com os grupos insurgentes (Pécaut, op. cit. 14).

Todavia, é necessário fazer uma análise mais detalhada que permita conhecer e entender as especificidades do conflito armado colombiano.

Assim, como via de entrada ao conflito colombiano, eu privilegio duas abordagens, a saber, a de Daniel Pécaut² e a de Maria Teresa Uribe de Hincapié³. Em relação ao primeiro,

² Daniel Pécaut é diretor de estudos na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) em Paris. Há quarenta anos pesquisa sobre a Colômbia, já escreveu vários trabalhos em francês e em espanhol sobre esse país. <http://cems.ehess.fr/document.php?id=236> [acessada em 27/08/2010].

³ María Teresa Uribe de Hincapié é socióloga, professora e pesquisadora do *Instituto de Estudios Políticos* da Universidade de Antioquia [<http://quimbaya.udea.edu.co/iep/>, acessada em 27/08/2010]. Durante mais de quatro décadas de atividade docente e de pesquisa tem abordado, com um olhar interdisciplinar, problemáticas que vão

retomo essencialmente a noção de *estratos*. Quanto à segunda, saliento principalmente o conceito de *estados de guerra prolongados*.

Conforme Pécaut, a violência na Colômbia consistiria em uma experiência fundadora da que tudo pareceria derivar. A presença histórica da violência estaria ligada aos insistentes esforços de construção de uma ordem que, desde o momento da descolonização da Espanha (início do século XIX), manteria traços persistentes de desarticulação do social, de uma profunda heterogeneidade étnica e cultural e de um fracionamento dos âmbitos da vida econômica e política da nação, que teria induzido a conceber uma função essencial para o Estado: a construção da sociedade como garante da imaginada unidade nacional. Nesse sentido, o processo de constituição da sociedade a partir do Estado, estaria acompanhado de uma tensão constante entre a idéia de ordem desejada e a recorrência à violência para conseguir tal ideal (Pécaut, 1987 *apud* Cruz et altri, 2008: 24).

Já analistas como María Teresa Uribe e Fernán González⁴ consideram que o conflito colombiano se inseriria no incompleto e questionado processo de construção do Estado nacional, processo que revelaria a tímida presença do Estado na sociedade, tanto no sentido de constituir um referencial de coesão social quanto no de dirimir eficazmente as disputas sociais, no tangente à presença material, bastante marginal na maior parte da geografia nacional e limitada habitualmente as suas ações coativas (Uribe, 2001 *apud* Cruz et altri, 2008: ibidem).

desde a história política e constitucional da Colômbia até as conjunturas bélicas das décadas recentes, passando pela discussão e elaboração de conceitos e categorias para avaliar a peculiar situação colombiana e latino-americana.

⁴ Fernán Enrique González sacerdote jesuíta, formado em filosofia, letras e teologia na *Universidad Javeriana* da Colômbia, mestre em Ciência Política e doutor em Historia. Tem sido professor em varias universidades da Colômbia e na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, já foi diretor do *Centro de Investigación y Educación Popular* (CINEP), ao qual está vinculado desde 1972. Seus principais campos de pesquisa são as relações entre igreja e Estado na história colombiana, os processos de formação do Estado nação na Colômbia e na América Latina e, mais recentemente, o background das violências na Colômbia. Vide: <http://www.cinep.org.co/node/803> [acessada em 27/08/2010].



1.2. Estados de guerra prolongados: a soberania em disputa

Venceréis, pero no convenceréis. Venceréis porque tenéis sobrada fuerza bruta; pero no convenceréis, porque convencer significa persuadir. Y para persuadir necesitáis algo que os falta: razón y derecho en la lucha.

Miguel de Unamuno

De acordo com Hobsbawm e Molano (2001: 33) seria possível analisar a história da Colômbia dos séculos XIX e XX a partir da recorrência de dois fatos sintomáticos: a colonização permanente e a violência incessante. Esta recorrência se enquadraria na tímida soberania do Estado colombiano, que teria sido continuamente disputada ao longo de sua história por grupos armados de distinta orientação ideológica, localização geográfica ou posição social, dando lugar ao que alguns analistas denominam *estados de guerra prolongados* (Uribe, 1998: 11-37 y 1999: 23-47). Nesses estados de guerra estaria em jogo especialmente o controle do território.

A natureza do conflito armado e a violência molecular na Colômbia evidenciariam a presença de *estados de guerra prolongados*, tal como Hobbes os define. Os *estados de guerra prolongados* revelam a existência de domínios territoriais contra-estatais e paraestatais que colocam em xeque a soberania do Estado, bem como a conformação de ordens de fato com ambições soberanas. Nos *estados de guerra prolongados* se luta por uma dominação territorial, por uma ordem justa, pela submissão dos seus moradores e por uma representação soberana, peculiaridades que levam a concluir que se trata de guerras pela construção da nação (Uribe, 1998: 11-37).

O aparentemente anacrônico conceito de soberania proporcionaria alguns elementos importantes para entender a “gramática da guerra” na Colômbia, da mesma forma que colocaria as perspectivas de paz em horizontes mais realistas. Em função da peculiaridade do conflito armado, da sua diversidade, do coenvolvimento dos atores, da simultaneidade de conflitos de diversa índole, das suas longas durações e conjunturas de agudização, das suas diferenciadas expressões regionais, do seu caráter cada vez mais civil e das porosidades que possibilitam a troca de bando dos atores, como se os motivos que os levaram a guerra fossem banais ou circunstanciais, revelariam a importância de revisitar o tema da soberania já abordado por Hobbes (Uribe, op. cit.: 11-12).

Conforme Hobbes a anarquia, as múltiplas e fragmentadas formas de violência e as confrontações civis, estariam intrinsecamente vinculadas com a ausência de soberania, com a inexistência ou fragilidade de um aparato institucional que conseguira impor-se sobre os

indivíduos e grupos em conflito, despojando-os de suas relações belicosas, da hostilidade e das agressões recíprocas, para implantar uma ordem jurídica política com capacidade vinculante, mas, antes de tudo, com suficiente poder para dirigir e controlar a vida social no âmbito de um novo tipo de Estado: o Estado-nação (Uribe, op. cit.: ibidem).

Para os democratas e liberais mais radicais, a soberania (absoluta ou representada) se tornaria o centro do poder político, da ordem institucional; para a maioria ela constituiria a condição necessária, embora insuficiente, do desenvolvimento das modernas democracias. É comum esquecer que estas últimas se teriam consolidado no âmbito de longos períodos de instabilidade política, de guerras internas, de violências moleculares (difusas), de invasões e conquistas, de revoluções e contra-revoluções, de abusos de poder de tipo cultural, étnico, religioso ou lingüístico, de processos de submissão por meio dos quais um segmento se autodefiniria como nacional, conseguiria impor-se sobre os outros e implantaria a soberania em territórios e conjuntos sociais determinados. Esquecer-se-ia com frequência que a construção histórica da soberania, condição prévia dos Estados democráticos, ter-se-ia desenvolvido em um contexto de violência e sangue que pouco tem a ver com a democracia (Uribe, op. cit.: 16).

O caráter difuso e a permanência dos estados de guerra prolongados na Colômbia configuram um quadro bastante complexo. As especificidades do caso colombiano permitem diferenciá-lo de outros conflitos, por exemplo, das chamadas “novas guerras” (Kaldor, 2001 *apud* Pécaut, 2006: 520), as quais teriam emergido após o fim da Guerra Fria: dissolução da antiga Jugoslávia, genocídio de Ruanda, enfrentamentos sangrentos pelo controle dos recursos econômicos na Angola ou em Serra Leoa, antagonismos religiosos no Sudão, lutas entre bandos em um fundo de decomposição institucional na Somália, etc. Contudo, alguns traços do conflito colombiano, em especial os correspondentes ao último estrato, guardariam semelhanças com as “novas guerras”.

1.3. Ordem e violência ou guerras pela construção da nação

No caso colombiano, e latino-americano em geral, a questão da nação, do Estado nacional, constituiu sempre um projeto, um projeto em construção, por certo inacabado. Se a soberania resulta da construção histórica do Estado-nação (seu garante e representante legal), os estados de guerra prolongados na Colômbia evidenciam sua consuetudinária fragilidade. A soberania sempre esteve em disputa por agrupações armadas de diversas tendências ideológicas,

localização territorial e categoria social. Esta fragilidade já teria sido parcialmente explicada como ausência de Estado (onipresença), porém sua carência sempre foi mais a da onipotência para adotar a decisão soberana (Uribe, 1998: 11-37).

Os estados de guerra na Colômbia não surgiram nas últimas décadas. Desde a independência da Espanha (inícios do século XIX) estes constituem grande parte da história deste país. Ao longo do século XIX, os partidos tradicionais, o Liberal e o Conservador, enfrentar-se-iam em cerca de vinte guerras regionais ou nacionais. A última delas, a Guerra dos Mil Dias (1899-1902), ocasionaria a morte de quase cem mil pessoas⁵ e a separação do Panamá (1903). Desde então e até 1946 se experimentaria um período de tranquilidade, que recolocaria no campo de batalha ambos partidos (Liberal e Conservador). Esta nova guerra, particularmente atroz, e que guardara similitudes com a Guerra Civil Espanhola, é denominada como a *Violência*⁶, e só terminaria em 1962, graças, em boa parte, à entrada em funcionamento de um dispositivo político conhecido como o Frente Nacional (1958)⁷. O atual conflito é vinculado a *Violência*. Além das guerras políticas, é necessário acrescentar as eventuais e sinistras pugnas sociais (Pécaut, op. cit. 15).

Esta sucessão de guerras terminaria gerando um verdadeiro imaginário coletivo, que inclusive levaria afirmar a muitos colombianos que a violência seria inerente a sua história ou, até mesmo, a sua natureza. Ninguém melhor que García Márquez para descrever a violência como aquilo que estaria condenado a se repetir como um destino. A Colômbia teria vivido sob o signo do fracasso e a perda (da qual o Panamá seria um alegoria), enquanto o resto dos países latino-americanos teria alimentado múltiplas concepções de progresso (Pécaut, ibidem).

Paradoxalmente na Colômbia do século XX se destacaria simultaneamente a formidável estabilidade institucional, econômica e social. Os dois partidos tradicionais, o Conservador e o

⁵ Incluindo as mortes indiretas causadas por doenças, em uma população de cerca três milhões de habitantes.

⁶ Época na qual a disputa armada pelo controle da população e dos territórios entre partidos políticos (liberal e conservador) gerou a desterritorialização de cerca de dois milhões de pessoas (Oquist, 1978 *apud* Villa, 2008: rodapé página 231), dando a lugar ao que se conheceria como colonização urbana (Aprile-Gnisset, 1997 *apud* Villa, 2008: rodapé página 231). Apesar de que em outras cidades da América Latina haveria processos similares, a associação deste processo migratório com o conflito armado é, sem dúvida, uma característica do processo de urbanização na Colômbia (Villa, 2008: rodapé página 231).

⁷ Coalizão política e eleitora colombiana entre o partido Liberal e o conservador vigente entre 1958-1974, teoricamente, mas que se prolongará até 1986. A principal característica deste período foi o acordo de igualdade entre os dois partidos durante este processo, já que estabelecia que estes se alternassem a presidência, bem como uma idêntica quantidade de parlamentares liberais e conservadores no congresso. O principal objetivo deste acordo político era a reorganização do país logo após da presidência do general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957), quem se tomara a presidência da república por meio de um golpe de Estado consentido pelos dois partidos tradicionais.

Liberal continuariam representando a maioria da população. As elites civis teriam dominado de forma incessante o cenário político, fazendo predominar uma concepção profundamente civilista das instituições, sem temer a intervenção dos militares que estariam despojados de prestígio e impedidos para tomar posturas claramente políticas. Em 1953 aconteceria o único golpe de Estado militar, consentido pelos dois partidos tradicionais. Em 1946 e 1970 se produziriam duas mobilizações populistas que seriam interrompidas de forma brutal. A primeira girará em torno do caudilho liberal Jorge Eliecer Gaitán (o gaitanismo) que terminará com o seu assassinato, potenciando a chamada Violência; a segunda orbitará ao redor do general Gustavo Rojas Pinilla (o rojaspinillismo), o general golpista em 1953 e que em 1970 ganhara as eleições presidenciais, fraudadas pela coligação bipartidarista. As elites civis invocaram reiteradamente o Estado de Sítio, que de forma geral não passaria de derrogações transitórias, sem impedi-las de se valer da democracia e do Estado de direito. Poucas vezes seria proibida a liberdade de expressão. No âmbito econômico, o país teria se caracterizado por uma gestão ortodoxa e prudente, a Colômbia não conheceria os escorregões inflacionários dos países vizinhos, nem os sustos que eles implicariam. Quanto ao plano social teve que encarar múltiplas agitações, contudo estas não ocasionariam mudanças graves. A guerra de 1899-1902 teria inclusive levado ao fortalecimento do *statu quo* social e político.

Grosso modo, ao longo da história colombiana se evidencia uma tensão entre ordem e violência, estabilidade e desordens, que não seria antagônica, mas duas faces do mesmo processo (Pécaut, op. cit.: 16).

Algumas observações nesse sentido nos permitirão enxergar com maior clareza. A primeira e a segunda delas estão ligadas à geografia. A primeira corresponde à fragmentação do território. A Colômbia conta com uma população aproximada de quarenta e seis milhões de pessoas que se distribuem ao longo de dois extensos litorais (Pacífico e Atlântico), três cordilheiras andinas (oriental, central e ocidental) que se estendem de sul a norte e que atingem ou ultrapassam os quatro mil metros de altitude, nas quais se localizam planaltos a dois ou três mil metros de altitude, como é o caso de sua capital Bogotá (2.600), ou vales de clima tropical como o do Rio Magdalena, que já foi um dos principais eixos de comunicação entre a capital e o Oceano Atlântico. Para atravessar o país de leste a oeste é necessário superar alturas de mais de três mil metros, subir e descer várias vezes, em virtude do qual as comunicações têm sido bastante

difíceis. A Colômbia compreende uma série de regiões (Caribe, Pacífica, Andina, Amazônica, Lhanos Orientais e Insular) relativamente separadas, marcadas por destacadas especificidades culturais. Bogotá, ao contrário de outras capitais latino-americanas, muitas delas portos, que concentraram grande parte de sua população e atividades produtivas, só se tornaria o centro dominante nas últimas décadas. Outros centros urbanos (Medellín, Cali e Barranquilla) têm desempenhado um papel importante. A estes se uniriam posteriormente outros conglomerados secundários (entre cem e duzentos mil habitantes); isso quer dizer que a Colômbia não teve durante muito tempo uma metrópole nacional em condições de se impor facilmente sobre os centros regionais (Pécaut, op. cit.: 17).

A segunda característica geográfica a ser levada em conta é a ocupação do território, a qual seria realizada de forma gradativa a partir dos planaltos. A povoação de novas áreas fronteiriças tem sido uma constante desde o século XIX. A ocupação massiva do Magdalena Médio e do Urabá (litoral do departamento de Antioquia no Oceano Atlântico) começou praticamente a partir dos anos sessenta, enquanto nas regiões amazônicas isso aconteceria só a partir dos anos oitenta. No caso dos Lhanos Orientais existem ainda hoje vastas áreas cuja densidade populacional é baixíssima (Pécaut, *ibidem*).

Tanto a fragmentação quanto a ocupação do território colombiano influíram e influem na estabilidade e na violência. Nas regiões têm se manifestado fortes tensões. A presença do Estado nas novas áreas de fronteira é tímida ou inexistente. A colonização de novos territórios com frequência implica processos violentos. A fragmentação espacial traria como consequência a consolidação de diversas elites que com frequência constituem um empecilho tanto para o monopólio do poder quanto para os efeitos que poderiam causar na vida nacional as mobilizações populares nestas regiões (Pécaut, op. cit.: *ibidem*).

A escassa simbologia nacional constitui a terceira observação a ser considerada. Duas subculturas políticas escindiram perenemente o país. O partido Liberal e o Conservador constituiriam mais do que duas organizações partidárias, bem como representariam somente de maneira muito limitada e secundária interesses sociais e econômicos antagônicos. O suposto antagonismo estaria baseado na função conferida à Igreja católica. Enquanto os liberais enfatizavam a soberania popular, mesmo que quase sempre respeitando os princípios religiosos, os conservadores estavam convencidos de que só estes últimos constituíam a base da ordem

social. De geração em geração seriam transmitidas ambas as subculturas políticas, que dariam origem a redes relativamente hierarquizadas de freguesias que compreenderiam toda ou quase toda a população. Assim, não poderia se consolidar a noção de cidadania, percebida como pertença a uma mesma comunidade política. Esta seria substituída pela de filiação partidária. A lealdade ao partido implicava que a noção de unidade nacional fosse duvidosa, apenas uma simples abstração. Além disso, as mobilizações de tipo nacionalista teriam sido excepcionais (Pécaut, op. cit.: 18).

A divisão da “comunidade imaginada” em duas subculturas políticas seria, ao mesmo tempo, um fator ordem e violência. As inúmeras guerras civis e a época da Violência ilustrariam os estragos que tal divisão acarretaria. Graças a ela também as elites se consolidariam, já que “o povo” garantiria as lealdades partidárias. Depois de cada confronto os partidos deixariam de lado as suas diferenças “filosóficas” para se dedicar aos interesses econômicos e sociais. As coalizões e acordos entre ambas subculturas políticas têm sido inúmeras desde o início do século XX. Um exemplo saliente seria a conformação do célebre Frente Nacional em 1958. Supostamente ele teria sido acordado para durar só doze anos, logo dezesseis, mas se manteve com alterações e relativa flexibilidade até 1986. Ou seja, durante quase trinta anos este dispositivo político garantiria a distribuição partidária de absolutamente todos os cargos públicos e o revezamento cada quatro anos da presidência da República. Assim, aliança e alternância no exercício do poder marcariam com a mesma intensidade a “cultura política” colombiana (Pécaut, op. cit.: 18-19).

As fracas regulações por parte do Estado constituiriam a quarta e última observação relacionada à dupla face da história na Colômbia, isto é, ordem e violência. Sempre predominou uma visão “liberal” nos âmbitos econômico e social, que era expressão da competição entre diversas elites heterogêneas, bem como dos arranjos para levá-la em conta. Além disso, era fruto de uma desconfiança partilhada em relação à concentração de poder e autoridade por parte do Estado. Enquanto nos países do Cone Sul o Estado fortaleceria a sua autoridade, durante as décadas de 1930 e 1940, por meio da organização e controle dos sindicatos com a finalidade de se apresentar como o representante “popular”, nada disso teria acontecido na Colômbia. E ainda hoje tanto a cidadania social quanto a cidadania política continuam sendo precárias (Pécaut, 2008: 19-20).

Diante da falta de uma regulação social global, os vínculos sociais teriam sido conduzidos pelas relações de força, isso possibilitaria com frequência o surgimento de conflitos violentos. Porém, a oposição dificilmente teria adquirido uma expressão política de envergadura nacional. A única tentativa de construção de um Estado autoritário (1949-1953) fracassaria. Os antagonismos sociais estariam condenados a se “privatizar”. A classe política recorreria às milícias privadas para combater o protesto social, os subordinados esqueceriam sua causa à medida que conseguiam controlar alguns recursos econômicos. O conflito se espalharia em múltiplos cenários locais ou se manteria nas periferias do país. Os fenômenos de violência social repetidamente terminariam gerando demandas de ordem e de retorno à estabilidade (Pécaut, 2008: 19-20).

As observações anteriores permitem entender porque o conflito armado não é experimentado como uma ruptura radical com o passado, mas percebido como uma sucessão de eventos inseridos em uma longa história. Da mesma forma é possível compreender porque até hoje o conflito não alterou significativamente o funcionamento do Estado. Nem o aumento do pé de força da guerrilha nem dos paramilitares, bem como tampouco o terrorismo perpetrado pelos narcotraficantes levaria à falência das instituições. Nesse sentido, o uso da força pública e privada têm muito a ver, mas a fluidez e maleabilidade das “estruturas de poder” também têm contribuído bastante (Pécaut, 2008: 20).

1.4. Estratos do conflito

Embora o conflito colombiano se modifique incessantemente, é possível diferenciar uma série de estratos que corresponde a períodos diferentes, da mesma forma que sucede com outros conflitos internos (Pécaut, 2006: 530 y ss.).

No caso colombiano se podem distinguir pelo menos quatro estratos. O primeiro deles começaria em 1946 e se estenderia até 1964 ou 1965. Este primeiro estrato corresponde ao que tem se denominado como a época da *Violência*. A *Violência*, uma guerra civil não declarada que enfrentaria a Liberais e Conservadores, produziria a morte de mais de duzentas mil pessoas (Betancourt, 1990 e Uribe, 2007: 63), a maioria analfabetos e camponeses que seguiam fanaticamente as orientações de coronéis locais de um e outro partido (Liberal e Conservador). Este estado de guerra seria catalisado por meio do assassinato do líder popular liberal Jorge

Eliécer Gaitán em abril (9) de 1948. Iniciaria com ascensão ao governo do *conservador* de Mariano Ospina Pérez (1946-1949). A necessidade de permanecer no governo e a candidatura de Laureano Gómez, outro dos emblemáticos líderes do partido (Conservador) precipitaria uma fase mais claramente sanguinária. Posteriormente (finais de 1949-1955) se recorreria à polícia política e aos grupos civis armados, período no qual se configura visivelmente o *Pájaro* (pássaro) como sicário partidário (filiado ao partido Conservador). Nesta fase seriam tomados povoados inteiros, seriam mudadas as filiações partidárias de cidades e aldeias por intermédio dos célebres “arrepentimentos”. Finalmente, (1955-1957 a 1965) conformar-se-ia a resistência *liberal* e de outros grupos, expressando-se através da constituição das quadrilhas *liberais* (Betancourt, 1990).

Como ponto de inflexão deste primeiro estrato se pode destacar a criação do Frente Nacional (1958), dispositivo político que buscaria deter o enfrentamento entre os dois partidos tradicionais (Liberal e Conservador). Neste primeiro estrato, entretanto, é impossível reduzir o conflito a um antagonismo entre dois campos (amigo-inimigo), ao igual que acontece na sua fase atual, em função da sua fragmentação. Inicialmente a oposição entre ambos partidos determinaria um critério do tipo amigo-inimigo, tal como se evidenciara da análise da experiência cotidiana do terror e do medo.

A *Violência* dos anos cinquenta, como a guerra atual, é um fenômeno que não se deixa facilmente reduzir a um conflito entre dois campos. Desde o começo a oposição entre os dois partidos tradicionais define, sem dúvida, um critério “amigo-inimigo” de validade geral; contudo, outras dimensões entram também no jogo rapidamente. Os atores se multiplicam, o conflito se ramifica indefinidamente com os lugares onde se manifesta. De enfrentamento ideológico de conjunto, provocado e dirigido pelas elites, a *Violência* se transforma em uma miríade de massacres contra os semelhantes, os vizinhos, os próximos; a vingança, o medo, o desejo de se aproveitar das circunstâncias tem um lugar igualmente importante. Desde então, as experiências já não podem se integrar em relato político global. A justaposição de relatos fragmentários, de onde não emerge nenhum metarrelato, toma o lugar do relato global. Nenhuma posição de conjunto é possível, só há pontos de vista dispersos (Pécaut: 2003: 122). A tradução é minha.

Durante a violência dos anos cinquenta, os camponeses do Sumapaz sofreram graves atropelos por parte dos “chulavitas” (corpo paramilitar fundado pelos conservadores), por exemplo, o massacre de Pueblo Nuevo (1950), isto motivaria a transformação da organização agrária camponesa em guerrilha camponesa, sob a orientação de Juan de la Cruz Varela, quem naquela época decidira ingressar ao Partido Comunista.

Nesse período o enfrentamento tomaria caráter partidário. Os conservadores no poder tomariam uma série de disposições, tais como a diminuição dos direitos políticos da oposição e a oficialização das bandas armadas sob a figura dos “chulavitas”. Com o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán, as massas do partido liberal reagiram em muitas cidades destruindo as casas de governo e destituindo prefeitos. As cabeças visíveis do liberalismo oficial desautorizaram a insurreição, dando passagem à mais brutal resposta: o “liberalismo popular” seria encurralado a bala. No campo, onde precisamente se estaria gestando um movimento de defesa da reforma agrária, a repressão seria criminal. O governo abriria as cadeias e armaria aos presidiários; dar-lhes-ia a liberdade em troca de cabeças e orelhas da oposição liberal ou comunista, tudo sob a suposta neutralidade da política da igreja, matar liberais não seria pecado (Molano, 2001: 36).

Nesse período os conservadores colocariam a seu serviço todo o aparato de Estado, a justiça se tornaria um código partidário, a polícia um corpo político. A conservadorização de regiões inteiras estaria a cargo dos “chulavitas”. A fidelidade a causa conservadora se pagaria de diversas maneiras, com terra dos camponeses despojados de seus pertences e deslocados de seus locais de origem. Entretanto, dessa reterritorialização, dessa reapropriação, não teriam se beneficiado os camponeses, mas os dirigentes do partido conservador, seus colaboradores e financiadores. Esse teria sido o caso das terras camponesas (antes da época da Violência) localizadas nos departamentos do Vale do Cauca, Tolima ou Cauca, as quais terminariam em mãos dos empresários e latifundiários.

Neste estrato, a guerra consistiria em um processo de deslocamento acelerado. Muitos povoados pequenos e cidades da *zona cafeeira* cresceriam tanto que em 1964 se tornariam grandes cidades. Entre 1938 e 1964 a Colômbia deixaria de ser um país predominantemente rural, entraria em um acelerado processo de urbanização, no qual não aconteciam grandes mudanças econômicas nem no âmbito rural nem no urbano. A industrialização, exceto a do período anterior à Violência, não teria apresentado ritmos altos que explicassem a migração às cidades. De tal forma que o dispositivo que possibilitaria as modificações demográficas seria de origem política e teria como ferramenta a guerra (Molano, op. cit.: 38).

Esse primeiro estrato estaria ligado às novas formas de autodefesa e de reivindicação de um segmento do campesinato, logo após o fim da *Violência*. A guerrilha das FARC, criada

oficialmente em 1964, seria sua manifestação mais característica. Neste período, a influência das FARC será periférica, em função da sua instalação nas chamadas zonas de colonização, afetando, desta forma, pouco o funcionamento da ordem estabelecida. Suas pretensões seriam de caráter reformista. Até 1960 as adesões coletivas continuariam muito presentes, independente de se basear nas estruturas hierárquicas, nas formas de exercício de poder tradicional ou nas redes de dependência clientelista. As guerrilhas por sua parte contribuiriam na prolongação dessas alianças tratando de conservar sua relativa autonomia (Pécaut, 2006: 531-532).

Um segundo estrato remete a esquemas revolucionários que afloraram na América Latina com o triunfo da Revolução Cubana. As guerrilhas colombianas fundadas em meados dos anos sessenta, como o Exército de Libertação Nacional (ELN) e o Exército Popular de Libertação (EPL), independentemente de que defendam o maoísmo, a Teologia da Libertação ou o guevarismo, partilham um excessivo voluntarismo, expressado no seu desejo de se definir como “minorias ativas”. Voluntarismo que, ao mesmo tempo, concede privilégios a segmentos do campesinato, baseados em um projeto que pretende romper de forma brutal com a antiga ordem estabelecida. Sua bandeira a constituiria uma modernidade pensada nos moldes de corte marxistas (Pécaut, 2006: 531-532).

Um terceiro estrato corresponderia ao período em que emergem os conflitos na América Central. Percebe-se uma radicalização das guerrilhas, acompanhada de estratégias especificamente militares, que procurariam derrocar a ordem dominante. O M-19 encarnaria sua expressão por excelência, como o demonstraria a tomada do Palácio de Justiça em 1985. Os grupos guerrilheiros fundados precedentemente assumiriam estratégias mais ofensivas e de incidência nacional. Naquele então, as FARC incrementariam seus frentes⁸, enquanto o EPL e o ELN se consolidariam como grupos insurgentes (Pécaut, op. cit.: ibidem).

O último estrato remete ao fim da Guerra Fria e o colapso das ideologias forâneas. O EPL e o M-19 se desmobilizariam, mas isto não evitaria que a guerra se estendesse progressivamente. Tanto as guerrilhas das FARC quanto as do ELN, esta última de forma mais restrita, ver-se-iam obrigadas a fazer ênfase na acumulação de meios econômicos, bem como a pressionar os dispositivos de poder local e territorial para conseguir sustentar suas operações militares. Neste período os paramilitares deixariam de conformar grupos locais, já que por meio de ações

⁸ Uma organização guerrilheira está composta por distintos frentes, os quais simultaneamente se dividem em colunas.

coordenadas disputariam o controle de vastas regiões. Da mesma maneira que a categoria de “novas guerras” está ligada à globalização, os estados de guerra na Colômbia ingressariam nesta nova forma de organização social do espaço em virtude da corrupção e dos tráficos ilegais. A recorrência ao terrorismo será outra das características que terão em comum a guerra na Colômbia e as “novas guerras”, no mundo globalizado (Pécaut, op. cit.: ibidem).

1.5. Temporalidades e sensibilidades

A noção de estratos potencializa seu sentido quando se vincula aos temas das temporalidades e das sensibilidades, e não apenas quando esta remete a mudanças nos acontecimentos ou nas orientações ideológicas. Assim, o tempo das FARC estaria marcado pela ruralidade, que expressa a lentidão que harmoniza com o mundo camponês, em contraste com o urbano. A temporalidade do ELN se caracteriza por seus “vestígios religiosos” e o que haveria sobrado de uma “escatologia revolucionária”. Contudo, o “presentismo” contemporâneo teria conseguido deixar seus rastros. A pura lógica dos acontecimentos pareceria dominar a trama, suas concreções se traduziriam no aniquilamento de aldeias, seqüestros espetaculares, atentados terroristas, deslocamentos de população, mais do que ações puramente militares, configurando na atualidade o que seriam suas alternativas estratégicas. Os grupos paramilitares se adjudicariam o tempo descontínuo dos deslocamentos forçados e as chacinas, tornando-se assim nos substitutos dos *pájaros* (matadores conservadores) da década de 1950, que deviriam famosos por fazer do terror um método de guerra (Pécaut, op. cit.: 532).

1.6. Configurações sociais

Os estratos se sobreporiam às configurações sociais. A luta armada deve ser entendida como um projeto específico de natureza militar que reproduz, constantemente e de forma particular, as transformações sociais. Entretanto, esta não pode ser nem confundida nem separada das mesmas. Assim, evidenciar-se-ia que até 1960 as adesões coletivas sobressairiam. As agrupações guerrilheiras, procurando garantir sua relativa independência, contribuiriam a perpetuar as alianças de tipo coletivo. Entre 1960 e 1970 se perceberia a urbanização acelerada e o modelo desenvolvimento via substituição importações. Simultaneamente, tem lugar a formação dos diversos atores sociais: sindicatos, associações camponesas, guerrilhas. Em meados 1970 seriam visíveis a urbanização e certa “revolução educativa”, acompanhadas de um

endurecimento do regime por meio do chamado Estatuto de Segurança⁹ promulgado durante o governo de Turbay Ayala (1978-1982), e amparado no polêmico Estado de Sítio. Os grupos guerrilheiros se apropriariam dos protestos políticos diante de uma conjuntura que segundo eles seria semelhante aos regimes ditatoriais da América Central ou do Cone Sul. A recorrência ao Estado de Sítio na Colômbia seria praticamente habitual desde 1960. Os seus propósitos seriam variáveis, já que iria desde a necessidade de ultrapassar os obstáculos administrativos (no início do Frente Nacional, para conseguir que uma lei fosse aprovada, era preciso atingir uma maioria de dois terços) e de adotar o que em outras partes era considerado como “decretos-leis” até a suspensão das garantias normais (direito de greve ou de protesto) e o estabelecimento de dispositivos judiciais de exceção (Pécaut, 2003: 72).

Desde 1995, as medidas da chamada “abertura econômica¹⁰” estariam acompanhadas da desarticulação dos setores urbanos e rurais, dando lugar a uma expansão das atividades informais, da intensificação das desigualdades, de um processo de diferenciação e individualização da classe média. Neste momento, aconteceria a ampliação das ações

⁹ “Seu propósito é defender as instituições democráticas, hoje assediadas por sérios perigos, e defender aos associados de toda classe de espreitas para conseguir uma pátria onde se viva em paz, sem sobressaltos, com toda classe de seguranças para a vida e o trabalho”. Nestes termos, na noite de seis de setembro de 1978, o ministro de governo, Zea, em direto por televisão anunciaria aos colombianos a expedição de um severo regime penal adotado pelo governo do presidente Turbay com o sugestivo título de Estatuto de Segurança. Com o amparo do controverso Estado de Sítio, este decreto (1923) se tornaria no centro da discussão pública até a sua derrogação em junho de 1982, e a sua rígida aplicação, em especial pela concessão de faculdades de polícia judicial às Forças Militares, o que caracterizaria uma época de polarização social, crise de direitos humanos, luta armada e denúncias diante da comunidade internacional. O Estatuto de Segurança dividiria ao país e, após o enfrentamento entre o Estado e a insurgência armada, ficaria ao descoberto uma “guerra suja” que se iria apoderar do país incitada pelo narcotráfico. Hoje, o nome da nova ameaça se denominaria terrorismo e Segurança Democrática implantada pelo presidente Uribe, geraria uma intensa discussão sobre a necessidade de preservá-la, pois as guerrilhas e os paramilitares estariam vigentes e cada vez mais comprometidos com os recursos gerados pela economia da droga. O autoritarismo seria o ponto em comum dos dois governos. Contudo, haveria certas diferenças, quanto ao governo de Turbay, a população teria dado pouco reconhecimento ao seu mandato e as medidas que adotaria seriam feitas sob a proteção do Estado de Sítio. Já o governo de Uribe iria em outra direção. O que se perceberia com a chamada Segurança Democrática seria o exercício de um autoritarismo de tipo populista, ou seja, uma visão autoritária do poder, suscitado por um respaldo pedagógico a essa política, sem recorrer às medidas de exceção. Seria o desconhecimento da distinção entre civis e combatentes, isso teria permitido ao executivo desenvolver programas como as redes de informantes, baseadas na concepção de que todos, de alguma maneira, seríamos combatentes e deveríamos apoiar militarmente a Força Pública. Isso seria o autoritarismo populista. No fundo, o Estatuto de Segurança e a Segurança Democrática teriam um elemento em comum, conter a crítica ou a oposição democrática por meio de conselhos verbais de guerra e o apoio da televisão. Ontem, teria sido feito violando os direitos humanos, hoje se confronta com discursos incendiários contra quem se oponha, inclusive a Corte Suprema de Justiça, conforme Gustavo Gallón defensor dos direitos humanos, fundador da Comissão Colombiana de Juristas e juiz *ad hoc* da Corte Constitucional da Colômbia. Disponível em: <http://www.elespectador.com/impreso/judicial/articuloimpreso-del-estatuto-de-seguridad-seguridad-democratica?page=0,0> [acessado em 09/06/2010].

¹⁰ Na Colômbia foi implementada durante o governo do presidente Gaviria (1990-1994).

paramilitares, as suas ações começariam a atingir vastas regiões. Os grupos paramilitares e guerrilheiros constituiriam no mundo rural as únicas redes associativas (Pécaut, 2006: 533).

1.7. Repertórios de ação

A justaposição de configurações sociais e estratos se transpareceriam em repertórios de ação. Distinguir-se-iam dois repertórios de ação: o duelo e as transações. O primeiro entendido no sentido dado por Clausewitz, isto é, da “guerra pura”, que adquiriria neste caso a forma das atrocidades. Porém, o duelo coexiste em um ambiente propício às transações de todo tipo. Algumas causadas por motivos econômicos. Por exemplo, no âmbito da economia da droga se traduziriam nos intercâmbios entre narcotraficantes, guerrilhas, paramilitares, autoridades locais, etc. Outras corresponderiam a maneiras locais de se ganhar a vida, por exemplo, acordos implícitos em troca de retenções sobre os investimentos ou atos de prestação de contas, ou convênios com os atores armados. Há transações também como as que procurariam conseguir o direito de retorno das pessoas deslocadas. Também, existiriam transações do tipo individual que ilustrariam o pagamento de resgates de seqüestrados ou o apoio dos grupos armados a um determinado candidato. Em suma, os riscos e as transações seriam indissociáveis. Os atores armados engendram uma regulação parainstitucional submetida ao acaso dos acontecimentos. A transação pareceria definir o horizonte da guerra. Pareceria como se de um momento a outro fosse possível decodificar a guerra como uma simples relação de competitividade pela “distribuição do poder” (Pécaut, op. cit.: 533-534).

1.8. Álvaro Uribe Velez: um ponto de inflexão na história colombiana recente

Durante a última década, ou seja, na camada mais recente do conflito colombiano, a desterritorialização se incrementou de maneira exponencial e insólita. Esta coincide, sobretudo, com os últimos dois mandatos presidenciais, ou seja, sob governo de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010). A sua origem está atrelada a uma série de eventos e fatos relevantes ocorridos neste período. Pode-se salientar, em linhas gerais, a política de Segurança Democrática e suas conexões com o Plano Colômbia, Patriota e de Consolidação, a impossibilidade de intercâmbio humanitário, as conversações com os paramilitares, o escândalo da parapolítica (a partir de 2005), o fim de uma saída pacífica ao conflito (fracasso dos diálogos de paz com as FARC), o

endurecimento do regime, a propósito da posta em prática do “estatuto antiterrorista em finais de 2003, entre outros.

A eleição à presidência em 2002 de Álvaro Uribe Vélez marca um ponto de inflexão na política colombiana recente (Pécaut, 2008: 62). Nascido no departamento de Antioquia, proprietário em Córdoba, uma das regiões com maior tradição de paramilitarismo, de uma célebre fazenda de gado chamada El Ubérrimo, e sobre a qual é necessário fazer alguns comentários. Em primeiro lugar, Ubérrimo expressa fecundidade, abundância, fartura. Os camponeses da região dizem que esta fazenda é uma mesa de bilhar, pois está constituída por terras planas localizadas estrategicamente de maneira que não são atingidas pelas enchentes ocasionadas durante o inverno. A sua fertilidade, conseqüentemente os seus ótimos pastos, garantem uma lucrativa atividade pecuária.

No Ubérrimo a característica principal é a austeridade e a simplicidade. A fazenda está localizada a 200 metros da paróquia e do parque central do Sabanal, situado a sete quilômetros do bairro *Villa Cielo*, o último condomínio do centro-este de Montería.

A entrada principal [do Ubérrimo] tem uma porta de madeira, comum nas fazendas de Córdoba, cercada de árvores-da-chuva¹¹, árvores de grande altura que os camponeses usam como recurso madeireiro. Além disso, avistam-se árvores frutais especialmente mangueiras e nespereiras¹², que se confundem com arbustos de citronela¹³, planta com espinhos que serve de proteção e reduz a visibilidade em direção ao interior. Na mesma entrada está localizado um *curral de vareta*, um cercado rústico de madeira no qual permanecem entre 20 e 30 vacas leiteiras que podem produzir cerca de duzentos litros de leite diários, que serve para o consumo e, muito provavelmente, para a produção de soro *atoyahuey*, um creme ácido com sal que acompanha sempre as refeições típicas da região. No seu interior, sobressai um quiosque de blocos de cimento pintado de branco, teto de madeira e palmeira amarga¹⁴ cercado com uma tela de proteção para evitar a implacável ação dos mosquitos. Há cadeiras de balanço rústicas de couro e madeira para receber os visitantes em um

¹¹ A samanea saman (Jacq.) Merr.; Fabaceae – Mimosoideae, popularmente conhecida como árvore-da-chuva ou chorona é nativa da América Latina.

¹² A nespereira (Eriobotrya japonica) é uma espécie vegetal da subfamília Maloideae, da família Rosaceae. Apesar do nome, é originária do sudeste da China. É também chamada de ameixa-amarela no Brasil.

¹³ Cymbopogon nardus popularmente designada como citronela é uma erva perene da família Poaceae, originária da Ásia tropical. É utilizada para a extração de um óleo essencial chamado óleo de citronela, muito utilizado como repelente de insetos.

¹⁴ Sabal mauritiiformis denominada assim por causa de sua semelhança com a Mauritia (A principal espécie é a Mauritia flexuosa conhecida popularmente como Buriti). Nativa do México se encontra desde o sul do México até o norte da Colômbia, a Venezuela e Trindade.

agradável ambiente de fazenda *sinuana*¹⁵. Uma casa que conserva a simplicidade da área construída complementa a paisagem da já famosa fazenda, cujo nome evoca em Córdoba as grandes propriedades das melhores terras e que tem se tornado em um lugar de referência nacional. O quiosque do Ubérrimo é um lugar especial. Por ali passaram personalidades da economia, da política ou da cultura, ministros, presidentes, mas também humildes camponeses e trabalhadores, todos por igual, segundo advertência permanente do dono do Ubérrimo, quem inclusive se ocupa de servir o café e de atender a todos os convidados. As pessoas de Córdoba comentam a reunião que aconteceu neste quiosque entre Álvaro Uribe Vélez com a classe política local, que acudiu ao Ubérrimo a reclamar um ministro cordobés no gabinete. A resposta contundente do anfitrião foi: “Para que necessitam um ministro, se vocês já têm um presidente!” [...] Às portas do Ubérrimo, a escassos quilômetros dessa fazenda, no seu entorno político e social, nasceu e alcançou a sua ascensão nos últimos vinte e cinco anos o projeto paramilitar. Seu dono aspira seguir governando a Colômbia. (Cepeda y Rojas, 2009: 33-34, 155).

Em relação ao governo de Uribe, proponho duas leituras complementares com intuito de retratar os acontecimentos políticos e sociais mais relevantes da última década na Colômbia, e que constituem o pano de fundo das recentes migrações forçadas.

A primeira leitura se nutre da análise de María Teresa Uribe de Hincapié (2004), a qual sustenta em termos gerais que esse governo deve ser elucidado como um apelo à retórica do republicanismo patriótico. A segunda se apóia nas reflexões de Daniel Pécaut (2004 e 2006), segundo o qual é necessário abordar essa fase da história colombiana a partir da relação entre tradição liberal, autoridade e autoritarismo.

1.8.1. Uribe e a retórica do republicanismo patriótico

Algumas excepcionalidades que caracterizariam o governo de Uribe. A primeira, ser um candidato independente, sem patrocínio partidário e franca dissidência com a sua própria organização política (Partido Liberal). A segunda, triunfar uma proposta de mão firme e de guerra a guerrilha em um país, onde há duzentos anos se aposta a um estado fraco e conjugação da guerra, a diplomacia e a negociação com diferentes gerações de adversários armados. Isso obedeceria a uma arqueologia de uma decepção, a qual ao mesmo tempo teria conduzido à “opinião pública” ao campo bélico. O programa de governo do Uribe se sintonizou perfeitamente com essa decepção ao oferecer segurança, derrota militar aos inimigos e moralização dos

¹⁵ Refere-se ao rio Sinú, um rio do noroeste do país (região Caribe). É o terceiro rio mais importante após os rios Magdalena e Cauca, nasce no departamento de Antioquia e atravessa o departamento de Córdoba de sul a norte. Após percorrer 415 km, deságua no Mar do Caribe.

costumes políticos (Uribe, 2004: 14). A coincidência entre essa “arqueologia da decepção” e as demandas bélicas seria alimentada por essa mistura eficaz de medo e esperança. No imaginário político dos colombianos os pedidos de um governo forte, onipotente, com autoridade e apoio suficiente para vencer a guerrilha e controlar de maneira eficiente a criminalidade organizada, mesmo desistindo dos princípios liberais, dos direitos cidadãos, das garantias sociais e jurídicas e de tudo aquilo que definiria e legitimaria o estado liberal de direito e a democracia. Nesse sentido, o governo de Uribe pareceria acudir a um velho princípio republicano de acordo com o qual para garantir a estabilidade democrática, os direitos humanos e dos cidadãos devem ser suspensos, abreviados, paralisados ou ignorados; do mesmo modo, para que as liberdades sejam preservadas, seria necessário restringi-las (Uribe, op. cit.: 14-15).

Desse modo, uma eventual negociação com as FARC, que parecia estancada e confusa desde o início, junto com os medos de uma sociedade agoniada e intimidada, terminariam abrindo a porta “ao César, ao líder providencial, ao predestinado para dirigir os povos ao paraíso”. A emergência de messianismos, com cujo imaginário desejado pareceria se ajustar impecavelmente o perfil de Uribe se veria favorecido pelos climas de instabilidade, confusão e violência molecular (Uribe, op. cit.: 15).

O governo de Uribe se dirigiria com base em três eixos. O primeiro estaria constituído pela desinstitucionalização do aparato público e a despolitização da sociedade. O segundo estaria marcado pela política de segurança e o exército como modelo de organização social. O terceiro o configuraria o giro patriótico ou a busca de um fundamento não deliberativo para a conservação da ordem (Uribe, op. cit.: ibidem).

Em relação ao primeiro eixo, é de salientar que as práticas do governo Uribe se desenvolveriam em uma dupla tensão, por um lado, a existência de um aparato administrativo inorgânico, colonizado por interesses privados legais e ilegais e atravessado por transversalidades de diversa natureza; por outro, a vontade de um presidente messiânico com ambições de eficácia e de apresentar resultados rápidos e contundentes. Diante das inércias burocráticas aconteceria uma espécie de viragem em direção a substituição da *res publicae* pela figura presidencial, cujo efeito perverso constituiria uma desinstitucionalização ainda maior, na contramão da promessa eleitoral de fortalecimento do Estado e da ampliação da sua presença ao longo da geografia nacional. Com o intuito de que as ordens sejam cumpridas e os mandados

executados, o presidente terminaria por substituir a funcionários de diferente grau, bem como por concentrar em volta da sua própria pessoa uma grande parte dos canais por onde deveria fluir a gestão institucional (Uribe, op. cit.: *ibidem*).

Quanto ao segundo eixo, a maioria dos recursos institucionais e orçamentários do governo teria sido orientada de acordo com a centralidade que ocupara a política de segurança no programa de governo, simultaneamente com o horizonte eminentemente bélico dessa proposta. A gestão pública estaria caracterizada por um perfil visivelmente militarista. A obsessão seria ganhar a guerra, o resto estaria subordinado a tal finalidade. A denominação que se usava para designar o conflito armado seria bem difusa: luta antiterrorista, acompanhando o registro estadunidense após os atentados de 11 de setembro. Isso tornaria invisível o conflito armado, o criminalizaria, tiraria dele toda referência política e fecharia as portas a qualquer proposta de acordo ou negociação (Uribe, op. cit.: 18).

Contudo, os paradoxos saíam à tona, pois se lutaria uma guerra que na opinião do presidente não existia, era utilizado o exército para submeter aqueles que eram chamados de delinquentes e de criminais dedicados apenas ao narcotráfico, o qual aparentemente constituiria mais um assunto de polícia e de aplicação do código penal que um enfrentamento entre opositores. Por outro lado, os critérios para combater a guerrilha mudariam quando se referia aos paramilitares, dando lugar ao que poderia constituir uma política bifronte de segurança. Enquanto se negociava com os paramilitares, fustigava-se a guerrilha, mesmo que muitos dos primeiros estivessem envolvidos em narcotráfico e estivessem sendo processados por cometer delitos atrozes e fossem pedidos em extradição. Os paramilitares eram os únicos que tinham aumentado o número de combatentes e recursos nos últimos anos, contradizendo as teses do próprio governo, de acordo com as quais, só se deveriam iniciar conversações com grupos militarmente vencidos, mas não com aqueles vitoriosos, capazes de intimidar e impor condições dispendiosas. No caso dos paramilitares, implicaria também que pudesse ser omitida a condição de cese de hostilidades para começar negociações (Uribe, op. cit.: *ibidem*).

Embora o governo de Uribe fosse um dos que mais capturou narcotraficantes e paramilitares, a segurança se fundamentaria em acabar com a guerrilha a qualquer custo. Paradoxos e ambigüidades se desvanecem quando se tem uma clara postura sobre a guerra, o sentido bélico contra-insurgente e bifronte da política de segurança. Uma grande preocupação

teria se suscitado no âmbito internacional, tal como o demonstram os relatórios da ONU e de diversas ONGs nacionais e internacionais, no referente ao custo que implica o recorte de liberdades públicas e direitos cidadãos na Colômbia, propiciando um ambiente favorável para a violação dos direitos humanos (Uribe, op. cit.: ibidem).

Outro tipo de inseguranças teria sido gerado por uma política de segurança baseada em uma ofensiva militar inusitada e na adoção de estatutos de controle da ordem pública. Esse tipo de inseguranças estaria relacionado com a restrição das garantias legais, com a suspensão provisória dos recursos jurídicos normais ou com a substituição das instâncias de investigação judiciária por aquelas de caráter militar. Tais inseguranças terminam afetando mais a população inerme que mora nas regiões de influência guerrilheira do que aos hostis, aos armados, contra os quais estaria dirigida essa ação. Detenções massivas e abusos contra cidadãos não envolvidos seriam uma prova fidedigna da inversão do velho ditado: “quem nada deve tudo teme” (Uribe, op. cit.: 18 e 19).

A política de segurança junto com suas inseguranças abrangeria outras estratégias bélicas que ultrapassariam as mais corriqueiras. Nos Estados de direito a força pública é responsável pela defesa em caso de guerra interna ou externa, bem como pela manutenção da ordem pública, contudo o governo de Uribe tornaria a guerra em um assunto de todos e envolveria a todos os cidadãos, em táticas de inteligência militar, tais como a vigilância, o controle e a informação de aquilo, que em sua opinião possa parecer suspeito ou perigoso. Assim, expandir-se-ia, de forma exponencial, a criação de redes de informantes nas quais repousa hoje uma parte importantíssima da estratégia bélica do governo, desvanecer-se-ia a fronteira que separa o social (o cidadão) e o institucional (a força pública) (Uribe, op. cit.: 19).

No referente ao terceiro e último eixo, o advento do governo de Uribe originaria uma extraordinária propagação de símbolos pátrios: bandeiras hasteadas nos mais inusitados locais e meios de transporte, as cores pátrias reproduzidas em peças de roupa, maquiagens no rosto e corpo, pulseiras e bandeirolas¹⁶; a mão no peito na hora de entoar os hinos; o fervor pelas

¹⁶ Neste contexto a esposa do presidente Uribe, entre outros, promoveria a criação e difusão da grife *Colômbia, Colômbia é paixão*. Alguns analistas consideram que isto consistiria em uma ação para fortalecer os vínculos entre colombianos no estrangeiro, que contribuiria na materialização da restauração da imagem do país no exterior. Sobre o tema se pode consultar: (Bueno, 2007: 87 e seguintes).

grandes batalhas, os heróis da independência e o Exército Libertador; e o que seria ainda mais significativo, a palavra pátria esquecida durante muitas décadas na gaveta das antiguidades, incorporar-se-ia de novo aos discursos públicos e faria parte do léxico presidencial, substituindo outros termos que apesar de não ser equivalentes, tinham servido para nomear aquilo que em adiante se nomearia com essa palavra mágica: nação, república, país, Estado, sociedade, povo, entre outras (Uribe, op. cit.: 20).

Os patriotismos seriam os substitutos dos nacionalismos, dispersar-se-iam naqueles países onde os componentes nacionalitários não seriam suficientemente consistentes para tecer sobre eles identidades fortes, que contribuíssem para a coesão social e para a configuração de vínculos permanentes e duradouros entre as pessoas e que simultaneamente fortalecessem as lealdades cidadãos com o Estado e legitimassem os regimes políticos. Além disso, os patriotismos adquiririam significado naqueles países que tiveram experimentado a descolonização, agressões ou guerras internacionais ou padecido guerras civis, embora nesses casos, cada um dos bandos enfrentados se diria defensor da pátria contra seus inimigos qualificados por eles como apátridas. Os nacionalismos reivindicariam a etnia e o território; os patriotismos, o sangue e os mortos. E mesmo que os primeiros tivessem levado a pior fama, merecida em muitos dos casos, os patriotismos não seriam menos violentos autoritários e excludentes (Uribe, op. cit.: ibidem).

Os patriotismos e os nacionalismos tolerariam usos políticos significativos, em função de que não apelariam à reflexão, à razão, à avaliação dos meios e fins, ao cálculo e à previsão ou a uma perspectiva secular dos próprios interesses para determinar as preferências políticas ou as ajudas aos governos, mas tangeriam ao âmbito dos sentimentos sem passar por considerações de outro tipo. O amor à pátria ou patriotismo seria equacionado à pertença familiar e seria identificado com uns laços afetivos que congregariam, em volta da “mãe pátria”, a todos os cidadãos ligados por vínculos de fraternidade (Uribe, op. cit.: ibidem).

O patriotismo não exigiria justificações, não seria deliberativo, não se basearia em pactos, contratos ou consensos, mas constituiria um sentimento identitário que apelaria a um imaginário de coesão e de unidade. O sentimento patriótico seria a maior das virtudes cidadãos, pelo menos isso pensariam os republicanos, selaria um compromisso sacro, inalterável e irrevogável, entre o Estado e o cidadão, o governo e o povo, fornecendo simultaneamente um fundamento diverso da razão para garantir a legitimidade e as relações de comando e de submissão. O patriotismo

brindaria um ponto fixo, revestido de sacralidades para unificar povos altamente fragmentados e diferenciados, bem como seria de utilidade para comprometer as pessoas com propósitos bélicos que envolvessem de algum modo a salvação da pátria ou que evocassem perigos para a unidade da sociedade. A viragem patriótica nas linguagens e retóricas do governo de Uribe seria, sem dúvida, coerente com suas políticas de segurança. Configuraria a estratégia na esfera da cultura, dos símbolos, dos signos, das representações coletivas, para validar a guerra, para argumentar diante de audiências bem diversas sua moralidade, sua inevitabilidade e sua necessidade, para persuadir as pessoas sobre o risco e a esterilidade que implicaria considerar outras formas de agir, tais como os acordos humanitários a ou negociação. Simultaneamente, os símbolos e discursos patrióticos comoveriam as audiências, tocariam o plano sentimental e os afetos e gerariam os climas necessários para compromissar a todos com um desígnio que sem a viragem patriótica seria muito mais difícil de proteger (Uribe, op. cit.: 20-21).

Ainda seria prematuro afirmar até que ponto a viragem patriótica consolidará identidades e lealdades com o governo e suas políticas, ou se os símbolos adotados ficarão na superficialidade das modas e, se desprovidos do seu sentido, perderam a sua eficácia; ou se os discursos que os sustentam serão substituídos por outros, quando “o pêndulo da história colombiana” se desloque novamente em direção das conversações de paz, das linguagens de reconciliação e perdão, das propostas de negociação, ou quando a guerra perca seus conteúdos heróicos e patrióticos e comece a ser percebida como o que constitui: “um grande desastre humanitário” (Uribe, op. cit.: 21).

1.8.2. Uribe: uma deriva autoritária?

O sucesso de Uribe na eleição presidencial de 2002 seria próprio de um *outsider*. Embora estivesse longe de ser um desconhecido, a sua fama não ultrapassaria as fronteiras provinciais e disporia apenas de um restrito apoio dentro do partido liberal, com o qual havia conseguido a prefeitura de Medellín e o governo de Antioquia. Poucos meses antes das votações dava a sensação de que não conseguiria superar os seus rivais políticos, em especial o candidato oficial do partido liberal, Horacio Serpa, quem, ao contrário de Uribe, estava muito ligado às suas redes. Por outro lado, a gestão de Uribe no governo de Antioquia foi muito criticada, principalmente pela promoção dado as denominadas Cooperativas de Vigilância e Segurança Privada: CONVIVIR, associações legais de vigilância local acusadas de servir de fachada aos

paramilitares. Contudo, Uribe ganharia no primeiro turno atingindo um 53% dos votos contra um 31,8% conseguido pelo candidato Serpa (Pécaut, 2004: 73).

Embora as CONVIVIR não fossem uma invenção do governador de Antioquia Uribe Vélez, ele teria sido o seu mais destacado promotor. A figura das CONVIVIR foi adotada pelo governo do presidente Gaviria (1990-1994), o qual decretaria a criação dos chamados “serviços especiais de vigilância e segurança privada”, que não seria outra coisa que grupos armados compostos por civis que prestavam apoio às forças militares. Esta mesma política tinha sido implantada desde 1965 quando se legalizou armar a civis. Durante o governo de Samper (1994-1998) se concretizaria esta norma por meio da criação das empresas de segurança CONVIVIR. A tese defendida era que se pretendia legalizar diversas modalidades de cooperação dos civis com as forças militares, mas permitindo certo nível de autonomia na atuação dessas entidades. Em 1996, o então governador de Antioquia Uribe Vélez, solicitaria a legalização de porte de armas de longo alcance para as mencionadas entidades, com o intuito de “torná-las grupos de reação imediata no apoio das forças armadas”. Nos dois primeiros anos de existência destas “cooperativas” o governo legalizaria 411, mesmo que seus detratores garantissem que sob esse nome agissem cerca de 700 em todo o país sem que se exercesse o mais mínimo controle de suas atividades, embora o ministro de defesa Botero Zea afirmasse (em 1994) que estavam sob fiscalização da Superintendência de Vigilância e Segurança Privada e que a elas não podiam se vincular pessoas com antecedentes criminais. Contudo, a realidade era outra e a fronteira que separava os grupos paramilitares e as CONVIVIR era cada vez mais difusa, até o ponto de que ambas começaram a ser reconhecidas como uma só força integrada pelos mesmos homens. Desde o início os paramilitares conceberam as CONVIVIR como parte de sua expansão militar. Algumas eram financiadas por empresas transnacionais (*Chiquita Brands*), por exemplo, no caso de Urabá. As alianças entre “autodefesas” e as CONVIVIR, então, seriam evidentes. Elas agiriam contra a população civil sem uniforme nem identificação visível, algumas vezes por meio de sujeitos encapuzados ou em veículos sem placas. Em várias regiões se tornariam focos de violência ou grupos armados que perpetrariam massacres como o de Ituango (Antioquia) em finais da década de 1990, onde se cometeriam mais de 150 assassinatos seletivos e duas chacinas, e pelos quais em meados 2006 a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenaria o Estado colombiano. Em 1997 a Corte Constitucional colombiana declararia inconstitucional o

porte de armas de longo alcance que eram de uso exclusivo das forças armadas. Esta corte advertiria que as CONVIVIR não poderiam se tornar esquadrões da morte nem agentes de atropelo e de violação dos direitos humanos. Estas entidades tiveram que ser declaradas inconstitucionais porque usurpavam o monopólio da força que corresponde ao Estado. Diante desta situação, as CONVIVIR anunciariam publicamente (em 1998), o que já se confirmara como uma velha prática: a sua vinculação às estruturas dos grupos paramilitares. Mesmo assim, o ex-governador de Antioquia e depois presidente da República, Álvaro Uribe Vélez, consideraria a sua criação como um de seus mais destacados resultados e um legado para o futuro da Colômbia (Cepeda y Rojas, op. cit.: 60-68).

A mobilização da opinião (e conseqüente triunfo nas eleições presidenciais de 2002 por parte de Uribe) acabaria balançando as lealdades partidárias. Isto não se deve nem a um encanto pessoal do Uribe nem a certos indícios de populismo, como propõe Pécaut (op. cit.: ibidem). Será que a intolerância diante das guerrilhas e a mensagem de firmeza trouxeram como conseqüência o apoio da população? Segundo Pécaut, o personagem se oculta por trás desta mensagem ou se confunde com ela. Sua influência, acrescenta Pécaut (op. cit.: ibidem) seria do tipo carismático, nos termos weberianos, ou seja, a autoridade carismática, sobretudo, a que deriva da “potência heróica”, esgotar-se-ia se o “sucesso lhe é prolongadamente negado”. A respeito, é de salientar que no primeiro ano e meio de mandato, Uribe não teria apenas sucessos, mas derrotas; as medidas de austeridade econômica e a perda na aprovação do referendo de 2003 sacudiram a relação carismática. Contudo, não aconteceria o mesmo com a sua fundamental vocação de modificação da relação de forças a respeito das guerrilhas. Nesse sentido obteve triunfos indiscutíveis e a relação carismática se manteve ilesa. O nível de popularidade de Uribe, no início de 2004, atingiria cerca de 80%, percentual inigualável na Colômbia e apenas comparável com a popularidade do Fujimori nos primeiros anos de seu mandato.

Uribe se gabaria de ter restabelecido a autoridade perdida. Entre a procura da autoridade e o autoritarismo não haveria mais do que um passo. Além de fazer da “firmeza o carro-chefe de sua política, inclinar-se-ia a concentrar todas as decisões em suas mãos e, com seu distanciamento da classe política, a enfraquecer ainda mais os mecanismos de representação. Caso seu projeto no referente aos grupos guerrilheiros não atingisse resultados rápidos, a

passagem ao autoritarismo seria possível. Nesse caso, o *uribismo* corria o risco de se transformar em outro *fujimorismo* (Pécaut, 2004: 60).

Basicamente a tese que defenderá Pécaut é a de que a passagem da autoridade ao autoritarismo é menos plausível do que se pensa. Nesse sentido, deveriam ser consideradas certas especificidades que distinguiriam a Colômbia de seus vizinhos: “uma tradição “liberal”, um longo aprendizado de desconfiança à autoridade, formas de sociabilidade mais democráticas do que se diz, o pluralismo das elites”. Os colombianos se solidarizam com a política do presidente no que tange ao conflito armado, porém teriam manifestado que seu apoio não corresponderia à entrega de “um cheque em branco” (Pécaut, op. cit.: *ibidem*).

Eu, longe de querer vitimizar o povo colombiano, diria que além das especificidades mencionadas por Pécaut diante da ameaça autoritária, seria importante, porém, explorar a relação entre governante e governado (levando em consideração a reeleição de Uribe e possível segunda reeleição), a partir da perversão do desejo gregário enunciada por Wilhem Reich, a propósito de sua recusa à invocação de uma ilusão ou desconhecimento por parte das massas para explicar o triunfo do fascismo na Alemanha durante o regime nazista. Reich exigirá, então, uma explicação a partir do desejo, nos termos do desejo. Ele argumentaria que as massas nunca teriam sido enganadas, mas teriam desejado o fascismo em determinado momento, em determinadas circunstâncias, e é isso o que deveria ser explicado. A questão, então, a ser colocada seria, tal como Spinoza e, posteriormente, Reich sugeririam: “Por que os homens combatem *por* sua servidão como se se tratasse de sua salvação?” [...] “Por que suportam os homens desde séculos a exploração, a humilhação, a escravidão, até o ponto de *querê-las* não só para os outros, mas para si mesmos?” (Deleuze e Guattari, 1985: 36). O tema da servidão colocado por estes dois singulares homens é, sem dúvida, muito atual, em especial se levarmos em conta que a fraqueza e a submissão, a potência e a autonomia, são temas de grande relevância, além de considerar as urgentes e necessárias transformações nos âmbitos micro e macropolítico. Porém, abordar esta questão é uma empresa que ultrapassa as pretensões desta pesquisa. Entretanto, uma pista já teria sido assinalada por Deleuze e Guattari: seria no âmbito de uma teoria generalizada dos fluxos que se poderia procurar uma via de entrada a esse assunto. (Deleuze e Guattari, op. cit.: 247).

Enfim, o triunfo de Álvaro Uribe Velez no primeiro turno da eleição presidencial de 22 de maio de 2002 significaria, sobretudo, o afundamento do chamado “processo de paz”. Até então,

os eleitores colombianos tinham exprimido sua predileção pelo diálogo com os grupos guerrilheiros e os políticos que comprometiam com o mesmo. De acordo com Pécaut (2006: 449), a massiva convergência em volta da figura de Uribe, que proclamara uma atitude de firmeza, explicar-se-ia, por um lado, a crescente ira provocada pelas ações guerrilheiras. Por outro, teria a ver com o aborrecimento diante de uma violência “proteiforme”, cujos efeitos se deixam sentir praticamente em todo o corpo social.

O regime de Uribe não constituiria a rigor uma ditadura nem o Estado seria um Estado colapsado. É sabido que tanto os grupos paramilitares quanto as guerrilhas são culpados de terríveis violações aos direitos humanos. A economia da droga interfere no conflito armado, nas instituições e no cotidiano (Pécaut, op. cit.: *ibidem*).

O *background* do sucesso de Uribe o constituiria a desagregação, a decadência, dos partidos políticos¹⁷, enquadrada em uma péssima conjuntura econômica, marcada pelo empobrecimento da maioria da população, pelos déficits variados, por um endividamento preocupante e pelo extraordinário desemprego. Além disso, deveria se acrescentar a permanente preocupação diante do agravamento do conflito, diante do qual ninguém parece vislumbrar uma saída. Conforme Pécaut (2006, op. cit.: 492), a deliquescência dos partidos políticos em países vizinhos à Colômbia teria conduzido a sua instabilidade política crônica ou à emergência de dirigentes que exercem um populismo fragilizado que não os impede de inserir-se no horizonte do “neoliberalismo”, deixando do lado “medidas sociais reais”.

Uribe tomaria cuidado de apontar o “regime dos partidos” como o principal responsável da crise colombiana, mesmo gostando de agir no âmbito da antipolítica e de se colocar além dos

¹⁷ Muito evidente no plano nacional tal como o constataria um estudo publicado no final da década de oitenta, em especial no âmbito urbano, já que nos municípios localizados nas áreas rurais, constatar-se-ia a permanência da hegemonia dos partidos tradicionais, obviamente garantida pela dominação dos “caciques” nestes territórios (Pécaut, 2006: 494). Contudo, a erosão das duas subculturas políticas na Colômbia, como Pécaut denomina o partido liberal e o partido conservador, obedece a múltiplos fatores, um deles o conflito, cuja responsabilidade seria limitada; outro, cujo efeito seria mais marcado, corresponderia à corrupção provocada pela economia da droga, acarretando, entre outros, o descrédito da classe política. Outro fator importante teria a ver com o voto urbano e o surgimento de um eleitorado “mais volátil”. Enfim, um signo da deliquescência do bipartidismo é a sua atomização a qual fica em evidência no momento que se percebe a proliferação de listas de candidatos inscritos para as diversas contendas eleitorais. Assim, para citar um exemplo, nas eleições ao congresso em 1958 havia 67 candidatos inscritos ao senado e 83 a câmara, enquanto em 1998 houve 319 inscritos para o senado e 692 para a câmara (Pécaut, op. cit. 496). A organização partidária hoje constituiria um conglomerado de “microempresas” eleitorais pessoais que distam de representar estratégias coletivas de partidos, ao contrário, aproximar-se-iam do que Pécaut (op. cit. 495) denomina generalização de táticas *free riders*, se é que ainda esse termo teria algum sentido, levando em conta que já não haveria nem regras comuns nem organização.

partidos. Em realidade o conflito armado teria contribuído a preservar o regime político. Obstaculizando, ao mesmo tempo, a conformação de movimentos sociais expressivos em função da desapareição forçada ou do exílio de numerosos quadros sindicais e dos riscos que se correm em mobilizações coletivas. O conflito também teria como prioridade restabelecer a ordem pública (Pécaut, op. cit.: ibidem).

É importante salientar algumas peculiaridades no comportamento de Uribe quando este se dirigia à “opinião pública”. A primeira está relacionada com uma tendência de uma recente leva de políticos que aspirariam se referir a “opinião pública” sem acudir aos corriqueiros intermediários políticos, por causa da grande desconfiança que estes suscitam. A segunda seria recorrer continuamente à dramatização dos acontecimentos, indo também além dos porta-vozes eleitos popularmente. Neste sentido, nunca esconderia a sua repugnância pelos mecanismos de representação política em geral e em particular o congresso e os partidos políticos (Pécaut, op. cit.: 493).

As intervenções de Uribe perante a “opinião pública” seriam feitas com um estilo que distaria do clássico populismo, a “opinião pública” não é o povo. Uribe discursaria pedagogicamente com grupos em particular. Os encontros entre o “poder” e a população aconteceriam durante os chamados “*consejos* comunitários ou comunais” (Pécaut, op. cit.: ibidem). Estes *consejos* constituiriam uma espécie de encontros nos que o mandatário, em companhia de altos funcionários de seu governo, reunir-se-ia com representantes locais e moradores para tratar os problemas cotidianos com aqueles que os vivem diretamente. Segundo um dos ministros mais chegados (e também polêmicos) ao presidente, o de agricultura e desenvolvimento rural (Andrés Felipe):

Os conselhos comunitários que o governo nacional adianta cada sábado se tornaram uma revolucionária forma de governar, onde se derruba a intermediação política tradicional e nasce um vínculo direto e estreito entre comunidade e governante. Sem intermediários. Sem barreiras físicas e geográficas. Sem privilégios para um ou outro. Sem labirintos burocráticos. Isto é, sem obstáculos. Os conselhos materializam uma nova (ou pelo menos muito esquecida) concepção do Estado, onde a comunidade deve ser a única razão de ser do governo e o único propósito de seu trabalho e esforço. De fato, os conselhos comunais são o eixo central do Estado Comunitário, o Estado que cuida,

protege e escuta permanentemente a comunidade. Comunitário vem de comunidade [...] (Andrés Felipe Arias, 23 de maio de 2005¹⁸). A tradução é minha.

Porém, para alguns analistas estes *consejos* funcionariam como “uma espécie de plataforma política, própria de um novo tipo de populismo latino-americano (Monroy, 2009 *apud* González, 2006)” ou, então, constituiriam uma estratégia que possibilitaria a reeleição de Uribe em 2006, que contribuiria com “novos elementos à chamada cultura política colombiana” (Monroy, 2009 *apud* Atehortúa, 2007). Porém, Monroy (2009) os entende:

Como lugares nos quais pode se avaliar o conceito de intimidade cultural de Herzfeld (1997), que fala da existência de zonas de sensibilidade e criatividade cultural nas quais ocorrem certos atos de essencialização que reproduzem de forma estratégica estereótipos nacionais. Pretendo demonstrar a existência de uma intimidade cultural que é fundamental à hora de compreender o papel da retórica da política na criação de relações sociais dentro dos ainda eficientes limites do modelo Estado-nação.

Entretanto, atraí-me mais a hipótese de que estes *consejos*, transmitidos regularmente pela mídia¹⁹ e nos quais se coletam pedidos e sugestões feitas por moradores de cidades e vilarejos, recriariam a relação face a face entre os governados e o governante, configurando uma relação política que agiria por meio de uma “simbologia antipolítica” (Pécaut, op. cit.: ibidem).

O tema da segurança, em especial o combate as guerrilhas, constituiria o eixo no qual se fundaria a relação carismática, no sentido weberiano, entre Uribe e a “opinião pública”. Em todas as suas intervenções Uribe apresentaria um panorama admirável de sucessos imputáveis a sua política (de segurança democrática). Embora as cifras de redução de homicídios, perpetração de massacres coletivos, seqüestros, deslocamentos forçados, sejam polêmicas e questionadas pelas organizações não-governamentais, a tendência geral é indiscutível. Caberia mencionar que algumas variáveis desta tendência, por exemplo, a redução da taxa de homicídios, tanto a nível nacional quanto em duas das principais cidades (Bogotá e Medellín), seria atribuível as medidas empreendidas pelas administrações locais, assim como a denominada “segurança democrática”.

¹⁸ Texto disponível na íntegra em: <http://www.presidencia.gov.co/columnas/columnas109.htm> [consultado em 12 de agosto de 2010].

¹⁹ Com exceção da suspensão que houve entre janeiro e março de 2010 em ocasião da preparação para as eleições à presidência da república. Esta medida muito provavelmente constituiria um formalismo de Uribe para poder participar nas mesmas. Contudo, a Corte Constitucional declararia inexecutável o referendo para a reeleição e Álvaro Uribe não poderia se candidatar pela terceira vez a este cargo público. Ante esta determinação o governo anunciaria no início de março a retomada das transmissões televisivas de seus habituais *consejos* comunais, pelo menos até o fim do mandato, ou seja, o dia sete de agosto do presente ano, quando o recém eleito sucessor Juan Manuel Santos o substituiria no cargo.

Os colombianos estariam cientes de que a segurança teria melhorado. Estariam circulando mais pelas principais estradas do país e não apenas por motivos turísticos. Embora estes resultados sejam importantes não são definitivos. Assim, as FARC não teriam renunciado ao terrorismo urbano (atentado ao clube o Nugal em fevereiro de 2003, atentado a Transmilenio), a população rural de um grande número de municípios continuaria submetida ao controle da guerrilha. A coesão das FARC se manteria forte ainda (Pécaut, op. cit.: 500-502).

Além disso, as forças armadas continuariam assestando duros golpes às guerrilhas: abatendo e capturando guerrilheiros, retomando territórios, desmontando frentes guerrilheiros, recebendo e entregando às autoridades desertores (ressaltando que as cifras proporcionadas seriam duvidosas). Diante destas circunstâncias as guerrilhas recuariam, um sinal disso seria justamente a implantação de campos minados, que se estimariam em mais de mil. Por outro lado, a sua ligação com a economia da droga teria se fortalecido, em especial na cooperação com as redes de grandes traficantes e a cumplicidade local de alguns grupos paramilitares (Pécaut, op. cit.: 501-502).

O assentimento de uma significativa parte dos colombianos à política de segurança democrática do presidente Uribe teria se mantido estável. Nem o alinhamento de Uribe com a “guerra ao terror” de Bush, nem a continuação das campanhas de aspersão aérea para a destruição das plantações de folha de coca, nem as redadas inúmeras vezes indiscriminadas contra supostos adeptos as guerrilhas, teriam suscitado muita emoção além de alguns representantes da mídia. A popularidade do presidente estaria nutrida pela marcada polarização contra as guerrilhas (Pécaut, op. cit.: 502).

1.8.2.1. Intercâmbio humanitário e diálogos com os paramilitares: *tendões de Aquiles*

A relação de política de forças orientaria a evolução do conflito, mas do que a própria relação militar de forças. Embora as questões do intercâmbio humanitário, basicamente a troca de prisioneiros insurgentes nos presídios da Colômbia pelos seqüestrados em poder das FARC, e os diálogos com os paramilitares não atingiriam significativamente a popularidade de Uribe; estas, contudo, o deixam em uma posição bem incômoda seja perante a comunidade internacional seja diante de uma parte importante da opinião nacional (Pécaut, op. cit.: 503).

A intransigência do governo de Uribe perante o chamado intercâmbio humanitário repousaria no temor que pudesse colocar em dúvida a continuidade de sua política de “segurança

democrática”, bem como a possibilidade de nutrir incertezas no interior das forças militares. Aparentemente esta questão dificilmente se poderia solucionar por fora das probabilidades de um acordo de conjunto. Não obstante, o seu custo político (da atitude do governo), especialmente no âmbito internacional, seria alto (Pécaut, op. cit.: ibidem).

Em relação às conversações com os paramilitares a situação é mais grave, em função da crise de autoridade que atingiria o governo. Entre os fatos relevantes basta lembrar a famosa parapolítica. Com o nome genérico de parapolítica seriam desvendadas as diversas relações e acordos entre líderes políticos (uma boa parte funcionários públicos) e os grupos paramilitares. Em 2006 a parapolítica, que se concretizará em escândalos e investigações, atingiria um dos seus pontos mais álgidos (mesmo que já em 2002 já fora denunciada) graças à confiscação do laptop do chefe paramilitar Rodrigo Tovar Pupo (“Jorge 40”). De acordo com as investigações neste dispositivo se encontrariam informações que ligavam grupos paramilitares e vários congressistas. Evidenciar-se-ia uma complexa rede dirigida a cometer fraudes eleitorais, acordos sobre “cotas de poder”, encomendas de ações criminais. As alianças incluiriam membros das forças militares, paramilitares, políticos e empresários na perpetração de crimes de lesa humanidade (Cepeda y Rojas, op. cit.: 88, 108-113).

É importante salientar que alguns grupos paramilitares teriam se formado na década de oitenta por iniciativa de militares (muitos desses grupos tiveram um estatuto legal até 1989), de narcotraficantes e de proprietários de imóveis, principalmente rurais, fazendeiros (Pécaut, op. cit.: 506).

Entre 1980 e 1993, em Córdoba se perpetraram pelo menos quarenta chacinas e cerca de 200 crimes políticos. Os autores destes delitos eram grupos armados que se denominavam “autodefesas”, e mais adiante se conheceriam como paramilitares. A sua constituição em Córdoba e Antioquia teria se originado a partir de encontros entre pecuaristas e membros das forças militares que aconteceriam em 1982. Pecuaristas importantes sustentariam que a extorsão por parte das guerrilhas os manteria em contínuo estado de desassossego e que nessas circunstâncias nem o Estado nem as instituições marcavam presença para combater a violência subversiva. Denunciariam a queima de fazendas, sítios, roubo de gado, extorsão e seqüestro. Contudo os massacres e assassinatos e seletivos apresentavam padrões diferentes ao da simples proteção da vida e propriedade dos fazendeiros. O assassinato de muitos adversários políticos,

sobretudo, os que conformaram a então recém formada União Patriótica, bem como sindicalistas, professores e indígenas não teria afetado a capacidade dos grupos guerrilheiros que era o suposto alvo dos grupos de “autodefesa”. Essas ações criminosas configurariam uma visão diversa da utilização do direito a defesa. A tese da autodefesa seria controversa em função dos processos de acumulação de riqueza que faziam uso da violência. Haveria locais do departamento de Córdoba, por exemplo, que devido à onda de chacinas deviriam desabitados para logo ser repovoados. Esse mecanismo seria usufruído por latifundiários com a finalidade de evitar as retomadas de suas fazendas ou para recuperar e garantir a posse da terra, mas os narcotraficantes se aproveitariam dele para comprar a bom preço grandes extensões de terra. Cercas elétricas e valas comuns se tornariam sinais da ampliação do latifúndio pecuarista, que agiria baseado em ações violentas: eis os novos povoadores dessas terras, muitas delas usurpadas a indígenas e camponeses que não teriam mais remédio que fugir, quando podiam (Cepeda y Rojas, op. cit.: 40-42).

O laboratório do modelo paramilitar teria sido o município de Puerto Boyacá, localizado no Magdalena Médio. No início dos anos oitenta militares do batalhão local convocariam uma reunião com os moradores, incluindo empresários, políticos (liberais e conservadores) e pecuaristas, nessa reunião se acordaria eliminar as pessoas suspeitas de subversão na região. Esse processo teria o apoio de reconhecidos narcotraficantes (Pablo Escobar e Gonzalo Rodríguez Gacha) e do chefe paramilitar e garimpeiro de esmeraldas (Victor Carranza). Primeiro se identificariam os supostos camponeses suspeitos de pertencer às guerrilhas, depois se cometeriam massacres e destruiriam sítios. Conformar-se-iam centros de formação e treinamento de sicários, bem como campos de tortura e extermínio por meio da construção de valas comuns onde seriam jogados os corpos das vítimas. Requisitos para o ingresso nessas escolas seriam possuir o diploma de segundo grau ou inclusive ter cursado alguns semestres universitários, os selecionados receberiam adestramento em técnicas de tortura e incluso práticas de canibalismo. Instrutores de alguns desses centros seriam mercenários internacionais (israelenses, britânicos), que teriam sido convidados pelas forças militares e contratados por narcotraficantes e pecuaristas. A emergência do dispositivo paramilitar teria sido apontada por investigações do serviço de inteligência colombiano (Departamento Administrativo de Segurança, DAS). Informações relevantes assinalariam a consolidação de um regime de controle social e

institucional que conformaria nessa região uma espécie de “república independente paramilitar”. O peculiar desse regime seria a articulação de todas as instituições estatais e privadas a uma rede na que as esferas econômica, social e econômica estariam ao serviço do aparato paramilitar, que contava com o apoio ou a submissão dos moradores. Assim, o regime paramilitar que se teria gestado em Puerto Boyacá contaria com clínica, tipografia, jornal, farmácia, armaria, centro informático e de telecomunicações (Cepeda y Rojas, op. cit.: 43 e seguintes).

O fenômeno paramilitar na Colômbia começaria a atingir proporções extraordinárias entre 1993 e 1997, quando começaram a se desagregar os “cartéis” da droga (1993) e quando fracassaram as possibilidades de conversações de paz com o ELN e as FARC surgidas durante Assembléia Nacional Constituinte de 1991 (Pécaut, op. cit.: 506). Entretanto, o seu ponto de inflexão se alcançaria em 1997 quando se fundem as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), primeiro em Córdoba e depois em Urabá (Pécaut, op. cit.: ibidem e Cepeda y Rojas op. cit.: 70 e seguintes). As AUC se definiriam como “uma organização civil defensiva em armas, anticomunista” que atuava em prol da propriedade privada, da livre empresa e do capital, por uma Colômbia livre da subversão. Esta organização criminosa arremeteria de forma cruenta pelo menos até começos de 2003, quando o presidente Uribe empreende negociações com os paramilitares. A sua pretensão (bem maior do que as das CONVIVIR) seria a de reconquistar os territórios que se encontravam sob domínio da guerrilha, mas também consolidar o domínio adquirido em departamentos como Córdoba e Antioquia, ampliar a sua estrutura financeira, aperfeiçoar a dotação de armas e as redes de apoio social e político, projetar a sua imagem e a sua influência em todo o território nacional. Essas mudanças implicariam ir além de uma economia fundamentada nas ajudas financeiras (provenientes principalmente de empresários e pecuaristas) e na extorsão, à criação de empresas, ao uso de dinheiros públicos e à participação nos chamados megaprojetos econômicos, bem como passar das alianças com setores do narcotráfico para se tornarem um “novo cartel da droga” (Cepeda y Rojas, op. cit.: 71). Porém, almejavam conquistar territórios que ainda não tinham sido submetidos ao “modelo paraestatal” (Cepeda e Rojas, op. cit.: ibidem). Os paramilitares se implantariam na Amazônia, na Orinoquia, nas ladeiras das principais cidades e, posteriormente, nos seus bairros periféricos. Os seus métodos seriam matanças sistemáticas, a difusão do terror, os deslocamentos massivos de população. A estréia dessas cruentas incursões seria a chacina de Mapiripán, povoado localizado

no departamento do Meta: aproximadamente 200 paramilitares aerotransportados desde a região de Urabá, apoiados logisticamente pelas forças militares, torturaram e assassinaram 49 camponeses. Algumas dessas pessoas seriam decapitadas no matadouro local. Em 2005 a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenaria ao Estado colombiano por esses fatos. Após esse massacre o chefe das AUC, Carlos Castaño, a justificaria afirmando que as pessoas assassinadas eram muito desprezíveis e perigosas. Acrescentaria que haveria “muitos mais mapiripanes”. Evidentemente isso aconteceria. Por onde passavam os paramilitares se produziam deslocamentos massivos de população e a terra ficava “semeada de valas comuns” (Cepeda y Rojas, op. cit.: ibidem).

Uma das conseqüências mais significativas dessa arremetida seria a mudança do mapa eleitoral. Nos territórios dominados se fundariam movimentos políticos que incrementariam a sua influência e conseguiriam eleger uma cota significativa de seus líderes às corporações públicas e locais (Cepeda y Rojas, op. cit.: 75). A combinação da modernização das forças armadas e a escalada paramilitar transformaram sensivelmente o mapa do conflito colombiano. Além da tragédia em termos de direitos humanos e da perda de controle por parte do Estado, o fenômeno paramilitar, potenciaria a erosão institucional no âmbito local. Ao mesmo tempo, questionaria a atitude das forças militares, que habitualmente cooperariam com ele ou fingiriam não saber de nada.

O fracassado processo de negociações entre as FARC e o governo de Pastrana (1998-2002), teria sido esgrimido como a razão que validara as alianças de certos políticos com grupos paramilitares, justificando, ao mesmo tempo, os atos armados que aconteceriam nos territórios sob o seu domínio. Nesse contexto se dariam as eleições presidenciais (2002-2006), na qual Álvaro Uribe Vélez sairia vitorioso (Cepeda y Rojas, op. cit.: 75).

É de destacar o enorme paralelismo entre o surgimento e florescimento dos grupos paramilitares e a exitosa carreira de Uribe, como argumentam Cepeda y Rojas (op. cit.: 73-74): por um lado a ascensão dos paramilitares sustentados nas chamadas empresas CONVIVIR, a posterior emergência das AUC, a onda de massacres e a consolidação de seu domínio territorial; pelo outro, Álvaro Uribe se tornaria primeiro diretor da *Aerocivil* (Agência Nacional de Aviação Civil); logo, congressista da república; mais adiante, governador de Antioquia; depois, candidato à presidência e, finalmente, presidente.

Durante a campanha para as eleições de 2002-2006 algumas publicações e rivais políticos aludiriam a uma série de episódios obscuros da vida privada e pública do então candidato Uribe. Cabe destacar, entre as acusações a de que seu pai, Álvaro Uribe Sierra, estaria vinculado ao narcotráfico; afirmar-se-ia que durante o seu mandato como congressista teria lançado um plano de moradias chamado *Medellín sin tugurios* (Medellín sem favelas), que protegia ao narcotraficante Pablo Escobar, bem como defenderia a não extradição de (traficantes) colombianos; da mesma forma, argumentar-se-ia que durante a sua diretoria na *Aerocivil* teria outorgado licenças a pilotos e a pistas utilizadas pelos narcotraficantes; assim como, teria promovido a expansão e consolidação dos paramilitares com o seu projeto das empresas de segurança privada, CONVIVIR²⁰.

Entre as manifestações de endurecimento do regime (de Uribe) cabe mencionar a adoção do Estatuto Antiterrorista em finais de 2003. Isto estaria relacionado à concessão de faculdades de polícia judiciária para as forças militares, conseqüentemente com a ampliação do prazo da prisão (“preventiva”), bem como a com a possibilidade de recorrer à espionagem telefônica e as perquisições e com o censo dos habitantes em algumas regiões. As organizações não-governamentais de direitos humanos, a União Européia e muitos congressistas estadunidenses exteriorizam os seus temores diante dessas medidas, mesmo que o próprio governo colombiano assegure que se trata de medidas menos severas que as adotadas por outros países ao adotar tal estatuto. Contudo, muitos delitos, que nada têm que ver com terrorismo, correriam o risco de estar incluídos. O péssimo funcionamento do judiciário e a sua constante falta de vigilância em relação ao comportamento da força pública constituiriam argumentos contra o Estado colombiano (Pécaut, 2006: 511).

Ao longo do seu primeiro mandato o presidente Uribe tentaria projetos de reforma do judiciário, os quais teriam significado um retrocesso em relação à constituição política colombiana de 1991. Entre estes cabe destacar, por exemplo, a perda de prerrogativas por parte da Corte Constitucional perante o fundamento e conteúdo dos estados de exceção. Da mesma

²⁰ Tal como assinalam Cepeda e Rojas no seu livro (op. cit.), algumas dessas acusações apareceriam no livro de Joseph Contreras, *El señor de las sombras, biografía no autorizada de Álvaro Uribe Vélez*. Editorial Oveja Negra, Bogotá, 2002. Mais adiante, em 2007, quando Uribe seja reelegido aparecerá outra publicação que reforçará as acusações anteriores: *El narcotraficante No 82, Álvaro Uribe Vélez, Presidente de Colombia*, escrito por Sergio Camargo V., Editado em 2008 na Espanha por Unilatio.

maneira, a diminuição do alcance da ação de tutela²¹. Isso sem considerar que os poderes do executivo se veriam incrementados: nomeação do *Fiscal* General da Nação (promotor público) e Conselho da Magistratura. A Corte Constitucional se pronunciaria de forma unânime contra essas reformas, ressaltando que elas estariam pondo em risco a proteção dos direitos fundamentais e a separação de poderes.

O projeto de reeleição de Uribe (2004) surgiria justamente em um clima de alta tensão entre o governo e as organizações não-governamentais, as quais denunciariam constantemente as violações aos direitos humanos na Colômbia. A constituição política colombiana de 1991 que proibia a reeleição presidencial imediata seria reformada por meio de ardilosas estratégias, que ainda hoje não foram devidamente esclarecidas e punidas, e que estão ligadas à denominada “Yidispolítica”²². A reforma constitucional daria via livre ao projeto reelecionista de Uribe.

É importante salientar algumas discontinuidades de Uribe em relação ao seu predecessor. Proveniente do Partido Liberal, porém, profundamente conservador nas suas idéias. A sua particular hostilidade contra as FARC se fundamentaria em motivos não apenas políticos, mas pessoais, pois seu pai supostamente teria sido seqüestrado e assassinado por esse grupo insurgente. Crítico acérrimo das negociações de paz adiantadas pelo seu antecessor, será o primeiro presidente que não projetará negociar com as FARC. O lema da sua campanha política será a Segurança Democrática, cujo objetivo primordial é o fortalecimento da força pública com o intuito de conseguir um enfraquecimento decisivo das guerrilhas (Pécaut, 2008: 62).

Outra mudança está relacionada com o fato de que Uribe contaria com o tempo necessário para atingir tal pretensão. É arquitetada uma reforma constitucional, como foi mencionado acima, que lhe permitirá se candidatar novamente, logo após seu primeiro mandato. Em 2006 é reeleito sem dificuldade nenhuma. Assim, atenuar-se-ia o contraste entre o tempo na direção do governo e o de combate à guerrilha. Até então o governo estava condenado ao curto prazo. A sua reeleição lhe permitiria não se desviar dos objetivos da Segurança Democrática (Pécaut, op. cit.: ibidem)

²¹ Mecanismo constitucional introduzido pela constituição política colombiana de 1991, que teria permitido um acesso novo a justiça por parte da população, tal como assinala Pécaut (2006, op. cit., 512 rodapé).

²² “Yidispolítica” é o nome com o que se conheceu o escândalo político desatado na Colômbia em abril de 2008 a raiz das declarações da ex-congressista colombiana Yidis Medina, quem admitiu ter recebido ofertas de dádivas, por parte de funcionários do governo nacional, em troca de seu voto favorável ao projeto de reforma constitucional que permitiu que Álvaro Uribe Vélez aspirasse a um segundo mandato presidencial.

A possibilidade de se manter na presidência da república estaria atrelada, por um lado, à enorme aprovação que transpareceria nas chamadas pesquisas “opinião²³”, por outro, as eleições, no que diz a respeito de sua política de pulso firme perante as guerrilhas. Durante o seu primeiro governo, essa aprovação atingiria entre 60% e 70%, mas se incrementará de novo nos dois primeiros anos do segundo mandato, alcançando em certos momentos mais de 80%, em especial durante as crises com o Equador e a Venezuela²⁴ no início de 2008. (Pécaut, op. cit.: 62-63).

As FARC achariam que o poder de Uribe se derrubararia tarde ou cedo, e o apresentariam como “fascista” ou, de qualquer maneira, “fascistizante”. Não deixariam de apontar as suas ligações reais ou hipotéticas com os grupos paramilitares (op. cit.: 63).

Nesse último aspecto, as FARC não seriam as únicas que denunciariam tais vínculos, mas a oposição. Como governador de Antioquia, Uribe promoveria a criação das CONVIVIR, cujos nexos com os paramilitares seriam indubitáveis. Empenhar-se-ia também em homenagear os generais que dirigiram a operação de retomada de Urabá, deixando o seu controle a cargo dos paramilitares. Quando assumira a presidência nomearia a pessoas chegadas a esses grupos em altos cargos públicos, por exemplo, na direção do serviço colombiano de inteligência (DAS), os quais teriam que renunciar aos mesmos quando comesçassem a ser processados. A partir de 2005 começariam a ser cada vez mais graves as revelações: a classe política regional e nacional seria pouco a pouco atingida com o que se denominaria de parapolítica. Basicamente desde 2002 os paramilitares teriam assumido o controle, diretamente ou por intermédio de políticos, de uma boa parte das administrações regionais, departamentais, prefeituras e conselhos municipais principalmente na região da Costa Atlântica, mas também de outras regiões. Mais adiante as acusações recaíram gradativamente em membros do congresso nacional. Nessas condições o escândalo terminaria atingindo o presidente. A maioria dos políticos incriminados faria parte dos

²³ Essas pesquisas de opinião, tal como assinala Pécaut (2008: rodapé da página 63), são duvidosas, em função de que são feitas por telefone, deixando de lado grandes grupos de população.

²⁴ A crise diplomática da Colômbia com o Equador e a Venezuela em março de 2008 aconteceria depois que forças militares e policiais da Colômbia executaram o que se denominou Operação Fênix: uma incursão em território equatoriano contra as FARC, que consistiria no bombardeio de um acampamento fronteiriço. Nessa operação morreriam Raúl Reyes, comandante guerrilheiro das FARC (o “chanceler”), além de outros 17 guerrilheiros desse mesmo grupo, 4 estudantes mexicanos e um cidadão equatoriano. Os governos do Equador e da Venezuela reclamariam ao colombiano a violação da soberania do território equatoriano. O governo colombiano justificaria sua ação ao afirmar que tinha provas que esses governos estavam envolvidos com as FARC. O Equador e a Venezuela responderiam que mantinham contatos com as FARC como parte das negociações, junto ao governo francês, em função das negociações para a libertação de seqüestrados mantidos por esse grupo insurgente e do avanço em direção a uma solução negociada do conflito colombiano.

colaboradores mais próximos, entre eles um primo seu. Partidos políticos com frequência improvisados corresponderiam a fachadas dos grupos paramilitares (op. cit.: 63-64).

Aparentemente todos esses fatos deveriam debilitar o Uribe. Contudo, a sua popularidade permaneceria intata, pois o que contaria realmente para a “opinião” seriam os resultados da sua política de Segurança Democrática. É de salientar que de fato os níveis de violência diminuiriam, mas isso teria sido a consequência tanto da desmobilização de grande parte dos grupos paramilitares quanto das operações militares exitosas contra as guerrilhas (Pécaut, 2008: 64).

As negociações de Uribe com os paramilitares começariam em 2003. Dois anos mais tarde (2005) seria aprovada por uma parte do congresso a polêmica lei de “Justiça e Paz”, a qual em troca da desmobilização garantiria que as condenas não ultrapassassem dos oito anos, sempre que fossem confessados os crimes e houvesse comprometimento na reparação às vítimas. Alguns narcotraficantes que não estariam abertamente envolvidos com grupos paramilitares aproveitariam essa lei para obter redução de penas. Uribe teria conseguido que a maioria dos comandantes paramilitares se entregasse à justiça, bem como desmobilizar cerca de trinta mil de seus combatentes. Isso certamente teria contribuído, pelo menos no curto prazo, à redução de homicídios e chacinas. No médio prazo os efeitos seriam evidentemente incertos, pois as estruturas paramilitares continuariam intatas, conformar-se-iam novos grupos. Em 2008 se estimaria que seus efetivos tivessem alcançado novamente os dez mil. Além disso, os conflitos entre grupos rivais de narcotraficantes se tornariam novos focos de violência; a parapolítica não teria sido desarticulada e os paramilitares presos exigiriam que a lei fosse revista para que se lhes concedesse o status de delinquentes políticos! (Pécaut, 2008: 64-65).

O coração da política de Segurança Democrática continuaria sendo a ofensiva contra as FARC. A modernização da força pública (iniciada no mandato de Pastrana) se intensifica. O percentual destinado ao gasto militar se incrementa ano após ano até alcançaria um dos mais altos níveis do mundo²⁵. Isso se traduziria no aumento do pé de força e na dotação de armamento

²⁵ Estima-se que hoje o gasto em defesa na Colômbia representa 6,5% do PIB, ou seja, um dos maiores do mundo. A Colômbia seria o segundo país latino-americano, depois do Brasil, com o maior exército na região. Assim, por exemplo, em 2007 o PIB colombiano teria atingido 351,2 bilhões, dos quais os gastos militares constituíram 6,32% do PIB. Comparativamente, o gasto militar nos Estados Unidos ascenderia a US\$535.000 milhões, incluindo US\$100.000 milhões de gasto anual na guerra de Iraque, essa cifra corresponderia a 4,04% do PIB estadunidense. Por outro lado, os países europeus membros da OTAN gastariam em assuntos militares por volta de 2% do seu PIB. Vide: Isaza e Campos (2009). José Fernando Isaza Delgado e Diógenes Campos Romero. Consideraciones cuantitativas sobre la evolución reciente del conflicto, em: revista Análisis Político v.22 n.65 Bogotá ene./abr. 2009.

de última geração. A cobertura do território nacional por parte das forças armadas será aprimorada. A informação de inteligência progredirá. Em abril de 2004 entraria em funcionamento uma nova fase do Plano Colômbia: o Plano Patriota, cuja finalidade seria atacar os dirigentes mais importantes das FARC, bem como conseguir entrar em territórios sob o seu domínio, especialmente no sul e leste do país (Pécaut, 2008: 65).

O Plano Patriota é o nome dado ao Plano Colômbia por parte do governo de Álvaro Uribe Vélez, este constitui uma peça fundamental de sua administração. Sob a liderança dos Estados Unidos e a Colômbia, o Plano Colômbia constitui uma milionária estratégia que pretende o controle tanto das atividades dos grupos guerrilheiros quanto da produção de drogas e seu tráfico. Trata-se de uma estratégia de militarização e controle por completo da região andina que incluiria a região amazônica relacionada aos países andinos. A sua primeira verba (2000-2002), que foi de mil trezentos milhões de dólares, se destinou para ajuda militar. Inclusive as pequenas quantias assinadas ao desenvolvimento social foram captadas por ONGs apoiadas por grupos capitalistas para estender seu controle e recursos valiosos, entre eles, os cultivadores de palma da região do Pacífico Sul. Os aspectos mais polêmicos deste plano têm sido a fumigação indiscriminada das culturas ilícitas, o impulso da militarização e a agudização da guerra (Escobar, 2005: 30-33).

Constantemente Uribe instaria os militares a mostrar resultados. Ele próprio persistiria na sua decisão por despojar às FARC de qualquer tipo de caracterização política. Em 2004 extraditará por narcotráfico aos Estados Unidos dois dos seus altos mandos, obstaculizando, assim qualquer possibilidade de “intercâmbio humanitário”. Em 2005, ele e seu principal conselheiro se esforçariam para persuadir a mídia em não falar mais de conflito armado e em classificar as FARC como uma organização criminosa e terrorista (Pécaut, 2008: 65-66).

Entretanto, Uribe (que não queria ser visto como belicista diante das guerrilhas) tentaria persuadir ao ELN, cuja capacidade militar estaria seriamente minguada a sua, sem contar as disputas de território sob pressão das FARC, de iniciar conversações com o governo. Assim, pretendia ampliar ainda mais a brecha entre essas duas organizações guerrilheiras. De fato em 2006 em Havana começariam uma série de negociações que evidenciavam grandes dificuldades, pois o ELN se encontraria dividido e manifestaria temor diante da reação das FARC, caso se desse um acordo de maneira separada (Pécaut, 2008: 66).

A maioria dos colombianos estaria convencida do sucesso da Segurança Democrática em função da melhoria do seu cotidiano: redução do índice de homicídios, segurança nas estradas, significativa diminuição dos seqüestros, redução da extorsão e fim do cerco que as FARC tinham estabelecido em volta das grandes cidades. Porém, até 2005 os resultados seriam limitados, já que a recuperação do território, por exemplo, dever-se-ia em boa parte a ação dos grupos paramilitares. O recuo das FARC poderia constituir uma estratégia temporária, enquanto as ações da força pública diminuiriam. Entretanto, muitos territórios que estariam sob o seu domínio teriam se perdido. Embora tenham reduzido as suas ações espetaculares, os assédios e as sabotagens teriam se multiplicado. Além disso, a sua presença nas fronteiras venezuelana e equatoriana estaria se consolidando. Mesmo que a sua credibilidade estivesse minada, a sua capacidade militar não pareceria estar muito reduzida (Pécaut, 2008: 66-67). A sua capacidade militar começaria a ser atingida nos últimos cinco anos, logo de ter encarado o Plano Patriota, e ainda teriam que enfrentar o Plano Consolidação, que procuraria chegar aos seus domínios mais inescrutáveis. O domínio territorial teria diminuído, e as regiões nas que se encontrariam a salvo seriam poucas. A redução do seu pé de força (de 17 mil em 2000 passariam a ter 10 mil ou menos em 2007) se evidenciaria nas perdas que se contabilizariam, mas também nas deserções. Em 2007 vários comandantes de frentes muito conhecidos seriam mortos. No início de março de 2008 Raúl Reyes e Iván Ríos, membros do Secretariado, seriam atingidos. No final desse mesmo mês teria se registrado a morte do seu mítico fundador Tirofijo (Manuel Marulanda Vélez), bem como o hollywoodiano e enigmático resgate de uma série de célebres reféns que estariam em poder das FARC havia longo tempo, entre os que se contava a ex-candidata a presidência Ingrid Betancourt (Pécaut, 2008: 67).

Essas dificuldades certamente não seriam alheias ao fato de que as FARC perceberiam a necessidade de criar um espaço político. O tema do intercâmbio humanitário adquiriria uma importância inusitada. A “visão bolivariana” se tornaria a chave do assunto. Ambos os temas estariam lhe proporcionando uma saída do isolamento. Os apelos a Hugo Chávez e a internacionalização do conflito colombiano iriam nesse sentido (Pécaut, op. cit.: *ibidem*).

1.9. Desterritorialização e reterritorialização

Além de considerar o conflito colombiano desde a óptica dos estratos, das sensibilidades e temporalidades, das configurações sociais e dos repertórios da ação, tal como nos propõe Pécaut,

é fundamental analisá-lo em relação aos movimentos de desterritorialização e reterritorialização ou, como Hobsbawm e Molano diriam, colonização (de novos territórios), o qual constitui, além da violência, um dos acontecimentos sintomáticos, recorrentes, da história colombiana dos últimos dois ou três séculos. A colonização de novos territórios constituirá um recurso usado pelos camponeses, rebeldes, derrotados das guerras civis, escravos fugitivos ou trabalhadores do campo que queriam iludir o controle dos seus dominadores: os proprietários da terra.

Não obstante, a colonização de novos territórios se intensificaria na década de 1980 com o auge da economia da droga, atraindo camponeses e cidadãos às regiões periféricas. Além de áreas de produção de droga, deve destacar-se a atração que gerariam territórios produtores de matérias primas: petróleo, ouro, esmeraldas e produtos agropecuários ou, inclusive, regiões de desenvolvimento industrial. As zonas de colonização, onde o domínio do Estado brilharia pela sua ausência, seriam percebidas como localidades “sem Deus e sem lei”. De fato, perante a falta de qualquer tipo de intervenção institucional, a resolução dos conflitos só poderá ser realizada de forma expedita (Pécaut, 2003: 21 e ss.).

Simultaneamente, a enorme expansão territorial das guerrilhas coincidiria com a intensificação da colonização da década de 1980, que resultaria do cuidado exercido na extensão do controle sobre as riquezas nacionais, que disputaram com as outras redes de poder. É necessário ressaltar também os exitosos esforços das guerrilhas no controle da gestão financeira dos municípios. Essa estratégia passaria pela consolidação do seu domínio sobre territórios que considerariam estratégicos, implicando, assim, uma mudança na sua relação com as populações que os ocupam. Conforme Pécaut (op. cit.: 24), faz tempo que as guerrilhas deixariam de pretender com suas ações a mobilização ou o doutrinamento das populações, apenas procurariam consolidar seu domínio sobre elas; aliás, pretenderiam garantir o monopólio sobre as condições de acesso aos postos de trabalho locais. Desta forma, seria plausível considerar as guerrilhas como simples redes de poder, que contariam com uma determinada capacidade de controle sobre os recursos e as populações, e que entrariam em confronto com outras redes de poder: narcotraficantes, empresários, militares, etc. Os jogos estratégicos entre as distintas redes de poder se manifestariam em “regulações cruzadas”, as quais, em vista dos seus atributos, configurariam novos contextos territoriais. Isso seria visível na conformação de novas regiões como consequência das interações violentas entre redes.

Entre as características relevantes das zonas de colonização estariam a nula ou fraca incidência do Estado colombiano, bem como a ausência quase total de mobilizações populares, ou seja, a precariedade de uma cidadania política e social (Pécaut, op. cit.: 97 e ss.). As distintas redes de poder (guerrilhas, militares, paramilitares, narcotraficantes, empresários) contariam hoje com certa capacidade de controle sobre esses territórios e suas populações, diante da perda da hegemonia dos partidos políticos tradicionais. Os meios de violência constituiriam apenas um recurso suplementar (Pécaut, op. cit.: 24).

As zonas de colonização se tornariam o campo de batalha por excelência dos diversos protagonistas armados. Em muitos casos a população se encontra no meio do fogo cruzado e é forçada a abandonar o território (desterritorialização), trazendo como consequência milhares de deslocados internos ou asilados refugiados; alguns deles se reassentam (reterritorializam) nas favelas das grandes cidades (Bogotá, Cali, Medellín, etc.), outros prosseguem seu interminável périplo além das fronteiras nacionais, no seu afã de fugir das perseguições e ameaças; em seu lugar, os “senhores da guerra” se apropriam desses territórios (reterritorializam) se atribuindo o seu domínio.

1.9.1. Multinacionais: crise humanitária e deslocamento forçado

A presença de empresas multinacionais em território colombiano, inclusive em algumas das chamadas zonas de colonização, não é um fenômeno recente, pois desde a década de 1920 se registram economias de enclave. Nesse sentido, têm atuado firmas estadunidenses, no Magdalena Médio, na exploração de petróleo (*Tropical Oil Company*) ou na plantação de banana, no Urabá antioquenho ou em vastas regiões do litoral atlântico (*United Fruit Company*). Nesta primeira etapa de inserção da Colômbia na economia mundial se desenvolveram economias de enclave, impuseram-se dinâmicas de sobreexploração da força de trabalho e também aconteceram processos de resistência dos trabalhadores. O nascimento da classe operária colombiana se relaciona com o desenvolvimento das corporações multinacionais estadunidenses no Magdalena e no Magdalena Médio.

Contudo, seria somente a partir da década de 1980 que a presença das empresas transnacionais no país se generalizou. Por trás do modelo de “abertura econômica”, junto com a política de privatização das empresas estatais e a estratégia de fusões e vendas das companhias colombianas para enfrentar a forte competência internacional, instalaram-se na Colômbia

transnacionais espanholas (como Endesa, Telefónica, Unión Fenosa, Gas Natural, Repsol), canadenses (como Cerromatoso), mexicanas (Cemex), brasileiras (Petrobras) e francesas (Carrefour), para citar algumas, além das estadunidenses que haviam sido as primeiras em chegar. Hoje, das cinco mil maiores empresas do país, duzentas e noventa e uma são multinacionais que concentram mais do vinte por cento do PIB (Ramiro, González e Pulido, 2007: 60-61).

A chegada das multinacionais não esteve isenta de graves impactos às populações locais e ao meio ambiente. Muitas delas estão envolvidas em violações dos direitos humanos. Por exemplo, a *Multifrutis*, filial da firma estadunidense *Delmonte*, que desenvolveriam a plantação ilegal de banana, borracha e palma, apoiaram-se nas estruturas paramilitares presentes no Chocó, trazendo como consequência o deslocamento de mais de 2.500 afro-colombianos, bem como o saqueio de bens de sobrevivência e a utilização desta localidade como centro de distintas operações paramilitares que deixariam 85 vítimas desta comunidade. A *Drumond* é acusada de utilizar os serviços de militares colombianos para proteger suas instalações e permitir nelas a entrada livre de reconhecidos paramilitares, estimulando-os para assassinar a três dirigentes sindicais. A *Anglo Gold Ashanti*, que através da sua filial colombiana *Kedahda* opera no sul do departamento de Bolívar, onde, enquanto exercia sua atividade no período compreendido entre 1988 e 2006, foi denunciada pela execução de 330 pessoas e a desapareição de mais de cem (Ramiro, González e Pulido, op. cit.: 63).

As ligações entre empresas multinacionais e grupos paramilitares têm sido desvendadas em múltiplos casos. Assim, por exemplo, a *Chiquita Brands* (antiga *United Fruit Company*) reconheceu em março de 2007 o pagamento aos paramilitares das *Autodefensas Unidas de Colombia*, no departamento de Córdoba e Urabá, pela segurança proporcionada nas suas atividades, bem como foi comprovado que no ano de 2001 transportou 3.000 fuzis AK-47 e cinco milhões de projéteis com destino a esta *rede de poder*.

Contudo, os casos de maior relevância internacional são os das empresas *Nestlé* e *Coca-Cola*, às quais é atribuída responsabilidade direta ou indireta no assassinato de vários dirigentes sindicais. Concretamente a multinacional suíça é acusada da morte de dez pessoas e a estadunidense de nove.

Além disso, são inúmeros os impactos às populações indígenas (como é o caso das etnias *u'wa*, *guahibo* e *inga*, entre outras) fora os danos ambientais, causados pela presença de multinacionais petrolíferas e mineiras, como é caso da *Occidental* e *Repsol YPF* (Ramiro, González e Pulido, op. cit.: 64).

1.10. Uma diáspora colombiana?

Um olhar sobre a história recente dos fluxos de viajantes forçados colombianos revelaria que estes se caracterizam por ser massivos, contínuos, heterogêneos, (social e regionalmente) e dirigidos a múltiplos destinos, mesmo no interior dos próprios países receptores, configurando-se o que alguns denominam como *diáspora colombiana* (Guarnizo, 2004; Gamarra, 2004). Seria só a partir da segunda metade da década dos noventa que estes fluxos atingiriam uma aceleração sem precedentes (Cárdenas y Mejía, op. cit.).

Quanto aos fluxos de imigrantes em direção à Colômbia, eles seriam historicamente reduzidos, inclusive sua importância diminuiria nos últimos anos, ao contrário do que aconteceria em países como a Argentina ou o Brasil, que receberam um grande volume de imigrantes europeus durante a primeira e segunda guerra mundial, ou o México, que por causa da sua proximidade geográfica com os Estados Unidos, tem se propiciado uma significativa emigração (Cárdenas y Mejía, 2006).

Tradicionalmente as migrações internacionais não foram uma temática central na bibliografia especializada colombiana. Contudo, nos últimos anos se evidencia um crescente interesse por parte da comunidade acadêmica nesta área do conhecimento, notório por causa dos diversos estudos feitos desde perspectiva da ciência política, a economia ou a sociologia. Entretanto, ainda se conhece pouco sobre sua magnitude, destacando-se, é claro, que a informação disponível também é pouca (Cárdenas y Mejía, op. cit.).

Tradicionalmente, no estudo dos fluxos migratórios de origem colombiana se distinguem três períodos, a saber: de 1965 a 1975; de 1975 a 1985 e 1996 até hoje (Cardenas y Mejía, op. cit.; CEMLA, FOMIN/BID: 2005 e 2007, Cruz et altri, 2008).

O início de uma migração colombiana significativa remonta à década de 60, momento que coincide, por um lado, com o fim do chamado período da Violência na Colômbia e o começo do prolongado conflito armado interno que persiste até hoje. Por outro, coincide com a introdução de significativas reformas às leis de imigração norte-americanas, que pela primeira

vez na história atribuíram cotas de imigração a todos os países do mundo, sem distinção de raça ou origem étnica. De igual forma, essas leis autorizaram a reunificação familiar aos imigrantes documentados, o qual eventualmente se converteria na principal forma de obter um visto de permanência para os EUA. Em terceiro lugar, há uma coincidência com a alta demanda de mão-de-obra por parte do auge petrolífero da economia venezuelana no começo da década de 70. Porém, com o fim deste auge, no final da década de oitenta, o fluxo migratório à Venezuela se desaceleraria (Guarnizo, 2004). A maioria dos emigrantes era oriunda dos departamentos fronteiriços (Norte de Santander, Santander, Cesar e Guajira). Ao parecer, tratava-se de trabalhadores rurais com um baixo nível de escolaridade (Cárdenas y Mejía, op. cit.).

O novo contexto emergido a partir de meados da década de 60 abriria as fronteiras dos Estados Unidos à imigração latino-americana, caribenha e asiática em geral, ao mesmo tempo em que acontecia uma aguda queda na imigração proveniente da Europa. Embora pequena no começo, a presença colombiana neste período, principalmente de médicos e engenheiros (Guarnizo, op. cit.) assentaria as bases para o massivo, porém, intermitente, deslocamento de colombianos que durante as últimas quatro décadas têm se mobilizado aos EUA. Duas regiões se constituíram desde o princípio nas zonas de maior atração para os colombianos: a área metropolitana da grande Nova York (incluindo os estados de Nova York, norte de Nova Jersey e o sul de Connecticut) e o sul da Flórida se converteram no seu principal destino (Guarnizo, op. cit.). Por um lado, Nova York oferecia amplas oportunidades de trabalho, enquanto no sul da Flórida, além de boas oportunidades para empreender negócios, tinha se assentado uma importante população de origem hispano-americana, como por exemplo, a comunidade cubana refugiada. Em meados da década de setenta o fluxo migratório se diversificou por meio da presença não apenas de profissionais universitários, mas de operários qualificados, comerciantes e empresários de classe média (Cárdenas y Mejía, op. cit.).

Em meados da década de 70 e contra a tendência do momento, evidenciava-se um importante fluxo migratório em direção ao Reino Unido, em vista de que o governo inglês autorizaria a entrada de mão-de-obra estrangeira não qualificada para trabalhar no então crescente setor de serviços comerciais (especialmente de limpeza industrial e comercial), hotelaria e restaurantes. A maioria destes imigrantes era de sexo feminino e provinha dos departamentos de Caldas, Risaralda, Quindío e Valle del Cauca. Estes imigrantes seriam

contratadas como empregadas temporárias, com contratos renováveis a cada ano. Estas trabalhadoras evidenciaram ser a conexão, fonte de informação e apoio logístico para muitas pessoas de origem colombiana que optaram pela migração nos últimos cinco anos (Guarnizo, op. cit. e Cárdenas y Mejía, op. cit.).

Simultaneamente nas décadas de 1960 a 1980, a Europa continuaria sendo o destino principal das elites socioeconômicas da Colômbia. Embora, durante este período, novos atores tomaram o mesmo destino dessas elites: refugiados políticos de esquerda, intelectuais, artistas e estudantes. (Guarnizo, op. cit.).

Em meados da década de oitenta se registraria um fluxo significativo de pessoas de origem colombiana aos Estados Unidos, principalmente ao sul da Flórida, que estaria relacionado, sobretudo, com a queda no PIB e a acelerada expansão do tráfico de drogas na Colômbia, especificamente com a necessidade de contar com mão-de-obra para a distribuição e comercialização da mesma (Gaviria, 2004; Guarnizo, op. cit.). É de salientar que no segundo período (1975-1985) os fluxos migratórios de colombianos ao exterior se estabilizariam.

Já a partir da segunda metade da década de noventa se produz uma inusitada aceleração nos fluxos de migrantes de origem colombiana, especialmente de classe média e alta (Cruz et altri, op. cit.), que está ligada à agudização do conflito interno armado e à crise econômica do final do século²⁶. Só neste último período teriam emigrado mais de dois milhões de pessoas. Os principais países de destino seriam os Estados Unidos, a Espanha e a Venezuela, em menor escala, a Inglaterra, o Equador, o Panamá, o Canadá, a França, a Itália, o México e a Costa Rica (Cárdenas y Mejía, op. cit.; Cruz et altri, op. cit.).

Assim, em 2003, haveria mais de quatro milhões de imigrantes colombianos espalhados pelo mundo, de acordo com a Organização Internacional das Migrações e o Departamento Nacional de Estatística da Colômbia (DANE), ou seja, cerca de 10% da população do país.

²⁶ A Colômbia experimentaria no final da década de 1980 e começos da década de 1990 um significativo crescimento econômico que, devido à sua particular natureza (achados de petróleo e exportações ilegais principalmente) e à gestão que se deu deste, teve consequências adversas. Depois de uns anos de notável crescimento e consumo excessivo entre 1990 e 1995, aconteceria uma crise econômica entre 1996 e 1999, que mostraria seu pior cenário no último ano do século XX. Para as famílias em particular, o auge do consumo de bens duradouros e não duradouros e o incremento da aquisição de dívida hipotecária se converteria no médio termo em um risco enorme para sua economia. No final de 1997 e começo de 1998 se precipitaria uma desvalorização do peso, acompanhada de um aumento sem precedentes dos tipos de juros. Este cenário deterioraria drasticamente o orçamento das famílias e das empresas e geraria a profunda recessão de 1999 (Echeverry, 2001 *apud* Sanabria, 2008).

Paralelamente, o Ministério das Relações Exteriores da Colômbia (MRE), para este mesmo ano, contabilizaria surpreendentemente 770.307 colombianos registrados, cifra que evidentemente subestima essa população. Porém, estimaria que houvesse 4.243.208 colombianos morando fora da Colômbia, números estes baseados nos fluxos migratórios passados, nas cifras de países similares à Colômbia e em fatores que indicam a presença de colombianos em cada um dos países estrangeiros. As diferenças, como se aprecia, são consideráveis (Cárdenas y Mejía, op. cit.). Quanto aos destinos, de acordo com esta fonte, observa-se que havia colombianos residindo nos cinco continentes e em, pelo menos, vinte e cinco países. Sua presença se destaca em países como os Estados Unidos, a Venezuela, a Espanha e o Equador (vide tabela 1 e gráfico 1).

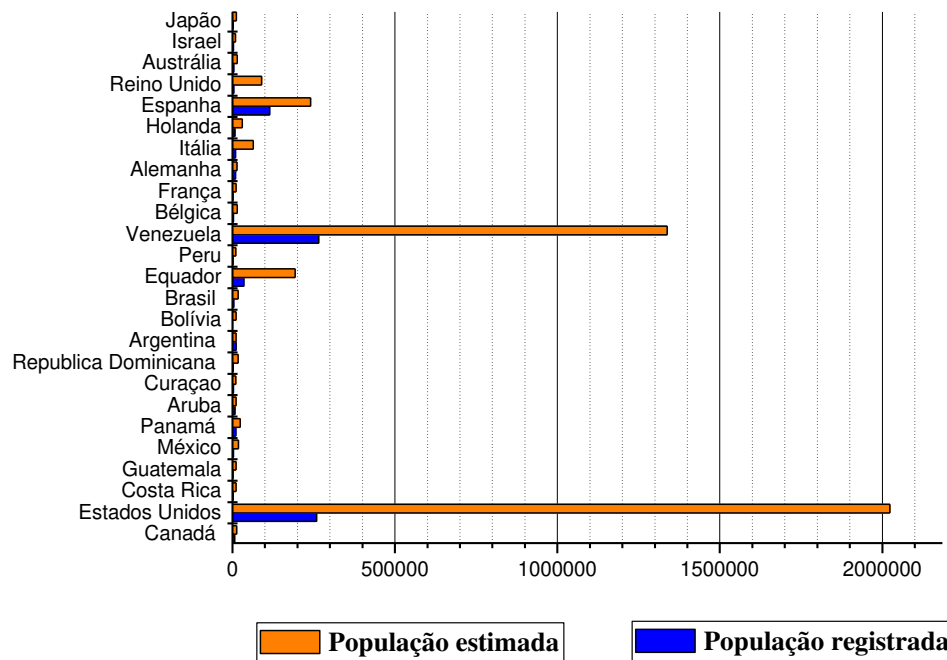
Tabela 1: População colombiana no exterior registrada e estimada (2003)

País	Registrada nos consulados	Estimada
Canadá	5, 974	12, 421
Estados Unidos	258, 173	2, 023, 200
Subtotal América do Norte	264, 147	2, 035, 621
Costa Rica	2, 132	11, 000
Guatemala	1, 341	11, 349
México	2, 396	18, 426
Panamá	10, 098	23, 424
Outros	1, 064	6, 300
Subtotal América Central	17, 031	70, 499
Aruba	7, 720	10, 839
Curaçao	3, 002	10, 000
Republica Dominicana	1, 535	17, 000
Outros	629	1, 837
Subtotal Caribe e Antilhas	12, 886	39, 676
Argentina	10, 700	11, 265
Bolívia	267	11, 000
Brasil	3, 529	17, 465
Equador	34, 292	192, 891

Peru	1, 215	10, 050
Venezuela	265, 036	1, 338, 000
Outros	1, 601	2, 900
Subtotal América do Sul	316, 640	1, 583, 571
Bélgica	2, 325	15, 000
França	500	10, 556
Alemanha	8, 744	13, 313
Itália	8, 728	64, 000
Holanda	7, 484	30, 300
Espanha	114, 113	240, 390
Reino Unido	4, 000	90, 000
Outros	4, 666	11, 684
Subtotal Europa	150, 560	475, 243
Austrália	3, 474	15, 000
Israel	2, 445	9, 425
Japão	1, 599	12, 000
Outros	1, 525	2, 173
Subtotal África, Ásia e Oceania	9, 043	38, 598
Total	770, 307	4, 243, 208

Fonte: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia (2003)

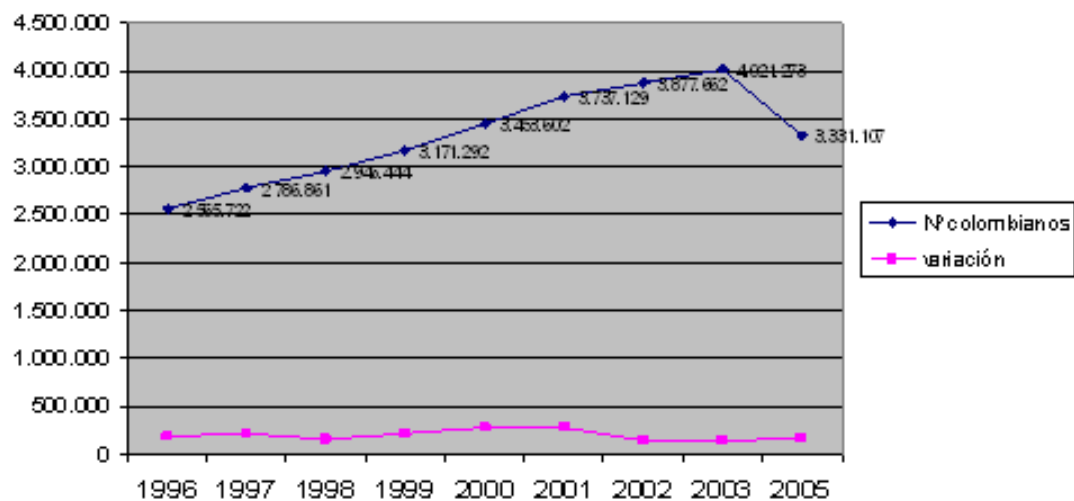
Gráfico 1: Dados e estimativas do Ministério das Relações Exteriores da Colômbia (MRE)



Fonte: Ministério das Relações Exteriores da Colômbia (MRE): 2003

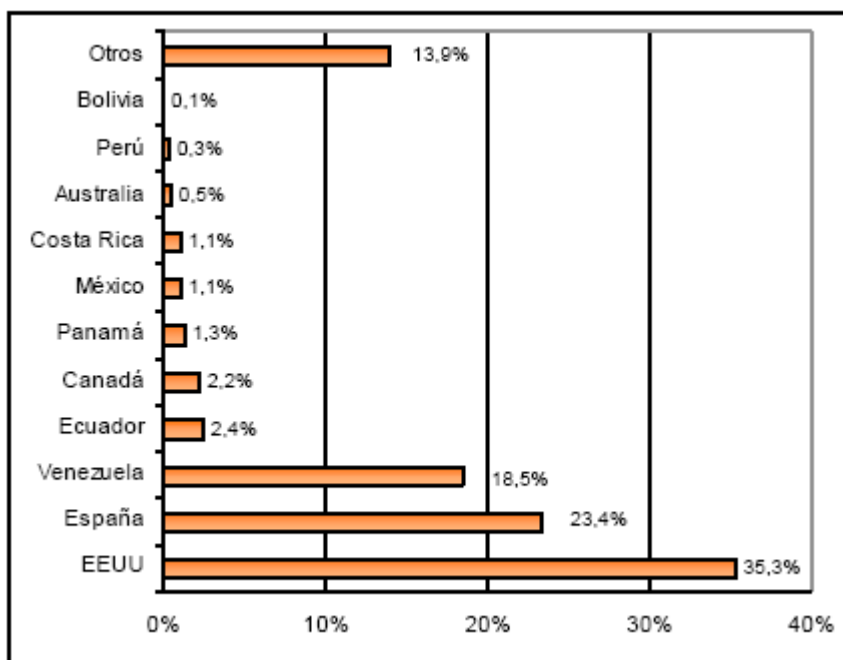
Subsidiariamente, conforme o último Censo de População da Colômbia, que data de 2005, calcular-se-ia que havia 3.331.017 colombianos residindo no exterior, isto é, 8,08% da população total residente no país, o que significaria em relação a 2003 uma diminuição de cerca de 2% (vide gráfico 2). Segundo esta fonte, a maioria destes colombianos em 2003 se encontrava morando nos Estados Unidos (35,3%), em segundo lugar na Espanha (23,4%) e em terceiro lugar na Venezuela (18,5%), o qual em certa medida concorda com os cálculos do MRE. A somatória destes três valores atinge praticamente três quartas partes da população colombiana residente no exterior (vide gráfico 3). Além disso, conforme o Ministério de Relações Exteriores, em 2005 haveria 729 mil colombianos registrados nos consulados, porém se estimava que houvesse mais de cinco milhões de colombianos residindo no exterior (Cárdenas y Mejía, op. cit.).

Gráfico 2: Colombianos residentes no exterior: 1996-2005



Fonte: Cruz et al 2008: 64

Gráfico 3: País de residência (Censo de 2005)



Fonte: DANE, Censo de 2005

Diante deste prolífico panorama, é inevitável se perguntar, como se passa de uma limitada migração de colombianos, concentrada em poucos destinos, a uma massiva, heterogênea e dispersa, como a que se observa atualmente?

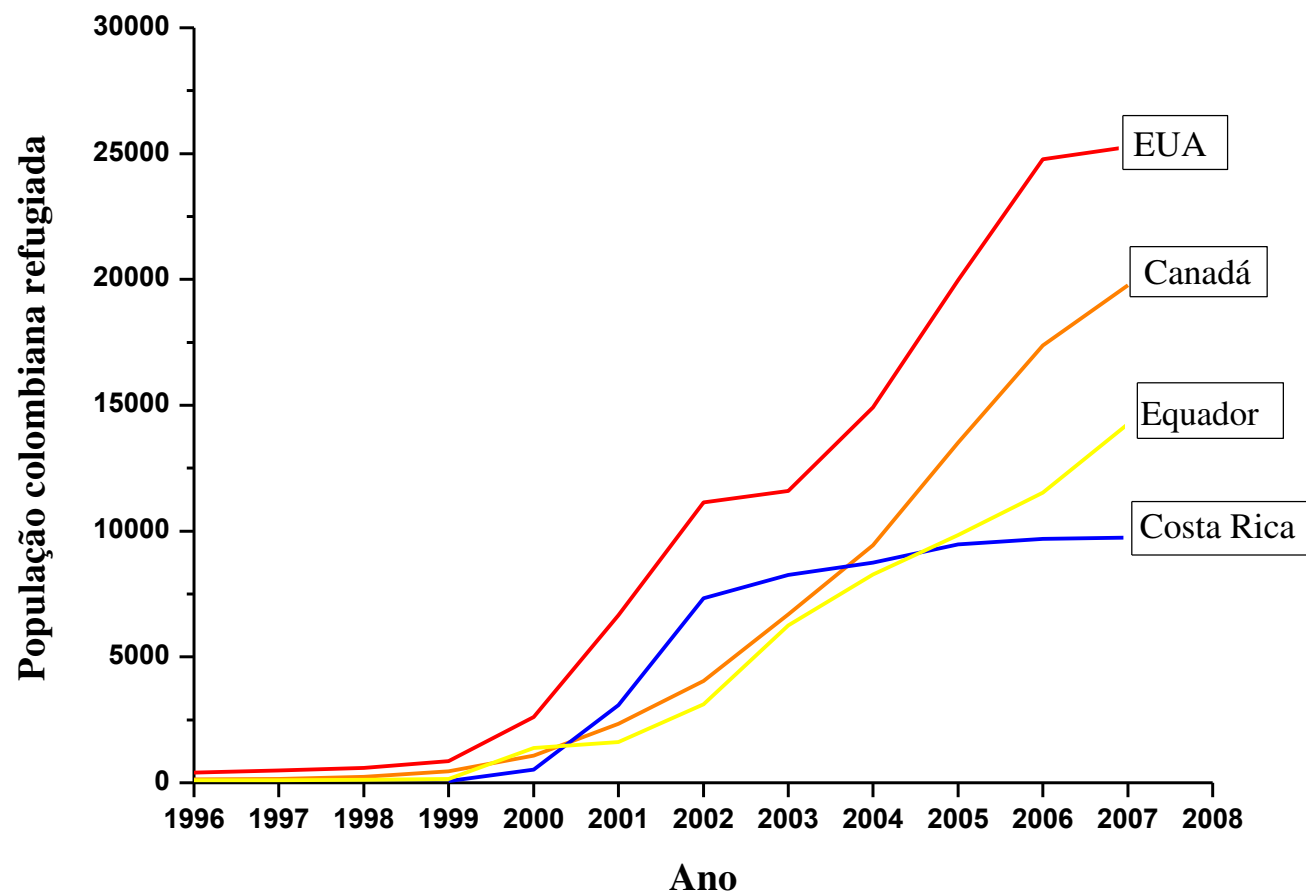
Segundo Guarnizo (2004, op. cit.) a crise econômica, política social e militar e a generalização da violência (comum, política e do narcotráfico) no território colombiano contribuíram na geração de um ambiente de insegurança e incerteza no qual a migração surgiria como uma saída viável e até aconselhável para setores cada vez mais amplos da sociedade colombiana. Além desses fatores, outros dois contribuíram significativamente para gerar a migração massiva de colombianos: no nível macro, a consolidação e expansão do mercado internacional das drogas, que favoreceria a demanda de mão-de-obra para a operacionalização deste negócio e, em nível micro estrutural, a consolidação e amadurecimento das “redes sociais transnacionais”

Tanto as condições socioeconômicas da Colômbia quanto as restrições legais para a imigração documentada aos Estados Unidos teriam contribuído para essa diversificação da geografia migratória colombiana. Quando as fronteiras dos EUA se fecharam na década de 90 devido ao significativo aumento do volume de migrantes colombianos, surgiram outros destinos alternativos importantes como o Canadá e a Europa, especialmente países como a Espanha, Inglaterra, Itália, França, Escandinávia, Alemanha, principalmente documentada até o fechamento das fronteiras da União Européia para os colombianos, no início de 2002. Por outro lado, os que não puderam migrar para os EUA, migraram para o México, a América Central (especialmente Costa Rica), o sul do continente (Equador, Chile, Brasil) e o Caribe (particularmente para a República Dominicana). Ao mesmo tempo, a migração feminina evidenciaria também um incremento em direção aos países asiáticos, especialmente o Japão. Ademais, apresenta-se cada vez mais uma grande mobilidade e interação entre os colombianos residentes nos EUA e na Europa (Guarnizo, op. cit.).

No entanto, a partir de meados dos anos 80, o conflito armado na Colômbia se tornaria o pano de fundo do processo de deslocamento forçado interno, conseqüentemente externo, caracterizado pelo crescente número de municípios atingidos, pelo incremento das ações violentas, e pela excessiva crueldade com que atuam os diferentes atores armados (exército, guerrilha, paramilitares, etc.).

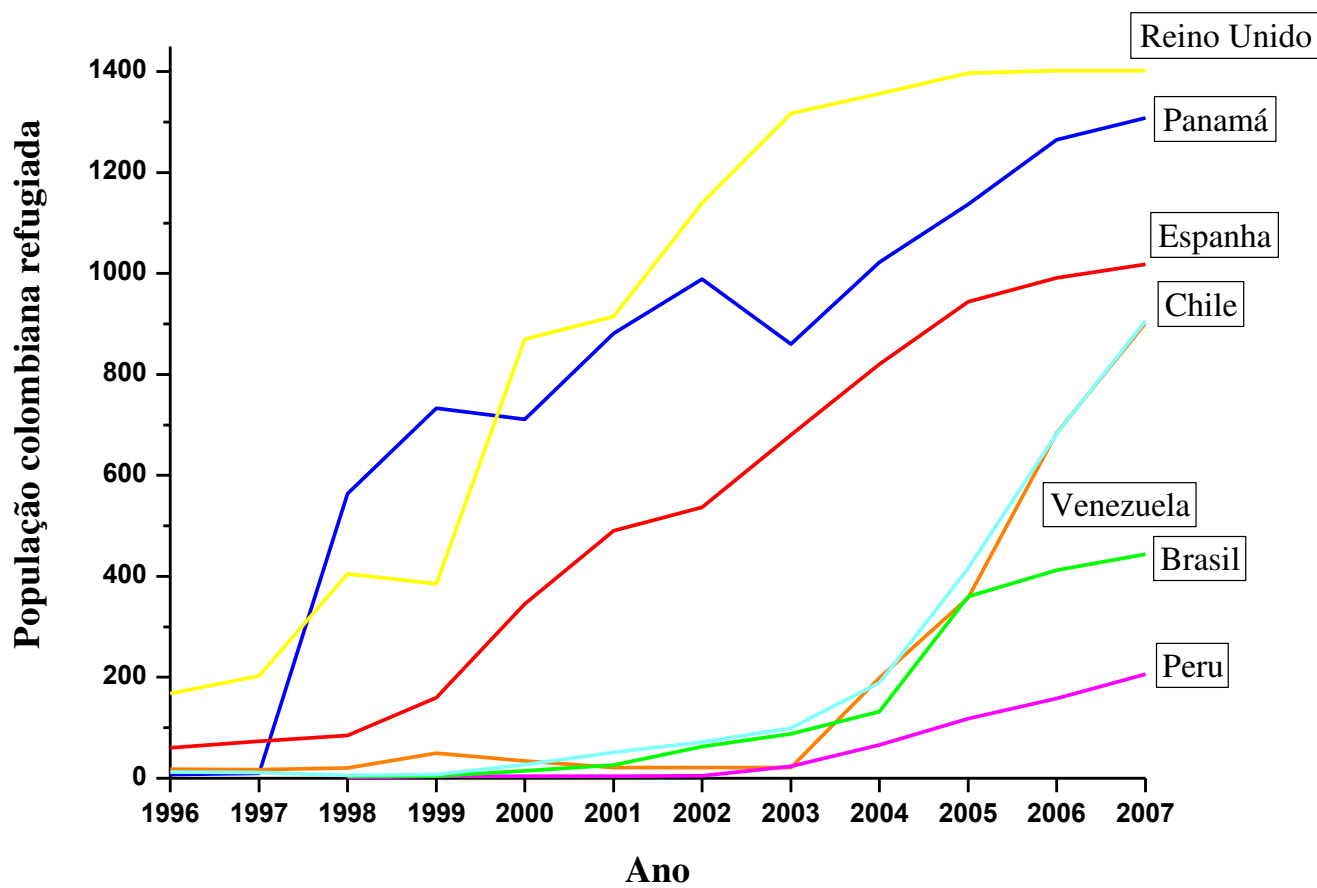
Talvez o exemplo mais crítico de mudanças na natureza da migração forçada, no continente americano, o constitua a crise humanitária do deslocamento forçado interno e externo na Colômbia. O incremento da população colombiana refugiada (registrada) no mundo se dá praticamente de forma exponencial já a partir de finais da década de noventa. Assim, em um pouco mais de uma década, o número anual de refugiados colombianos aumentaria em quase quarenta vezes, passaram de 2.168 em 1996 a 80.458 em 2007 (vide tabela 8: anexo 1 e gráficos 4 e 5). Quanto aos solicitantes de asilo (registrados) no mundo, observa-se que os pedidos anuais aumentaram significativamente a partir de finais da década de 1990, passaram de 1.697 em 1996 a 23.242, ou seja, aumentaram quase 14 vezes mais (tabela 9: anexo 1 e gráficos 6 e 7). Sem contar as graves crises humanitárias e sociais em relação à presença massiva dessa população em países vizinhos como o Equador, a Venezuela, o Panamá e o Brasil, entre outros. Já em território colombiano, em 2007, registravam-se três milhões de refugiados internos assistidos pelo ACNUR. Número que aumentou praticamente em seis vezes, se comparado com o pouco mais de meio milhão que se registrou no ano 2000.

Gráfico 4: População colombiana refugiada de acordo com os quatro principais países de residência



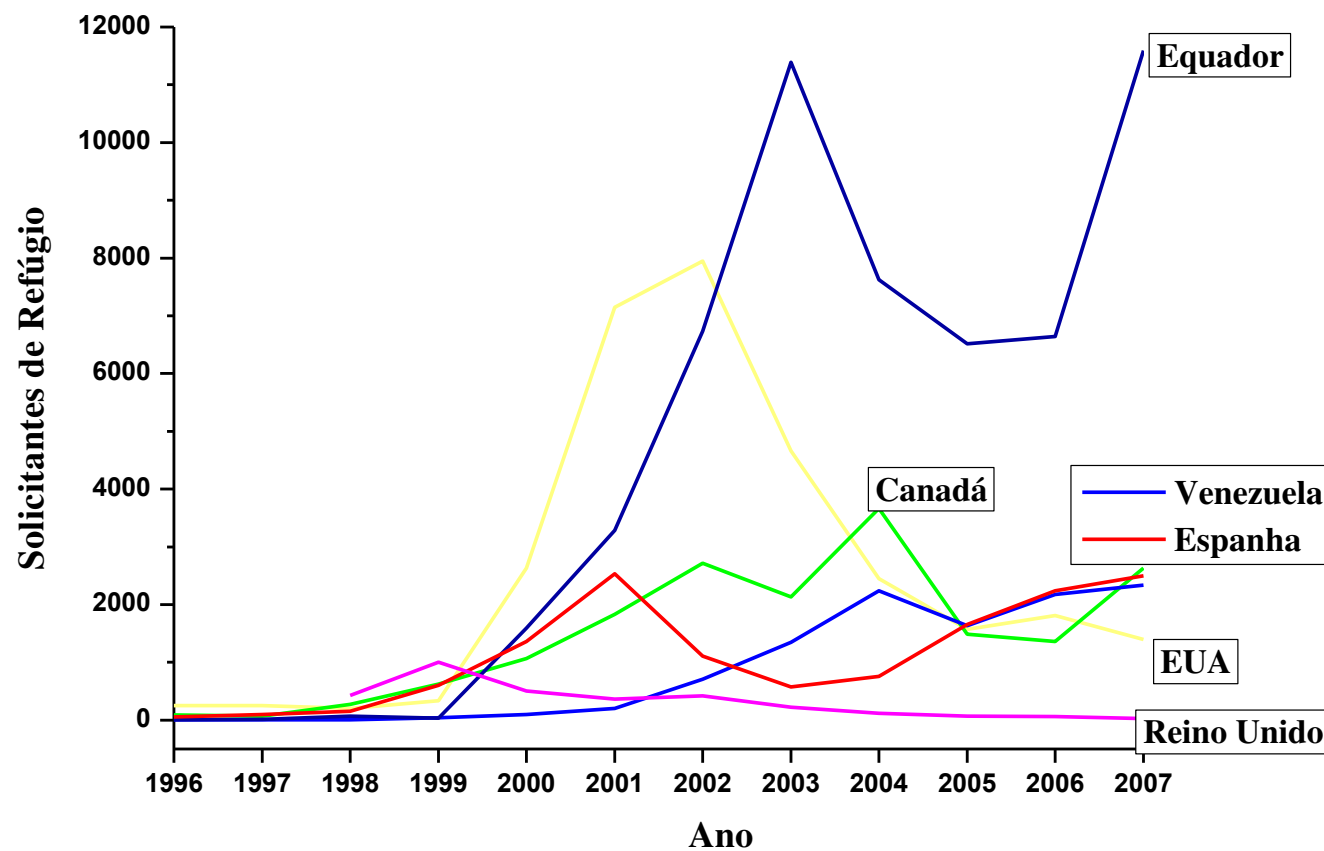
Fonte: Elaboração própria com base na tabela 1

Gráfico 5: População colombiana refugiada de acordo com países de residência



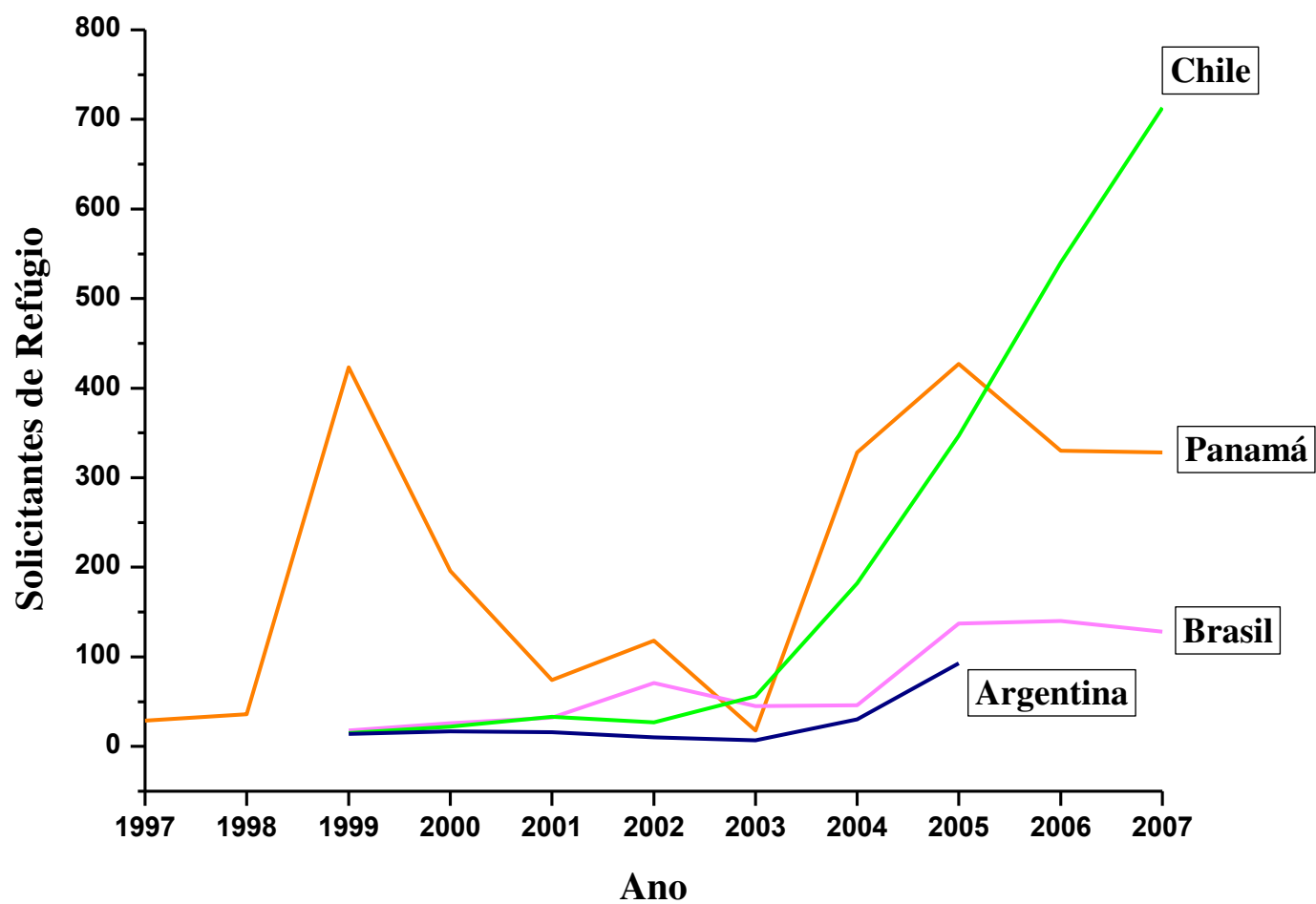
Fonte: Elaboração própria com base na tabela 1

Gráfico 6: População colombiana solicitante de refúgio de acordo com os principais países



Fonte: Elaboração própria com base na tabela 2

Gráfico 7: População colombiana solicitante de refúgio de acordo com alguns países da América Latina



Fonte: Elaboração própria com base na tabela 2

1.11. Desterritorialização: eixos e atores

Apesar das proporções e gravidade, o deslocamento forçado não foi avaliado o suficiente, nem em sua magnitude nem suas implicações, seja por parte do Estado quanto pela sociedade colombiana ou, até mesmo, a comunidade internacional (Villa, 2008: 230).

É necessário, portanto, decifrar o deslocamento forçado na Colômbia não apenas como efeito, mas como estratégia expedita de guerra; “estratégias de terror”, que se tem se materializado em massacres, assassinatos coletivos, tomadas de povoados, desaparecimentos, minado de territórios, etc., como nos aponta Marta Inés Villa (2008: 231). Trata-se de uma guerra que até a década de 1990 mudaria o seu cenário predominante: o mundo rural, para se trasladar ao mundo urbano. Na atualidade, as cidades se tornaram também em campo de batalha, a guerra se “urbanizaria”, acarretando o deslocamento intra-urbano, cujas consequências e dinâmicas são semelhantes às do contexto rural (Villa, op. cit.: ibidem). Poder-se-ia falar, sem dúvida, de uma progressiva desterritorialização da guerra (Pécaut, 2006: 469) a partir desta década. Se o governo achava que a modernização das forças militares (considerável a partir de 1998 graças às notórias contribuições do *Plan Colombia*) ia deter o avanço dos atores ilegais, não tem mais remédio que se desencantar. Diante da difusão dos confrontos na maior parte do país, é difícil afirmar que se trata de uma “guerra de territórios”. Embora os paramilitares e os guerrilheiros mantenham “bases” relativamente estáveis, ninguém está a salvo de eventuais ataques, as fronteiras se tornam móveis em virtude das operações de uns e de outros. Questionaram-se as “lógicas de proteção” segundo as quais os moradores seriam coagidos a confirmar o controle da rede de poder predominante. A gradativa desterritorialização do conflito está atrela a sua deterioração de suas expressões, seja de um ator ou outro. A população civil se encontra mais do que nunca no meio do fogo cruzado, em função de que as redes de poder ganham terreno na medida em que esta é desarraigada ao se tornar alvo das suas ações (Pécaut, op. cit.: 469-472).

A desterritorialização massiva da população não é um fenômeno novo na Colômbia. Durante a Violência houve uma enorme expansão. Mas, nessa época a maioria dos deslocados abandonava suas terras e se locomovia aos povoados vizinhos ou principais municípios. Na fase atual do conflito o fenômeno é ainda mais massivo. Teria sido necessário aguardar até 1995 e a publicação de um primeiro relatório da Igreja católica (Pécaut, 2008: 132 e Villa, 2008: 234) para que fosse alvo de atenção pública. Nesse momento se estimaria em meio milhão a população deslocada. A partir daí o aumento seria exponencial. Um número importante destas pessoas se subtrairia às medidas tomadas pelo governo para atacar este problema, devido a que prefeririam evitar ser estigmatizadas. Com frequência se suspeita que muitas delas possam ter ligações com as guerrilhas ou com os paramilitares. O ano de 1995

constituiria um ponto de inflexão, pois é quando começa a chamada “reconquista” paramilitar. Esta empresa raras vezes implicaria o enfrentamento direto com as guerrilhas, e sim a expulsão sistemática dos moradores que estariam sob o seu domínio. O terror seria o meio para atingi-la, e a matança o método mais espetacular e eficaz de suscité-la. Desde 1988 os paramilitares perpetrariam atrozes massacres no Urabá e norte do Vale do Cauca (Trujillo). A partir de então, multiplicar-se-iam. Entre 1993 e 2003 matariam anualmente até 500 pessoas. Entretanto, em 2002 esta cifra seria ainda maior (aproximadamente 1500 assassinatos). Nesse contexto, é de ressaltar que a autoria de 80% dos massacres corresponde a paramilitares, no percentual restante (20%) será difícil estabelecer a responsabilidade a uma rede de poder determinada (paramilitares, narcotraficantes, delinquência comum, gangues urbanas, guerrilhas).

Contudo, o deslocamento forçado na Colômbia abrange outros eixos e atores, por exemplo, a economia da droga e o seu vínculo com grupos paramilitares ou guerrilheiros, a sua introdução nas instâncias políticas locais (“parapolítica”), a sua importância na concentração da propriedade da terra²⁷ e na apropriação daquelas de onde são despejados os deslocados²⁸.

Além disso, não se pode esquecer os nexos dos *megaprojetos* econômicos e o deslocamento forçado que ligam este fenômeno com as dinâmicas da globalização, em especial a partir de 1970. Diante das exigências demandadas pela “globalização”, empresários nacionais, multinacionais e o governo colombiano, executariam projetos relacionados à ampliação da rede viária, à construção de hidroelétricas e à agroindústria, os quais gerariam a desterritorialização de numerosas povoações (Bello, 2004: 23; Sarmiento, 2001: 106 *apud* Villa, 2008: 232).

Da mesma forma, o deslocamento forçado constituiria uma estratégia para garantir o controle de territórios abundantes em biodiversidade, recursos petrolíferos, minérios ou ótimos para plantações ilegais (Pérez, 2004 *apud* Villa, 2008).

²⁷ Estima-se que cerca de quatro milhões de hectares estariam em poder do narcotráfico, isto é, o equivalente a 48%. Os pequenos proprietários, camponeses, possuiriam apenas 5,2% da área, terras localizadas nas regiões da fronteira agrícola e que teriam sido destinadas ao desenvolvimento de cultivos ilícitos e a instalação de laboratórios para o processamento da droga (Contraloría, 2006 *apud* Villa, 2008: rodapé da página 232).

²⁸ Estima-se que 55% dos deslocados tinham pequenas propriedades das que teriam sido despojados, isso equivaleria a uma média de 1,2 milhões de hectares abandonadas por causa da desterritorialização (Ibáñez e Moya, 2006 *apud* Villa, 2008: rodapé página 232); conforme CODHES haveria 4,8 milhões de hectares abandonadas por essa mesma causa, ou seja, quatro vezes que o assinalado no estudo mencionado acima (CODHES y Conferencia Episcopal, 2006 *apud* Villa, 2008: rodapé página 232).

Adicionalmente, seria imprescindível ligar este fenômeno à pobreza, a um modelo de desenvolvimento desigual e excludente que empurra a mais da metade da população do país à pobreza, atingindo em especial aos indígenas, aos camponeses e às classes médias, populares e urbanas. E na última década, não se podem esquecer as ligações entre a Política de Segurança Democrática do presidente Uribe (2002-2010), o Plano Colômbia e o Plano Patriota, em consonância com a primeira e o deslocamento forçado. Seus efeitos se evidenciam, sobretudo, nas fumigações às plantações de coca e nas tentativas de combater as guerrilhas nos departamentos localizados no sul do país. Daí que a população civil não tenha mais remédio que fugir, por exemplo, ao Equador (Villa, 2008: 231-234).

Por fim, o país também estaria inserido em uma dinâmica internacional. Em especial no relacionado com o incremento nas cifras de migração global (hoje se estima que haveria cerca de 175 milhões de imigrantes) e a diminuição do refúgio (que teria decrescido de 25 a 19 milhões). As explicações se debatem entre, por um lado, uma redução dos conflitos e os fatores de ameaça que geram o deslocamento e a busca de refúgio, e, por outro, uma restrição nos regimes de proteção humanitária internacional que acarretariam maiores dificuldades para atravessar as fronteiras. Nesse sentido, perceber-se-ia, em termos gerais, que não haveria grandes mudanças que procurariam combater as desigualdades, a exclusão e o atropelo dos direitos humanos, que constituíram os eixos explicativos das viagens forçadas. Contrariamente, evidenciar-se-ia a presença de uma geopolítica caracterizada pelas assimetrias entre sociedades de destino e sociedades de origem, pela ativação das economias dos países de destino por parte dos imigrantes, que, simultaneamente, aqueceriam as economias de seus países de origem através das remessas de dinheiro, ao mesmo tempo em que desvelariam as suas extremas condições de precariedade e discriminação, a restrição de proteção humanitária, a negação de direitos e o fechamento de fronteiras (Villa, op. cit. ibidem).

Subsidiariamente, o deslocado interno, (*desplazado*) se tornaria não em uma pessoa de carne e osso que foge da violência, mas em um objeto inscrito, classificado, verificado e, ainda mais, despolitizado, silenciado (isso também poderia ser estendido para o refugiado, o exilado). Este objeto inscrito deviria alvo de múltiplos procedimentos que acompanham a quem exerce o poder, desde os responsáveis pelo seu deslocamento forçado no seu local de origem até os encarregados dos lineamentos das políticas públicas. E, mais revelador ainda, que tira responsabilidades ao Estado no referente à problemática, que de maneira direta ou indireta, está relacionada com sua atuação (ou omissão), como no caso dos massacres

anunciados, os deslocamentos intempestivos, as operações militares tais como o Plano Patriota ou, inclusive, a entrada massiva e violenta do capital a certas regiões do país como a Costa Pacífica (Aparício, 2005: 156-157 e Escobar, 2004 *apud* Aparício).

1.12. Resistências

Los procesos bélicos y de violencia son dinámicos y cambiantes [...] la guerra no siempre es la misma aunque la imagen que proyecta sea la de una repetición infinita que “no pasa” [...] la sociedad que la soporta tampoco actúa de la misma manera frente a ella. Los contextos cambian y se transforman de una manera a veces vertiginosa, lo que implica para los subordinados que su .caja de herramientas culturales y sociales se tiene que estar renovando, inventando de nuevo, readaptando, resignificando sus maneras de ser, de comportarse y de adaptarse -acomodarse y aprender. Quizá esta capacidad de rápidas adaptaciones y cambios es la estrategia más eficaz para sobrevivir en entornos violentos y degradados.

María Teresa Uribe de Hincapié

No meio dos estados de guerra prolongados a sociedade civil tentou e tenta se organizar. Organizações não-governamentais e associações participam em redes que reivindicam a sociedade civil. Em muitos casos se trataria, contudo, de correntes sem uma verdadeira representatividade, que mesmo adotando o discurso da paz, não conseguiriam lhe conferir um verdadeiro alcance político, bem como tampouco conseguiriam subtraí-lo da lógica do confronto. Entretanto, sob a égide da igreja ou através da paróquia, ou das organizações não-governamentais, não faltariam esforços que apóiam as aspirações da população de se manter fora do conflito. Em Urabá e Chocó, construíram-se as “comunidades de paz²⁹”. Na região do Magdalena Médio, um dos epicentros do conflito, funcionaria um programa que promoveria a organização dos habitantes em torno de projetos produtivos, com auspício do Banco Mundial e, recentemente, da União Européia. Outras manifestações por iniciativa própria corresponderiam a de que alguns povos apelassem à “resistência civil” e ao direito a “neutralidade”, principalmente na região indígena do Cauca, onde os moradores lograriam conter em várias oportunidades, por meios não violentos, as incursões dos grupos

²⁹ Uma das mais famosas é a *Comunidade de Paz de San José de Apartadó*: “A comunidade de paz, nas palavras dos moradores, significou uma experiência de resistência civil com o objetivo de conquistar a dignidade para todas aquelas pessoas apanhadas na teia de um conflito bélico no qual não tinham qualquer participação direta, embora fossem as suas vítimas principais (Comunidad de Paz, 1998: 3). A resistência civil significava para eles várias coisas: dizer não às deslocamentos forçados, permanecer nas parcelas e continuar a trabalhar a terra e a conviver com os vizinhos de sempre, mas não apenas isto. Implicava também exigir que todos os atores armados, inclusivamente os do próprio Estado, respeitassem as pessoas e os seus bens, bem como o direito a não serem envolvidos contra a sua vontade em ações militares diretas e indiretas que favorecessem alguma das forças que disputavam o controle do território e a hegemonia sobre as populações (Comunidad de Paz, 1998: 11-13). Tratava-se, enfim, de rejeitar “formas de poder verticais, excludentes e discriminatórias”, propondo-se pelo contrário gerar estratégias de participação pluralistas e autonômicas diferentes daquelas “que nos quiseram impor pelas armas e pelo poder econômico” [Comunidad de Paz, 1998: 10]” (María Teresa Uribe de Hincapié. “Emancipación social en un contexto de guerra prolongada. El caso de la comunidad de paz de San José de Apartadó. En: Boaventura de Sousa Santos y Mauricio García Villegas (editores). Emancipación social y violencia en Colombia, Bogotá, Norma, 2004, pp. 75-119).

armados. Tudo isso refletiria uma surpreendente vontade de enfrentar a guerra, uma valentia assombrosa (Pécaut, 2006: 474).

Para abordar a temática das resistências no âmbito do conflito armado colombiano, retomo aqui as interrogações formuladas por María Teresa Uribe (2006: 63-78): como grupos subordinados ou pessoas simples afrontam situações limite favorecidas pelos desdobramentos do conflito armado e das formas diferenciais de violência? Como resistem esses sujeitos coletivos aos diversos operadores de violência? De que maneira essas resistências contribuem a redefinir tanto as ordens locais quanto as dinâmicas do confronto armado?

Os domínios e os controles dos *operadores de ordem e violência* (Uribe: op. cit.: ibidem) tanto institucionais quanto contra-institucionais ou para-institucionais nunca se imporiam totalmente sobre a população, e sempre encontrariam formas de resistência entre as pessoas. A resistência vai desde a oposição aberta, contestadora e rebelde, até formas mais sutis, menos visíveis, não sempre públicas e difíceis de apreender, passando por um repertório muito complexo de ações coletivas nas quais se manifesta o inconformismo com uma situação angustiante e opressiva. Isso significa que os poderes verticais e autoritários não seriam tão eficazes (como se poderia pensar) na hora de fixar ordens e proibições, e requeriam transações de diversa natureza com atores sociais heterogêneos, onde seria possível explorar formas de resistência pouco ortodoxas e não sempre cívicas ou pacifistas (Uribe, op. cit.: 63).

Como afirma María Teresa Uribe (op. cit.: 64), as teorias sobre a resistência social se inscreveriam em dois arquétipos clássicos, por um lado, o rebelde que procura se emancipar da opressão (na linha de Hobsbawm) e, por outro, o cidadão virtuoso e cívico que obedece a lei e usa o protesto público para rejeitar o exercício ilegal da força (na linha de Habermas). Embora esses dois arquétipos estejam presentes também no contexto colombiano, interessa aqui apresentar algumas formas não ortodoxas de resistência, nem sempre pacifistas, às vezes ilegais e definitivamente menos românticas que as do rebelde que se emancipa e menos cívicas que as do cidadão republicano. Interessa o que as pessoas fazem em contextos de conflito agudo e violência extrema para sobreviver, para garantir sua subsistência e a de sua família, para continuar com suas tarefas domésticas e de trabalho, para transitar e se deslocar de um lugar a outro, para se relacionar como os *operadores de violência*, com os funcionários públicos, com as organizações sociais, com seus vizinhos e seus amigos, enfim, como conseguem subsistir em ambientes totalmente hostis e abertamente perigosos. Intuir-se-ia que as estratégias praticadas pelos subordinados em situações abertamente conflituosas podem

desvendar formas de resistência social que mesmo que não suponham um desafio explícito aos *operadores de violência* ou a quem se beneficia da ordem imposta por eles, expressam um questionamento implícito a poderes arbitrários, excludentes e autoritários (Uribe, op. cit.: ibidem).

Justamente nas interações múltiplas e diferenciadas que se estabeleceriam entre os *operadores de violência* e quem mora em territórios de conflito aberto, é onde seria possível explorar o que se denomina formas não ortodoxas de resistência social, isto é, o exercício do domínio imposto pelos *operadores de violência* se sustentaria sobre uma rede bem nutrida de micronegociações, transações e cruzamentos, acordos contingentes, alianças transitórias e rupturas intermitentes que resultariam medianamente eficazes para os moradores e que colocariam limites ao agir desses *operadores*. Esse entrecruzamento de domínios e resistências modificaria as ordens institucionais das localidades, bem como atingiria a dinâmica e desdobramento do conflito armado.

No caso de um único *operador de ordem e violência* a estratégia dos moradores pareceria ser a do acomodamento, aceitação formal, seja um grupo guerrilheiro, paramilitar ou uma força de segurança do Estado. As pessoas se submeteriam a ordem imposta por esse *operador* e não exprimiriam de maneira pública quer sua rejeição quer seu inconformismo. Este *operador* seria aceito não apenas porque exerceria seu domínio a sangue e fogo, mas porque ofereceria segurança perante os outros *operadores* ou diante de delinquentes menores (menos importantes); simultaneamente a oferta de segurança e proteção seria a estratégia dos *operadores de violência* para encontrar algum arraigo sem o qual seria praticamente impossível sua permanência no âmbito local (Uribe, 2006: 65).

Demanda e oferta de segurança constituiria o ponto de encontro entre o *operador de violência* e grupos subalternos; ali se ligaria o pacto implícito entre ambos que se mantém na medida em que a ilusão de segurança seja sustentável. Contudo, aquilo que apareceria como dominação no âmbito público, apresentaria algumas restrições na esfera do cotidiano-doméstico, onde a estratégia de acomodamento não seria equivalente a da submissão (Uribe, 2006: 66).

Os moradores sabem que seus direitos e suas liberdades são precários e extremamente vulneráveis em contextos de conflito armado prolongado, sabem que ao estar submetidos a poderes arbitrários e violentos em qualquer momento e por razões supérfluas podem sofrer o desterro, os interrogatórios, os espancamentos, as humilhações públicas e até a morte, e que a desobediência ou a suspeita os poderia tornar vítimas das mais variadas devastações. Apesar

da eficácia do terror agenciada pelos *operadores de violência*, as pessoas arquitetariam estratégias que, seguindo James C. Scott, poderiam ser chamadas de *infrapolítica* (Scott, 2004: 45 e seguintes *apud* Uribe, op. cit.: 66), isto é, uma série de formas de resistência muito variadas entre as quais a falsa submissão, o descumprimento passivo, a ignorância fingida, a difusão de rumores, o engano deliberado, a burla, o riso, as piadas. Em breve, isso que o autor chama de *discurso oculto* (Scott, op. cit.), isto é, aquele que é produzido a partir do sofrimento e que representa uma crítica aos poderes autoritários, porém, de costas ao dominador. Tratar-se-ia de práticas com frequência ignoradas, não visíveis e de certa forma ilegíveis, já que transcorrem pelo mundo dificilmente apreensível do cotidiano e, embora tenham como propósito principal a imediata busca da supervivência, nelas subjazeria uma luta pela autonomia e pela independência diante de qualquer poder autoritário legal ou ilegal (Uribe, op. cit.: *ibidem*).

Por outro lado, em algumas oportunidades e certos contextos se apresentariam alianças paradoxais entre operadores de violência legais e ilegais, inscritas também na densa rede de transações e acordos e que contribuiriam a abrir fissuras e escapes à ordem dominante (Uribe, op. cit.: 70).

Quando em um entorno local existem vários *operadores de violência* teria lugar uma disputa brutal pelo controle do território, das organizações sociais que operam nesses espaços, do cooptação das autoridades institucionais e pela captação de recursos e rendas públicas e privadas. Nessas situações a estratégia de acomodamento deixaria de ser eficaz e os discursos não seriam suficientes para proteger a vida e os bens dos subordinados. Diante dessa situação limite, o *discurso oculto* se tornaria insustentável, as transações com alguns implicaria colocar-se na condição de inimigo dos outros, as suspeitas se incrementariam, as desconfianças se multiplicariam, as vinganças por agressões anteriores ou maus-tratos do velho *operador* se multiplicariam e o mundo deixaria de ser previsível ou legível para os subordinados. De qualquer maneira, sempre ficaria o recurso da fuga, do deslocamento forçado que, mesmo sendo uma imposição violenta dos novos conquistadores do território, também constituiria uma velha e conhecida estratégia das pessoas salvarem suas vidas (Uribe, op. cit.: 72).

A alternativa para os subordinados seria fugir ou aparecer em público e expandir ações coletivas e formas de organização mediante as quais se pretenderia tomar distância dos *operadores*, quaisquer que eles fossem, e se colocar no espaço imaginário de uma autonomia virtual, permanentemente ameaçada. Isso implicaria que os subordinados que pretendessem

ficar nos seus territórios fossem obrigados a adoção de discursos públicos, a ação coletiva e a encontrar novas estratégias para defender a vida. O *discurso oculto* permaneceria nas margens, e passaria a predominar o *discurso público* que poderia se caracterizar como pacifista e cívico; realizar-se-iam mobilizações, passeatas, concentrações em locais públicos e diversas ações simbólicas de rejeição à violência e contra a guerra, mas sem destinatário conhecido, isto é, não se protestaria contra o *operador* ou os *operadores de violência*, mas contra uma situação penosa, onde a guerra em abstrato substituiria a obrigação de nomear, de dizer, de acusar, de assinalar, constituiria uma espécie de eufemismo que nomearia a dor e o sofrimento sem se arriscar a apontar os atores responsáveis do mesmo. O *discurso público* conservaria, então, traços das práticas anteriores de ocultação que, no fundamental, propor-se-iam evitar confrontos diretos, porém, ao colocar a guerra como a grande causa contribuiria a reforçar a noção de um destino trágico e inevitável, quase natural, do qual não se saberia muito bem como sair.

A retórica pacifista enunciada nessas ações e mobilizações coletivas apelaria geralmente a valores humanos universais: a defesa da vida e da dignidade, a segurança, a proteção contra os atropelos e vexames, o direito a não ser deslocado forçadamente ou a não ser envolvido nas dinâmicas do conflito e, eventualmente também, à solicitação de apoio a organismos de justiça e direitos humanos nacionais e internacionais. Emergiria um discurso sobre a guerra como o mal radical, e da paz como o bem público por excelência, propósito coletivo mais importante e significativo; um discurso sobre a guerra que pareceria evitar falar de suas causas, de seus *operadores*, de seus aliados e beneficiários, e sobre uma paz que constituiria o ato fundacional de uma nova ordem onde o passado caótico deveria ficar no esquecimento (Uribe, op. cit.: 73).

Os subordinados que decidissem ficar nas suas localidades explorariam, com ajuda e acompanhamento de organizações não-governamentais e outros atores como a igreja e organismos internacionais, várias formas de resistência organizada que lhes demandaria o desenho de novas e eficazes estratégias políticas, algumas inéditas, não sempre eficazes. Nesse sentido, já foram exploradas alternativas, tais como as declarações formais e públicas de *neutralidade ativa*³⁰, que teriam implicado chegar a certos acordos com os *operadores de violência* em competência para a não intervenção em contextos locais. Além disso, já teriam

³⁰ A experiência de algumas localidades de Urabá y do Atrato Médio pode resultar ilustrativa, nesse sentido, vide María Teresa Uribe de Hincapié. “Emancipación social en un contexto de guerra prolongada. El caso de la comunidad de paz de San José de Apartadó. En: Boaventura de Sousa Santos y Mauricio García Villegas (editores). Emancipación social y violencia en Colombia, Bogotá, Norma, 2004, pp. 75-119.

sido explorados também acordos contingentes, nos quais as transações e as intermediações teriam sido de muita utilidade, mas com efeitos desiguais: mais exitosos em comunidades indígenas e mais precários e vulneráveis em comunidades camponesas e pequenas localidades: as experiências de Urabá e do Atrato Médio seriam um exemplo a respeito. Desse modo, a dispersão da estratégia de *neutralidade ativa*, com todas suas dificuldades, teria dado lugar a formas mais orgânicas e autonômicas de resistência. Rapidamente os moradores que tivessem feito essa escolha, seriam conscientes de que não bastaria em rejeitar a presença dos armados, mas que seria necessário configurar uma ordem própria, um espaço delimitado e organizado desde o qual fosse possível garantir a sua autonomia, a sua independência e a sua autodeterminação; de tal modo teriam sido alcançados verdadeiros pactos fundacionais, cuja estratégia seria a da resistência civil. O caso da Comunidade de Paz de San José de Apartadó ilustraria essa aventura democrática que custaria vidas, dor e sofrimento, e que ainda perduraria apesar do grande golpe que teria significado para os moradores a ocupação militar de seu território por ordem do governo nacional³¹ (Uribe, op. cit.: 74-75).

Ao contrário, uma estratégia exitosa de resistência civil teria sido a empreendida pelos guardas indígenas do Cauca, a qual conseguiria manter a autonomia e independência de suas comunidades, reconstruindo e readequando estratégias ancestrais de resistência a opressão (Uribe, op. cit.: *ibidem*³²).

Outras estratégias levadas à prática teriam sido os *acordos e convênios de paz* com os *operadores de violência*, acordos locais não oficiais promovidos por prefeitos e dirigentes políticos, que, na contramão das ordens do governo central, fomentariam reuniões e diálogos com esses operadores como uma tentativa de restringir a barbárie e estabelecer compromissos com os perpetradores de violações ao direito internacional humanitário, o caso dos prefeitos do leste de Antioquia em 2002 seria um exemplo disso. Nos bairros periféricos das grandes cidades como Medellín também se desenvolveriam alguns pactos de não agressão fomentados por párocos e com o apoio solidário dos moradores: acordos entre bandas, milícias e outras

³¹ O caso da Comunidade de Paz foi analisado no trabalho de María Teresa Uribe de Hincapié. “Emancipación social en un contexto de guerra prolongada. El caso de la comunidad de paz de San José de Apartadó (2004). En: Boaventura de Sousa Santos y Mauricio García Villegas (editores). Emancipación social y violencia en Colombia, Editorial Norma, Bogotá (pp. 75-119). Esta comunidade dispõe também de um site na internet: <http://www.cdpsanjose.org/> [acessado em 25/08/2010].

³² Sobre essa matéria consultar: Ariel Sánchez. “Guardias indígenas del Cauca”. En: Mauricio García. Sociedad de emergencia. Acción Colectiva y Violencia en Colombia. Bogotá, Defensoría del Pueblo, Asidi, 2005, pp. 60-78.

organizações delitivas, com resultados positivos, mesmo que temporários (Uribe, op. cit.: 75-76).

A relevância de tudo isso seria o efeito que podem provocar as mobilizações coletivas na dinâmica dos conflitos, pois esse tipo de ações públicas desvelaria, mesmo com limitações, que existiriam escapes a controles autoritários, formas de manifestar inconformismo e descontentamento, estratégias de resistência cujo efeito demonstrativo se espalharia e convidaria a ações semelhantes em outros lugares do país. As *comunidades de paz* e as *assembléias constituintes* em alguns municípios constituiriam casos paradigmáticos. Emergiriam também novas organizações dos subordinados e injuriados, aglutinados em volta de suas feridas morais e seus sofrimentos, tais como organizações de deslocados, de vítimas do conflito armado, de mães de desaparecidos e assassinados (como as mães da Candelária em Medellín), de familiares de seqüestrados; e, o que ainda seria mais relevante, redes seriam conformadas, que agindo desde o âmbito o local teriam conseguido cobertura nacional e apoio internacional, como, por exemplo, a *Ruta Pacífica de las Mujeres* ou a *Organización Femenina Popular*, entre outras (Uribe, op. cit.: 76-77).

A combinação de estratégias de resistência e de discursos bifronte, bem como a celeridade para mudar e rearranjar as estratégias para se movimentar em diferentes campos com lógicas e propósitos diversos, teria sido o que permitiu aos subordinados sobreviver e resistir às dominações de atores autoritários ilegais e legais. Tal mescla, exceto em casos pontuais, não teria encarnado rebeldias emancipatórias, tampouco ações cidadãs cívicas e legais, não seria propriamente pacífica, embora esteja sustentada em uma retórica pacifista, não se corresponderia com a moral pública e a obediência a lei divulgada pelo Estado, mas se apoiaria em uma economia moral e uma noção de justiça própria dos oprimidos; seria pactista e transacional, pouco ortodoxa e muito desafiante, mas seria decorrente de um aprendizado longo e doloroso, que teria permitido aos subordinados não só sobreviver, mas aproveitar as fissuras e interstícios dos autoritarismos verticais, bem como criado transversalidades na ordem social institucional e nas dinâmicas do conflito (Uribe, op. cit.: ibidem).



© Jazmin Mejia

2. Viajantes forçados colombianos no Brasil e na Espanha

Aquí [en Brasil] no se llega buscando trabajo como en los Estados Unidos o en España, aquí se debe llegar o con un trabajo o con un programa de estudios previamente establecido.

Joaquín

2.1. Tipologia dos fluxos

Como uma tentativa de compreensão e caracterização dos fluxos de colombianos desterritorializados residentes tanto na Espanha quanto no Brasil, bem como de precisão de suas condições de existência, retomo a classificação conforme as motivações predominantes no momento de empreender a viagem (forçada)³³. De acordo com esta tipologia, os colombianos se poderiam classificar em quatro grupos, a saber, os que procuram trabalho, os que procuram asilo ou refúgio, os que pretendem reunir-se ou reagrupar-se com suas famílias e, finalmente, os que procuram estudar.

2.1.1. Colombianos à procura de trabalho

Quanto ao perfil dos colombianos à procura de trabalho na Espanha é de salientar que se trata de pessoas, cuja maioria (entre 84% a 90) tem entre 16 e 64 anos, a sua idade média (entre 2000 e 2007) oscila entre 31 e 32 anos (Sanabria, op. cit.). Esse perfil se assemelha bastante ao do imigrante colombiano residente no Brasil, de acordo com os dados do CELADE, pois também a maioria (86%) tinha entre 15 e 64 anos para o ano 2000.

As viagens forçadas de colombianos à Espanha na última década foram impulsionadas, sobretudo, por mulheres, no ano 2000 atingiram cerca de 70% (Sanabria, op. cit.). Entretanto, a diferença na proporção entre homens e mulheres tem se equilibrado com o passar do tempo, assim, em 2007 elas representavam aproximadamente 57%. No caso brasileiro, acontece o inverso, já que os homens representavam 55% dos imigrantes colombianos, de acordo com os dados do CELADE, para o ano 2000.

Em relação ao nível de escolaridade, os trabalhadores colombianos na Espanha, estariam em um nível intermediário. Assim, a Argentina e o México estariam no nível mais alto, pois a maioria (80%) teria finalizado o segundo grau ou inclusive estaria um grau acima. Enquanto a Bolívia e o Equador estariam no nível de escolaridade mais baixo, cerca de 40% dos bolivianos e equatorianos possuiria como máximo o primeiro grau e 60% teria atingido o

33 Refiro-me concretamente as classificações derivadas dos trabalhos de Blanco (2004: 41) e Cruz et altri (2008: 80).

segundo grau completo. Quanto ao nível de escolaridade, no caso dos colombianos residentes no Brasil a situação é também semelhante à da Espanha, visto que cerca de três quartas partes deles cursaram e aprovaram dez ou mais anos de estudo, de acordo com os dados do CELADE para o ano 2000 (vide anexo 1).

No que diz respeito ao emprego formal, a tendência na última década tem sido positiva. Assim em 2001, mais de 60% dos colombianos maiores de 16 anos que moravam na Espanha estavam empregados formalmente. Essa proporção teria aumentado no decorrer da última década, atingindo, por exemplo, em 2006 cerca de três quartas partes da população colombiana residente na Espanha (Sanabria, op. cit.). O resto desses colombianos estaria composto por estudantes, pessoas dedicadas ao cuidado da casa ou desempregados, este último aconteceria principalmente com os recém chegados (Aparicio, 2006).

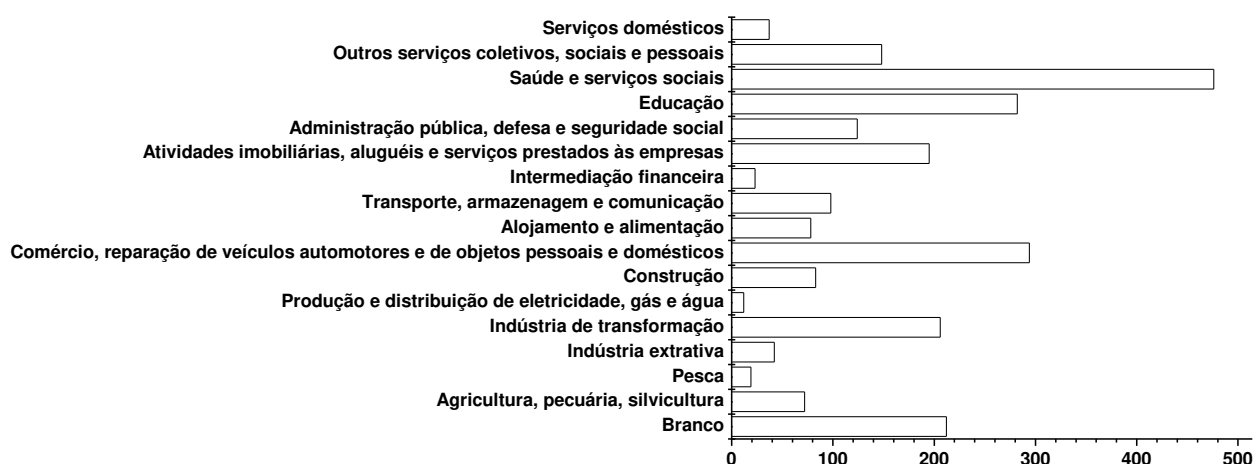
A inserção no mercado de trabalho é diferencial. Assim, a “porta de entrada” ao mercado de trabalho, no caso dos homens, habitualmente são os postos associados ao setor da construção. Quanto à mobilidade social, é de salientar que apenas cerca de 40% dos colombianos ocuparia um posto de trabalho qualificado, ligado às atividades, por exemplo, como o ensino, a saúde, a mídia ou os profissionais liberais (Aparicio, op. cit.: 199). Já a pesquisa de Sanabria (op. cit.), afirma que 46% dos colombianos contratados em 2006 estavam ocupados em postos de trabalho não qualificados, sobretudo, em limpeza, serviço doméstico, pedreiros e ajudantes de construção. Dos contratados para esse mesmo ano 54% estava ocupado em cargos que requeriam algum tipo de qualificação, dos quais 24% vinculados aos serviços em restaurantes, pessoais, de proteção e comércio, enquanto 15% ocuparia postos ligados ao artesanato, à indústria, à construção e à mineração. Apenas 3% dos contratos de trabalho requeriam uma maior qualificação, como no caso de empregados técnicos e profissionais, científicos e intelectuais.

Adicionalmente, as estatísticas mostram que com o decorrer do tempo a proporção de colombianos ocupados em postos ligados ao serviço doméstico e agrário diminuiu. Constatou-se também que apesar de que haja colombianos montando seus próprios negócios, o número de trabalhadores autônomos era muito baixo. Comparativamente, os mexicanos e argentinos se destacam nesta categoria, à diferença dos bolivianos e equatorianos que estão vinculados em maiores proporções nos regimes de trabalho agrário e doméstico. Quanto aos colombianos, é de destacar que de cerca de 60% das pessoas estava desempenhando um trabalho não qualificado tinha um nível de escolaridade superior ao exigido para seu posto.

70% dos colombianos que assinaram um contrato de trabalho em 2006 tinham terminado o segundo grau (Sanabria, op. cit.).

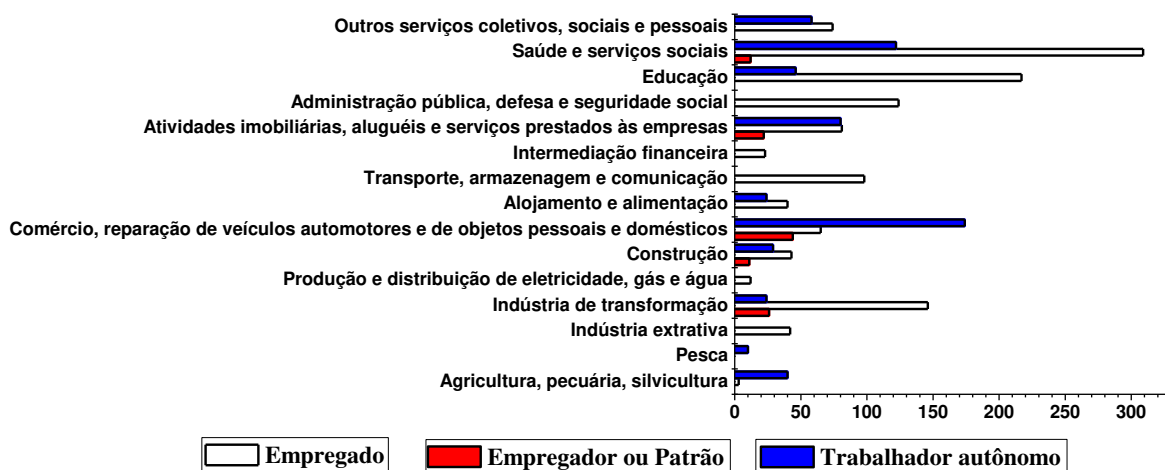
No caso dos colombianos no mercado de trabalho brasileiro, destaca-se, em geral, a ocupação de postos de trabalho nos setores da saúde e dos serviços sociais (cerca de 20%), do comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos (12%), da educação (aprox. 12%), da indústria de transformação (8%) e das atividades imobiliárias (8%). Observa-se também que um pouco mais da metade (53%) dos colombianos são empregados, 26% são trabalhadores autônomos e aproximadamente 5% são empregadores. Os autônomos atuam principalmente no campo do comércio e da saúde, enquanto a maioria dos empregadores se destaca no campo do comércio (vide tabela 5: anexo 1 e gráficos 8 e 9).

Gráfico 8: Imigrantes de origem colombiana maiores de 12 anos segundo tipos de atividade



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CELADE (2000)

Gráfico 9: Imigrantes de origem colombiana maiores de 12 anos segundo tipos de atividade e cargo ocupado

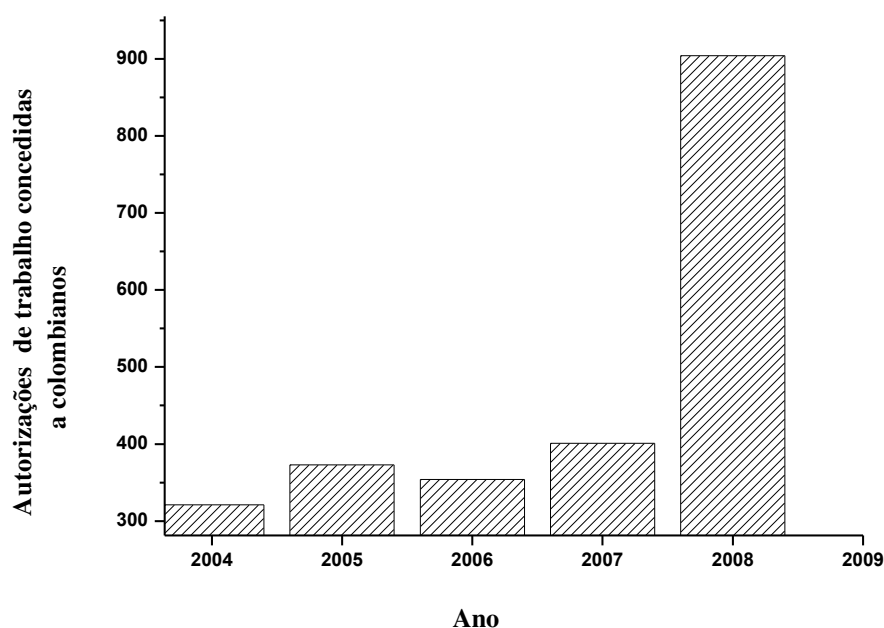


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CELADE (2000)

É de salientar que cerca de 40% do total de postos de trabalho são ocupados por profissionais, técnicos ou pessoas em ocupações afins, dos quais mais da metade (60%) são médicos, dentistas, veterinários e afins, que atuam principalmente nos serviços médicos, odontológico, sanitários ou veterinários ou no campo do ensino, enquanto mais ou menos 15% são professores, que atuam na área do ensino (tabela 6: anexo 1).

Além disso, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, em 2008 o Brasil concedeu 904 autorizações de trabalho a colombianos. Essas autorizações aumentaram significativamente entre 2007 e 2008, mais do dobro (gráfico 10). Em 2008 a Colômbia ocupou o décimo quarto lugar. Os cinco primeiros países foram Estados Unidos (5799), Filipinas (4825), Reino Unido (3874), China (2422) e Índia (1981). A Colômbia foi o país latino-americano ao que foram concedidas mais autorizações de trabalho, todas elas envolvendo postos de trabalho qualificados. Entre eles se destacam: os trabalhadores a bordo de embarcações de turismo que operam em águas brasileiras, que entre 2007 e 2008 se incrementaram substancialmente (mais de seis vezes), bem como aqueles que trabalham em embarcações ou plataformas estrangeiras, que se situaram no terceiro lugar em 2008. Por outro lado, os especialistas com vínculo empregatício ocuparam o segundo lugar. Outros grupos que aumentaram significativamente entre 2007 e 2008 foram os assistentes técnicos (com prazo até 90 dias), os artistas ou desportistas e os executivos, que praticamente se duplicaram, com exceção do segundo grupo (tabela 7: anexo 1).

Gráfico 10: Autorizações de trabalho concedidas a colombianos entre 2004 e 2008



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego (2009)³⁴

Quanto aos imigrantes colombianos na Espanha, 70% deles está vinculado ao setor de serviços, desde sua chegada, seguido da construção (cerca de 20%), enquanto uma pequena proporção (cerca de 5%) atua no setor agrícola e industrial, diferentemente dos imigrantes provenientes da África que têm uma maior presença na agricultura (27%) e na construção (27%), bem como dos europeus não pertencentes à União Européia (30% na construção, 18% na agricultura e 7% na indústria), conforme Sanabria (op. cit.).

Quanto aos desempregados de origem colombiana na Espanha, o índice de desemprego aumentaria de 9,11% a 9,63% entre 2005 e 2006, o qual não resulta muito diferente se comparado com o do total da população residente na Espanha para 2006 que foi de 8,51% (Sanabria, op. cit.).

2.1.2. Colombianos à procura de asilo ou refúgio

Comparando a população colombiana refugiada na Espanha e no Brasil, evidencia-se (tabela 8: anexo 1 e gráfico 11) que o ponto de inflexão no primeiro caso se localiza no ano de 1998, enquanto no segundo acontece no ano de 2001. Quanto ao estoque dessa população

³⁴ Tabela disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_estrang/est_origem.pdf [acessada em 23/03/2009].

em 2007, a da Espanha duplica amplamente a do Brasil. É importante salientar que neste último país quase a metade dessa população constitui reassentados³⁵.

Comparando o fluxo de solicitantes de asilo colombianos na Espanha e no Brasil, nota-se que o fluxo no caso espanhol é mais significativo. Contudo, é importante notar que o perfil do solicitante de asilo ou refúgio é diferente segundo se trate da Espanha ou do Brasil. No primeiro caso, como pude perceber através da pesquisa de campo, trata-se em geral de militantes políticos, sindicalistas ou pessoas que contam com uma rede social de suporte, ou meios financeiros para bancar as despesas de uma viagem.

Quanto aos solicitantes de asilo colombianos no Brasil, trata-se basicamente de cidadãos comuns que não dispõem nem de uma rede de suporte nem de recursos econômicos suficientes, por isso tentam alcançar a fronteira mais próxima à procura de refúgio, ou bem se trata de pessoas que tiveram que fugir do primeiro país de refúgio por causa de ameaças ou perseguições, como mencionei antes.

As solicitações de refúgio no Brasil têm aumentado principalmente a partir do ano 2000, porém sua tendência a partir de 2005 tem sido a de se estabilizar. Por outro lado, é de destacar no Brasil a presença já advertida pelo ACNUR desde 2006 de cerca de dezessete mil pessoas de origem colombiana, entre eles indígenas, assentadas no estado do Amazonas (tabela 14). Porém, estas pessoas não recebem nenhum tipo de assistência por parte deste organismo.

Contudo, a possibilidade dos colombianos solicitarem refúgio na Espanha, conseqüentemente na Europa, limitou-se notoriamente, desde que o governo espanhol e o resto de governos europeus, no início de 2002, impuseram a eles o visto (vide anexo 2)³⁶. Além das progressivas dificuldades para chegar a território espanhol, é necessário acrescentar: as rigorosas exigências para a obtenção de um visto nos consulados espanhóis ou, simplesmente, que as solicitações ali sejam atendidas em um prazo razoável; as ameaças de sanções previstas na *Ley de Extranjería* para as companhias aéreas que embarcaram passageiros sem a documentação necessária para entrar na Espanha e a interpretação da Convenção de Genebra,

35 “O reassentamento é uma das soluções duradouras para aqueles refugiados que, por questões de segurança ou integração, não podem permanecer no primeiro país de acolhida nem retornar ao de origem. O Brasil, assim, recebe refugiados espontâneos e outros que são reassentados, vindos de outros países”. Fonte: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7605B707ITEMIDF8AB67E21D114613BA3D8D94A4959D92PTBRNN.htm> [acessada em 18/03/2009].

36 No anexo 2 desta tese apresento um quadro comparativo dos lineamentos das políticas migratórias espanhola e brasileira, bem como uma análise sobre o procedimento de solicitação de asilo ou refúgio e suas implicações.

a qual impede solicitar asilo no país de origem, o que entra em contradição com a própria normativa espanhola³⁷.

Essas medidas constituirão evidentemente um empecilho para os viajantes forçados colombianos, quem em um contexto de violência estatal, paramilitar e de enfrentamento generalizado, intensificado durante os mandatos de Álvaro Uribe Vélez graças a sua política de *Seguridad Democrática*, apoiada por uma eficiente maquinaria de propaganda (a respeito vide o tema dos “falsos positivos”)³⁸ e pelo silêncio cúmplice da maioria dos governos ocidentais. Na prática se apresenta, portanto, uma diminuição acentuada das solicitações de asilo entre os anos de 2001 a 2003 (tabela 2: anexo 1 e gráfico 12). Entretanto, a partir de 2004, esta tendência se inverte, em especial devido à descoberta de uma via de fuga alternativa: os vôos que faziam escala em Madri com destino a Tel Aviv, em vista de que o Israel não exige visto para os cidadãos colombianos³⁹ (mais uma expressão do *rebusque*, isto é, uma solução ocasional e engenhosa para fugir da guerra, para esquivar os escolhos na vida). Esta escala se tornaria neste período na principal via de entrada à Espanha dos solicitantes de asilo de origem colombiana.

Quanto aos reassentados colombianos no Brasil, é de ressaltar que a maioria provém do Equador. A propósito, o Programa de Reassentamento Solidário no Brasil se inicia em 1999. Entretanto, os primeiros reassentados colombianos começaram a chegar ao Brasil em 2003.

Dos cerca de quatrocentos e cinquenta refugiados colombianos que havia no Brasil no ano de 2007 (tabela 11: anexo 1 e gráfico 13), quase a metade correspondia a reassentados que procediam do Equador. Neste mesmo ano o Brasil albergava um total 3.461 refugiados (sem contabilizar os reassentados), dos quais quase 75% eram de origem africana, cerca da metade proveniente da Angola, enquanto os provenientes da América Latina eram

37 A Convenção de Genebra exige que para ser reconhecida como refugiada a vítima da perseguição deve abandonar seu país.

38 Os “falsos positivos” é o nome dado a um tipo de desaparecimento forçado recém descoberto (2008), os quais envolvem a membros da força pública colombiana com o assassinato de civis inocentes para fazê-los passar como guerrilheiros mortos em combate dentro do quadro do conflito armado. Estes assassinatos têm como objetivo mostrar resultados por parte das brigadas de combate. Estes casos são conhecidos como execuções extrajudiciárias, no direito internacional humanitário, e como homicídios em pessoa protegida, no direito penal colombiano. Nesse sentido se podem consultar os informes dos falsos positivos disponíveis em <http://www.cinep.org.co/> [acessado em 13/09/2010], bem como o interessante trabalho de Susana de Castro “O escândalo dos falsos positivos na Colômbia (2009). Revista Comunicação & política, v.27, nº3, p.130-142. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/311001ART5%20Susana%20de%20Castro.pdf> [acessado em 13/09/2010].

39 Este papel do Israel como “tábua de salvação” dos refugiados colombianos é paradoxal, se levarmos em consideração que mercenários deste país tiveram um papel destacado na formação e adestramento dos grupos paramilitares.

aproximadamente 14%, entre eles os colombianos eram o grupo mais numeroso, quase 7% do total dos refugiados, praticamente a mesma proporção dos refugiados originários do Oriente Médio. O grupo mais numeroso desta última região eram os iraquianos.

Quanto aos reassentados no Brasil, em geral (tabela 12: anexo 1), o número total de reassentados era de cerca de quatrocentas pessoas, destas aproximadamente 60% eram de origem colombiana, enquanto os palestinos alcançaram quase 30% e os afegãos aproximadamente 6%.

É de salientar que tem havido críticas ao Programa de Reassentamento Solidário no Brasil, sobretudo, por parte dos reassentados colombianos, afegãos e iraquianos. Estes últimos manifestaram inclusive seu desejo de ir embora do país⁴⁰. No final de 2007, quinze reassentados colombianos abandonaram o Brasil.

No referente à distribuição geográfica dos reassentados no Brasil, observa-se (tabela 13: anexo 1) que a maioria dos colombianos se encontra nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul e em menor proporção nos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Goiás. No caso de São Paulo, estas pessoas habitam predominantemente fora da capital, no interior do Estado (Campinas, São José dos Campos, etc.).

O que acontece com as pessoas às quais é denegada a solicitação de asilo? A consequência imediata do indeferimento da solicitação de asilo é a falta de documentação. As pessoas indocumentadas tanto em Barcelona quanto em São Paulo podem contar, a princípio, com atendimento no referente à saúde, educação fundamental, assistência social e assistência jurídica. A maioria desses serviços é prestada pelas entidades ligadas à sociedade civil.

Na cidade de São Paulo, como já foi mencionado, o solicitante de refúgio tem acesso a uma proteção inicial por meio da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), entidade responsável pelo atendimento das pessoas à procura de refúgio, que encaminha ao solicitante à rede de serviços: albergue, formação e capacitação, documentos provisórios, por exemplo,

40 Alguns querem sair por perceber que a realidade brasileira não chega nem perto da "terra prometida" que esperavam, com oportunidades de emprego, sistema de saúde e assistência social para todos. Eles pensavam que aqui fosse primeiro mundo", afirma a representante do Comitê de Assistência aos Refugiados Palestinos em Santa Maria (RS), Najah Samara Alkatib. Outros, por não conseguirem se adaptar à cultura brasileira e se considerarem "abandonados" pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), agência responsável pelo programa de inserção dos palestinos no Brasil. Os palestinos insatisfeitos com o Brasil não reclamam do povo nem do governo brasileiro. Muitos deles dizem gostar do País e das pessoas daqui. No entanto, dificuldades com o aprendizado do português e para encontrar trabalho os motiva a buscar outros lugares que possam oferecer melhores condições. "O programa (para refugiados palestinos) tem muitas coisas erradas", diz Huda Albandar, que mora com o marido e dois filhos em Mogi das Cruzes, município da Grande São Paulo onde vive uma parte dos imigrantes vindos para o País em setembro de 2007. A íntegra desta notícia pode ser consultada em: <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/mundo/conteudo.phtml?id=846967> [acessada em 13/03/2009].

protocolo de permanência, CPF e carteira de trabalho. Porém, durante os trâmites do procedimento de pedido de asilo, a proteção é precária. Se a solicitação de refúgio for deferida, a pessoa adquire o status de refugiado, passando a receber proteção jurídica bem como documentos definitivos como o Registro Nacional de Estrangeiro, o Cadastro de Pessoa Física e a Carteira de Trabalho. O acompanhamento tanto na assistência quanto na “integração” é assumido pela CASP.

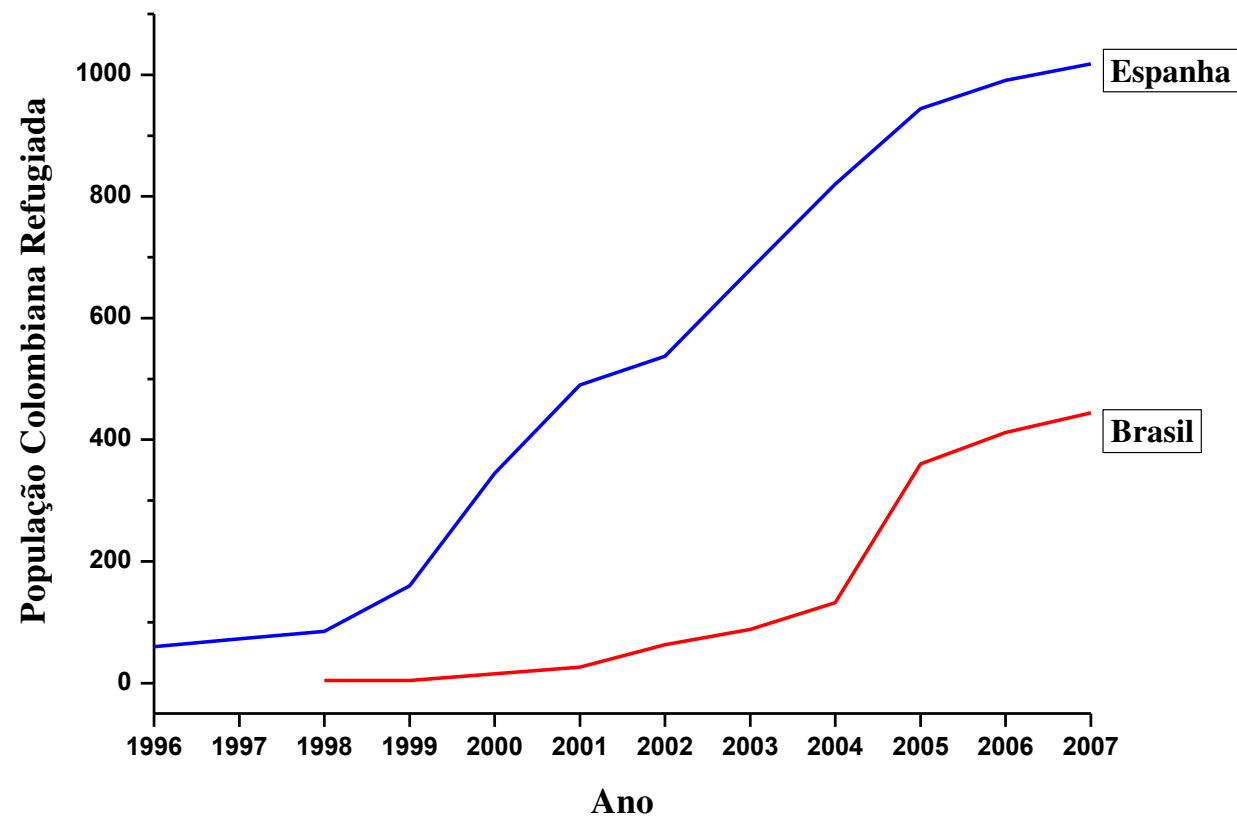
A solicitação de asilo em alguns casos que conheci no Brasil fazia parte da prática do *rebusque* (*virar-se, dar um jeito*), quer para ter acesso a documentos (Protocolo no Registro Nacional de Estrangeiros, CPF, Carteira de Trabalho, cartão de alimentação do SESC, etc.), que possibilitem a procura de trabalho, quer para ter acesso ou obter benefícios de programas sociais: moradia (acesso a albergues), alimentação (SESC do Carmo), educação (SENAC, SENAI), descontos no sistema de transporte público (no caso de deficientes físicos, por exemplo), etc. Na Espanha não conheci nenhum caso desses. Caso a solicitação seja indeferida, a pessoa passa para a condição de indocumentado, em consequência, tanto o albergue quanto o atendimento na rede pública de serviços passam a ser dificultados, além do temor gerado diante da provável criminalização e punição (multa, deportação, etc.).

No caso de Barcelona, tal como foi citado, o panorama é semelhante ao de São Paulo, isto é, enquanto a solicitação for aceita a trâmite, o solicitante será assistido pelas autoridades competentes, basicamente a Comissão Espanhola de Ajuda ao Refugiado (CEAR), através da qual se brinda a eles suporte e ajuda no referente à moradia, documentação, inserção no mercado de trabalho, etc. Contudo, se a solicitação for denegada, o solicitante se encontrará indocumentado, ou de acordo com a linguagem oficial em situação de irregularidade administrativa. A condição de indocumentado implica uma situação de extrema precariedade.

Quanto ao indeferimento ou arquivamento dos processos, as cifras revelam uma alta porcentagem. No caso espanhol os valores são mais altos que no brasileiro. Assim, em 2006, no Brasil foram denegadas ou arquivadas aproximadamente 26% das solicitações, enquanto na Espanha foram 98%. Já em 2007, no Brasil aumentaram, pois a porcentagem alcançou em torno de 66%, enquanto na Espanha houve uma redução em relação ao ano anterior, isto é, foram denegados ou arquivados 66% dos processos (tabelas 9 e 16: anexo 1 e gráficos 14, 15 e 16). É de salientar que em 2007 a Espanha continuou indeferindo a proteção internacional a mais de 90% dos solicitantes de asilo do mundo todo, porcentagem absolutamente insuficiente para um país com o desenvolvimento econômico da Espanha. Os solicitantes de origem colombiana foram os mais numerosos. No que diz respeito a estes cidadãos, destaca-

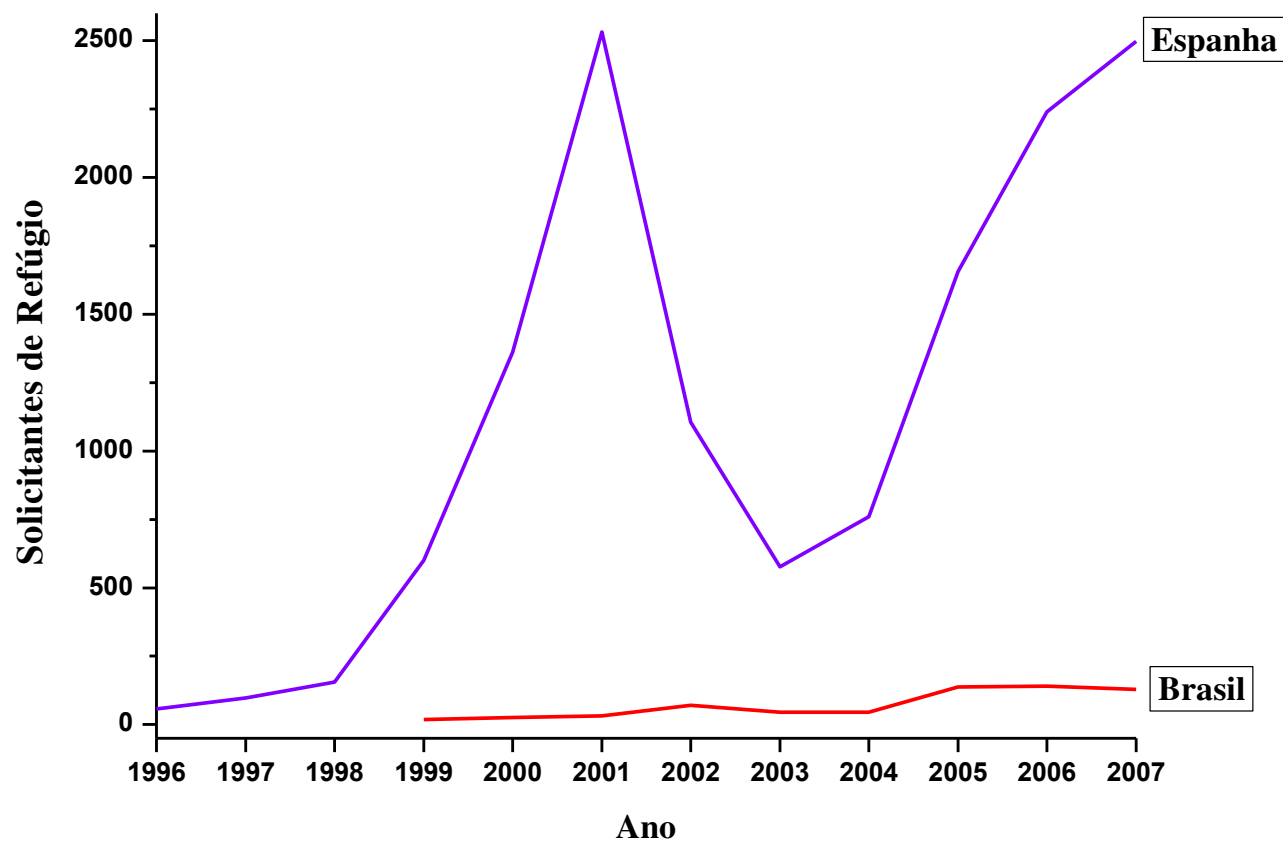
se que, em final de 2007, a OAR (Escritório de Asilo y Refúgio do Ministério Espanhol do Interior), mudou notoriamente os critérios de avaliação da admissão a trâmite das solicitações no aeroporto de Barajas, em Madri. Isto originou que, no último trimestre de 2007, centenas fossem devolvidos à Colômbia ao não ser admitida sua solicitação.

Gráfico 11: População colombiana refugiada na Espanha e no Brasil



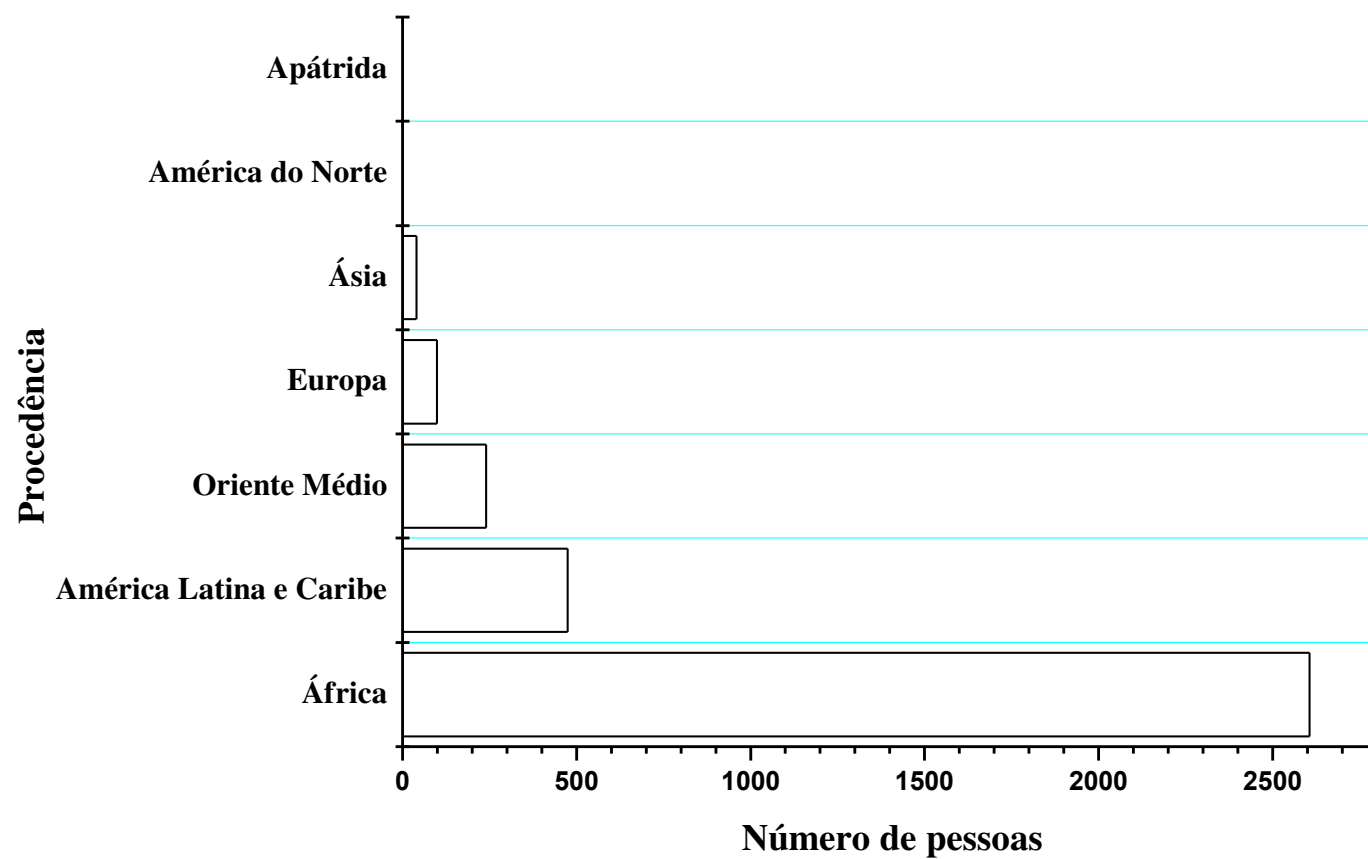
Fonte: Elaboração própria com base na tabela 1

Gráfico 12: População colombiana solicitante de refúgio na Espanha e no Brasil



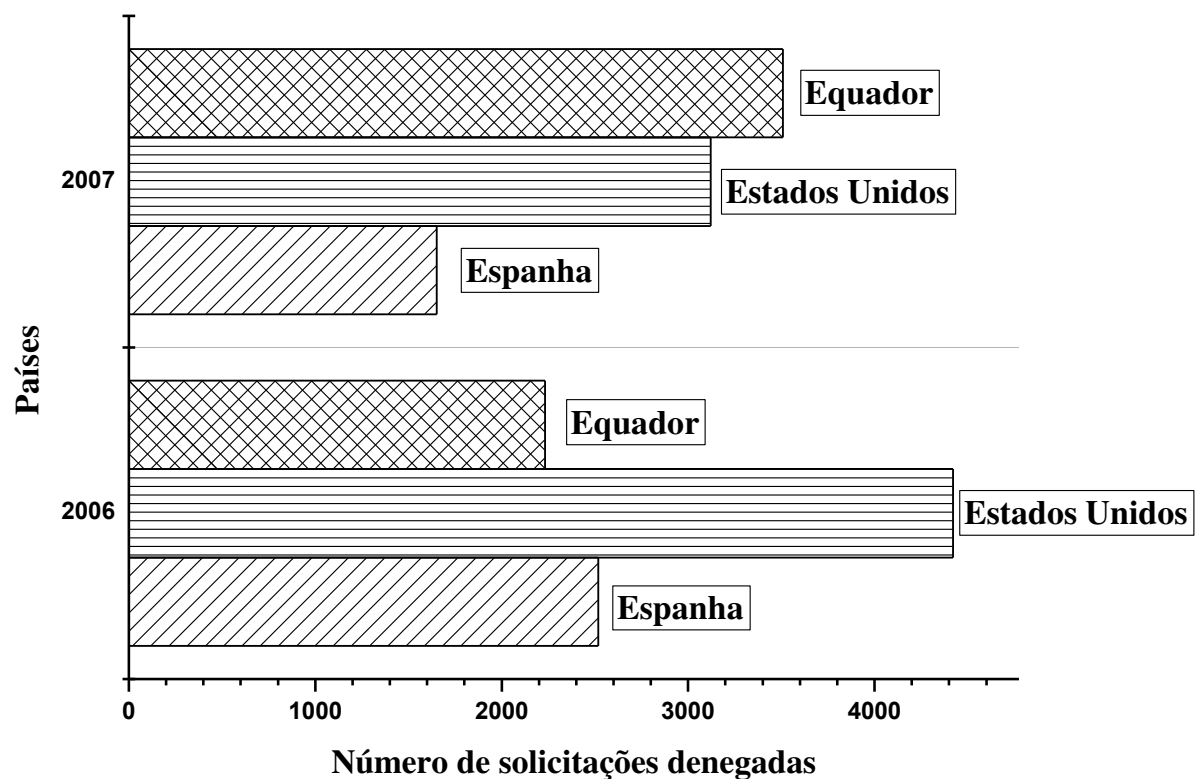
Fonte: Elaboração própria com base na tabela 2

Gráfico 13: Total de Refugiados em primeiro país de asilo e Regiões de procedência: 31/12/2007



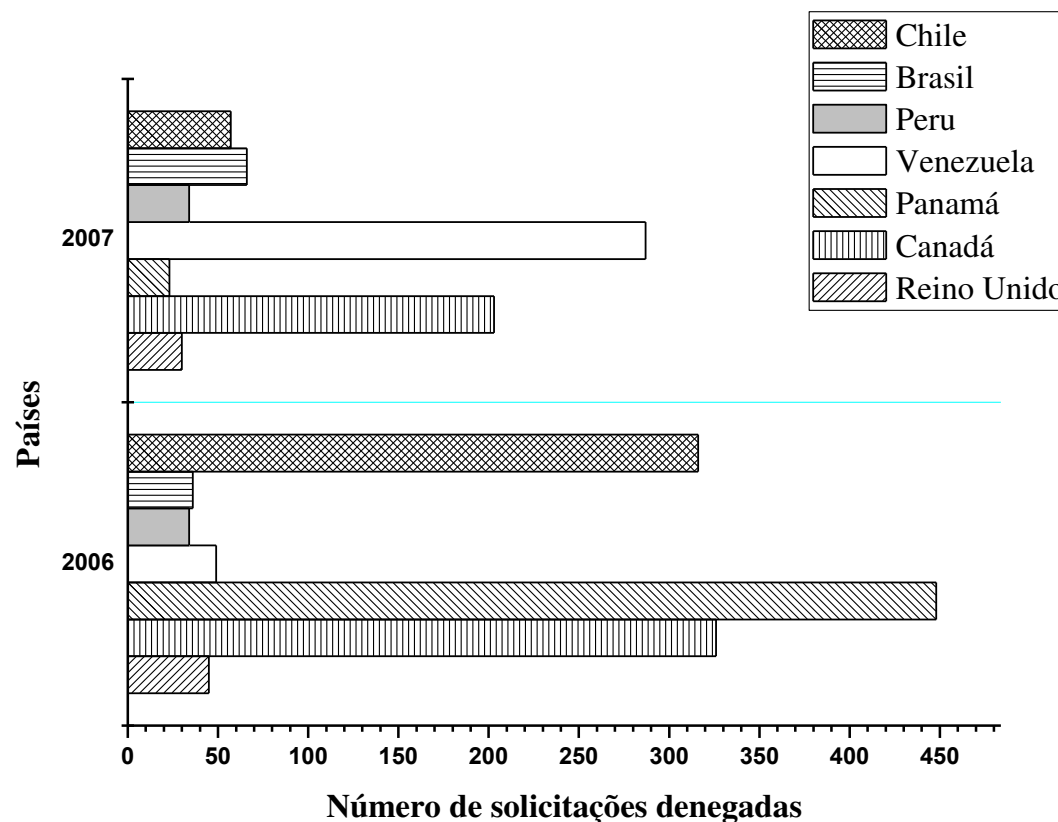
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CONARE – Relatório 2007, Apud Milesi (2008): “Dia Mundial do Refugiado”, disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf, acessado em 07/02/2009.

Gráfico 14: Solicitações de asilo denegadas ou arquivadas de acordo com os principais países: 2006-2007



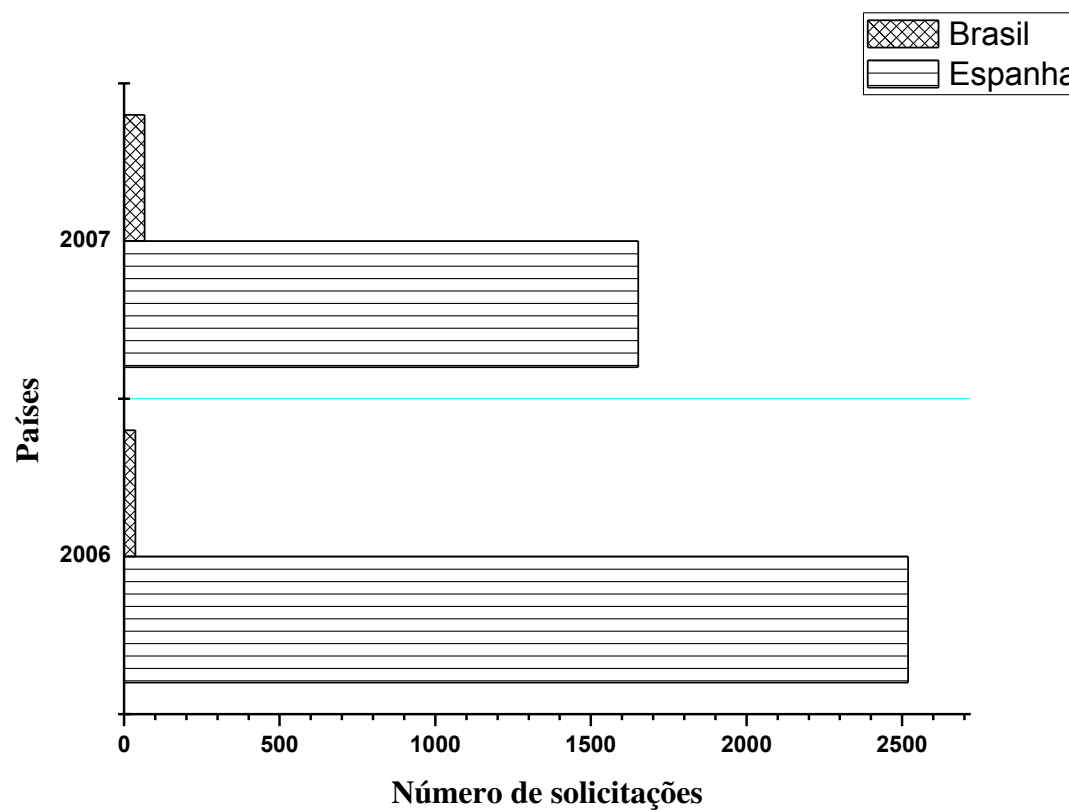
Fontes: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp> [acessado em 07/02/2009], as estatísticas sobre o asilo no Reino Unido (2007), disponível em <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs08/hosb1108.pdf> [acessado em 09/02/2009], apêndice B do texto "O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Liliana Jubilit." Editora Método, São Paulo, 2007 e Relatório de 2007 do CONARE, *Apud* Milesi (2008): "Dia Mundial do Refugiado" (disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf) [acessado em 07/02/2009].

Gráfico 15: Solicitações de asilo denegadas ou arquivadas de acordo com os principais países: 2006-2007



Fontes: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp> [acessado em 07/02/2009], as estatísticas sobre o asilo no Reino Unido (2007), disponível em <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs08/hosb1108.pdf> [acessado em 09/02/2009], apêndice B do texto "O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Liliana Jubilut." Editora Método, São Paulo, 2007 e Relatório de 2007 do CONARE, *Apud* Milesi (2008): "Dia Mundial do Refugiado" (disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf) [acessado em 07/02/2009].

Gráfico 16: Solicitações de asilo denegadas ou arquivadas no Brasil e na Espanha: 2006-2007



Fontes: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp> [acessado em 07/02/2009], as estatísticas sobre o asilo no Reino Unido (2007), disponível em <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs08/hosb1108.pdf> [acessado em 09/02/2009], apêndice B do texto "O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Liliana Jubilit." Editora Método, São Paulo, 2007 e Relatório de 2007 do CONARE, *Apud* Milesi (2008): "Dia Mundial do Refugiado" (disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf) [acessado em 07/02/2009].

2.1.3. Colombianos procurando reunir-se ou reagrupar-se com suas famílias

São considerados imigrantes por motivos familiares aquelas pessoas que residem na Espanha ou no Brasil por meio do procedimento de reagrupação ou reunião familiar, respectivamente.

Quanto ao Brasil, a concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar, em geral, é regulamentada pela Resolução Normativa nº. 36, de 28 de setembro de 1999 do Conselho Nacional de Imigração⁴¹. De acordo com esta se poderá conceder visto temporário ou permanente, a título de reunião familiar, aos dependentes legais de cidadão brasileiro ou de estrangeiro residente temporário ou permanente no País, maior de 21 anos. No caso dos refugiados, a regulamentação que implementa a extensão da condição de refugiado a título de reunião familiar é a Resolução Normativa nº. 4, de 11 de março de 1999 do Conselho Nacional de Imigração⁴², segundo a qual “os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional” (Seção II, op. cit).

Já no caso espanhol, o procedimento de reagrupação familiar se rege de acordo com o Real Decreto 2393/2004 por meio do qual se aprova o regulamento da Lei Orgânica 4/2000 de 11 de janeiro sobre direitos e liberdades dos estrangeiros na Espanha e a sua integração social. Conforme este decreto, se determina que os estrangeiros permanentes têm direito à vida em família e à intimidade familiar, também têm direito à reagrupar os seus familiares, conforme a lei⁴³.

Tanto no Brasil quanto na Espanha as normativas relacionadas à reunião familiar são muito rígidas, que implicam processos lentos e custosos. Um processo destes pode levar até três anos. Assim, por exemplo, as estatísticas, no caso espanhol (presumo não deve distar muito do brasileiro, apesar de suas menores proporções) refletem um incremento progressivo das solicitações. Contudo, este aumento não sempre vem acompanhado de uma subida paralela no número de concessões, em função da rigidez

41 Disponível na íntegra em:

http://www.mte.gov.br/legislacao/resolucoes_normativas/1999/rn_19990928_36.asp [acesso em 13/09/2010].

42 Disponível na íntegra em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5780.pdf> [acesso em 13/09/2010].

43 Disponível na íntegra em: http://www.mir.es/SGACAVT/derecho/rd/rd2393_2004.html [acesso em 3/09/2010].

normativa. Nesse sentido, até 31 de agosto de 2008 tinham chegado à Espanha um total de 65.861 pessoas por motivos de reagrupação familiar, dos quais os marroquinos foram os mais numerosos (19.510), seguidos dos equatorianos (9.683) e os colombianos (8.346). Não obstante, entre 2008 e 2007 houve uma redução de 50%, já que o número de pessoas que ingressaram por motivos familiares na Espanha para 2007 foi de 128.161, sendo os marroquinos os mais numerosos (37.025), seguidos dos equatorianos (21.937). No que diz respeito ao número de solicitações indeferidas se evidencia o aumento significativo ano após ano. Assim, em 2003 foram indeferidas 328, em 2004 foram indeferidas 2.493, em 2005 foram indeferidas 3.633, em 2006 foram indeferidas 14.266, em 2007 foram indeferidas 20.455 e até 31 de agosto 2008 tinham sido indeferidas 18.094.

De acordo com o Gabinete de Imigração da Prefeitura de Barcelona, durante o ano de 2007 foram admitidos a trâmite 6.938 solicitações de reagrupação familiar, levando em consideração que em 1º de janeiro de 2008 na cidade de Barcelona estavam cadastradas 280.817 pessoas de origem estrangeira. As mais relevantes foram: em primeiro lugar as dos equatorianos (20%), em segundo lugar as dos chineses (13%), em terceiro lugar as dos peruanos (10%), em quarto lugar as dos paquistaneses (9%) e em quinto lugar as dos colombianos (8%). Em geral entre os familiares que proporcionalmente são mais reagrupados se contam os filhos (34%), seguido dos cônjuges (24%), depois a combinação de cônjuge com filhos (22%), o resto dos pedidos corresponde a ascendentes (12%) e outras combinações (8%): cônjuges e ascendentes, descendentes e ascendentes conjuntamente, etc. Entre os colombianos a tendência é semelhante: na maioria dos casos filhos (cerca de 40%), depois cônjuge (aprox. 27%), logo descendentes mais cônjuge (aprox. 13%), ascendentes (aprox. 12%) e outras combinações (aprox. 8%), levando em conta que em 1º de janeiro de 2008 havia 13.032 pessoas de origem colombiana cadastradas na prefeitura de Barcelona (a quinta nacionalidade mais numerosa), o que representa 4,4% do total de cadastrados.

Quanto aos colombianos na Espanha, em geral, percebe-se um elevado número de solicitações nos últimos anos. Em segundo lugar, têm se detectado problemas no referente à demora, à incerteza e à dificuldade que encontram as famílias que iniciaram o processo. Além disso, é necessário levar em conta o endurecimento das políticas migratórias e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho principalmente no caso

dos pais quando reagrupados, sem esquecer as vicissitudes quanto à incorporação social da família no novo ambiente (Garay, 2006 *apud* Cruz, op. cit.).

No caso brasileiro os dados disponíveis são bastante escassos. Apenas posso mencionar que desde a criação do CONARE (1998) até o final de 2006, o Comitê concedeu a extensão da condição de refugiado, a título de reunião familiar, a 105 pessoas, procedentes do mundo todo. Enquanto aos colombianos, especificamente os reassentados, foram concedidos apenas 12 pedidos de reunião familiar, nesse mesmo período (ACNUR⁴⁴).

2.1.4. Colombianos por motivos de estudo

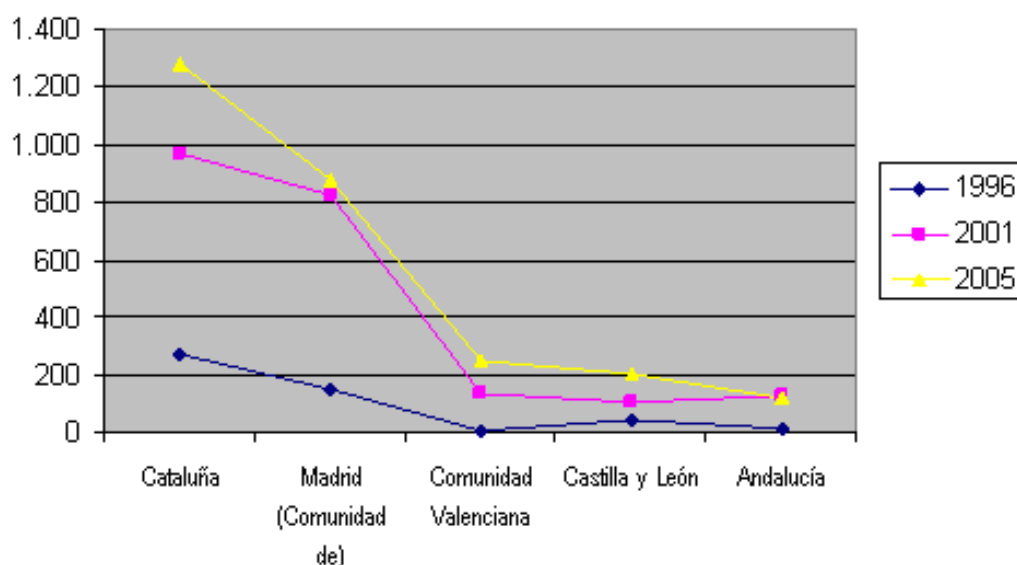
Nos últimos anos tem se incrementado o número de colombianos que chegam à Espanha e ao Brasil com o intuito de frequentar cursos ou realizar trabalhos de pesquisa ou formação não remunerados.

Assim, em 1995 na Espanha havia 599 colombianos com visto de estudante, enquanto entre 2000 e 2006 se estimou uma média anual de 3.150 colombianos morando na Espanha com autorização de permanência por motivos de estudos. Além disso, os estudantes colombianos, comparados com o resto de estudantes de origem latino-americana, são os mais numerosos (Sanabria, op. cit.). A tendência ao incremento continua no ano de 2008, pois conforme o Ministério de Trabalho e Imigração (2009⁴⁵) se contabilizaram 4.799 pessoas de origem colombiana com visto de estudante, delas as mulheres eram a maioria (54%). Em relação a 2007, aumentaram em 4,37%, ou seja, 201 pessoas. Por outro lado, entre 1996 a 2005 as cinco Comunidades Autônomas onde houve maior presença de estudantes de origem colombiana foram, em ordem de importância, a Catalunha, Madri, Valência, Castela e Leão e Andaluzia (gráfico 17).

44 Disponível na íntegra em: <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5780.pdf> [acesso em 13/09/2010].

45 <http://extranjeros.mtin.es/es/InformacionEstadistica/Informes/Extranjeros31Diciembre2008/index.html> [acessada em 27/03/2009].

Gráfico 17: Colombianos com visto de estudante por Comunidade Autônoma (1996-2008)



Fonte: Cruz et altri 2008

Teoricamente o estudante estrangeiro na Espanha não pode exercer nenhuma atividade remunerada por contra própria ou alheia, algo semelhante acontece no Brasil. Contudo, na Espanha, o estudante estrangeiro pode solicitar uma autorização para realizar atividades remuneradas em tempo parcial ou de duração determinada. Para isso, é necessário que o desenvolvimento dessas atividades seja compatível com a realização dos estudos e que os ingressos que se obtenham não constituam um recurso necessário para o sustento ou permanência no país. A realização de atividades comumente denominadas *canguro* (canguru) ou *au pair*, ou seja, ajudar a uma família nas tarefas domésticas e de cuidado das crianças, em troca da permanência e manutenção com a finalidade, entre outros, de melhorar o conhecimento da língua, encontram-se fora deste regime e se regulam de acordo com o disposto nos acordos internacionais sobre colocação *au pair*. Entretanto, na prática muitos estrangeiros com visto de estudante vão além destes regulamentos, entre eles, os colombianos. Entrar com visto de estudante na Espanha e permanecer dois ou três anos para solicitar o *arraigo social* ou *laboral* é um procedimento ao qual recorrem colombianos desterritorializados. Esta estratégia é uma forma concreta através da qual se expressa a prática do *rebusque*, ou seja, descobrir uma saída ocasional e habilidosa para afrontar os problemas da vida cotidiana.

Quanto aos colombianos que decidem viajar ao Brasil por motivo de estudos, principalmente de pós-graduação e graduação (em menor escala), normalmente o fazem

quando já possuem uma bolsa de estudos (ao contrário dos que se dirigem à Espanha), que procuram através da embaixada brasileira na Colômbia. Normalmente a oferta de bolsas supera a demanda, no referente ao caso colombiano. É de assinalar que através dos consulados brasileiros no exterior são oferecidas anualmente bolsas de estudos para estudantes de países em desenvolvimento da América Latina, Caribe, África, Ásia, e Oceania para realizar cursos de graduação e pós-graduação (Programa PEC-PG) em instituições de ensino superior brasileiras. De acordo com a CAPES para 2009, foram aprovadas “90 candidaturas a bolsas de Mestrado, a serem apoiadas pelo CNPq, e 124 candidaturas a bolsas de Doutorado, acrescidas de 16 candidaturas de Mestrado oriundas de Timor-Leste, totalizando 140 candidaturas a serem apoiadas pela CAPES”⁴⁶. Os estudantes colombianos selecionados foram os mais numerosos (79). No que diz respeito a 2008, do total de candidatos a bolsas de pós-graduação (350) foram selecionados 180 pessoas, 100 para mestrado e 80 para doutorado. Os colombianos (51) foram novamente os mais numerosos (da mesma forma que em 2005), entre os 22 países participantes (CAPES⁴⁷). Quanto aos estudantes de graduação, a procura parece ser menor, assim, de acordo com o anuário estatístico da USP de 2007⁴⁸ havia três estudantes colombianos matriculados em cursos de graduação na USP de São Paulo, enquanto 27 colombianos foram selecionados como bolsistas de pós-graduação em todo o país.

Além dos bolsistas dos programas da CAPES, outros bolsistas colombianos são selecionados especificamente pelos institutos ou faculdades, sem necessidade de passar pelo processo de seleção da CAPES, como acontece, por exemplo, no caso de estudantes de estatística, engenharias, física e química, que não são contemplados nas estatísticas oficiais. Estes estudantes são numerosos nos casos de Universidades como a de São Paulo e Campinas: USP e UNICAMP.

Nesse sentido, é de salientar, que o sucesso dos colombianos nos processos seletivos da CAPES, por exemplo, radica na consideração de critérios como terminação dos estudos dentro dos prazos estipulados, bem como significativa participação em

⁴⁶ Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla%3Apt-BR%3Aofficial&q=+capes+edital+pec-pg+2008&btnG=Pesquisar&meta=> [acessada em 27/03/2009].

⁴⁷ Disponível em: <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1651> [acessada em 27/03/2009].

⁴⁸ Disponível em: http://sistemas.usp.br/anuario/info_demo.htm [acessada em 27/03/2009].

congressos científicos e publicações. Critérios estes que parecem contar no momento de avaliar os candidatos.



3. Antropologia nas cidades, ao acaso dos *encontros*

Um encontro talvez seja o mesmo que um devir ou que umas bodas. Encontramos pessoas (e às vezes sem conhecê-las nem tê-las visto jamais), mas também movimentos, idéias, acontecimentos, entidades. E embora todas estas coisas tenham nomes próprios, o nome próprio não designa nem uma pessoa nem um sujeito. Designa um efeito, um ziguezague, algo que passa ou que sucede entre dois como sob uma diferença de potencial: “efeito Compton”, “efeito Kelvin”. É o mesmo que dizíamos para os devires: não é que um termo devenha o outro, mas que cada um encontra o outro, um único devir que não é comum para os dois, mas que está entre os dois, que tem sua própria direção, um bloco de devir, uma evolução a-paralela. Isso é precisamente a dupla captura, a abelha e a orquídea: nada que esteja nem em uma nem em outra, embora possa chegar a se intercambiar, a se misturar, mas algo que está entre as duas, fora das duas, e que corre em outra direção. Encontrar é achar, capturar, roubar, mas não há método, tão só uma longa preparação. Roubar é o contrário de plagiar, de copiar, de imitar ou de fazer como. A captura é sempre uma dupla-captura, o roubo, um duplo-roubo; assim é como se cria um bloco assimétrico e não algo mútuo, uma evolução a-paralela, bodas sempre “fora” e “entre”. Uma conversação seria precisamente isso.

Gilles Deleuze e Claire Parnet

Como habitamos um lugar? O revestimos com significantes, desse modo fazemos com que ele seja reconhecível. Habitar um lugar significa poder “usá-lo”, estar nele, isso implica tomar uma posição subjetiva para que este viva na nossa intimidade. A casa onírica (Bachelard, 1993), do sonho, é esse lugar que se cria por meio da imaginação, utilizando as lembranças que ressoam na nossa alma dos lugares que habitamos no passado; temos a lembrança da casa da infância onde nos divertíamos nos cantos, nos escondíamos nos armários, nos encontrávamos com o céu na trapeira e desaparecíamos em baixo da terra no porão, no momento em que a casa da infância não fica mais que na lembrança remota, quase borrada, a imaginação utiliza e cria para nós um lugar onde repousa nossa alma, que habitamos solitários e felizes, porque é o lugar onde se recolhe e descansa nossa alma para criar ansiosa novos sonhos; o habitar da casa onírica se faz por meio da imaginação, dos exageros ou atenuações que sejam feitas em cada um desses espaços que já não podemos percorrer objetivamente, mas que por meio de nossa subjetividade percorremos de novo com os olhos de uma criança que tem resgatado seu brinquedo perdido. A lembrança da morada de infância, o reencontro que fazemos com o passado quando recriamos as imagens difusas que temos dos lugares mencionados anteriormente dão a nossa alma a possibilidade de encontrar um lugar que habitamos seguros e confiantes, um lugar onde protegemos nossos sonhos e ilusões.

Imaginamos lugares nos quais nos sentimos protegidos, usamos e estamos nos nossos sonhos porque nossa alma se sente segura.

3.1. *Encontros*

Proponho como via de entrada à alteridade, às práticas antropológicas⁴⁹, a categoria do *occursus*, isto é, do *encontro*. O *occursus* é a palavra latina que usa Spinoza para referir-se às idéias-afecções (Spinoza, 1990). Deste modo, um *encontro* é uma mescla, o efeito de um corpo sobre o outro. Meu corpo não deixa de encontrar corpos. Os corpos que encontra têm ora relações que se compõem (mesclas boas), ora relações que se descompõem (mesclas nocivas). Na medida em que temos idéias-afecções, vivemos ao acaso dos encontros.

⁴⁹ As práticas antropológicas, em geral e nas cidades também, surgem por causas diversas, algumas vezes pela formulação ou participação em um projeto de pesquisa autônomo, a maioria pela insinuação, sugestão ou incitação a certas temáticas de interesse para as agências de fomento, que assinalam o rumo da pesquisa acadêmica, mas raramente pelo acaso dos encontros: fortuito *occursus*, o furioso acaso, como diria Diana Uribe Forero.

Minha proposta se nutre de uma linha de pensamento que não é nenhuma novidade, pois nela já transitaram Heráclito, os estoicos, Spinoza, Nietzsche e, mais recentemente, Deleuze.

Para acometer uma antropologia nas cidades, ao acaso dos encontros é necessário, antes de tudo, contar com um dispositivo que permita agrupar os diferentes exteriores urbanos: ruas, praças, vestibulos, calçadas, praias, parques, cais, ônibus, etc., ambientes urbanos abertos e acessíveis sem exceção, cujos usuários olham e são olhados, onde acontece todo tipo de agenciamentos, microscópicos ou tumultuosos, harmoniosos ou polêmicos, onde se desdobram encontros e encontrões, lutas e deserções, reencontros e extravios. Todo esse imenso enredo de acordos automáticos entre desconhecidos ou conhecidos de vista que nos depara o espetáculo de uma sociedade interminável, transbordante de equívocos e acasos. Esse espaço só existe como resultado de transcurso que não deixam de atravessá-lo e agitá-lo, conferindo a ele valor tanto prático quanto simbólico (Delgado, 2007: 225).

O espaço público abrangeria esse dispositivo, mas desta vez desprovido daquilo que significa para o urbanismo oficial: um vazio entre construções que deve ser preenchido de forma adequada aos objetivos de promotores e autoridades, que, habitualmente, são os mesmos. Sob esta perspectiva, trata-se de um território no qual intervir, um espaço a ser organizado que garanta a boa fluidez entre os pontos, os usos adequados, os significados desejáveis; um ambiente limpo e bem penteado, que deverá servir para que as construções-negócio ou os edifícios oficiais (ao longo dos quais se estende) garantam segurança e previsibilidade.

Não por acaso, a noção de espaço público se pôs de moda entre os planejadores, sobretudo, a partir das grandes iniciativas de reconversão de centros urbanos (gentrificação), como uma forma de tornar as cidades apeteceáveis à especulação, ao turismo e às demandas institucionais em matéria de legitimidade. As políticas urbanísticas se tornaram a continuação de uma velha obsessão dos dispositivos de poder por controlar o que incontrolavelmente acontece nos exteriores urbanos. Os planos, os mapeamentos, as delimitações viárias e os zoneamentos se tornam instrumentos que procuram, sem sucesso, monitorar o que realmente acontece no espaço urbano: todas as apropriações espontâneas e erráticas a que ele é submetido pelos seus próprios usuários, as colonizações insólitas e imprevisíveis que constantemente o afetam, e que fazem dele um espaço de liberdade (Delgado, op. cit.: 16-17).

Assim, uma antropologia nas cidades se ocuparia, sobretudo, de retratar encontros e encontrões, lutas e deserções, reencontros e extravios. A partir de uma prática etnográfica com colombianos em São Paulo e Barcelona retrato alguns encontros que experimentei nessa ocasião. Estes implicaram me adentrar por múltiplos devires: estrangeiros, imigrantes, indocumentados, exilados, refugiados, místicos, agnósticos, militantes políticos, latinos, hispânicos, sul-americanos, *sudacas*, guerrilheiros, paramilitares, etc.

Os *encontros* que relato aqui são abordados na dimensão de blocos e não a de lembranças, pois um bloco sempre é presente, enquanto as recordações, a memória, aludem ao passado, como já mencionei.



La persistència de la memòria (1931)

3.1.1. O encontro com o Loco de Abril

O primeiro deles aconteceu com o Loco de Abril, que me foi apresentado pelo voluntário responsável da sala de internet da Casa do Migrante. Consistiria em um *bom encontro*.

O Loco de Abril nasceu em Bucaramanga e tinha terminado seus estudos secundários quando emigrou da Colômbia. Quando o encontrei pela primeira vez, em meados de maio de 2007, carregava um forte sotaque portenho, que preanunciava seu devir portenho.

No albergue, partilhava grande parte de seu tempo com o Paulo, um rapaz argentino de traços fenotípicos brancos, de classe média, bom conversador e cabelos rastafári. Paulo tocava violão e cantava; gostava também de jogar futebol. O Loco de Abril, Paulo e outro colombiano, participariam em 2007 do campeonato de futebol

interalbergues de São Paulo, jogando, é claro, pelo time da Casa do Migrante. Paulo retornaria a Buenos Aires, tinha em mente voltar a estudar na universidade.

O Loco de Abril havia perambulado durante dois anos ou mais, por vários países da América do Sul. Na Argentina teria permanecido um bom tempo. Na Universidade de Buenos Aires freqüentaria alguns cursos. Comentava, por exemplo, ter realizado um curso de oratória; outro de timoneiro, que duraria cerca de seis meses, aspirava se tornar navegante. Tinha pensado inclusive viajar à Espanha, à Barcelona, pois lá, dizia, poderia aprimorar seus conhecimentos sobre navegação. Em uma oportunidade, estando ainda na Argentina, teria conduzido um veleiro até o Porto de Santos. Essa teria sido sua primeira vez no Brasil. Suas vontades eram as de navegar, trabalhar como timoneiro ou como prático⁵⁰ em algum porto de qualquer lugar do mundo.

O Loco de Abril recorria ao *rebusque* para se sustentar em São Paulo, como acontecia com viajantes forçados, não só estrangeiros, mas brasileiros. Já tinha vendido canetas no metrô ou no trem, principalmente nos trechos da periferia de São Paulo, zona leste ou zona sul, devia estar muito atento para não ser pego pela polícia ou pelos guardas do metrô. Esse trabalho, além de gerar nele uma enorme angústia, implicava riscos e eventuais castigos, os quais habitualmente terminam sendo maiores quando se devém indocumentado (imigrante ilegal, no linguajar oficial), como era o seu caso. Em consequência, o Loco de Abril acabaria procurando outros ofícios menos arriscados. Em vista de que as regras da Casa do Migrante lhe exigiam sair cedo, madrugava à procura de algum “bico” para ganhar, literalmente, alguns “trocados”. Um dos “bicos” que tentou, mas que não deu certo foi o de vendedor de planos de férias. O trabalho consistia em vender uma ou duas semanas de férias por ano, cujo comprador podia passar em determinados resorts ou hotéis normalmente luxuosos. Caso o cliente não quisesse passar suas férias nesse local ou até mesmo não tirasse férias, ele poderia alugar sua vaga e ganhar o lucro correspondente. Dessa tentativa de trabalho o único proveito que tiraria o Loco de Abril, seria o treinamento, incluídos os bebes e comes.

3.1.2. O encontro com Tuborg

Conheci o Tuborg na manhã do domingo 24 de junho de 2007, em frente à Praça da Sé, em ocasião do encerramento da “Semana do Migrante” promovida por várias

50 Na linguagem náutica, constitui o homem que conhece minuciosamente os acidentes hidrográficos de áreas restritas, e que com esses conhecimentos conduz uma embarcação através dessas áreas.

instituições vinculadas à imigração. Tuborg me seria apresentado pela Chalaca, uma imigrante indocumentada de origem peruana. Quando conheci o Tuborg, ele tinha 34 anos, fazia cerca de um mês tinha voltado do Paraná. Tinha chegado ao Brasil havia mais ou menos quatro anos, era magro de traços mulatos, tinha, mais ou menos, um metro e sessenta e cinco centímetros de estatura. Seu sotaque colombiano me lembrava às pessoas nascidas em Cúcuta, isto é, de vez em quando devia *toche* (passarinho conhecido no Brasil como Irataúá-pequeno), como se lhe diz às pessoas oriundas dali. No entanto, já carregava gírias e interferências do português. Outras vezes devia *valluno* (gentílico dos nascidos no Vale do Cauca). O encontro com ele foi bom, tive a oportunidade de vagar em volta do centro de São Paulo, apresentou-me muitas pessoas e lugares.

Um dia, o Loco de Abril e o Tuborg arrumaram um “bico” distribuindo panfletos na rua. Durante um par de semanas eu os acompanharia trabalhar. O primeiro dia de trabalho distribuindo panfletos começou cedo, às seis e vinte da manhã, horário em que tínhamos combinado encontrarmos na Casa do Migrante. Encontrei o Loco de Abril, depois andamos em direção ao Vale do Anhangabaú, atravessamos o Viaduto do Chá em direção à Praça da República, tomamos a Rua 7 de Abril, ali encontramos o Tuborg, sentamos na calçada e esperamos, em frente de uma galeria comercial, localizada antes da Avenida Ipiranga, que chegasse Cerberus, guardião, não das portas do Hades, mas dos “panfleteiros”. Cerberus era um nordestino que morava havia 20 anos em São Paulo, dizia estudar na faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, sua função era entregar 1000 panfletos a cada um dos distribuidores, bem como vigiar que estes não fossem jogados no lixo, escondidos ou entregados incorretamente (o certo era um panfleto por transeunte). Também era responsável por entregar um passe de metrô ou ônibus (de ida e volta) e por pagar um café com pão em uma venda ambulante.

A Rua Bernardino de Campos, em frente à estação de metrô Paraíso, foi o local escolhido desse primeiro dia. O trabalho consistia em repartir os panfletos em um local previamente escolhido pelo patrão ou dono do negócio, neste caso, um corretor de seguros que ganhava a vida vendendo planos de saúde. Para cada mil panfletos distribuídos diariamente se recebiam 12 reais, acumulativos e pagos na sexta-feira, ou seja, semanalmente 60 reais. Sábado e domingo não se trabalhava. O Loco de Abril e o Tuborg se posicionaram perto das duas “bocas” da estação de metrô, onde a afluência

de pessoas é maior e não está proibida a entrega de panfletos, como acontece na área interna. Eu fiquei um bom tempo junto com o Loco de Abril, ao lado do viaduto, desde onde podia ser visto o Obelisco do Ibirapuera.

Tanto o Loco de Abril quanto o Tuborg encaravam esta atividade com muito bom humor, trocando uma ou outra palavra amável com os caminhantes, mas principalmente flertando as mulheres. Cerberus sempre estava por perto vigiando, algumas vezes mais próximo do Loco de Abril outras do Tuborg. Por volta de meio-dia tinham sido entregues todos os panfletos. Então, Cerberus nos daria os passes de metrô. Apanhamos o metrô e fomos em direção ao “Bom Prato” da Rua 25 de Março. O almoço ali era abundante. Fizemos a fila e por um real comemos feijão, farinha, carne, verduras, um pão francês, uma laranja e um refresco.

3.1.3. O encontro com Anabel

Anabel Hafen tinha traços mestiços, predominantemente indígenas, cabelos lisos e pretos, sua estatura, mais ou menos, um metro e sessenta e tinha em torno de quarenta e cinco anos. Anabel liderava um dos projetos de Mujeres Pa'lante em Barcelona, cuja finalidade era visibilizar o Movimento de Mulheres contra a Guerra na Colômbia, no seu esforço para atingir uma saída pacífica ao conflito colombiano, bem como sensibilizar a sociedade catalã no referente à crise social e política que vive o país e que é a principal causa das migrações e do exílio.

Anabel, psicóloga de formação, especialista em psicologia infantil e estudos jurídicos, tinha chegado a Barcelona havia cerca de três anos, chegou como bolsista do programa Cultura de Paz, que realizara na *Escola de Cultura de Paz* da Universidade Autônoma de Barcelona. Era extrovertida, inteligente, eloqüente e muito conhecida por causa da sua trajetória política. Na Colômbia tinha sido líder da Organização Feminina Popular.

É de ressaltar que muitos líderes de movimentos sociais, além de sindicalistas, etc., na Colômbia, são ameaçados e perseguidos, portanto, forçados a procurar o exílio. Anabel não tinha sido uma exceção, devido à militância foi obrigada a abandonar o país. Anabel se definia como autoexilada. Não optou pelo refúgio, pois, segundo ela, nesse caso não poderia voltar à Colômbia, não poderia tampouco escrever sobre ele, visitar suas delegações diplomáticas, etc. Apesar disso, respeitava profundamente aquelas pessoas que devieram asilados, como aconteceu com muitas das suas colegas e,

inclusive, irmãos, os quais anos atrás teriam que se refugiar na Grã Bretanha. Destacava também a enorme coragem daqueles que ficaram no país.

Durante o primeiro ano Anabel permaneceria em Barcelona como bolsista, após, diante da sua impossibilidade de voltar à Colômbia, teve que se tornar indocumentada, seu visto tinha expirado e não podia renová-lo. Por conta de sua trajetória política, Anabel conhecia uma série de entidades e pessoas que lhe serviriam de suporte para permanecer na Espanha. Assim, conseguiu se engajar nessa ONG que lutava pela defesa das mulheres imigrantes, especialmente latino-americanas, ali ganhava um salário de aproximadamente seiscentos euros por mês. Para complementar seus ingressos recorria ao *rebusque* fazendo faxinas ou dando palestras. Quanto ao tema dos documentos, também seria através do *rebusque* que acharia uma solução: um dos seus colegas de trabalho, espanhol de nacionalidade, propor-lhe-ia casamento por conveniência. Assim, de indocumentada passou a extracomunitária com visto permanente.

3.1.4. O encontro com Gesolmina

Conheci Gesolmina no final de maio de 2008. Ela me foi apresentada pela sua amiga Anabel. Naquele dia me encontrava falando com a Anabel no seu escritório do centro de Barcelona. Antes de terminar a conversa, chegou ali a Gesolmina, uma mulher robusta, de traços mestiços, de mais ou menos trinta e três anos, um metro e sessenta de estatura, cabelos louros, longos e ondulados e um sorriso à flor dos lábios. Tratar-se-ia de um bom *encontro*.

Nessa sexta-feira, fim de tarde, após a apresentação, a Anabel nos convidou a tomar uma cerveja em um bar colombiano perto dali. *Shangó* era o nome do bar, situado no número 2 do Carrer d'En Groch, no Bairro Gótico. Os proprietários deste bar eram um casal de colombianos, oriundos de Cali, nessa época estava sendo atendido por um casal de franceses. A especialidade deste bar era a *salsa* e o *merengue*. Um destaque especial era dado à *salsa* da Colômbia, bem como a outros ritmos musicais colombianos contemporâneos. A Gesolmina não se sentia psicologicamente muito bem nesse dia, portanto, precisava partilhar suas tristezas com sua amiga.

Durante o encontro, a Anabel propôs que fizéssemos uma espécie de terapia de “duelo migratório”: cada um falou sobre algumas das aflições que mais nos perturbavam, partilhamos alguns episódios das nossas trajetórias vitais e concluiríamos

trocando abraços. Finalmente, despedir-nos-íamos com certa sensação de bem-estar. Esse seria o início de uma grande amizade e o primeiro de muitos e agradáveis reencontros.

3.1.4.1. Gesolmina: professora na Colômbia e faxineira em Barcelona

Gesolmina nasceu e cresceu em Cartago, mas sua vida adulta transcorreu entre Pereira e Cartago. Formada em matemáticas, trabalhou, durante quinze anos, como professora na rede pública da cidade de Pereira (na região cafeeira). No entanto, não estava satisfeita com o exercício de sua profissão e decidiu empreender paralelamente uma segunda carreira: decoração de interiores, a qual praticou também até antes de sua viagem à Espanha.

Ela chegou à Espanha com o intuito de mudar completamente de vida. Apesar de adorar as matemáticas e o ensino, queria explorar o mundo da arte, da fotografia, do desenho, da decoração de interiores, etc. Com essa ilusão viajaria. Além dos desafetos e a insatisfação profissional, que eu identificava como centrais na sua viagem, Gesolmina, manifestava como motivos o desejo de conhecer a Europa, viajar por diferentes países, conhecê-los e aprender sua língua, trabalhando temporariamente em cada um deles.

Antes de tentar a Espanha tentou a Inglaterra, onde seu irmão estava como refugiado. Tentou duas vezes, mas o pedido foi rejeitado. No consulado inglês o funcionário que a entrevistou lhe manifestou sua suspeita de que fosse viajar a Londres para exercer a prostituição, com a desculpa de fazer um curso de inglês. Essa atitude a fez sentir tanta humilhação, que teve muita vontade de chorar, mas se absteve de fazê-lo na frente do burocrata. Quando saiu do consulado chorou desconsoladamente.

A “escusa” para viajar à Espanha foi o interesse por fazer um curso de fotografia em Madri que duraria um ano, e que conseguiu financiar graças à concessão de um empréstimo do ICETEX. Nessa cidade, Gesolmina precisou acudir ao *rebusque* repetidas vezes. Embora o tempo de trabalho autorizado para estudantes fosse de 20 horas por semana, na prática a maioria o ultrapassava. Gesolmina não era exceção, pois necessitava se sustentar. Em Madri trabalhou como empregada em uma sorveteria; foi faxineira e cuidou de uma pessoa com deficiência física. Ofícios que nunca tinha exercido na Colômbia. Assim que terminou o curso em Madri se transferiu para Barcelona porque gostava muito do mar, do barulho das ondas. Cada vez que podia,

passeava pela orla, deleitava-se deitada ou sentada tomando o sol, repousava, escrevia ou tirava fotos. Ali também teria que recorrer ao *rebusque* para ganhar a vida.

3.1.4.2. Geografia de relações da Gesolmina

Apesar de Gelsomina se autodefinir como uma mulher tímida, eu a achava muito sociável. Por meio dela tive a oportunidade de *encontrar* e reencontrar muitas pessoas. Fazia amigos rapidamente, era muito simpática.

Por iniciativa da Gesolmina fui convidado a participar das Segundas Jornadas Artísticas denominadas *Por Colombia un Canto a la Vida*. Este evento aconteceu na sede do Centro Cívico a “Farinera del Clot”, em Barcelona, durante os dias quatro e cinco de julho. As Jornadas foram organizadas pela Plataforma Cultural *Canto a la Vida* e o *Colectivo Maloka*, receberam artistas de todos os continentes. Haveria apresentações de poesia, teatro, dança, contos, música, pintura, fotografia e uma amostra de cinema documental, em apoio aos defensores dos direitos humanos na Colômbia.

No dia de sábado cheguei por volta das duas horas da tarde, encontrei Gesolmina, que estava tirando umas fotos de umas crianças que faziam desenhos em um croqui do mapa da Colômbia, ao lado da exposição de fotos, de vídeos e de caricaturas da “Organización Feminina Popular (OFP)”. Além das fotos, havia uma exposição de objetos cotidianos, concretamente peças de roupa penduradas, as quais retratavam um tradicional varal de um quintal rural da Colômbia. Os objetos estavam organizados por diferentes décadas (a partir dos anos 70), neles se relatavam diferentes ações da OFP ao longo destes anos.

Posteriormente, Gesolmina me convidou ao auditório, pois ali havia uma mesa redonda na qual estava presente um eurodeputado espanhol. Chegamos quando estava no final, o público estava fazendo sua participação. Falou-se entre várias coisas do tema que era a notícia do momento: o resgate da Ingrid Betancourt. Encontrei com a Anabel e outras pessoas conhecidas, colombianas e catalãs, entre elas um harpista colombiano que interpretava música *llanera*⁵¹, de nome Joan.

⁵¹ É a denominação que recebe a música dos *Llanos Orientales* colombianos. Os *Llanos* (do castelhano llanos, plainos ou planícies) são uma vasta região do norte da América do Sul, localizada majoritariamente na bacia do rio Orinoco, considerada como um dos ecossistemas mais importantes da Terra e enquadrado no bioma correspondente às savanas. Os habitantes da região, os *llaneros*, são considerados gente hospitaleira, excelentes cavaleiros e vaqueiros. O principal ritmo musical dos *Llanos* é o *Joropo*, cuja origem é disputada apaixonadamente por colombianos e venezuelanos. Os instrumentos

Joan, psicólogo da Universidade Nacional e músico de rua, em Barcelona. Tinha chegado à Espanha havia cerca de cinco anos. Tocava uma *harpa llanera*, seu local de trabalho preferido estava localizado na Carrer do Bisbe, entre a Prefeitura, a Generalitat e a Catedral, no bairro gótico de Barcelona.

O Joan se apresentou com seu grupo folclórico Orinoco nas Segundas Jornadas Artísticas *Por Colombia un Canto a la Vida*. Joan tinha-se formado nos anos noventa. Era moreno, baixo e magro, tinha traços mestiços, predominantemente índios. Pelo sotaque parecia ser de Cundinamarca ou Boyacá, pelo que me contava conhecia muito bem Bogotá. Na Espanha já tinha morado dois anos Madri, mas já havia percorrido outras cidades. Como muitos dos colombianos que conheci em Barcelona, Joan era uma pessoa muito politizada, falava sobre sua postura dissidente frente ao atual governo colombiano.

Quanto ao seu trabalho como músico de rua, ele demonstrava preeminência sobre outros músicos de rua que se revezavam na Carrer do Bisbe. Teoricamente cada um podia tocar duas horas, porém, apenas aqueles que tivessem permissão por parte da prefeitura da cidade, Joan disse que cada vez eram menos as permissões liberadas pela prefeitura, segundo ele, devia haver umas duzentas. Comentou-me também que era proibido tocar entre às duas e cinco da tarde, hora da famosa “siesta” na Espanha, nesse horário a polícia podia prendê-los e apreender os instrumentos. Além de determinar horários para tocar, os instrumentos dos músicos de rua não podiam ultrapassar certo limite de decibéis. Entretanto, eles faziam caso omissa da proibição. Na rua, Joan, como os outros músicos, oferecia à venda CDs feitos com suas próprias gravações, normalmente cada cópia era vendida por dez euros.

Durante as jornadas artísticas me contou uma interessante história sobre uma tradicional comida colombiana: o *tamal*⁵², a qual me remetia a uma história que já tinha ouvido falar no Brasil sobre a feijoada. Joan comentava que o *tamal* era uma das

musicais utilizados são o *cuatro* (instrumento de quatro cordas), a harpa *llanera* e as *maracas* (chocalhos).

⁵² A comida colombiana compreende uma mistura das raízes indígenas com o que os espanhóis trouxeram. A palavra tamal provém do náutle tamalli, que significa envolvido. O tamal é um nome genérico dado a vários pratos americano de origem indígena preparados geralmente com farinha de milho cozida normalmente no vapor, envolvida em folhas de bananeira, de espiga de milho, abacate, etc. Podem levar ou não recheio, o qual pode conter carne, vegetais, pimenta, frutas, molho, etc. Além disso, podem ter sabor doce ou salgado. Na Colômbia há diversas classes de tamales, classificados de acordo com as regiões de origem (tolimense, huilense, valluno, etc.), que mudam segundo o manjar que se coloque no seu interior e os ingredientes que se acrescentem a eles. Por exemplo, pode ser recheado com carne de porco, frango e legumes (como ervilha e cenoura). Este tamal valluno estava preparado com massa de farinha de milho, cenoura, toucinho, frango, três tipos de carne (bovina, suína e de frango), etc.

comidas dos escravos e índios. Feita com as sobras da paelha dos colonizadores espanhóis.

Além disso, me contou que a harpa que ele tocava provinha dos *Llanos Orientales* colombianos, que no resto da América do Sul era conhecida como harpa paraguaia. Este tipo de harpa, que datava do século XVII, não teria evoluído, ao contrário da européia, a qual, além de ter um mecanismo dotado de pedais, não necessitava ser afinada cada vez que se mudava de ritmo.

Esse mesmo dia, a Gesolmina me apresentaria a Inés Hafén. O *encontro* com Inés foi bom. Tivemos oportunidade de conversar em muitas ocasiões, bem como de partilhar diversos momentos e espaços. Inés era mais nova do que a Anabel, a sua irmã. Os seus traços físicos eram parecidos. Quando a conheci, tinha quarenta e três anos, estava divorciada e tinha uma filha adolescente. Inés havia se formado primeiro em Administração Hospitalar e, posteriormente, em medicina. Encontrava-se em Barcelona havia já quase um ano, tinha chegado através de um dos contingentes de trabalhadores temporários contratados por meio do *Convenio de Flujos Migratorios*.

Na época estava trabalhando em um hospital no distrito barcelonês de Sants, de oito da manhã às oito da noite, de segunda a sexta-feira, dizia sentir-se bem. Reclamava de sentir-se muito encerrada, pois um dos locais de trabalho ficava em um porão. Quando terminava seu expediente já estava escuro e tinha que caminhar para apanhar o metrô em direção a sua casa. Essa rotina de não ver a luz do dia a deprimia muito. Ao seu consultório chegavam muitos pacientes falando em catalão, obviamente, mas ela não os entendia, assim, pedia que falassem em espanhol.

Os gostos musicais da Inés eram semelhantes aos de outros colegas colombianos politizados e residentes em Barcelona, enquadravam-se principalmente na chamada canção social latino-americana ou música protesto, ou *propuesta*, como a denominavam os integrantes da banda colombiana Pasajeros.

Pasajeros foi uma das bandas que estiveram presentes nessas Jornadas Artísticas. Eles denominam sua música “canção proposta” latino-americana, pois consistiria não apenas na formulação de uma maneira alternativa para a elaboração coletiva de peças musicais, mas também o reflexo do que se considera que deveria ser uma atitude de compromisso ético do artista com o entorno e realidade cotidianas.

Essa banda criada em 1991 estava conformada por refugiados colombianos que chegaram à Espanha em 2005 fugindo de ameaças e perseguições. Antes do exílio,

estiveram presos seis meses na penitenciária de Bellavista em Medellín, acusados de rebelião. Argumentar-se-ia que sua música estava carregada de ideologia e incitava a participar em grupos armados.

Cinco trabalhos musicais se destacam na carreira de resistência artística desta banda, o último deles *Bitácora de vuelo* foi gravado na Espanha em 2007. Nos seus temas é reivindicado o direito à liberdade de expressão, razão pela qual sofreram perseguição política por parte do atual governo colombiano. Obviamente, o grupo foi obrigado a se fragmentar por razões de segurança, assim, alguns de seus integrantes se dispersaram por diferentes cidades da Espanha, outros se exilaram em Cuba. No exílio, muito esporadicamente se reúnem para tocar ou ensaiar, pois sua prioridade agora é o viver. Já que na Espanha não podem viver só da música, ganham a vida como empregados de escritório, analistas de sistemas ou carreteiros. Na minha permanência na Espanha tive a oportunidade de encontrar e partilhar com os membros desta banda.

As irmãs Hafén já conheciam as músicas desta banda desde quando moravam na Colômbia. Na Espanha elas tinham estabelecido um laço de amizade com alguns dos seus integrantes. Um dos canta-autores as tinha ajudado na montagem da sua casa em Barcelona, pois o seu *rebusque* consistia em fazer carretos nessa cidade.

3.1.5. O encontro com Gloria

No dia 20 de junho de 2007, em ocasião do Dia Mundial do Refugiado, assisti na livraria FNAC de Pinheiros (São Paulo) a uma mesa redonda sobre o tema do refúgio no Brasil. O evento contaria com a presença do representante do ACNUR no Brasil, do diretor da CASP e de autores de livros referentes ao tema, que esse dia fariam um lançamento coletivo, entre eles se encontrava a assistente jurídica da CASP. Além disso, haveria uma exposição de trabalhos de “arte-terapia” realizados por refugiados e a apresentação de um coral, composto por refugiados.

Este acontecimento mudaria por completo o rumo da minha pesquisa, já que nessa noite encontraria pela primeira vez um grupo de mulheres colombianas solicitantes de refúgio e refugiadas, com o qual partilhei uma boa parte do tempo que passei em São Paulo. Paulo, colega da faculdade, que pesquisava sobre a *World Music*, me apresentaria Samira, uma mulher colombiana solicitante de refúgio, que essa noite participou dos eventos, quem simultaneamente me apresentou outras colegas colombianas.

Samira, uma mulher negra, de sotaque e origem *valluna*, aparentava uns quarenta e cinco anos. Ela tinha chegado a São Paulo havia aproximadamente um ano. Antes de emigrar para São Paulo, morava em Leticia (fronteira com o Brasil) desde os oito anos. Samira tinha um filho que residia em Tabatinga, Amazonas, a localidade brasileira que faz fronteira com a Colômbia em Leticia.

A travessia da Samira para chegar a São Paulo a levou ao Paraguai. Em Assunção esteve cerca de três meses. Samira morou também na Casa do Migrante, onde esteve cerca de seis meses. Depois foi encaminhada para a Casa das Mulheres, da qual tinha saído para alugar um quarto na Liberdade, pelo qual disse que pagava 330 reais. Seu rebusque para ganhar a vida era venda de artesanato, no centro de São Paulo. Alguns dos objetos que vendia, por exemplo, colares, eram de elaboração própria. Um dos locais prediletos, onde comumente eu a encontrava, era a intersecção das Ruas 15 de Novembro e da Quitanda. Em várias ocasiões teve que escapar do “rapa”, como acontecia com os outros camelôs.

Samira era solicitante de refúgio, seu pedido inicial tinha sido denegado. Contudo, tinha feito a apelação e esperava ainda por uma notificação. Enquanto isso, Samira recebia ajuda da CASP e tinha direito ao cartão de alimentação do SESC do Carmo. Samira sofria de transtornos psíquicos, precisava tomar alguns medicamentos, esta condição lhe garantia o direito de ter um cartão com o qual podia viajar gratuitamente na rede de transporte público de São Paulo.

No Dia Mundial do Refugiado, Samira me apresentaria a Anaïs e a Gloria. Anaïs, como Samira, era solicitante de refúgio. Oriunda de Boyacá, de traços mestiços, devia ter uns vinte e cinco anos. Estava em São Paulo havia também cerca de um ano. Sua travessia para chegar a São Paulo foi terrestre, começou no Equador, dali foi ao Peru, posteriormente à Bolívia, depois ao Paraguai e finalmente ao Brasil. Ela e uma amiga sua recorreram ao rebusque para se sustentar: cantavam na rua, no ônibus, etc. Quando chegaram a São Paulo também fizeram o mesmo, porém, sua colega decidiria voltar à Colômbia, enquanto ela ficaria no Brasil. Anaïs, como Samira, tinha morado na Casa do Migrante e na Casa das Mulheres. Durante algum tempo trabalhou no Serviço da Pastoral dos Migrantes, no Brás. Ali ganhava um salário de cerca de mil reais. Também trabalhou em um *Call Center*. Sua solicitação de refúgio também tinha sido denegada, apelou, mas a apelação também foi denegada. Segundo ela, quem tinha

sofrido perseguição e ameaças diretas havia sido seu pai. Contudo, ela temia pela sua vida.

Gloria me parecia a mais retraída de todas elas. Também tinha morado na Casa do Migrante e se encontrava morando na Casa das Mulheres. Havia sido solicitante de refúgio, durante seis meses recebeu como suas colegas um estipêndio de 150 reais por mês. Entretanto, à diferença de suas conterrâneas, sua solicitação teria sido aprovada, isto é, conseguido o status de refugiada. Isso lhe dava direito a receber uma ajuda de 300 reais por mês, ao menos durante seis meses. Ao igual que a Anaïs, tinha trabalhado em um *Call Center*, durante dois meses, ali ganhava cerca de 1200 reais por mês.

Durante os eventos do Dia Mundial do Refugiado, também conheci a assistente social do SESC do Carmo, responsável pelo projeto de refugiados, bem como a professora do curso de português dessa mesma instituição. Essa noite Anaïs participou no Coral dos Refugiados tocando tambor, enquanto a Samira recitou alguns versos e salmos. Fui convidado por elas para participar das atividades relacionadas com a Semana do Refugiado, que aconteceriam na Casa das Mulheres, entre os dias 21 a 23 de junho.

Gloria agia como a cabeça de sua família no Brasil, que estava composta por seus dois irmãos e sua sobrinha. Seus dois irmãos também eram refugiados. Antes de chegar ao Brasil, esteve como solicitante de refúgio no Equador, ali permaneceu quase três anos.

Quando conheci a Gloria, pareceu-me bastante tímida, depois soube que era evangélica acérrima. Fazia questão de vestir roupas evangélicas. Fiquei surpreso quando tive conhecimento que em São Paulo havia uma “moda evangélica”, suportada por uma forte indústria têxtil, com pontos de venda nos bairros do Bom Retiro (na Rua José Paulino) e do Brás. Em várias ocasiões a acompanharia a estes locais. As saias, por exemplo, eram longas, tive a impressão que a idéia era ocultar a sensualidade. Gloria raramente usava calças. Comprava também este tipo de roupas para sua pequena sobrinha.

Gloria era divorciada. Do seu primeiro casamento tinha um filho de mais ou menos 18 anos, que estava prestando serviço militar na infantaria de marinha no porto de Buenaventura. Gloria sempre estava preocupada pelo seu filho, pois constantemente tinha que intervir em combates. O rapaz gostava da vida militar, depois do tempo de

serviço obrigatório, queria se vincular como soldado profissional. Gloria preferia que ele ficasse ao seu lado e estudasse. Ambos se comunicavam constantemente.

Antes de se tornar evangélica, havia, mais ou menos dez anos, dizia que era muito festeira e gostava de beber. Seu segundo marido era um pastor evangélico, teriam se conhecido na Colômbia, porém, se casaram no Equador. Gloria gostava muito de ler a bíblia, sempre levava consigo um exemplar. Aproveitava qualquer oportunidade para fazer comentários bíblicos, criticar outras tendências religiosas ou evangelizar, tentou fazê-lo comigo também, mas não deu certo, o mesmo fazia com seus irmãos, os quais também demonstravam resistência. Yoan, seu irmão solteiro e mais novo, contava-me que ela queria impor de qualquer jeito sua doutrina religiosa, mas ele não tinha interesse algum neste tipo de discurso. Yoan dizia que a sua família dissentia muito neste aspecto com ela. Gloria falava sempre com muito orgulho de seu segundo marido, afirmava que era um conhecedor da “palavra de Deus”, ele se encontrava nos Estados Unidos, era ministro em uma igreja da Flórida, tinha um filho que morava junto e lhe dava suporte.

3.1.5.1. Os irmãos da Gloria

O primeiro dos irmãos da Gloria que conheci foi o Manu, o pai da Blondina. Ele me foi apresentado durante as comemorações da Semana do Imigrante de 2007. Manu tinha 34 anos quando nos conhecemos, em meados de junho de 2007. Tinha nascido em Carmen de Atrato, município do departamento do Chocó. Antes de fugir para o Equador, vivia em uma zona rural a 40 minutos de Trujillo (Valle del Cauca), morava com sua esposa, sua filha e sua enteada. Tinha um negócio próprio, era dono de um bar.

Contudo, em 2006 recebeu uma carta da guerrilha, na qual era exigida uma contribuição mensal (chamada de *vacuna*, vacina) de cerca de 200 reais. Ele se negou e por este motivo teve que fugir da Colômbia. Até meados de 2008 esteve desempregado. Desde quando fez sua solicitação de refúgio, recebia mensalmente um auxílio da CASP de um pouco mais de quinhentos reais e um kit de material de higiene pessoal (sabonete, pasta dental, etc.). Sempre morou em albergues desde sua chegada, primeiro na Casa do Migrante, depois no Hotel VIP e, desde o início de 2008 na Casa das Mulheres, neste último, em companhia da sua filha e seu irmão. Possuía o cartão de alimentação do SESC do Carmo com o qual podia fazer uma refeição por um valor de dois reais aproximadamente. Para se locomover na cidade recebeu um cartão de transporte que lhe garantia o uso de qualquer veículo público de maneira gratuita,

devido à sua condição de deficiente físico. Já tinha realizado vários cursos profissionalizantes na AVAPE, esperava poder ser inserido logo no mercado de trabalho. Aspirava poder arrumar um trabalho simples, acorde com suas limitações físicas, por exemplo, zelador ou ascensorista, dizia.

Yoan, o outro irmão da Olga, tinha nascido em Cali, capital do departamento do Vale do Cauca. Quando o conheci, em meados de 2007, tinha 32 anos e era solteiro. No Equador foi ameaçado. Yoan também tinha também uma deficiência física na sua perna, pois havia sido atingido por um câncer. Na Colômbia, morou e trabalhou principalmente na cidade de Cali, desempenharia inicialmente o ofício de moldureiro, nos últimos anos, por causa de sua deficiência física, trabalharia como taxista.

Em São Paulo, começou os cursos profissionalizantes na AVAPE, mas por questões de saúde teve que desistir. Desde que chegou ao Brasil, sempre morou junto com seu irmão em albergues. Recebeu também o cartão de alimentação do SESC do Carmo, bem como o de transporte gratuito, da mesma forma que Manu. Mensalmente recebia também um auxílio da CASP, menor que o do seu irmão. Esperava resolver seu problema de saúde para poder retomar seus estudos e procurar um posto de trabalho.

Tanto Yoan quanto Manu me comentaram sobre as dificuldades de orientar-se na cidade, pois, além de enorme, todas as ruas tinham nomes, à diferença da maioria das cidades da Colômbia, onde estas estão catalogadas com números. Assim, em São Paulo teriam que se orientar estabelecendo pontos de referência: a Praça da Sé, o terminal do Parque dom Pedro, etc.

Quando os conheci, ambos não tinham o mínimo conhecimento de computadores, tampouco usavam celulares, a única que tinha um telefone era a Gloria. Depois tanto Manu quanto Yoan tinham aprendido algo de computação, acessavam a internet, etc. O Yoan inclusive abria uma conta de correio eletrônico (e-mail). Além disso, ambos tinham comprado telefone celular.

Quando Yoan morava na Casa do Migrante, saia pouco do albergue, preferia recorrer ao *rebusque*, ou seja, fazer trabalho voluntário em troca do almoço e a permanência durante o dia na Casa. Contudo, em alguma ocasião trabalharia como ajudante de pedreiro, mas não gostou muito da experiência, terminou desistindo logo. Quando não ficava no albergue, seja na Casa do Migrante ou no Hotel VIP, ia ao SESC do Carmo, ali acostumava ler o jornal, principalmente a seção de esportes ou

conversava com algum amigo, acessava a internet, almoçava e depois tirava um cochilo na sala de leitura.

Yoan durante muito tempo andou em companhia de Jules, um amigo peruano, biomédico de profissão, também solicitante de refúgio, a quem tinha conhecido na Casa do Migrante, e que também seria encaminhado depois, como ele, para o Hotel VIP. Yoan afirmava que Jules era seu melhor amigo. Ambos eram apaixonados por futebol, Yoan era torcedor do Deportivo Cali da Colômbia, mas no Brasil torcia pelo Palmeiras, o uniforme de ambos os times era parecido. Jules, pelo contrário, gostava do Santos. Ambos gostavam de assistir as partidas que eram transmitidas pela televisão, entre elas as da Taça Libertadores.

Durante estes eventos havia discussões acaloradas com os outros moradores do albergue, tanto da Casa do Migrante quanto do Hotel VIP. Yoan se lembrava de alguns atritos que aconteceram entre os brasileiros e os “latinos”, como eles eram chamados pelos nativos ou os outros viajantes forçados que não tinham origem latino-americana. Por exemplo, uma vez assistindo um jogo entre um time brasileiro e o Boca Juniors, da Argentina, na hora que este último time fez um gol, Jules comemorou de forma desafiante diante dos “nativos”, deixando-os muito irritados, pelo qual eles fizeram comentários discriminatórios e inclusive ameaçadores. Em consequência, Jules teve que chamar os funcionários do albergue para poder “salvar a pele”. Conforme Yoan, Jules havia exagerado e exagerava toda vez que havia uma partida entre um time brasileiro e outro estrangeiro.

Yoan tinha uma boa amizade com Jules, sempre lhe contava, por exemplo, sobre o andamento do seu tratamento médico, já que, além de ser seu melhor amigo, entendia do assunto. Em Lima, Jules já tinha trabalhado em vários hospitais especializados na área de oncologia. Além disso, Jules e Yoan gostavam de “falar besteira”, jogar bilhar ou simplesmente de tomar cerveja. Jules, de vez em quando, arrumava alguns “bicos” trabalhando na sua área de formação profissional (biomedicina), junto a vários hospitais. Tinha tentado sem sorte o reconhecimento e convalidação de seus títulos no Brasil. A sua solicitação de refúgio tinha sido denegada, mesmo assim apelou duas vezes, sendo recusada novamente. Decidiu, portanto, ficar indocumentado, esperando uma anistia migratória, pois não queria voltar ao Peru.

Tanto Yoan quanto Manu me relataram que nos albergues eventualmente tinham sido alvo de discriminação por serem estrangeiros. No entanto, eles sempre evitaram

qualquer tipo de confronto. Fora dos albergues não se sentiam discriminados, pelo contrário, falavam que a maioria das pessoas era muito simpática. Manu era mais tímido que Yoan, também tinha mais dificuldades com a língua portuguesa.

Em uma ocasião Manu foi roubado, dentro do albergue, por um morador do Hotel VIP, quem também o agrediu fisicamente. Pouco antes desse incidente, Manu e ele estariam partilhando umas cervejas. O ladrão lhe reclamaria do seu isolamento. No dia seguinte do assalto, a Gloria me pediu para acompanhá-los à delegacia para fazer o respectivo boletim de ocorrência. Eu fiz o papel de intérprete. O funcionário que tomou o depoimento de Manu lhe perguntou se queria fazer a perícia médica legal, mas ele não quis. Tempo depois, Manu soube que o ladrão andava pelo centro da cidade e que tinha vários processos em andamento, inclusive por falsos documentos..

Em agosto de 2007, Yoan seria atingido por um osteossarcoma no seu fêmur esquerdo. Seria tratado no Hospital da Santa Casa. Toda semana tinha que fazer algum exame ou consulta médica. A equipe médica que tratava o Yoan sugeriu a operação desse tumor maligno antes que as consequências fossem piores. A respeito da operação Yoan tinha dúvidas, pois sentia insegurança por parte dos médicos que desde o começo o alertaram sobre o risco de perder a perna. Yoan e sua irmã Gloria fizeram todo o possível para ter outras opiniões médicas, inclusive a do cirurgião que o operou na Colômbia. Finalmente, em outubro desse mesmo ano, Yoan foi operado e sua perna salva. Após alguns dias de recuperação no Hospital, foi encaminhado à Casa de Cuidados Lar Transitório Batuíra, localizado no bairro Bela Vista, onde eu também morara. Durante sua estância ali, eu o visitaria regularmente.

3.1.6. *Encontros na casa das Irmãs Hafen*

Morei no apartamento das irmãs Hafen na última fase do meu trabalho de campo em Barcelona. O quarto que me foi alugado tinha sido ocupado por um casal de músicos colombianos: Diego e Xochitl. O apartamento estava localizado em Sant Martí, bairro periférico de Barcelona, no limite entre Barcelona e Sant Adrià de Besòs, tinha um forte estigma social, por causa da proximidade com *La Mina*, bairro habitado por ciganos. No entanto, Sant Martí tinha sofrido fortes transformações urbanísticas nos últimos anos. Nas redondezas da casa das irmãs Hafen era visível a presença dos migrantes, não apenas dos procedentes do sul da Espanha, mas dos “extra-comunitários”. Dos donos de

quitandas, açougues, restaurantes e cibercafés muitos eram procedentes do Paquistão, da Índia e, em menor escala da China.

Diego e Xochitl haviam partilhado durante cerca de um ano a mesma casa com as irmãs Hafen. As irmãs Hafen já conheciam o Diego desde a Colômbia, pois era sobrinho de uma amiga da Anabel, que também estava engajada no mundo da política e da defesa dos direitos humanos. Contrariamente, a Xochitl tinha conhecido as irmãs Hafen em Barcelona.

Diego era guitarrista e a Xochitl violoncelista. Ambos se formaram na Universidade Central de Bogotá. Da mesma forma que Gesolmina, cada um deles concorreu a um empréstimo do ICETEX, que deveriam pagar ao seu retorno à Colômbia. Na Colômbia o sistema de bolsas para estudos, dentro ou fora do país é praticamente inexistente. Diego me relatava que uma das pouquíssimas agências que oferecia bolsas, disponibilizava apenas uma bolsa, à qual se candidatavam pelo menos três mil pessoas. Para ganharem a vida em Barcelona, Xochitl e Diego recorriam também ao *rebusque*. Ela cuidava de um idoso, à noite, de segunda a sexta-feira, e de dia estudava e ficava em casa. Ele dava aulas particulares de guitarra.

O reconhecimento da “identidade” ou sua falta era exemplificado pelo Diego através do fato de adquirir ou não o sotaque do país de asilo. Ele era contra a aquisição do sotaque espanhol, afirmava que isto era falta de “identidade”, a qual ilustrava através de casos acontecidos com seus colegas hispano-americanos de curso. Surpreendia-se como em poucos meses alguns deles teriam conseguido reproduzir o sotaque metropolitano, em especial os esses e zes, que são característicos e dão bastante dificuldade a um hispano-americano. Como contraponto da “verdadeira identidade”, apresentava um exemplo de um taxista colombiano, oriundo de Antioquia, que, embora estivesse morando havia vinte anos em Barcelona, conseguia manter o sotaque colombiano. Talvez a questão fosse que Diego não conseguia enxergar os devires, mas apenas as identidades, especialmente as essencializadas.

Além desse casal, a casa das irmãs Hafen era freqüentada por outros viajantes forçados colombianos. Ao longo da minha permanência, conheci e partilhei com vários deles. Em uma ocasião estive um grupo de amigos da Anabel que morava em Valência. Eles teriam se ajudado mutuamente para sair ilesos da Colômbia. Em Valência estavam

engajados em uma ONG que denunciava as violações aos direitos humanos na Colômbia e apoiava processos de resistência popular.

Em outra oportunidade conheci um casal e sua pequena filha que moravam em Hospitalet, na periferia. Ela era antropóloga e ele jornalista, ambos estavam na Espanha havia cerca de nove anos. Teriam se conhecido em Barcelona, quando cursavam um curso de mestrado em uma universidade local. Na Colômbia, ela era professora da Universidade Surcolombiana, mas na Espanha recorria ao rebusque para ganhar a vida como operadora de telemarketing, eventualmente se dedicava à literatura, havia publicado alguns livros de poesia. Ele escrevia para a Vanguardia, um dos jornais locais de maior difusão. Um dos temas de conversação desse final de semana girou sobre a sua recente visita à Colômbia. Eles salientaram que o país estava militarizado, pois essa era uma das medidas do presidente para garantir a chamada “Seguridad Democrática”.

Uma visitante que ficaria por um período mais longo foi a Blume. Quando a conheci, a sua estadia em Barcelona estava terminando. Estava divorciada, tinha um filho adolescente que estava na Colômbia. Chegou à Espanha como bolsista de um dos programas auspiciados pela ONG *Taula Catalana por Colombia*, de forma semelhante à Anabel. A Blume frequentou, por um lado, o curso de Pós-graduação em Cultura e Paz, da *Escola de Cultura e Paz* da Universidade Autônoma de Barcelona. Por outro, trabalhava como ativista da *Organização Feminina Popular* - OFP, difundindo através de seminários, workshops e reuniões com diferentes representantes de entidades espanholas e européias, a situação pela que estava atravessando a Colômbia em relação ao tema humanitário.

Na Colômbia, trabalhava parcialmente como professora de inglês em um colégio da cidade de Barrancabermeja, tinha se formado em filologia e idiomas, com uma especialização em língua e literatura inglesa. As conversas que tive com a Blume giraram sobre temas diversos, é claro que um dos temas mais destacados era a política. No entanto, conversaríamos em repetidas ocasiões sobre a vida cotidiana, por exemplo, ela me comentaria da falta que sentia pelo seu filho, as saudades que ambos tínhamos da Colômbia ou do “*mamagallismo*” colombiano, isto é, a permanente vocação social do povo para encarar com humor o dia-a-dia.

A propósito disso, comentava reiteradamente a falta que sentia das pessoas simples, da vida simples. Tinha saudade, por exemplo, de ir ao rio, sentar-se em uma

pedra para descansar, passar o tempo ou não pensar em nada. Nunca batizou seu filho, quem, durante sua ausência, ter-se-ia questionado sobre a importância de certos valores e atitudes religiosas, como era o caso de fazer ou não a primeira comunhão. A Blume não acreditava na religião, mas em Jesus, sobre quem afirmava ser um homem revolucionário. Daria liberdade ao seu filho para tomar suas próprias decisões, também no referente ao tema religioso. Nesse sentido, a Blume gostava constantemente de comentar os aforismos de um dos líderes da Teologia da Libertação e co-fundador do departamento de sociologia da Universidade Nacional da Colômbia, o sociólogo e sacerdote Camilo Torres Restrepo, a que sempre citava:

Que no nos pongamos a discutir si el alma es mortal o es inmortal, sino pensemos que el hambre sí es mortal y derrotemos el hambre para tener la capacidad y la posibilidad después de discutir la mortalidad o la inmortalidad del alma.

Em Barcelona, Blume, além do curso de pós-graduação em Cultura de Paz, freqüentava um curso sobre Gênero e Formação de Líderes, ministrado pela Universidade de Barcelona, afirmava que este programa era muito mais exigente. Quanto ao seu trabalho político, contou-me que partilhava um escritório na sede das *Comisiones Obreras*⁵³, a experiência ali teria sido muito produtiva, o grupo de trabalho sempre estaria disposto a cooperar, inclusive financeiramente.

O último visitante que passou pela casa das irmãs Hafen, enquanto eu estive lá, foi o Nando, sindicalista colombiano, de sotaque *bogotano*, quem fazia parte do programa de acolhida a refugiados políticos colombianos temporários por parte do governo asturiano, na Espanha. Este sindicalista estava voltando à Colômbia, depois de permanecer fora do país praticamente um ano. Nando teve que fugir da Colômbia por causa de ameaças e perseguições políticas. Trabalhou durante dezenove anos junto a Minercol, teria sido demitido sem justa causa havia três anos. Uma das lutas do Nando era pela sua indenização e aposentadoria. Ele e a Anabel Hafen se conheciam de longa data.

Nando tinha três filhas, que ficaram, junto com sua esposa, na Colômbia. Eram proprietários de uma papelaria, da qual obtinham o seu sustento. Na Espanha recebia, do programa de acolhida a refugiados temporários, quinhentos euros por mês. Com este dinheiro tinha que fazer peripécias: era literalmente “um artista da fome”, como dizia

⁵³ A *Confederación Sindical de Comisiones Obreras* é o primeiro sindicato da Espanha quanto à número de pessoas filiadas e delegados elegidos nas eleições sindicais. Este sindicato surge como movimento organizado a meados da década de 60, sob o regime franquista.

Kafka. Ele enviava quatrocentos euros para a Colômbia e vivia com cem. Em Astúrias, onde morava, locomovia-se através do sistema gratuito de bicicletas, algo semelhante ao *Bicing* de Barcelona. Ia a um locutório de colombianos, onde podia comunicar-se com sua família e filhos por preço muito baixo. O seu *rebusque* com cem euros por mês, consistia, entre outras coisas, em pesquisar continuamente o preço dos alimentos, bem como as ofertas, nas diferentes feiras e nos supermercados da cidade. Cozinhava muito bem, também era bom de contas, afinal, contabilista de formação.

Ele foi convidado a Estocolmo para falar sobre a situação dos direitos humanos. Na Colômbia, já tinha sido ameaçado, por isso precisava de guarda-costas, mas o governo os retirou. Ao seu retorno, talvez necessitasse novamente de proteção. Havia pensado na possibilidade de solicitar refúgio definitivamente ou de fugir para a Suécia, pois havia gostado dali. No entanto, também estudava a possibilidade de fazer carreira política na Colômbia, concorrendo a um cargo na “Gobernación de Cundinamarca”.

3.1.7. O encontro com a Piolet

Piolet é uma menina colombiana que conheci em Barcelona na última semana de abril de 2008, durante um curso sobre migrações e *codesenvolvimento* promovido pela Cáritas Arquidiocesana de Barcelona. Frequentei este curso de abril a outubro. Este curso constituía um espaço de encontro de membros de diversas “comunidades” de imigrantes presentes na área metropolitana de Barcelona, como a peruana, a equatoriana, a boliviana, a argentina, a marroquina, a senegalesa, a filipina e a colombiana.

Uma socióloga de origem peruana, Malena, que também frequentava o curso, me apresentaria a Piolet. Malena tinha chegado à Espanha havia uns seis anos com o intuito de fazer um curso de pós-graduação em planejamento, na Universidade de Huelva. Malena casou-se com um colega seu, também peruano. Logo se transferiram a Barcelona, pois ali ela tinha parentes que os apoiariam. Seu marido, engenheiro geógrafo, também frequentava este curso. Este casal de peruanos morava, como a Piolet, em Terrassa, município da área metropolitana de Barcelona. Tinham uma criança de mais ou menos cinco anos, que havia nascido com problemas de paralisia nas extremidades inferiores. A criança nasceu em território espanhol, portanto, de

nacionalidade espanhola, pois ali prima o *jus soli*⁵⁴. Edwin estava empregado em uma indústria de alimentos, em um município localizado a 70 quilômetros de Terrassa. Ao contrário, Malena estava desempregada, porém contava com o apoio da sua família, principalmente da que morava em Barcelona, ao invés da família de seu marido que toda morava no Peru.

No curso de *codesenvolvimento* os imigrantes eram convidados a que apresentassem as temáticas relacionadas com seus países. Quanto ao caso colombiano, a Piole e eu fomos convidados para apresentá-lo. Enfatizava-se que as apresentações fossem feitas desde a perspectiva dos próprios imigrantes.

Piole conheceu a Cáritas através de um curso que fez na sede de Terrassa. Esse curso tratava da temática da reinserção no mundo do trabalho. Além disso, ali eram oferecidas atividades relacionadas com o “duelo migratório”, as quais ela também assistiu. Quando sua mãe podia a acompanhava.

Tinha 25 anos, era morena e media um metro e sessenta centímetros, mais ou menos. Nasceu em Montería, onde ainda moravam alguns de seus parentes. Antes de viajar a Barcelona, morava em Itagüí, um município da área metropolitana de Medellín. Na época que a conheci fazia cerca de nove meses que tinha chegado à cidade.

Era filha única, sua mãe estava separada do seu primeiro marido e se casou pela segunda vez com um catalão, que conheceu e namorou estando em Medellín. Piole morava com seu padrasto e sua mãe. Seu padrasto decidiu ir embora da Colômbia porque tinha perdido o emprego. Em função disso teria convencido a mãe da Piole a emigrar para Barcelona. Primeiro se casaram e depois ele pediu o visto de reunião familiar para que ela pudesse ingressar na Espanha. Ele também já havia sido casado, de seu primeiro casamento tinha uma filha. Essa filha morava com a sua mãe, porém, ocasionalmente o visitava. O relacionamento entre a Piole e ela era bom.

Piole teria emigrado para Barcelona porque sua mãe a pressionava muito. Sua mãe não gostava do seu namorado e insistia em que devia começar uma vida nova: estudar, trabalhar, etc. Além disso, sua mãe queria que estivesse ao seu lado. Como era maior de idade, a opção de solicitar um visto de “reunião familiar” não era viável,

⁵⁴ Princípio segundo o qual a pessoa tem a nacionalidade do país onde nasce. Os nascidos em território espanhol obtêm automaticamente a nacionalidade espanhola, se algum dos seus pais tiver nascido também na Espanha, se não se conhecer sua filiação ou, se estes provierem de um país que não permite a transmissão automática da nacionalidade aos seus filhos (como muitos países hispano-americanos). Os outros nascidos na Espanha podem optar pela nacionalidade, se permanecerem morando no país durante um ano.

portanto sua mãe e seu padrasto decidiram pensar em alternativas. Que opções havia? Na verdade não havia muitas, pois colombianos precisam de visto para entrar na Espanha. Eles recorreram à compra de documentos falsos e pagaram pessoas que garantiam o embarque para a Europa. Essa é uma das formas clandestinas utilizadas, não apenas pela comunidade colombiana, para furar a Fortaleza Europa, eis a tática do *rebusque* em ação.

3.1.7.1. A travessia da Piole

Como se concretizará a viagem de Piole? A sua mãe conhecia um expolicial colombiano, dono de um cibercafé, que se comprometeu a ajudá-la. Ele conhecia uma rede que falsificava documentos, especificamente passaportes de nacionalidade venezuelana. Como os venezuelanos não precisam de visto para entrar na Espanha, a possibilidade estaria aberta. Esta arriscadíssima ação custaria o equivalente a quatorze mil reais.

A família de Piole, diante do desespero, decidiu encarar esse projeto. Piole assumiu o risco e iniciou a sua travessia. Viajaria a Caracas, onde ficaria durante duas semanas. Ali seriam feitos os preparativos, bem como o embarque. Durante essas duas semanas ela ficaria “retida” em um apartamento em companhia de outras pessoas que se encontravam na mesma condição, dominicanos, salvadorenhos, hondurenhos, etc. Em Caracas teriam que mudar várias vezes de hotel por razões de segurança. Entretanto, localizados sempre perto do porto e da praia. Os grupos deviam permanecer afastados uns dos outros.

No aeroporto “todo mundo estava sabendo”, “todo mundo estava comprado, desde o carregador de malas até o pessoal de imigração”. Houve duas tentativas de saída. A primeira delas pela *Air France* deu errada. A segunda pela TAP, com escala em Porto, daria certo. Exigia-se ao turista pelo menos mil euros e a reserva de hotel. Quando chegaram a Porto, ela e outras pessoas foram chamadas para serem revistadas por suspeita de estarem transportando droga. Foram levados a um quatinho, onde ela teve que ficar nua. Enfim, foi liberada ao ser comprovado que não portava droga alguma. Na saída de imigração, ela viu a sua mãe, e ao seu padrasto. Ambos tinham ido buscá-la de carro desde Barcelona. A bagagem seguiria para Barcelona, mas ela nunca a procuraria.

3.1.7.2. Piole e o *rebusque*

Piole recorria ao *rebusque* para buscar trabalho, isto é, procurava postos onde não fossem exigidos documentos, isto é, o que se chama na Espanha de trabalho negro. A forma de buscar trabalho era variada, por exemplo, comprava um jornal local onde se ofereciam e demandavam vagas. Também pedia a suas amigas que a informassem quando soubessem de alguma coisa. Além disso, ela estava atenta aos cartazes que apareciam colados ou pendurados nos comércios da cidade (pizzarias, restaurantes, bares, etc.), ali ela perguntava pessoalmente se era possível trabalhar “sem papéis”. A maioria dos empregadores exigia documentos, os controles estavam aumentando. Quem contratava trabalhadores indocumentados podia ser multado, da mesma forma, a pessoa indocumentada corria o risco de ser multada, presa ou deportada.

Piole já tinha trabalhado fazendo faxinas ou cuidando de idosos. Por isso ganhava sete euros por hora. No final de setembro de 2008, ela arrumaria um trabalho cuidando de uma velhinha, que tinha câncer; a senhora tinha oitenta e três anos e, segundo ela, estava em ótimas condições de saúde. Pirole cuidava dela um par de horas de manhã e outro par à tarde, estava muito contente, pois a residência da senhora era muito perto da sua casa. Deste modo, não tinha que gastar em transporte, bem como a sua rotina não mudava muito. Infelizmente, a senhora morreria na terceira semana de novembro. Novamente se veria desempregada, e a sua vontade, então, seria de retornar à Colômbia. Desanimar-se-ia bastante.

Afirmava que viver na clandestinidade lhe causava muito medo; estava sempre preocupada, temia ser detida pela polícia. Tomava muitos cuidados, pois sabia que conhecidos tinham sido pegos durante blitz. Alguns haviam sido multados, lhes era exigido apresentar-se na delegacia com os documentos em ordem. Outros foram arrestados ou, inclusive, enviados a um dos dois Centros de Internamento para Estrangeiros que funcionam na cidade.

O controle policial dentro da Espanha (e da União Européia) estava aumentando: estações rodoviárias, ferroviárias, portos e aeroportos, etc. Como precaução ela evitava viajar de avião, ônibus ou trem fora da cidade. Eventualmente, saía de carro em companhia de sua mãe e de seu padrasto, porém, não se arriscavam a ultrapassar as fronteiras espanholas, pois há muitíssima fiscalização.

Apesar de entrar com documentos falsos, tinha feito seu cadastro com o passaporte colombiano. Assim, tinha acesso ao atendimento na rede pública de saúde e, mais adiante (dois ou três anos), talvez pudesse solicitar o arraigo.

3.1.8. Outros *encontros*

As mesclas, as idéias-afecções são confusas e inadequadas, já que ignoro como e em virtude de que a alma e o corpo de Pedro são compostos, de tal maneira que eles não convêm a minha alma e meu corpo respectivamente. Spinoza teria dito que seriam conseqüências separadas de suas premissas ou um conhecimento dos efeitos independentemente do conhecimento de suas causas.

Mas o que é um corpo, o que é uma alma? Ou melhor, o que é o que pode um corpo? Não sabemos de entrada o que um corpo pode. Não sabemos como se organizam e como estão envolvidos os modos de existência em alguém. Spinoza nos dá uma pista, um corpo ou uma alma, que é a mesma coisa, é definido por uma relação composta e complexa de repouso e movimento que permanece apesar das alterações que atingem as partes desse corpo. A individualidade de um corpo:

É a permanência de uma relação de movimento e de repouso através de todas as mudanças que afetam todas as partes, ao infinito, do corpo considerado. Vocês compreendem que um corpo é necessariamente composto ao infinito. Meu olho, por exemplo, meu olho e a relativa constância de meu olho, define-se por certa relação de movimento e de repouso através de todas as modificações das diversas partes do meu olho; mas meu próprio olho, que já tem uma infinidade de partes, é uma parte entre as partes do meu corpo, ele é uma parte do rosto, e o rosto, por sua vez, é uma parte do meu corpo, etc. Portanto, vocês têm todos os tipos de relações que irão se compor umas com as outras para formar uma individualidade deste ou daquele grau. Mas em cada um desses níveis ou graus, a individualidade será definida por certa relação composta de movimento e de repouso (Deleuze, 1978).

Se meu corpo é constituído por uma composta e complexa relação de movimento e repouso, o que pode acontecer? Duas coisas seriam então prováveis:

Eu como alguma coisa que eu gosto, ou então, outro exemplo, eu como alguma coisa e caio envenenado. Literalmente, em um caso eu fiz um bom encontro, e no outro, fiz um mau encontro. Tudo isso se refere à categoria do *occursus*. Quando eu faço um mau encontro, isso quer dizer que o corpo que se mistura com o meu destrói minha relação constitutiva, ou tende a destruir uma de minhas relações subordinadas. Por exemplo, eu como alguma coisa e tenho dor de barriga, e isso não me mata; mas isso destruiu ou

inibiu, comprometeu uma das minhas sub-relações, uma das relações que me compõe. Depois eu como alguma coisa e morro: nesse caso, isso decompôs minha relação composta, decompôs a relação complexa que definia minha individualidade. Isso não destruiu simplesmente uma das minhas relações subordinadas que compunha uma de minhas sub-individualidades, isso destruiu a relação característica do meu corpo. Quando eu como alguma coisa que me convém, se dá o inverso (Deleuze, op. cit.: *ibidem*).

Spinoza pensa tudo em termos de devir. Ele faz parte dos filósofos do seu tempo que diria que não se nasce nem racional, nem inteligente, nem livre, mas devíamos livres, racionais ou inteligentes a partir de um devir, isto é, que estamos à mercê dos encontros, das decomposições (Deleuze, 1981).

Não podemos dizer que somos livres por natureza, se não nos concebermos como uma substância, isto é, como uma coisa relativamente independente. Se nos concebemos como um conjunto de relações e não como uma substância, a proposição ‘sou livre’ está desprovida estritamente de sentido. Ao contrário, talvez tenha um sentido à pergunta ‘como devir livre?’. Igualmente ser racional, pode ser compreendido se me defino como um animal racional, desde o ponto de vista da substância, a definição aristotélica implica que sou uma substância. Se for um conjunto de relações, das relações racionais, direi que racional está estritamente desprovido de sentido. Portanto, se racional, livre, etc., têm qualquer sentido só pode ser como resultado de um devir. É muito original. Ser lançado ao mundo é, precisamente, correr o risco em cada momento de encontrar algo que me descompunha (Deleuze, op. cit.).

Spinoza sugere que o primeiro esforço da razão é uma espécie de esforço extraordinariamente vacilante, tentativo:

É uma espécie de aprendizado para avaliar, para ter os signos que me digam um pouco quais relações me convêm e quais relações não me convêm. Há que experimentar, cada um deve descobrir o que ama e o que suporta. Um pouco como acontece quando se toma medicamentos. Há que fazer seleções. Há algo que vai além da simples aplicação da ciência. É como aprender uma música. Spinoza chamará seleção e decomposição a este primeiro aspecto da razão. Encontrar por experiência com que relações se compõem as minhas e tirar as conseqüências, isto é, fugir, a qualquer preço e o que mais puder, do encontro com relações que não me convêm, e me compor ao máximo com as relações que me convêm. Esta é a primeira determinação da liberdade ou da razão (Deleuze, op. cit.).

Durante minha prática etnográfica em São Paulo e Barcelona presenciei e experimentei múltiplos devires, os quais decorreram não apenas dos meus próprios com meus sujeitos de pesquisa, mas daqueles que eles experimentaram nas suas dissímeis trajetórias. A estes tive acesso por meio das suas narrativas.

3.1.8.1. Tuborg: amigos, conterrâneos e “tocatas e fugas”

Tuborg me falava de colombianos que trabalhavam na Praça da Sé vendendo mercadorias usadas, por exemplo, celulares. Também me disse que na Avenida Rio Branco (entre a Avenida Ipiranga e a Rua Aurora) e ruas paralelas a esta, havia redes de tráfico. Nas ocasiões que vaguei por essas ruas nunca presenciei a ação de dispositivos policiais. Apesar disso, afirmava-se a altas horas o panorama era bastante carregado. Esta avenida apresentava alguns aspectos singulares nas suas duas calçadas. Do lado esquerdo, no sentido da Marginal Tietê, a rua era freqüentada por africanos, havia rumores que fossem predominantemente nigerianos, mas era comum ver africanos de outras nacionalidades (congoleses, somalis, etíopes, etc.), pois podia reconhecer moradores da Casa do Migrante, ouviam-se diversas línguas africanas, bem como inglês ou francês, havia um grande número de comércios étnicos: cabeleireiros, bares e cibercafés. A Avenida Rio Branco era agitada principalmente à tarde e à noite. Na calçada oposta o panorama era totalmente diferente, ali seus povoadores eram sul-americanos, predominantemente peruanos, não havia comércios étnicos, como na calçada oposta, mas pequenos hotéis freqüentados por pessoas de origem hispânica. Alguns deles vendiam serviços telefônicos para o estrangeiro chamando por celulares. Moradores da Casa do Migrante ou da Casa das Mulheres usavam este serviço, pois as tarifas eram menores que as do mercado formal. Durante os finais de semana a rua era habitada por vendedores ambulantes peruanos que ofereciam comidas e bebidas típicas, ao som de música tradicional.

Um dos personagens mais pitorescos dos quais me falava o Tuborg era o Pibe, a quem não conheci pessoalmente. O Pibe era um sacana empedernido. O Tuborg dizia que tinha enganado e roubado tanto a guerrilheiros quanto a paramilitares e por essa razão teria fugido da Colômbia. Já tinha morado em outros países da América Latina. Era cozinheiro, ao parecer cozinhou muito bem. Cuidava também muito da sua boa aparência. Mas o mais impressionante seria a sua “lábria”. Parecia ser um viajante incansável, teria conhecido muitas cidades no Brasil.

A história que mais me impactou sobre ele, foi a de que possuía uma lista com endereços e telefones de colombianos “ricos” que moravam no Brasil, aos quais visitava e pedia dinheiro emprestado, que, obviamente, nunca devolvia. Depois de aplicar este golpe, teria vendido a lista a outro compatriota, quem por sua vez a usufruiria e a

revenderia. Enfim, o Pibe, tal como dizia Tuborg, era um *bon vivant*. Ele, como tantas outras pessoas que encontramos no caleidoscópio urbano da América Latina, encarnava um desses personagens “macondianos”, que não cessam de tornar o cotidiano fantástico.

O devir indocumentado produzia ao Tuborg muito desassossego. Esperava ansiosamente a anistia migratória, havia rumores que aconteceria em 2008, quando se completariam dez anos da última, entretanto, só chegaria em meados de 2009.

Tuborg, ao igual que outros colombianos, contou-me sobre suas intenções de ir à Guiana Francesa para solicitar refúgio, uma alternativa à falida tentativa de solicitação de asilo ou diante das dificuldades de “inserção social” no Brasil. Em condição de solicitantes de refúgio, na Guiana Francesa, haveria a opção de ir à França, à Europa, como parecia ser a aspiração de vários deles. No caso do Tuborg, essas idéias não passariam de “tocatas e fugas”, porém, durante minha permanência na Europa, encontraria de novo ex-moradores da Casa do Migrante que foram coagidos a empreender essa via e tiveram sucesso.

3.1.8.2. Gesolmina: entre a Espanha e a Colômbia

Gesolmina achava que se uma pessoa de origem colombiana queria dar-se bem na Espanha, deveria ser médica, enfermeira, prostituta ou faxineira. Afirmava que uma prostituta ganhava cerca de cinco mil euros ao mês, trabalhando apenas uma média de quatro horas diárias. Dizia que se ela não se importasse com a sua moral, teria se prostituído, já que se ganhava muito bem. Com relação aos temas sexuais, considerava que os espanhóis eram bem mais inquietos que os latino-americanos.

A maioria da família da Gesolmina morava fora da Colômbia. Seus pais, sua irmã mais nova e seu sobrinho (o filho dessa última) residiam havia pelo menos oito anos nos Estados Unidos. A família do seu pai, inclusive sua avó paterna, tinha emigrado a esse país muitos anos antes. O seu irmão mais velho estava exilado na Inglaterra, já seu irmão mais novo era o único que habitava na Colômbia. A comunicação da Gesolmina com sua família era bastante fluida.

Gesolmina tinha deixado em Pereira um grupo de amigos e amigas muito importante. Sempre me falava de uma amiga sua que era artista plástica e estava terminando psicologia. Cada vez que tinha um sonho importante lhe consultava, pois teria uma grande capacidade para analisá-los.

3.1.8.3. Um chargista devindo negociador, apátrida, exilado e belga

Gesolmina também me apresentaria um conhecido cartunista colombiano, justamente durante as jornadas artísticas que mencionei antes. A primeira coisa que ele me narrou foi o processo de elaboração de suas charges. Primeiro assistia, lia ou via uma notícia, depois, realizava seu trabalho, que era feito, segundo ele, com trinta por cento de ajuda de recursos informáticos (internet), porém, setenta por cento continuava sendo feito com lápis e papel. Uma vez terminada a charge, a espalhava na rede mundial de computadores. Não tinha um site próprio. Muitos de seus trabalhos estavam espalhados no mundo virtual. Este artista trabalhava no semanário belga *Solidaire*, país onde teve que se exilar no ano 2000. Tinha adquirido a cidadania belga.

Este artista em 2000 devém negociador no processo de paz na Colômbia (*Diálogos do Caguan*), representando o coletivo dos artistas, lamentavelmente foi ameaçado e obrigado a fugir do país. Naquele momento tinha duas opções: Canadá ou Bélgica. Ele não escolheria o Canadá porque ali, os refugiados colombianos estavam muito isolados e ele tinha duas filhas, que queria que estudassem. Se ele tivesse optado pelo Canadá teria que trabalhar, por exemplo, como guarda-florestal, isso implicava que a comunicação com o mundo exterior fosse quase exclusivamente através de rádio, provavelmente receberia recursos tais como uma moto com esquis, etc. Brevemente, o isolamento seria grande.

Portanto, preferiu a Bélgica. A “acolhida” que lhe deu este país, porém, foi muito dura. Lembrava que o dia em que chegou ao aeroporto de Bruxelas teve que aguardar em uma fila durante muitas horas, tomando chuva, sem comida, depois de uma longa viagem transatlântica. Teve que ficar na fila dos apátridas, a qual, a princípio, recusaria fazer, em virtude de se considerar um “patriota colombiano”, não queria assinar o documento que o classificava como apátrida. Os policiais belgas da imigração reprochavam que ele falasse mal do seu próprio país; ele retrucaria que não falava mal de seu país, mas do governo. Sua esposa e filhas foram também perturbadas. Os burocratas belgas lhes diziam que por causa de sua teimosia se encontravam nessa situação. Finalmente, ele e sua família foram coagidos a assinar o documento que os reconhecia como apátridas, isto é, devieram-apátridas. Caso contrário, não teriam sido admitidos na Bélgica, conseqüentemente, expulsos. Seu processo de reconhecimento de refúgio demorou cinco anos, foi investigado pela Interpol, durante dois anos foi vigiado

dia e noite. Algum tempo depois, encontraria com a pessoa que o tinha vigiado, esta pessoa lhe diria que tinha sido pago para fazer isso.

Quanto ao devir-belga, cidadão belga, ele me disse que teve que brigar muito. Relatou que quando se outorgava a cidadania belga a um “estrangeiro muito estrangeiro”, como seria o caso das pessoas oriundas, por exemplo, da Colômbia, da Índia ou da China, adquiriria um status de “terceira categoria”, pois judicialmente suas origens sempre seriam levadas em consideração. Por exemplo, nos casos de deportação. No que diz respeito aos filhos dos naturalizados belgas, contou-me que uma de suas filhas tinha casado com um cidadão centro-americano, quem desde criança morava na Bélgica, portanto, socializado ali. Eles tiveram um filho. Em vista de que ele tinha nascido na Bélgica (o seu neto), judicialmente seria considerado como *meio-belga*, pois era filho de belgas naturalizados, isto é, de origem estrangeira. Um belga só poderia ser considerado totalmente belga, quando seus pais tivessem nascido na Bélgica, deste modo, atingiria o “branqueamento” requerido para tal fim.

Todo ano, os computadores desse chargista eram alvo de vírus informáticos. Dois ou três computadores eram danificados anualmente. Segundo ele, haveria umas cento e cinquenta pessoas de origem colombiana que teriam adquirido a nacionalidade belga, porém, o número de refugiados registrado era de cinco. Contou-me que em algumas oportunidades pensava no retorno, porém, sempre aconteciam tragédias que o obrigavam a abandonar esta idéia. Recentemente seu sogro teria sido assassinado, era uma espécie de aviso para que não regressasse ao país. Disse que seus e-mails e bate-papos virtuais eram freqüentemente fiscalizados, filtrados, interferidos. No início ele assustava, depois parou de se preocupar, pois havia aprendido a se virar.



3.2. Viajantes forçados colombianos reinventando o cotidiano

*Juego mi vida, cambio mi vida,
de todos modos
la llevo perdida...
Y la juego o la cambio por el más infantil espejismo,
la dono en usufructo, o la regalo...
La juego contra uno o contra todos,
la juego contra el cero o contra el infinito,
la juego en una alcoba, en el ágora, en un garito,
en una encrucijada, en una barricada, en un motín;
la juego definitivamente, desde el principio hasta el fin,
a todo lo ancho y a todo lo hondo
—en la periferia, en el medio,
y en el sub-fondo...—*

León de Greiff

Não deveríamos esquecer o chamado que Certeau (op. cit.) nos faz para dirigir nosso olhar a essa “proliferação disseminada de criações anônimas e perecíveis que irrompem com vivacidade e não se capitalizam”, isto é, as práticas cotidianas, ao invés de continuar olhando para a chamada cultura popular ou cultura erudita. Assim, as práticas devem ser entendidas enquanto apropriação ou reapropriação, ao mesmo tempo em que o consumo ou a recepção deve ser considerado também como uma forma de praticar. Enfim, tratar-se-ia de esboçar uma teoria das práticas cotidianas para extrair do seu ruído as maneiras de fazer que, majoritárias na vida social, não aparecem muitas vezes senão a título de “resistências ou de inércias em relação ao desenvolvimento da produção sócio-cultural [...] as astúcias dos consumidores compõem, no limite, a rede de uma *antidisciplina*”.

Michel de Certeau proporia algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores (praticantes), partindo da base que elas são do tipo tático, isto é, definidas pela ausência de um lugar próprio. Constituem-se por uma ação calculada ou pela manipulação de força quando não se tem um próprio, quando se está dentro do campo do outro, no interior de um campo definido pelo outro e é em função da ausência desse lugar próprio que calculamos a relação de força, em contraposição à estratégia, que consiste, de acordo com Certeau (op. cit.: 99) no:

“cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa, etc.)”.

O *rebusque*⁵⁵, isto é, achar uma solução ocasional e engenhosa para enfrentar e sortear dificuldades diárias, constitui um saber-fazer, uma arte da resistência, no sentido apontado acima por Certeau. O rebusque perpassa os diversos estratos vitais: morar, trabalhar, interagir, etc., é uma prática difusa, molecular, que foge das instâncias molares, em contraposição à reivindicação.

Os viajantes forçados colombianos em Barcelona e em São Paulo reinventam o seu cotidiano, resistem aos poderes constituídos, graças a esses velhos saberes, viram-se, nessas cidades que os vê como estranhos e perigosos. O rebusque não é um patrimônio exclusivamente colombiano. Deve-se lembrar que durante a hegemonia do império espanhol (séculos XVI a XVIII), o *rebusque* estava na ordem do dia, diante de uma comunidade política que a única alternativa que ofereceria era a guerra (qualquer semelhança com a realidade hoje na Colômbia é mera coincidência!). Com a expulsão dos mouros e dos judeus, o trabalho como maneira de sair adiante na vida “não faria carreira” nesse reino. Há então uma degradação do trabalho e uma valoração da prática do *rebusque*.

O pícaro, como belamente o retrata a literatura do Século de Ouro espanhol, nasceria de algo tão espanhol como é a desconfiança perante a justiça e opressão sob seu pesado sistema administrativo. Por isso vive à margem da lei, no fundo pensa que moralmente dá na mesma ser honesto ou pícaro porque está nas mãos de autoridades arbitrárias contra as que se sente impotente como não seja burlando-as. Guzmán de Alfarache, com muita prudência, refere-se à corrupção de escrivães e juízes nas primeiras páginas da obra escrita por Mateo Alemán (*De la vida del pícaro Guzmán de Alfarache*, impressa em 1599):

"¿Quién ha de creer haya en el mundo juez tan malo... que rompa la ley...? Bien que por allí dicen algunos... [que] en comenzándose a corromper, quedan para siempre dañados con el mal uso y así recibir como si fuesen gajes, de manera que no guardan justicia; disimulan con los ladrones, porque les contribuyen con las primicias de lo que roban; tienen ganado el favor y perdido el temor, tanto el mercader como el regatón, y con aquello cada uno tiene su ángel de guarda comprado por su dinero..."

O pícaro não é um delinqüente, é um grande simulador que se relaciona com a delinqüência e com a nobreza, bem como assume a personalidade de um fidalgo em

⁵⁵ O termo rebusque aparece no dicionário Aurélio, que o define como a ação de rebuscar-se; sinônimo de arranjo, negociata, de conseguir algo para si por expedientes; de filar; de arranjar-se. Em suma, o que na Colômbia se denomina rebusque se aproximaria do que no Brasil coloquialmente se chama virar-se, arranjar-se ou dar um jeito.

cavalo alheio para conseguir os favores de uma dama, como se veste de mendigo para conseguir umas moedas e poder comer esse dia. É um rebelde fingidor contra o sistema vigente, ao mesmo tempo em que olha ironicamente para a sua sorte, a sua má sorte, e a torna uma boa literatura. Qualquer semelhança com a contemporaneidade é mera coincidência.

Alguns analistas (González, 2008) apontam que a prática do *rebusque* seria uma estratégia de integração social dos migrantes colombianos que moram na França. Esta prática seria freqüente entre os migrantes procedentes da região andina (Colômbia, Equador e Peru) que moram na França. O *rebusque* se concretizaria nas táticas para adquirir documentos legais e direitos sociais, em contraste com as que executam migrantes de outras nações e culturas. No caso específico dos colombianos, evidenciaria-se a tendência dos colombianos as ações do *rebusque* individual que opta pela ilegalidade, em contraste com as reivindicações coletivas (ação coletiva) que tomam a via da lei.

Na contramão de González, considero que o rebusque não é uma estratégia de integração social, mas configura um saber-fazer, uma arte da resistência. O rebusque é o efeito da crise institucional e constitui a maneira de adaptação racional a situações nas que não se dá a cooperação nem se tem certeza sobre a estabilidade dos acordos, como diria Pécaut (2003: 152), a qual é potencializada pelos estados de guerra prolongados.

Isso não significa que outras formas de resistência não tenham sido exploradas pelos colombianos dentro e fora de seu país, como é o caso das reivindicações coletivas e/ou individuais, as que me referi no primeiro capítulo. É importante assinalar que muitos desses viajantes forçados estão fora de seu país por recorrer a mecanismos reivindicativos individuais ou coletivos (protestos, passeatas, etc.), alguns dos quais se ilustram no último capítulo.

Portanto, as implicações das ações reivindicativas terminam constringendo os viajantes forçados colombianos a optar por táticas de resistência mais sutis, por exemplo, o multifacetado *rebusque*. Em São Paulo, reivindicações por parte das pessoas em situação de refúgio trariam calamitosas conseqüências durante os meses de março e abril de 2007.

Nesse então um grupo de colombianos se reuniria com funcionários da CASP e representantes do ACNUR no Brasil para tratar temas relacionados à sua situação. Posteriormente protestariam, nas instalações do Centro de Acolhida para refugiados da

CASP, pelas condições infra-humanas em que estes vivem. Tanto a reunião quanto os protestos foram filmados, além de imagens sobre as condições de vida destas mesmas pessoas. Os funcionários da CASP chamaram a polícia para acabar com o protesto, o qual também foi registrado. Tempo depois alguns dos participantes perderiam o seu status de refugiados, obrigados a continuar a sua perene viagem forçada, outros seus auxílios, bem como os benefícios para o acesso a programas de “integração social”. Alguns depoimentos são elucidativos:

Tratamos de formar uma organização de colombianos, mas não foi possível. O meu grupo era como de vinte, já ninguém está aqui. Três colombianos com os quais morei já estão em outros países. Foram embora do Brasil à raiz do problema que tivemos com Cáritas que não atende mais colombianos, pelo problema. Eram refugiados aqui no Brasil. Todos se foram, uns estão na Guiana Francesa, outros na Venezuela, outros no Chile, creio, eles me escrevem muito, dizem que estão muito bem por lá.

Outro dos meus sujeitos de pesquisa, constrangido a seguir a sua sempiterna viagem forçada, afirmaria em meados de 2009, com relação a essa mesma reivindicação:

Moro em Paris com a minha esposa e minha filha de três anos, sou jornalista e fui asilado político no Brasil, o meu status foi retirado por fazer um vídeo da condição em que vivem os refugiados e solicitantes. Decidi ir embora à Guiana Francesa, já que por razões de segurança não podemos voltar a nosso país. A minha solicitação foi denegada na Guiana Francesa, agora estou em Paris, mas gostaria de ir embora para o Canadá. Fui obrigado a sair de meu país e meu governo não me dá garantias.

Na época em que fiz a pesquisa de campo em São Paulo me disseram que houve pessoas perseguidas e inclusive ameaçadas pelo então diretor do ACNUR no Brasil, entre outras razões, com o intuito de conseguir este vídeo, pelo qual inclusive teriam oferecido até dinheiro. O vídeo se tornou um mito, um “bicho de sete cabeças”. Alguns colombianos não quiseram que se tornasse público, por óbvios motivos de segurança, enquanto outros sim.

Eu não sei se de fato houve perseguições e ameaças por parte de alguém do ACNUR, o que sim comprovei é que corrupção e atropelos por parte das chamadas agências humanitárias já tem sido reportadas por outros pesquisadores, em outros lugares do mundo. Nesse sentido, pode consultar-se o excelente trabalho de Barbara Harrell-Bond e Guglielmo Verdirame (com Zachary Lomo e Hannah Garry): Rights in

Exile: Janus-Faced Humanitarianism (2005⁵⁶), onde se faz uma crítica freqüente ao ACNUR, evidenciando que esta agência de ajuda humanitária cresceu, enquanto a lei e os direitos humanos perderam vigência. De acordo com este estudo, o ACNUR viola diretamente os direitos humanos das pessoas que supostamente se compromete proteger. Assim, eventos como estes no Brasil não seriam nenhuma novidade em relação às atitudes desses organismos denominados humanitários. Não é exagerado, portanto, dizer que associar-se é perigoso, não apenas na Colômbia. Razão de peso para recorrer a *antidisciplina a infrapolítica*, tornar-se invisível, imperceptível, devir molecular.

Por outro lado, tanto em São Paulo quanto em Barcelona os viajantes forçados colombianos encontraram um terreno fértil para a prática do *rebusque*, pois ainda no século XXI se constata a presença do patrimonialismo e a imbricação do privado e do público, tal como já o denunciara Sergio Buarque de Holanda (Silveira, 2002). Apesar do predomínio do público sobre o privado na Espanha, os colombianos terminam optando majoritariamente pelas táticas do *rebusque*, diante da falta de alternativas.

Nesse sentido é imprescindível mencionar que na Colômbia a informalidade no mundo do trabalho atinge cerca de 60% dos trabalhadores (Uribe et altri, 2008), já no Brasil o percentual de trabalhadores informais é da ordem de 51% (Guarita, 2009⁵⁷). Ao contrário, na Espanha a economia informal atinge entre 16% e 20% do PIB, segundo declarações do ministro de trabalho Celestino Corbacho no início de 2010⁵⁸.

Contudo, a precariedade e a flexibilização estão associadas com mecanismos de reivindicação (ação coletiva) ou de *rebusque* (ação individual) pelos quais terminam optando os colombianos, conforme o contexto no qual se encontrem, isto é, no seu próprio país ou fora dele. No primeiro caso, a predominância do *rebusque* não tem nada a ver com um traço cultural, mas com a fragilidade do público na Colômbia e a grande

⁵⁶ Guglielmo Verdirame and Barbara Harrell-Bond, Rights in Exile: Janus-Faced Humanitarianism. Berghahn Books, New York, 2005. Barbara é pioneira no campo de estudo dos refugiados. Além disso, é fundadora do Refugee Studies Center junto à Universidade de Oxford, entre outras coisas.

⁵⁷ Agricultura aproximadamente 77%, indústria em torno de 33%, comércio aproximadamente 50% e serviços por volta de 51%. A grande maioria dos trabalhadores sem registro em carteira está nas empresas de menor porte. O setor agrícola lida com maior dificuldade de cumprir com a rigidez da legislação trabalhista. A indústria é o setor mais formalizado. Mais de um terço da População Ocupada não possui cobertura do sistema previdenciário. Marco Antônio Guarita. Políticas para superar a informalidade no Brasil (2009). Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/doc/como_superar_1.pdf [acessado em 16/09/2010].

⁵⁸ Disponível em: http://www.cincodias.com/articulo/economia/economia-sumergida-Espana-situa-PIB/20100113cdscdseco_9/cdseco/ [acessado em 22/04/2010].

desconfiança dos cidadãos em relação ao Estado, em função dos estados prolongados de guerra neste país. No território brasileiro, os colombianos encontraram também um terreno fértil para o rebusque (apesar das diferenças com a Colômbia).

3.2.1. Morando em São Paulo e Barcelona

Toda cidade é [...] um corpo que só sabe de frequências, desassossegos e intensidades.

Manuel Delgado

A maioria dos colombianos residentes em São Paulo por motivos de trabalho ou por motivos de estudo morava, sobretudo, na Zona Sul da cidade. Especialmente nos bairros do Morumbi, Pinheiros, Butantã, Moema, Jardins, em moradias próprias ou em aluguel. Contrariamente, aqueles que estavam à procura de refúgio habitavam principalmente em albergues públicos ou quartos alugados em cortiços, localizados em bairros como a Liberdade e Sé, no “centro velho”, ou em bairros da periferia, por exemplo, na Zona Leste.

Contudo, hoje o sistema de albergues do centro da cidade está em vias de extinção, pois “impulsos de higienização social”, característicos dos mais preconceituosos projetos de construção da cidade “higienista” dos alvares do século XX, fundamentados no mito da cidade global, estão se tornando uma realidade. Um exemplo disso se reflete claramente na citação, abaixo, extraída de uma entrevista feita ao ex-secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Emerson Kapaz, em entrevista à revista Exame, a propósito da “vocação terciária e o futuro da cidade:

Qual a agenda básica para que São Paulo tenha chances reais de como uma metrópole pós-industrial?[...] Para que São Paulo venha ser uma cidade mais atraente, capaz de convencer os homens de negócios que ali desembarcam a prolongarem sua estada até o final da semana, é preciso devolver à população as ruas e praças da cidade, hoje entregues soberanamente aos camelôs, flanelinhas, pichadores, mendigos, moradores de rua e delinquentes de toda ordem.

Discursos como esses tem se concretizado em ações que tem se intensificado, mais ou menos, de acordo com a prefeitura de plantão. Assim, por exemplo, durante o governo Serra, teriam sido implantadas rampas antimendigos⁵⁹, deslocado albergues para regiões periféricas, perseguido pessoas sem-teto e moradores de rua, condizentes com os projetos de gentrificação como o do centro de São Paulo. A “deterioração” do centro da cidade, como os de outras cidades, teria sido originada, de acordo com

⁵⁹ Rampas de cimento nos vãos dos viadutos para evitar que as pessoas sem-teto ou moradores de rua fiquem ali.

discurso das elites (da mídia e do senso comum) pela presença massiva da “população mais pobre, a proliferação de um comércio popular ou informal, a prostituição e o tráfico” (Ferreira: 192), quando na verdade esta região da cidade deixou de interessar àquelas, que escolheram novos centros, todos eles inseridos no eixo sudoeste da cidade (a Paulista, a Faria Lima, a Avenida do Estado, em direção ao ABCD, a Barra Funda, a Vila Leopoldina, a Região do Carandiru, do aeroporto de Congonhas e da Marginal Pinheiros), curiosamente para onde foram e são direcionados os investimentos estatais.

Quanto aos projetos de gentrificação do centro de São Paulo começariam já desde finais da década de noventa, com a construção da Sala São Paulo (supostamente uma das mais modernas salas de concerto a nível mundial), da Broadway Paulista do Projeto Luz Cultural, da reforma da Pinacoteca do Estado e do antigo Dops e a construção de um “portal” na praça do Patriarca, todos amparados pelo do Governo do Estado (governador Mário Covas), bem como a restauração do Prédio dos Correios, impulsionada pelo Governo Federal (presidente Cardoso) através de um concurso de arquitetura (Ferreira: *ibidem*). Na gestão da Marta Suplicy (2001-2004) empreender-se-ia algumas tímidas ações tendentes à reabilitação de prédios no centro da cidade com fins habitacionais de tipo social. Porém, estas iniciativas seriam abandonas na posterior gestão (Serra-Kassab), que preferiu empreender um arrojado plano de “reabilitação” da região conhecida como a Cracolândia, ao qual daria o nome de Projeto Nova Luz. Esta região compreende a área vizinha à Sala São Paulo e à Rua Santa Efigênia, forte zona comercial de eletrônicos. A região em questão seria definida pela prefeitura (em 2006) como área de interesse público, isto é, que poderia haver lugar a desapropriações. Tal projeto provocou mobilizações por parte da população que sempre fez desta área o “maior centro de comércio de informática da América Latina”, bem como “dos que sustentavam o ‘comércio popular’ que a transformou em indesejável quisto”, como afirmara o secretário de subprefeituras da época (Ferreira: 194).

O deslocamento de albergues para regiões periféricas, a perseguição aos sem-teto e moradores de rua, atrelados aos projetos de gentrificação do centro, têm atingido intensamente aos desterritorializados. Encontrar uma moradia em São Paulo, sob esse pano de fundo, não é um assunto fácil, especialmente quando se é um viajante forçado e não se conta com a ajuda de alguém.

De qualquer maneira, a única opção de alojamento, a princípio, é pagar uma ou mais diárias em um hotel, pensão ou pousada baratos, preferencialmente no centro da

cidade, como, por exemplo, na amada-detestada Avenida Rio Branco, entre as ruas Ipiranga e Aurora, no bairro de Santa Efigênia, em hotéis frequentados por outros hispano-americanos, especialmente peruanos, enquanto acham uma vaga em um albergue da rede pública existente na cidade de São Paulo.

No caso espanhol, ao contrário, os colombianos desterritorializados contavam com suporte e estavam em melhores condições que os de São Paulo para se virar e ajudar eventualmente aos seus pares. Nenhum dos meus sujeitos de pesquisa habitou em um albergue semelhante aos de São Paulo, apesar de existir na província de Barcelona (em Sabadell exatamente) um Centro de Acolhida Temporal voltado aos solicitantes de asilo, refugiados e deslocados carentes de meios econômicos e em situação vulnerável.⁶⁰ Além disso, existe na cidade uma rede de centros de acolhida direcionada aos “sem teto”, entre eles, os administrados pela prefeitura e a igreja católica. Porém, todos meus sujeitos de pesquisa moravam em quartos alugados, pagos por eles mesmos, em apartamentos localizados na área metropolitana de Barcelona.

Quem cuida da recepção e atendimento (integração social!) dos solicitantes de asilo e refugiados em São Paulo é a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP), entidade não governamental, ligada à igreja católica (Conferência Nacional de Bispos do Brasil) que em virtude de um acordo celebrado com ACNUR tem esta missão. Ao contrário, em Barcelona, este papel é assumido pelo Estado espanhol e organizações não governamentais laicas. O fato de que a igreja católica desempenhe este papel em São Paulo e no Rio de Janeiro principalmente, já foi alvo de críticas por parte das pessoas a procura de refúgio, que em várias oportunidades reivindicaram os seus direitos e se queixaram da corrupção, discriminação e desídia.

As falhas no Programa de Reassentamento Solidário, a propósito da “integração” e da situação em geral dos refugiados afegãos, iraquianos, colombianos, palestinos, são evidentes⁶¹. Nesse sentido, cabe se questionar se o Brasil e as instituições competentes

⁶⁰ O objetivo deste centro é cobrir temporariamente as necessidades básicas dos beneficiários, tais como: alojamento e manutenção, informação e assessoria jurídica, atividades de orientação social e adaptação ao meio, atenção psicológica, atividades formativas, atividades ocupacionais, atividades recreativas e integradoras, assistência sanitária, asseio, vestuário, calçado, dinheiro de bolso e transporte, material escolar e outras atividades dirigidas à facilitação da inserção no mundo do trabalho. Este Centro de Acolhida Temporal é administrado pela Comissão Catalã de Ajuda ao Refugiado. Informação disponível em: <http://www.ccar.cat/index01.htm> [acessada em 05/08/2009].

⁶¹ O silêncio dos entes oficiais competentes perante os protestos dos refugiados é sintomático, não apenas no caso colombiano, mas no palestino. Felizmente, no referente a este último, a persistência da comunidade palestina tem conseguido uma maior visibilidade, graças a uma série de protestos como inclusive acampar em frente às sedes do ACNUR em Brasília e da Esplanada, mais recentemente, para

estão cumprindo com os compromissos internacionais assumidos, bem como se a responsabilidade pelo atendimento dos solicitantes de asilo e refugiados no Brasil deveria recair na igreja católica.

Além da recepção dos solicitantes de asilo e refugiados, a Cáritas de São Paulo é responsável pela assistência no referente à moradia, alimentação, saúde, aulas de português, cursos de formação profissional, etc., para inserção no mercado de trabalho, com essa finalidade tal entidade celebrou convênios com outras entidades da sociedade civil, como é o caso do Serviço Social do Comércio (SESC), através do convênio assinado em 05 de dezembro de 1995, que possibilita a participação dos refugiados encaminhados pela Cáritas de São Paulo em suas programações. Assim, o SESC fornece a esta população refeições a baixo custo (60% de desconto do preço normal), no restaurante do SESC Carmo, bem como atividades culturais, recreativas, esportivas, cursos básicos de conversação em português, acesso livre a internet, informações sobre emprego e legislação, passatempos, etc.

Quanto aos colombianos em situação de vulnerabilidade, como disse antes, a maioria se encontrava morando em albergues ligados à rede pública municipal ou à igreja católica. A maioria dessas pessoas era encaminhada pela Cáritas preferentemente à Casa do Migrante ou à Casa das Mulheres. Nestes albergues era feita uma entrevista junto ao setor de assistência social, onde se informava sobre a disponibilidade de vagas, o tempo de permanência e o regulamento. A disciplina e o controle no interior destes albergues eram intensos. O morador sempre era lembrado de cumprir “religiosamente” com o regulamento sob pena de ser “desligado”. É de salientar que até hoje, não existe em São Paulo uma moradia específica para solicitantes de asilo e refugiados, como contrariamente acontece no caso do Rio de Janeiro ou Barcelona. Este tema tem sido uma das constantes reivindicações por parte deste coletivo, porém, elas não têm surtido nenhum efeito concreto.

exigir que sejam transferidos para outro país. Eles estão assentados no Brasil desde 2007, a maioria em Mogi das Cruzes (SP), Santa Maria e Venâncio Aires (RS). Reclamam de falta de assistência médica, de corte dos benefícios e de dificuldade de integração no novo país. Sobre a situação dos palestinos no Brasil há informação disponível em:
<http://acampadosnoacnur.blogspot.com/2009/04/obrigado-ao-povo-brasileiro-solidario-e.html>,
<http://passapalavra.info/?p=5688>, <http://somostodospalestinos.blogspot.com/2009/05/refugiados-palestinos-no-brasil-fazem.html>,
<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/09/429030.shtml>,
<http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=3680&%20lang=english> [acessadas em 05/08/2009].

As pessoas de origem colombiana usufruíam ao máximo o tempo de permanência permitido nestes albergues, muitas delas inclusive haviam entrado em uma espécie de dependência assistencial, pois constantemente pediam às assistentes sociais que os transferissem (encaminhassem) de albergue em albergue, como acontecia com um jovem colombiano indocumentado que havia chegado a São Paulo em 2003 e não tinha conseguido romper esse “círculo vicioso”, do mesmo modo que ocorria com muitos outros imigrantes, migrantes internos ou indigentes, devido principalmente à dificuldade de arrumar um emprego que lhes permitisse se sustentar dignamente. Quando se conseguia um posto de trabalho era precário. Quem podia romper este círculo era porque havia achado um “melhor” emprego e/ou contava com os auxílios econômicos (provisórios) da ACNUR por ser solicitante de asilo ou refugiado, os quais em média somavam cerca de 300 reais por mês. Esporadicamente o ACNUR, através da CASP, lhes dava medicamentos, material de higiene pessoal e algumas roupas usadas que tinham sido doadas. Aqueles que estavam em melhores condições conseguiam pagar um quarto em um cortiço, por exemplo, na Liberdade, cujo aluguel mensal era praticamente o mesmo que o valor total do auxílio. Esse era o caso de uma família de três refugiados que juntava seus auxílios com mais alguns ingressos por trabalho remunerado para poder sobreviver, pois seu tempo na rede de albergues tinha se esgotado.

Mas o que é exatamente um cortiço? O cortiço é um tipo de habitação popular, que de forma paralela às vilas operárias, constituiriam, conforme Piccini (1999), “a modalidade de moradia mais antiga na cidade de São Paulo onde moravam trabalhadores dedicados ao comércio, aos serviços e à indústria de mais baixa remuneração, no fim do século XIX”. Porém este tipo de moradia popular tem caracterizado a urbanização do centro da cidade de São Paulo, bem como da periferia nas últimas décadas. Destaca-se a aceleração na deterioração deste tipo de moradia nas últimas décadas. O cortiço é definido, conforme recentes pesquisas, como "Habitação Coletiva Precária de Aluguel" (HCPA). Este tipo de habitação é utilizado como:

"moradia coletiva multi-familiar, apresentando, total ou parcialmente as seguintes características: ser constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano, com ocupação excessiva; ser subdividida em vários cômodos conjugados alugados, sub-alocados ou cedidos por qualquer título, sem proteção da legislação vigente que regula as relações entre proprietários e inquilinos; ter várias funções exercidas no mesmo cômodo; ter acesso e uso comum dos espaços não edificadas, de instalações sanitárias (banheiros,

cozinhas e tanques) e de instalações elétricas; ter circulação e infra-estrutura precárias e superlotação de pessoas em geral." (Piccini: 1999).

Lembro-me especialmente do quarto que ocupava a família composta por dois irmãos e uma criança de seis anos, localizado na Rua Lins. A casa tinha um corredor que se comunicava com todos os quartos, do primeiro andar e de um sobrado que havia na parte posterior. No primeiro andar havia pelo menos cinco quartos, um banheiro de uso coletivo e um tanque para lavar roupa. O quarto desta família tinha dois cômodos reduzidos, um deles funcionava como cozinha e o outro como dormitório. Na cozinha havia uma pia, um fogão e uma geladeira de segunda mão. No quarto havia duas camas, em uma das quais dormiam o pai e a filha, na outra, o irmão (ou tio). Além disso, havia um televisor pequeno e um gravador. O acesso ao sobrado da casa era através de uma escada, ali havia pelo menos outros cinco quartos. Em um deles morava a irmã da família que acabei de mencionar. Neste cortiço além desta família de colombianos, morava outro colombiano, bem como peruanos e africanos.

De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo (SEHAB), em 2004, 12% da população paulistana morava em favelas, isto é, cerca de 1.250.000 pessoas, enquanto para o país em geral se estimava que em 2006 a população urbana favelada era de aproximadamente 56%. Além disso, 1.800.000 pessoas estariam vivendo em loteamentos clandestinos, sem contar os moradores de cortiços (cerca de 500 mil), os moradores de rua e outras formas informalidade. Estimava-se que pelo menos quatro milhões de pessoas (40% da população do município) se encontrariam em situação de informalidade (urbana) e precariedade (Ferreira, op. cit. 40).

Os cortiços são apenas uma das múltiplas expressões da desigualdade e pobreza que caracterizam não apenas o Brasil, mas muitas cidades latino-americanas e até do "Primeiro Mundo". Nesse sentido é necessário levar em conta que o processo de urbanização pauperizou muitas cidades no mundo, não apenas as latino-americanas, embora elas sejam as que melhor exemplifiquem o processo mundial de "urbanização da pobreza" (Ferreira: *ibidem*). Assim, para o ano 2000 a CEPAL (Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina da ONU) calculava que nas áreas urbanas latino-americanas morava 60% da população pobre⁶² (125,8 milhões de pessoas). De acordo com ONU em 2005 havia mais de um bilhão de pessoas vivendo em favelas. Outras

⁶² É considerada pobre a pessoa que ganha menos de 365 dólares por ano, de acordo com a ONU.

fontes estimavam que, em 2006, 8% da população alemã é pobre, enquanto cerca de 6% da população nos Estados Unidos morava em favelas. No México os favelados poderiam atingir cerca de 20%, já na Etiópia se calculava que praticamente toda sua população viveria nessas condições.

No caso da Espanha, Barcelona, respectivamente, a situação em relação ao tema da habitação era completamente distinta, pois todos meus sujeitos de pesquisa moravam em quartos alugados, localizados em apartamentos da zona metropolitana de Barcelona. Obviamente, esta situação se devia a que seus trabalhos eram menos precários e temporários que os dos seus conterrâneos em São Paulo, permitindo-lhes pagar um aluguel em uma casa privada. Porém se tratava também de quartos pequenos, nos quais o banheiro e a cozinha eram coletivos, muitos destes apartamentos estavam localizados em bairros tipificados pela segregação espacial.

Contudo, é de se destacar a grande especulação que existe no mercado imobiliário em Barcelona. Nesta cidade os preços dos aluguéis estão entre os mais altos do país, inclusive da Europa. Assim, por um quarto localizado em um bairro afastado do centro histórico, onde os aluguéis são mais econômicos, pagava-se, em 2008, em torno dos trezentos euros, sem contar o pagamento dos serviços públicos (água, gás, eletricidade, etc.), que podiam oscilar entre trinta e cinquenta euros. Isto significava que praticamente quarenta por cento do salário era destinado para gastos com moradia.

Além disso, cabe destacar que as características do mercado imobiliário espanhol são diferentes da maioria dos países do centro do capitalismo por causa da altíssima proporção de proprietários, considerada a maior da Europa (Riol e Janoschka, 2004), isto traz como consequência uma escassa oferta de locais para alugar. Além disso, os jovens espanhóis costumam se casar ou sair da casa dos pais só até comprar uma moradia própria. Esta prática tem sido apropriada pelos imigrantes, após ter passado pelo processo de alugar primeiro um quarto em um apartamento partilhado com outras pessoas, depois alugar um apartamento inteiro, quando podem, e, por último, comprar um apartamento, o qual acontece normalmente quando não se planeja um retorno próximo ao país de origem (Aparício, op. cit.: 201).

Atualmente, na Espanha, a proporção de sul-americanos⁶³ proprietários ou processo de se tornar proprietários de moradias é de 19% (Thayer, 2008: 232), ou seja,

⁶³Segundo o Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE) eram 1.302.889 em 2006, destes cerca de 20% seriam de origem colombiana.

cerca de duzentos e cinquenta mil pessoas procedentes desta região se encontraria nessa condição. Quanto às pessoas de origem colombiana, essa prática se dá com maior celeridade. Assim, “a proporção de locatários de apartamento aumenta com o tempo de estadia, diminuindo a partir dos cinco anos pelo incremento das cifras dos que começam a possuir apartamentos próprios, que são os que podem ser considerados econômica e civilmente integrados” (Aparicio, op. cit.: 202). No entanto, será necessário avaliar as consequências da crise financeira internacional, que já no segundo semestre de 2008 tinha atingido o setor imobiliário espanhol, além da sua incidência no incremento progressivo da taxa de desemprego no país.

3.2.1.1. A Casa do Migrante

A Casa do Migrante está localizada na baixada do Glicério⁶⁴, antigo pântano no centro da cidade de São Paulo, ao lado da Igreja Nossa Senhora da Paz. A Casa do Migrante faz parte de um conjunto arquitetônico que compreende, além do albergue propriamente dito, a Paróquia pessoal dos Italianos, a Paróquia Pessoal dos Latino-Americanos, a Paróquia Territorial da Baixada do Glicério, o Centro de Estudos

⁶⁴ Situada no coração da cidade, a região da 'Baixada do Glicério' confunde-se com os bairros da Sé, Liberdade, Aclimação e Cambuci. A Rua da Tabatinguera já aparece na cartografia do século XIX; a Rua Conde de Sarzedas e a dos Estudantes, entre outras, fazem parte da história da cidade. As ruas da Glória e do Lavapés tiveram origem no caminho que ligava a vila ao litoral, passando pelo Ipiranga. Originalmente nomeada 'Conde d'Eu', a Rua do Glicério teve seu nome alterado com o advento da República, em homenagem a Francisco Glicério de Cerqueira Leite, um destacado republicano e abolicionista. Com o passar do tempo, esta rua, aberta para unir a Tabatinguera ao Lavapés, acabou por emprestar seu nome à área envoltória. Ocupado por chácaras que se estendiam até as margens do rio Tamanduateí, este antigo caminho para o litoral foi sendo, pouco a pouco, loteado. Por volta de 1870, a região passou a ser povoada graças à contínua chegada de imigrantes, em sua maioria italianos, e à expansão industrial. Surgiram casas e vilas operárias, ruas de paralelepípedos, chegaram os bondes, luz elétrica e a expansão do comércio. Ainda encontramos no Glicério importantes exemplares da arquitetura dos velhos mestres-de-obras italianos. O período de maior prosperidade do Glicério, entretanto, foi de curta duração. A suspensão pela Light do serviço de bondes na Rua do Lavapés e a inauguração da Via Anchieta, deslocando o importante eixo de ligação São Paulo-Santos, entre outros fatores, levaram a região a um estado de abandono. Moradias unifamiliares de baixo aluguel e muitos cortiços se multiplicaram, dificultando a vida no Glicério. A partir de 1908 chegaram os asiáticos: japoneses e depois chineses e coreanos. A partir da metade do século XX, vieram os migrantes nordestinos. Nas décadas de 1960 a 1980, iniciativas como a Construção do Elevado Costa e Silva contribuíram para uma maior decadência da região. Atualmente convivem lado a lado, no Glicério, cortiços, grandes edifícios e indústrias de pequeno porte. A proximidade do Centro e a grande mobilidade social, contudo, com a permanente chegada e partida de migrantes do nordeste, fez surgirem recentemente novas modalidades de comércio, como o de móveis usados e o de artigos de caráter religioso, graças à presença de igrejas evangélicas. Bares e restaurantes 24 horas, as novas estações do Metrô, forrós e o comércio de camelôs nos finais de semana, movimentam hoje a vida no Glicério.
http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/patrimonio_historico/institucional/0046, acessada em 06 novembro de 2008.

Migratórios, uma escola pública e uma creche. Nesse conjunto, o alto campanário da igreja da Nossa Senhora da Paz, erguido em tijolo à vista, constitui um destaque visível desde muitos pontos do centro da cidade. Por outro lado, o bater dos seus sinos lembra quem divide e controla austeramente o tempo e as atividades no interior da casa.

Como instituição voltada ao serviço dos migrantes, a casa surge no ano de 1974, quando o falecido padre Alberto R. Zambiasi fundou a Associação de Voluntários pela Integração dos Migrantes (AVIM). Esse padre pertencia à Congregação dos padres Escalabrinianos, ordem religiosa fundada pelo bispo João Batista Scalabrini, conhecido como Pai dos Migrantes.

A AVIM, composta por um grupo de pessoas voluntárias (leigos, missionárias católicas escalabrinianas, padres escalabrinianos) e uma equipe de funcionários, era a responsável de “acolher” e acompanhar os migrantes durante sua estadia. Posteriormente, no ano de 2003, a AVIM deixa de ser uma Associação com personalidade jurídica e a Casa do Migrante passa a ser assumida integralmente pelos Missionários Escalabrinianos, com a colaboração de leigos voluntários.

No final da década de 70, a casa recebia majoritariamente, famílias de migrantes internos que estavam compostas por jovens casais acompanhados de seus filhos, que eram absorvidos pelo mercado de trabalho e/ou acolhidos pelos que na migração familiar os haviam antecedido. Contudo, a partir de 1990, a casa passou a receber, em sua maioria, pessoas sozinhas, com idade entre 20 e 40 anos, à procura de trabalho (Cutti 1997). Hoje, a Casa, além de receber os migrantes internos, acolhe um número cada vez maior de imigrantes e refugiados, principalmente provenientes da África e da América Latina.

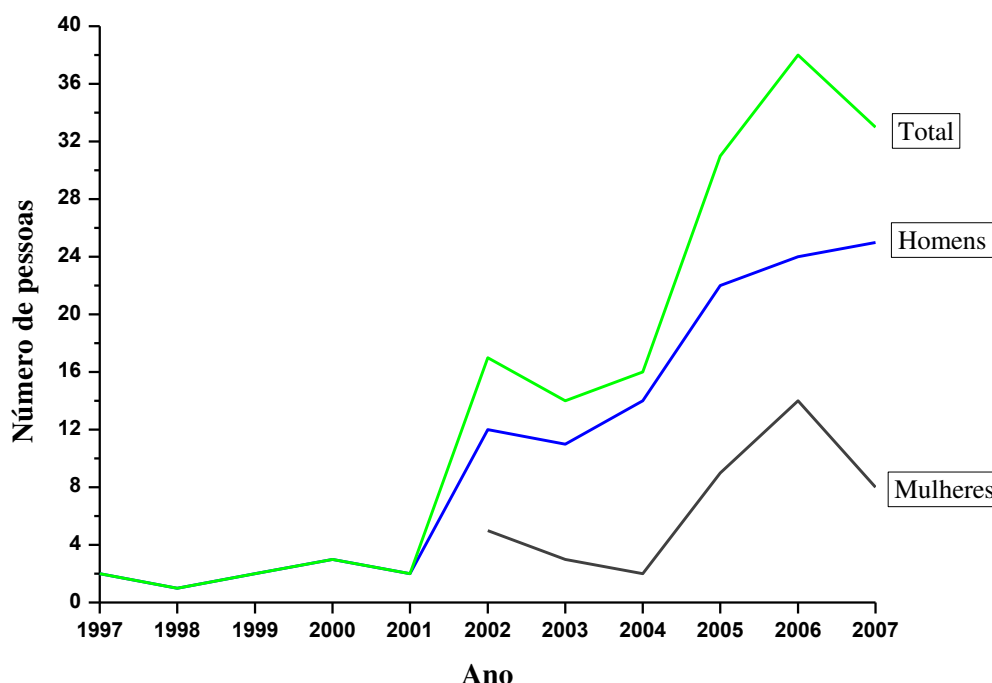
3.2.1.1.1. Os desterritorializados colombianos entre 1997 e 2007

Com base nos arquivos do Centro de Estudos Migratórios (CEM) foram consultadas as fichas dos albergados de origem colombiana que passaram pela Casa do Migrante entre os anos de 1997 a 2007. De acordo com essa consulta, verifiquei que durante essa década passaram por este albergue um total de 159 colombianos, a maioria deles (105) solicitantes de asilo ou refugiados, sobretudo, homens.

A partir de 2001 se apresenta um crescimento progressivo que atinge em 2006 seu ponto máximo: 38 pessoas, isto significa que nesse ano quase quarenta por cento dos albergados era de origem colombiana (levando em conta que o número máximo de

moradores que ali podia ser atendido era de cem pessoas por mês.). Entre 2006 e 2007 acontece uma diminuição no número de moradores de origem colombiana, no entanto, estes ainda conformariam mais da terceira parte do total dos moradores. A presença masculina sempre foi maior do que a feminina, esta última começa a ser visível a partir do ano de 2002, alcançando seu ponto máximo em 2006, quando representa pouco mais da metade do total, a partir desse ano a sua presença diminuiu. O incremento da presença feminina está relacionado principalmente com a chegada de famílias, que procuravam refúgio, em especial a partir de 2004 (tabela 17: anexo 1 e gráfico 18).

Gráfico 18: População de origem colombiana total e por sexo na Casa do Migrante: 1997-2007

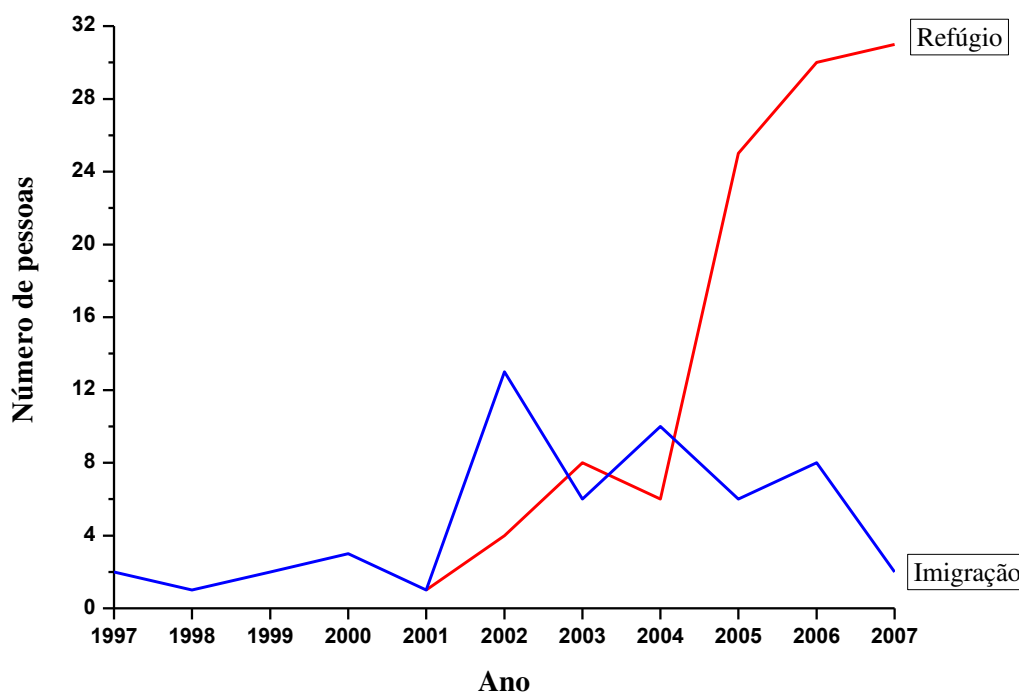


Fonte: Fichas impressas de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Quanto ao status atribuído a estes colombianos (gráfico 19), é visível que a presença de imigrantes aconteceria já desde 1997, porém, seu incremento é menor e mais atenuado ao longo da década, com exceção dos anos de 2001 e 2004, ao contrário das pessoas à procura de refúgio, que começaram a chegar ao albergue a partir de 2001. Estas últimas tenderam a crescer significativamente, especialmente a partir do ano de 2004. Assim, em 2007 quase todas as pessoas de origem colombiana se encontravam em situação de refúgio. No que diz respeito à distribuição por sexos, observa-se que

predominam os homens. A presença de mulheres á procura de refúgio é visível a partir de 2003, quando seu número tende a ser cada vez mais significativo que o de imigrantes.

Gráfico 19: População total de origem colombiana conforme status na Casa do Migrante: 1997-2007

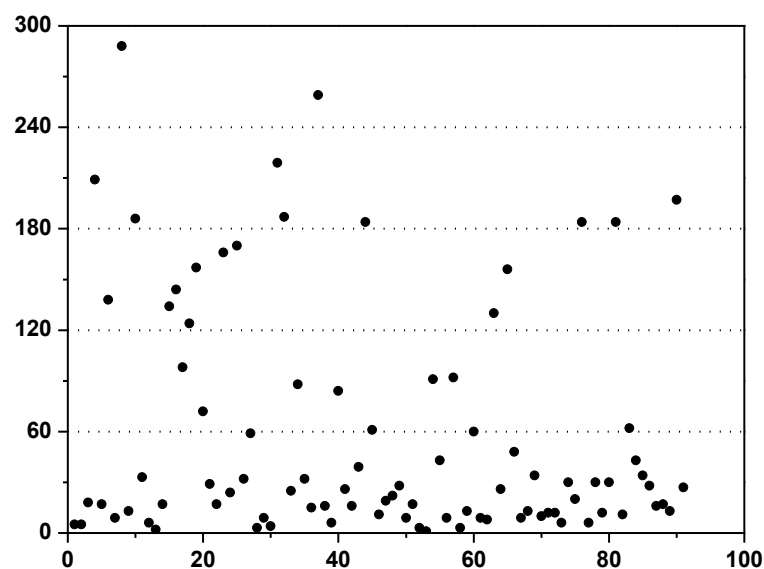


Fonte: Fichas impressas de usuários da Casa do Migrante. Acervo CEM.

Em relação à faixa etária (tabelas 18, 19, 20 e 21: anexo 1), ao longo desse período, predominam as pessoas entre vinte e cinquenta anos. Entretanto, a partir de 2002 chegaram as primeiras famílias colombianas e junto com elas seus pequenos filhos. Mas, será em 2005 que se registrará a maior presença de crianças e adolescentes de origem colombiana (oito das vinte e cinco pessoas que estiveram ali tinham entre 0 e 19 anos), em função da chegada das famílias à procura de refúgio.

No referente ao tempo de permanência, nota-se que a maioria dos 91 homens, em geral, permaneceu no albergue no máximo sessenta dias, levando em consideração que o tempo máximo de permanência estabelecido era de 180 dias. Contudo, houve outros dois grupos menores que permaneceram por um tempo maior, isto é, aqueles que ficaram entre 120 e 180 dias e aqueles que ficaram mais de 180 dias (gráfico 20).

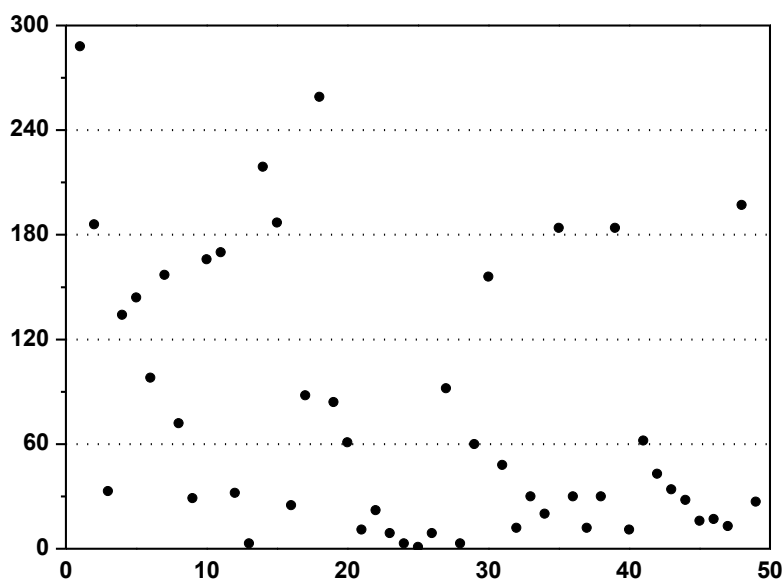
Gráfico 20: Tempo de permanência (em dias) dos homens colombianos: 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM).

Entre 1997 e 2007 houve 57 homens à procura de refúgio, a maioria deles permaneceu no máximo 60 dias. Observam-se também outros dois grupos importantes, aqueles que ficaram entre 120 e 180 dias e, finalmente, aqueles que ficaram mais tempo, entre 180 e 240 dias (gráfico 21).

Gráfico 21: Tempo de permanência (em dias) dos homens colombianos à procura de refúgio: 1997-2007



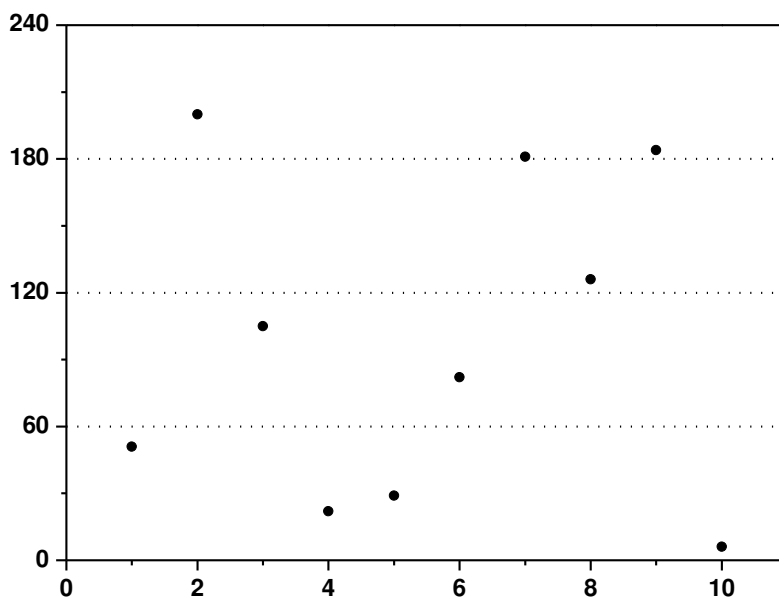
Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

Quanto às 10 mulheres que se albergaram durante a década de 1997 a 2007, é de salientar que a tendência foi de ficar mais tempo que os homens, assim, a maioria ficou até 120 dias. O resto ficou um pouco mais. Quase todas estas mulheres (6) estavam à procura de refúgio (gráfico 22).

No que diz respeito às 19 famílias⁶⁵ de origem colombiana, destaca-se que a maioria ficou até 60 sessenta dias, outro grupo ficou até 120 dias e só duas ficaram até praticamente 180 dias. É de salientar que a maioria das famílias (16) estava à procura de refúgio (gráfico 23).

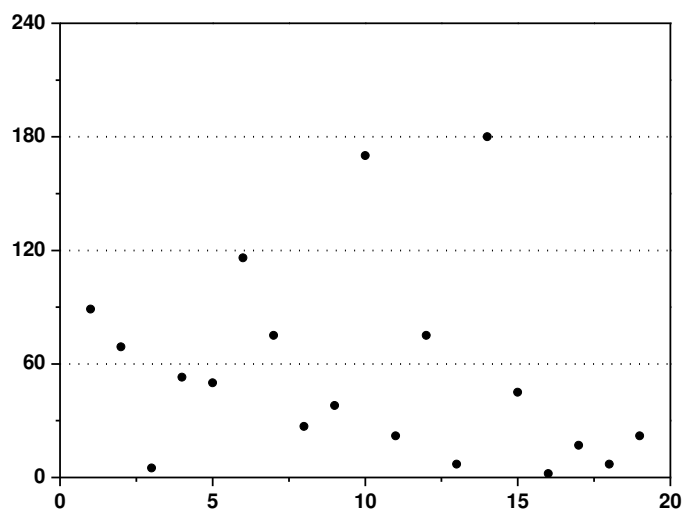
⁶⁵ A composição das famílias registradas é diversa, mas se destacam as famílias do tipo nuclear. Contudo, há algumas famílias compostas só por mães e filhos, outras só por irmãos ou inclusive famílias extensas (avós e netos, sobretudo).

Gráfico 22: Tempo de permanência (em dias) das mulheres colombianas: 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

Gráfico 23: Tempo de permanência (em dias) das famílias colombianas: 1997-2007



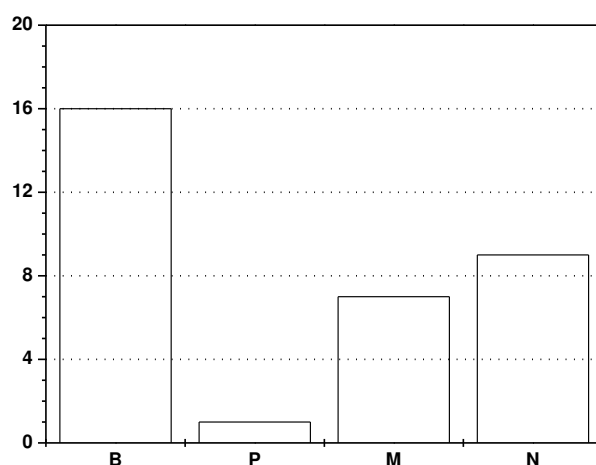
Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

Outro critério de registro acessado foi o de raça. Nesse sentido, é de se ressaltar que só a partir de 2006 há uma regularidade no registro do mesmo. Assim, só no

cadastro de 33 dos 91 que estiveram albergados nessa década, registra-se alguma classificação racial dos albergados. Desse número, a maioria (27) estava à procura de refúgio. Praticamente a metade aparece registrada como branco, seguem em ordem importância os negros (9), depois os morenos (7) e, finalmente, os pardos (1) (gráfico 24).

No referente às dez mulheres que estiveram albergadas no mesmo período, só de seis delas se registrou alguma classificação racial. A metade delas foi registrada como negra; duas como brancas e uma como parda. Quanto às famílias, somente em oito das 19 foi registrado o critério de raça. Assim, destas oito houve duas registradas como negras, duas como brancas, duas como morenas e negras, uma como branca e parda e a outra como branca e parda.

Gráfico 24: Raça dos homens colombianos: 1997-2007



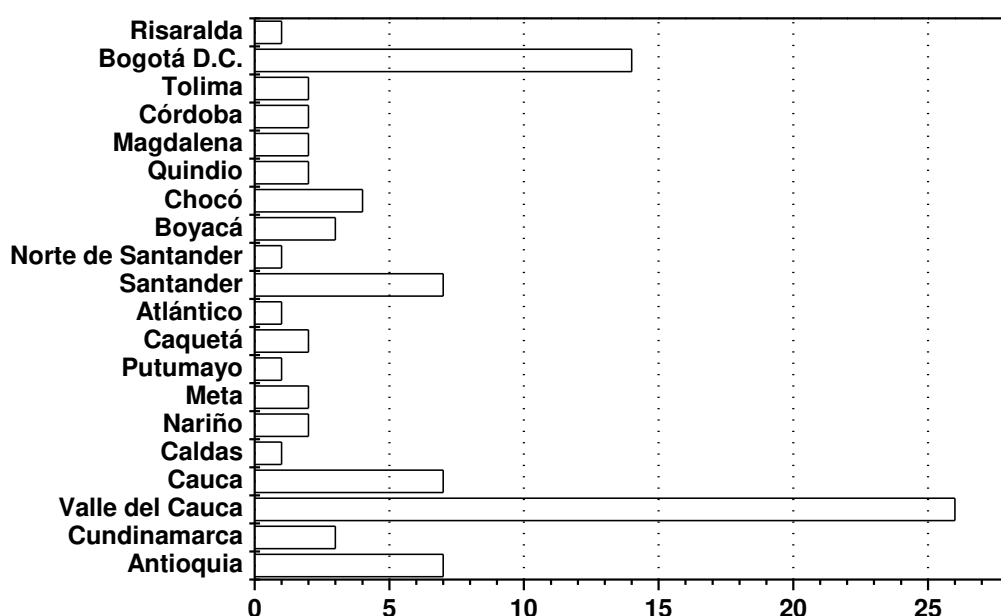
B=Branco/a, P=Pardo/a, M=Moreno/a, N=Negro/a

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM).

No que diz respeito ao lugar de origem dos colombianos que foram albergados na Casa do Migrante entre 1997 e 2007 (gráfico 25), destaca-se que das 159 pessoas de origem colombiana, foi registrado a localidade de nascimento de 90 delas. Estas pessoas nasceram em pelo menos quarenta e sete municípios diferentes, um pouco menos da metade (41) destas pessoas nasceu em quatro das principais cidades da Colômbia: Cali (15), Bogotá (14), Medellín (5), Buenaventura (4), Bucaramanga (3). Segundo

departamentos de origem, observa-se, conforme o gráfico 25, que os mais representativos são, em ordem de importância: Vale do Cauca, Bogotá, que é o Distrito Capital, Antioquia, Cauca e Santander, os quais somados representam cerca de 70%. Salienta-se que vários destes colombianos nasceram na região do Eje Cafetero, que como se anotou antes, tem uma tradição migratória importante na Colômbia. Por outro lado, além das localidades tradicionalmente atingidas pelo conflito armado colombiano, podem-se reconhecer várias delas que estão associadas com sua recente intensificação, como, por exemplo, as que estão localizadas nos departamentos de Chocó, Caquetá, Meta, Nariño, Putumayo.

Gráfico 25: Departamentos de origem das pessoas de origem colombiana: 1997-2007

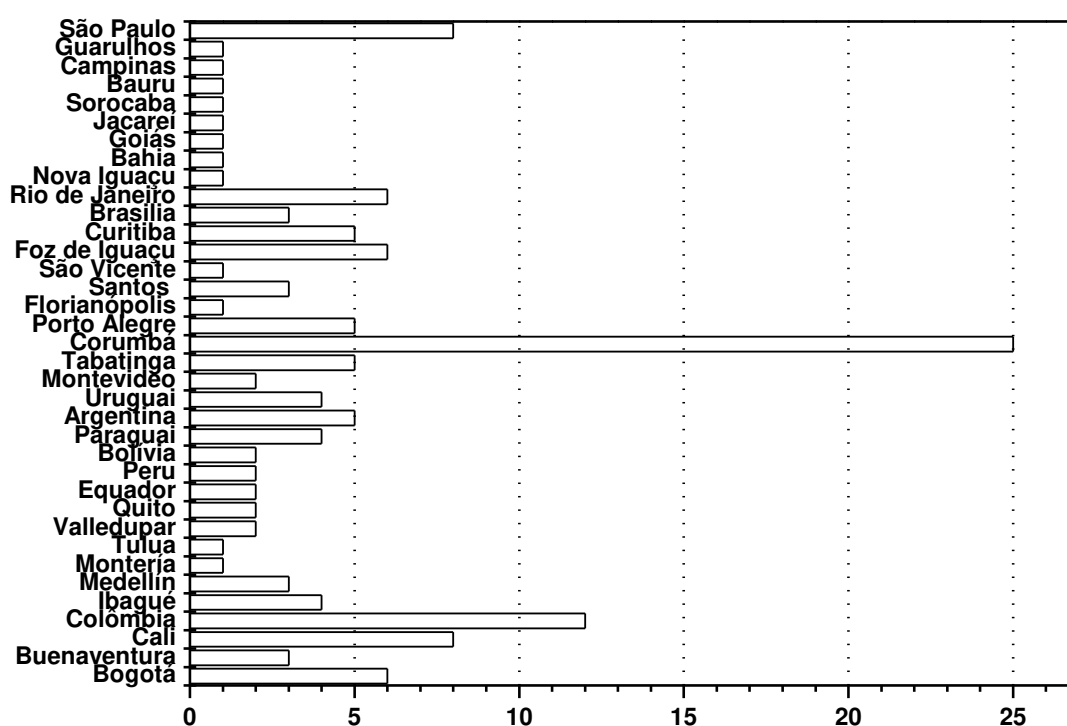


Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

Em relação ao registro dos lugares de procedência dos colombianos que foram albergados na Casa do Migrante, pode ser reconstruída tanto a travessia quanto a localidade a partir da qual empreenderam sua fuga ou viagem em direção a São Paulo (gráfico 26). Quanto às localidades de procedência ligadas à Colômbia, pode-se deduzir que estas pessoas moravam no país de origem antes de chegar ao Brasil. A travessia mais provável que estas pessoas teriam realizado seria por via terrestre ou aérea até

Bogotá, de onde se embarcariam em vôos comerciais com destino ao Brasil, principalmente em direção às cidades de São Paulo ou Rio de Janeiro. Das 139 pessoas sobre as quais se tem esta informação, 40 pessoas (29%), muito provavelmente, fizeram essa travessia, com exceção talvez das três pessoas provenientes de Buenaventura, as quais possivelmente viajaram de forma clandestina em navios que atracaram no Porto de Santos, desconhecendo, a princípio, que tinham chegado ao Brasil, como habitualmente acontece.

Gráfico 26: Localidades de procedência das pessoas de origem colombiana: 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

No caso das pessoas procedentes do Equador em geral e Quito em particular, trata-se muito provavelmente de pessoas que estavam à procura de refúgio no Equador, mas que por perseguições ou ameaças tiveram que abandonar este país; isto vale para a maioria das pessoas procedentes do Peru, do Paraguai, da Bolívia, bem como aquelas que entraram pela fronteira brasileira com estes dois últimos países (Corumbá e Foz de Iguaçu) e passaram por cidades do interior paulista, como Bauru, Sorocaba e Campinas.

As quarenta e seis pessoas (33%) que empreenderam esta travessia, e chegaram a São Paulo, procedentes das localidades antes mencionadas, fizeram uma viagem, na melhor das hipóteses, de pelo menos uma semana por via terrestre, porém algumas pessoas levam até um mês ou mais, dependendo principalmente da disponibilidade de recursos econômicos. Só algumas poucas pessoas teriam sido caminantes (andarilhos ou mochileiros se preferir).

Quanto às onze pessoas (aproximadamente 8%) procedentes de localidades do Cone Sul, como a Argentina e o Uruguai em geral e Montevidéu em particular, muito provavelmente se trata de pessoas que estavam morando nesses países, mas que optaram ou tiveram que sair dali por diversos motivos (econômicos, de segurança, emprego, etc.). Estas pessoas seguramente fizeram uma longa travessia por via terrestre, de ônibus ou de carona, dependendo dos recursos disponíveis.

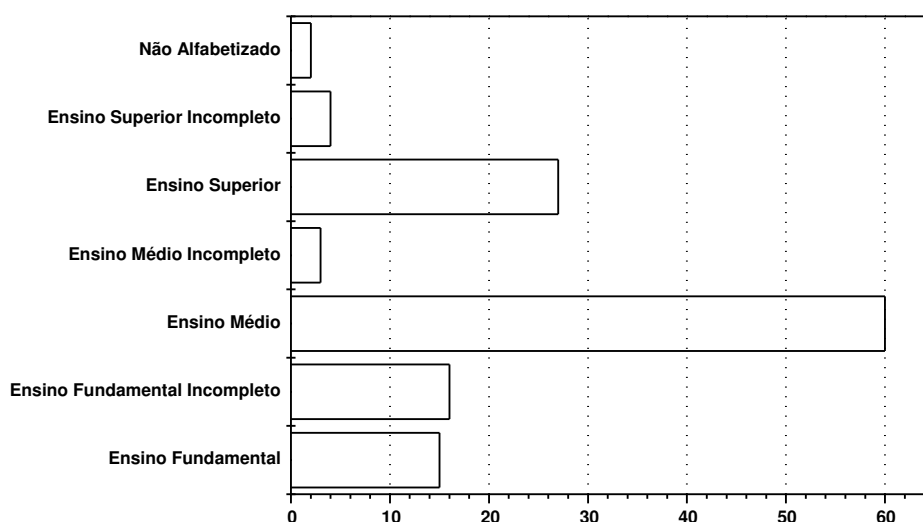
Outra via de entrada ao Brasil consiste na travessia da floresta amazônica, a localidade de entrada por excelência é a cidade de Tabatinga, que faz fronteira com a Colômbia. Ressalta-se que Leticia, a única cidade fronteiriça da Colômbia nesta região, é a capital do departamento de Amazonas e está localizada na margem esquerda do rio Solimões. Fica longe e está praticamente isolada das principais cidades colombianas. No passado foi um importante porto fluvial e de intercâmbio comercial com o Brasil e o Peru, hoje está em evidente declínio. É de assinalar que em Leticia mora 60% da população do departamento de Amazonas, que de acordo com o último Censo Nacional de População da Colômbia (2005), tinha 67.726 habitantes. Apenas cinco pessoas (3,6%) empreenderam esta travessia, que conforme a localidade de início pode demorar até meses (de um a três normalmente) para chegar a São Paulo.

No que diz respeito às treze pessoas (9,4%) procedentes da Bahia, Goiás, Brasília, Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, Jacareí, é muito provável que se trate de pessoas que já estavam assentadas nestas localidades ou que fizeram escala nelas, procedentes da Colômbia, Venezuela, Equador Peru ou Bolívia, onde fizeram a solicitação de asilo. Já no referente às quatro pessoas provenientes do litoral paulista (Santos e São Vicente), aproximadamente 3%, provavelmente se trate de pessoas que chegaram de outros países do Cone Sul, como a Argentina, o Uruguai e o Chile, que fizeram a sua travessia de forma terrestre ou, então, viajaram clandestinamente em navios procedentes do porto colombiano de Buenaventura, como já mencionei antes. Por fim, no caso das onze pessoas (cerca de 8%) procedentes do sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e

Curitiba), é provável que elas já estivessem assentadas nestas cidades ou então que estivessem em trânsito entre o Brasil, a Argentina e/o Uruguai, o que acontece entre alguns colombianos.

No que diz respeito à escolaridade, os colombianos albergados possuíam um nível de escolaridade bom, apenas duas pessoas das 127 registradas eram analfabetas. Cerca da metade da população colombiana tinha cursado o ensino médio. Por outro lado, é de se destacar que aproximadamente uma quarta parte desses colombianos cursou estudos superiores, a maioria deles os completou. Quanto ao ensino fundamental, aproximadamente a quarta parte dos colombianos o frequentou, deles a metade praticamente os terminou (gráfico 27).

Gráfico 27: Nível de escolaridade das pessoas de origem colombiana: 1997-2007



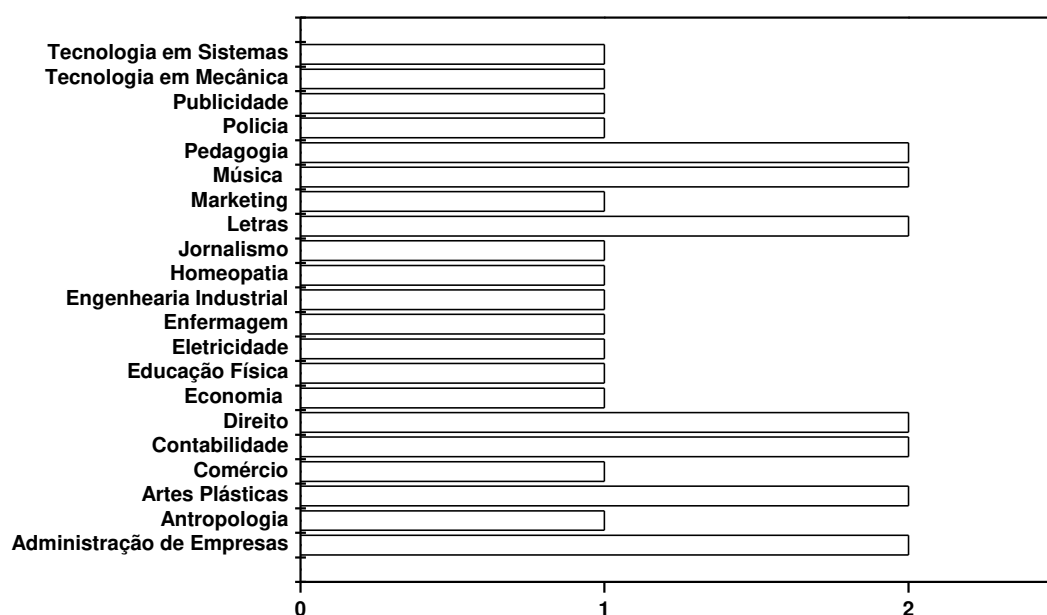
Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

Quanto às profissões e ofícios, foram cadastradas vinte oito pessoas, cujas profissões e ofícios eram diversos (gráfico 28). O leque é bastante amplo, entretanto se destacam administração de empresas, artes Plásticas, contabilidade, direito, letras, música e pedagogia, porém, registrou-se a presença de antropólogos, homeopatas, publicitários, jornalistas, etc.

Contudo, as ocupações dos colombianos desvelavam que nem sempre as pessoas exercem aquilo no que se formam ou apreendem. Por outro lado, elas permitem uma

aproximação ao mundo do trabalho, tanto aquele no qual se ocupavam no seu país de origem quanto aquele que desempenhavam nas localidades de destino. Diante das dificuldades, a maioria dos colombianos já tinha desempenhado múltiplas ocupações, o que configura o típico *rebusque*.

Gráfico 28: Profissões das pessoas de origem colombiana: 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

De acordo com os registros, pude classificar quarenta e três ocupações exercidas pelos 129 colombianos que permaneceram ali entre 1997 e 2007. Observa-se que as mais exercidas se concentram no setor de serviços. Sobressaem os vendedores (15%); depois os artesãos (12%); os estudantes (9,3%); os técnicos em geral (cerca de 5%); os professores (cerca de 4%); cozinheiros, auxiliares em geral, músicos e motoristas (cerca de 3% cada uma). Algumas ocupações são bastante *sui generis*, como é o caso dos conferencistas e os malabaristas (gráfico 29).

Baseado em experimentações etnográficas, pude constatar que as ocupações mais desempenhadas estavam ligadas por excelência ao denominado setor informal da economia, onde predomina a precariedade em todo sentido. As atividades mais comuns eram as vendas, principalmente de camelô, ou a publicidade de rua: distribuição de

panfletos, produtos e serviços, muitos deles como *homens-cartazes*. Outros ofícios estavam ligados à construção (pedreiros ou ajudantes). Também havia eletricitas, telefonistas de *Call Centers* (em um nicho de mercado onde é imprescindível falar espanhol), músicos de rua, garçons, alguns poucos professores de espanhol, cabeleireiros, etc. Não obstante, tratarei em detalhe do mundo do trabalho mais adiante.

3.2.1.1.2. Entrando à Casa do Migrante

Um portão metálico, de cor cinza, grosso e forte, constitui a entrada, daquilo que pela fachada se assemelha mais a uma fortaleza que a um lugar de “acolhida”. O portão tem uma pequena abertura quadrada através da qual o porteiro controla quem chega. Uma vez aberto esse portão, observa-se em frente uma inscrição na parede que dá as boas-vindas ao recém-chegado.

Ao lado direito há um balcão onde o porteiro confere os dados do albergado e entrega a chave do “bagageiro”, que deve ser devolvida cada vez que alguém sair. Atrás desse balcão há uma porta marrom de madeira que comunica com uma sala de espera, onde os recém-chegados e outros aguardam ser atendidos pela assistente social, que se encontra em outra sala que se comunica com a de espera através de entrada. Quem chega pela primeira vez deve fazer uma entrevista e preencher um formulário de registro.

O portão de entrada se comunica com o interior da casa através de um largo e extenso corredor que está rodeado de arcos. Tanto o corredor quanto os arcos delimitam um jardim interno, no qual há algumas plantas, destacando-se algumas palmeiras. Nesse jardim há também vários bancos de madeira, onde os moradores sentam para conversar, cantar, ruminar suas memórias, confabular, esperar o horário das refeições, brincar ou, simplesmente, “matar” o tempo.

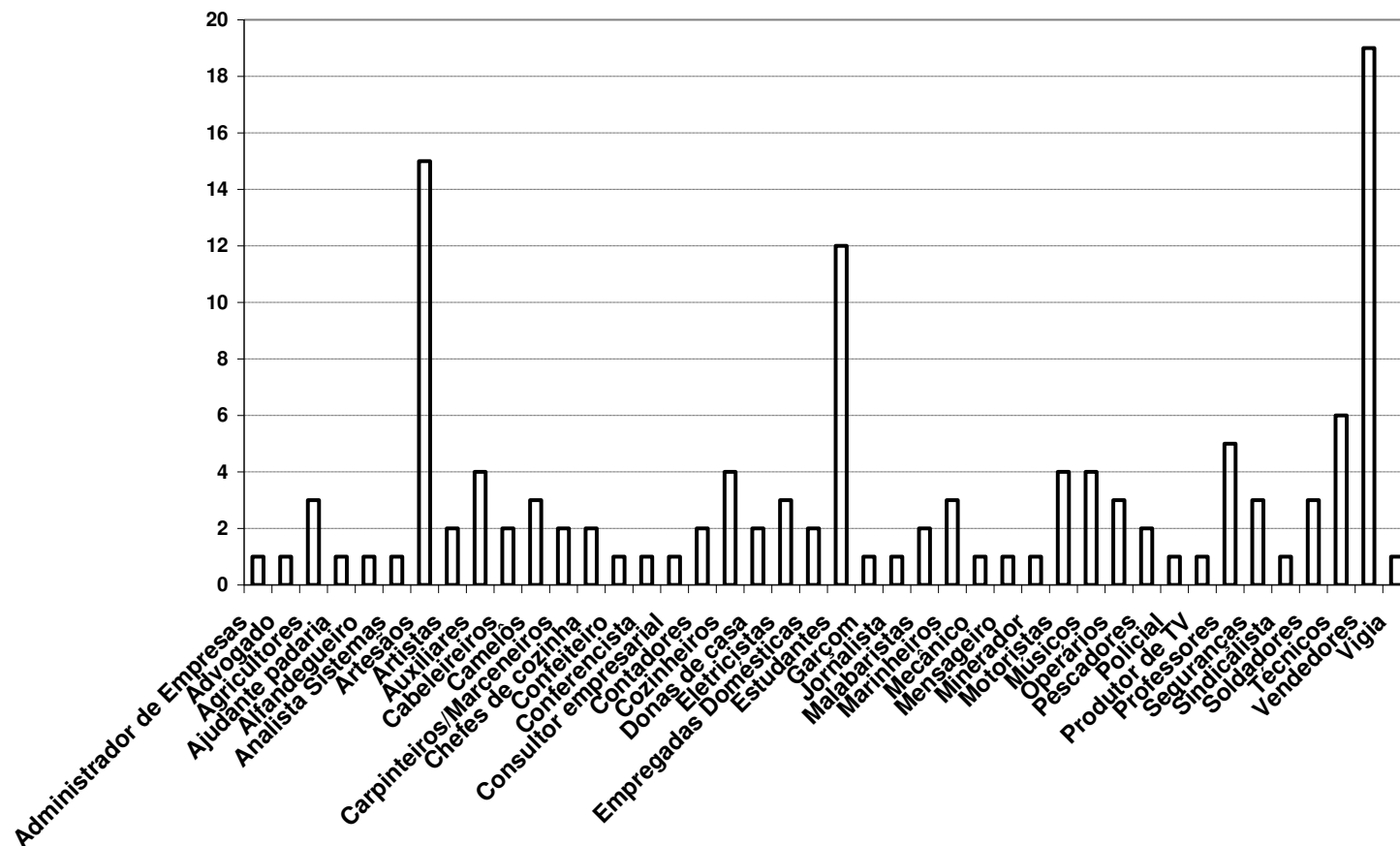
Em frente desse jardim se encontram duas portas: uma conduz ao refeitório e a outra à cozinha. Os arcos possuem um suporte largo, que é aproveitado pelos moradores como banco para se sentar ou se deitar e repousar. Em volta dos arcos, do lado oposto do refeitório e da cozinha, há uma porta que leva aos bagageiros, a uma sala de jogos, a uma sala de aula e/ou de internet e a uma sala de televisão. No fundo do corredor, em frente ao jardim se encontram os banheiros e no lado oposto algumas salas onde permanecem alguns funcionários da casa, quartos para guardar material de limpeza,

uma sala da administração da casa, bem como uma capela na qual se celebra missa aos sábados, com o evidente propósito de evangelizar.

Atrás da casa há uma espécie de quintal, que linda com a igreja da Nossa Senhora da Paz. Ao lado direito se encontra o varal e os tanques onde os albergados lavam e penduram suas roupas. Esse quintal é um lugar muito freqüentado pelos moradores e moradoras, neste espaço as pessoas se reúnem para tomar ar, conversar, fumar (único lugar da casa onde esta atividade é permitida), etc.

A Casa do Migrante, na verdade é um sobrado. Ao lado da sala de televisão há uma porta que leva à escada em direção ao segundo andar. No segundo andar estão os dormitórios, divididos em duas alas: uma feminina e outra masculina. Há dez quartos na ala masculina, quatro na feminina, alguns dormitórios dispostos para famílias, também há um banheiro, que é utilizado só pelos funcionários, que dispõem de uma cópia da chave. Os dormitórios são de uso coletivo, estão dotados de beliches. Perto da escada, está situada a biblioteca, que aos sábados funciona também como sala de aula, ali se ministra, por exemplo, o curso de português. O segundo andar se comunica por meio de portas e janelas com várias dependências do CEM, tais como a biblioteca, o arquivo, etc. Porém, as únicas pessoas que transitam livremente e qualquer momento por ali são os padres da congregação.

Gráfico29: Ocupações das pessoas de origem colombiana: 1997-2007



Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas da Casa do Migrante (Arquivo CEM)

3.2.1.1.3. *Infrapolítica e antidisciplina*

Cuando el gran señor pasa, el campesino sabio hace una gran reverencia y silenciosamente se echa un pedo.

*Proverbio etíope*⁶⁶

Assim que o recém-chegado termina a entrevista, é orientado sob as normas da casa, as quais estão transcritas em um folheto que lhe é entregue e cuja abertura reza: *Para Uma Boa Estadia na Casa*, informa-se aos usuários que as regras “não foram ditadas por um chefe, mas estabelecidas por uma equipe. Desta equipe fazem parte os Agentes Educacionais, a Assistente Social, os Coordenadores e os padres Diretores. Quem responde pela Casa são as pessoas que nela trabalham, em seus respectivos turnos, para ajudar você”.

Não apenas os membros da comunidade religiosa, mas também alguns agentes educacionais e assistentes sociais, que conheci, faziam questão de “defender” “a capa e espada” os valores judeu-cristãos e seus representantes. Assim, quando surgiam divergências de opiniões ou críticas, por parte dos moradores, em torno a esta ética, os atritos afluíam e, quase sempre, o albergado era alvo de atitudes revanchistas por parte de alguns funcionários: reduzir o tempo de estadia, proibir a entrada, expulsar, transferir, etc.

A rígida disciplina, consignada nas normas e no uso do tempo,⁶⁷ não podia evitar a sua constante transgressão por parte dos moradores do albergue. Estes pervertiam

⁶⁶ Citado por James C. Scott (2004) em: “Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos”. Ediciones Era, México.

⁶⁷ De acordo com a equipe de funcionários da casa se estabelecia que:

“No quadro mural você encontra todos os horários de funcionamento da casa, em quatro idiomas diferentes (português, espanhol, inglês e francês). O horário é feito para organizar a nossa convivência. Existe para ser respeitado. A Casa não se responsabiliza pelos seus pertences. Deixe-os guardados e trancados dentro de seu bagageiro. Se tiver roupas ou objetos que não utiliza no dia-a-dia, os mesmos serão identificados e guardados pela Casa em local reservado. Ao sair da Casa deixe sempre a chave na mão de um agente educacional ou de quem o estiver substituindo. Enquanto estiver na Casa, a responsabilidade da chave é somente sua. A Casa não proíbe ninguém de beber, apenas deixa muito claro que pessoa alcoolizada não pode entrar na Casa. O ingresso na Casa só é permitido até às 22 horas, a não ser em casos de trabalho comprovado e aviso com antecedência. Três faltas seguidas, sem justificativa, acarretam desligamento automático da Casa do Migrante. Agressões de qualquer espécie e desacato a agentes da Casa também implicam desligamento automático. Nos quartos, não é permitido levar celulares e outros objetos; caso necessite comunicar-se por telefone à noite, informe o Agente Educacional para aguardar a chamada na portaria. Quem abandonar a Casa e no prazo máximo de 30 dias não retornar para retirar os pertences deixados, a Casa dará fim aos mesmos. Devem comprometer-se em colaborar com a Casa para lavar louça, para auxiliar na limpeza e a colaborar com a Missão N. Senhora da Paz quando solicitado, bem como a zelar pelas instalações. Devem comprometer-se em deixar a cama bem arrumada

silenciosamente a ordem estabelecida por meio de astúcias sutis, táticas de resistência, alterando os códigos, apropriando-se dos espaços e do uso a seu jeito (Certeau, 2003). Não se tratava propriamente de fazer revoluções, subverter a ordem estabelecida, tomar-se o poder, bastava com por em funcionamento o dispositivo da *infrapolítica*, como diria Scott (2004: 45 e seguintes): o *rebusque*, a falsa submissão, o descumprimento passivo, a ignorância fingida, a difusão de rumores, o engano deliberado, a burla, o riso, as piadas ou, simplesmente, ao passar a assistente social, o agente educacional, o padre ou o coordenador, fazer uma reverência e **silenciosamente** soltar um pum, pois, afinal, não se pode arriscar perder o lugar onde se pode comer e passar a noite “tranquilamente”, ao menos, por alguns meses. As astúcias dos moradores da Casa do Migrante configurariam o que Certeau (op. cit.) denominaria *antidisciplina*.

Nesse sentido, lembro-me dos agitados jogos de baralho, dominó, etc., no bagageiro, das rumorosas conversas enquanto se fumava nos lugares proibidos ou das barulhentas jornadas nas que se assistia à televisão, bem como da bizarra e

pela manhã, a manter silêncio e a não acender as luzes nos dormitórios. É permitido fumar apenas na área externa, mas é proibido o uso de entorpecentes. Para a sua melhor segurança, na hora da entrada, a Casa poderá efetuar revista junto aos seus pertences”.

Além das orientações mencionadas acima, o dia e a semana dos moradores estavam divididos de acordo com certo uso do tempo.

De segunda a sexta-feira, o café da manhã era servido das seis e trinta às sete e quinze da manhã. Todos podiam tomá-lo. O horário de saída para a maioria das pessoas era às sete e trinta da manhã, porém, ficavam em média quatro voluntários que se predispunham na portaria (de acordo com a norma), deixando seu nome. Na prática, o funcionário responsável fazia uma escalação, conforme suas afinidades ou não com esses voluntários. Alguns deles eram pessoas que ficavam doentes, sofriam de alguma deficiência física ou não sabiam ainda se locomover na cidade. Esses voluntários podiam ficar na casa junto com as mulheres e as crianças. A função deles era basicamente ajudar com a limpeza da casa, em troca do almoço e da permanência na casa. De segunda, quarta e sexta, as mulheres podiam lavar. A área de lavanderia e as torneiras ficavam abertas de manhã e as roupas eram penduradas no varal à tarde. Era comum que neste lugar as roupas desaparecessem, assim que, de acordo com alguns moradores, havia que “ficar de olho”. O almoço era servido ao meio-dia, embora não para todos. O horário de retorno para a casa era a partir das quatro e meia da tarde e até às dez da noite. A partir das quatro e trinta da tarde ficava também aberto o chuveiro, antes não, situação bastante constrangedora para alguns dos moradores que tinham por hábito tomar banho cedo. Às sete da noite servia-se o jantar, com término previsto às oito, ao qual precedia uma prece, que em muitos casos presenciei e que fora proferida por um dos seminaristas que se alojavam na casa, cujo intuito era evidentemente catequizador. Após o jantar, a sala de televisão permanecia aberta até as dez da noite, quando se encerravam oficialmente todas as atividades e se ia descansar, teoricamente, pois no interior dos dormitórios a vida continuava, efervescia. Assistia-se à televisão com a porta fechada, geralmente o volume deste equipamento estava muito alto, não faltavam reclamações e atritos por causa da escolha do programa preferido. Quinta, sábado e domingo os homens podiam lavar suas roupas. Assim, às quintas-feiras, era permitido o ingresso a partir de uma hora da tarde. No sábado a saída era às oito horas da manhã, porém, o café da manhã era servido no horário habitual. No sábado o almoço era servido para todos. No sábado o jantar era servido às seis horas da tarde, visto que a missa era às sete da noite, contrariamente, a missa de segunda a sexta era celebrada às oito da noite. Existia uma diferença no dia de domingo, pois se considerava este um dia como de descanso, deste modo, era permitido aos albergados permanecer o dia inteiro na casa. No entanto, os horários das refeições se mantinham.

constantemente quebrantada proibição de tomar banho durante o dia: tomando banho de canequinha, na penumbra e às escondidas.

A propósito dessa última, eu não podia deixar de pensar nas diferenças entre espanhóis e hispano-americanos em relação às práticas de limpeza corporal, pois este cenário da Casa do Migrante me remetia ao do tempo da colonização espanhola na América, parecia realmente o “encontro” de dois mundos, que é belamente retratado por Isabel Allende no seu livro *Inés del Alma Mía*⁶⁸. Em um dos seus fragmentos se relata que:

“Como todo español de origen, Pedro creía que el baño es peligroso, produce debilitamiento de los pulmones y adelgaza la sangre, pero le aseguré que la gente del Perú se bañaba a diario y nadie tenía los pulmones blandos ni la sangre aguada”

Mais adiante, no mesmo documento, nos é relatado que na viagem que Inés empreende com Pedro para a Conquista do Reino do Chile, ela vai acompanhada de sua melhor amiga: Catalina, uma das três índias de serviço estipuladas por Francisco Pizarro em Cuzco para ajudar Inês. Com ocasião desta viagem Catalina insistira em levar consigo uma:

“batea de madera para el baño, porque nada le molestaba tanto como la hediondez de los viracochas e estaba convencida de que casi todas las enfermedades eran debidas a la mugre” (op. cit.: 125).

No mesmo sentido são relevantes algumas observações a respeito de como alguns povos pré-hispânicos percebiam os colonizadores espanhóis. Para isso me aludo à história de Hernán Cortés e a conquista do México, magistralmente ilustrada por Laura Esquivel, no seu livro *Malinche* (2005: 87-88). Laura relata, em uma parte do seu romance, o que Malinalli estava pensando, enquanto se encontrava lavando a roupa no rio, antes da matança de Cholula:

Para empezar, había una total incongruencia entre el significado del nombre de Cortés. Ser cortés era ser delicado, respetuoso, y ella no consideraba que Hernán fuese de esa manera y mucho menos los hombres que lo acompañaban. No podía aceptar que los enviados de los dioses se expresaran de la manera en que lo hacían, que fuesen tan bruscos, tan directos, tan mal hablados, que inclusive vociferaran en contra de su dios,

⁶⁸ Neste romance Isabel Allende relata a história de Inés Suárez, uma jovem e humilde costureira nascida na região de Estremadura, na Espanha, que se embarca em 1537 em direção ao Novo Mundo à procura de seu primeiro marido, Juan de Málaga, quem tinha partido para América em busca de eldorado “una ciudad de oro puro, donde los niños jugaban con topacios y esmeraldas” (Allende, 2008: 26). Inés ansiaria viver uma vida de aventuras, como a que sonhava Juan de Málaga, vetada às mulheres na pacata sociedade do século XVI. Na América, Inés não encontra seu marido, mas Pedro de Valdívia, seu amor apaixonado. Valdívia foi mestre-de-campo de Francisco Pizarro, junto com ele Inés enfrentaria os riscos e incertezas da conquista e fundação do reino do Chile.

quando se enojaban. Ante la dulzura y la poesía del náhuatl, el español le resultaba un tanto agresivo.

Aunque había algo más desagradable que la falta de delicadeza que los españoles tenían para dar órdenes, y era el olor que despedían. Nunca espero que los enviados de Quetzalcoátl fuesen a oler tan mal. La limpieza era una práctica común entre los indígenas, y los españoles, por el contrario, no se bañaban, sus ropas estaban apestosas, ni el sol ni el agua podían quitarles la peste. Por más que tallaba y tallaba la ropa en el río, no era capaz de sacarle el mal olor a hierro podrido, a sudor metálico, a armadura oxidada.

Outras astúcias às que recorriam os colombianos (e outros albergados), na hora de justificar sua permanência o dia todo no albergue, era alegar de problemas de saúde, desconhecimento da cidade, entre outros. Em alguns casos o albergado conseguia ficar, pois tinha gerado maior intimidade com o funcionário responsável pela escalação dos voluntários na realização das tarefas domésticas: varrer, lavar a louça, arrumar o refeitório, etc., o que em contraprestação dava a possibilidade de ficar o dia todo no albergue, ter direito a todas as refeições, etc. Eis uma vez mais em ação a multifacetada tática do rebusque, que permite superar as dificuldades diárias: fome, sono, temores, etc.

Fora do albergue eram burlados alguns dispositivos de controle, por exemplo, no restaurante do SESC do Carmo, no sistema de transporte público ou na rua. No primeiro caso, funcionava através do empréstimo entre amigos do cartão de alimentação do SESC do Carmo com a finalidade de obter um desconto na alimentação (almoço ou jantar) até de 60%. Quanto ao sistema de transporte público, acontecia algo parecido, pois aqueles que tinham direito a descontos ou a viagens grátis emprestavam a seus amigos o cartão correspondente. Novamente a tática do rebusque permitirá encontrar uma solução ocasional e engenhosa para superar a fome, a falta de dinheiro, de documentos, etc.

A maioria dos colombianos albergados na Casa do Migrante se *rebuscava* a vida como artesãos, camelôs, homens-cartazes, distribuidores de panfletos, cantores de rua, palhaços, mímicos, recicladores de lixo, malabaristas, ajudantes de pedreiro, etc., que habitualmente eram constrangidos a driblar os controles policiais, ao igual que muitos brasileiros ou outros latino-americanos que habitam em uma cidade como São Paulo, na qual o mundo do trabalho se caracteriza pela precariedade, a flexibilidade e, sobretudo, pela informalidade, como sucede em Bogotá, na Cidade de México, Lima e tantas outras cidades da América Latina ou, hoje, inclusive do “Primeiro Mundo”: Barcelona, Madri,

Paris, Berlin, Roma, etc., nas quais os viajantes forçados reinventam o cotidiano, rebuscam-se a vida, resistem de múltiplas formas aos poderes.

3.2.1.2. A Casa das Mulheres

O outro albergue que frequentei durante a pesquisa de campo foi a Casa das Mulheres, que visitei pela primeira vez em ocasião das comemorações da Semana do Refugiado (junho de 2007). Devo dizer que prefiro utilizar a denominação *Casa das Mulheres*, nome como coloquialmente é conhecido este albergue, ao invés do nome oficial: Casa de Acolhida da Obra Social de Nossa Senhora Aparecida.

A Casa das Mulheres está localizada, como a Casa do Migrante, na baixada do Glicério. Como casa de *acolhida* começaria a funcionar na emblemática data de 12 de outubro de 2006, dia da comemoração da “Nossa Senhora de Aparecida”. Este albergue é dirigido pela congregação das Irmãs Palotinas⁶⁹, uma comunidade religiosa pertencente à igreja católica. A função dele é oferecer moradia até por um ano para mulheres refugiadas, sozinhas ou com seus filhos. No entanto, estes devem ter até 12 anos de idade, já no caso das meninas a idade não é empecilho. Além disso, são recebidas mulheres egressas do sistema penitenciário, tanto estrangeiras quanto brasileiras, que demonstrem não ter condições de garantir a sua própria subsistência e manifestem “um desejo de reconstruir suas vidas e quisessem adquirir autonomia social e financeira”. Há também alguns quartos no segundo andar que são alugados para mulheres estudantes em qualidade de pensionistas.

Neste albergue é oferecido alojamento, alimentação, banho, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, guarda de pertences e endereço de referência. A sua diretoria pretendia, por outro lado: garantir e alimentar um banco de dados para que se pudesse ter um mapa da “realidade” destas mulheres; ter a questão de gênero como categoria de análise que permeasse todas as ações e reflexões; criar condições para que essas mulheres tivessem um espaço onde se sentissem seguras, “favorecendo sua auto-

⁶⁹ A origem da congregação das irmãs Palotinas se remonta ao ano de 1838, quando foi fundada pelo padre São Vicente Pallotti na cidade de Roma. As Irmãs Palotinas, chegaram ao Brasil em 1933, na cidade de Dona Francisca, no Estado do Rio Grande do Sul. Atualmente estão presentes nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Bahia e Amazônia. Duas são as sedes desta congregação, uma em Porto Alegre e a outra em São Paulo. A sediada em São Paulo possui o nome de Congregação São Vicente Pallotti – Irmãs Palotinas (CSVPalotinas) é constituída como Sociedade Civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, educacional, cultural e de assistência social. O desmembramento Oficial se deu no dia 14 de Dezembro de 1993, como Instituição Jurídica, recebendo a Razão Social de Congregação São Vicente Pallotti – Irmãs Palotinas. Com sede no bairro Tatuapé.

estima o seu ser mulher construtor e gerador de vida e amor dentro da sociedade”; proporcionar um ambiente agradável de *acolhida* e convivência onde as pessoas fossem respeitadas, ajudando-se mutuamente, de forma solidária; incentivar a participação da mulher nas atividades e tarefas da casa, favorecendo o desenvolvimento pessoal e grupal; criar uma consciência de cidadania através de uma educação de direitos e deveres possibilitando espaço de reflexão e acesso a políticas públicas; possibilitar o acesso das mulheres e crianças à educação, saúde assistência jurídica e tudo que promovesse o exercício da cidadania; orientar as mulheres para obter uma melhor qualidade de vida e cuidado com sua saúde física e psíquica; orientar e encaminhar as mulheres refugiadas a fim de que se preparassem para o trabalho, através de capacitação profissional; agilizar o processo de retorno das egressas estrangeiras ao seu país de origem; favorecer a obtenção de sua documentação para retornar ao país de origem (no caso de egressas), “passando antes por uma experiência de vivência positiva.”

As mulheres egressas tinham a possibilidade de aguardar o retorno para seu país de origem, evitando assim ter que esperar nas prisões da Polícia Federal até que sua passagem chegasse. Em 2007 a maioria destas mulheres provinha da América Latina, principalmente da Bolívia, mas também havia africanas, originárias, sobretudo, da África do Sul. A metade delas encontrava-se na faixa etária dos 30 aos 45 anos. Quase todas cumpriram penas por tráfico internacional de drogas e apenas uma por passaporte falso, em média todas elas ficaram detidas três anos. Quanto à escolaridade, uma terceira parte cursou o ensino fundamental e a metade o ensino médio completo ou incompleto.

No referente às mulheres solicitantes de refúgio ou refugiadas, é de se destacar que antes que existisse este albergue elas eram encaminhadas para outros albergues que atendiam população em situação de rua e risco social e isso implicava uma convivência geralmente bastante conflituosa, adversa para uma pessoa que está fugindo da guerra, da miséria ou da perseguição. No caso das mulheres de origem colombiana, quase todas tinham passado antes pela Casa do Migrante.

Em 2007, na Casa das Mulheres foram atendidas mulheres à procura de refúgio na faixa etária de 20 a 60 anos, crianças e adolescentes. As refugiadas eram na sua maioria mulheres jovens, cerca da metade tinha filhos, que não vieram com elas devido à urgência de fugir do país ou por dificuldade financeira. Algumas das que deixaram seus filhos pretendiam trazê-los depois que conseguissem o status de refúgio. O tempo

de permanência no albergue variava de seis a oito meses, de acordo com a necessidade e os encaminhamentos. A diretoria considerava que este era um período adequado para que a pessoa que acabava de chegar ao país se familiarizasse com a “cultura”, aprendesse o idioma, aguardasse a resposta da solicitação de refúgio, providenciasse documentos, estivesse inserida na rede de serviços, tais como cursos de capacitação e mercado de trabalho. No caso das egressas o período de permanência não ultrapassava os cinco meses, o qual era considerado o tempo “suficiente” para que os consulados, o governo ou familiares providenciassem seu bilhete de volta ao país de origem.

A equipe de funcionários deste albergue estava composta por uma coordenadora, uma cozinheira, uma auxiliar de limpeza e seis “educadoras”. O albergue fazia parte da FERCAL – Fórum de Entidades da Região do Cambuci, Aclimação e Liberdade que tinha como objetivo específico o fortalecimento da rede Social com planejamento de ações compartilhadas entre equipamentos sociais da região. Além disso, mantinha contato estreito com outras instituições tais como a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, a Casa do Migrante, Hospitais, Escolas, a Unidade Básica de Saúde e Creches da região e estava inserida dentro da rede de serviços assistências/sociais da cidade.

O tempo na Casa das Mulheres era dividido de acordo com uma série de atividades programadas regularmente, por exemplo, o Dia Mundial do Refugiado (Junho 20), a realização da “Semana dos refugiados”, a Celebração de Natal, etc. Além disso, cada quinze dias eram feitas reuniões e encaminhamentos para cursos de capacitação profissional, eventos de “arte terapia”, orientações nas tarefas do dia-a-dia, acompanhamento para locomoção na cidade, bem como “feijoadas solidárias”, saraus, bazares de artesanatos e celebrações ecumênicas.

Já as atividades semanais eram divididas de acordo com uma escalação elaborada pela coordenação em conjunto com as *educadoras*. Essa escalação determina quais as pessoas encarregadas de assumir as diferentes tarefas domésticas (de segunda a domingo), como limpeza de banheiros, arrumação do jardim, ajuda na preparação do almoço e do jantar, asseio da cozinha e do refeitório. Normalmente cada mulher realizava duas ou três tarefas destas durante a semana. Na escalação eram consideradas teoricamente as pessoas que trabalhavam, portanto, suas tarefas eram organizadas conforme a disponibilidade de tempo. Por outro lado, o dia era dividido segundo as principais refeições: café da manhã, almoço e jantar. O almoço era talvez a refeição que contava com a maior concorrência tanto de moradoras quanto de

funcionárias. Quanto ao café da manhã, elas tinham a possibilidade de consumir alimentos da sua preferência bancados por elas mesmas. O cardápio do almoço normalmente se repetia no jantar, que consistia basicamente em arroz, feijão, salada, carne e um refresco ou suco. Para quem trabalhava ou tinha permissão de chegar mais tarde, os alimentos eram conservados na geladeira.

A Casa das Mulheres era regida por uma série de normas que devia ser rigorosamente cumprida pelas moradoras. Aqui o controle e a disciplina, apesar de serem rígidos, eram menores que na Casa do Migrante. A convivência aparentemente era mais “tranquila”. A responsabilidade de que estas normas fossem acatadas era uma das funções das denominadas educadoras. O elenco de normas começava com as boas-vindas as recém chegadas, bem como o explícito desejo de que sua permanência fosse muito agradável e “abençoada pelo Senhor”. Assim, era aconselhado às moradoras que para que o lugar permanecesse acolhedor, limpo e fraterno, ajudassem a cuidar bem dele, obedecendo às normas e o uso do tempo instituído⁷⁰.

Devido à que me era permitido freqüentar esta casa apenas durante certas horas do dia (normalmente horário de visita), ao invés do que aconteceu na Casa do Migrante, não foi possível acompanhar detalhadamente o dia-a-dia no interior da mesma. Contudo, soube de transgressões às normas mediante a recorrência às astúcias de suas moradoras: ingestão de bebidas alcoólicas, ingresso ou permanência de homens fora dos horários estabelecidos, chegada após do horário permitido sem justificativas, ultrapassagem do tempo máximo de permanência permitido, desenvolvimento de afetos e intimidade com os funcionários para conseguir favores ou benefícios (não ser escalada

⁷⁰ “Cuide da ordem e da limpeza do seu quarto: não estenda toalhas molhadas nem calcinhas dentro do mesmo Ordene e limpe seu dormitório, no pendure sua toalha nem calcinha dentro. Conserve os banheiros limpos: não jogue papel higiênico ou absorvente nos vasos sanitários, junte todos os seus cabelos após o banho e jogue-os no lixo. Após as refeições, deixe as mesas limpas. Se cair comida ou migalhas no chão, junte-as e jogue-as no lixo. Cuidado! Ao lavar a louça, panelas, etc., não coloque restos de comida na pia. Ela pode entupir! Feche bem a porta da geladeira. Colabore com o silêncio, fale a meia voz em todas as dependências da Casa, assim não atrapalha quem está estudando ou repousando. Após as 22h, respeite o sono de quem quer repousar. Pela manhã, ao levantar, procure fazer sua higiene e tomar café com calma e silêncio. Lembre-se: nem todas têm o mesmo horário e outras podem estar dormindo. O horário de chegada na Casa é até 21h (salvo exceções). Somente será permitido pousar fora da Casa com autorização da coordenadora. Sempre que se ausentar da Casa, comunicar à funcionária de plantão. Não é permitido o uso de qualquer substância química nas dependências da Casa. Não é permitido portar qualquer tipo de arma nas dependências da Casa. A moradora que for flagrada portando ou fazendo uso de qualquer substância química ou arma, será automaticamente desligada da Casa. Agradecemos pela colaboração. Durante o período de permanência na Casa, a moradora, obrigatoriamente deverá ajudar nas tarefas, de acordo com escala semanal”.

nas tarefas mais duras, tediosas, etc.); novamente a multifacetada prática do rebusque aflora.

De igual forma que na Casa do Migrante, na Casa das Mulheres era evidente a importância dada à moral cristã, obviamente devido à origem destas instituições. Sua visibilidade se fazia patente no controle do tempo e das atividades no interior do albergue. Era proibido o ingresso de homens, salvo raríssimas ocasiões, com a permissão da diretoria e nos espaços e horários de visita estipulados, normalmente das cinco às sete da tarde. Durante o tempo que frequentei a Casa das Mulheres, isto é, ao longo do segundo semestre de 2007, tive a oportunidade de encontrar mulheres de várias nacionalidades: colombianas, peruanas, bolivianas, russas, holandesas, somalis, sul-africanas e brasileiras. As cinco mulheres colombianas que encontrei ali eram todas solicitantes de refúgio e refugiadas, entre elas uma criança de cinco anos. Desde o surgimento da Casa até o final de 2007, as colombianas constituíam o grupo mais numeroso.

Em várias ocasiões que visitei o albergue me sentia como se estivesse em lar colombiano, pois era comum escutar música colombiana, falar e ouvir conversas em espanhol com sotaque colombiano, comer pratos típicos colombianos, etc. Inclusive esse fato parece que despertou, em certos momentos, ciúme por parte de outras moradoras que afirmavam que a coordenadora preferia as colombianas, pois muitas das iniciativas na hora de propor atividades eram lideradas por este grupo de mulheres.

Segundo a coordenadora, durante a estância deste grupo de mulheres o ambiente no albergue foi predominantemente de harmonia. No entanto, percebi e soube de atritos que surgiriam, não apenas entre próprias colombianas, mas entre elas e o resto das moradoras. Alguns desses conflitos se originariam por diferenças culturais nos hábitos de higiene corporal entre mulheres africanas (muçulmanas) e hispano-americanas, a inconformidade com a escalação semanal das tarefas domésticas, que para algumas parecia ser mais pesada que para outras, o uso e o abuso no exercício do poder ou, simplesmente, pelos maus *encontros* que são suscetíveis de acontecer quando dois ou mais corpos se mesclam ou interagem em um mesmo espaço.

3.2.2. Rebuscando-se em São Paulo e Barcelona

Un hombre vendía gritos y palabras, y le iba bien, aunque encontraba mucha gente que discutía los precios y solicitaba descuentos. El hombre accedía casi siempre, y así pudo vender muchos gritos de vendedores callejeros, algunos suspiros que le compraban

señoras rentistas, y palabras para consignas, eslóganes, membretes y falsas ocurrencias.

Julio Cortázar

Como estavam inseridos os viajantes forçados colombianos em São Paulo e Barcelona no referente ao mundo do trabalho? Estavam todos ocupados? Como procuravam trabalho?

Das dezesseis pessoas que acompanhei em São Paulo, só duas contaram com algum tipo de suporte na chegada ao Brasil, no referente à alimentação, ao alojamento provisório e a informações pertinentes sobre documentação e rede pública institucional. Esse suporte foi oferecido por amigos ou conhecidos que já se encontravam morando em São Paulo ou Campinas. Após essa ajuda, todos se alojariam em algum dos albergues municipais. Quatorze delas era ou tinham sido solicitantes de asilo ou refugiados. Quase todos moravam em albergues (a Casa do Migrante e a Casa das Mulheres principalmente), com exceção de dois deles que moravam, em casas alugadas na região, de Campinas junto com suas famílias (esposa e filhos). Uma destas pessoas, depois de quase cinco anos, ainda continuaria no circuito dos albergues público em virtude de sua capacidade de rebusque. Alguns alugaram um quarto em um cortiço na Liberdade. Outros, por causa da perda da condição de refugiado, ameaças, perseguições ou falta de garantias suficientes no Brasil tiveram que continuar seus péréplos, a sua desterritorialização, por outros territórios da América do Sul ou da Europa. Duas dessas pessoas retornaram à Colômbia, enquanto os que moravam na região de Campinas continuaram por ali mesmo.

Que atividades desempenhavam esses colombianos antes de chegar ao Brasil, a São Paulo, especificamente? A maioria deles era comerciante, trabalhadores “autônomos”, mas também havia cabeleireiros, um taxista, uma enfermeira, estudantes universitários, artesãos e um serralheiro.

As pessoas à procura de refúgio em São Paulo têm a princípio um auxílio provisório em dinheiro (cerca de 300 reais por mês), enquanto são solicitantes de asilo. Após a aquisição do status de refugiado, pode-se continuar usufruindo este auxílio por cerca de seis meses mais. Entretanto, o pagamento do auxílio freqüentemente se atrasava. Existia também a possibilidade de receber medicamentos, quando justificados, bem como material de higiene pessoal (sabonete, pasta dental, etc.) e esporadicamente roupa de segunda mão. Alguns refugiados com mais tempo tinham solicitado à CASP

um empréstimo seja para a construção de moradia (caso região de Campinas) ou um empreendimento comercial em pequena escala, porém os beneficiários não estavam satisfeitos, já que sempre faziam reclamações, os projetos, principalmente os de tipo comercial, nunca iam para frente.

Quanto à procura de emprego, apenas conheci duas pessoas que tiveram sorte através da intermediação da CASP ou algum dos seus parceiros institucionais (SESC, SENAC, SENAI, etc.). Era mais eficaz arrumar trabalho recorrendo aos conterrâneos, colegas de albergue ou amigos. Aqui se comprova uma vez mais a eficiência da prática do rebusque individual ou coletiva em contraste com as ineficazes alternativas institucionais.

Na inserção dos imigrantes colombianos em São Paulo, e aqui me refiro concretamente aos viajantes forçados, destacavam-se fundamentalmente dois aspectos: a informalidade e a precariedade.

As oportunidades que resultavam das buscas de trabalho estavam praticamente restritas ao setor de serviços: por um lado, vendas, como as de camelô, preferivelmente no centro de São Paulo; por outro, a prestação de serviços como ajudantes de construção, garçons, eletricitas, serralheiros, etc. Mas também havia alguém que possuía um maior capital cultural (Bourdieu e Passeron, 2003) e trabalhava como “autônomo”, dando aulas particulares de línguas (espanhol e/ou inglês) ou em escolas privadas de idiomas, ou aqueles que tinham arrumado uma vaga como telefonistas em um *Call Center*, como era o caso de uma firma chamada Alfacom. Arrumar um posto de trabalho nesta firma era algo assim como atingir o cume na inserção do *mercado de trabalho* paulistano, isto é, ganhar um melhor salário. Porém a precariedade se mantinha na figura da contratação temporária e falta de garantias trabalhistas e a ausência do acesso à previdência social.

É importante salientar que o *mercado de trabalho* deve ser entendido como uma construção social, onde funcionam normas e regras socialmente instituídas, que distribuem o emprego de forma assimétrica reforçando e reproduzindo as hierarquias sociais e, conseqüentemente, a segregação e exclusão social. Na distribuição do emprego não contam apenas os critérios da produtividade e da eficiência da lógica custo-benefício, mas elementos de legitimidade social. Assim, para entender a dinâmica do mundo do trabalho na sociedade atual é necessário entender as relações sociais do emprego (Maruani, 2000 *apud* Roa, 2007).

Levando em conta o anterior, é de assinalar que os postos de trabalho nos quais estavam inseridos os viajantes forçados colombianos em São Paulo se caracterizavam pela informalidade e precariedade, com eles mal conseguiam cobrir as suas necessidades básicas relacionadas à moradia, alimentação, vestuário, etc. Situação esta que não era muito diferente do que acontece com maioria da população pobre residente em São Paulo.

A respeito do anterior, é de salientar que a distribuição da renda no Brasil é uma das piores do mundo. Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2008 se confirmou que 10% dos mais ricos detém 75,4% das riquezas do país. A concentração de renda no país é maior em três capitais: São Paulo aparece em primeiro lugar, ali 10% dos mais ricos detém 73,4% das riquezas, enquanto em Salvador e Rio de Janeiro esse valor cai para 67% e 62,9%, respectivamente. Um dos grandes responsáveis desta situação seria o sistema tributário. Na contramão do equilíbrio fiscal pretendido por qualquer "nação civilizada", no Brasil os pobres chegam a pagar 44,5% a mais de impostos que os ricos. Deveria existir uma tributação exclusiva para os ricos, afirmara o presidente do IPEA, para conter essa desigualdade. Na história do Brasil pouco mudou desde o século XVIII, quando 10% dos mais ricos concentravam cerca de 70% das riquezas, como acontecia na capital, Rio de Janeiro⁷¹.

Quanto aos colombianos que trabalhavam como camelôs, a situação era ainda pior, além da informalidade a precariedade era absoluta. Havia vários tipos de camelôs: aqueles que vendiam artesanato, fabricado por eles ou comprado na Rua 25 de Março, por exemplo, colares, anéis, e todo tipo de bijuteria, porém, havia também aqueles que vendiam chinelos, canetas, lápis, telefones celulares de segunda mão, etc.

Os colombianos, como muitos outros brasileiros ou hispano-americanos, também trabalhavam como *homens-cartazes*, isto é, pessoas cujo trabalho consiste em carregar no seu corpo um cartaz (metálico, de pano ou plástico) que faz propaganda de estabelecimentos comerciais que prestam serviços como, por exemplo, recarga de cartuchos para impressoras, compra e venda de ouro, etc. É muito comum ver este tipo de trabalhadores nas ruas do centro de São Paulo, por exemplo, na Praça da Sé, na Rua 15 de Novembro, nas ruas localizadas entre o Teatro Municipal e a Praça da República, como a Rua Barão de Itapetininga.

⁷¹ Disponível em <http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=138539> [acessado em 11/09/2009].

Outros colombianos distribuíam panfletos nas bocas das diversas estações de metrô do centro.

Praticamente todos esses trabalhos eram o que no Brasil se chama de *bicos*, ou seja, “um emprego subsidiário, pouco rendoso”, provisórios. Normalmente neste tipo de trabalho não é preenchida formalidade alguma, bem como não se requer de nenhuma documentação, o que “facilita” a vida de um viajante forçado, de um indocumentado, enfim, de alguém que precisa constrangido a se *rebuscar* a vida. A esse respeito é ilustrativo o depoimento de um dos meus sujeitos de pesquisa, solicitante de refúgio, foi a quem foi denegado o seu processo, portanto, encontrava-se indocumentado, havia cerca de cinco anos tinha chegado a São Paulo, sustentava-se dos fugazes *bicos* e ainda morava em um albergue público:

Neste momento estou trabalhando, fazendo bicos, como dizem aqui, trabalho em um centro comercial, levando publicidade. Levar clientes, mais clientes, para que comprem. Trazer o cliente. Trabalhei também em uma empresa de alimentos, em uma empresa de montagem de concertos musicais, mas tem sido trabalhos temporários, não tem sido trabalhos fixos. Agora trabalho como oito horas diárias e ganho como vinte reais por dia. Recebo o dinheiro, não tenho direito a nada. Aspiro que a outra semana apareça algo novo. Faz como um mês que estou neste trabalho. Moro no Hotel VIP, um hotel do Estado, o Estado é o que paga isso. Cheguei ali porque fui encaminhado pela Casa do Migrante, um lugar bom.

Os “postos de trabalho”, de forma geral, estavam localizados geograficamente no centro, por exemplo, no calçadão da Rua 15 de Novembro, na Rua 25 de Março, na Avenida Paulista, na Liberdade (Rua Galvão Bueno, em ambas as calçadas do Viaduto da Cidade de Osaka), na Praça da República e na Praça da Sé. Quando se vendiam mercadorias clandestinamente no metrô ou no trem, escolhiam-se os trechos menos policiados (na época) da rede ferroviária, como era o caso da linha em direção a estação de Guaianazes. Quem trabalhava como camelô devia estar sempre correndo do *rapa*⁷² e estar em dia com o pagamento aos “caciques” das ruas, que autorizavam ou não trabalhar em um determinado ponto e avisavam a presença dos fiscais ou policiais.

⁷² Carro do governo do Estado, que percorre a cidade com fiscais e policiais incumbidos de apreender a mercadoria de vendedores ambulantes que negociam sem pagar licença. Por extensão refere-se também ao próprio fiscal ou policial do rapa.

As diferenças de trabalhar em São Paulo e Barcelona eram evidentes. Contudo, o denominador comum era a precariedade, não importava o lugar⁷³. Mas, essa precariedade apresenta uma faceta diversa no caso de Barcelona.

Em primeiro lugar, conforme Roa (op. cit.) é necessário incluir na precariedade os empregos informais ou “submersos” (ou negros como são denominados na Espanha), pois, além de se enquadrar em suas quatro dimensões (incerteza na continuidade do posto de trabalho, deterioração das condições de trabalho, insuficiência e deficiente proteção social e coletiva), encontrar-se-iam fora da lei. Este tipo de emprego teria prosperado como parte de uma estratégia empresarial que procuraria substituir a sua incompetência no mercado global, por meio da intensificação de mão-de-obra barata e explorada para evitar realizar processos de reconversão tecnológica. A precarização no mundo do trabalho teria emergido na década de 80, caracterizando-se não apenas pela temporalidade do emprego, mas por outros aspectos que comprometeriam o futuro dos trabalhadores. Este processo teria aumentado a vulnerabilidade dos trabalhadores, na medida em que teria reduzido a estabilidade e degradado as condições de trabalho, pois o empresário teria transferido os riscos produtivos aos trabalhadores (Roa, op. cit.).

No caso concreto de trabalhadores imigrantes de origem colombiana, na província de Barcelona, os resultados de estudos como o de Roa (op. cit.) concluem que, por um lado, a maioria se insere no setor secundário da economia, em ocupações tipificadas como “emprego imigrante”, caracterizadas pelo trabalho manual forte, de baixa qualificação, mesmo abaixo do nível de formação do trabalhador, bem como a

⁷³ De acordo com Roa (2007a), é só no âmbito dos estudos sobre a flexibilização do trabalho que é possível entender sua precariedade. A flexibilidade pode ser entendida como a capacidade de adaptação às mudanças da vida econômica e social, opondo-se ao que se denomina rigidez. Da mesma forma, ressalta-se que este termo tem sido usado para atenuar a “opressão que exerce o capitalismo”, ao enfatizar no risco e atacar a burocracia inflexível, sustentar-se-ia que a flexibilização daria mais liberdade às pessoas para modelar sua vida. Assim, o capitalismo atual estaria implantando novas formas de controlar: mais sutis (difíceis de compreender), mas que abolir as regras do passado (Roa: op. cit.). Por outro lado, a flexibilização teria se centrado apenas nas práticas de gestão da mão-de-obra com o intuito de “fazer mais com menos gente”, ligadas à reorganização da produção através da contratação temporária de trabalhadores, diminuição de despesas por intermediação de empresas temporárias e contratação a tempo parcial. Além disso, a flexibilização se expressaria mediante a mobilidade ocupacional e geográfica, bem como a adequação da jornada de trabalho às necessidades da produção (Roa: op. cit.). Conforme esta mesma autora (op. cit.), a precariedade no mundo do trabalho, apresentaria quatro dimensões, a saber: primeira, a incerteza na continuidade do posto de trabalho, palpável na temporalidade dos contratos, a temporalidade da atividade produtiva, o risco de perder o emprego, etc. Segunda, a deterioração das condições de trabalho a circunstâncias subnormais, por exemplo, trabalhar em um ambiente onde os riscos de acidentes de trabalho são altos, jornadas extenuantes de trabalho, níveis baixos de organização e mínimas possibilidades de qualificação e promoção. Terceira, a insuficiência salarial que impediria desenvolver um projeto de vida. Finalmente, a deficiente proteção social e coletiva no referente à previdência social, como, por exemplo: o direito de indenização, o subsídio de desemprego, a aposentadoria, seguros contra doenças, a compensação de riscos por motivo de trabalho, etc.

alta rotatividade. Diante deste panorama, a tendência é se tornar autônomo e “empresário étnico”. Em segundo lugar, devido a que muitos destes trabalhadores se encontravam indocumentados, constrangidos à prática do rebusque, a forma de contratação havia sido fundamentalmente informal, isto implicava na sua exclusão do sistema da previdência social, bem como a instabilidade e garantia de realizar jornadas de trabalho regulamentadas pelas leis trabalhistas.

Por outro lado, a maioria dos empregadores estava constituída por empresas pequenas, isto é, menos de 25 trabalhadores, ou trabalhadores autônomos, que faziam parte do ramo da construção, o qual implicava em uma maior dificuldade de fiscalização por parte dos entes estatais que defendem os direitos dos trabalhadores. Em consequência, pelo menos parcialmente, as condições dos trabalhadores imigrantes estão associadas à instabilidade, às jornadas de trabalho extenuantes ou parciais de forma involuntária, ao excesso de horas trabalhadas, com salários menores que os recebidos pelos trabalhadores autóctones e com os horários que estes últimos não desejariam. Assim, o trabalhador imigrante estaria posicionado no ponto mais frágil da cadeia produtiva.

Adicionalmente, a precariedade refletiria no comportamento discriminatório, desigual e não equitativo do mercado de trabalho, atingindo de forma mais intensa os imigrantes. De acordo com este estudo, constatou-se que, em 2002, a dimensão da precariedade mais atingida foi a deficiente cobertura na proteção social, devido à presença de uma alta proporção de colombianos indocumentados, que poderia ser menor se tivessem acontecido processos de regularização ou anistia migratória. Esta evidentemente aconteceria a partir de 2003, quando muitos colombianos aproveitaram para se documentarem.

Por último, de acordo com Roa (op. cit.), os trabalhadores tanto autóctones quanto imigrantes experimentam a precariedade no mundo do trabalho de forma similar, especialmente no que tange a deterioração das condições de trabalho, a insuficiência salarial, apesar de que o imigrante a padeceria de forma mais acentuada. No caso dos imigrantes, o acesso restrito à previdência social é de caráter conjuntural (que poderia ser resolvido com uma regularização migratória, como de fato aconteceu, após da época em que Roa realizou sua pesquisa) e de forma estrutural por causa da instabilidade na continuidade, devido à temporalidade que predomina no emprego dos imigrantes.

Sem perder de vista o mencionado antes, é de assinalar que as diferentes dimensões da precariedade no mundo do trabalho estavam presentes no grupo de imigrantes vulneráveis colombianos, que acompanhei em Barcelona. A inserção no mercado de trabalho era variada. Conheci em Barcelona apenas uma pessoa que trabalhava no setor secundário. A maioria desses colombianos tinha um emprego formal no setor terciário da economia, porém a formalidade não implicava na inexistência de precariedade, pois esta era evidente nas extenuantes jornadas de trabalho e desempenho de múltiplos ofícios, na temporalidade dos contratos, na insuficiência salarial, na deterioração das condições de trabalho, na incerteza da continuidade do trabalho, na contratação a tempo parcial. Enfim, todo o referente à denominada flexibilização do trabalho.

Os viajantes forçados colombianos que conheci em Barcelona se desempenhavam como faxineiras, auxiliares geriátricas, baby-sitter, músicos de rua, garçons, garçonetes, cozinheiros, chefes de cozinha, soldador, empregados de ONG (cientistas políticos, psicólogos, assistentes sociais, jornalistas, etc.) e empregados de sindicatos (cientista política). Estes dois últimos cargos eram basicamente desempenhados pelos militantes políticos, auto-exilados, solicitantes de asilos ou refugiados políticos, que não se importavam com que os salários fossem baixos, mas com seu projeto político. A maioria os complementava fazendo alguma atividade extra como garçom, garçone, ajudante de construção, faxineira, etc. A presença destes colombianos em alguns dos espaços institucionais da Catalunha (sindicatos, ONGs, etc.), tinha se conquistado, entre outras coisas, pela difusão que eles mesmos e outros que os precederam faziam e fizeram sobre a situação da Colômbia em matéria de Direitos Humanos, bem como à solidariedade com o povo colombiano por parte de alguns partidos políticos e setores da sociedade civil local, regional e nacional (notória em Comunidades Autônomas como a Catalunha e o País Basco). A própria prefeitura de Barcelona, por exemplo, tinha disponibilizado verbas para a realização de projetos de promoção da cultura popular, de cooperação e desenvolvimento ou de inserção social de imigrantes, liderados por associações de colombianos, que eram executados tanto em Barcelona quanto na Colômbia.

Por outro lado, havia várias mulheres que tinham que recorrer ao rebusque, dado o seu status migratório ou a sua extrema vulnerabilidade, como era o caso de indocumentadas, estudantes sem recursos econômicos, trabalhadores com contratos

parciais e condições de trabalho deterioradas, etc., que necessitavam complementar seus ingressos para poder satisfazer as suas necessidades básicas. Normalmente as mulheres recebiam por cada hora de faxina 10 euros, mas havia casos nos quais elas recebiam apenas 6 ou 7 euros. No caso das baby-sitters e das auxiliares geriátricas o pagamento por hora era similar. As mulheres que conheci realizavam faxinas em média três vezes por semana, três horas por dia, que é o tempo que normalmente alguém contrata uma faxineira. Essas faxinas eram realizadas em edifícios, casas particulares e consultórios médicos ou psicológicos.

A maioria dos colombianos ganhava entre 600 e 1000 euros, no máximo. Só duas pessoas ganhavam mais de mil euros por mês, mas para conseguir esse salário, uma delas devia desempenhar quatro ou cinco ofícios (baby-sitter e garçone principalmente) e trabalhar entre 16 e 18 horas por dia, de segunda-feira a sábado. A outra pessoa era o soldador, mas por causa da crise econômica, que se começava a vislumbrar em 2008, sua jornada de trabalho foi reduzida à metade do tempo, conseqüentemente, seu salário diminuiu na mesma proporção.

Entre os colombianos que recebiam menores salários, isto é, entre 600 e 700 euros, estavam os trabalhadores contratados em origem, ou seja, aqueles procedentes dos denominados *contingentes laborales*, destes conheci pelo menos cinco pessoas. O *contingente laboral* é um mecanismo que regula, canaliza e controla os fluxos migratórios de forma rápida e eficaz, evitando que estes aconteçam de forma irregular, isto é, que haja indocumentados. O mecanismo está baseado na demanda de mão-de-obra imigrante por parte do setor privado, para cobrir aqueles empregos que os trabalhadores autóctones não querem desempenhar. Com este mecanismo se procura normalizar o ingresso de trabalhadores potenciais desde o país de origem, sob formas específicas de contratação. No caso colombiano há um acordo vigente com o governo espanhol desde 2001. A precarização no trabalho associado aos contingentes se expressava na temporalidade dos contratos (normalmente um ano), a insuficiência salarial e a extenuante jornada de trabalho (uma média de dez horas por dia, seis vezes por semana), sem o reconhecimento do pagamento das horas extras. É importante assinalar que entre o Brasil e a Colômbia não existe este tipo de mecanismo regulador dos fluxos migratórios, já que, por um lado, os fluxos são pouco significativos e, por outro, este é imposto normalmente pelos países do denominado “centro do capitalismo”.

Como arranjar um emprego? Em relação ao grupo de colombianos que acompanhei em Barcelona, constatam-se resultados similares com os dos estudos de Aparicio (2006), isso significa que os colombianos preferem recorrer às redes sociais de amigos ou parentes mais que aos intermediários institucionais. Alguns procuravam emprego através dos classificados dos jornais locais, bem como nos avisos deixados, por exemplo, em lugares como cibercafés frequentados pelos ibero-americanos. Nestes lugares, além de navegar pela internet, acessar salas de bate-papo, comunicar-se em tempo real com familiares e amigos no país de origem ou outros locais, era possível consultar os avisos de oferta e demanda de emprego da região, enviar remessas de dinheiro, comprar cartões telefônicos, guloseimas procedentes do país de origem ou interagir com outros latino-americanos.

Quantas horas trabalham os viajantes forçados colombianos em Barcelona? Os dados coletados na minha pesquisa confirmam os resultados dos trabalhos de Aparicio (op. cit.: 199). De acordo com a qual são muitos (36%) os colombianos que trabalham entre nove e doze horas por dia, que estariam ligados provavelmente a atividades agrícolas intensivas ou serviços de hospedaria de baixa qualificação. Por outro lado, cerca de uma quarta parte trabalharia menos de oito horas por dia, entre os quais se contariam os que estudam e trabalham ao mesmo tempo, e as mulheres que realizam serviços domésticos ou para complementar o ingresso dos seus maridos ou porque seu status migratório lhes impede teoricamente desempenhar uma atividade remunerada. Segundo este mesmo estudo, a média dos ingressos mensais de cada colombiano empregado estaria entre 650 e 700 euros. O salário é utilizado principalmente no pagamento das despesas de moradia e manutenção, sem desconsiderar que uma parte do restante é enviada na forma de remessas em dinheiro para seus familiares na Colômbia.

Para garantir a equidade no mercado de trabalho espanhol seria necessário que os imigrantes indocumentados tivessem acesso ao visto de trabalho. É impossível atingir as metas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que vê com ceticismo as descobertas tecnológicas ligadas aos processos de flexibilização do trabalho, para o fomento do *trabalho decente* com trabalhadores indocumentados. O trabalho decente deve ser entendido como o acesso a oportunidades para que homens e mulheres consigam um trabalho decente e produtivo em condições de equidade, liberdade, segurança e dignidade humana (Roa, op. cit.).

Em relação ao anterior, é de salientar que no Brasil foi aprovada a resolução normativa Nº 80 de 16 de outubro de 2008 do Conselho Nacional de Imigração, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, a qual regula a concessão de autorização de trabalho para a obtenção de visto temporário ao estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil. A resolução terá validade de dois anos, após a publicação no Diário Oficial da União. A principal mudança é a redução de exigências para a entrada de trabalhadores sul-americanos com vínculo empregatício no Brasil. Antes, era exigido contrato de trabalho, experiência profissional de, no mínimo, dois anos, e o comprovante de conclusão do nível médio ou superior. Com a aprovação da nova resolução normativa, o trabalhador precisa apresentar apenas o contrato de trabalho e uma justificativa da empresa referente à contratação do imigrante.

A nova resolução normativa revoga a resolução nº 64 e vale somente para nacionais de país sul-americano. Em relação a pessoas naturais de outros países, ainda prevalecem as normativas antigas. O objetivo do Conselho Nacional de Imigração é inserir no mercado de trabalho formal os imigrantes sul-americanos, que entram de forma “irregular” ao país. A redução da exploração da mão-de-obra desses imigrantes também é um dos objetivos do conselho, como é o caso da comunidade boliviana, principalmente em São Paulo. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a nova resolução não regularizará a situação dos imigrantes que já residem no Brasil. Para isso, seria necessário modificar a lei migratória, elaborar medidas legislativas e participar de acordos internacionais. O Ministério fiscalizará a inserção dos trabalhadores sul-americanos no mercado, para que os brasileiros não percam as oportunidades de emprego com a nova resolução.

3.2.3. Geografia de relações: desconfiança ao Estado e aos conterrâneos

Nas cidades de São Paulo e Barcelona tive contato com colombianos por motivos de trabalho, bem como com pessoas à procura de refúgio: solicitantes de asilo, reassentados ou refugiados propriamente ditos.

Antes de descrever os círculos de colombianos que conheci, devo enfatizar que falar em “comunidades” ou em “redes sociais” de colombianos é um tema bastante complexo, já que a desconfiança generalizada é uma barreira na sua conformação. Nesse sentido, alguns pesquisadores preferem falar em “rede de contatos pessoais”,

“rede restrita de amigos” ou “subcomunidades”, mas de forma alguma em comunidades ou redes propriamente ditas.

Em relação ao tema da desconfiança acho que Pécaut (2003: 152) nos dá uma boa pista, quando fala que nem a desconfiança nem o “amoralismo” são dados “culturais”, muito menos “naturais”. A prática colombiana do rebusque ou a do *free rider* não seriam em absoluto “traços do caráter nacional”, mas efeitos das crises institucionais e constituiriam formas de adequação racional a circunstâncias, nas quais não teria lugar a cooperação nem haveria certeza sobre a estabilidade dos acordos (transações). Os estados de guerra prolongados incrementariam essa situação, em vista de que os agentes de violência pretenderiam confiscar todos os poderes. Portanto, civilidade e convivência também seriam assuntos das instituições, em sintonia com o que diria Norbert Elias.

Estudos sobre imigrantes colombianos revelam a dificuldade de considerá-los como uma comunidade, inclusive “transnacional”, como segue a continuação:

This referent has a very different meaning among Colombians because most come from large urban centres where anomie and social isolation are not uncommon. In sum, among Colombians we did not find either a defined sense of *Gemeinschaft*, or of what Durkheim (1964 [1933], pp. 79–80) calls a ‘common conscience’, that is, a ‘totality of belief and sentiments common to average citizens of the same society...independent of the particular conditions in which individuals are placed’. This has been identified as the principle that supports the idea of ‘transnational communities’ (see Goldring, 1998 *apud* Guarnizo et altri 1999, op. cit.: 391).

Desconfiança generalizada, solidariedade fragmentada, estigmatização do colombiano como narcotraficante, cultura política não intervencionista, filiações políticas pluralistas, são elencadas como causas desta impossibilidade para configurar “comunidades transnacionais” (Guarnizo, op. cit.: 384).

In New York and Los Angeles, Colombians have been seriously stigmatized, and that experience has dramatically transformed the group’s social structure and dynamics. The result has been increased levels of social fragmentation and generalized mistrust (Guarnizo et altri, op. cit.: 373).

Outras pesquisas apontam a que essa desconfiança já desenvolvida no país de origem se mantém ao chegar à Nova Iorque, por exemplo, porque continuam sendo vistos sob o “estigma negativo” do “colombiano” ligado à droga, à violência e a sua condição de ilegalidade. A desconfiança, portanto, traz como consequência a construção de redes menores e pontuais, contudo, esta permitira:

Passar de redes de contatos pessoais a contatos mais distantes, abrir novas pontes e, por conseguinte, criar certa forma de democratização das redes não só entre migrantes colombianos,

mas também entre colombianos e outras pessoas com as quais compartilham lugares de vida e trabalho (Magnan, 2008. A tradução é minha).

Em um estudo que encontrei sobre exilados colombianos no Canadá, abordado desde a óptica do transnacionalismo (Arsenault, 2006), revela-se que as relações que estabelecem os colombianos são muito seletivas e escolhidas com cuidado; são poucas, geralmente orientadas a convivência amigável e sem o intuito de desenvolver concretamente atividades ligadas com a Colômbia. Ao mesmo tempo em que se cria uma “rede” restrita de amigos de confiança, os colombianos ali optam por se isolar de seus conterrâneos. Outros que se juntam em volta de algum projeto ou ação relacionada com a Colômbia não chegam a constituir “comunidades”, mas “subcomunidades” muito dissímeis e incompatíveis entre si, tanto nas suas ações quanto perspectivas.

As fortes tensões e discrepâncias que existem entre as pessoas que chegam a Quebec complicam ou até impossibilitam a formação de uma comunidade colombiana em Quebec que apresente certa unidade, uma consciência, crenças e um senso comum a maioria (Guarnizo, Sánchez y Roach, 1999). As características do conflito interno que vive a Colômbia –pensando particularmente nas represálias que afetam frequentemente aos parentes das vítimas iniciais da perseguição no caso de ter escapado a ela e a existência mencionada por muitos informantes de “antenas” dos diferentes grupos ou atores beligerantes radicados no estrangeiro– freiam também a possibilidade de estabelecer contatos de confiança entre a população de origem colombiana (Arsenault, op. cit.: 359-360. A tradução é minha).

A desconfiança dos colombianos além de ser um assunto multifacetado provém de longa data:

A ausência dos direitos e a fragilidade simbólica nacional não são alheias ao fato de que muitos colombianos manifestem a maior desconfiança a respeito do Estado. Este sentimento se encontra quase em todas as partes da América Latina durante o século XX, porque o Estado parece ter uma mera existência abstrata com relação aos povos e às províncias e porque os fundamentos de sua legitimidade são incertos. Contudo, no caso colombiano, esta desconfiança tem se prolongado. A complexidade do território, a diversidade da rede urbana, não são os únicos fatores em causa; em muitos aspectos, o fracionamento do regime político leva ainda a marca do século XIX, devido à permanência dos partidos tradicionais, ao enquadramento da população em diversas redes de poder, ao peso preponderante das zonas rurais na vida política, à precariedade de todas as formas de cidadania, ao recurso aos pactos circunstanciais com o fim de garantir o funcionamento institucional. Uma grande parte das elites comparte com as classes populares este sentimento de desconfiança em relação ao Estado (Pécaut, 2003: 100. A tradução é minha).

Entretanto, as redes de poder (exército, guerrilhas, paramilitares, etc.) têm catalisado essa desconfiança que se estende além das fronteiras nacionais, mas que também abrange círculos íntimos, níveis moleculares. No quadro do conflito, não se

poderia falar em guerra civil, já que a maioria da população não se identifica com um ou outro protagonista. “A sociedade foi tomada como refém”:

A territorialização é o objetivo, a ambição dos protagonistas armados. A desterritorialização é, ao contrário, a sorte de uma grande parte da população. O espaço local perde sua materialidade. Já só está definido pela convergência das diversas e invisíveis linhas que marcam a influência dos poderes armados. As relações sociais se dissolvem, pois a desconfiança se instaura ainda com as pessoas mais próximas, já que podem ter um parente em uma das organizações. Já não se trata de que exista uma “lei do silêncio”: é que, em geral, ninguém se atreve a falar. O lugar onde isso acontece se transforma em um “não lugar”. Os deslocamentos massivos são apenas a manifestação concreta desta situação [...] A guerra prossegue, mas não é uma guerra civil, é uma guerra contra a sociedade (Pécaut, op.cit.: 443-444. A tradução é minha).

Haveria que acrescentar que os processos associativos dos imigrantes e exilados colombianos revelam que eles estariam mais preocupados com achar um espaço individual e não coletivo, a razão disso:

Talvez seja pela mesma história da Colômbia, onde se associar é muito perigoso (Cruz et altri, 2008: 214. A tradução é minha).

Não apenas se associar é perigoso, mas falar ou escutar implica essa periculosidade, tal como se evidencia em uma pesquisa sobre refugiados colombianos em São Paulo:

Nas entrevistas, foi evidente que “desconfiar” é o natural. Desconfiam dos conterrâneos que chegam depois deles. Desconfiam nas esquinas, nos restaurantes. Desconfiaram de mim e achei normal. Eu desconfiei deles e fiquei chocada. Não foi a desconfiança o sentimento que deu forma aos nossos encontros, mas de alguma maneira os atingiu e não consigo fazer de conta que não existiu, não consigo não ficar abalada, não me deter nele. Pergunto-me se é uma atitude “colombiana” conseqüente do conflito armado e derivado das tragédias individuais, ou uma forma que nos inscreve em um mundo que se globaliza sem parar, que se horroriza com as diferenças e nega-as no meio de um silêncio que oculta um medo vestido, fantasiado de desconfiança (Barreneche, 2007: 175).

3.2.3.1. Colombianos por motivos de trabalho

Em São Paulo este grupo de colombianos, apesar de não ser tão numeroso e antigo como o de Barcelona, estava consolidado, pois contava com membros que tinham chegado pelo menos desde a década de 1960, coincidindo com o período do chamado “milagre econômico brasileiro”. Vários estiveram ligados a companhias telefônicas, conseqüentemente a projetos de montagem e expansão da rede telefônica em São Paulo e no Brasil em geral. Conheci uma família e três pessoas que faziam parte

deste grupo. Embora seus membros se diferenciasssem tanto pela sua origem quanto pela sua trajetória, todos eles tinham em comum pertencer à *Asociación de Amistad Brasil Colombia* (AABC).

A AABC, uma das três associações de colombianos existentes no Brasil (as outras duas estão sediadas em Manaus e Porto Alegre), surgiu em 1997 à raiz de uma proposta feita pelo consulado colombiano de São Paulo a um *seleto* grupo de cidadãos colombianos. O intuito seria “estreitar os laços de amizade entre o Brasil e a Colômbia, promovendo a integração dos membros da comunidade colombiana residente em São Paulo e em outros lugares do Brasil.”⁷⁴

A família que conheci chegou ao Brasil em 1962 e estava composta por um casal e seus filhos. A cidade de procedência era Bogotá, onde o pai se desempenhou como engenheiro de telecomunicações na então *Empresa de Teléfonos de Bogotá* (ETB). No decorrer da sua trajetória profissional, teve a oportunidade de realizar vários cursos de formação profissional na Suécia junto à multinacional Ericsson. Nesse país inclusive morou cerca de um ano. Depois de se aposentar na Colômbia, ele recebeu um convite para trabalhar na sede da Ericsson em São Paulo. Naquela época a Ericsson estava expandindo a rede de telefonia no Brasil. Este engenheiro fez parte da equipe encarregada de concretizar este projeto. Ele seria o responsável da contratação de outros colombianos, antigos colegas e amigos, que na época foram necessários.

Desde o início, ele contou com a ajuda de colegas da empresa para se instalar em São Paulo. A princípio ficaria sozinho (cerca de dois anos) com a finalidade de “preparar o terreno” para receber sua família. Posteriormente, continuaria vinculado à Ericsson até se aposentar. Depois de se aposentar montaria uma pequena empresa que atuava no ramo das telecomunicações. Em 2007, quando eu o conheci, estava ainda gerenciando sua empresa localizada no bairro de Vila Mariana. Na empresa trabalhava também uma de suas filhas. Era comum que ele encomendasse trabalhos para outros colegas colombianos na cidade.

Tanto sua esposa quanto seus filhos eram de origem colombiana. Com o passar do tempo alguns deles decidiram optar pela dupla nacionalidade. Por outro lado, esta família participava freqüentemente das atividades da AABC e tinha uma ligação muito forte com os colombianos da “velha guarda”. No entanto, o chefe de família sempre que

⁷⁴ Disponível em: <http://colombia-aabc.org.br/capa.htm> [acessada em 03/08/2009].

era procurado para prestar alguma ajuda ou suporte a algum conterrâneo, e ele estava geralmente disponível. Era muito procurado pelos estudantes de pós-graduação, principalmente da USP, os quais mantinham um relacionamento próximo com o consulado colombiano em São Paulo.

A sua esposa se dedicava, em companhia de outras mulheres, também colombianas, esposas de outros colombianos assentados de longa data em São Paulo, mas também esposas de executivos colombianos recém chegados, vinculados à companhias multinacionais com sede em São Paulo, a apoiar projetos sociais, principalmente direcionados a população carente de São Paulo, não propriamente de origem colombiana. Um desses projetos apoiava uma creche, situada na rodovia Raposo Tavares, e que era, a princípio, administrada por freiras colombianas. As esposas dos executivos colombianos recém chegados pareciam não agradar muito aos mais velhos moradores colombianos de São Paulo, ao parecer por causa da sua arrogância. Sua participação parecia obedecer mais ao ritual filantrópico de alguém que tem muito dinheiro e tempo para desperdiçar.

Não havia praticamente nenhuma ligação entre o grupo de imigrantes por motivos de trabalho e o de imigrantes a procura de refúgio; exceto nas raríssimas ocasiões em que algum dos últimos procurava a AABC para solicitar alguma ajuda ou para vender sua força de trabalho como cozinheiro, garçomete ou garçom, durante a realização de algum evento que esta entidade promovia entre a “colônia colombiana” (festas, churrascos, confraternizações, missas, etc.). Sedes habituais destes eventos eram alguns conhecidos clubes da cidade, ou então o Colégio Miguel de Cervantes Saavedra, ligado ao Ministério das Relações Exteriores da Espanha, onde estudaram alguns de seus filhos.

Além da família que mencionei, tive contato com outras duas pessoas deste grupo. Tratava-se de duas mulheres. Uma delas tinha emigrado ao Brasil junto com seu esposo em 1977, enquanto a outra era uma senhora solteira, que chegaria em 1992. Ambas migraram por motivos de trabalho. A primeira delas porque ela e seu marido seriam contratados por empresas multinacionais com sede no Brasil. Os filhos desta pessoa nasceriam e cresceriam no Brasil, ela optaria pela dupla cidadania e na época que a conheci era aposentada do Chase Manhattan Bank, porém, era membro também da junta diretiva da associação de imigrantes em São Paulo, a ONG, Presença da

América Latina-PAL⁷⁵ e representante do Conselho Estadual Parlamentar das Comunidades de Raízes e Culturas Estrangeiras, CONSCRE⁷⁶.

A pessoa que tinha migrado ao Brasil em 1992 havia sido contratada pelo Parlamento Latino-americano, na área de análise de sistemas. Em 2007, era a presidente da AABC. Os seus parentes da Colômbia a visitavam com frequência. Em 2008 voltou à Colômbia, por causa da mudança da sede do Parlamento Latino-americano. Ambas mulheres contaram com o suporte de seus empregadores, bem como dos colegas de trabalho, durante o início do seu processo migratório. Da mesma forma que a família a qual me referi antes, estas duas pessoas provinham de um ambiente urbano, além de possuir estudos universitários.

Uma pessoa que conheci ligada a esta “rede” era a filha de um imigrante colombiano que chegou ao Brasil no início da década de 1970 para fazer sua residência médica. Após seus estudos, ele decidiu permanecer no Brasil, onde se casou e exerceu sua profissão até 2007, quando faleceu. Esta pessoa também esteve ligada à junta diretiva da AABC durante longo tempo.

Todos eles moravam em casa própria, nos bairros Jardins, Pinheiros, Vila Madalena e Santo Amaro. Vários membros desse círculo de amigos chegaram ao Brasil em qualidade de estudantes universitários de pós-graduação, principalmente médicos que vieram fazer sua residência e terminaram ficando no país, como no caso mencionado anteriormente.

No caso de Barcelona, que é depois de Madri a segunda província da Espanha, onde mais colombianos moram, os grupos conformados por eles são múltiplos e estão consolidados, apresentando conexões não apenas dentro do território espanhol, mas europeu, estadunidense, etc.

Quanto aos imigrantes por motivos de trabalho em Barcelona, com os quais tive contato, havia em comum com aqueles de São Paulo, o fato de ter ligações com uma associação (*Asociación de Estudiantes Colombianos en Cataluña – Enlace BCN*). A origem desta associação era idêntica à de AABC de São Paulo, isto é, surgiu de uma iniciativa promovida pelo consulado da Colômbia em Barcelona. O meu relacionamento

⁷⁵ Disponível em <http://redesocialblogs.com.br/palamericalatina/quem-somos/> [acessada em 03/08/2009].

⁷⁶ O CONSELHO ESTADUAL PARLAMENTAR DAS COMUNIDADES DE RAÍZES E CULTURAS ESTRANGEIRAS, é uma entidade criada por meio da Resolução nº 817 de 22 de novembro de 2001 pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que tem o intuito de “integrar” as “comunidades” estrangeiras de diversas origens e etnias residentes no Estado de São Paulo.

com a *Enlace BCN* se deu só com a minha locatária, que era um dos seus membros. *Enlace BCN* estava conformado por estudantes e profissionais de origem colombiana que realizaram ou realizam estudos de pós-graduação em Barcelona e o resto da Catalunha, que, conforme com seus objetivos, propõem-se criar um espaço solidário entre os estudantes e profissionais colombianos residentes na Comunidade Autônoma da Catalunha para fomentar “seu desenvolvimento pessoal, profissional e seu retorno a Colômbia, bem como sua participação no desenvolvimento econômico do país⁷⁷”.

Os meus *encontros* com colombianos por motivos de trabalho em Barcelona estiveram intermediados pelo uso comum de uma moradia. A minha locatária chegaria a Barcelona em 1998 com o intuito de cursar estudos na área de finanças e relações internacionais. Ela, como a maioria dos membros deste grupo, realizou seus estudos e permaneceu pelo menos dois anos na condição de estudante, ao mesmo tempo em que trabalhava meio período. Terminados os estudos ela, como outros, procurou uma oferta de trabalho que lhe garantiria mudar o seu status de estudante para trabalhadora com visto de permanência. Ela seria o enlace para que outras mulheres colombianas migrassem à Espanha por motivos de trabalho. A estratégia consistia em metamorfosear-se em estudantes universitárias. Isso acontecia especificamente com uma de minhas colegas de moradia, que em Bogotá tinha sido vizinha e amiga da minha locatária. Ela chegaria em 2004, graças a seu suporte. Desde 2007, ambas se tornaram locatárias de um apartamento em Barcelona, onde morei durante alguns meses. Ambas tinham contratos indefinidos de trabalho com firmas espanholas, estavam solteiras e tinham uma idade média de trinta anos. Os seus contatos de amigos e amigas não se restringiam meramente à Espanha, mas a outros países europeus, os Estados Unidos e inclusive o Brasil, onde tinham parentes ou amigos próximos.

Normalmente o colombiano que pretende estudar no exterior precisa se responsabilizar com os gastos escolares e de manutenção, que são altos. A maioria das pessoas não consegue fazer isto, só aquelas de classe média e alta. Adicionalmente, é importante anotar que a solicitação de visto de qualquer tipo é muito complicada e exigente. No caso da Espanha, os estudantes tentam inicialmente participar das convocatórias de bolsas de estudos oferecidas pelo Estado espanhol, que são bastante concorridas. Assim, para ter uma idéia, na área de música é disponibilizada apenas uma única bolsa para a qual se candidatam pelo menos três mil pessoas. Caso não se tenha

⁷⁷ Disponível em: <http://www.bcn-associacions.org/enlacebcn/> [acessada em 03/07/2009].

sorte, tenta-se solicitar um “crédito educativo” perante o *Instituto Colombiano de Credito y Estudios Técnicos en el Exterior* (ICETEX). Esta entidade é a única agência estatal a qual teoricamente “incentiva” os estudos, mas na prática é um fortim político de tipo clientelista. A suposta promoção consiste apenas na adjudicação de “créditos educativos”, que devem ser cancelados quando terminados os estudos. A solicitação destes créditos implica uma penosa burocracia que faz desistir a qualquer um. Um sistema de bolsas, no âmbito dos estudos superiores, semelhante ao brasileiro é praticamente inexistente na Colômbia. Em Barcelona conheci um casal de músicos e outra pessoa que haviam entrado na Espanha por meio deste mecanismo. O casal retornou à Colômbia por causa da impossibilidade de arrumar um emprego qualificado, enquanto a outra pessoa optou por ficar, mesmo que a única possibilidade fosse o *rebusque*.

No Brasil, os estudantes universitários realizam um percurso bastante semelhante ao da Espanha: ou seja, em primeiro lugar, se candidatam a bolsas de estudos convocadas pelo consulado brasileiro em Bogotá. Estas também são muito concorridas, mas em menor escala que as da Espanha, em geral, fala-se que há mais oferta do que demanda. Contudo, há um requisito adicional: aprovar o Exame de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), sendo exigido atingir pelo menos o nível intermediário. Caso não se obtenha a bolsa, opta-se por apelar a algum convênio entre universidades de ambos os países, senão a última alternativa é a solicitação de um “crédito educativo”, como o mencionado antes.

3.2.3.2. Colombianos em situação de refúgio

Em total tive contato com 16 colombianos em situação de refúgio. Deles quatro estavam junto com sua família mais próxima (esposa, esposo, filhos ou irmãos). Apenas um havia sido militante político na Colômbia, o resto eram cidadãos comuns. Os lugares de procedência coincidiam com os departamentos mais atingidos pelo conflito armado, como é o caso do *Vale do Cauca*, *Cauca*, *Caquetá*, *Putumayo*, *Magdalena*, *Putumayo*, *Santander*, *Amazonas*, com exceção de Bogotá, de onde provinham duas pessoas.

Em termos gerais, o ambiente de procedência destas pessoas era urbano, onde moravam e tinham a sua família, os seus amigos, uma moradia e um trabalho, que tiveram que abandonar à força. Várias dessas pessoas já tinham uma trajetória migratória dentro da Colômbia. As pessoas que estavam com alguns de seus familiares

já tinham procurado refúgio no Equador, mas por falta de garantias, discriminação ou novas ameaças tiveram que sair dali. Até o momento de sua fuga, a maioria dessas pessoas nunca havia saído da Colômbia. Apenas uma pessoa tinha parentes próximos (irmãos) na condição de refugiados (na Costa Rica). Praticamente todas eram de extração humilde, a maioria de classe popular ou média baixa. Chegaram ao Brasil à procura de refúgio, em função de ameaças e/ou perseguições por um ou mais atores envolvidos no conflito, mas também em um dos casos pela igreja católica.

Praticamente ninguém contou com o suporte de amigos, familiares ou conterrâneos na sua chegada ao Brasil. Este grupo não estava ainda consolidado, mas em formação. A maioria tinha conseguido o estatuto do refugiado; porém, havia vários a que a sua solicitação foi denegada.

Coincidentemente, o membro mais antigo deste grupo havia chegado em 2003 e se encontrava indocumentado, a raiz de que sua solicitação de asilo foi denegada, porém era o único nesta condição. Outros solicitantes aos que lhes foi negado o pedido de asilo optaram por se deslocar a outro país ou voltar para a Colômbia, mesmo arriscando as suas vidas. A maioria havia chegado a São Paulo a partir de 2005. Alguns deles não conseguiam sair do circuito dos albergues públicos de São Paulo, depois de quatro, cinco ou seis anos de estar no Brasil, especialmente os solteiros. Praticamente todos ocupavam postos de trabalho precários, muitos deles no chamado “setor informal”. O fruto de seu *rebusque* lhes permitia, em alguns casos, pagar um quarto em um cortiço na Liberdade.

Um caso bastante particular que conheci foi o de uma família que tinha fugido da Colômbia por motivos políticos durante a década de 1950. Esta família teve que fugir da Colômbia devido a perseguições políticas que trouxeram como consequência o assassinato do pai. A família em questão contou com o suporte e a ajuda de parentes maternos que já moravam no Brasil desde a década de 1930, especificamente na cidade do Rio de Janeiro. A família estava composta pela mãe e seus três filhos: duas meninas e um menino. Quando chegaram ao Brasil as meninas tinham cinco e quatro anos, enquanto o menino tinha aproximadamente um ano. A mãe arrumaria trabalho em São Paulo como enfermeira particular. Seria enfermeira de várias famílias da pequena burguesia paulistana, entre elas a família de Ramos de Azevedo. Na Colômbia, ela já exercia esta profissão. Esta família provinha do departamento do Vale do Cauca, uma das zonas mais atingidas pela violência bipartidista das décadas de 1940 e 1950, mas

também dos últimos tempos. Apesar disso, a família estava entrosada no grupo de colombianos que estava em São Paulo por motivos de trabalho. Uma das irmãs, que era advogada, prestava assistência gratuita a presos colombianos que não tinham condição de pagar um advogado. É de salientar que depois de ter passado praticamente a maior parte de suas vidas no Brasil, as duas senhoras, que permaneciam solteiras, nunca quiseram adquirir a nacionalidade brasileira, bem como tampouco solicitaram asilo ou refúgio.

O grupo de colombianos à procura de refúgio que conheci em Barcelona estava conformado por pessoas que fugiram da Colômbia por motivos políticos. Este grupo estava consolidado e melhor inserido na cidade, no que diz respeito à moradia e trabalho principalmente. Porém nesses aspectos era evidente a precariedade. O perfil dos membros desse grupo era também diferente ao de São Paulo, já que se tratava basicamente de militantes políticos, asilados e *auto-exilados* vinculados a associações de colombianos, organizações não governamentais, sindicatos, mas também havia simpatizantes de movimentos sociais ou partidos de esquerda da Colômbia, que continuavam lutando seja pelos direitos dos imigrantes e refugiados, seja pela “inserção” dos imigrantes ou refugiados em Barcelona. Estas pessoas difundiam o que acontecia no território colombiano no referente à violação dos direitos humanos.

Na Colômbia, eles trabalharam junto a ONGs, sindicatos, movimentos sociais, partidos de esquerda, etc. A maioria tinha fugido por perseguições ou ameaças feitas por membros do governo de Uribe. Os membros mais antigos deste grupo tinham chegado à Espanha na década de oitenta, outros, contrariamente, tinham procurado refúgio no início do século XXI. Os mais recentes chegaram em 2005. O grupo mantinha relações com outros colombianos radicados em outras cidades espanholas ou européias.

Mas, como interagiam esses colombianos com os seus conterrâneos quer em São Paulo, quer em Barcelona? Tal como mencionado antes, os colombianos conformam círculos bastante restritos de amigos de confiança. Contudo, o círculo de amigos é suscetível de ampliar-se na medida em que um membro deste indique um novo candidato. A desconfiança ao conterrâneo está atrelada às especificidades dos estados de guerra prolongados e as suas implicações, é possível que o recém chegado faça parte de algum dos atores armados, seja uma de suas “antenas” (informante) ou, simplesmente, esteja em prol do governo ou da oposição. Conforme um de meus entrevistados em Barcelona:

Os colombianos, por causa de toda a situação que nos envolve, procuramos pessoas que tenham referências, que já as conheçam outros, que se saiba quem é, de onde vem, para que você a possa catalogar como amigas. Nós temos a particularidade de que ao encontrarmos, evitamos, no possível, ter contato. Você está no metrô e escuta que ao lado há um colombiano, você não diz nada, fica calado. Não sei por que somos assim. Na medida do possível, evitamos, porém, algumas vezes tentamos estabelecer contato, mas não é o comportamento padrão.

De acordo com esta mesma pessoa, na base deste comportamento estava a desconfiança. Entretanto, a sua hipótese seria a de que os colombianos também creriam tudo aquilo que a mídia se encarregaria de divulgar. Além disso, apontaria como culpável da restrita interação entre os conterrâneos a consequências de uma sociedade supremamente classista, propiciatória de estereótipos negativos:

Eu acho que é por causa da desconfiança. Porque, às vezes, também acreditamos no conto que nos vende a mídia, eu acho que muitos de nós ainda damos muito valor a aparência, e pensamos: ah, este deve ser narcotraficante, ah, este deve ser paramilitar, ou este deve ser tal coisa. Isso se deve a que viemos de uma sociedade dividida por classes sociais, e nós trazemos isso aqui. Por isso será que quando você conhece alguém da Colômbia, lhe diz: Como vai? De onde você é? Ah, eu sou de Bogotá ou de Barranquilla ou de Cali. Segunda pergunta que se faz: em que bairro morava ou em que rua morava ou estudava. E já conheço a sua mente [...] Em uma estrutura classista o que você faz é estabelecer o seguinte: este é um burguês ou este é de um bairro pobre, ou não sei ou que. A forma de vestir lhe indica também quem é colombiano e quem não, e de que tipo. Há uma série de tópicos, em muitos casos, certos, há que dizer que pela mesma estrutura de classes, que fazem que você saiba que entre nós somos muito preconceituosos, a colombianidade. Ah, aquele é um *mamerto*⁷⁸, e já se sabe o que é um *mamerto*: o cara que leva a mochila [arhuaca⁷⁹]. Tudo está muito bem estabelecido e, então, isso faz que você esteja no metrô e olhe de soslaio e diga: com este como que eu não falo muito porque... Com este sim [...] Entre os colombianos não se dão relações massivas.

Inversamente do que acontece em São Paulo, em Barcelona existe um abundante número de associações de imigrantes e organizações não-governamentais de defesa aos

⁷⁸ O termo *mamerto* tem sido desde a década de 1960, uma forma burlesca e depreciativa de se referir aos militantes do Partido Comunista Colombiano (PCC) e, mais recentemente, aos partidários da esquerda em geral. O termo teria sido cunhado por Jorge Child, quando o PCC era dirigido por Gilberto Vieira, Filiberto Barrera e outro 'erto'. Ele batizaria esta agrupação como o partido dos “mamertos”. O termo se propagou em outros setores da esquerda (maoístas, trotskistas, castristas, etc.) que não engoliam a ortodoxia pro soviética do PCC.

⁷⁹ Mochila tradicionalmente elaborada por indígenas da etnia arawak que habitam na Serra Nevada de Santa Marta, a partir de fibras extraídas do carneiro, e que freqüentemente usam os estudantes universitários de esquerda.

imigrantes e refugiados, entre elas as conformadas por colombianos que somam pelo menos cinquenta em toda a Espanha. É de assinalar que em 2008 foi constituída a Federação de Associações de Colombianos na Espanha, que atua a nível nacional. Quanto à Barcelona, cinco associações de colombianos (*Maloka, Amigos por Colombia, Casal Colombiano, Imago, Casa de Colombia en Barcelona*) receberam entre 2004 e 2007 subvenções da prefeitura de Barcelona e o do governo autônomo da Catalunha (Generalitat), por exemplo, para o desenvolvimento de projetos de promoção da cultura popular tradicional, de integração social, de integração social de pessoas estrangeiras imigradas em Barcelona, e de cooperação e desenvolvimento, trata-se de projetos que são executados em Barcelona ou na Colômbia (Cruz et altri, 2008).

Apesar das múltiplas organizações que ali trabalham por Colômbia e da suposta tendência do colombiano para se organizar, o temor e a desconfiança para se associar emergem constantemente, tal como se pode inferir do depoimento de um dos meus sujeitos de pesquisa:

Há muitas organizações que trabalham por Colômbia, mas não as conheço de perto. Sei que há muitas e de distinta ordem. Por exemplo, aquelas que fazem um trabalho cultural, as que potencializam os valores democráticos ou a defesa dos direitos humanos. Há organizações sociais de diferente ordem, organizações criminosas, organizações de todo tipo. Aqui há de tudo. Tudo que você queira ver. O colombiano tem uma tendência para se organizar para o bom ou para o ruim, e isso se reflete aqui. Conheço algumas destas organizações por causa do trabalho que desempenho, mas não faço parte de nenhuma. Há dois tipos de organizações com as quais não tenho contato: as criminosas e as do governo, que não vemos, mas que estão por aí, metidas até o tutano de nossas estruturas [...] Não faltam também as organizações que vivem da guerra.

Quanto à procedência dos membros desse grupo em Barcelona, a maioria era de origem urbana. Devido à significativa presença de pessoas desde as décadas de sessenta e oitenta, os recém chegados contavam com suporte para se inserir na Espanha no referente à moradia, trabalho, assistência, etc. O que articulava o grupo em si era um projeto político na Colômbia diferente do tradicional, manipulado pelas elites e fortalecido nos últimos anos pelo paramilitarismo. Alguns destes colombianos tinham adquirido a nacionalidade espanhola. Os relacionamentos dos membros deste grupo com os canais oficiais colombianos (consulado, embaixada, etc.) eram praticamente nulos, por razões de segurança e em vista das acusações de terrorismo de Estado do atual regime. Em São Paulo a situação era diferente, já que a interação com esses canais

era freqüente, especialmente no referente a documentos ou possíveis ajudas. A maioria dos colombianos em Barcelona tinha uma parte importante da suas famílias na Colômbia, em especial, filhos e pais. Havia uma proporção muito grande de mulheres, mais da metade das vinte e cinco pessoas com as quais tive contato direto. Algo parecido acontecia em São Paulo.

Além desse grupo, tive contato em Barcelona com um grupo cujos membros tinham chegado à Espanha por motivos de trabalho, mas se encontravam em situação de vulnerabilidade. Das sete pessoas que conheci cinco eram mulheres: uma delas entrou com documentos falsos para se juntar a sua mãe. Este caso de prática de *rebusque* acostuma acontecer também, mas eu apenas registrei essa pessoa. Três delas faziam parte de um recente contingente de trabalhadores temporários, que tinham sido recrutadas para trabalhar como garçonetes ou atendentes em diversas redes de restaurantes espanhóis. Uma tinha chegado à Espanha em 2002 com visto de turista, porém ficou clandestinamente até poder se regularizar posteriormente. Este tipo de prática do *rebusque* é uma prática a que recorreram muitos viajantes forçados colombianos antes da exigência de visado para a Espanha. A outra mulher havia entrado com visto de estudante, à diferença das outras, não contou com a ajuda de familiares ou amigos, era uma das pessoas que se encontrava mais fragilizada. Quanto aos dois homens, um deles era irmão da mulher que tinha entrado como turista à Espanha. O outro homem fazia parte de um dos recentes contingentes de trabalhadores temporários, como era o caso das três mulheres a que me referi. Todos provinham de núcleos urbanos na Colômbia, destacando-se a região cafeeira.

A maioria destas pessoas era casada e tinha filhos, porém seus familiares mais próximos se encontravam na Colômbia, alguns deles já tinham iniciado o processo de reagrupação familiar. O membro mais antigo desta “rede” tinha chegado à Espanha em 1997, enquanto os mais novos tinham chegado em 2007.

Os colombianos que se encontravam por motivos de trabalho em Barcelona não tinham um projeto político específico, ao contrário do grupo de militantes políticos. Também percebi que os solicitantes de asilo e refugiados colombianos em São Paulo e, de modo geral no Brasil, estavam menos politizados que na Espanha.



© Jazmín Mejía

4. *Devir-estrangeiro*

*Eu nasci no meio do conflito, fui criado no meio do conflito e me expulsaram no meio do conflito
[...] O conflito na Colômbia tem marcado toda minha vida, de entrada a saída.*

Bruno I

4.1. Prelúdio

Este capítulo visa retratar o *devir-estrangeiro* de viajantes forçados colombianos exilados em São Paulo (Brasil) e Barcelona (Espanha), apoiando-me em uma análise *micropolítica* e em relatos orais que constituem trechos de suas “trajetórias de vida”. Estas narrativas são o resultado de *encontros* combinados e motivados por perguntas que eu próprio formulei e gravei nos anos de 2007 e 2008, em São Paulo e Barcelona, respectivamente. O *encontro* remete ao devir, às bodas.

Foram coletados vinte relatos orais (dezesseis em São Paulo e doze em Barcelona), com a ajuda de um questionário guia (vide anexo 3). O tempo de cada entrevista foi variável, houve algumas que duraram uma hora e outras até quatro horas, em alguns casos foi necessário gravar em dias e locais diversos, escolhidos preferentemente pelos entrevistados. Estes relatos não configuram em absoluto uma biografia detalhada, mas múltiplas linhas que esboçam uma trajetória (Kofes, 2001: 22). As entrevistas oscilaram em torno de três eixos temáticos: a vida na Colômbia, os motivos que originaram a saída e a experiência vital nos países, cidades de destino, respectivamente, salientando aspectos familiares, econômicos, religiosos, políticos e do mundo do trabalho.

Minha pretensão em momento algum é a de questionar o estatuto das trajetórias de vida (histórias de vida, relatos de vida, etc.), também não é discutir o seu papel na antropologia, nem muito menos abordar as suas dimensões informativas, evocativas ou reflexivas (Kofes, 1998: 84 ss.), tampouco pretendo me adentrar na discussão sobre as dificuldades do antropólogo, seja para atingir a correspondência entre vida, experiência e narrativa, seja para diferenciar estas três dimensões (Kofes, 2001: 153-154, 163); simplesmente, assumo essas narrativas como um *corpus*, no qual procuro rastrear a linha molecular que atravessa cada uma das *individações*⁸⁰ que encontrei, o segmento

⁸⁰ Existe um modo de individuação muito diferente daquela de uma pessoa, de um sujeito, de uma coisa, de uma substância. Nós reservamos para ele o nome de *haecceidade*. Uma estação, um inverno, um verão, uma hora, uma data, têm uma individualidade perfeita e que não carece de nada, embora não se confunda com a de uma coisa ou de um sujeito. São haecceidades, no sentido de que nelas tudo é relação de

no qual aflora um devir-estrangeiro possibilitado, potencializado, catalisado, pelo *encontro* com a guerra, com as fronteiras, com os controles migratórios, com o cidadão, com os estereótipos, com os sotaques, com a imageria etc.

Além disso, abordo as narrativas orais na sua dimensão de blocos, isto é, blocos de infância, blocos de afetos, blocos de sensações, etc., e não de memórias, recordações ou lembranças⁸¹. Um bloco sempre é presente, atual, contemporâneo, enquanto a lembrança (recordação, reminiscência) remete indefectivelmente ao passado:

“Lembranças. Está certo?” –Disse-lhe–. “Em si a lembrança é triste, triste também seu objeto” [...] “A lembrança realiza uma territorialização da infância. Mas, o bloco de infância funciona de outra maneira: é a única e verdadeira vida da criança; é desterritorializante; desloca-se no tempo, com o tempo para reativar o desejo e fazer que se multipliquem suas conexões; é intensiva, e inclusive nas intensidades mais baixas faz ressurgir delas uma alta [...] Os blocos de infância, não só como realidades, mas como método e disciplina, não deixam de se deslocar no tempo, injetando criancice no adulto ou injetando suposta maturidade na verdadeira criança (Deleuze e Guattari, 1990: 113-115).



La desintegració de la persistència de la memòria (1952-1954)

movimento e de repouso entre moléculas ou partículas, poder de afetar e de ser afetado (Deleuze e Guattari, 1994: 264). A tradução é minha.

⁸¹ Os trabalhos de Deleuze (e Guattari) sobre Kafka (“Kafka: por uma literatura menor”) e Proust (Proust e os signos) são ilustrativos a respeito.

Nem memória, nem memória involuntária, mas blocos, fabulações, palavras, sons:

O objetivo da arte, com os meios do material, consiste em arrancar o percepto das percepções do objeto e dos estados de um sujeito percipiente, arrancar o afeto das afecções, como passagem de um estado a outro. Extrair um bloco de sensações, um puro ser de sensação. Para isso, é preciso um método que varie com cada autor e que faça parte da obra: basta comparar Proust e Pessoa, nos quais a pesquisa da sensação como ser inventa procedimentos diferentes. Os escritores, quanto a isto, não se encontram em uma situação diferente da dos pintores, dos músicos, dos arquitetos. O material particular dos escritores são as palavras, e a sintaxe, a sintaxe criada que se ergue irresistivelmente em sua obra e entra na sensação. Para sair das percepções vividas não basta evidentemente com a memória, que só invoca percepções antigas, nem com uma memória involuntária que acrescenta a reminiscência como fator conservante do presente. A memória intervém pouco na arte (inclusive e sobretudo em Proust). É verdade que toda obra de arte é um monumento, mas o monumento não é aqui o que comemora um passado, é um bloco de sensações presentes que só devem a si mesmas sua própria conservação, e dão ao acontecimento o composto que o celebra. O ato do monumento não é a memória, mas a fabulação. Não se escreve com lembranças de infância, mas por blocos de infância, que são devires-criança do presente. A música está cheia deles. Não faz falta memória, mas um material complexo que não se encontra na memória, mas nas palavras, nos sons: “Memória te ódio” (Deleuze y Guattari, 1994a: 169). A tradução é minha.

A lembrança é um péssimo princípio, se acudirmos a memória deve ser para exorcizar o passado.

Não tenho lembranças porque a memória é uma faculdade que deve afastar o passado em vez de acioná-lo. É preciso muita memória para rejeitar o passado, porque não é um arquivo [...] a minha memória não é amor, mas hostilidade. Ela trabalha não para reproduzir, mas para afastar o passado (Deleuze e Parnet, 1988-1989). A tradução é minha.

Por outro lado, falar em trajetória implica privilegiar o percurso, o caminho (Kofes, op. cit.: 24), compreendendo a dupla dimensão espaço-temporal, isto é, espacialidades sociais e temporalidades (Kofes, op. cit.: 27). Contudo, o movimento não se confunde com o espaço percorrido (em função do tempo). O espaço percorrido é passado, o movimento é presente, é ato de percorrer: eterno devir. O espaço percorrido é suscetível de ser dividido, enquanto o movimento é indivisível ou, então, não se divide sem mudar (Deleuze, 1984: 13). Deste modo, Deleuze desvela, a partir da primeira tese

do movimento de Bergson, a mais famosa, o prelúdio das outras duas, o sentido dos paradoxos de Zenão:

Quando Aquiles ultrapassa a tartaruga, o que muda é o estado do todo que compreendia a tartaruga, Aquiles e a distância entre ambos. O movimento sempre remete a uma mudança; a migração, a uma variação sazonal. E o mesmo acontece com os corpos: a queda de um corpo supõe outro que o atrai, e expressa uma mudança no todo, que compreende aos dois. Se pensarmos em puros átomos, seus movimentos, que testemunham uma ação recíproca de todas as partes da matéria, expressam necessariamente modificações, perturbações, mudanças de energia no todo. O que Bergson descobre além da translação é a vibração, a irradiação (Deleuze, op. cit.: 22). A tradução é minha.

Na proximidade do cinema, Deleuze nos lembra a ilusão cinematográfica, como Bergson denomina ao efeito do cinema quando reconstrói o movimento a partir de cortes imóveis, reproduzindo assim os paradoxos de Zenão, ou o que faz a percepção natural. Este falso movimento procede a partir de cortes instantâneos denominados imagens e um tempo impessoal, uniforme, abstrato, invisível, imperceptível, que reside no dispositivo cinematográfico, e com o qual se fazem desfilar as imagens. Bérqson, também menciona que a percepção, a intelecção, a linguagem, agem em geral assim, ativando uma espécie de cinematógrafo interior: fazemos tomadas quase instantâneas da realidade que se passa e, como elas são características dessa realidade, basta-nos com ensartá-las ao longo do devir abstrato, uniforme, invisível, localizado no fundo do aparato do conhecimento (Deleuze, op. cit.: 14).

Os registros sonoros que captei apresentam algumas características relacionadas à condição das pessoas que entrevistei, e que considero importante assinalar. Em primeiro lugar, confidencialidade e anonimato. Em segundo lugar, disponibilidade restrita. Em terceiro lugar, transitoriedade. Finalmente, *desterritorialização*, isto é, a passagem de registros sonoros a escritos, envolvendo o uso de uma ou mais línguas naturais (espanhol e português), conforme o caso.

Quando aludo ao termo desterritorialização me refiro ao neologismo que se difundiu amplamente especialmente no campo das ciências humanas a partir da publicação do *Anti-Édipo* (1972) de Gilles Deleuze Félix Guattari. É importante salientar que para sua adequada compreensão, este conceito deve ser associado aos de território, terra e reterritorialização. O território não designa apenas um referencial geográfico, mas indica relações de propriedade, apropriação ou identidade:

Inspirado antes na etologia do que na política, o conceito de território certamente implica o espaço, mas não consiste na delimitação objetiva de um lugar geográfico. O valor do território é existencial: ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias com o outro e protege do caos. O investimento íntimo do espaço e do tempo implica essa delimitação, inseparavelmente material e afetiva. O traçado territorial distribui um fora e um dentro, ora passivamente percebido como o contorno intocável da experiência, ora perseguido ativamente como sua linha de fuga, portanto como zona de experiência (Zourabichvili, 2003:42). A tradução é minha.

Desterritorializar, por conseguinte, não consiste só em abandonar um território. Neste sentido, acostuma-se exprimir uma diferença entre desterritorialização relativa e desterritorialização absoluta. A primeira consiste em se reterritorializar de outra forma, em mudar de território. A segunda implica viver sobre uma linha de fuga.

A construção deste capítulo é, em certo modo, um experimento cinematográfico, um falso movimento, que a partir de “cortes instantâneos” (trechos de trajetórias de vida), pretende reconstruir o devir-estrangeiro de um grupo de viajantes forçados colombianos exilados no Brasil e na Espanha.

4.2. Micropolítica

Sob a perspectiva de Deleuze e Guattari, a micropolítica se propõe analisar as líneas (segmentos), que atravessam indivíduos ou grupos (Deleuze e Parnet, 1980: 141 e ss.). Estaríamos segmentados por todas as partes e em todas as direções. A segmentariedade constituiria, portanto, uma característica de todos os estratos que nos conformam: habitar, circular, trabalhar, brincar, etc. O vivido se segmentaria espacial e socialmente. A casa, por exemplo, segundo a utilização dos cômodos; as ruas, conforme a ordem das cidades; as fábricas, de acordo com a natureza dos trabalhos e operações. Os segmentos seriam do tipo binário, segundo correspondam a classes sociais, gênero, etapas do ciclo de vida. Por outro lado, seriam do tipo circular, nos quais se configurariam círculos cada vez mais amplos, a saber, bairro, cidade, país, mundo. Porém, haveria também aqueles do tipo linear, onde cada segmento estabeleceria um processo ou episódio de maneira que apenas se terminasse um começaria o outro: família, escola, exército, fábrica (empresa).

Eventualmente segmentos diversos se relacionariam com indivíduos ou grupos diferentes. Pode acontecer também que um indivíduo ou um grupo passe de um segmento ao outro. Contudo, estas três figuras da segmentariedade (binária, circular,

linear) estariam incluídas uma na outra, ainda mais, transitarium de uma a outra, transformar-se-iam de acordo com o ponto de vista (Deleuze y Guattari, 1994: 214).

Deleuze e Guattari se encarregariam de reelaborar o conceito de segmentariedade, construído pelos etnólogos interessados no estudo das denominadas sociedades primitivas, que supostamente estariam desprovidas de instituições políticas especializadas, um poder global e um aparato de Estado central. Contudo, as sociedades estatais, inclusive os Estados modernos, gozariam de sua própria segmentariedade, que buscariam impor. Além disso, o Estado se exerceria nos segmentos que manteria e deixaria subsistir (Deleuze y Guattari, 1980: 215). De maneira que as diferenças não se estabeleceriam entre o segmentário e o centralizado, pois este último constituiria tão só uma forma de organização baseada em um tipo de segmentariedade dura. Não haveria, portanto, razão para opor o central e o segmentário. Mais do que enfrentar estes dois termos, deveria se distinguir dois tipos de segmentariedade: uma “primitiva”, flexível, e outra “moderna”, dura (Deleuze y Guattari, op. cit.: 215).

Em consequência, toda sociedade, todo indivíduo, estaria atravessado por estes dois tipos de segmentariedades: uma dura ou molar (macropolítica) e outro flexível ou molecular, fluxo de quanta (micropolítica). A sua diferença estaria dada tanto pela sua natureza quanto pelos seus termos e relações, que não são as mesmas, bem como pelo tipo de multiplicidade. Em função de sua coexistência não seria possível separá-las. Para Deleuze e Guattari tudo é política, não obstante, toda política seria ao mesmo tempo micropolítica e macropolítica (Deleuze y Guattari, op. cit.: 218).

Mas não se poderia esquecer a existência de uma terceira linha, uma linha abstrata, a linha de fuga. Esta seria, porém, a mais complicada, a mais tortuosa de todas. A sua emergência sucederia logo da separação das outras duas, se assim acontecer. É possível que haja pessoas que não consigam traçar uma linha de fuga, que tracem as outras duas ou apenas uma delas, quiçá vivam somente em uma. Apesar disso, a linha de fuga estaria sempre presente, seria a primeira. As outras duas procederiam dela. Deleuze nos diz que as três linhas seriam imanentes, que estariam imbricadas umas nas outras, que teríamos tantas linhas intrincadas como uma mão, que seríamos tão complicados como uma mão (Deleuze e Parnet, 1980: 142).

O trabalho de Deleuze e Guattari consistirá em analisar estados mistos, composições, o que Foucault denominara “dispositivos”. Desta forma, é necessário

percorrer e desemaranhar linhas: uma cartografia que comporta uma micro-análise (Deleuze, 1995: 140).

Só nessas composições podem se encontrar focos de unificação, nós de totalização, processos de subjetivação sempre relativos, sempre suscetíveis de se denodar para continuar ainda mais uma linha móbil. Não se trata de procurar as origens, perdidas, apagadas, mas de tomar as coisas ali onde nascem, no meio, fender as coisas, fender as palavras. Não procurar o eterno, embora se trate da eternidade do tempo, mas a formação do novo, a emergência do que Foucault chamava “a atualidade”. O atual ou o novo é acaso a *energeia*, algo próximo a Aristóteles, mas ainda mais a Nietzsche [embora Nietzsche o tenha chamado “o inatual”] (Deleuze, 1995: 140-141). A tradução é minha.

Os segmentos pressupõem também dispositivos de poder que se diferenciam entre si, fixando o código e o território do correlativo segmento. A análise foucaultiana desses dispositivos nega que sejam simples emanções de um aparato de Estado preexistente. Todo dispositivo de poder compõe um complexo código-território (Deleuze e Parnet, 1980: 146).

A análise micropolítica (Guattari e Rolnik, 2006: 149 e ss.) consistirá em uma analítica das formações do desejo no campo social, que está relacionada com o molar (as diferenças sociais mais amplas) e que se cruza com o molecular. Nesses dois níveis não existe uma oposição distintiva que dependa de um princípio lógico de contradição. É necessário mudar de lógica. Da mesma maneira que na física quântica, os físicos admitiram a dualidade da matéria, isto é, ao mesmo tempo onda e partícula, (a primeira está relacionada com a trajetória, o movimento, a segunda com massa, com parâmetros bem definidos), as lutas sociais são, simultaneamente, moleculares e molares. Não há contradição. Em um campo social determinado os componentes, coletivos e individuais, podem funcionar de forma consideravelmente reacionária no âmbito molecular e, ao mesmo tempo, ser emancipadores no âmbito molar. Na análise micropolítica importa como reproduzimos (ou não) os modos de subjetivação hegemônicos.

Assim, por exemplo, um grupo de trabalho comunitário pode ter uma ação nitidamente emancipadora no nível molar e, ao mesmo tempo, no nível molecular pode ter toda uma série de mecanismos de liderança falocráticos, reacionários, etc. Isto mesmo pode acontecer, por exemplo, com a Igreja. Ou a inversa: a ação pode se mostrar reacionária, conservadora no nível das estruturas visíveis de representação social, no nível do discurso tal e como se articula no plano político, religioso, etc., isto é, no nível molar. E ao mesmo tempo, no nível molecular podem aparecer componentes de expressão de desejo, de expressão de singularidade que não conduzem de maneira alguma a uma

política reacionária e de conformismo (Guattari e Rolnik, op. cit.: 155). A tradução é minha.

Não se trata de um enfrentamento entre o bom (o molecular) e o mau (o molar).

No nível molar se requer de um trabalho mais refinado, sutil.

Opor uma política molar das grandes organizações, presentes em qualquer nível da sociedade (micro ou macro), a uma função molecular que considera as problemáticas da economia do desejo, igualmente presentes em qualquer nível da sociedade, não implica uma apreciação na qual o molecular seria o bom e molar o mau. Os problemas acontecem sempre e ao mesmo tempo nos dois níveis.

No nível molecular é muito mais difícil identificar o inimigo, já que não se trata como no nível molar de inimigo de classe que se encarna em um ou outro líder. O inimigo nesse caso é algo que se encarna nos nossos amigos, em nós mesmos, nas nossas filas, cada vez que o problema remete a um agenciamento de enunciação de outro tipo.

Por exemplo, uma militante feminista pode ter uma posição, uma prática desalienada na relação homem-mulher, mas descobrir de repente que sua relação tem um comportamento incompatível, microfascista, na relação com seu filho ou consigo mesma. Vemos aqui que nesse nível de análise das formações do desejo no campo social, nível da micropolítica não funciona uma lógica maniqueísta, a partir da qual os “bons” poderiam fazer um agrupamento programático entre si para atacar aos “maus”. Nesse nível, nunca se pode confiar definitivamente em um líder, em uma organização, em um programa; é preciso, pelo contrário, criar dispositivos para que a problemática esteja sempre se formulando e se reformulando. Não tenho uma fórmula para este tipo de dispositivo, mas tenho uma observação para fazer a respeito: cada vez que em uma organização, em uma luta política, encontramos-nos dizendo coisas do tipo “agora temos que determinar nossa linha, só depois disso poderemos tratar as questões da organização”, cada vez que isso acontece, podemos ter certeza que estamos ocultando problemáticas de nível micropolítico. Os problemas de organização nunca são simples problemas de infra-estrutura [...] (Guattari e Rolnik, op. cit.: 155-156). A tradução é minha.

Nesse sentido, é relevante a questão da democracia que, como sustenta Guattari, só consegue se fortalecer quando atinge justamente esse nível molecular.

A democracia talvez se expresse no nível das grandes organizações políticas e sociais; mas só é consolidada, só ganha consistência, se existe no nível da subjetividade dos indivíduos e dos grupos, em todos esses níveis moleculares, se traz como consequência novas atitudes, novas sensibilidades, novas práxis, que começam ao redor das velhas estruturas.

Contra esse tipo de afirmação se acostuma usar o famoso argumento “se a política está por todas as partes, não está em nenhuma”. A isto responderia que efetivamente a política e a micropolítica não estão em todas as partes e que a questão é justamente a de

colocar micropolítica em todas as partes —em nossas relações estereotipadas da vida pessoal, da vida conjugal, da vida amorosa e da vida profissional, nas quais tudo é guiado por códigos—. Trata-se de fazer entrar em todos esses campos um novo tipo de pragmática: um novo tipo de análise que corresponda de fato a um novo tipo de política. Na atualidade, qualquer problema importante, inclusive no nível internacional, está fundamentalmente vinculado às mutações da subjetividade nos diferentes níveis micropolíticos (Guattari e Rolnik, op. cit.: 155-157). A tradução é minha.

Em breve, poder-se-ia falar de três tipos de linhas ou segmentos: a linha de fuga ou de ruptura, na qual se aglutinariam todos os movimentos de desterritorialização; a linha molecular ou migrante que oscilaria entre dois pólos, os fluxos de desterritorialização e as reterritorializações, finalmente, a linha molar ou sedentária. Deleuze afirma que os nômades não viajam. Quem viaja são os migrantes. Os refugiados (exilados) e os migrantes são obrigados a viajar, ou seja, suas viagens não são voluntárias, são forçadas. Ao contrário, os nômades viajam pouco, permanecem imóveis para não espantar os devires.

O presente capítulo se dirige precisamente ao segundo segmento que mencionei antes. Procuro analisar o devir-estrangeiro de exilados colombianos com os quais me encontrei e entrevistei nas cidades de São Paulo e Barcelona em 2007 e 2008, sem perder de vista que suas viagens forçadas foram produzidas pelos *estados de guerra* prolongados que se expressam na Colômbia (Uribe, 1998: 13).

4.3. Corpo e devir

Para compreender em que consiste um devir, é necessário saber o que é um corpo, melhor, o que um corpo pode, tal como diz Spinoza. Não sabemos de entrada o que um corpo pode. Não sabemos como se organizam e como estão envolvidos os modos de existência em alguém. Não obstante, Spinoza nos dá uma pista a respeito: um corpo ou uma alma, que é a mesma coisa, é definido por uma relação composta e complexa de repouso e movimento, de velocidade e lentidão, que permanece apesar das alterações que atingem as partes desse corpo (Spinoza, 1990 e Deleuze, 1978)⁸². Em um

⁸² Em relação ao corpo Nietzsche acrescentaria que se acostuma definir o corpo “dizendo que é que é um campo de forças, um meio nutritivo disputado por uma pluralidade de forças. Porque, de fato, não há ‘meio’, não há campo de forças ou de batalha. Não há quantidade de realidade, qualquer realidade já é quantidade de forças, em relação de tensão umas com as outras. Qualquer força se encontra em relação com as outras, para obedecer ou mandar. O que define um corpo é esta relação entre forças dominantes e forças dominadas. Qualquer relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. Duas forças quaisquer, desiguais, constituem um corpo a partir do momento em que entram em relação: por isso o corpo é sempre fruto do acaso, no sentido nietzschiano, e aparece sempre como a coisa mais

corpo se podem distinguir dois conjuntos. Por um lado, um conjunto de elementos ou partículas (partes extensivas) que formam parte dele, segundo certas relações de movimento-reposo, velocidade-lentidão, que compõem, descompõem ou modificam um “indivíduo”. Isto é o que Spinoza denomina *longitude* de um corpo. Por outro lado, um corpo está composto por um conjunto de intensidades que se relacionam de acordo com um grau de potência (capacidade) que o pode afetar positiva ou negativamente (bem ou mal), ou seja, aumentando ou diminuindo sua potência de obrar respectivamente. Este conjunto de intensidades, que procede das partes exteriores ou de suas próprias partes, é o que Spinoza chama de *latitude* de um corpo. De modo que este conjunto compreende os afetos dos que é capaz um corpo. Os afetos (ações, paixões) constituem os devires. O corpo não se define por os seus órgãos e as suas funções nem por o seu caráter como espécie ou gênero (Etologia). Trata-se de saber quais são os afetos de um corpo. Eis a diferença entre a Etologia e a Ética que Spinoza nos propõe (Spinoza, 1990 e Deleuze, 1994: 261).

Entre os múltiplos modos de devir outro sobressai o devir-estrangeiro. O homem sedentário, camponês ou cidadão, que se desloca eventualmente, durante suas férias ou por motivos familiares, desconhece que a alteridade é uma condição “precária, transitiva, mas também intercambiável; ao contrário, acha que alguns homens são estrangeiros e que outros não; acredita que se nasce estrangeiro, não que se devém estrangeiro” (Peri Rossi, 1984: 28 *apud* Szurmuk 2003: 92).

As acepções que se referem ao estrangeiro estão ligadas à exclusão e aos processos pelos quais estes são incluídos e excluídos dentro dos Estados nacionais. A identidade nacional difundida por meio dos documentos de identidade determina múltiplas formas de identificação, múltiplos discursos de controle que medem, pesam, definem em termos de gênero, raça, filiação, etc. Os Estados modernos constroem uma emaranhada rede de controle de fronteiras, nas quais o cidadão é contrastado com o estrangeiro, ao qual são fechadas as portas e é exigida uma representação governamental para abri-las. A cidadania se torna a carta de apresentação e o Estado é

‘surpreendente’, muito mais surpreendente realmente que a consciência e o espírito. Mas o acaso, relação da força com a força, é também a essência da força; não nos perguntaremos, pois, como nasce um corpo vivo, já que todo corpo é vivente como produto “arbitrário” das forças que o compõem. O corpo é um fenômeno múltiplo, ao estar composto por uma pluralidade de forças irreduzíveis; a sua unidade é a de um fenômeno múltiplo, ‘unidade de dominação’. Em um corpo, as forças dominantes ou superiores se chamam *ativas*, as forças inferiores ou dominadas *reativas*. Ativo e reativo são precisamente as qualidades originais, que expressam a relação da força com a força” (Deleuze, 1998: 60-61).

quem outorga as autorizações para se locomover interna e externamente (Szurmuk: *ibidem*).

Segundo Szurmuk (op. cit.: 93) a estraneidade é um conceito dístico baseado no espaço da articulação. Esta constatação é evidenciada na sua análise do romance de Cristina Peri Rossi “La Nave de los Locos”, no qual é exacerbada a posicionalidade do estrangeiro. Aqui essa posicionalidade é transformada em uma parodia, onde se mostra, em última instância, o dialogismo da posição do cidadão e do estrangeiro: o cidadão requer do estrangeiro para se sentir cidadão:

–O senhor é estrangeiro? Perguntou a mulher, como se isso tivesse muita importância.

Equis incomodou-se.

–Só em alguns países – respondeu-lhe–, e possivelmente não o serei toda minha vida.

Ela olhou para ele com certa surpresa.

–Não nasci estrangeiro – informou-lhe–. É uma condição que adquiri com o tempo e não por vontade própria. A senhora mesma poderia vir a sê-lo, se tivesse este propósito, embora não o aconselho. Pelo menos, não de uma maneira definitiva (Peri Rossi, 1984: 29 *apud* Szurmuk, op. cit. 93). A tradução é minha.

4.4. Viajar e viagens forçadas

As viagens forçadas são a experiência que torna o cidadão em estrangeiro, bem como a instância na qual a sociedade que expulsa se desarticula e se deve recriar. Coincidindo com (Szurmuk, op. cit.: 94), o devir-estrangeiro deixa muitas “pessoas” sem nome (como acontecerá com Equis ou com vários dos exilados colombianos que eu próprio encontrei). No exílio elas devem inclusive voltar a se nomear para driblar, por exemplo, as ameaças, as perseguições, que parecem nunca terminar.

Nós os antropólogos estamos interessados especialmente nas formas em que se constrói culturalmente a alteridade. Geralmente, viajamos a regiões remotas, afastadas da civilização metropolitana, para pesquisar as formas em que se estabelece a imageria sobre o estrangeiro. Na contramão dessa tradição, eu sugiro uma expedição, não às regiões marginais, mas ao coração mesmo de alguns dos sutis e tenebrosos *dispositivos de poder*.

Porém, antes quero destacar quatro observações sobre a temática das viagens (Deleuze, 1995: 128). A primeira é a constatação de que a viagem não acarreta uma autêntica “ruptura”, se levarmos conosco nossa Bíblia, nossas lembranças infantis,

nosso discurso ordinário. Tal como diria Fitzgerald: “Não basta uma viagem para haver uma ruptura”. Se quiserem ruptura, façam outra coisa que não seja viajar.

A segunda é a de que a viagem persegue um ideal nômade, mas à maneira de um ridículo desejo, pois, ao contrário: “Os nômades são os que não se movem, tornam-se nômades porque se negam a partir”, como diria Toynbee. Os verdadeiros nômades são aqueles que não se movem, que não querem sair, que se aferram a sua terra deserdada ou região central (Deleuze, op. cit.: *ibidem*). Para não espantar os devires: viajar sem mover-se:

Não preciso sair. Todas as intensidades que tenho são imóveis. As intensidades se distribuem no espaço ou em outros sistemas que não precisam ser espaços externos. Garanto que, quando leio um livro que acho bonito, ou quando ouço uma música que acho bonita, tenho a sensação de passar por emoções que nenhuma viagem me permitiu conhecer. Por que iria buscar estas emoções em um sistema que não me convém quando posso obtê-las em um sistema imóvel, como a música ou a filosofia? Há uma geo-música, uma geo-filosofia. São países profundos. São os meus países [...] São minhas próprias terras estrangeiras, que eu não encontro em viagens, não, não (Deleuze e Parnet, 1988-1989: V de Viagem [Voyage]). A tradução é minha.

Quem viaja são os emigrantes. Os emigrantes, os exilados, são pessoas obrigadas a viajar. Este tipo de viagem não tem nada de gracioso, pois são forçadas. Ao contrário, os nômades escassamente viajam, permanecem rigorosamente imóveis. Não o fazem porque não querem ir embora, mas porque se aferram a sua terra.

A terceira observação é a que não viajamos pelo mero prazer de viajar, tal como diz Beckett: “Não viajamos, que eu saiba, pelo mero prazer de viajar: somos idiotas, mas não até esse ponto”. A quarta e última observação, viajamos porque queremos verificar algo. O verdadeiro sonhador, como diria Proust, é aquele que vai verificar algo.

Por que razão, então, se não é para *verificar* algo, algo inexpressável que procede da alma, de um sonho, ou de um pesadelo, embora não seja mais que o desejo de saber se os chineses são mais amarelos como dizem ou se existe realmente ao Sul essa improvável cor, esse fulgor esverdeado, essa atmosfera azulada e purpúrea? (Deleuze, 1995: *ibidem*). A tradução é minha.

Os exilados, os emigrantes, de fato traçam ou são atravessados por uma linha de segmentariedade flexível (molecular), que oscila entre fluxos de desterritorialização e reterritorializações.

4.4.1. Bagagens

As bagagens, não só aquelas materiais, mas as emocionais, as existenciais: “nossa Bíblia, nossas lembranças infantis, nosso discurso ordinário”, nossa “moral⁸³”, etc., ilustram essa falsa ruptura que habitualmente acarretam a maioria das viagens, mesmo que forçadas.

A propósito desse tema, Alicia I, de quem mais adiante falarei em detalhe, relatava que durante a sua fuga ao Equador (em janeiro de 2004) sua bagagem estava composta por:

Roupa. Alcancei agarrar não sei o que, alguns colchonetes, algo de louça e a mercadoria que tinha na loja. Levei comigo isso.

Tempo depois, quando teria de solicitar asilo no Brasil, a bagagem seria bem diferente, levando em conta que chegaria ao Brasil (final de 2007) depois de uma passeata por vários países da América do Sul que denunciava a situação dos refugiados colombianos no Equador. Nesta bagagem a Bíblia e a música cristã se tornam centrais, imprescindíveis, constituem evidentemente uma reterritorialização:

Quase me venho com uma mão na frente e outra atrás, como nós dizemos na Colômbia. Praticamente só minha roupa, e isso que deixei muita roupa. Só trouxe o mais fundamental: a minha roupa, algo de sapatos, minha música cristã, que essa sim não a deixo. Mesmo que tenha que deixar a roupa, eu prefiro deixar a roupa e qualquer outra coisa, menos minha música ou coisas cristãs, minha Bíblia, isso. Mas aqui realmente cheguei sem nada, tendo já muita coisa porque eu já estava muito organizada no Equador, tinha minhas coisas [...] E daria na mesma já que para uma viagem tão longa como a que fizemos tampouco podia trazer mais. Trouxemos a roupa, o mais específico, o que necessitávamos; inclusive aqui tive que comprar roupa de frio porque roupa de frio eu não tinha, boa roupa de frio, aqui tive que comprar. Mas, a minha mala era realmente pequena. Agora realmente tenho muitas quinquilharias que já nem sei onde é que vou colocá-los porque nem casa eu tenho, como dizíamos quando estávamos na passeata: tem mais casa um peixe que a gente.

Geralmente quem sai forçadamente não tem muito tempo para fazer as suas malas, quase sempre leva uma bagagem pequena, pois, afinal de contas, a bagagem “imaterial” já está pronta. Bruno III, quando se viu obrigado a viajar ao Brasil no início de 2003, lembrava que a sua bagagem era:

⁸³ A propósito de moral, é importante assinalar algumas diferenças com o conceito de ética. Conforme Foucault, a moral remeteria a um conjunto de regras coercitivas que julgariam as ações e intenções relacionando-as a valores transcendentais, enquanto a ética faria alusão a um conjunto de regras facultativas que avaliariam o que fazemos e dizemos segundo o modo de existência que implicaria (Deleuze, 1995: 163).

O normal, a minha roupa, os meus documentos, que inclusive já perdi. O que mais ia trazer e para que?

Algo parecido aconteceria com Alicia II (de quem falarei posteriormente) quando teve que fugir para o Brasil em março de 2006:

Trazia no bolso trinta dólares. Trinta dólares e uma malinha, pequenininha. Levava dois pares de sapatos, três calças jeans, cinco blusas; lembro-me tanto; e os meus objetos pessoais.

A diferença de Alicia I, as irmãs LL (das quais falarei mais adiante) que teriam de abandonar a Colômbia em 1950 por motivos políticos, rememoravam que:

A bagagem eram baús grandíssimos. Várias malas que na época eram uns baús, não malas como hoje. Não tão grandes como as que se mostram nos filmes dos imigrantes. [Minha mãe] deixou tudo, ela pensava voltar à Colômbia, não tão rápido, mas quando se acalmara a situação. Ela não entendia o que estava acontecendo com ela. Era muito nova, ela não entendeu, meu padrinho foi quem a aconselhou a sair, poderia ser que meu pai estivesse envolvido em algum assunto político, mas não estava, ele só tinha um alto cargo.

O que continham esses baús?

Basicamente a roupa. Alguns objetos pessoais dela [da mãe]. Temos ainda umas tacinhas de vinho do casamento dela, a roupa de nascimento da minha irmã, que encontrei nesses dias, nessa semana, fui lavá-la. Vou mandá-la ao Museu dos Imigrantes. Mais de 65 anos devem ter alguns desses objetos. Nós tínhamos roupa muito boa, que aqui todo mundo no Brasil se admirava com a forma de nos vestir, diziam que vivíamos elegantes; pequeninhas e bem arrumadas. E minha tia tinha [na Colômbia] uma loja de roupa para crianças, era muito fina. Ela até pensou [...] abrir uma loja aqui no Brasil.

Contudo, há casos nos quais a bagagem, principalmente intelectual, afetiva, etc., seja pouca ou muita, não serve para nada, como acontecerá com Alicia III (a quem me referirei depois), quando tem que se enfrentar Barcelona (em 2006) na sua condição de (auto)exilada. A dor causada pela desterritorialização quiçá desapareça quando se atinja um “porto seguro”:

Este olhar a Barcelona é um olhar duro porque a migração não é fácil. Na migração você perde muitas coisas. O custo é muito alto. O custo afetivo, econômico, político, social. Sobre tudo, de quem tem um nível de participação e de liderança muito alto. Aqui se trata de começar do zero e de começar com anos, começar com recordações. Você traz aqui uma mala de recordações, de reconhecimentos, de participação política, de imagens do que você é e aqui essas imagens não servem para nada, não servem para nada os títulos, não servem para nada as recordações, não serve para nada a participação. Para nada lhe serve isso. Aqui é começar do zero. Aqui realmente é você

sozinho. Você com suas ferramentas que tem para se sustentar nessa tormenta que lhe arrasa, que lhe arrasa.

O devir-estrangeiro, exilado, imigrante, produz essa dor infinita, dor ligada às perdas e às separações abruptas. Implica também a construção de uma “nova vida”, na qual seria preciso “partir do zero” e com “o peso dos anos”. As bagagens de muitos destes “fugitivos”, compostas de reconhecimentos, títulos acadêmicos, participação política, lembranças, imagens de si, etc., pareceria não lhes servir para nada. Daí a aparente necessidade de “partir do zero”. Contudo, talvez não fosse necessário partir do zero, mas do meio, como nos sugere Deleuze:

Fazer tábula rasa, partir ou repartir do zero, buscar um princípio ou um fundamento, implicam uma falsa conceição da viagem e do movimento (metódico, pedagógico, iniciático, simbólico...). Kleist, Lenz ou Büchner têm outra maneira de viajar e de se mover, partir do meio, pelo meio, entrar e sair, não começar nem acabar (Deleuze e Guattari, 1994: 29). A tradução é minha.

4.4.2. Duas irmãs

A primeira história de exílio que conheci, durante meu trabalho de campo em São Paulo, foi a de duas irmãs, cuja trajetória se encaixa sem dúvida na dos viajantes forçados, apesar de hoje estarem mais próximas da “rede” de imigrantes econômicos. A sua saída involuntária acontece durante o primeiro estrato do conflito colombiano, isto é, na chamada época da *Violência*.

Elas nasceram em novembro de 1946 e julho de 1945, em Cali (no departamento do Vale do Cauca) e Arcabuco (no departamento de Boyacá) respectivamente. Em 1950, quando chegaram a São Paulo, tinham quatro e cinco anos, enquanto seus irmãos tinham dois anos, o mais velho, e onze meses, o mais novo. Elas viajariam ao Brasil em companhia de sua mãe e de sua tia materna. Seus avôs paternos moravam em Medellín. Do lado materno, um tio e duas primas, todos anciãos, viviam em Cali. Eles, muito provavelmente, teriam falecido pouco tempo depois de sua viagem ao Brasil. Os relatos sobre os parentes paternos são poucos, a avó era uma pessoa difícil, enquanto o avô era muito carismático. Em geral, sua situação econômica era boa. Seu pai era filiado ao partido Liberal e ocupava um alto cargo na companhia telefônica: era superintendente, enquanto sua mãe era funcionária pública, trabalhava como enfermeira sanitária, tinha que viajar muito. É importante assinalar que, entre 1949 e 1965, no departamento do Vale do Cauca, Borrero Olano e Navia Varón seriam os chefes da facção conservadora

que impulsionou o processo de consolidação do *conservadorismo*. As ações conservadoras teriam se focalizado em Tuluá sob a direção de León María Lozano, o Condor, fortalecendo-se, portanto, o “*pájaro* urbano como sicário político, dublê do Estado fraco e dos poderosos” (Betancourt, op. cit. A tradução é minha).

Sobre essa complicada situação política na Colômbia daquela época, emerge um bloco de infância da mais nova das irmãs que permite retratar algumas imagens do cotidiano, por exemplo, durante o famoso toque de recolher:

Eu lembro que foi uma época pesada na Colômbia. Houve a morte do meu pai. Inclusive minha mãe passou por momentos difíceis por ela trabalhar com o governo, bem como havia aqueles problemas dos partidos políticos. Mas, uma coisa ficou muito gravada, passados mais de cinquenta anos, eu me lembro de uma noite, em que estávamos em toque de recolher, um rapaz não chegou a tempo em casa. Lembro-me que o levavam pela *Calle* 12, gritava que não tinha chegado a tempo, que não era nenhum revolucionário, que era uma pessoa normal. Até hoje ficou muito gravada essa coisa e eu me lembro que por uma grade da janela da sacada da nossa casa eu vi que o levavam. Isso ficou gravado, eu me lembro que abri a porta da sacada e o vi quando passa gritando: deixem-me, deixem-me, não sou nenhum revolucionário, não deu tempo de chegar a casa; disso me lembro.

4.4.2.1. O encontro com a guerra

Ambas as irmãs experimentaram um duplo devir-estrangeiro, primeiro no Brasil e depois na terra natal. Mas antes sentiram a perseguição. O encontro com a guerra se materializaria com o assassinato do pai (cujo corpo nunca apareceu) e com o achado de uma marca na casa em forma de cruz, que enunciava o envolvimento dessa família em assuntos políticos. Pai-Emboscada, Casa-Cruz, duplo *agenciamento*⁸⁴. Perseguição

⁸⁴ Um agenciamento é uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles, através de idades, de sexos, e de reinos – através de naturezas diferentes. Assim, a única unidade do agenciamento é de co-funcionamento: é a simbiose, uma “simpatia”. O importante não são as filiações, mas as alianças e as ligas; nem tampouco as heranças ou as descendências, mas os contágios, as epidemias, o vento. Os bruxos os sabem muito bem. Um animal se define menos por seu gênero, por seus órgãos e suas funções, que pelos agenciamentos dos que forma parte [...] O primeiro que há em um agenciamento é algo assim como duas faces ou duas cabeças, pelo menos. Os estados de coisas, estados de corpos: os corpos se penetram, misturam-se, transmitem-se afetos; mas também *enunciados*, regimes de enunciados: os signos se organizam de uma nova forma, novas formulações aparecem, um novo estilo para novos gestos (os emblemas que individualizam o cavaleiro, as fórmulas dos juramentos, o sistema de “declarações”, inclusive o amor, etc.). Os enunciados não são ideologia. Não há ideologia. Os enunciados, como os estados de coisas, são peças e engrenagens do agenciamento. Em um agenciamento não há infra-estrutura nem superestrutura; um fluxo monetário comporta em si tantos enunciados quanto um fluxo de palavras, que ao mesmo tempo pode comportar dinheiro. Os enunciados não se contentam com descrever os estados de coisas correspondentes, mas são, antes, como duas formulações não-paralelas, formalização de expressão e formalização de conteúdo, de

política que põe em risco a vida dos membros desta família, da qual o medo se apodera. Será necessário, portanto, um plano de fuga. É o começo da desterritorialização (desarraigo), de uma viagem forçada, de um devir-estrangeiro, exilado, imigrante, que aflorará ao traspasar as fronteiras nacionais, ao encontrar as autoridades migratórias, ao ser contrastados com os cidadãos (brasileiros), etc. Um primeiro bloco de infância (Deleuze e Guattari, 1990) faz, assim, sua aparição:

Meu pai não voltou à casa. E depois de uns dez dias, isso conta minha mãe, deram-lhe por morto. Houve uma emboscada. Não me lembro em que cidade. De Cali ficava como daqui [São Paulo] a Campinas [cerca de 100 quilômetros]. Não lembro o nome da cidade. Passaram uns dias e marcaram a casa. Colocaram um xis, uma cruz, com pintura vermelha na casa. Então se sabia que essa família estava marcada por questões políticas, mas meu pai não era político, a família dele sim, mas ele não estava envolvido em política. Ele era liberal. Os contrários eram os conservadores. Então não se soube o motivo.

4.4.2.2. A fuga: por que o Brasil?

Como surge o Brasil na trajetória desta família perante o medo, (e a perseguição) causado pelo assassinato do seu pai, que evidentemente tem um fundo político? O plano de fuga se debaterá entre os EUA e o Brasil. À raiz de uma carta que receberá a mãe de um sobrinho radicado no Brasil, optar-se-á por este país. Carta-Sobrinho-Brasil, agenciamento que determinará o destino final da viagem. Um potencial apoio será decisivo na escolha. A força de recordar atualiza os acontecimentos, o passado devém presente, mais um bloco de infância emerge:

Tinha um padrinho, era Conservador, muito amigo dela [da mãe], já um velhinho. Ele a aconselhou a sair do país. Então tiraram o visto para os Estados Unidos. Ele a ajudou. Contratarem também um advogado para liquidar isso do patrimônio familiar [...], até hoje estamos esperando o dinheiro, não sabemos se o receberemos ou não, mas acho que não será agora [...] Quando ela ia sair, faltando uns quinze dias, recebeu uma carta de um sobrinho que morava aqui, que é brasileiro. Ela tem sete sobrinhos. Na carta, ele

tal forma que não se faz aquilo que se diz, não se diz nunca aquilo que se faz, sem que por isso se minta; não se engana ninguém, nem tampouco se engana a si próprio, o único que se faz é agenciar signos e corpos como peças heterogêneas da mesma máquina. A única unidade procede de uma mesma e única função, um só e mesmo "funtivo" é o sentido (exprimê) do enunciado e o atributo do estado corporal: um acontecimento que se estica ou se contrai, um devir em infinitivo. Feudalizar? Um agenciamento é sempre e indissolavelmente agenciamento maquínico de efetuação e agenciamento coletivo de enunciação. Na enunciação, na produção de enunciados, não há sujeito, sempre há agentes coletivos; no conteúdo do enunciado nunca se encontraram objetos, mas estados maquínicos. São como as variáveis da função que não cessam de entrecruzar seus valores ou seus segmentos (Deleuze e Parnet, 1980: 79 e 81). A tradução é minha.

lhe dizia que o Brasil era um país novo, que tinha muito desenvolvimento, que estava começando um desenvolvimento muito grande. Ela pensou bem, em vez de ir embora para os Estados Unidos optaria pelo Brasil, pensando mais no apoio moral que podia ter em um país desconhecido. Entre o Brasil e os Estados Unidos, escolheria o primeiro só porque tinha esses sobrinhos.

Apesar das indubitáveis e forçosas circunstâncias que rodearam sua expulsão do país, as duas irmãs sempre insistiam tanto na legalidade de sua saída da Colômbia quanto de sua entrada ao Brasil. Irrompe outro bloco de infância que evidencia os temores da mãe pela permanência da família no país de origem. Contudo, ela acreditava que tornaria à Colômbia. Enquanto partem para o Brasil, são acolhidos por uma família amiga:

Vimos de avião, pela Braniff. Eu me lembro de uma família que estimava muito minha mãe, acolheu-nos em uma chácara que tinham perto de Cali. Embarcamos para o Brasil, legalmente, não saímos como desterrados, saímos legalmente e entramos legalmente ao Brasil, como turistas porque minha mãe pensava voltar, tinha noventa dias para ficar [...] Não saímos escondidos. Minha mãe era muito jovem, tinha 29 anos, com quatro filhos. Ela e minha tia eram as únicas sobreviventes de 16 irmãos, todos como ela morreram do coração. Então minha mãe pensou bem, o que vou fazer? Primeiro, crescem aqui e se metem à guerrilha, metem-se em problemas políticos. Então melhor que vivam em outro país, assim pensava.

Não saíam escondidos, nem seriam desterradas. Contudo, uma família amiga teve que lhes brindar proteção, os acolher, enquanto partiam para o Brasil. O desconhecimento do direito à proteção internacional por parte desta família (naquela época e, talvez, hoje também), mas também a novidade da temática, a levará eventualmente a outorgar uma valoração negativa ao tema do refúgio, aos refugiados, respectivamente, no sentido de exprimir certa criminalização: fugir, sair às escondidas, desterro. A respeito é importante assinalar que na década de 1950 apenas se estavam assentando as bases de proteção internacional dos refugiados. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) seria criado só em 14 de dezembro de 1950. Em termos de legislação há que assinalar que a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados data de 1951. Além disso, o Protocolo de 1967 reiteraria as restrições geográficas e temporais da convenção. Após a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967:

Um dos maiores méritos da *Convenção de 51* e do *Protocolo de 67* foi o estabelecimento de critérios bem-definidos e abrangentes para o reconhecimento do status de refugiado de modo homogêneo no âmbito internacional (Jubilut, 2007: 113).

O status de refugiado é reconhecido a qualquer pessoa que sofra perseguição em seu Estado de origem e/ou residência habitual, por força de sua raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a determinado grupo social, enquanto o asilo tem sua prática limitada a perseguição política (Jubilut, op. cit.: 44) [...] O elemento essencial de sua caracterização é o bem fundado temor de perseguição, ou seja, a perseguição não precisa ter sido materializada (ibidem: 50).

No caso brasileiro a proteção internacional chegaria posteriormente, só a partir da ratificação de ambos as normativas acima mencionadas. Contudo, não haveria “manifestação de uma efetiva política de acolhida a refugiados” (Jubilut, op. cit.: 171), só até 1977 ou, conforme outros autores, até 1982, data na qual seria inaugurado um escritório do ACNUR no Brasil. Quanto às bases legais de proteção aos refugiados, são de salientar a Constituição Federal de 1988 e a Lei 9.474/1997. Esta última é uma lei específica que estabelece os critérios de reconhecimento do status de refugiado, bem como de determinação do procedimento para tal finalidade. Esta lei cria também o Comitê Nacional para Refugiado (CONARE).

4.4.2.3. Reterritorializações: acoplamentos com a Colômbia

O elo com a Colômbia que mantinham as irmãs LL era enriquecido, entre outros, pelas visitas dominicais que faziam em companhia de sua mãe a uma creche administrada por freiras de origem colombiana:

Há também uma creche que era cuidada por freiras colombianas, já morreram as velhinhas, o nome da congregação é de um frei espanhol, Luís Amigó. A congregação tinha sua maior concentração de freiras na Colômbia. As freiras já estavam em 1950. Nós éramos pequenas e brincávamos nessa creche aos domingos, quando minha mãe ia visitar as freiras porque era uma forma de manter o elo com a Colômbia. Até hoje existe a creche, as senhoras colombianas que chegaram há muito tempo no Brasil, fazem seus chás para ajudar essa creche.

Além disso, o hábito de ir à procissão no Domingo de Ramos, tradição que sua mãe tinha:

Procedemos de uma família católica [...] Nossas bases são católicas [...] Acreditamos em Deus, se tenho necessidade e passo por uma igreja católica, e está aberta a porta e tenho vontade, entro, senão não entro. Temos um hábito, todo Domingo de Ramos ir à procissão. Não sei se na Colômbia o comemoram. Era uma tradição da minha mãe, ir à procissão do Domingo de Ramos. Então, isso nós mantemos, nós duas mantemos isso, e

vamos, por isso é sagrado esse dia ir à igreja, mas os demais não [...] Não freqüentamos igrejas todos os dias nem todas as semanas, não. Só quando estou com vontade [...] A propósito, aqui perto há uma igreja, que é a igreja dos ricos, a do Perpetuo Socorro, que é a padroeira da Colômbia. Às vezes mandavam padres colombianos e, claro, houve, por exemplo, um padre seminarista que veio uma vez para cá, o convidamos almoçar, não me lembro do seu nome, veio com algum dos seus amigos e bebeu conosco.

4.4.2.4. Devir-estrangeiro na terra natal

O retorno à terra natal, depois de quarenta e oito anos, produzirá novos e surpreendentes encontros, fará aflorar devires. Em um primeiro momento, seus interesses se focalizariam em revisitar os lugares onde tinha decorrido sua tenra infância, não sem antes questionar-se a impossibilidade de seguir os rastros do pai, a quem nunca mais veriam, após a emboscada de que foi vítima:

Depois de quarenta e oito anos, pela primeira vez, fomos há dez anos [em 1998]. Foi muito emocionante nossa viagem. Foi muito bonita, de trinta e três dias. Nossos amigos nos apoiaram muito nesta viagem, entusiasmaron-nos. Vi a catedral onde me batizaram. Fomos à cidade onde nasceu minha irmã, que é pequenininha, há uma praça e tem de tudo, posto de polícia, fórum, igreja. A cidade é pequenininha. Cali é maior. Foi muito emocionante ver a última casa onde moramos. Eu me lembro só da casa. E quando chegamos a Medellín achamos difícil ir a Cisneros, de onde era meu pai, para procurar a família. Eles pensariam que depois de cinquenta anos, estaríamos interessados no dinheiro. Então não tivemos condições, não quisemos, e me arrependi. Sim, eu queria saber como era a família por parte do meu pai.

Contudo, a maior das surpresas que lhes reservará a viagem à Colômbia será devir-estrangeiras, desta vez na sua própria terra natal, na sua própria língua. Um devir-estrangeiro que excede as instâncias estatais que legitimam a cidadania, a nacionalidade (*jus sanguinis*, *jus solis*, naturalização). Devir-estrangeiro marcado pela língua materna, já impregnada de um intenso sotaque brasileiro. A cidadania não garante o ser tratado como um concidadão, ao contrário, faz aflorar um devir-estrangeiro. Em compensação, emerge um devir-brasileiro que não passa pela cidadania. Apesar disso, um duplo devir no qual se estabelecem prioridades:

Sinto-me colombo-brasileira. Eu sou colombiana, em primeiro lugar, mas amo muito este país. Eu me sinto brasileira. Não me sinto estrangeira aqui. Senti-me estrangeira na Colômbia. As pessoas me diziam que tinha sotaque estrangeiro. Isso é verdade. Apesar de dizer que tínhamos nascido em Cali e Arcabuco, Boyacá.

Emerge, por conseguinte, um duplo devir: um colombiano, atravessado pelo Estado, e outro brasileiro que não passa necessariamente pelo Estado, e sim é agenciado pelo desejo (Deleuze e Guattari, 1978: 123-124). O devir-colombiano alude a laços de sangue. A diferença entre colombianos e brasileiros se realça sobre a base da importância que no Brasil se dá a origem imigrante, em contraste com a Colômbia, onde o tema da imigração é pouco relevante. A férrea resistência a se naturalizar brasileiras, mesmo podendo, do ponto de vista jurídico, parece fortalecer os seus laços primigênicos, concretiza-se uma reterritorialização:

Eu optei por ficar como colombiana, de nacionalidade colombiana. Eu tenho direito a tudo no Brasil, menos o direito de voto e de exercer cargos públicos, claro. Quanto ao restante, sou como qualquer cidadão comum e corrente, mais um do povo. Eu poderia ter feito minha naturalização como a maioria dos colombianos no Brasil, todos tem a dupla cidadania.

Eu também optei por ficar com minha nacionalidade colombiana. Isso está no sangue. Mas não posso dizer que não me sinta brasileira. É um país que nos deu tudo. Não que a Colômbia não nos tivesse dado nada.

O brasileiro não tem amor a sua pátria porque não há um brasileiro nato, como nós que somos filhas, netas, bisnetas, tataranetas de colombianos. Nós temos amor a nossa pátria. Seja um país rico ou pobre, o que for, é nossa pátria. É um jeito de criação. Eu no meu sangue tenho o puro sangue colombiano, fomos criados com os costumes colombianos. Eu ouço com tristeza as críticas ou comentários que falam mal da Colômbia, mas também da mesma maneira não admito que uma pessoa fale mal do Brasil.

4.4.2.5. Retorno à Colômbia?

A possibilidade do retorno definitivo a Colômbia é impensável, pois ali se potencializaria o seu segundo devir-estrangeiro, o qual evidentemente elas preferem evitar, pelo menos, de forma contínua.

Voltar à Colômbia para morar é muito difícil principalmente nós que já estamos há quase 57 anos fora. Fazer uma vida na Colômbia, morar lá. Eu quero voltar de visita, quero poder conviver com o povo. Na Colômbia seríamos estrangeiras. Temos muitos amigos, muitas pessoas que passaram por este país [Brasil], que moraram aqui, que vieram estudar. [...] Não vamos chegar sem conhecer ninguém, como minha mãe chegou aqui, mas eu sei que na Colômbia seria uma estrangeira. Bem ou mal mantivemos nosso idioma, lógico, mas o sotaque é diferente de quem foi criado lá. Então, por exemplo, as pessoas de qualquer forma nos tratariam como se fôssemos

estrangeiras. Muitas pessoas nos diziam, ah vocês são estrangeiras, não, dizíamos nós, eu sou *boyacense* e minha irmã dizia, eu sou *calenha*.

O desarraigo, a desterritorialização, que experimentaria a mãe à raiz da viagem forçada, faria com que um de seus maiores anseios fosse regressar um dia a sua terra natal, podendo, deste modo, dissipar seu devir-estrangeiro:

Ela deixou tudo, ela pensava voltar à Colômbia, não tão rápido, mas quando se acalmasse a situação. Ela não entendia o que estava passando com ela. Era muito jovem, ela não entendeu, meu padrinho foi quem a aconselhou sair. Poderia ser que meu pai estivesse envolvido em algum assunto político, mas não, ele só tinha um alto cargo.

4.4.2.6. O Brasil devindo a Colômbia

Ao contrário das duas irmãs, na sua mãe e sua tia estava muito presente o devir-colombiano, bem como o desejo de voltar à Colômbia. Era habitual, que no seu cotidiano, São Paulo deviesse Cali e que o Brasil deviesse a Colômbia. O cotidiano pareceria girar entre fluxos de desterritorialização (devir-estrangeiro) e de reterritorialização (a volta à terra natal). Surge na mais nova das irmãs um bloco que se entrelaça com os anseios de retorno de sua mãe à Colômbia, pelo menos morrer na Colômbia:

Tanto minha mãe quanto minha tia viveram a sua vida neste país (elas morreram) até o último momento como colombianas. E o único que minha irmã e eu (posso dizer pelas duas) lamentamos, porque nós sabíamos que, pelo menos, se não podiam fazer sua vida novamente na Colômbia, digo, radicar-se na Colômbia, elas queriam ter regressado à Colômbia; infelizmente nós não podíamos. Nós não tínhamos condições financeiras para mandá-las. Então isso nos doeu, e minha mãe dizia, eu morro na Colômbia, tanto que quando eu estive, onze anos atrás, pensava que não voltaria, fiquei muito doente, então disse, eu disse, vou fazer o que minha mãe e minha tia queriam: morrer na Colômbia. E não pudemos cumprir o seu desejo; levar o corpo para a Colômbia para quê. Estávamos aqui, então o sonho dela era morrer na Colômbia e não conseguiu. Elas falavam da Colômbia, apesar dos anos vividos no Brasil, elas não diziam São Paulo, mas Cali porque elas eram de Cali, elas diziam vamos a Pereira, ah, estamos em Cali. Até o último momento o pensamento delas, a vida delas acontecia na Colômbia.

4.4.3. Alicia I

Los colombianos somos así, cuando más duro nos están dando, nosotros seguimos levantando la cabeza, así sea con dolor, pero la seguimos levantando.

Alicia I

O devir-estrangeiro, devir-exilado, da Alicia I está ligado ao último estrato do conflito colombiano. Alicia I, refugiada colombiana residente em São Paulo desde 2006, teve que fugir primeiro ao Equador, da mesma forma que tiveram que fazê-lo muitos de seus conterrâneos que chegaram ao Brasil na última década. Alicia I, uma cidadã comum, não fazia parte de nenhuma das redes de poder (Pécaut, 2003: 84-87) que conformam os atores violentos envolvidos no conflito colombiano. Seu devir-refugiada terá lugar só depois de entrar em território brasileiro. Mas antes teria que devir-perseguida, devir-imigrante e, finalmente, devir-solicitante-de-asilo no Equador, em função de uma série de ameaças realizadas pelas redes de poder assentadas em Trujillo, Vale do Cauca. Esta região continua sendo um dos principais alvos dos estados de guerra prolongados na Colômbia, que na década de 1950 se manifestaram no enfrentamento entre Liberais e Conservadores, em tempos recentes mediante o confronto entre redes de poder: paramilitares e guerrilhas.

A população de Trujillo já esteve no meio do fogo cruzado. Trujillo é um município produtor de café em abundância que está localizado em uma das regiões mais prósperas. Este município constitui um exemplo paradigmático do que Pécaut (op. cit.: 98) denomina os limites da cidadania política. Paradigmático porque ilustra como durante mais de trinta anos sua população foi submetida à dominação de um coronel. Foi obrigada, mediante o terror, sob ameaça de assassinato ou coação de abandono do município, a segui-lo em suas mudáveis preferências políticas. Ali não existiam as liberdades essenciais do cidadão, da propriedade, da proteção à vida, da opinião e liberdade de opção política. Curiosamente, o coronel não apresentava as características de um político marginal, já que era reconhecido pelos líderes departamentais e inclusive nacionais.

Neste contexto abertamente tomado pelos paramilitares, Alicia I, uma mulher separada, vivia com o seu filho, o seu sobrinho e sua mãe na zona rural do município. Em 2003 trabalhava como autônoma em uma loja de roupa. Com o fruto do seu trabalho conseguiria comprar um jipe Willys, usado tradicionalmente na região para o transporte de carga como o café, mas que ela disponibilizou para o transporte público e que era conduzido pelo seu sobrinho: Carro-Sobrinho-Motorista, primeiro *agenciamento* (Deleuze e Guattari, 1994: 513-515) a ser levado em conta. No final deste mesmo ano, o veículo será interceptado pelos paramilitares, que exigirão que os transportassem, sob ameaças de incêndio do mesmo. Então, por uma perversa osmose, a guerrilha das

FARC assumiria que Alicia I era colaboradora dos paramilitares. O medo se apoderará dela, não saberá o que fazer. Algum tempo depois, novamente os paramilitares exigiram a seu sobrinho que fizesse uma viagem no carro. Este lhes dirá que não será possível, pois o tanque de gasolina se encontrava vazio. Esta resposta será interpretada como uma negativa a cooperar com eles. Em consequência, o sobrinho e a mãe de Alicia I devirão perseguidos, um por ser o motorista do carro e a outra por ser a suposta dona do mesmo. Carro-Mãe-Proprietária segundo *agenciamento* relevante. Contudo, o acontecimento que inaugurará o devir-perseguidos será a sua perseguição, acompanhada do fato de ficar sabendo que ambos apareciam na lista negra desta rede de poder. Tal *agenciamento* fará iminente a sua fuga. Ao se encontrar entre a espada e a parede, Alicia I decide fugir com eles, primeiro para Cali, depois para o Equador. Aparecer em uma lista dessas implica que não haverá lugar algum seguro na Colômbia (e quem sabe além das fronteiras nacionais) no qual possam permanecer. Portanto, a alternativa será a fuga do país. Desta maneira devirão primeiro perseguidos, depois estrangeiros, imigrantes e, finalmente, solicitantes de asilo ou refugiados, ou inclusive indocumentados:

Meu sobrinho dirigia um carro, um carro de serviço público, de transporte de carga de passageiros. Na Colômbia há um problema, em especial no referente aos paramilitares, se você nega um favor a eles, já isso é suficiente para que você fique em uma lista. Meu sobrinho não pôde fazer uma viagem porque não tinha realmente gasolina. Na região as pessoas tinham adquirido o costume de tirar a gasolina dos carros à noite, caso chegassem os paramilitares porque eles chegavam causando moléstias: que viagens para um lado, para outro, e geralmente para fazer coisas terríveis, matanças, etc., e a população já tinha essa mania, digamos assim, de tirar a gasolina do tanque e deixá-lo completamente seco. Quando os paramilitares chegaram em casa meu sobrinho disse: olhem o tanque, está completamente seco, o que realmente tinha acontecido, ele tinha feito uma viagem quando subiu da cidade, fez a viagem sem gasolina suficiente para voltar, inclusive no outro dia teve que esperar que descesse outro carro, o primeiro, para que lhe fornecesse um litro de gasolina e poder assim chegar novamente a cidade. Porém os paramilitares pensaram que não era verdade, que ele simplesmente não queria colaborar, e isso é algo gravíssimo para que a gente arrume confusão com eles, nesse aspecto a guerrilha é um pouquinho mais conseqüente, mas os paramilitares não, quando a gente não lhes serve, ou matam você ou dão um tempo prudencial para você ir embora da região. O que aconteceu com meu sobrinho foi isso. A psicologia que eles seguem é que fazem com que você perceba que está na lista. Estavam ameaçados ele e minha mãe, pois acreditavam que ela era a dona do carro. Então por isso minha mãe fica

na lista, bem como meu sobrinho. Minha mãe aparentemente por ser a dona e meu sobrinho por ser o motorista do carro que se negou a fazer a viagem. Então depois disso já começa uma perseguição. Um rapaz da região me disse que minha mãe e meu sobrinho estavam na lista, então, eu a tirei primeiro porque tinha muito medo. Ela permanecia o dia inteiro sozinha, eu tinha muito medo, por isso a tiramos primeiro. Mas já começam uma perseguição constante contra meu sobrinho, ou seja, o vigiam constantemente por toda parte. Perto do carro sempre havia uma pessoa dos paramilitares, em qualquer viagem sempre ia algum deles, esse era um sinal, essa é a forma de começar a trabalhar com as pessoas. Primeiro fazem com que você saiba, depois começam uma perseguição por oito ou quinze dias, e se nesse tempo você não consegue fugir, o matam. Contudo, meu sobrinho não queria ir embora, não tinha lugar para onde ir. Estava com sua esposa, tinha um filho, a esposa estava grávida, não tinham lugar para ir. Assim, ele esperou para ver se realmente isso era verdade, para ver o que acontecia. Em 25 de dezembro de 2003 eles foram buscá-lo em casa. Ele conseguiu fugir por um rio até chegar a uma casa vizinha, eles não o viram. Quando eles chegaram em casa estavam armados procurando-o, perguntaram por ele, mas ele estava um pouco retirado da casa e alcançou se jogar a um rio, quando os viu, saiu correndo dali para cima e se escondeu. O tivemos escondido dois dias na casa da igreja, tratando de ver o que fazíamos com ele, como o tirávamos dali. Falei com várias pessoas para que o tirassem, mas ninguém se atreveu porque isso se sabe que acarreta um problema bastante grande, se forem pegos, matam a todos, não fica nenhum. A nossa casa passou a ser vigiada, bem como a da minha irmã, a minha loja, tudo estava sendo vigiado, pois estavam atrás do meu sobrinho. Devido a isso e vendo que corria muito perigo tomei a determinação de tirá-lo dali eu mesma no meu próprio carro. Dali nós o tiramos um dia de madrugada em companhia da sua esposa que estava com quatro meses de gravidez. Tivemos que dar uma volta muito cumprida, fazer outro percurso, não o habitual, tivemos que dar uma volta praticamente pela mata. A estrada estava muito ruim para chegar à cidade mais próxima, porém, conseguimos preservar suas vidas, conseguimos mandá-los para Cali. Depois começa a perseguição contra mim. Eu já estava sozinha na casa, meu filho permanecia mais tempo em Cali, junto com o pai, pois o menino estava de férias. Começa uma perseguição contra mim, já sozinha, estava sozinha, tinha muito medo, não conseguia nem sequer dormir. Na cidade, a loja era vigiada o dia todo por uma pessoa, que estava sempre em frente, vigiando-me. Um dia os paramilitares entraram na loja com a desculpa que lhes emprestasse o banheiro, eu sabia que eram paramilitares, o comandante dali, que é conhecido, se fez de tonto: posso ir ao banheiro? Mas eu sabia que era para revistar-me, para saber se meu sobrinho estava aí junto. Eu tive que deixar que entrassem; a gente não pode fazer nada. Começou então uma perseguição constante, dia e noite, à noite a casa era vigiada, toda noite sentia passos fora. Decidi, portanto, sair dali, não podia continuar mais, eu estava me arriscando, mesmo que nunca me ameaçaram diretamente, mas essa é forma deles ameaçarem, eles

nunca deixam rastros, nunca deixam provas de ameaças, senão que psicologicamente começa a perseguição mais tremenda. Foi então quando tomei a decisão de fugir. Em primeiro de janeiro de 2004, sai dali, recolhi o que pude, o carro ficou para ser vendido; a casa ficou desocupada, já minha mãe não estava, deixei tudo abandonado, desocupado totalmente. Foi então quando decidimos sair junto com minha mãe para o Equador.

4.4.3.1. A fuga ao Equador

Mas, como surge o Equador como via de fuga no caso de Alicia I? O Equador é, por um lado, o país vizinho mais próximo ao Vale do Cauca; por outro, é o país com o qual ela, assim como muitos dos habitantes desta região, mantém fortes interações comerciais, familiares, etc.:

Era o único país. Primeiro, um país perto geograficamente, de fácil acesso, muito econômico. Além disso, os controles migratórios são muito fáceis. Ninguém tem problema para entrar ali, enquanto em outros países são muito mais complicados. Não conhecia tampouco outro país. O único país que tinha conhecido era o Equador, viajava muito a passeio. A minha família gostava muito dele. Decidimos ir para lá porque já o conhecíamos um pouco.

É de salientar que para a maioria dos colombianos que entrevistei no Brasil, o termo refúgio era praticamente desconhecido. Algo semelhante acontecia com o cidadão comum equatoriano e brasileiro. O senso comum com frequência em São Paulo lhe assinava denominações pejorativas: bandoleiro, fugitivo, à margem da lei, etc. Nesse sentido, muitos refugiados colombianos, ao igual que refugiados procedentes de outros países, reivindicavam constantemente a necessidade de um trabalho de divulgação e sensibilização entre a população local sobre a temática do refúgio. Contudo, as autoridades competentes pareciam se desentender do assunto.

Sobre o refúgio não sabia absolutamente nada. Simplesmente, eu pensava ir embora como migrante. Sim, tratar de me arranjar, mas quando chego à fronteira, falo com um policial equatoriano e lhe pergunto o que fazer, pois queria processar internacionalmente a essas pessoas [paramilitares]. Essas pessoas desestabilizam a gente, fazem o que querem, ameaçam a gente de morte e aqui não passa nada? Ele me disse, você pode solicitar refúgio, me informa de tudo porque eu nem a palavra a conhecia. Quando cheguei a Santo Domingo, comecei a ir ao ACNUR, apresentei todo o problema. Então me aconselharam solicitar refúgio, de fato o fiz.

Infelizmente o Equador receberia a Alicia I com os braços fechados, visto que aos seis meses de ter chegado o governo equatoriano lhe negaria o refúgio. A partir

desse momento, ela entrará nessa terrível zona cinza que obriga a muitos a viver na discriminada miséria.

Além da negativa da solicitação de asilo, a situação de Alicia I se complicará, pois a influência das redes de poder excede as fronteiras nacionais colombianas. Assim, a permanência de Alicia I em Santo Domingo (Equador) se verá ameaçada em 2006 ao notar a presença de dois paramilitares de Trujillo. Para se proteger terá que se deslocar para Quito em companhia de sua família, onde se envolverá de cheio com o processo de criação de uma associação de refugiados. A reflexão sobre a própria situação no Equador, bem como a sensibilização diante das dificuldades que enfrentavam os milhares dos seus conterrâneos que chegavam ao Equador, fazem com que esta mulher se comprometa nesta empresa. O deslocamento massivo de colombianos e a incapacidade institucional e econômica, bem como a corrupção do Estado equatoriano, a incentivaram a propor e empreender ações coletivas (reivindicações) ao invés de vias de fato (individuais ou coletivas), cujo propósito será a conformação de uma associação de refugiados. Porém, a criação da associação não será suficiente na luta pelas reivindicações dos refugiados, Alicia I procuraria, por conseguinte, outros espaços conjuntamente com outros companheiros (5) e companheiras: a realização de uma passeata pela América do Sul.

4.4.3.2. Uma segunda fuga: o Brasil

Uma linha molecular (Deleuze e Guattari, 1994: 218) de ação política, respectivamente um devir-sublevado, da Alicia I provocará uma nova viagem forçada, desta vez, ao Brasil. Ao se tornar pública a ineficiência do governo equatoriano, no contexto internacional, em relação à proteção internacional dos colombianos no Equador, por meio das denúncias feitas por Alicia I e seus colegas, o próprio escritório do ACNUR com sede nesse país se verá atingido seriamente. Como contrapartida a esta situação se evidenciaria uma espécie de complô (internacional), no qual estariam envolvidas instituições como o ACNUR (que paradoxalmente deveria garantir a proteção internacional), a CÁRITAS, a Polícia, etc., contra os membros da passeata. Um complô *molar* (Deleuze e Guattari, ibidem) que se traduzirá em múltiplas ameaças. Todos terão que procurar asilo, desta vez, fora do Equador para poupar suas vidas e as de seus parentes. O complô se evidenciaria no momento de conferir a sua solicitação de asilo no Brasil, especificamente quando vai à Polícia Federal em São Paulo:

A primeira vez que estive na Polícia Federal para resolver o meu problema de protocolo, disseram-me que era falsificado, que eu podia ir para a cadeia, então, claro, eu me assustei demasiado. Dali eu voltei para CARITAS e perguntei a eles o que estava acontecendo; eles me disseram que se tratava somente de mudança de protocolo, que não havia nenhum problema. Eu disse aos funcionários de CARITAS que não aparecia na base de dados e que na Polícia Federal afirmaram que o protocolo era falsificado, quando eu nunca na vida tinha feito uma coisa desta. A solicitação do meu colega aparece normal, mas eu não apareço como solicitante. Então uma funcionária de CARITAS marca um horário com um funcionário da Polícia Federal para resolver tudo de uma vez. Quando chego lá, tudo parecia normal, ia fazer um protocolo novo, uma declaração nova, ia receber um protocolo novo, um registro novo. Uma das educadoras da casa de acolhida foi comigo porque eu tinha comentado à diretora a situação pela qual estava passando. Ela tinha temor, eu lhe comentei dos temores que tinha sobre uma perseguição por parte do próprio ACNUR Equador. Então, ela parece que, graças a Deus, teve como essa intuição e mandou que uma educadora me acompanhasse esse dia que ia me apresentar novamente na Polícia. Então, eu estava fazendo aparentemente a declaração, mas era mentira, o delegado havia chamado um policial para me buscar e eu não sabia, quem percebeu isso foi a educadora, que imediatamente ligou para a diretora da casa de acolhida, ela telefonou para CARITAS, o ACNUR, falou com o assessor jurídico, que ligou para Polícia Federal dizendo que não fizessem nada comigo, que estava indo um advogado e, graças a Deus foi por tudo isso que não me prenderam. O que me pareceu curioso foi que o delegado depois disse: não vai pensar nunca que isto é um complô. Quando eu nunca tinha dito nada, nem sequer havia acusado de nada. Eu lhe disse: mas é que os fatos me estão demonstrando o contrário. Eu não tinha pensado isso, mas agora que você me diz, os fatos me estão demonstrando que verdadeiramente é assim [...] Poucos dias depois disso me chega uma ameaça ao meu e-mail, segundo a qual eu tinha que voltar ao Equador, que me fariam regressar, não a mim sozinha, mas ao grupo da passeata, tínhamos que retornar ao Equador, que nos iam fazer regressar, chegou essa ameaça [...] Já depois dos trâmites do protocolo, normalizou-se tudo, mandei cartas à ONU, à Corte Interamericana de Direitos Humanos, nunca me responderam. Fiz a CARITAS assinar uma carta, na qual se dizia que se me acontecesse algo ou me envolvessem em algo, que isso era um complô que havia contra mim e que o responsável seria o ACNUR do Equador, e que a CARITAS estava no complô, ou seja, disse a eles que tinham que cuidar de mim. Falei em CARITAS com a advogada que fiscaliza ali, ela me disse que a carta estava boa, mas muito discretamente me escreveu em um papel: vá à Cruz Vermelha Internacional. Isso foi o único que me disse. Então, isso me fez desconfiar mais.

As ameaças que Alicia I receberia no seu correio eletrônico provocaram a reaparição de medos e desconfianças. Além dos temores causados pelo suposto complô,

tudo isso ocasionará a ocultação de seu devir-revolucionário, que lhe permita garantir pelo menos:

Eu sei que ainda preciso ter cuidado, eu sei que estou ameaçada aqui. Se não soubessem que estou aqui, não haveria problema, mas já sabem que estou aqui. A ameaça que me chegou ao correio foi que não cante vitória, que já sabem que estou no Brasil, que tenho que retornar e quando retornar, quando todos retornarem, vão rodar cabeças. Então eu já sei que preciso ter muito cuidado aqui, e por isso desculpe-me pela desconfiança no começo.

4.4.4. Alicia II

O devir-estrangeiro, devir-exilado, da Alicia II também está vinculado à fase mais recente do conflito colombiano. Da mesma forma que as outras redes de poder (Pécaut, 2003: 84-87), as guerrilhas são responsáveis pelo deslocamento forçado (interno e externo) de milhares de colombianos. As formas de ameaçar e agir são semelhantes às utilizadas pelos paramilitares. Contudo, parece que os grupos guerrilheiros não se preocupam muito com deixar rastros, isto é, as ameaças são feitas por escrito (pasquins, mensagens eletrônicas, etc.).

Alicia II, enfermeira negra nascida em Caloto (Cauca), procedente de Puerto Tejada (Cauca). Nestes dois municípios as ações das redes de poder tinham ocasionado não apenas seu deslocamento forçado, seu devir-perseguida, mas o de outros membros da sua família, que foram alvos constantes de suas pressões. Sua viagem forçada será causada por ameaças das guerrilhas que operam na região. É de salientar que a situação de direitos humanos no departamento do Cauca tem sido muito grave. O exagerado incremento da violência social, os homicídios, as desapareições forçadas e o deslocamento expressam a degradação do conflito armado. Os municípios de Popayán, Santander de Quilichao, El Bordo, El Tambo, Argelia, Balboa, Bolívar e Puerto Tejada são os mais afetados. Por outro lado, o município de Puerto Tejada tem atravessado por uma de suas mais agudas crises de governabilidade e legitimidade, acentuada com maior incidência na institucionalidade pública local. O exemplo mais claro é que nenhum dos seus últimos prefeitos conseguiu terminar seu período de governo. Destaca-se, entre outros, um marcante coronelismo (político) e corrupção, além da presença das redes de poder em disputa pelo domínio do território.

A filiação ao partido Liberal e seu envolvimento com os movimentos sociais e reivindicações coletivas contrariará os interesses da guerrilha em Puerto Tejada. Isto lhe

ocasionará retaliações. Assim, Alicia II opta por fugir, primeiro para Bogotá, onde devirá *desplazada* (deslocada ou refugiada interna). Ali permanecerá oculta durante algum tempo. Depois quando se sente ameaçada novamente, tomará a decisão de sair do país para poupar sua vida. Emergem os *agenciamentos*, Irmão-Guarda-Costas-Prefeito, Alicia II-Porta-Voz-Prefeito-Pasquim que levaram à fuga:

Eu me meti em um problema muito grande que foi pertencer ao partido político liberal porque sempre fui liberal. Nesse tempo meu irmão era o guarda-costas do prefeito e eu era simplesmente uma trabalhadora. Trabalhava com famílias, com mães solteiras, e suas famílias votaram pelo partido liberal, que a guerrilha não queria. Como eu era a porta-voz, eu era a que tinha que falar; era quem falava; a guerrilha me disse que votara pelo seu candidato, eu disse que não porque, começando, a cidade não tem água potável, acredito que já deveria ter, mas não tinha água potável. A água que saía da torneira não se podia tomar; servia só para lavar, nós tínhamos que comprar água. Para que houvesse água potável era necessário motobomba. Ou seja, eu brigava por isso, lutava por isso. Para que as pessoas pudessem fazer uma coisa destas tinha que se investir dinheiro e à guerrilha não lhe convenia que fosse investido dinheiro no povoado. Nós lutávamos por isso, o grupo. Então tínhamos que votar por um partido que nos pudesse solucionar. O nosso candidato ganhou e a guerrilha não gostou. Meu irmão foi levado embora e apareceu morto. Como em três dias o acharam morto. E começaram os problemas até que meu esposo me disse, tem que ir embora porque chegou este papel. Mandaram-me uns pasquins, que eu tinha que desocupar a cidade em dois ou três dias. Então eu hipotequei minha casa, fui a um amigo que me hipotecou a casa. Nossa, busquei quem poderia me ajudar a sair do país, que me ajudasse. Então fui embora para Bogotá, um ano estive escondida, até quando uma vez andava pela rua e vi a uma pessoa e me assustei muito. Procurei quem me ajudasse sair do país. Roubaram-me o dinheiro. Em Bogotá abri processos. Fui à Defensoria do Povo, fui a muitas partes para que me ajudassem. Disseram-me que saísse do país, que era melhor ir embora para outro país. E vim para o Brasil. Tudo se danou, toda minha vida se foi, tudo se danou.

Em 2005, Alicia II solicitaria asilo no Brasil. No final de 2007, quando a entrevistei, preparava-se para viajar a Costa Rica. Sua estância no Brasil lhe acarretaria uma condição de extrema precariedade, especialmente depois de que afloraria nela um devir-sublevado, que se concretizaria na sua participação em um protesto por parte dos refugiados colombianos perante o ACNUR e a CÁRITAS (março de 2007), no qual se denunciavam falhas no tratamento aos refugiados no Brasil, bem como se reivindicavam uma série de direitos. Praticamente todos os que participaram no protesto perderiam os subsídios no referente à chamada integração social (alimentação, trabalho, transporte, estudo, etc.). Nos casos mais graves houve colombianos que foram obrigados a

abandonar o país sob ameaças, perdendo inclusive o seu status de refugiados. As esperanças de Alicia II se depositavam então no reencontro com suas duas irmãs que estavam exiladas na Costa Rica.

5.4.5. Bruno I

O devir-estrangeiro, devir-exilado, de Bruno I está ligado ao último estrato do conflito armado na Colômbia. Bruno I é um jovem exilado na Espanha desde 2003, membro da Juventude Comunista da Colômbia (JUCO), ex-aluno de filosofia e ciência política. Procedente do movimento estudantil, no qual desempenhou a maior parte de seu trabalho político. Sua trajetória inclui a participação em organizações como a Rede de Universidades ao Comitê Temático. Este comitê era a instância assessora da mesa de negociação no processo de paz (Diálogos do Caguán) entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Processo que terminou frustrado em fevereiro de 2002. De igual forma, Bruno I, foi observador convidado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), durante a primeira análise e avaliação do processo de paz guatemalteco, entre outros. O pertencimento a estes grupos constituiria uma ameaça para o (atual) governo colombiano. Quais são as circunstâncias que levam a emergência do devir-estrangeiro, devir exilado, deste jovem?

Bom, essa mesma lógica que sempre perdurou no país, onde a diferença ideológica, a diferença política, a diferença de visão de país, tem se contestado com o fuzil, com bala. Então, digamos, que eu fui parte de tudo isso. Quando exprimes uma posição que contradiz a postura hegemônica, o *statu quo*, o governo, o Estado, em últimas a resposta, em muitos casos, é a expulsão do teu país, e isso foi o que aconteceu, a raiz de minha posição e visão, uma visão coletiva que gera esse tipo de circunstâncias.

4.4.5.1. A fuga à Espanha

Como surge a Espanha como via de fuga? No devir-estrangeiro, devir-exilado, de Bruno I se entrecruzam as linhas da militância política, dos estudos e da “religião”, em certa forma. Bruno I era estudante de filosofia na Pontifícia Universidade Xaveriana, universidade regida pela ordem religiosa dos jesuítas. Serão eles os que se encarregarão de administrar sua saída da Colômbia, brindando-lhe proteção. Isto não diminui seu perspicaz devir-agnóstico. É possível ver através deste exemplo como em nível molar se possibilitam ações moleculares (Deleuze e Guattari, op. cit.: 218), fluxos de desterritorialização, devires, até mesmo agnósticos.

Como eu estudava com jesuítas, pelo qual os jesuítas, digamos, tem uma rede bastante ampla, podem te contatar com quem queiras, aí é quando um entende todas as coisas. Bom, mas há que dizer que os jesuítas, entre tudo o que é a Igreja Católica, são os de mais avançada, os progressistas, os mais próximos à realidade, a realidade de países como o nosso. Então eles fizeram todas as gestões para me trazer aqui e, pois, estou aqui, não havia nenhum motivo de planejamento, ah, vou embora para a Espanha porque tal, a paelha, nada disso. Um dia apareci em Bilbao e já não sabia nem por que nem até quando, e até o sol de hoje.

4.4.5.2. A separação, o exílio, a guerra

A abrupta separação de sua família, pelo prolongado estado de guerra que experimenta a Colômbia, produzirá muita tristeza. Sua família reagirá:

Como um corpo ao que desmembram uma parte. Isso foi o que aconteceu e sabendo que nunca mais se ia viver nesse mesmo núcleo familiar. Claro, até que dois anos depois [os] trouxe [meus pais] por reunião familiar.

Lamentavelmente, a guerra constituirá para Bruno I o acontecimento mais sobressalente de sua vida:

Há um evento que tem marcado minha vida em geral, que é o conflito interno, não posso dizer que tenha marcado um episódio porque não vivi um cenário de paz que tivesse mudado para um cenário de guerra, no qual eu diga, claro, em tal data aconteceu tal coisa que desencadeou tal conflito, não. Eu nasci no meio do conflito, fui criado no meio do conflito e me expulsaram no meio do conflito [...] O conflito na Colômbia tem marcado toda minha vida, de entrada a saída.

Diante do fracasso dos Diálogos do Caguán, Bruno I será forçado sair do país, terá que se exilar no Velho Continente. O Encontro com a Espanha lhe produzirá um choque violento, que diminuirá sua potência de agir. Bruno I chegará em fevereiro de 2002 a Bilbao, encontrar-se-á perante uma paisagem bastante lúgubre:

Desconhecida, muito cinza, frio, chuvoso, desolador. O primeiro que eu encontro é uma cidade de aço, essa parte industrial de Bilbao. Claro, Bilbao aí estava em plena remodelação, não é a Bilbao de hoje. Uma Bilbao mais industrial. Como um ambiente pesado, de cores escuras, eu me lembro muito bem disso, esses primeiros dias, as primeiras chuvas, os primeiros dias curtos, muito curtos, claro, isso é muito complicado.

Graças ao apoio dos jesuítas, sua solicitação de asilo será tramitada rapidamente e sem grandes sobressaltos. Contudo, Bruno I não conseguirá se assentar definitivamente em Bilbao. Ele percorrerá muitos outros lugares na Europa, antes de sua chegada a Barcelona em 2007:

Em Bilbao estive quase um par de anos, um ano e meio. Bom, mas depois fui a outros países, a outras partes, viver. Morei na Inglaterra, na Noruega, em Madri e agora cá. Tem me levado mais a intenção de conhecer, de viver cidades, de viver países, não houve nenhum motivo de força maior que me obrigasse no absoluto.

Sua chegada a Barcelona será já algo mecânico, as suas impressões não serão as mesmas que no começo de seu exílio:

A primeira impressão de Bilbao, essa me impactou muitíssimo. A primeira impressão de morar em Londres, por exemplo, impactou-me muitíssimo, está a cidade e estou eu. Não há nada mais, isto é, aqui se vire como puder, aqui não pode chamar o seu papai ou a sua mamãe, vire-se, isso me impactou. Já quando vim a Barcelona era uma coisa mecânica: quantos amigos você tem em Barcelona, tantos, pronto, precisa procurar trabalho, vamos procurar trabalho, perguntemos, então, começa a desenvolver uma série de coisas que quando você viajou pela primeira vez tinha dificuldade, precisava anotá-las, olhar, e agora o que faço, não, já é como uma coisa mecânica, primeiro, em tanto tempo preciso arrumar tal trabalho. Enfim, um passo mais.

4.4.6. Alicia III

Alicia III, psicóloga auto-exilada⁸⁵ e defensora dos direitos humanos, é novamente uma boa ilustração das diferenças que operam entre São Paulo e Barcelona. Seu devir-exilada também está vinculado à fase mais recente do conflito colombiano. Era comum que nas nossas conversas aflorasse nela também um devir-feminista:

Eu venho trabalhando há muito tempo na defesa dos direitos humanos, fazendo alianças com outros movimentos sociais, pertencço ao *Movimiento Social de Mujeres Contra la Guerra*, à *Organización Femenina Popular*, que é uma organização com 35 anos de trajetória, que luta pelo melhoramento das condições de vida das comunidades e das mulheres, que é uma organização com consciência de classe e consciência de gênero, que faz denúncias das coisas que acontecem no país. Esta organização tem muitos programas para recuperar o tecido social danificado pela guerra, mas também denuncia as atrocidades que ocorrem no quadro do conflito armado. Todas essas atrocidades são ocasionadas pelos atores armados, especificamente a força pública. Também pertencço a *Fundación Manuel Cepeda Vargas* que trabalha pela construção da memória social na Colômbia, por conseguir condições de verdade, justiça e reparação para as vítimas. Creio que essa participação ativa na Colômbia determinou de alguma maneira minha saída do país.

⁸⁵ Várias das pessoas perseguidas politicamente, apesar de ter fugido, tinham decidido não solicitar refúgio em virtude das implicações que isso acarretava. Por exemplo, a impossibilidade ou proibição de retorno, o fato de falar ou participar em atividades ligadas ao país de origem, etc.

4.4.6.1. A fuga à Barcelona

Como surge Barcelona? No devir-estrangeiro de Alicia III se entrecruzam as linhas da militância política e dos estudos. É assim como a partir dos últimos se possibilitam espaços confiáveis para sua saída forçada da Colômbia:

Surge pela facilidade, talvez. Eu tinha estado aqui fazendo um estudo na Universidade Autônoma e me movendo pelo mundo, movi-me pelo mundo fazendo denúncia do que acontecia na Colômbia, com as mulheres, com as organizações sociais, com o movimento sindical, com os movimentos de direitos humanos, denunciando o que se passava na Colômbia. E estudando. Então regresso a Colômbia e me encontro com a decisão de sair para Barcelona. Havia três opções, uma para a Venezuela, que eu gostava muito pela participação social. A outra era Londres, que não me animava muito porque havia espaços que tinha que começar a abrir. E a outra era Barcelona, que tinha espaços abertos, ficava fácil para mim.

Entretanto, o segundo período em Barcelona será bastante cinza, nele ela devirá imigrante, (auto)exilada, já não quererá permanecer ali, resiste-se, é levada por uma grande depressão, carregará uma forte dor:

De Barcelona tenho duas impressões. Vivi os últimos três anos, quatro, de minha vida entre antes e depois de. Antes de, é o primeiro período, como eu o chamo. Naquele período vim estudar com uma bolsa, com condições criadas para fazer um bom trabalho, tinha uma agenda na que me movia por muitos espaços. O segundo período é um período no qual reconheço a migração, é um período no qual não quero estar aqui. É um período no qual me resisto a ficar aqui, é um período no qual me afasto das pessoas do primeiro período. É um período no qual não quero sequer que me seja dada uma carteira de saúde, sanitária, não queria andar de metrô. Tenho caminhado muito, muito, longo tempo em Barcelona porque tampouco queria usar o metrô, um período no qual não queria talvez nem comer, no qual não quero aprender, não quero me relacionar, era uma coisa muito dura, dura, que me reduziu finalmente a uma grande depressão. Os primeiros meses desse segundo período, estar aqui era muito duro. Cheguei ao fim do outono e me encontrei com o inverno, com esse outro inverno que foi muito duro para mim. Mas, em ambos os períodos a gente não foi diferente comigo, era eu quem estava diferente, era eu quem olhava diferente porque tinha essa condição por dentro diferente.

4.4.7. Bruno II

Nesse contexto de desterritorialização e reterritorialização, deslocamento forçado, agravamento do conflito, etc., se inserem as trajetórias de vida da maioria dos colombianos.

Além das terríficas alianças entre multinacionais e paramilitares mencionadas antes, evidenciam-se também vínculos entre a Igreja católica e paramilitares. A trajetória de Bruno II será uma prova fidedigna disso. Sua viagem forçada será o efeito delas, no momento em que denuncia publicamente seus abusos de poder.

Bruno II nasceu em um município próximo de Bogotá, chegou a São Paulo a começos de 2007 procurando proteção internacional. Como a maioria de seus conterrâneos, sua trajetória vital carregava uma forte transumância, de *rebusque*:

Na Colômbia migrei, estive em Cartagena, Barranquilla, tratando de sobreviver, procurando trabalho, subsistência.

É de assinalar que a experiência migratória permeia a trajetória de vida da maioria dos colombianos. Essa experiência se funda principalmente nos estragos causados pela guerra. Nesse sentido, a década de 1970 constitui um ponto de inflexão, pois as grandes cidades como Bogotá, experimentaram a chegada de grandes massas de camponeses deslocados, como aconteceria também com a família de Bruno I, que chegaria proveniente de municípios da região do Sumapaz, que contam com uma longa tradição de resistência, como apresentei no primeiro capítulo:

Minha família não é de Bogotá. Realmente, a maioria dos bogotanos e bogotanas até a década de 1970 não era de Bogotá, eram migrações de distintas zonas do país. Meus pais não eram a exceção. Eles vêm de uns vilarejos que ficam no Sumapaz: Venecia, Pandi em Cundinamarca.

Bruno II cursou alguns semestres de jornalismo, mas devido a dificuldades econômicas teve que abandonar os seus estudos. Posteriormente, deviria seminarista em uma comunidade religiosa que se ocupava do cuidado de anciãos e doentes de HIV, onde permaneceria até quando teria que denunciá-la por abusos, corrupção e outras práticas. Por esse motivo este jovem devirá, primeiro, perseguido e ameaçado e, logo, fugitivo e solicitante de asilo no Brasil. Na trajetória de Bruno II se cruzam linhas molares e moleculares. A prática religiosa inscrita em uma comunidade religiosa, um devir-insurgente, que mina a primeira, que delata seus abusos de poder. Acontece, assim, o encontro com a guerra, que o constrangerá à fuga:

Senti-me ameaçado. Temia tanto por minha vida como pela de minha mãe. Tive ameaças de chefes paramilitares na Colômbia, e por isso tomei a decisão de sair do meu país, para proteger a vida da minha mãe e a minha [...] Denunciei uma comunidade religiosa por suborno, corrupção, homossexualismo e maltrato às pessoas, aos anciãos [...] Pelas denúncias que fiz no meu país houve pessoas pressas.

4.4.7.1. A fuga a Brasil

O Brasil surge como via de escape diante das constantes perseguições e ameaças na Colômbia. A falta de recursos para procurar alternativas e justificar sua saída, bem como sua posição de classe, serão razões de peso que o forçaram para se deslocar especificamente ao Brasil, onde as coisas pareceriam ser mais simples, pelo menos no concernente aos controles migratórios. Além disso, haverá que levar em conta a “proximidade” e “facilidade” de realizar o percurso por via terrestre, como evidentemente este jovem o empreenderia:

Tomei a decisão do Brasil porque sou realista. Sou colombiano e materialmente não tenho para demonstrar perante um consulado ou embaixada que tenho algo para retornar, se quiser passear ou morar em um país. Não tenho nada que me amarre a Colômbia. E o mais fácil para uma pessoa emigrar, como o mais concreto em decisão que pode tomar a pessoa ou eu, foi vir ao Brasil. Por quê? Porque você pode fazê-lo por via terrestre, não precisa de visto, só um passaporte para poder ingressar ao país. Se você quiser ir aos Estados Unidos ou a um país europeu, para nós, os colombianos, é impossível, exigem-nos visto. E um visto para um colombiano da minha classe social é muito difícil, é impossível.

Bruno II, ao igual que muitos de seus conterrâneos, empreenderá uma longa viagem terrestre e fluvial ao Brasil através da floresta amazônica até chegar à fronteira com o Brasil, nas cidades de Leticia (na Colômbia) e de Tabatinga (no Brasil). Como muitos colombianos, Bruno II tampouco solicita asilo no posto policial fronteiriço, pois, além do medo de ser devolvido à Colômbia, desconhecia os direitos do solicitante de asilo:

Tive temor a que me devolvessem. Não sabia. Não estava muito informado como era o procedimento e tive temor a que me devolvessem que não me dessem a permissão para entrar legalmente ao país. Então eu queria fazê-lo legalmente, com um visto bom no meu passaporte e por isso tomei a decisão de entrar como turista, e cá em São Paulo, meu objetivo era São Paulo, pedir o refúgio.

Para que Bruno II se torne solicitante de asilo será necessário enfrentar a máquina burocrática e estatal brasileira, simultaneamente haverá que desafiar outras instâncias públicas e privadas que pretenderam diminuir a sua potência de agir:

Quando cheguei a São Paulo me senti acolhido porque pedi ajuda e me foi dada. Senti um calor humano bonito. Mas, depois, quando cheguei à casa de migrantes não me senti muito bem acolhido, depois que leram minha declaração de solicitação de asilo. Infelizmente, essa casa pertence à Igreja católica. Depois que leram minha declaração não houve boas-vindas nem o trato que me deram nesses dias seguintes. Talvez se

sentissem atingidos, ofendidos [...] Talvez porque pelas denúncias que eu fiz no meu país houve pessoas pressas. E ao um sacerdote, um religioso, ler minha declaração, vai dizer, esta pessoa não nos convêm aqui, não vão levar em conta que eu estou emigrando nem que estou à procura de refúgio, proteção. Depois de ler a minha declaração a assistente social me deu dois dias para ficar na casa. Eu lhe perguntei por que só dois dias, ela me disse que essa casa não era para mim, que era para migrantes [...] Então eu fui falar isso na CÁRITAS, eles falaram com a assistente social. Eu não sei o que falaram, mas quando voltei à casa de acolhida, fizeram-me aguardar durante três horas na porta, estava chovendo, eu estava com muito frio, senti-me humilhado, muito mal [...] Aguardei durante três longas horas, estava chovendo e eu me molhando, o frio era intenso, depois de três horas, abriram a porta, e a assistente social me disse, o senhor pode ir à CÁRITAS, pode ir falar com o papa, com os sacerdotes, com quem quiser, mas o senhor não vai me obrigar a lhe dar mais do que quinze dias na casa, o senhor verá o que vai fazer. Ao sentir-me tão maltratado, tão mal acolhido e ao sentir o frio das pessoas ali, e o frio da cidade, tomei a decisão de ficar três dias em São Paulo e ir embora para outra cidade, a qual foi o Rio de Janeiro.

Bruno II se dirigirá à CÁRITAS do Rio de Janeiro, onde solicitará acolhida. Permanecerá ali até meados de 2007, quando decide voltar à São Paulo, à mesma casa de migrantes onde já tinha ficado a primeira vez. Nesta casa ficará até o início de 2008, quando decide continuar seu périplo em direção à Guiana Francesa, por causa de seu descontentamento e penúrias que teria passado no Brasil. Após uma difícil travessia, Bruno II conseguirá entrar e chegar clandestinamente em Caiena na Guiana Francesa. Ali terá de permanecer oculto durante cerca de três meses, logo após solicitará asilo perante a prefeitura da cidade. Entretanto, nessa cidade Bruno II conhecerá uma cidadã francesa que devirá sua benfeitora. Graças ao seu apoio conseguirá fender a quimérica, terrífica e insolidária Europa Fortaleza, onde continuará seu processo de solicitação de refúgio.

4.5. Estigmas, estereótipos, discriminação, xenofobia

Em 1963 Goffman proporia usar o termo estigma “em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (Goffman, 1986: 13). Mais adiante Goffman afirma que “um estigma, é então, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a

modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito” (Goffman, op. cit.: 14).

O trabalho de Goffman sobre o estigma apresentaria dois momentos. Em um primeiro momento o autor sugere que se perceba o estigma a partir de um enfoque interacionista, como uma forma de classificação social pela qual uma pessoa identifica a outra conforme certos atributos, seletivamente reconhecidos pelo sujeito classificante, como positivos ou negativos e depreciativos. Aqueles que atendem aos atributos reconhecidos como positivos, constituem a categoria dos “normais”, os demais compõem a categoria dos “estigmatizados”. Em um segundo momento Goffman considera que a concepção de estigma, ao invés de se referir a indivíduos concretos, deva levar em conta o processo social no qual os dois papéis se encontram (o do normal e a do estigmatizado), e assinala que certamente cada pessoa, em algum momento da sua vida, viveu ambas as situações. Estigmatizados e normais não aparecem mais retificados em categorias, mas como perspectivas, geradas em situações sociais nas quais determinadas normas estabelecidas não foram cumpridas, aproximando, assim a reflexão sobre o estigma da temática do “desvio”.

Após Goffman o estudo do estigma ganharia cada vez mais importância principalmente no âmbito das ciências sociais. Entretanto, haveria pouco esforço no relacionado ao esclarecimento e delimitação conceitual do estigma. Observar-se-ia um desdobramento progressivo das bases conceituais formuladas por Goffman, incluindo uma série de fenômenos sociais ligados empiricamente a suas expressões, entre elas a discriminação social. Isto mais do que enriquecer o conceito original, resultaria em uma confusão geral do estigma com esses fenômenos, acarretando definições cada vez mais vagas e imprecisas. Assim, com frequência, o estigma ficaria reduzido a mais um sinônimo da discriminação, a rejeição e a exclusão social, confundindo-se, outras vezes, com efeitos de outros fenômenos próprios das interações humanas, por exemplo, as atitudes⁸⁶ e os estereótipos de natureza negativa (Mirić, 2003: 1-3).

⁸⁶ Por atitude se poderia entender “um estado mental e neural de disposição para responder, organizada pela experiência, que exerce uma influência, diretiva ou dinâmica sobre a conduta referente a todos os objetos e situações com os que se relaciona”. Ou, então, as atitudes poderiam ser vistas como “conjuntos de sistemas de crenças, sentimentos e tendências reativas organizadas em torno a um estímulo social específico”. Nesta definição se consideram três componentes: cognoscitivo, comportamental e afetivo. Este último estaria composto pelas emoções e os sentimentos ligados aos aspectos cognitivos e comportamentais, podendo se manifestar tanto a favor ou contra o estímulo em questão, em virtude disso, é feita a distinção entre atitudes positivas e negativas. Estas últimas caracterizadas conforme a rejeição, mais ou menos forte (Mirić, 2003: 1-3).

Quanto aos estereótipos, eles poderiam ser assumidos como categorias cognitivas que as pessoas utilizam para codificar, armazenar e recuperar a informação proveniente de suas interações com outros seres humanos. Eles poderiam ser concebidos como parte do componente cognitivo das atitudes, se bem que é certo que também abrangem algumas dimensões afetivas. Assim, os membros de uma mesma cultura, consensualmente atribuiriam determinados traços a certos grupos sociais, percebendo-os como portadores de algumas características distintivas em comparação com outros seres humanos. Aos indivíduos destes grupos, identificados a partir dessas características distintivas, seria lhes atribuído automaticamente o resto dos traços que se considera que o seu grupo possui, e serão tratados, portanto, nas interações sociais das quais tomam parte (Mirić, op. cit.: 4-6).

Os estereótipos afetam tanto a forma em que os seres humanos pensam e sentem sobre outras pessoas quanto a sua forma de agir e reagir diante delas, podem se tornar em descrições equívocas incompletas e excessivamente rigorosas de determinados grupos sociais e, por conseguinte, de seus membros particulares. Os estereótipos estão ligados à inexatidão na percepção dos estímulos sociais, ao seu processamento equívoco, às generalizações excessivas, aos padrões inapropriados de atribuição e à racionalização das atitudes preconceituosas ou da conduta discriminatória, entre outros. Portanto, da mesma forma que acontece com as atitudes negativas, os estereótipos negativos são suscetíveis relacionar-se com os atributos estigmatizantes e, em ocasiões, podem ser confundidos com eles (Mirić, op. cit.: ibidem).

De acordo com Mirić (op. cit.) resultaria difícil estabelecer limites claros entre os conceitos de estigma e estereótipos negativos; da mesma maneira, apresentam-se dificuldades para diferenciar a discriminação social gerada pelos estereótipos e a provocada pelo estigma. Neste sentido, se o estigma é adotado como sinônimo do estereótipo negativo caberia se perguntar o uso deste termo, no lugar de outro, tanto ou mais apropriado.

Entretanto, interessa-me em especial o funcionamento e o efeito dos estereótipos e dos estigmas, os quais entendo como dispositivos que são ativados, em especial, mas não exclusivamente, nos *encontros* entre os cidadãos e os imigrantes (exilados, respectivamente), implicando, assim, a emergência de um devir-estrangeiro. Através destes dispositivos se potencializam processos discriminatórios que agem e se

expressam de múltiplas formas, entre elas, as corriqueiras e aparentemente inofensivas piadas ou brincadeiras sobre nacionais de diferentes países.

Manuel Delgado, ao pensar nos fluxos migratórios que se dirigem à Espanha, denuncia que no imaginário social imperante, o adjetivo imigrante é aplicado a indivíduos percebidos como possuidores de certas características negativas (estigmas ou estereótipos negativos), a saber: ser alheio ao lugar, ser pobre, ser culturalmente atrasado, ser excessivo em número e ser perigoso (Delgado, 2003: 14-15 *apud* Etcheverry, 2009). Desse modo, o imigrante seria pensado como alguém que estaria não por ter sido convidado, mas porque iria procurar o que o seu país não lhe deu, e para isto deve estar disposto a ocupar os piores cargos da sociedade de destino. Além disso, o imigrante também procederia de um país culturalmente mais atrasado, fosse visto isto com rejeição ou com aprovação. Suas maneiras de agir e pensar estariam geralmente determinadas por sua “cultura” e a maioria de seus problemas estariam ligados ao desligamento de sua “cultura”. Se conseguissem se desligar de sua “cultura”, estes poderiam se “integrar” ou “assimilar” à sociedade de destino. Os estrangeiros, ao contrário dos imigrantes, seriam supostamente integrantes de uma sociedade global, seriam tradicionalmente originários de países com economias mais prósperas ou de setores mais favorecidos da sociedade de origem, configurariam minorias étnicas e teriam uma “cultura” (Etcheverry, op. cit.).

Além disso, no contexto europeu as dificuldades econômicas dos imigrantes se converteriam em um assunto racial, já que:

A categoria de “etnia” tende a ser recoberta pela de “raça”, possibilitando a emergência das mais variadas formas de racismos em que as características fenotípicas são transformadas em stigmas (Ianni, 1996: 19 *apud* Silva, 1998: 24).

Deste modo, os imigrantes são vistos como os culpáveis da violência, o tráfico de drogas, a alta dos preços, o desemprego, a prostituição, etc. (Silva, op. cit. *ibidem*)

Recentemente, a estigmatização dos imigrantes (e exilados) latino-americanos pelo senso comum e pela mídia no Brasil tem se mostrado bastante prolífica. Assim:

Um exemplo emblemático dessa realidade são os stigmas atribuídos aos bolivianos em São Paulo, os quais são vistos [...] como possíveis “traficantes”, gente de “pouca cultura”, de origem indígena e de pele morena (Silva, 1997: 185-192). Da mesma forma os paraguaios são vistos como “muambeiros”, e os peruanos como pessoas que se dedicam ao furto (Silva, op. cit.: *ibidem*).

Haveria que acrescentar nesse elenco os imigrantes e/ou exilados colombianos, que são percebidos, em geral, como potenciais traficantes, guerrilheiros ou paramilitares. Contudo, os estigmas associados aos imigrantes ou exilados poderiam se tornar em uma força propulsora para a ação coletiva:

Em um ambiente de fundamentalismos, racismo, xenofobia ou discriminação, ou em condições de exclusão social e precariedade extrema partilhadas pelos imigrantes na sociedade de destino; emergiria uma espécie de “identidade do imigrante”, uma *identidade assinalada*, uma *identidade imputada*” De fato nas sociedades receptoras, não só se verifica a rejeição a esses *estranhos*, senão que a solidariedade com os imigrantes se plasma nas agendas de diversos movimentos *pro imigrante*, que incluem entre as suas reivindicações o *direito à pertença*, à *igualdade* e à *não discriminação* (Cruz et altri, 2008: 195). A tradução é minha.

No caso colombiano se destacam atualmente os estereótipos (negativos) do narcotraficante e do guerrilheiro. O primeiro, e mais célebre, surge provavelmente na década de 1980, no momento em que os chamados cartéis (colombianos) da droga começam a ser visibilizados. A referência a “cartéis”, tão cara e difundida pela imprensa, pareceria dar a impressão de que a economia da droga seria administrada por organizações centralizadas que conformariam uma “máfia”. Embora o tráfico da droga suponha redes sofisticadas, os denominados “cartéis” estariam longe de serem entes coordenados ou inclusive configurar amplas e rigorosas associações que fixariam preceitos à população. A maioria dos “cartéis” teria emergido em virtude do habitual contrabando colombiano. Assim, o tráfico da droga teria se inserido em uma série de “savoir-faire” já tradicionais na Colômbia (Pécaut, 2006: 387).

Entre as figuras emblemáticas, onde a mídia encontraria um terreno fértil para a propagação do estereótipo do colombiano narcotraficante, está Pablo Escobar, um dos fundadores do denominado “cartel” de Medellín, quem, entre meados da década de 1980 e começo dos anos 1990, protagonizará ações terroristas devastadoras que tomaram a aparência de um plano de desestabilização do Estado colombiano por parte dos traficantes de droga (Pécaut, op. cit.: 390).

Pablo Escobar, mais do que qualquer outro traficante, tornara-se provavelmente a mais arquetípica das imagens dos colombianos, além das fronteiras. No Brasil, não exclusivamente, quase sempre que alguém se identifica como colombiano, a primeira coisa que vem à colação é a droga e, em segundo lugar, o nome deste “mitológico” narcotraficante, porém, mais recentemente, emergiriam outras duas figuras que lhe

fariam contrapeso, embora de maneira bem mais restrita: o “anônimo” guerrilheiro (das FARC) e o paramilitar, esta última, suspeitosamente, quase imperceptível.

A propósito desses estereótipos, é importante ressaltar que na década de 1950 eles estão completamente ausentes do imaginário coletivo, como se desprende do relato da mais nova das irmãs LL. A emergência de agradáveis blocos de infância, a propósito da interação social no bairro, retrata o seu devir-estrangeiro recém chegadas a São Paulo:

Quando um colombiano chegava ao Brasil, era como chegar um italiano porque naquela época chegou muito italiano, muito japonês. Então, claro, você pode imaginar quatro crianças falando, três crianças falando espanhol, duas, nós duas, e eu falava muito. Então todo mundo achava charmoso, tanto que depois de alguns anos, já mais velhas, quando nos mudamos para a Lapa, a rua era uma rua comercial, as pessoas se encantavam conosco. Éramos conhecidas em todas as lojas, todos queriam falar conosco em espanhol. Naquela época eram somente famílias as que tinham suas lojas. Lojas grandes. Eram muito simpáticos. A toda hora éramos chamados de uma loja a outra. Até um vizinho nos deu presentes de Natal, tinha uma loja de brinquedos. Então éramos muito queridos por isso, porque o povo era muito receptivo.

Em contraste com esta imagem, hoje ambas as irmãs têm que lidar com o (recente e midiaticamente disseminado) estereótipo do colombiano narcotraficante. Apesar disso, ambas afirmam que nunca foram discriminadas. A importância de devir colombianas e brasileiras simultaneamente está atrelada aos conselhos da mãe; o respeito pelos valores de ambas as *comunidades imaginadas* e o seu comparecimento a atos cívicos se encarregará de potencializá-los:

Agora com esse problema que há aqui com esse traficante⁸⁷. Nossos amigos nos respeitam. Eles sabem como somos, e eu tenho por norma profissional não atender

⁸⁷ No dia 7 de agosto de 2007, em operação sob o comando da Polícia Federal (PF), intitulada "Operação Farrapos", o narcotraficante colombiano Juan Carlos Ramírez Abadía, alcunha "Chupeta" seria preso na Grande São Paulo, em um condomínio fechado em Aldeia da Serra. A mídia afirmava ser considerado pelo FBI como o segundo homem mais perigoso do mundo depois de Osama Bin Laden, acusado de mais de trezentos assassinatos na América Latina e mais de quinze nos Estados Unidos. O governo estadunidense ofereceria uma recompensa de cinco milhões de dólares. Em 13 de março de 2008, o Supremo Tribunal Federal brasileiro concederia a extradição de Abadía para os Estados Unidos, onde ele responderia a 15 processos. O próprio traficante pediria para ser enviado aos Estados Unidos. Finalmente, em 22 de agosto de 2008, o traficante seria deportado. Teria sido entregue ainda pela manhã, às autoridades americanas do FBI na cidade de Manaus-AM, de onde partiria rumo aos EUA. No dia 1º de abril de 2008 teria sido condenado a 30 anos, 5 meses e 14 dias de prisão. Abadia seria acusado por formação de quadrilha, por fugir da polícia americana, por lavar dinheiro com o dinheiro do tráfico e por falsidade ideológica. Em 2008, todos os seus bens disponíveis no Brasil teriam sido leiloados, inclusive carros, jóias, roupas, perfumes, chapéus, sapatos e cuecas! Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Carlos_Ram%C3%ADrez_Abad%C3%ADa [acessada em 02/03/2010].

ladrões, traficantes, eu não quero nada com narcotráfico, é um princípio moral meu, eu não quero saber⁸⁸. Então, eu me sinto brasileira também. E eu respeito este país que nos recebeu de portas abertas. Minha mãe conseguiu com dignidade e honradez criar seus filhos e construir sua vida. E nos deu um ambiente social bom porque havia muita gente importante que era muito grata a ela. Então, eu acho que seria muita falta até de reconhecimento. Mas, não podemos negar as raízes, a criação foi puramente colombiana, amamos nosso país. Sentimos muita tristeza quando saem notícias tristes. Mas, também, da mesma forma, amamos o Brasil. Sentimo-nos também brasileiras. Minha mãe era tão grata ao Brasil que em mil novecentos e cinqüenta e pouco, quando o país passou por uma crise econômica muito grande, e, claro, ainda não se sabe o que aconteceu com o dinheiro, que o governo recolheu ouro para Brasília. Então os estrangeiros estavam aí dando suas alianças, seus brincos, e ela fez questão de levar seu ouro, não lembro o que ela levou. Assim nos criou. Assim como participávamos de todos os atos públicos, cívicos de colombianos, ela nos fazia participar dos brasileiros. Ela nos dizia que tínhamos que respeitar o país que nos tinha recebido. Então ela também nos fez sentir isso, sem nunca renegar o seu país, até meu irmão o mais novo, que chegou com dez para onze meses de idade, se você lhe pergunta de onde ele é, ele diz: eu sou colombiano. Hoje todos seus filhos são brasileiros, casados com brasileiras, eles [meus irmãos] não renegam a sua pátria. São muito gratos, têm a retidão. Fazemos o que podemos fazer, ajudamos quem podemos, mas aqui o patriotismo nosso, não tem se esquecido até agora, ao contrário.

Contrariamente, o devir-estrangeiro da mãe das irmãs LL se potencializava no seu lugar de trabalho, enfermeira no Hospital das Clínicas de São Paulo. O exercício de enfermagem, na época que acontece o relato, estava curiosamente associado à prostituição, em contraste com o que acontecia na terra natal. Além disso, é de salientar que no relato surge o espaço doméstico, e não o público, como o predominante na prática da enfermagem. Diante das dificuldades, do desinteresse e da discriminação a mãe deverá procurar alternativas de trabalho:

Como ela era enfermeira sanitaria que na Colômbia era uma profissão de grande valia, ela pensou que aqui iria exercê-la com a mesma decência que lá. Naquela época, agora mudaram as coisas, a enfermeira era a prostituta. Ela teve muita dificuldade, ela foi chefe no centro cirúrgico em 1950. Foi aí onde conheceu Miguel Tobar⁸⁹, vários catedráticos, vários professores. Como ela era enfermeira chefe, ela foi contratada, vinha com um currículo muito grande e com muitas cartas de apresentação, tanto do governo quanto de amigas e médicos. O Hospital das Clínicas começava seu trabalho

⁸⁸ Advogada de formação.

⁸⁹ O médico colombiano Miguel Ignacio Tobar Acosta fundaria em março de 1965 o Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade Estadual de Campinas.

aqui, mas eles não tinham interesse em contratar alguém como minha mãe. Ali ela conseguiu seus primeiros clientes, geralmente as enfermeiras trabalhavam nas casas, não nos hospitais, e dali saiu a cuidar de gente muito importante do Brasil, e teve sorte com esse trabalho de enfermeira particular.

A emergência de um bloco de infância, atualizado pela menor das duas irmãs, revela igualmente como o devir-estrangeiro de sua mãe tinha que enfrentar as pressões no local de trabalho:

Como disse minha irmã, o profissional de enfermagem na Colômbia era visto de maneira diferente à daqui, por isso é que ela [minha mãe] agüentou pouco no Hospital das Clínicas porque, em primeiro lugar, logicamente as pessoas a pressionavam por ela ser estrangeira e trabalhar em um hospital público como contratada. Portanto, ela apanhava. Em segundo lugar, a profissão de enfermagem não era reconhecida a nível universitário, hoje sim, mas na época não.

Alicia I retrata muito bem a questão dos recentes estereótipos do colombiano, a propósito de sua permanência no Equador. Estereótipos dos quais não se salvam nem as crianças que tiveram que fugir com as suas famílias à procura de refúgio e que pretendiam continuar seus estudos. Quando dispositivos como os estereótipos são acionados o devir-estrangeiro emerge com aflição:

Nas mesmas escolas há discriminação total às crianças e especialmente aos refugiados porque dizem que o refugiado é um problema. Uma criança refugiada é uma criança problema porque, por exemplo, não tem documentação. Não pensam que a gente tem de sair correndo e nem dá tempo de pegar os documentos.

O equatoriano tem sempre essa discriminação brutal ao colombiano, sempre afirmam que são ladrões, narcotraficantes, que vão tirar o emprego deles. Acredita-se que nós mulheres somos prostitutas, mais de uma vez tive que lidar com isso, ou seja, brigar, por as pessoas no seu lugar para que aprendessem a respeitar um pouquinho.

Quito é uma cidade bastante tranqüila para viver, mas, por exemplo, a perseguição contra os colombianos é grande. Não se sabe o que é pior se permanecer na Colômbia e ser perseguido pela guerrilha ou os paramilitares ou ser perseguido pela migração (polícia migratória) no Equador [...] Em Quito é muito fácil ser reconhecido como colombiano, por exemplo, pelo sotaque, pelo jeito de falar que é diferente ao do equatoriano [...] Pedem documentos só para incomodar, para obter dinheiro [...] Mas comigo “dançam” porque não lhes dou dinheiro [...] A perseguição é impressionante, incomodam por tudo, não deixam trabalhar.

No Brasil como no Equador, Alicia I considera que os colombianos no Brasil estão estigmatizados pela droga, mais do que pela guerrilha ou os paramilitares.

A gente leva marcado o da droga. Quando alguém diz que é colombiano imediatamente o identificam com a droga. Quando prenderam Abadia (op. cit.), ouvia os mesmos

comentários, diziam-me, prenderam o seu pai, por que ele não deu um pouco de dinheiro a vocês? Foi feita muita piada, brincadeira, a respeito. Então se conhece inclusive mais a Colômbia pelo mesmo narcotráfico que pela guerrilha ou os pelos paramilitares. Sabe-se que há um conflito, mas não há muito conhecimento sobre o tema.

Alicia I, não se percebe particularmente discriminada no Brasil, principalmente em função de sua convivência, sobretudo, com estrangeiras, ao contrário de seus irmãos que interagem com nacionais e estrangeiros no albergue que moram. Contudo, Alicia I já sofreu episódios eventuais de discriminação, os quais fizeram aflorar um amargo devir-estrangeiro: abrir uma conta bancária, procurar moradia:

Eu não me senti muito marginada, mas meus irmãos têm sofrido muito. Talvez porque eu convivo em uma casa onde moram mais estrangeiras. Tive uma boa acolhida por parte da diretora e das funcionárias da casa de acolhida, tratei com pessoas envolvidas com direitos humanos, que são pessoas muito acolhedoras e boas. Mas, meus irmãos, eles já se sentiram discriminados porque convivem com brasileiros, eu não convivo realmente com brasileiros, meu trato é muito esporádico [...] Meus irmãos sim sofreram essa rejeição, essa violência, isso que às vezes se sente pelo estrangeiro, xenofobia. Já lhes disseram, vão embora para o seu país, vocês não tem nada a fazer aqui, por que precisam vir aqui para tirar o nosso trabalho. Nesse campo não senti ainda discriminação, mas em outro sim. Eu estou procurando um apartamento para alugar, quando alguém sente que uma pessoa é de origem colombiana, fecham-lhe as portas, não tanto porque seja colombiana, porque eles não sabem isso, mas pelo fato de ser estrangeiro. Inclusive senti algo parecido quando fui abrir uma conta em um banco [...] Então eu acho que nesse sentido há discriminação, acho que pelo fato de ser estrangeiro. Soube de outras pessoas que já foram discriminadas por ser estrangeiras, por exemplo, quando procuram trabalho, pois muitas vezes se prefere oferecer trabalho aos nacionais que ao estrangeiro, e sem trabalho que possibilidades existem da gente ir para frente? [...] Eu acho que há uma falência do ACNUR em vários aspectos. Por exemplo, encaminha os refugiados a albergues, onde se mistura com a população local necessitada, população de rua [...] Conforme a lei dever-se-ia garantir aos refugiados quatro pontos básicos: moradia, trabalho, educação e saúde [...] isso aqui realmente não acontece. Consequências dessa falta de apoio são, por exemplo, quando procuro uma moradia em aluguel, um plano de acesso à moradia, pelo fato de ser estrangeira sou recusada, embora com uma proteção internacional como refugiada. A lei diz que tenho os mesmos direitos que os brasileiros, mas no papel porque de fato não se cumpre [...] A discriminação ao colombiano, a desconfiança, faz que seja problemática a questão do trabalho. Eu acho realmente que CÁRITAS não tem um bom programa, um bom projeto, nada, para tratar de nos ajudar nessa situação.

A diferença do Brasil, o imaginário coletivo na Espanha está povoado dos mais diversos estereótipos do colombiano, e não se restringe apenas a figura do narcotraficante, embora ela predomine em uma das camadas sociais, a qual Bruno I catalogaria provavelmente de ignorante, bizarra. Em outros âmbitos teria se construído a imagem do colombiano ágil com as palavras, com a linguagem, ou, então, a do mulherengo e folgado.

Nós (os colombianos) somos vistos pelos catalães como os *payos*⁹⁰ pôneis. Os ciganos chamam os espanhóis, os ocidentais, digamos, de *payos* e nós [os colombianos], como somos mais baixinhos, somos chamados de pôneis, que descrição tão real. Então, depende do nível de ignorância ou educação que tenha a pessoa somos vistos de maneiras diferentes. Há opiniões de todo tipo, bizarras, entre elas. Está desde a pessoa que nos colombianos vê a uma grande máfia. Digamos somos vistos como a versão colombiana dos Soprano⁹¹. Assim, todo colombiano por antonomásia deve ser narcotraficante ou familiar de narcotraficante ou consumidor de droga, de alguma coisa, não? Mas, deve ter algum vínculo. Existem pessoas que dão muita valia a algo: a fluidez verbal, ao bom manejo do castelhano, ao bom manejo da oratória, e a maneira como se constroem as relações, muito decentes, muito educados, um tom de voz muito suave, muito respeitosos, etc. Então, é também um sinal que identifica. Outros, é de público conhecimento, falam da fama que temos os colombianos de ser mulherengos e folgados, esta é outra forma de analisarmos que pode ser corroborada por qualquer ou quase qualquer mulher catalã que haja tido um “*ex*” colombiano, porque se é colombiano sempre vai dizer: este desgraçado.

Bruno I acha que os estereótipos do colombiano na Espanha estariam mudando, em virtude do próprio processo migratório. Essa mudança estaria oscilando em direção a um pólo positivo, no caso da sociedade de acolhida. Infelizmente, percebe-se a dificuldade que não aconteça o mesmo entre os próprios colombianos, pois a desconfiança e a falta de distanciamento perante a mídia continuariam a nutrir esses estereótipos.

Existe um estereótipo por ignorância que é o do narcotráfico, das bandas delinqüências, do mundo dos sicários. Ao colombiano estão associados estes termos no conjunto da população. O próprio fluxo migratório faz que as pessoas se misturem na sociedade de acolhida, a espanhola, e gere a modificação destes valores no interior da sociedade espanhola. Eu vejo que agora existe a mudança nesse imaginário do colombiano. Em uma camada de setores vejo que eles têm a noção de que o colombiano é como um

⁹⁰ Payo se refere ao homem ou a mulher que não pertence ao povo rom (“cigano”).

⁹¹ A série Os Sopranos foi criada em 1999 por David Chase e produzida pela HBO; acompanha a vida de Tony Soprano, um ítalo-americano de Nova Jersey que procura a ajuda de uma psicóloga para conseguir lidar com a sua vida familiar e com os negócios da Máfia a que pertence.

símbolo de revolução, sua tendência é a de ser uma pessoa muito trabalhadora, muito responsável, com um léxico muito polido, com um uso do castelhano muito refinado, com umas maneiras, formas, muito respeitosas, e essa suavidade do nosso sotaque, faz a que as pessoas tenham uma noção que o nível de educação na Colômbia seja bom [...] Acredito que a migração pouco a pouco como um fenômeno massivo faz que esses tópicos (estereótipos) se modifiquem, mas não faz que aqueles que nós temos como colombianos, entre colombianos, mudem.

De maneira semelhante, Bruno III afirmava que a imagem do colombiano dependia do nível de educação, da classe social, a que pertencia o estrangeiro. Além disso, no Brasil não haveria muito colombiano. Assim, os ricos teriam a sorte de ser “etiquetados” positivamente, enquanto os imigrantes pobres não se salvariam dos protótipos negativos:

O que faz um colombiano por aqui perdido no Brasil, diziam-me que estava perdido [...] Também me falavam muito do tema da política na Colômbia, mas muitos falavam por ignorância [...] outros tem bastante conhecimento da Colômbia, que os admiro realmente porque por aqui a informação sobre a Colômbia é muito pouca, e aquilo que se sabe são coisas más. Hoje em dia as pessoas mais educadas conhecem a Shakira, o García Márquez, pessoas que tiveram acesso a educação, sabem da história da Colômbia, mas é um grupo pequeno, uma elite. O resto acha que a Colômbia é Pablo Escobar, Abadía, guerrilha e tudo isso; pessoas que não tem acesso a educação [...] Aqui não há muitos colombianos, [os estereótipos] dependem da classe social, os que estão acima, os ricos e os empresários tem uma imagem positiva (Shakira, Valderrama). Ao pobre lhe lembram o traficante, as coisas ruins.

O devir-estrangeiro de Bruno III estava muito presente, afluía continuamente, por exemplo, quando se lembrava das várias vezes que teve que pedir ajuda e não lhe foi dada, justamente por ser estrangeiro. Segundo ele, o seu devir-estrangeiro não desapareceria mesmo se naturalizando. Ser colombiano era uma espécie de castigo que sofria por algo que não tinha cometido. A sua condição de indocumentado lhe fazia se sentir discriminado, pois como colombiano não era beneficiado por nenhum acordo de regularização migratória, como no caso dos bolivianos.

Em Curitiba me roubaram o pouco ou o muito que tinha, para mim. Fui como qualquer pessoa com documentos pedir ajuda em uma rodoviária e me disseram que a estrangeiros não ajudavam. Eu reclamei, mas me disseram que não ajudavam estrangeiros [...] Nesse momento eu estava documentado no Brasil e me negaram a ajuda.

Eu sempre serei estrangeiro aqui. Passem os anos, sempre serei estrangeiro, serei tratado como estrangeiro, mesmo me naturalizando. Então eu quero ser do meu país, de onde eu

nasci, de onde eu morei, de onde eu vou morrer. Eu não fui traficante, não sou um guerrilheiro, mas estou pagando pelas coisas que fazem outras pessoas. Isso significa ser colombiano, pagar pelos erros que não cometi.

O boliviano consegue aqui a sua documentação, o argentino, o uruaio, mas o colombiano não. Acho que essa lei é discriminatória porque deveria ser para todo mundo [...] Como se sentiria um brasileiro que morasse nos Estados Unidos, na Europa, que soubesse que se faz anistia com determinado país, mas não com eles. Isso seria discriminatório e isso o está fazendo o Brasil. Mas quem diz algo? Não há ninguém que denuncie pela gente. [...] Não senti respaldo do Estado colombiano. Fui maltratado pelas autoridades. Embora eu respondesse. Colombiano que se respeite responde. Tratam-nos mal, insultam-nos, mas tudo começou por causa deles.

O devir-estrangeiro de Alicia II surgia cada vez que os cidadãos ativavam dispositivos discriminatórios, mas também sempre que comparecia à CÁRITAS, a procura de suporte, e lhe era lembrado que ali não eram bem recebidos os colombianos⁹²:

[Estamos] marcados, marginados. Quando lhe perguntam, de onde você é? E você responde, eu sou da Colômbia, imediatamente lhe dizem, ah, onde produzem ouro branco, qualquer coisa do jeito, mas é horrível. Somos marginados, muito marginados. [Já fui discriminada] por ser colombiana e refugiada. Somente por ser colombiana e, ainda mais, por ser refugiada. CÁRITAS não quer refugiados colombianos. Começando porque são pessoas que nos devem receber e dar oportunidades. Ser excluídos entre os brasileiros. Na CÁRITAS dizem que não querem colombianos, que não gostam deles, isso é uma marginalidade, estamos sendo marginalizados.

A maneira como cada um reage, quando é alvo de estereótipos que fazem aflorar o devir-estrangeiro, é diferente. Por exemplo, Alicia I pensava que:

Ficar aborrecido não faz sentido. Não gosto, mas da mesma maneira não fico irritada. Tento fazer ver as pessoas de que a Colômbia tem 45 milhões de habitantes aproximadamente e desse um milhão, vamos supor, dois milhões, estão nesse campo da violência, de guerrilha, de paramilitares, de narcotráfico. Talvez seja um pouco mais, porém o número é muito pequeno se comparado com a grande maioria dos colombianos que são bons, que são pessoas trabalhadoras, dinâmicas, alegres, pessoas que em qualquer lugar e circunstâncias sai adiante. Procuro por esse lado, enfatizar que não estamos todos envolvidos nesse campo, e que nós que estamos aqui somos a consequência do conflito na Colômbia, mas não os artífices. Tivemos que sair do nosso

⁹² Muito provavelmente este comportamento está ligado à participação de Alicia II nas reivindicações e protestos que um grupo de refugiados e solicitantes de asilo colombianos fizeram em março e abril de 2007, perante as diretivas do Centro de Acolhida para Refugiados, administrado pela CÁRITAS de São Paulo e representantes do ACNUR. Como consequência dos protestos, os participantes ou perderiam as suas subvenções ou inclusive lhes seria revogada a sua condição de refugiados, obrigando-os a deixar o Brasil.

país, mas não porque sejamos atores armados nem porque sejamos pessoas de má índole, nem porque concordemos com certas pessoas. Inclusive eu sempre digo que não estou de acordo nem com o governo colombiano.

Bruno III parecia inatingível:

Não quero convencer ninguém. Cada um que se dê conta pelos seus próprios meios, se quiser que acredite no que diz a mídia, que é a que mais fala.

Já Alicia II tomava uma atitude mais ativa:

Defendendo meu país, estou muito orgulhosa de ser colombiana.

Os colombianos na Espanha não se perceberiam em geral como um grupo especialmente discriminado, em função de uma série de razões: há “etiquetas” positivas (liderança, pessoas com iniciativa, bom domínio do espanhol, pessoas trabalhadoras, etc.); aproveitam-se oportunidades para apagar as diferenças (por exemplo, aprender catalão), o colombiano persiste, existem comunidades mais discriminadas (os árabes, os marroquinos, os subsaarianos, os negros, etc.). Contudo, não se pode afirmar que não se apresentem casos de discriminação direta ou de “prolongadas e entendidas condições de discriminação soslaçada”, que atinjam a vida dos colombianos, embora estas não sejam exclusivas aos colombianos, mas aos imigrantes em geral. Esses casos estão relacionados principalmente com o acesso a moradia, emprego, documentos, etc. (Cruz et altri, 2008: 196-205). O devir-estrangeiro de Bruno I já aflorou com raiva nas ocasiões em que “etiquetas negativas” foram acionadas:

[Fui atingido] de maneira muito leve. Por exemplo, um comentário, um amigo foi atingido de forma muito leve. Nunca tive um problema direto: que não pudesse alugar uma moradia. Porém, já encontrei pessoas em algum trabalho que lida com atenção ao cliente que te chama de “sudaca”. Alguém uma vez me disse, por favor, pode falar em espanhol, eu lhe disse, estou falando em espanhol, não me disse ele, o senhor me está falando em sul-americano, eu me refiro ao espanhol da Espanha, espanhol correto. Eu lhe respondi que desse uma olhada no dicionário da Real Academia Española da Língua, que havia definido que na Colômbia se fala um dos melhores castelhanos do mundo. A diferença de Extremadura. Há que ver o descaramento desta pessoa que me dizia que queria falar com alguém que falasse espanhol. Eu encerrei a conversa, não o atendi, o mandei à merda, muito educadamente, vá à merda, em castelhano.

4.6. Devir-estrangeiro: “porto seguro” e linhas de fuga

A guerra contra a sociedade na Colômbia (Pécaut, 2006: 442), o deslocamento forçado, as viagens forçadas, produzem com frequência nos exilados e imigrantes reações de raiva e dor em vista das abruptas separações, perdas, etc. O exílio é doloroso

por antonomásia, isso é um pleonasmo, como diria Diana Uribe Forero (op. cit.⁹³), tal como emerge deste bloco de afetos⁹⁴ da Alicia I:

A partir de que se iniciam os problemas na Colômbia, a mesma saída da Colômbia, a família está totalmente dispersa, tenho que me dispersar com minha mãe, tenho que separar-me do meu filho [...] Essa separação para mim foi muito dura, foi muito traumática, acho que não superarei nunca isso porque foi algo muito duro. De repente quando eu penso no que é a guerra, a guerrilha, o que é o paramilitar na Colômbia e mesmo o governo, porque o governo também, de uma ou outra maneira, contribui ao deslocamento forçado na Colômbia. Então, uma das coisas que eu nunca perdorei. Não guardo rancor porque tratarei de não fazê-lo nunca, mas eu acredito que isso me marcou definitivamente, o fato de que esse papel de mãe que a gente tem, como toda mulher que quer estar com seus filhos, criar seus filhos, orientá-los, esse papel o tiraram de mim, definitivamente me tiraram esse direito que eu tinha; o direito que tinha de ser mãe.

Em outros casos, por meio do devir-exilado, o desarraigo, a desterritorialização, torna-se um encantamento do qual não se quer sair, pelo menos temporariamente, como testemunha Bruno I. Você perde sua guarida, você se separa dos seus amigos, mas sabe que pode construir sua guarida em qualquer parte, que você pode tecer sua rede de novo. O mais importante, contudo, que rompes com o medo, o medo que te causa pensar na possibilidade de perder sua casa, seus amigos, etc., em uma palavra a estabilidade, a segurança que nos faz devir-sedentários. E como afirmara Krishnamurti, o medo corrompe. Tampouco se pode esquecer que as ditaduras, o fascismo, têm se apoiado nele.

Quando você é uma pessoa muito arraigada, como eu que morei vinte e tantos anos na Colômbia e em concreto em Bogotá, e que já quando você saía a esses passeios nos anos que nos ia bem, quando a gente ia para Tocaima. Nesse momento em que você

⁹³ Historiadora e filósofa colombiana exdocente de varias universidades em Bogotá. Trabalhou como analista internacional na rede Radionet. Convidada pela Uniao Europeia sobre o tema da reunificação da Alemanha. Ganhou o premio de Simón Bolívar de jornalismo pela melhor emissão cultural na radio em 2002, nominada ao premio da CPB em rádio em 2003 e 2004. É conferencista sob diversos temas de história do mundo. Recentemente dirigiu projetos de viagens a diferentes lugares do mundo. Foi convidada pelo governo brasileiro e a UNESCO para estudar a rota do ouro e as cidades patrimônio histórico da humanidade. Há já vários anos que faz um programa sob história do mundo na rede de radio Caracol. Alguns dos programas podem ser consultados no arquivo disponível em: <http://www.caracol.com.co/programa.aspx?id=320899> [acessado em 24/09/2010].

⁹⁴ Perder a memória: melhor levantar “blocos”, fazer que flutuem. Um bloco de infância não é uma lembrança infantil. Um bloco nos acompanha, sempre é anônimo e contemporâneo, sempre funciona no presente. Esquecer a história: a questão dos devires e de sua geografia. Um devir-revolucionário é mais importante que o futuro o passado da revolução, um devir-mulher, um devir-animal são mais importantes que a diferença de sexos e de reinos. Não parar para recapitular: melhor traçar linhas. As linhas não têm origem, crescem pelo meio. Nunca se faz tábula rasa. Como a erva, sempre se está no meio de algo. Quanto mais consideremos o mundo a partir de sua situação atual, mais possibilidades teremos de mudá-lo. (Deleuze e Parnet, 1980: contracapa). A tradução é minha.

depois de uma semana já dizia, eu quero voltar, eu quero ir a minha casinha, ao meu bairro. Então, nesse momento, quando você chega aqui e vive um processo, bom, isso, pelo menos, isso foi o que aconteceu comigo, de desarraigo, que faz que não tenha um sentido de pertença com um lugar concreto. Então isso tem me dado a oportunidade. Esse desarraigamento é como romper uma corrente que faz com que você possa ir conhecer outra cidade e outro país, pois não há nada direto que amarre você a isso, ao lugar, não tenho família nenhuma, agora sim [meus pais em Madri], gera um tecido de amigos. Mas já você aprendeu uma coisa: o ser humano é uma pessoa também de aprendizados curtos, do cotidiano. Já você aprendeu uma coisa, que você se desarraiga, mas pode construir outro tecido em outra parte, você se desarraiga. Então se perde o medo. É como as mascotes. Quando você vê um gato em uma nova casa percebe que lhe custa muito passar de um cômodo a outro, e tenta, e quando vai a outro, e já quando domina o terreno, mete-se até nos últimos cantos da casa, a conhece a perfeição: rompe o medo. A gente rompe o medo. Eu rompi o medo ao desarraigo, à estabilidade, à casa fixa, estável, e comecei a me mover, e comecei me mover, e quero conhecer tal país, tal cultura e por isso estou em Barcelona.

No caso de Bruno I a separação acontece na sua mocidade, portanto, existe uma maior flexibilidade, que quando pesam os anos e a desterritorialização, o desarraigo, produz um impacto mais forte:

Não é o mesmo quando você se separa tão jovem, no meu caso, talvez estivesse com aproximadamente 23 ou 24 anos, com essa idade se é muito flexível, você pode se encaixar na nova sociedade, a sociedade de acolhida, pode mudar padrões de comportamento, a sua mente está ainda muito flexível; caso diferente quando isso acontece e você tem 60 anos, já fazer mudanças com essa idade supõe um desarraigo que afeta toda a sua estrutura psicológica.



Conclusões

*¡Ah de la vida parva, que no nos da sus mieles
sino con cierto ritmo y en cierta proporción!*

Porfirio Barba Jacob

Daniel Pécaut considera que a apresentação da história em termos de catástrofes é amplamente ahistórica. Evocando as reflexões que Benjamin faz sobre o conceito de história, a propósito do *Angelus Novus* de Paul Klee, Pécaut (2003: 113-133) afirma que o monte de escombros faria parte da vulgata histórica colombiana, mas não o vento do progresso; escassos seriam os momentos nos que se acreditaria no progresso, incluídos os atuais. Ao contrário do que aconteceria em outros países latino-americanos, sobretudo, no Brasil, onde o contraste seria claríssimo, pois ordem e progresso não constituiriam apenas o lema da bandeira brasileira, já que durante mais de um século, e em função da influência do positivismo, o Brasil manteria a convicção de que só poderia progredir e de que seu futuro estaria garantido, sem importar vicissitudes. No caso colombiano, esse fenômeno se explicaria, conforme Pécaut (op. cit.: ibidem), em função dos estragos que faz a guerra; que manifestariam a tríplice impossibilidade (confusão de planos) da memória, do olvido e da história.

Nesse sentido, devo assinalar que lamentavelmente Pécaut se esquece, entre outros, das extraordinárias análises (históricas)⁹⁵ de Maria Teresa Uribe de Hincapié, as quais procuram dar conta sistematicamente da genealogia do conflito interno colombiano. Quis acrescentar a esta tese um pouco dessa perspectiva, que está longe de alimentar essa vulgata que apresenta a história colombiana como uma sucessão de eventos catastróficos, mesmo que esta tendência seja a hegemônica.

Quanto ao “futuro” imediato permaneço cético, pois na nossa contemporaneidade a tentação do autoritarismo na Colômbia constitui uma verdadeira ameaça. A esse respeito, deve-se lembrar que quando a soberania está em disputa e se

⁹⁵ Análise esta que evidentemente apresenta todos os traços que caracterizariam um relato histórico, e que o distingue obviamente dos relatos baseados na memória, a propósito da menção que Pécaut faz do trabalho de Paul Ricoeur titulado *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, no qual se enfatizam as diferenças entre esses tipos de relatos. Assim, os relatos históricos se construiriam sobre a base de uma periodização justificada, teriam pretensão de unicidade e dependeriam de critérios de verificação. Ao invés dos relatos fundamentados na memória que remeteriam à temporalidade vivida, não implicariam uma periodização definida e, atrelados a experiência individual ou coletiva, seriam múltiplos (Pécaut, 2003, op. cit.: 127-133).

vive em estados de guerra ou enfrentamentos civis de longa duração, o medo devém o acompanhante dos cidadãos em quase todos os eventos da vida cotidiana e nesse sentido é explicável que a principal exigência social seja a segurança, a ordem, a vigilância e o controle por parte dos poderes estabelecidos, como aponta Uribe (2002: 43-44).

Essa exigência se torna uma demanda de amplos setores da população colombiana, que aparentemente prefeririam a guerra como ação às incertezas de uma difícil negociação, ou uma escolha a favor de um Leviatã autoritário em troca de segurança para suas vidas e pertences. A convocatória colombiana atual tomaria o nome de paz, mas a exigência seria fundamentalmente segurança, cada vez de maneira mais radical, tranquilidade, restabelecimento do princípio de autoridade, uso da força e da violência contra aqueles que se rebelam e desobedecem, em contra dos que contribuem a incrementar a desordem, a anarquia, a contingência e a incerteza de viver em um universo social onde o medo se tornaria o vetor dominante (Uribe, op. cit.: ibidem).

Essa demanda por segurança seria em parte o resultado de estados de guerra prolongados e de situações difíceis sucessivas e, se aceitarmos a tese de Hobbes, o que estaria induzindo a esse clamor é o medo, do mesmo modo que o experimentaram quase todas as sociedades que padeceram tão intensa experiência. Contudo, radicaria nesse mesmo ponto a grande tentação do autoritarismo, e esse é o grande risco de Colômbia no presente (Uribe, op. cit.: ibidem).

A última tentação do autoritarismo, pelo menos a encarnada em um terceiro mandato consecutivo de Álvaro Uribe Velez, fracassaria, tal como o decretara, no final de fevereiro de 2010, a Corte Constitucional colombiana, ao sepultar o referendo popular que pretendia mudar de novo a Constituição Política colombiana para permitir a segunda reeleição deste mentor da retórica republicanista. Conforme o comunicado oficial no trâmite desse referendo haveria uma série de irregularidades e anomalias, que implicavam uma grave violação dos princípios básicos da democracia. A Corte Constitucional acharia que a tentativa de que um presidente permanecesse três períodos consecutivos dirigindo o Estado afetaria a separação de poderes e o sistema de contrapesos. Adicionalmente, esse referendo incorreria em uma série de vícios no processo, que desconhecem importantes princípios constitucionais. Portanto, essa corte o declararia como inexecutável. Deste modo, encerrar-se-ia um capítulo que teria polarizado os colombianos durante mais de dois anos, quando um grupo de pessoas

próximas ao então mandatário, empreendera a tarefa de coletar assinaturas para convocar a mencionada consulta.

Apesar disso a Colômbia não está isenta da ameaça autoritária, pois o vencedor da recente disputa eleitoral à presidência da Colômbia (2010- 2014), Juan Manuel Santos (ex-ministro de defesa de Uribe⁹⁶), inscreve-se nesse horizonte que, a princípio, poderia se fortalecer. Na minha contramão, alguns analistas, acham que o novo governo implicará uma mudança de estilo e perspectiva em relação a Uribe, baseados nas recentes declarações e nomeações (equipe de governo). De acordo com essas análises também, poderia abrir-se uma janela de oportunidade para a paz. Nesse sentido, eu por enquanto permaneço cético, mas tomara que esteja errado e que essa janela se abra de vez⁹⁷.

Ao longo desta tese procurei analisar o processo de desterritorialização, geográfico e existencial, de dois fluxos de viajantes forçados colombianos refugiados em São Paulo e Barcelona, apoiando-me em uma abordagem *micropolítica*, baseada em uma pesquisa de campo realizada nos anos de 2007 e 2008 respectivamente.

Os *encontros* que experimentei, em ocasião dessa prática etnográfica em São Paulo e Barcelona com alguns colombianos, implicaram me adentrar em múltiplas mesclas, inúmeros devires, por exemplo, o devir-estrangeiro, “objeto/sujeito” por antonomásia da antropologia. Esses encontros permeariam a pesquisa a tal ponto que me instigaram a considerar o acontecimento conforme Deleuze: um pensamento do presente infinitivo que nos coloca fora do trilhado discurso da identidade e sua pretensão hermenêutica, fora da filosofia da história, fora da lógica (neo)positivista ou fenomenológica, liberando o acontecimento do mundo, do eu, do Deus, da esfera, do círculo, do centro, tríplice condição da sua sujeição, na qual ainda hoje é mantido (Foucault, 1995: 21).

Uma análise como esta, baseada no *encontro (occursus)* e na *micropolítica*, difere, sem dúvida, dos principais modelos explicativos que abordam a temática dos fluxos migratórios. Nesse sentido, devir não tem nada a ver com imitar a alguém ou a

⁹⁶ O ex-ministro da defesa da Colômbia, Juan Manuel Santos, foi eleito presidente com o voto de apenas 30% dos eleitores habilitados a votar (cerca de trinta milhões). A abstenção superaria a casa dos 55%. Santos obteria 69,06% dos votos dados (no domingo 20 de junho), no segundo turno da eleição presidencial. Mais de nove milhões de colombianos votariam em Santos, superando os 7,3 milhões de eleitores que reelegeram, em 2006, o ex-presidente Uribe.

⁹⁷ A íntegra das análises que menciono pode ser consultada em: <http://cinep.pasosdejesus.org/node/1050> [acessado em 08/09/2010].

algo, nem muito menos se trata de proporcionar relações formais. A imitação de um sujeito e a proporcionalidade da forma não são em absoluto analogias adequadas ao devir. O devir consiste em extrair partículas, as mais próximas ao que se está devindo e em virtude das quais se devém (princípio de proximidade ou aproximação), entre as quais se estabelecem relações de movimento e de repouso, de velocidade e de lentidão, partindo das formas que se possui, do sujeito que se é, dos órgãos que se tem ou das funções que se efetua (Deleuze, 1994: 275).

Os devires afloram através de *encontros*: choques de corpos, mesclas. Os *encontros* podem ser bons ou nocivos, como nos diz Spinoza (1990: 121), isto é, aqueles que acrescentam ou diminuem nossa potência de agir. Entre as múltiplas formas de devir-outro se destaca o devir-estrangeiro; no caso colombiano, este devir está atrelado aos *estados de guerra prolongados*. Este devir oscila entre dois pólos: os fluxos de desterritorialização e as reterritorializações. O devir-estrangeiro emerge, é catalisado, também (nos encontros com os cidadãos) em virtude da ativação de dispositivos discriminatórios como, por exemplo, o uso de estigmas ou estereótipos negativos (colombiano = narcotraficante, Pablo Escobar, ou = guerrilheiro ou = paramilitar).

O *encontro* com a guerra é gerado por ameaças (verbais ou escritas) e perseguições perpetradas pelas pletóricas redes de poder (partidos políticos, paramilitares, grupos guerrilheiros, milícias urbanas, Estado Igreja Católica, etc.) que têm povoado a geografia colombiana ao longo de sua história. Os estados de guerra prolongados na Colômbia revelam a existência de domínios territoriais, contra-estatais e paraestatais, que colocam em xeque a soberania do Estado, bem como a conformação de ordens de fato com ambições soberanas. Nos estados de guerra prolongados se luta por uma dominação territorial, por uma ordem justa, pela submissão dos seus moradores e por uma representação soberana, características que levam a concluir que se trata de guerras pela construção da nação (Uribe, 1998: 11-37).

Os estados de guerra prolongados na Colômbia ocasionam uma permanente *desterritorialização*, que afeta pelo menos a cerca de três milhões de pessoas, consideradas refugiados internos. Algumas cifras permitem ilustrar este contexto. A Colômbia encabeça o deslocamento interno a nível mundial, colocando-se adiante do Iraque (2, 6 milhões) ou Sudão (também mais de dois milhões) na lista efetuada pelo ACNUR. A Colômbia também se situa nos lugares mais altos da lista do ACNUR sobre países de origem de refugiados: 374.000 pessoas, incluídas aquelas em situação similar

a dos refugiados, precedida só pelo Afeganistão (2,8 milhões), Iraque (1,9 milhões), Somália (561.000) e Sudão (419.000)⁹⁸.

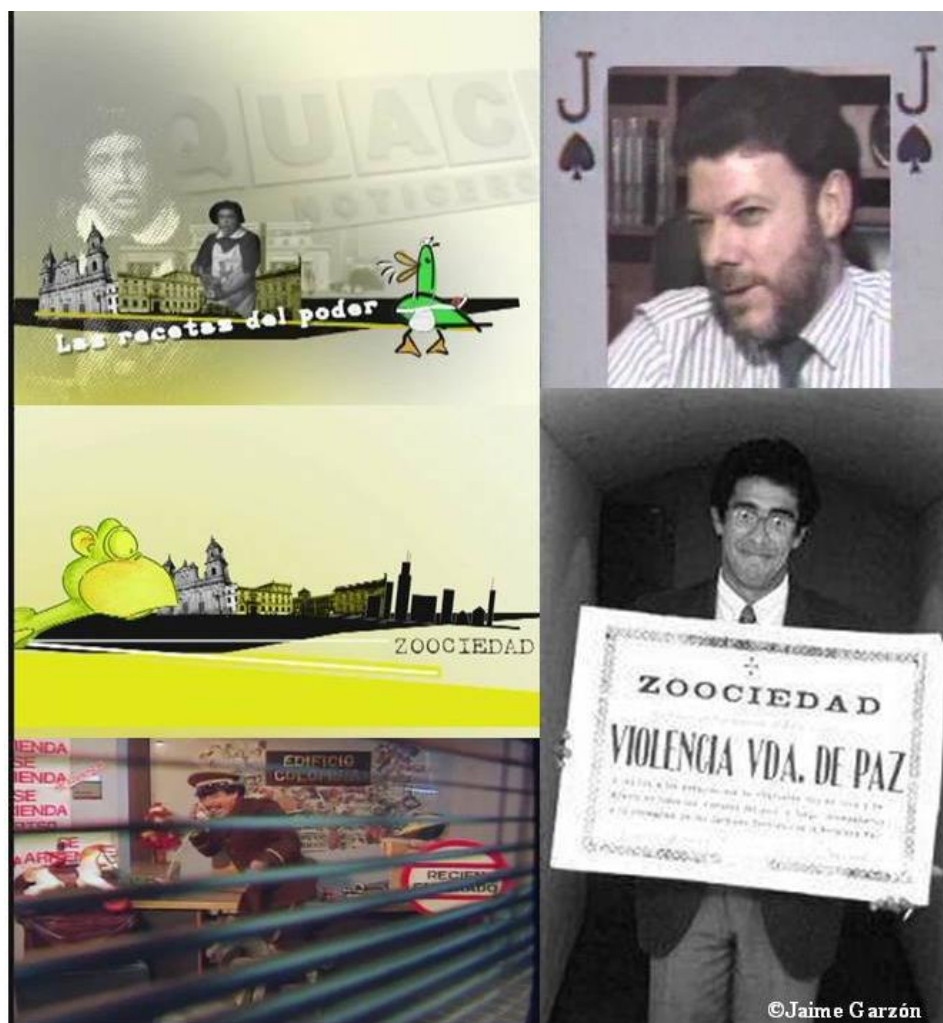
Durante os dois últimos governos (Álvaro Uribe Vélez: 2002-2010) as cifras tanto de refugiados quanto de solicitantes de asilo aumentaram exponencialmente. Assim, em 2002, as solicitações de asilo não superavam as dez mil por ano, a partir de 2001 estas ultrapassaram as vinte mil por ano, com exceção de 2005 (houve aproximadamente 15 mil), e 2006 (quando ascenderam a mais ou menos 18 mil). No referente à população refugiada propriamente dita, é de salientar que até 2002 havia por volta de 20 mil refugiados colombianos no mundo, enquanto que em 2007 essas mesmas pessoas atingiram aproximadamente 81 mil pessoas (tal como já foi analisado em um capítulo anterior), ou seja, mais ou menos quatro vezes mais em relação a cinco anos antes. Não obstante, o presidente Uribe insistiria reiteradamente em negar a existência de qualquer conflito.

Contudo, os processos de *desterritorialização* na Colômbia produziram múltiplas resistências, as quais, além das clássicas expressões (por exemplo, reivindicações individuais e coletivas), abrangem também as mais sutis práticas (rebusque, entre outras) configurando o que Scott denomina *infrapolítica*, Certeau *antidisciplina* e Pécaut antigos *savoir-faire* que nada tem a ver com traços do caráter nacional colombiano.

Ainda que a experiência da *desterritorialização* (para a maioria dos viajantes forçados colombianos entrevistados) seja dolorosa, ela implica efeitos positivos, como assevera Bruno I: você perde a sua guarida, porém, sabe que pode construí-la em qualquer parte; separa-se de seus amigos, não obstante, sabe que pode tecer a sua rede de novo; rompe-se com o medo, o medo que corrompe, no qual se apóiam as ditaduras e os microfascismos, o medo de perder a casa, os amigos, a “moral”, a Bíblia, o discurso ordinário, etc., em uma palavra, rompe-se com a estabilidade e a segurança que nos sedentariza, que nos domestica.

⁹⁸ Informação disponível em: http://www.eacnur.org/04_02_01.cfm?id=1460 [consultada em 30/03/2010].

Felizmente, diante das catástrofes, do medo, das viagens forçadas, os colombianos esgrimem sua melhor arma: o humor, esse arte das superfícies, aquilo que faz cair e perverte, como diria Foucault.



Bibliografia

- ABAD** Colorado Jesús (2006). Memoria, lugar y desplazamiento. Un trayecto visual. Disponível em: <http://las.arts.ubc.ca/Colombia/sp/> [acessado em 24/09/2010].
- ABAD** Faciolince, Héctor (2009). Colombia: boceto para un retrato. Disponível em: <http://www.elespectador.com/impreso/politica/articuloimpreso125712-colombia-boceto-un-retrato> [acessado em: 27/09/2010].
- ALLENDE**, Isabel (2008). Inés del alma mía. Random House Mondadori, Barcelona.
- ANDERSON**, Benedict (2005). Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. Fondo de Cultura Economica. México.
- APARÍCIO**, Juan Ricardo (2005): Intervenciones etnográficas a propósito del sujeto desplazado: Estrategias para (des)movilizar una política de la representación. Revista Colombiana de Antropología. Vol. 41, enero-diciembre, páginas: 135-169.
- APARICIO**, Rosa (2006): Migración Colombiana en España in “Colombia: Migraciones, Transnacionalismo y Desplazamiento”. Editor Gerardo Ardila. Colección CES. Bogotá.
- APRILE-GNISET**, Jacques (1997). La ciudad colombiana (Cali: Universidad del Valle).
- ARSENAULT**, Stephanie (2006) “Transnacionalismo: El caso de los refugiados colombianos en Québec”. Editor: Universidad de Granada.
- BACHELARD**, Gaston (1993) “A poética do espaço”. Editora Martins Fontes, São Paulo.
- BARBERO**, Jesús Martín (2003). “Saberes hoy: disseminaciones, competencias y transversalidades”. Disponível em: [http://www.google.com.co/search?q=Jes%C3%BAs+Mart%C3%ADn+Barbero+\(2003\)+Saberes+hoy:+disseminaciones,+competencias+y+transversalidades.&hl=es&start=0&sa=N](http://www.google.com.co/search?q=Jes%C3%BAs+Mart%C3%ADn+Barbero+(2003)+Saberes+hoy:+disseminaciones,+competencias+y+transversalidades.&hl=es&start=0&sa=N) [acessada em 01/08/2009].
- BARRENECHE** Corrales, Johana (2007). Refugiados colombianos no Brasil: interpretações das suas travessias internas. Dissertação de Mestrado,

Departamento de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BETANCOURT Echeverry Darío (1990). Las cuadrillas bandoleras del norte del Valle, en la violencia de los años cincuentas. *Revista Historia Crítica* No 04, Universidad de los Andes. Julio-Diciembre 1990, páginas 57-68.

BLANCO, Cristina (2004). Las migraciones internacionales: procesos históricos. Conceptos básicos sobre migraciones internacionales. Las migraciones internacionales en la historia contemporánea: factores influyentes, flujos y efectos. En: MANZANOS, César (coord.). Trabajo social y educación social con inmigrantes en países receptores y de origen. Málaga: Ediciones Aljibe, 2004, pp. 37-50.

BOAVENTURA, de Sousa Santos y **GARCÍA**, Villegas Mauricio (2004) (editores). Emancipación social y violencia en Colombia, Bogotá, Norma.

BOURDIEU, Pierre e **PASSERON**, Jean Claude (2003). LOS HEREDEROS. Editorial Siglo XXI.

BRUNET, Ferran, (2002). Anàlisi de l'impacte econòmic dels Jocs Olímpics de Barcelona, 1986-2004”, in Miguel de Moragas e Miguel Botella (eds), 1992-2002: l'herència dels jocs. Ayuntamiento de Barcelona/Planeta/Centre d'Estudis Olímpics, Barcelona, p. 270.

BUENO Rojas, Javier Maurício (2007). Migrações, remessas e reincorporação política na Colômbia. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

CAMARGO V., Sergio (2008). El narcotraficante No 82, Álvaro Uribe Vélez, Presidente de Colombia. Unilatino Ediciones.

CÁRDENAS, M. y **MEJÍA**, C. (2006). Migraciones internacionales de colombianos: ¿qué sabemos? Disponible en:

http://www.fedesarrollo.org:82/mcardenas/images/papers/migracionesinternacionalesColombia/migraciones_internacionales_colombia_presentacion.pdf.

CARTA FINANCIERA (2002): “Una charla con Daniel Pécaut”. *Revista ANIF* n°120, enero.

CASTELLS, Manuel (1996) “The Rise of the Network Society”. Cambridge, Blackwell.

- CEMLA-BID/FOMIN** (2005 e 2007). Colombia: flujos migratorios y remesas de trabajadores. Seminario de remesas de trabajadores. México D.F., 14 y 15 de octubre de 2005. Disponible en:
<http://www.cemlaremasas.org/PDF/seminariomx/0510MX-ES-PPT-Colombia.pdf>.
- CEPEDA**, Iván y **ROJAS**, Jorge (2009). A las puertas de El Ubérrimo. Editorial Random House Mondadori (Debate). Bogotá.
- CERTEAU**, Michel de (2003). “A invenção do cotidiano. Editora Vozes, Petrópolis.
- CODHES y CONFERENCIA EPISCOPAL** (2006). Desafíos para construir nación. El país ante el desplazamiento forzado y la crisis humanitaria (1995-2005) (Bogotá: CODHES, Consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento/Conferencia Episcopal).
- CONFERENCIA EPISCOPAL** (1995) Derechos humanos: desplazados por violencia en Colombia (Bogotá: Conferencia Episcopal).
- CONTRALORÍA GENERAL DE LA NACIÓN** (2006). La gestión de la reforma agraria y el proceso de incautación y extinción de bienes rurales (Bogotá). En: <http://www.contraloriagen.gov.co/web/guest> acceso 20 de septiembre de 2010.
- CONTRERAS**, Joseph (2002). El señor de las sombras, biografía no autorizada de Álvaro Uribe Vélez. Editorial Oveja Negra, Bogotá.
- CORTAZAR**, Julio (2009). Historias de cronopios y de famas. Ediciones Edhasa, Barcelona.
- CRUZ** Zúñiga, Pilar, **GONZÁLEZ** Gil, Adriana e **MEDINA** Martín, Rocio (2008). La diáspora colombiana. Derechos Humanos & Migración Forzada. Colombia-España 1995-2005. ArCiBel Editores, Sevilla.
- CUTTI**, Dirceu (1997) “Migrantes ou Carentes? A trajetória da Associação de Voluntários Pela Integração dos Migrantes-AVIM” in Revista Travessia Número 29, Setembro-Dezembro. CEM, São Paulo.
- DELEUZE**, Gilles e **GUATTARI**, Félix (1978). Kafka por una literatura menor. Ediciones Era, México, D. F.
- DELEUZE**, Gilles (1987). Foucault. Ediciones Paidós Iberica, S.A. Barcelona.
- DELEUZE**, Gilles e **PARNET**, Clara (1980). Diálogos. Editorial Pre-Textos. Valencia, España.

- DELEUZE**, Gilles e **PARNET**, Clara (1984-1989). O Abecedário de Gilles Deleuze é uma realização de Pierre-André Boutang, produzido pelas Éditions Montparnasse. A série de entrevistas, feita por Claire Parnet, foi filmada nos anos 1988-1989. O filme acabou sendo apresentado, entretanto, com o consentimento de Deleuze, entre novembro de 1994 e maio de 1995, no canal (franco-alemão) de TV Arte.
- DELEUZE**, Gilles e **GUATTARI**, Félix (1985). El Anti-Edipo. Capitalismo y Esquizofrenia. Ediciones Paidós Ibérica, S.A. Barcelona, España.
- DELEUZE**, Gilles e **GUATTARI**, Félix (1994). Mil Mesetas. Capitalismo y Esquizofrenia. Editorial Pre-Textos. Valencia, España.
- DELEUZE**, Gilles (1998). Nietzsche y la filosofía. Editorial Anagrama, Barcelona.
- DELEUZE**, Gilles (1995). Conversaciones: 1972-1990. Editorial Pre-Textos. Valencia, España.
- DELEUZE**, Gilles (1989). Proust y los signos. Editorial Anagrama, Barcelona.
- DELEUZE**, Gilles (1984). La imagen-movimiento. Estudios sobre cine 1. Paidós Comunicación, Barcelona.
- DELEUZE**, Gilles. Cours Vincennes (20/01/1981), disponível em: <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=36&groupe=Spinoza&langue=3> [acessada em 12/07/2009].
- DELEUZE**, Gilles. Curso de Vincennes sobre Spinoza (24/01/1978), disponível em <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=12&groupe=Spinoza&langue=3> [acessada em 12/07/2009].
- DELGADO**, Manuel. La ciudad mentirosa. Fraude y miseria del modelo Barcelona. Madrid: Ediciones Catarata, 2007.
- DELGADO**, Manuel. “¿Quién puede ser “inmigrante” en la ciudad?” In: Exclusión Social y Diversidad cultural. Donostia: Tercera prensa, 2003. (pp. 9-24).
- ESQUIVEL**, Laura, Malinche (2005). Santillana Ediciones Generales, S.L. Edição de junho de 2008, impresso na China.
- ETCHEVERRY**, Daniel (2009). La construcción social del inmigrante: estudio antropológico comparativo de las migraciones en Buenos Aires y Porto Alegre. Iberoamérica Global, The Hebrew University of Jerusalem, v. 2, n. 1, p.94-112, feb. 2009.

- FERREIRA** Whitaker João Sette (2007). O mito da cidade –global. O papel da ideologia na produção do espaço urbano. Editora Vozes, Petrópolis.
- FERRETTI**, Maritza (2002). Derechos Humanos e Imigrantes in: Políticas Migratorias: America Latina, Brasil e Brasileiros no Exterior. Teresa Sales e Maria do Rosario Salles (org.). Editora Sumare, Sao Carlos.
- FOUCAULT**, Michel. (1975): Vigilar y Castigar (17ªed). Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 1989.
- FOUCAULT**, Michel. (1976): “Curso del 14 de enero de 1976” en Foucault, Michel. Microfísica del poder (3ªed), Madrid: Editorial La Piqueta. 1992.
- FOUCAULT**, Michel “El ojo del poder” (1980). Entrevista con Michel Foucault in Jeremías Bentham: “El Panóptico”. Editorial La Piqueta, Barcelona, 1980.
- FOUCAULT**, Michel (1994): “Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones”. Alianza Editorial, S.A. Madrid.
- FOUCAULT**, M.; **DELEUZE**, G. (1995). Theatrum Philosophicum seguido de Repetición y Diferencia. Barcelona: Editorial Anagrama.
- GAMARRA**, Eduardo (2004). “La Diáspora Colombiana al Sur de la Florida”. En: SEMINARIO SOBRE MIGRACIÓN INTERNACIONAL COLOMBIANA Y LA CONFORMACIÓN DE COMUNIDADES TRANSNACIONALES. (2da: 2003: Bogotá). Ponencia del primer seminario sobre migración internacional colombiana y la conformación de comunidades transnacionales. Bogotá: Ministerio de Relaciones Exteriores, DANE, Banco de la República, Asocambiaria, AESCO, Corporación Alma Mater, UNFPA, OIM. p 44-62.
- GARAY**, Luis Jorge (2006). Estudio sobre características socio-económicas, integración social e inserción laboral de los colombianos en la Comunidad de Madrid (España). Informe final de Proyecto COL/02/052 - 00012043. Madrid: inédito.
- GAVIRIA**, Alejandro (2004), “VISA USA: fortunas y extravíos de los emigrantes colombianos en los Estados Unidos”. Documento CEDE No. 17.
- GOFFMAN**, Erving (1986). Stigma: Notes on the management of spoiled identity; Simon & Schuster, Inc.; New York.
- GONZÁLEZ** L. Olga (2008). El rebusque, una estrategia de integración social de los migrantes colombianos en Francia. Revista Colombiana de Antropología. Volumen 44 (2), julio-diciembre 2008, pp. 251-279.

- GONZALEZ**, Olga L. (2007a). La 'débrouille': Migrants andins et accès aux droits en France. Tesis doctoral. École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- GONZALEZ**, Olga L. (2007b). L'invisibilité des migrants andins: 'débrouille' ou intégration? *Hommes et migrations* 1270: 64–72.
- GUARNIZO** Luis E, **PORTES**, A. and **HALLER** William (2003) "Assimilation and Transnationalism: Determinants of Transnational Political Action among Contemporary Migrants." *AMERICAN JOURNAL OF SOCIOLOGY* 108 (May): 1211-1248.
- GUARNIZO**, Luís Eduardo (2004). "La migración transnacional colombiana: implicaciones teóricas y prácticas". En: SEMINARIO SOBRE MIGRACIÓN INTERNACIONAL COLOMBIANA Y LA CONFORMACIÓN DE COMUNIDADES TRANSNACIONALES. (2da: 2003: Bogotá). Ponencia del primer seminario sobre migración internacional colombiana y la conformación de comunidades transnacionales. Bogotá: Ministerio de Relaciones Exteriores, DANE, Banco de la República, Asocambiaria, AESCO, Corporación Alma Mater, UNFPA, OIM. p 25-43.
- GUARNIZO**, Luis Eduardo, **SÁNCHEZ**, Arturo Ignacio, e **ROACH** Elizabeth M. (1999). "Mistrust, fragmented solidarity and transnational migration: Colombians in New York City and Los Angeles." *Ethnic and Racial Studies* 22:367-366.
- GUARNIZO**, Luis Eduardo (1998). "The rise of transnational social formations: Mexican and Dominican state responses to transnational migration." *Political Power and Social Theory* 12:45-94.
- GUATTARI** Félix y **ROLNIK** Suely (2006). *Micropolítica. Cartografías del deseo*. Edición Traficantes de Sueños. Madrid.
- GUILLÓ** Girard, Clara (2001) "Las consecuencias del 11-s para la inmigración: La libre circulación de personas como privilegio y la implantación del racismo institucional" in *Revista Derechos para Tod@s*, número 6.
- HARRELL-BOND**, Barbara and **VERDIRAME** Guglielmo (2005). *Rights in Exile: Janus-Faced Humanitarianism*. Berghahn Books, New York.
- HOBSBAWM**, Eric J. (2004): "A nação como novidade: da revolução ao liberalismo" in *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, pp. 27-61.

- IANNI**, Octavio. A racialização do mundo (1996). Tempo Social Revista Sociologia, USP São Paulo 8(1): 1-23 maio de 1996.
- IBÁÑEZ**, Ana María y **MOYA**, Andrés (2006). Cómo el desplazamiento deteriora el bienestar de los hogares desplazados. Análisis y determinantes de bienestar en los municipios de recepción en Documentos CEDE 26 (Bogotá: Universidad de los Andes).
- ILLES**, Paulo; **SOARES** Timóteo, Gabrielle Louise; **DA SILVA**, Fiorucci, Elaine (2009): Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho na cidade de São Paulo. Cadernos do Pagu: DOSSIÊ: GÊNERO NO TRÁFICO DE PESSOAS. Unicamp. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf> [acessada em 24/03/2009].
- ISAZA**, José Fernando e **CAMPOS**, Diógenes (2009). Consideraciones cuantitativas sobre la evolución reciente del conflicto, em: revista Análisis Político v.22 n.65 Bogotá ene./abr. 2009.
- KALDOR**, Mary (2001). Las nuevas guerras. Violencia organizada en la era de la globalización. Tusquets Editores, Barcelona.
- JUBILUT**, Liliana Lyra (2007). O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Editora Método, São Paulo.
- KOFES**, Suely (2001). Uma trajetória, em narrativas. Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda. Campinas.
- KOFES**, Suely (1998). Experiencias sociales, interpretaciones individuales: posibilidades y límites de las historias de vida en las ciencias sociales (82-101), en: Lucero Zamudio Cárdenas (coord.), Thierry Lulle (coord.), Pilar Vargas (coord.). Los usos de la historia de vida en las ciencias sociales, volumen 1.
- KOSTOVA**, Miroslava Karaboytcheva (14/8/2006) Una evaluación del último proceso de regularización de trabajadores extranjeros en España. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/documentos/252.asp> [acessada em 06/08/2009].
- MAGNAN P.**, Marion (2008). La migración de la clase media colombiana a New York: redes sociales y desconfianza. (ponencia, sin publicar). Flacso Andes. Disponível em: <http://www.flacsoandes.org/web/cms2.php?c=742>.
- MAGNANI**, José Guilherme (2002). “De Perto e de Dentro: Notas para uma Etnografia Urbana” in Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17. N. 49.

- MARUANI, M.** (2000). “De la sociología del trabajo a la sociología del empleo”. *Política y Sociedad*, 34, 9-17.
- MENDOZA, Eduardo** (2007). *La ciudad de los prodigios*. Editorial Seix Barral, quinta impresión, Barcelona.
- MILESI, Rosita** (2005). *Algumas Reflexões, em termos de Princípios, sobre o Anteprojeto de Lei de Estrangeiros*. Disponível em: http://www.migrante.org.br/reflexoes_anteprojeto_lei_de_estrangeiros.doc [acessada em 06/08/2009].
- MILESI, Rosita** (2009). *Regularização de Imigrantes no Brasil, pelo sistema do Registro Provisório - Anistias de 1981, 1988 e 1998*. Disponível em: http://www.migrante.org.br/anistias_no_brasil_artigo_rosita_05jun09.doc [acessada em 06/08/2009].
- MIRIC, Marija** (2003). *Estigma y discriminación: vinculación y demarcación*. *Revista Paradigmas*, Año I, No.2, 2003.
- MOLANO Alfredo, Desterrados** (2001). *Crônicas del desarraigo*, Bogotá: El Áncora Editores.
- MONROY Álvarez, Silvia** (2009). *Consejos comunales e sequestrados: reflexões sobre a noção de intimidade cultural e a construção de estereótipos nacionais na Colômbia*. *Revista Universitas humanística* no. 67 enero-junio de 2009 páginas: 309-322. Bogotá, Colômbia.
- OQUIST, Paul** (1978). *Violencia, conflicto y política en Colombia* (Bogotá: Biblioteca Banco Popular).
- PATARRA, N. e BAENINGER, R.** (2004). *Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica- Brasil no Mercosul*. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambu- MG, Brasil, de 18 a 20 de setembro de 2004. Disponível em: http://www.alapop.org/2009/images/PDF/ALAP2004_244.PDF [acessado em 10/09/2010].
- PÉCAUT, D** (2008). *Las FARC: ¿Una guerrilla sin fin o sin fines?* Editorial Norma, Bogotá.
- PECAUT, D** (2006). *Crónica de cuatro décadas de política colombiana*. Editorial Norma, Bogotá.

- PÉCAUT**, Daniel (2004). Tradición liberal, autoridad y autoritarismo, en Revista Política Universidad de Chile, No 42, otoño 2004, 59-85.
- PECAUT**, D (2003). PECAUT D., Violencia y Política, Ensayos sobre el conflicto colombiano, Medellín, Editora Hombre Nuevo-Universidad del Valle.
- PECAUT**, D (1987). Orden y Violencia: Colombia 1930-1954. Siglo XXI-Cerec, Bogotá.
- PICCINI**, Andrea (1999): Cortiços na cidade: conceito e preconceito na reestruturação do centro urbano de São Paulo. Editora Annablume.
- RIOL**, E. y **JANOSCHKA**, M. (2004). La inmigración extranjera a Barcelona y Madrid: ¿Una nueva fase sociodemográfica y nuevas formas de segregación espacial? IX Congreso de Población española. Granada. Universidad de Granada.
- RIUS** Sant, Xavier (2007). El libro de la inmigración en España. Editorial Almuzara, España.
- ROA** Martínez, María Gertrudis (2006) Tesis de doctorado: “Mercado de trabajo y condiciones laborales de los inmigrantes: el caso de los colombianos en tres comarcas de Barcelona”. Departamento de Sociología, Universidade de Barcelona.
- ROA** Martínez, María Gertrudis (2007). TRABAJADORES DE LOS SERVICIOS PERSONALES Y LA CONSTRUCCION: DIFERENCIAS EN LAS CONDICIONES LABORALES ENTRE NACIONALES E INMIGRANTES, presentación en el quinto congreso de inmigración en España.
- ROA** Martínez, María Gertrudis (2007a). Condiciones laborales y precariedad de los inmigrantes. El caso de los colombianos en tres comarcas de la provincia de Barcelona. Edicions Bellaterra, S.L. Barcelona.
- ROLNIK** Raquel (2004). São Paulo en el filo de la navaja in ABACO, Revista de Cultura y Ciencias Sociales Nº 39, 2004.
- SALES**, Teresa; **SALLES**, Maria do Rosário R (2002). (Org.). Políticas migratórias: América. Latina, Brasil e brasileiros no exterior. São Paulo: Sumaré: IDESP.
- SANABRIA** Mora, Helena (2008): Los inmigrantes colombianos en España: trayectoria y perspectivas. Real Instituto Elcano. Documento de trabajo No 35/2008. Disponible em: www.realinstitutoelcano.org.

- SCOTT** James C. (2004). Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos. Ediciones Era. México.
- SÁNCHEZ**, Ariel (2005). “Guardias indígenas del Cauca”. En: Mauricio García. Sociedad de emergencia. Acción Colectiva y Violencia en Colombia. Bogotá, Defensoría del Pueblo, Asidi, pp. 60-78.
- SEYFERTH**, Giralda (2004) “Imigração e Diferenciação Cultural: a problemática dos conceitos de etnicidade, raça e multiculturalismo”. XXVIII Encontro anual da ANPOCS, 2 a 30 de Outubro de 2004. In **SILVA**, Sidney Antônio da (2006) “Os imigrantes e os Direitos humanos no Brasil”. Seminário Indocumentados e Direitos. Fórum Social Mundial das Migrações.
- SILVA**, Armando (2001). Imaginários Urbanos. Editora Perspectiva, São Paulo.
- SILVA**, Armando (1987). Punto de Vista Ciudadano. Instituto Caro y Cuervo, Bogotá.
- SILVA**, Sidney Antônio da (2006). Os imigrantes e os Direitos humanos no Brasil. Seminário Indocumentados e Direitos. Fórum Social Mundial das Migrações.
- SILVA**, Sidney Antônio da (1997). Costurando sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes Bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas.
- SILVEIRA**, Éder. Notas sobre Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda e Teoria do Medalhão, de Machado de Assis. Disponível em: http://www.unicamp.br/siarq/sbh/produtos_pesquisa.html [acessado em 22/04/2010].
- SZURMUK**, Mónica (2003) Extranjería y exilio en La nave de los locos de Cristina Peri Rossi, en El otro, el extranjero de Blanck-Cerejido, Fanny y Yankelevich, Pablo (Compiladores). Libros del Zorzal, Buenos Aires.
- SPINOZA**, Baruch [Ethica ordine geométrico demonstrata 1677]. Ética – Tratado Teológico Político (1677). Edición en español, Editorial Porrúa, S.A. México, 1990.
- THAYER** Correa, Luis Eduardo (2008): La Expropiación del Tiempo y la Apropiación del Espacio: La Incorporación de los Inmigrantes Latinoamericanos a la Comunidad De Madrid. Tesis de doctorado. Universidad Complutense de Madrid Facultad de Ciencias Políticas y Sociología. Departamento de Sociología III.

- URIBE** de Hincapié, María Teresa (2006). Notas preliminares sobre resistencias de la sociedad civil en un contexto de guerras y transacciones. *Revista Estudios Políticos de la Universidad de Antioquia* No 29. Medellín, julio-diciembre de 2006 (63-78).
- URIBE** de Hincapié, María Teresa. (2004). Emancipación social en un contexto de guerra prolongada. El caso de la comunidad de paz de San José de Apartadó. En: Boaventura de Sousa Santos y Mauricio García Villegas (editores). *Emancipación social y violencia en Colombia*, Bogotá, Norma, 2004, pp. 75-119).
- URIBE** de Hincapié, María Teresa (2004). Republicanismo patriótico en Reección: el embrujo continúa. Segundo año de gobierno de Álvaro Uribe Vélez (pp. 13-21). Ediciones Antropos Ltda. Bogotá.
- URIBE** de Hincapié, María Teresa (2002). Las incidencias del miedo en la política. Una mirada desde Hobbes (25-46) en: *El miedo. Reflexiones sobre su dimensión social y cultural*. Ediciones Corporación Región, Medellín.
- URIBE** de Hincapié, María Teresa (2001). *Nación, Ciudadano y Soberano*. Ediciones Corporación Región, Medellín.
- URIBE** de Hincapié, María Teresa (1998). "Las soberanías en vilo en un contexto de guerra y paz". *Estudios Políticos*, 13, Medellín, junio-diciembre de 1998, pág. 11-37.
- URIBE** de Hincapié, María Teresa (1999). "Las soberanías en disputa: ¿conflicto de identidades o de derechos?". En: *Estudios Políticos* No. 15, Medellín, diciembre 1999, pág. 23-47.
- URIBE** García, José Ignacio, **ORTIZ** Quevedo, Carlos Humberto e **GARCÍA** Cruz Gustavo Adolfo (2008). *INFORMALIDAD Y SUBEMPLEO EN COLOMBIA: DOS CARAS DE LA MISMA MONEDA*. Cuad. Adm. Bogotá (Colombia), 21 (37): 211-241, julio-diciembre de 2008. Disponible em: http://cuadernosadministracion.javeriana.edu.co/pdfs/cnos_admon_vol21_n37_09.pdf [acessado em 22/04/2010].
- URIBE** Forero, Diana. Programas de rádio, disponíveis em: <http://www.caracol.com.co/programa.aspx?id=320899> [acessado em 24/09/2010].

- VILLA**, Marta (2008). Políticas públicas sobre el desplazamiento forzado en Colombia: una lectura desde las representaciones sociales en: Las migraciones en América Latina políticas, culturas y estrategias. **NOVICK**, Susana (compiladora). Con la Colaboración de Carolina Stefoni y Alfonso Hinojosa Gordonava, páginas 229-248. CLACSO. Ediciones catálogo, Buenos Aires.
- VILLA**, Marta et al. (2007). Migración forzada de colombianos. Colombia, Ecuador, Canadá (Medellín: Corporación Región).
- WADE**, Peter: Gente Negra: Nación Mestiza. Las Dinámicas de las Identidades Raciales en Colombia (1997). Editorial Universidad de Antioquia, Instituto Colombiano de Antropología, Siglo del Hombre Editores y Ediciones UNIANDES. Bogotá.
- WEBER**, Max (2003): “Conceitos sociológicos fundamentais”. Edições 70 Ltda, Lisboa, Portugal.
- ZOURABICHVILI** François (2003). Le vocabulaire de Deleuze, Paris, Ellipses.

Fontes eletrônicas

- <http://www.maec.es/subwebs/Consulados/SaoPaulo/es/MenuPpal/Servicios%20Consulares%20en%20Sao%20Paulo/Visados/Paginas/VistosDocumentazao%20Necesaria.aspx> [acessada em 21/01/2009].
- <http://www.homestaybcn.com/> [acessada em 03 de fevereiro de 2009].
- <http://www.dpu.gov.br/encontro/encontroredpo/pdf/Lei%206815%20-%2019081980%20-%20Estatuto%20do%20estrangeiro.pdf> [acessada em 06/08/2009].
- http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/lo4-2000.html [acessada em 06/08/2009].
- http://www.migrante.org.br/reflexoes_anteprojeto_lei_de_estrangeiros.doc [acessada em 06/08/2009].
- <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJA5F550A5ITEMID579A8A09099C481FA6B64D5112A7A678PTBRNN.htm> [acessada em 06/08/2009].
- http://www.migrante.org.br/anistias_no_brasil_artigo_rosita_05jun09.doc [acessada em 06/08/2009].
- <http://www.realinstitutoelcano.org/documentos/252.asp> [acessada em 06/08/2009].
- <http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BE6977269-F3F9-4ED2-95C7-883961BB0CF3%7D&ServiceInstUID=%7B478D074B-29E8-4085-95A0-A7C7A8A65D8A%7D> [acessada em 07/08/2009].
- <http://www.acnur.org/secciones/index.php?viewCat=83#733> e [http://www.acnur.org/t3/portugues/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2\[mode\]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2\[folder\]=66](http://www.acnur.org/t3/portugues/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2[mode]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2[folder]=66) [acessada em 07/08/2009].
- http://www.acnur.org/paginas/index.php?id_pag=1435 [acessada em 07/08/2009].
- <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9474.htm> [acessada em 09/08/2009].
- <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9474.htm> [acessada em 09/08/2009].
- <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9474.htm> [acessada em 09/08/2009].
- http://www.fedesarrollo.org:82/mcardenas/images/papers/migracionesinternacionalesColombia/migraciones_internacionales_colombia_presentacion.pdf
- <http://www.cemla-remesas.org/PDF/seminariomx/0510MX-ES-PPT-Colombia.pdf>

- <http://www.realinstitutoelcano.org>
- <http://www.acnur.org/pais/index.php?accion=pag&id=1434&iso2=CO> [acessada em 26.07.2006].
- <http://www.anncol.org/es/site/doc.php?id=1976> [acessada em 26.07.2006].
- <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7605B707ITEMIDF8AB67E21D114613BA3D8D94A4959D92PTBRNN.htm> [acessada em 18/03/2009].
- <http://conexioncolombia.terra.com.co/conexioncolombia/content/page.jsp?ID=5838> [acessada em 22/04/2006].
- <http://www.eclac.org/migracion/imila> [acessada em 20/03/2009].
- <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf> [acessada em 24/03/2009].
- http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080320_imigracao-brasililegais.shtml [acessada em 04 de fevereiro de 2009].
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u466676.shtml> [acessada em 20/03/2009].
- <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf> [acessada em 24/03/2009].
- http://www.mte.gov.br/trab_estrang/est_origem.pdf [acessada em 23/03/2009].
- <http://www.cdpsanjose.org/> [acessado em 25/08/2010].
- http://www.mte.gov.br/trab_estrang/paises_america_sul.pdf [acessada em 23/03/2009].
- <http://portal.rpc.com.br/gazetadopovo/mundo/conteudo.phtml?id=846967> [acessada em 13/03/2009].
- <http://extranjeros.mtin.es/es/InformacionEstadistica/Informes/Extranjeros31Diciembre2008/index.html> [acessada em 27/03/2009].
- <http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&client=firefox-a&rls=org.mozilla%3Apt-BR%3Aofficial&q=+capes+editais+pecpg+2008&btnG=Pesquisar&meta=> [acessada em 27/03/2009].
- <http://www.capes.gov.br/servicos/sala-de-imprensa/36-noticias/1651> [acessada em 27/03/2009].
- http://sistemas.usp.br/anuario/info_demo.htm [acessada em 27/03/2009].
- [http://www.google.com.co/search?q=Jes%C3%BA+Mart%C3%ADn+Barbero+\(2003\)+Saberes+hoy:+diseminaciones,+competencias+y+transversalidades.&hl=es&start=0&sa=N](http://www.google.com.co/search?q=Jes%C3%BA+Mart%C3%ADn+Barbero+(2003)+Saberes+hoy:+diseminaciones,+competencias+y+transversalidades.&hl=es&start=0&sa=N) [acessada em 01/08/2009].

- <http://colombia-aabc.org.br/capa.htm> [acessada em 03/08/2009].
- <http://redesocialblogs.com.br/palamericalatina/quem-somos/> [acessada em 03/08/2009].
- <http://www.bcn-associacions.org/enlacebcn/> [acessada em 03/07/2009].
- <http://www.ccar.cat/index01.htm> [acessada em 05/08/2009].
- <http://acampadosnoacnur.blogspot.com/2009/04/obrigado-ao-povo-brasileiro-solidario-e.html> [acessada em 05/08/2009].
- <http://passapalavra.info/?p=5688> [acessada em 05/08/2009].
- <http://somostodospalestinos.blogspot.com/2009/05/refugiados-palestinos-no-brasil-fazem.html> [acessada em 05/08/2009].
- <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2008/09/429030.shtml> [acessada em 05/08/2009].
- <http://www.abin.gov.br/modules/articles/article.php?id=3680&%20lang=english> [acessada em 05/08/2009].
- <http://www.alfacom.com.br/> [acessada em 06/04/2009].
- <http://www.alfacom.com.br/> [acessada em 06/04/2009].
- http://www.alfacom.com.br/default.asp?SEC_ID=3 [acessada em 06/04/2009].
- http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/cultura/patrimonio_historico/institucional/0046 [acessada em 06/11/2008].
- <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=12&groupe=Spinoza&langue=3> [acessada em 12/07/2009].
- <http://www.webdeleuze.com/php/texte.php?cle=36&groupe=Spinoza&langue=3> [acessada em 12/07/2009].
- http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080320_imigracao-brasil-ilegais.shtml [acessada em 04 de fevereiro de 2009].
- <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL858916-5598,00-BRASIL+ESTUDA+ANISTIA+PARA+MIL+IMIGRANTES+ILEGAIS.html> [acessada em 04/02/2009].
- <http://www.deuseespirito.org/cont2.php?vidcont=72> [acessada em 20/03/2008].
- <http://www.moniam.com.br/produtos06ie.asp> [acessada em 20/03/2008].
- <http://logoshp.6te.net/seipentunic2.htm> [acessada em 25/03/2008].

- http://es.wikipedia.org/wiki/Iglesia_Pentecostal_Unida_de_Colombia [acessada em 25/03/2008].
- <http://www.alfacom.com.br/default.asp> [acessada em 20/03/2008].
- http://www.tramaweb.com.br/cliente_ver.asp?Cod_cli=180&Cod_Not=4379 [acessada em 22/03/2008].
- <http://vejasaopaulo.abril.com.br/revista/vejaspedicoes/2026/m0138408.html> [acessada em 25/03/2008].
- <http://www.festivalvallenato.com/index.htm> [acessada em 10/11/2008].
- <http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u4646.shtml> [acessada em 10/11/2008].
- http://es.wikipedia.org/wiki/Bandeja_paisa [acessada em 29/07/2009].
- <http://es.wikipedia.org/wiki/Empanada> [acessada em 30/07/2009].
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Soursop> [acessada em 29/07/2009].
- http://es.wikipedia.org/wiki/Solanum_betaceum [acessada em 29/07/2009].
- http://es.wikipedia.org/wiki/Solanum_quitoense [acessada em 29/07/2009].
- <http://frutasraras.sites.uol.com.br/solanaceae.htm> [acessada em 29/07/2009].
- http://es.wikipedia.org/wiki/Ranchera_mexicana [acessada em 30/07/2009].
- http://es.wikipedia.org/wiki/M%C3%BAsica_de_despecho [acessada em 30/07/2009].
- [http://es.wikipedia.org/wiki/Salsa_\(g%C3%A9nero_musical\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Salsa_(g%C3%A9nero_musical)) [acessada em 30/07/2009].
- <http://www.llamaya.es/>
- <http://www.hablaya.es>
- <http://www.psicologiacientifica.com/bv/psicologia-132-1-el-duelo-migratorio.html> [acessada em 23/07/2009].
- <http://www.colectivomaloka.org/mujeres/index.php> [acessada em 12/12/2008].
- <http://www.bicing.com/> [acessada em 12/12/2008].
- <http://www.publico.es/xalok/127506/eurocamara/aprueba/directiva/vergenza> [acessada em 13/12/2008].
- <http://www.escoladeltreball.org/es/s1/index.htm> [acessada em 13/12/2008].

- http://w3.bcn.es/V01/Serveis/Noticies/V01NoticiesLlistatNoticiesCtl/0,2138,1653_1802_2_441146925,00.html?bcnAccessible=true&accio=detall&home=HomeBCN [acessada em 13/12/2008].
- <http://cpnl.cat/xarxa/cnlbarcelona/> [acessada em 15/12/2008].
- <http://cpnl.cat/xarxa/cnlbarcelona/docs/noux.pdf> [acessada em 15/12/2008].
- http://cantoalavida.org/?page_id=4 [acessada em 16/12/2008].
- <http://www.farinera.org/> [acessada em 16/12/2008].
- http://www.asmedasantioquia.org/momento_medico/edicion_87/seguridad_democratica.htm [acessada em 16/02/2009].
- <http://www.desaparecidos.org/colombia/fmcepeda/genocidio-up/cepeda.html> [acessada em 16/02/2009].
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Emo> [acessada em 07/01/2009].
- <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-3650262> [acessada em 07/01/2009].
- <http://www.elspectador.com/opinion/columnistasdelimpreso/hector-abad-facioline/columna-indios-gitanos-emos> [acessada em 07/01/2009].
- <http://www.elpais.com.co/paionline/calionline/notas/Abril132008/emo3.html> [acessada em 07/01/2009].
- <http://www.espacioblog.com/lecomunico/post/2007/01/22/los-emo-aquienes-son-> [acessada em 07/01/2009].
- <http://www.semana.com/noticias-vida-moderna/emocion-extremo/110903.aspx> [acessada em 07/01/2009].
- <http://www.lanacion.com.co/index.php?content=243&id=7008> [acessada em 07/01/2009].
- http://www.mir.es/SGACAVT/derecho/or/pre/orpre1283_2007.html [acessada em 18/12/2008].
- http://www.maec.es/subwebs/Consulados/Bogota/es/MenuPpal/Trmites%20de%20visados/Documents/REQUISITOS%20SCHENGEN%20_no%20comunitarios.pdf [acessada em 18/12/2008].
- http://extranjeros.mtas.es/es/NormativaJurisprudencia/Internacional/ConveniosBilaterales/ConveniosMigratorios/documentos/Acuerdo_flujos_COLOMBIA.pdf [acessada em 19/12/2008].

- http://es.geocities.com/pasajeros_libres/cancprop.htm [acessada em 07/01/2009].
- [http://es.wikipedia.org/wiki/Merengue_\(g%C3%A9nero_musical\)](http://es.wikipedia.org/wiki/Merengue_(g%C3%A9nero_musical)) [acessada em 30/07/2009].
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Merengue> [acessada em 30/07/2009].
- <http://es.wikipedia.org/wiki/Bachata> [acessada em 30/07/2009].
- <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ludo> [acessada em 09/01/2009].
- <http://en.wikipedia.org/wiki/Parque> [acessada em 09/01/2009].
- http://www.prensarural.org/gallery/main.php?g2_itemId=2900 [acessada em 16/12/2008].
- <http://www.icetex.gov.co/portal/Default.aspx?tabid=151> [acessada em 17/12/2008].
- <http://www.ccoo.es/cscocoo/menu.do?Inicio> [acessada em 03 de fevereiro de 2009].
- <http://www.presidencia.gov.co/sne/2004/enero/30/12302004.htm> [acessada em 29/09/2009].
- <http://www.desdeabajo.info/index.php/ediciones/111-edicion-88/58-minercol-liquidacion-empresa-estatal.html>, [acessada em 29/09/2009].
- <http://www.caritasbcn.org/NR/rdonlyres/97AD88AC-4958-4FA8-AE06-FDF1632FA179/4242/memoCAST.pdf> [acessado em: 25/02/2010].
- <http://cems.ehess.fr/document.php?id=236> [acessada em 27/08/2010].
- <http://quimbaya.udea.edu.co/iep/>, [acessada em 27/08/2010].
- <http://www.cinep.org.co/node/803> [acessada em 27/08/2010].
- <http://www.elspectador.com/impreso/judicial/articuloimpreso-del-estatuto-de-seguridad-seguridad-democratica?page=0,0> [acessado em 09/06/2010].
- <http://www.presidencia.gov.co/columnas/columnas109.htm> [consultado em 12 de agosto de 2010].
- <http://www.cdpsanjose.org/> [acessado em 25/08/2010].
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Juan_Carlos_Ram%C3%ADrez_Abad%C3%ADa [acessada em 02/03/2010].
- http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/doc/como_superar_1.pdf [acessado em 16/09/2010].
- http://www.cincodias.com/articulo/economia/economia-sumergida-Espana-situa-PIB/20100113cdscdseco_9/cdseco/ [acessado em 22/04/2010].

- <http://www.correiodobrasil.com.br/noticia.asp?c=138539> [acessado em 11/09/2009].
- <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=27131> [acessado em 11/09/2010].
- <http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/refugiados/> [acessada em 10/09/2010].
- <http://www.cinep.org.co/> [acessado em 13/09/2010].
- <http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/311001ART5%20Susana%20de%20Castro.pdf> [acessado em 13/09/2010].
- http://www.mte.gov.br/legislacao/resolucoes_normativas/1999/rn_19990928_36.asp [acesso em 13/09/2010].
- <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/5780.pdf> [acesso em 13/09/2010].
- http://www.mir.es/SGACAVT/derecho/rd/rd2393_2004.html [acesso em 3/09/2010].
- <http://cinep.pasosdejesus.org/node/1050> [acessado em 08/09/2010].
- http://www.eacnur.org/04_02_01.cfm?id=1460 [consultada em 30/03/2010].
- <http://www.caracol.com.co/programa.aspx?id=320899> [acessado em 24/09/2010].
- <http://las.arts.ubc.ca/Colombia/sp/> [acessado em 24/09/2010].
- <http://www.elespectador.com/impreso/politica/articuloimpreso125712-colombia-boceto-un-retrato> [acessado em: 27/09/2010].

Anexos

Anexo 1

Tabela 2: População total nascida na Colômbia segundo período de chegada ao Brasil

Faixa Etária	Total	Período de chegada					
		de 1901 a 1959	de 1960 a 1969	de 1970 a 1979	de 1980 a 1989	de 1990 a 1999	2000
Total	4.159	270	343	507	833	1.941	266
0 - 4	85	0	0	0	0	61	23
5 - 9	128	0	0	0	0	117	12
10 - 14	160	0	0	0	11	148	0
15 - 19	220	0	0	0	97	110	14
20 - 24	325	0	0	10	132	156	26
25 - 29	396	0	0	97	50	193	56
30 - 34	616	0	24	40	70	419	63
35 - 39	648	0	14	46	166	361	61
40 - 44	402	0	68	41	116	177	0
45 - 49	284	31	26	94	69	64	0
50 - 54	322	83	72	79	48	39	0
55 - 59	212	54	56	61	19	22	0
60 - 64	161	43	38	28	0	52	0
65 - 69	98	22	10	9	43	14	0
70 - 74	53	19	35	0	0	0	0
75 - 79	25	14	0	0	10	0	0
80 - 84	19	0	0	0	0	7	12
85 e mais	4	4	0	0	0	0	0

Fonte: CELADE - BANCO DE DATOS, PROYECTO - IMILA BRASIL 2000.

Tabela 3: População masculina nascida na Colômbia segundo período de chegada ao Brasil

Faixa Etária	Total	Período de chegada					
		de 1901 a 1959	de 1960 a 1969	de 1970 a 1979	de 1980 a 1989	de 1990 a 1999	2000
Homens	2.290	190	188	325	477	956	154
0 - 4	51					35	16
5 - 9	83					72	12
10 - 14	61					61	
15 - 19	87				52	34	
20 - 24	162				80	55	26
25 - 29	174			64	19	91	
30 - 34	319		16	20	32	196	54
35 - 39	361			46	78	202	35
40 - 44	274		24	20	97	132	
45 - 49	147	11	26	61	28	21	
50 - 54	227	75	51	27	40	34	
55 - 59	145	43	34	48	11	8	
60 - 64	80	24	14	28		14	
65 - 69	61	12	10	9	30		
70 - 74	32	19	13				
75 - 79	17	6			10		
80 - 84	12						12
85 e mais	0						

Fonte: CELADE - BANCO DE DATOS, PROYECTO - IMILA BRASIL 2000.

Tabela 4: População feminina nascida na Colômbia segundo período de chegada ao Brasil

Faixa Etária	Total	Período de chegada					
		de 1901 a 1959	de 1960 a 1969	de 1970 a 1979	de 1980 a 1989	de 1990 a 1999	2000
Mulheres	1.870	80	154	183	356	985	112
0 - 4	34					26	8
5 - 9	45					45	
10 - 14	98				11	87	
15 - 19	134				44	76	14
20 - 24	164			10	52	101	
25 - 29	222			33	32	102	56
30 - 34	298		8	20	38	223	9
35 - 39	287		14		88	159	27
40 - 44	128		43	20	20	45	
45 - 49	137	20		33	40	43	
50 - 54	96	8	22	53	8	5	
55 - 59	67	11	22	13	8	14	
60 - 64	81	19	24			38	
65 - 69	38	10			14	14	
70 - 74	21		21				
75 - 79	8	8					
80 - 84	7					7	
85 e mais	4	4					

Fonte: CELADE - BANCO DE DATOS, PROYECTO - IMILA BRASIL 2000.

Tabela 5: População colombiana de 12 anos e mais, economicamente ativa, segundo categoria ocupacional por tipo de atividade econômica

Tipo de Atividade	Total	Categoria de ocupação		
		Empregador ou Patrão	Empregado	Trabalhador autônomo
Total	2.448	116	1.296	636
Branco	212	0	0	0
Agricultura, pecuária, silvicultura	72	0	3	40
Pesca	19	0	0	10
Indústria extrativa	42	0	42	0
Indústria de transformação	206	26	146	24
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	12	0	12	0
Construção	83	11	43	29
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	294	44	65	174
Alojamento e alimentação	78	0	40	24
Transporte, armazenagem e comunicação	98	0	98	0
Intermediação financeira	23	0	23	0
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	195	22	81	80
Administração pública, defesa e seguridade social	124	0	124	0
Educação	282	0	217	46
Saúde e serviços sociais	476	12	309	122
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	148	0	74	58
Serviços domésticos	37	0	0	0
Organismos internacionais	0	0	0	0
Outras atividades ou atividades não classificadas	47	0	18	29

Fonte: Banco de dados CELADE, projeto IMILA (2000)

Tabela 6: População colombiana de 12 anos e mais, economicamente ativa do grupo ocupacional de profissionais, técnicos e pessoas em ocupações afins, segundo 'divisões e agrupações do tipo de atividade econômica por subgrupos de ocupação.

Subgrupos de ocupação (CIUO)	Total	Tipo de atividade (CIU)		
		Fabricación sub. químicas der. petróleo	Construção maquinaria	Ensino
Total	949	12	0	232
Arquitetos, engenheiros e afins	27	0	0	0
Químicos, físicos e afins	0	0	0	0
Biólogos, agrônomos e afins	25	0	0	0
Médicos, dentistas, veter. E afins	578	0	0	98
Paramédicos, enfermeiros e afins	0	0	0	0
Professores	144	0	0	135
Matemáticos, estatísticos e afins	0	0	0	0
Advogados e afins	0	0	0	0
Escritores, artistas e afins	60	12	0	0
Religiosos e afins	30	0	0	0
Outros	85	0	0	0
Subgrupos de ocupação (CIUO)		Tipo de atividade (CIU)		
		Instituto investigação científica	Serv. médico odontológico san. e vet.	Serviço comunais sociais
Total	0	382	85	238
Arquitetos, engenheiros e afins	0	0	0	27
Químicos, físicos e afins	0	0	0	0
Biólogos, agrônomos e afins	0	0	0	25
Médicos, dentistas, veter. E afins	0	380	27	74
Paramédicos enfermeiros e afins	0	0	0	0
Professores	0	0	9	0
Matemáticos, estatísticos e afins	0	0	0	0
Advogados e afins	0	0	0	0
Escritores, artistas e afins	0	0	19	30
Religiosos e afins	0	0	30	0
Outros	0	3	0	82

Fonte: Banco de dados CELADE, projeto IMILA (2000)

Tabela 7: Autorizações de trabalho concedidas por situação para os colombianos

Situação	2007	2008
Marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que opere em águas brasileiras	65	415
Especialista com vínculo empregatício	113	127
Assistência Técnica por prazo até 90 dias, sem vínculo empregatício	53	83
Estrangeiro para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira	71	81
Assistência Técnica, Cooperação Técnica e Transferência de Tecnologia, sem vínculo empregatício	30	76
Estrangeiro na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício	27	43
Administradores, Diretores, Gerentes e Executivos com poderes de gestão e concomitância	13	25
Investidor Pessoa Física	3	4
Outros	26	50
TOTAL	401	904

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2009)⁹⁹

⁹⁹ Tabela disponível em: http://www.mte.gov.br/trab_estrang/paises_america_sul.pdf [acessada em 23/03/2009].

Tabela 8: População colombiana refugiada, de acordo com os principais países de concessão de asilo: 1996-2007

<i>País de asilo</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
Estados Unidos	407	488	594	852	2,614	6,663	11,135	11,590	14,920	19,967	24,770	25,261
Canadá	132	151	235	450	1,077	2,339	4,051	6,689	9,441	13,511	17,378	19,766*
Costa Rica	52	-	-	64	515	3,085	7,326	8,266	8,750	9,470	9,699	9,739
Panamá	7	10	564	733	711	881	989	860	1,022	1,137	1,265*	1,308*
Venezuela	18	17	20	50	34	21	21	21	199	358	684*	902*
Equador	93	104	123	159	1,374	1,614	3,122	6,248	8,270	9,851	11,526	14,251
Peru			1	4	4	4	5	24	66	118	158*	206*
Brasil	-	-	4	4	15	26	63	88	132	360	412	444
Chile	12	11	6	7	27	51	72	99	189	416	683*	906*
Espanha	60	73	85	160	345	490	537	680	820	944	991	1,018
Reino Unido	168	203	405	385	870	915	1,140	1,317	1,356	1,397	1,402*	1402*
Total¹	2,168	2,377	3,538	4,413	9,279	17,938	30,625	37,995	47,381	60,450	72,796	80,458*

¹ Este total corresponde ao total geral, isto é, a somatória de todas as pessoas de origem colombiana com status de refugiado, no mundo todo.

*Valores aproximados

Fontes: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp> [acessado em 07/02/2009], as estatísticas sobre o asilo no Reino Unido (2007), disponível em <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs08/hosb1108.pdf> [acessado em 09/02/2009], apêndice B do texto "O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Liliana Jubilut." Editora Método, São Paulo, 2007 e Relatório de 2007 do CONARE, *Apud* Milesi (2008): "Dia Mundial do Refugiado" (disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf) [acessado em 07/02/2009].

Tabela 9: Solicitantes de asilo, de acordo com os principais países de solicitação de asilo: 1997-2007¹

<i>País de solicitação de asilo</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
Estados Unidos	250	251	200	334	2,631	7,144	7,950	4,661	2,452	1,570	1,810	1,399
Canadá	87	71	270	622	1,063	1,831	2,718	2,131	3,664	1,487	1,361	2,632
Costa Rica											690	752
Panamá		29	36	423	196	74	118	18	328	427	330	328
Venezuela	4	8	4	38	95	205	705	1,345	2,242	1,632	2,173	2,335
Equador	4	12	69	36	1,594	3,286	6,732	11,388	7,626	6,517	6,641	11,590
Peru											145	107
Brasil	-	-	-	18	26	32	71	45	46	137	140	128
Chile		18		15	22	33	27	56	182	347	540	713
Argentina		4		14	17	16	10	7	30	93		123
Espanha	57	98	155	601	1,361	2,532	1,105	577	760	1,656	2,566*	2,497
Reino Unido**			425	1,000	505	365	420	220	120	70	60	30
França											230	
Alemanha											244	
Itália											272	
Total²	1,697	2,586	2,570	4,061	9,785	21,562	24,290	22,655	19,387	14,717	17,318	23,242

¹ São registradas apenas as feitas para cada ano em particular, isto é, sem incluir as pendentes dos anos anteriores.

² Este total corresponde ao geral, isto é, a somatória de todas as solicitações no mundo todo.

*Total de decisões durante 2006.

**São excluídas as pessoas dependentes.

Fontes: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp> [acessado em 07/02/2009], as estatísticas sobre o asilo no Reino Unido (2007), disponível em <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs08/hosb1108.pdf> [acessado em 09/02/2009], “Informe de la situación de los refugiados en Espana”, vários anos, disponível em: http://www.cear.es/index.php?section=88&subListVisible=publicaciones_sublist [acessado em 25/02/2009], apêndice B do texto “O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Liliana Jubilut.” Editora Método, São Paulo, 2007 e Relatório de 2007 do CONARE, *Apud* Milesi (2008): “Dia Mundial do Refugiado” (disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf) [acessado em 07/02/2009].

Tabela 10: População reassentada de origem colombiana de acordo com os principais países

Origem	Destino	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Total
Colômbia	Costa Rica	-	-	-	-	-	-	5	162	228	280	-	-91	584
Colômbia	Equador	*	-	*	15	10	-	*	152	440	507	-	-213	920
Colômbia	Brasil								15	71	72	44	41	243 ¹

¹ No final de 2007, 15 pessoas reassentadas de origem colombiana deixaram país, por motivos diversos, como, por exemplo, a repatriação voluntária, ficando um total de 228.

*Não são mencionados os valores por ser menores de quatro.

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp>, acessado em 07/02/2009) e 2009], apêndice B do texto "O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Líliliana Jubilut." Editora Método, São Paulo, 2007 e Relatório de 2007 do CONARE, *Apud* Milesi (2008): "Dia Mundial do Refugiado" (disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf) [acessado em 07/02/2009].

Tabela 11: Total de Refugiados em primeiro país de asilo e Regiões de procedência: 31/12/2007

Regiões de Procedência	Refugiados no Brasil
África	2.606
América Latina e Caribe	474
Oriente Médio	240
Europa	99
Ásia	40
América do Norte	1
Apátrida	1
Total	3.461

Fonte: CONARE – Relatório 2007, *Apud* Milesi (2008): "Dia Mundial do Refugiado", disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf, acessado em 07/02/2009.

Tabela 12: Refugiados reassentados no Brasil: 2002-2007

Ano	Nacionalidades						
	Palestinos	Afegãos	Colombianos	Congolese	Equatorianos	Guatemaltecos	Total
2002	-	23	-	-	-	-	23
2003	-	-	15	1	-	-	16
2004	1	-	71	-	3	-	75
2005	-	-	72	-	4	-	76
2006	-	-	44	-	6	-	50
2007	108	-	41	-	-	2	151
Total	109	23	243*	1	13	2	391

Fonte: CONARE – Relatório 2007, *Apud* Milesi (2008): “Dia Mundial do Refugiado”, disponível em:

http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf, acessado em 07/02/2009.

* Em 2007, 15 pessoas reassentadas de origem colombiana deixaram país, por motivos diversos, como, por exemplo, a repatriação voluntária.

Tabela 13: Estados de residência dos refugiados reassentados no território nacional

Estado	Total de Refugiados/as	Nacionalidades
Rio Grande do Norte	34	Colombianos, guatemaltecos e palestinos.
Rio Grande do Sul	150	Colombianos, palestinos, afegãos e congolese.
São Paulo	168	Colombianos e palestinos
Pernambuco	01	Colombianos
Goiás	01	Colombianos
Total	354	

Fonte: CONARE – Relatório 2007, *Apud* Milesi (2008): “Dia Mundial do Refugiado”, disponível em:

http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf, acessado em 07/02/2009.

Tabela 14: População colombiana na região fronteira do Brasil (Estado do Amazonas), de interesse para o ACNUR, porém, não recebe assistência

<i>2006</i>	<i>2007</i>
17,000	17,000

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp>) [acessado em 07/02/2009]

Tabela 15: “Refugiados internos” (ou “deslocados”) protegidos ou assistidos pelo ACNUR

<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
525,000	720,000	950,000	1,244,072	2,000,000	2,000,000	3,000,000	3,000,000

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp>) [acessado em 07/02/2009]

Tabela 16: Solicitações de asilo denegadas e/ou arquivadas (otherwise closed), de acordo com os principais países de solicitação de asilo: 1997-2007

<i>País de solicitação de asilo</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	<i>2001</i>	<i>2002</i>	<i>2003</i>	<i>2004</i>	<i>2005</i>	<i>2006</i>	<i>2007</i>
Espanha											2,519	1,652
Reino Unido			810	155	1,755	675	415	315	150	65	45	30
França											120	**
Alemanha											70	**
Itália											122	**
Estados Unidos											4,421*	3,122*
Canadá											326*	203*
Costa Rica											-	452*
Panamá											448*	23*
Equador											2,233*	3,508*
Venezuela											49*	287*
Peru											34*	34*
Brasil											36*	66*
Chile											316*	57*
Argentina											**	35*
Total¹											10,874	10,322

¹ Este total corresponde ao geral, isto é, a somatória de todas as solicitações no mundo todo.

*São incluídas as solicitações pendentes de anos anteriores.

**Significa que houve no total menos de 100 solicitações registradas ou pendentes de anos anteriores a serem aprovadas, recusadas, arquivadas, etc.

Fontes: Elaboração própria a partir da base de dados estatísticos on-line do ACNUR (disponível em: <http://www.who.int/globalatlas/default.asp> [acessado em 07/02/2009], as estatísticas sobre o asilo no Reino Unido (2007), disponível em <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/pdfs08/hosb1108.pdf> [acessado em 09/02/2009], apêndice B do texto "O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro, de Liliana Jubilut." Editora Método, São Paulo, 2007 e Relatório de 2007 do CONARE, *Apud* Milesi (2008): "Dia Mundial do Refugiado" (disponível em: http://www.csem.org.br/2008/dia_do_refugiado2008_o_desafio_das_politicas_publicas_rosita_milesi.pdf) [acessado em 07/02/2009].

Tabela 17: Pessoas de origem colombiana, segundo status, sexo e ano de permanência na Casa do Migrante

Status	Sexo /Anos	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Refúgio	Mulher							3	1	8	12	8
	Homem					1	4	5	5	17	18	23
	Total					1	4	8	6	25	30	31
Imigrante	Mulher						5		1	1	2	
	Homem	2	1	2	3	1	8	6	9	5	6	2
	Total	2	1	2	3	1	13	6	10	6	8	2

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas de usuários da Casa do Migrante até 31 de dezembro de 2007. Acervo CEM.

Tabela 18: População de origem colombiana por faixa etária, sexo e status migratório que estiveram na Casa do Migrante de 1997 a 1999

1997			Outro			1998			1999			Outro			1999			Outro		
S ou R						S ou R			S ou R			S ou R			S ou R			S ou R		
Homens	Mulheres	Total	Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Faixa etária	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Faixa etária	Homens	Mulheres	Total
			0 - 4							0 - 4							0 - 4			
			5 - 9							5 - 9							5 - 9			
			10 - 14							10 - 14							10 - 14			
			15 - 19							15 - 19							15 - 19			
			20 - 24							20 - 24	1		1				20 - 24			
			25 - 29							25 - 29							25 - 29			
			30 - 34	2		2				30 - 34							30 - 34	1		1
			35 - 39							35 - 39							35 - 39			
			40 - 44							40 - 44							40 - 44			
			45 - 49							45 - 49							45 - 49			
			50 - 54							50 - 54							50 - 54			
			55 - 59							55 - 59							55 - 59			
			60 - 64							60 - 64							60 - 64			
			65 - 69							65 - 69							65 - 69	1		
			70 - 74							70 - 74							70 - 74			
			75 - 79							75 - 79							75 - 79			
			Total	2		2				Total	1		1				Total	2		2

S = Solicitante de refugio e R = Refugiado. Contabilizo neste item as pessoas que na sua ficha possuem algum tipo de documento que comprova este status.

Outro = Outros status migratórios: turistas, viajantes, imigrantes econômicos, indocumentados.

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas de usuários da Casa do Migrante até 31 de dezembro de 2007. Acervo CEM.

Tabela 19: População de origem colombiana por faixa etária, sexo e status migratório que estiveram na Casa do Migrante de 2000 a 2002

2000	S ou R				Outro		2001	S ou R				Outro		2002	S ou R				Outro	
H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total	H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total	H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total
			0 - 4							0 - 4							0 - 4	1	2	3
			5 - 9							5 - 9							5 - 9		1	1
			10 - 14							10 - 14							10 - 14			
			15 - 19							15 - 19							15 - 19			
			20 - 24				1		1	20 - 24							20 - 24		2	2
			25 - 29							25 - 29	1		1	1		1	25 - 29	1		
			30 - 34							30 - 34							30 - 34	1		1
			35 - 39	2		2				35 - 39				1		1	35 - 39	2		2
			40 - 44	1		1				40 - 44				1		1	40 - 44	1		1
			45 - 49							45 - 49				1		1	45 - 49	1		1
			50 - 54							50 - 54							50 - 54			
			55 - 59							55 - 59							55 - 59			
			60 - 64							60 - 64							60 - 64			
			65 - 69							65 - 69							65 - 69	1		1
			70 - 74							70 - 74							70 - 74			
			75 - 79							75 - 79							75 - 79			
			Total	3		3	1		1	Total	1		1	4		4	Total	8	5	13

H = Homens, M = Mulheres. S = Solicitante de refugio e R = Refugiado. Contabilizo neste último item as pessoas que na sua ficha possuem algum tipo de documento que comprova este status. Outro = Outros status migratórios: Turistas, viajantes, imigrantes econômicos, indocumentados. **Fonte:** Elaboração própria a partir das fichas impressas de usuários da Casa do Migrante até 31 de dezembro de 2007. Acervo CEM.

Tabela 20: População de origem colombiana por faixa etária, sexo e status migratório que estiveram na Casa do Migrante de 2003 a 2005

2003	S ou R				Outro		2004	S ou R				Outro		2005	S ou R				Outro	
H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total	H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total	H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total
	1	1	0 - 4							0 - 4				1	1	2	0 - 4	1		1
	1	1	5 - 9							5 - 9				3		3	5 - 9			
			10 - 14							10 - 14					1	1	10 - 14			
			15 - 19	1		1				15 - 19				1	1	2	15 - 19			
1	1	2	20 - 24							20 - 24	2		2		1	1	20 - 24	2	1	3
			25 - 29	2		2	2		2	25 - 29	4	1	5	1	1	2	25 - 29			
2		2	30 - 34				1		1	30 - 34	1		1	1		1	30 - 34	1		1
			35 - 39				2		2	35 - 39				5	1	6	35 - 39	1		1
1		1	40 - 44	1		1	1	1	2	40 - 44	1		1	2	1	3	40 - 44			
			45 - 49	1		1				45 - 49	1		1	2		2	45 - 49			
			50 - 54							50 - 54				1	1	2	50 - 54			
1		1	55 - 59							55 - 59							55 - 59			
			60 - 64							60 - 64							60 - 64			
			65 - 69	1		1				65 - 69							65 - 69			
			70 - 74							70 - 74							70 - 74			
			75 - 79							75 - 79							75 - 79			
5	3	8	Total	6		6	6	1	7	Total	9		9	17	8	25	Total	5	1	6

H = Homens, M = Mulheres. S = Solicitante de refugio e R = Refugiado. Contabilizo neste item as pessoas que na sua ficha possuem algum tipo de documento que comprova este status. Outro = Outros status migratórios: Turistas, viajantes, imigrantes econômicos, indocumentados. **Fonte:** Elaboração própria a partir das fichas impressas de usuários da Casa do Migrante até 31 de dezembro de 2007. Acervo CEM.

Tabela 21: População de origem colombiana por faixa etária, sexo e status migratório que estiveram na Casa do Migrante de 2006 a 2007

2006	S ou R				Outro		2007	S ou R				Outro	
H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total	H	M	Total	Faixa etária	H	M	Total
1	1	2	0 - 4	1		1		1	1	0 - 4			
			5 - 9					1	1	5 - 9			
	1	1	10 - 14					2	2	10 - 14			
1	2	3	15 - 19				1		1	15 - 19			
2	3	5	20 - 24	1	1	2	3	2	5	20 - 24			
2		2	25 - 29	3	1	4	2		2	25 - 29	1		1
1	1	2	30 - 34	1		1	5	2	7	30 - 34	1		1
2	1	3	35 - 39				7		7	35 - 39			
3	2	5	40 - 44				3		3	40 - 44			
3	1	4	45 - 49	1		1	1		1	45 - 49			
1		1	50 - 54							50 - 54			
1		1	55 - 59				1		1	55 - 59			
			60 - 64							60 - 64			
			65 - 69							65 - 69			
			70 - 74							70 - 74			
			75 - 79							75 - 79			
17	12	29	Total	7	2	9	23	8	31	Total	2		2

H = Homens, M = Mulheres. S = Solicitante de refugio e R = Refugiado. Contabilizo neste item as pessoas que na sua ficha possuem algum tipo de documento que comprova este status.

Outro = Outros status migratórios: Turistas, viajantes, imigrantes econômicos, indocumentados.

Fonte: Elaboração própria a partir das fichas impressas de usuários da Casa do Migrante até 31 de dezembro de 2007. Acervo CEM.

Anexo 2

Políticas migratórias no Brasil e na Espanha

As consequências dos atentados de 11 de Setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas do World Trade Center em Nova Iorque, nos Estados Unidos e de 11 de Março de 2004 contra quatro comboios da rede ferroviária de Madrid, podem ser analisadas de múltiplas formas: desde o ponto de vista económico, das relações internacionais, das liberdades individuais ou da política imigratória. Em geral, todas elas acabam desembocando na questão da segurança nacional.

Nesse sentido, é inevitável não pensar na “velha” e homônima doutrina da segurança nacional, emergida no contexto da Guerra Fria na América Latina: o inimigo interno, as fronteiras ideológicas, etc. Não se pode esquecer que baseados nela os Estados Unidos conseguiriam unificar o agir das ditaduras na região: a de Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989), a brasileira (1964-1985), começando com Castello Branco e terminando com Figueiredo, a de Hugo Banzer na Bolívia (1971-1978), a de Juan María Bordaberry no Uruguai (1973-1985), a de Augusto Pinochet no Chile (1973-1990), o Processo de Reorganização Nacional na Argentina (1976-1983), a dinastia dos Somozas na Nicarágua, os governos de El Salvador durante seus mais sangrentos anos de guerra civil, bem como a atuação do governo colombiano de Julio César Turbay Ayala (1978-1982), através de seu famoso "Estatuto de Seguridad". Subsidiariamente, durante o primeiro mandato de Uribe, na Colômbia, se aprovaria o estatuto 'antiterrorista' (2003), em concordância com a política estadunidense, tal como já foi apresentado no capítulo anterior. Na mesma direção, seria apresentado em 2007 um anteprojeto de lei antiterror no Brasil que por fortuna fracassaria¹⁰⁰.

Além disso, há já algumas décadas, a defesa coletiva é um argumento ligado aos fluxos migratórios, em especial na Europa, não assim nos Estados Unidos. O efeito que os eventos antes mencionados têm sobre a imigração pode ser resumido na homogeneização de posturas ideológicas que tentam frear os fluxos migratórios dirigidos ao denominado “centro do capitalismo”. A respeito disso, poderiam ser destacadas algumas consequências relevantes: a criminalização da comunidade árabe, um maior controle interno dos estrangeiros nos territórios nacionais, uma tendência à seletividade dos imigrantes que atravessam as fronteiras e a tentativa de reduzir o volume do fluxo de viajantes forçados, concretizadas em duas direções diferentes: por um lado, o racismo institucional e a percepção da imigração como um

¹⁰⁰ Pode-se consultar, entre outros: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=27131> [acessado em 11/09/2010].

privilégio e, pelo outro, o desenvolvimento e fortalecimento do modelo de fortaleza no plano global (Guilló, 2001).

Embora tanto na Europa quanto nos Estados Unidos o principal argumento para mudar as políticas migratórias seja o da tutela da Segurança Nacional, existe uma série de traços que as diferencia. Em primeiro lugar, nos Estados Unidos esta postura é nova e está mais relacionada com sua política exterior que com sua identidade como nação. Contrariamente, na Europa é velha e está ligada às dinâmicas de inserção/exclusão que implicam a construção de uma identidade supranacional: uma identidade européia que exige a redefinição das fronteiras interiores e exteriores (Guillo, op. cit.).

A atual política migratória européia pode ser equiparada, por várias razões, a uma arma de destruição em massa, a saber: primeira, porque é baseada em leis migratórias que legitimam cidadanias de várias classes e define seres humanos “ilegais”, estabelecendo categorias tais como temporal/permanente, regular/irregular, comunitário/extra-comunitário; segunda, porque é a responsável pela ideologia da invasão, da escassez, e não distribuição dos recursos sociais (emprego, educação, saúde, etc.), do medo ao estrangeiro e da falta de solidariedade entre os povos e os Estados, além do controle e perseguição, é a responsável também pela filosofia do ataque preventivo (externalização das fronteiras), isto é, deter antes de chegar, deter antes de circular; terceira, porque a política migratória européia é a causadora da prisão de milhares de pessoas nos centros de internamento para estrangeiros e de detenção para solicitantes de asilo e refúgio, incluindo menores de idade; quarta, porque a desproporção promove o tráfico de pessoas, sua exploração sexual e a do seu trabalho em troca, por exemplo, dos seus órgãos; quinta, porque qualifica como delito o direito universal a emigrar e estabelece que quem não seja reconhecido pelo Estado e documentado por ele é ilegal; sexta, porque implica um recorte fundamental dos direitos fundamentais das pessoas e um retrocesso no papel do Estado quanto à responsabilidade de garantir os direitos sociais, econômicos e culturais; sétima, porque favorece a exploração do trabalho de trabalhadores que não têm direitos, oculta sua situação, não combate os exploradores, mas facilita as condições de exploração; oitava, porque é responsável por genocídios no Estreito de Gibraltar, as costas do Adriático, o norte do Egeu e o Canal da Mancha, entre outros (Guillo, op. cit.).

A política migratória brasileira vigente está totalmente em consonância com o panorama acima apresentado. Nesse sentido, é de salientar que a popular asseveração de que o Brasil foi e é um país de portas abertas aos estrangeiros, tolerante e acolhedor, é inverossímil (Ferretti, 2002), se levarmos em consideração que a política migratória em vigência surge no

contexto da ditadura militar, e está consignada no rígido Estatuto do Estrangeiro de 1980¹⁰¹ (assinado justamente pelo general Figueiredo), nele o estrangeiro se considera uma questão de segurança nacional (Sales e Salles, 2002: 11).

A atual política migratória brasileira se destaca pelo seu anacronismo, pois evidentemente se desconhecem as mudanças introduzidas pela Constituição brasileira de 1988, bem como o contexto de integração latino-americano, como o do Mercosul, que foi constituído em 1991. Além disso, o mencionado estatuto privilegia a Segurança Nacional e assume o imigrante como uma ameaça social (Ferreti, op. cit.), contradizendo o reconhecimento explícito da dignidade humana e seus direitos fundamentais amparados pela Constituição brasileira de 1988. Sua aplicação tem despertado comportamentos xenófobos por parte dos burocratas do Estado brasileiro que atendem aos “alienígenas”. Atualmente, acrescenta Ferreti (op. cit.) esse comportamento é especialmente visível quando se trata de imigrantes de origem latino-americana, que são vistos como subversivos ou potenciais traficantes. A xenofobia na prática se concretizaria na negação arbitrária do direito de permanência no Brasil, a expulsão de crianças das escolas, a discriminação inconstitucional dos naturalizados, o regime de trabalho escravo, os maus tratos e a exploração econômica, a violação dos Direitos Humanos por parte da Polícia Federal e entidades privadas, além das ineficiências da administração, como a demora na entrega de documentos aos estrangeiros, que traz conseqüências dramáticas que atentam contra a dignidade humana, resultante da condição de indocumentado do imigrante (Ferretti, op. cit.: 140).

O ressurgimento no Brasil de variadas expressões de racismo questiona a proposta política do multiculturalismo (Seyferth, 2004: 16 *apud* Silva, 2006). Olhando na história das políticas migratórias no Brasil é de salientar que durante o governo Vargas eram claramente assimilacionistas, não havia espaço para as minorias étnicas. A contradição dessas políticas terminaria gerando “a formação de ‘comunidades étnicas’ ou de ‘quistos’ incômodos no corpo da nação brasileira” (Silva, op. cit.).

Cabe ressaltar que há um projeto de lei em matéria migratória no Brasil que visa substituir o atual Estatuto do Estrangeiro, teoricamente mais moderno e humanitário. Este projeto já foi submetido à análise crítica da sociedade, no mês de setembro de 2006, e recentemente (julho de 2009) foi encaminhado pelo presidente Lula ao Congresso. Este

¹⁰¹ O Estatuto do Estrangeiro foi aprovado pela Lei Nº 6.815 de 19 de agosto de 1980 e o decreto Nº. 86.715 de 10 de dezembro de 1981.

Disponível em: <http://www.dpu.gov.br/encontro/encontroredpo/pdf/Lei%206815%20-%2019081980%20-%20Estatuto%20do%20estrangeiro.pdf> [acessada em 06/08/2009].

projeto, de acordo com Milesi (2005), “é, sem dúvida, um primeiro passo, valioso, para a elaboração de uma Lei que responda aos desafios da migração internacional, no respeito aos direitos humanos, ao direito humanitário, à dignidade inalienável de cada ser humano. Ele traz avanços [...] Mas tem, também, lacunas, limitações, distorções”.

Quanto aos fluxos migratórios propriamente ditos, é de ressaltar que pelo menos até a década de 1980, o Brasil foi um país onde predominaram os fluxos de imigrantes. Porém, a partir desta década se evidenciará o seu ingresso no circuito das migrações internacionais, tal como o confirmam Patarra e Baeninger (2004): “O Brasil foi o último país da América Latina a entrar na tendência de emigração rumo ao primeiro mundo a partir dos 1980; foi nesse período que, pela primeira vez, verificou-se uma saída significativa de sua população”.

Na Espanha, ao igual que no Brasil, a democracia também é recente, porém, a *Ley de Extranjería*, que é quadro normativo que rege a política migratória espanhola atual, aparecerá após a ditadura de Franco. Pelo menos até a década de 1980, a Espanha seria um país eminentemente de emigrantes, ao contrário do Brasil. Seria após o franquismo que os exilados da guerra civil espanhola retornariam. No mesmo período, este país se tornará bastante atrativo no circuito das migrações internacionais. Até então sua produção legislativa se centraria fundamentalmente no âmbito da emigração. Inversamente, a legislação referente à imigração era fragmentaria. Nesse sentido, a primeira tentativa foi a *Ley Orgánica 7/1985*, de 1 de julho (vigente até 1 de fevereiro de 2000), versará sobre os direitos e liberdades dos estrangeiros. Esta lei foi fortemente criticada por causa do tratamento policial do fenômeno migratório, sua regulação restritiva em matéria de direitos dos estrangeiros, bem como a deficiente técnica legal que apresentava.

Naquele momento a Espanha, que pretendia ingressar na Comunidade Européia, tentava evitar tornar-se a porta de entrada ao continente. Algumas organizações sociais denunciariam que esta seria a normativa mais rígida da Europa. Assim, essa lei seria objeto de recurso de inconstitucionalidade, o qual seria resolvido pela Sentença 115 de 1987 do Tribunal Constitucional, anulando vários preceitos da norma. Este fato introduziria uma linha mais progressista nessa matéria. As lacunas da lei e a transformação do fenômeno migratório na Espanha no final das décadas de 1980 e 1990 exigiriam uma nova lei adequada às circunstâncias. A reforma se materializaria na *Ley Orgánica 4* do ano 2000¹⁰², que depois de experimentar uma série de mudanças, mantém-se vigente até hoje. Esta lei implicou transformações importantes ao considerar as políticas de integração, ao ampliar os direitos dos

102 Disponível em: http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/lo4-2000.html [acessada em 06/08/2009].

imigrantes e estabelecer um princípio geral de igualdade com os espanhóis. Contudo, uma série de Organizações Não Governamentais salientaria que as melhoras eram tímidas, e que a situação piorava no referente aos indocumentados.

A regulamentação da nova *Ley de Extranjería* foi adotada pelo Real Decreto 864 de 2001. Treze dos seus artigos foram anulados pelo Supremo Tribunal na sua sentença de 20 de 2003, por violação do princípio de legalidade. Nesse mesmo ano, a lei foi reformada duas vezes. A primeira reforma atingiu essencialmente a expulsão, estabelecendo a comutação de penas de prisão de até seis anos pela expulsão. A segunda reforma incorporou muitos preceitos da regulamentação que foram anulados pelo Supremo Tribunal. Além disso, a reforma pretendia adaptar a norma às mudanças no fenómeno migratório, incluir instrumentos que permitissem uma melhor e mais simples regulação dos fluxos migratórios e introduzir as decisões tomadas no interior da União Européia dos anos precedentes. A atual regulamentação foi aprovada pelo Real Decreto 2393 de 2004.

Deve-se ressaltar que a transição democrática na Espanha aconteceria entre 1975 e 1982. Seu início estaria marcado pelo falecimento de Franco em 20 de novembro de 1975, depois de permanecer a cabeça do Estado espanhol por cerca de quarenta anos. A transição terminaria com a vitória eleitoral do *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE), em 28 de outubro de 1982. Já no Brasil, a resistência à ditadura faria surgir uma mobilização democrática, que incorporaria um elemento importante na vida política do país: a expansão de setores urbanos minoritários para os movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade, dos estudantes, dos intelectuais, dos artistas, da imprensa, da ação pastoral da igreja e de outros setores da sociedade civil. Estabelecer-se-ia um laço entre direitos econômico-sociais e direitos políticos, inédito em grande parte, bem como um novo patamar de cidadania, mais exigente e abrangente, que se expressaria visivelmente na Campanha das Diretas de 1984. Posteriormente, a ditadura negociaria somente os prazos e condições do seu desaparecimento. O processo de democratização de 1985 seria conduzido pelo PMDB e a dissidência do oficialismo que formaria o PFL. Depois da derrota da Campanha das Diretas, adotar-se-ia a via de ganhar o regime dentro do Colégio Eleitoral que ele próprio teria criado. A democratização negociada com representantes do sistema ditatorial de 1964 traria a conciliação, típica das elites do Brasil desde 1822. Contudo, apresentaria também o selo da mobilização política e social das massas que conseguiria romper com o sistema ditatorial imposto em 1964. Em consequência, tal como mencionado na Constituição de 1988, deveria se forjar ser uma democracia mais ousada e socialmente contundente. Não obstante, sua

aplicação e regulamentação não teriam conseguido ainda preencher plenamente as suas expectativas.

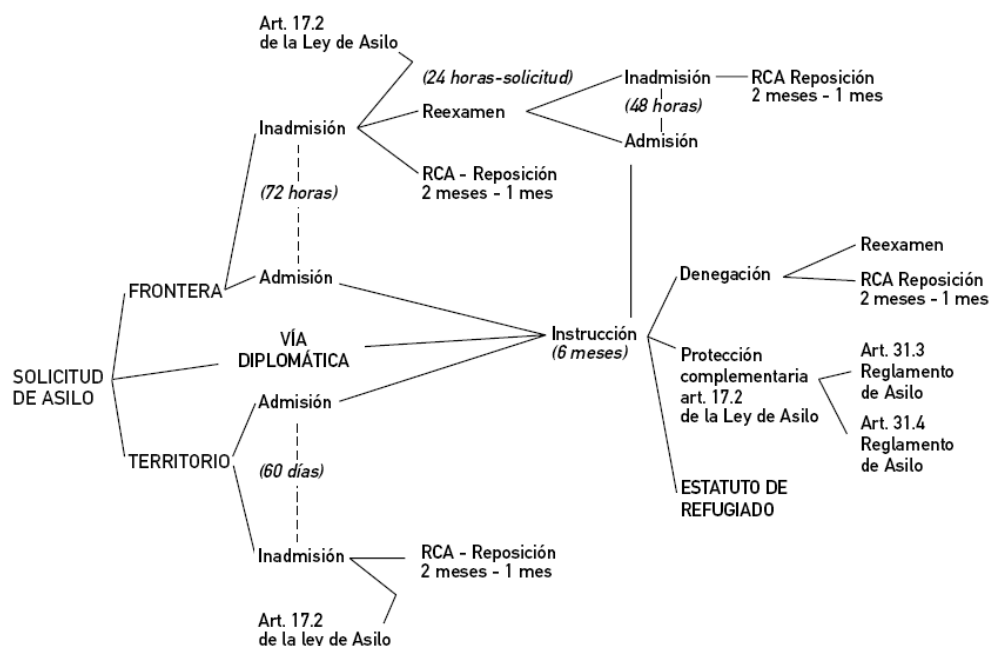
O processo de asilo e/ou de refúgio na Espanha e no Brasil

A Lei de Asilo de 1984 é a normativa espanhola que regula o processo para determinar o reconhecimento da condição da pessoa refugiada¹⁰³ e dos seus direitos, de acordo com a Convenção de Genebra de 1951. No caso brasileiro trata-se da Lei 9.474 de 1997 sobre refugiados. Entretanto, nesta pesquisa serão abordados os aspectos práticos do processo de asilo¹⁰⁴, que se resume graficamente no esquema abaixo.

¹⁰³ De acordo com Jubilut “existe uma corrente doutrinária que defende a inexistência do refúgio como modalidade do asilo. Para os integrantes desta teoria sempre se deve falar em asilo, e, portanto, os solicitantes de refúgio seriam, na verdade, buscadores de asilo. Tal corrente predomina no hemisfério norte, mas na América Latina entende-se que existem dois institutos assemelhados, porém diferentes: o refúgio e o asilo”. Liliana Lyra Jubilut. O procedimento de concessão de refúgio no Brasil. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID=%7BE6977269-F3F9-4ED2-95C7-883961BB0CF3%7D&ServiceInstUID=%7B478D074B-29E8-4085-95A0-A7C7A8A65D8A%7D> [acessada em 07/08/2009].

¹⁰⁴ Ênfase aqui nos aspectos práticos. Uma excelente recopilación da legislação espanhola e brasileira nesta matéria está disponível nos sites do ACNUR: <http://www.acnur.org/secciones/index.php?viewCat=83#733> e [http://www.acnur.org/t3/portugues/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2\[mode\]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2\[folder\]=66](http://www.acnur.org/t3/portugues/documentos/?tx_danpdocumentdirs_pi2[mode]=1&tx_danpdocumentdirs_pi2[folder]=66) [acessadas em 07/08/2009].

Esquema do procedimento de asilo na Espanha



* RCA: RECURSO CONTENCIOSO-ADMINISTRATIVO.
* REPOSICIÓN: RECURSO DE REPOSICIÓN.

Fonte: La situación de los refugiados en España. Informe 2008. Comisión Española de Ayuda al Refugiado (CEAR).

Antes de tudo, é importante salientar que, em termos gerais, o refugiado se diferencia do migrante fundamentalmente porque tem que fugir, não pode ser devolvido ao seu país de origem, nem a ele regressar. Além disso, suas motivações são especialmente de ordem política; sua saída do país de origem está associada com problemas no exercício da cidadania; com o reconhecimento da figura jurídica do refugiado que dá a ele um status diferenciado e, finalmente, a temporalidade do seu assentamento não está vinculada aos mercados de trabalho, mas ao cese das condições políticas que determinaram a concessão do estatuto de refugiado.

Nesse sentido, a Convenção de Refugiados de 1951 define que um refugiado é alguém que “temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país”¹⁰⁵. Embora, para a maioria dos

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/a-quem-ajudamos/refugiados/> [acessada em 10/09/2010].

casos, esses critérios possam ser válidos, no referente à Colômbia deveriam ser avaliadas, no trâmite de concessão do refúgio, as especificidades que ali configuram um contexto global de estados de guerra prolongados, que implicam a desterritorialização de sua população, dentro e fora do território nacional.

De acordo com a normativa espanhola¹⁰⁶, a primeira questão a ser esclarecida é onde e como solicitar o asilo. Este deve ser solicitado pessoalmente nos seguintes lugares, se o interessado estiver na Espanha, deve solicitar o asilo perante a *Oficina de Asilo y Refugio* - OAR (Escritório de Asilo e Refúgio), nos escritórios de estrangeiros, delegacias (*comisarías*) provinciais ou de distrito de polícia autorizadas. A solicitação também pode ser feita nos postos fronteiriços de entrada ao território espanhol (aeroportos, portos, fronteiras terrestres). Se o solicitante estiver no estrangeiro, o pedido pode ser tramitado perante as missões diplomáticas e escritórios consulares espanhóis.

Na solicitação deverão ser expostos detalhadamente os fatos ou alegações nas que se fundamente o pedido. Deverá ser entregue (ou, na sua falta, a justificativa) qualquer documento que comprove a identidade do solicitante ou que possa constituir um indício de prova da perseguição alegada ou do temor fundado da própria. Esta solicitação também pode ser apresentada por meio de um representante devidamente credenciado, caso não possa ser feita pessoalmente. Porém, esta deverá ser confirmada uma vez desaparecido o impedimento.

O asilo deve ser solicitado no prazo de um mês contado a partir da data de entrada na Espanha, salvo quando o estrangeiro esteja desfrutando de uma permanência legal de maior duração, nesse caso será antes do fim da mesma, ou desde que exista um temor fundado de perseguição por uma mudança de circunstâncias no país de origem do solicitante.

Uma vez apresentada a solicitação de asilo, há uma fase prévia para decidir sobre sua admissão a trâmite. Não são admitidas solicitações manifestamente abusivas ou infundadas, bem como aquelas cuja análise ou proteção corresponda a outro Estado. O prazo para decidir sobre a admissão a trâmite de uma solicitação é de sessenta dias, se ela for apresentada no território espanhol e de setenta e duas horas se for feita na fronteira. No caso da inadmissão na fronteira, pode ser solicitada uma revisão do processo nas próximas vinte e quatro horas, que deve ser resolvido no prazo de dois dias. Durante esta fase o solicitante não pode ser expulso do território espanhol.

A admissão a trâmite de uma solicitação de asilo implica, em primeiro lugar, a autorização para permanecer na Espanha durante o tempo da tramitação da solicitação e

¹⁰⁶ Disponível em: http://www.acnur.org/paginas/index.php?id_pag=1435 [acessada em 07/08/2009].

expedição do documento correspondente; em segundo, se o solicitante carecer de meios econômicos, pode se beneficiar dos serviços sociais, educativos e sanitários prestados pelas administrações públicas, diretamente ou através das ONGs, levando em conta as disponibilidades orçamentárias; em terceiro, o prazo máximo de tramitação da solicitação é de seis meses. Terminado esse prazo se não se emitir uma resolução, entende-se que a solicitação tem sido indeferida; finalmente, a solicitação de asilo deve ser comunicada pelas autoridades espanholas ao ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).

A inadmissão a trâmite de uma solicitação de asilo provoca a expulsão ou a obrigação de sair do território espanhol no prazo de quinze dias, segundo as circunstâncias. Se a inadmissão acontecer na fronteira, é negada a entrada no território espanhol, salvo que se cumpram os requisitos para permanecer na Espanha de acordo com a legislação geral de imigração.

Excepcionalmente, pode ser autorizada a permanência na Espanha por motivos humanitários ou de interesse público, sobretudo, no caso daqueles que são obrigados a abandonar o país como consequência de conflitos ou distúrbios graves de caráter público, étnico ou religioso.

O solicitante de asilo tem o direito, em primeiro lugar, a não ser expulso do território espanhol até a resolução da sua solicitação, sendo suspenso qualquer processo de extradição que se encontre pendente ou sua execução. Em segundo, o solicitante tem direito a assistência jurídica gratuita durante o processo de asilo. Nesse sentido, pode solicitar ao Colégio de Advogados correspondente a nomeação de um advogado de ofício. Pode se dirigir a uma ONG que conte com um serviço de assistência jurídica para solicitantes de asilo, como a Comissão Espanhola de Ajuda ao Refugiado (CEAR), a Associação Comissão Católica Espanhola de Migrações (ACCEM) e o Comitê de Defesa dos Refugiados, Asilados e Imigrantes na Espanha (COMRADE). Em terceiro, o solicitante é assistido por um intérprete, caso não domine o idioma espanhol. Este serviço é prestado gratuitamente por ACCEM (na OAR e no aeroporto madrilenho de Barajas) e COMRADE (além da OAR). Por fim, o solicitante recebe assistência médica no caso de necessidade e orientação sobre os serviços sociais existentes para refugiados (Unidade de Trabalho Social do *Instituto de Mayores y Servicios Sociales*¹⁰⁷ IMSERSO na OAR e na Cruz Vermelha).

O solicitante de asilo deve, por um lado, colaborar permanentemente com as autoridades espanhola para a confirmação e comprovação da sua identidade, bem como dos

¹⁰⁷ Em português seria Instituto de Idosos e Serviços Sociais.

fatos e alegações nos quais se baseia seu pedido. Por outro, indicar um domicílio onde possa ser notificado e informar a autoridade competente sobre qualquer mudança que aconteça.

No que diz a respeito da concessão do asilo, é de assinalar que o território espanhol constitui um refúgio inviolável para todas aquelas pessoas as quais é concedido o asilo. Em consequência, quem for reconhecido como refugiado não será devolvido ao país de onde o solicitante tenha motivos para temer por sua segurança pessoal, sofrer perseguição ou tortura. Por outro lado, pode residir na Espanha e desempenhar qualquer tipo de trabalho. Além disso, tem direito a um documento de identidade, bem como a documento de viagem conforme a Convenção de Genebra. Também pode usufruir os serviços sociais, educativos e sanitários prestados pelas administrações públicas, diretamente ou através das ONGs, bem como dos programas que se estabeleçam para a integração dos refugiados, dentro sempre das disponibilidades orçamentárias. Assim como pode solicitar a nacionalidade espanhola, assim que cumprir o prazo de residência legal e outros requisitos estabelecidos no Código Civil.

Caso a solicitação seja indeferida, a mesma deverá estar acompanhada da ordem de saída obrigatória do território espanhol em um prazo de quinze dias, salvo que sejam cumpridos os requisitos para poder permanecer na Espanha. Pode se recorrer ao recurso de apelação por via contencioso-administrativa. Da mesma forma, pode ser solicitada uma revisão do processo se aparecer novas provas de apoio referentes à solicitação.

Além disso, o Estado espanhol pode proteger temporariamente aqueles grupos de pessoas que, apesar de não ser refugiados segundo a Convenção de Genebra, tiveram que abandonar seu país como consequência de conflitos políticos, étnicos ou religiosos, bem como aqueles que são acolhidos pelo governo espanhol por motivos humanitários ou por causa de um compromisso ou acordo internacional. Essa proteção implica, em primeiro lugar, a não devolução ao país de origem até não finalizar a situação que ocasionou a fuga; em segundo, a concessão de visto de permanência temporária; em terceiro, a possibilidade de obter um visto de trabalho de acordo com a legislação de imigração; finalmente, a possibilidade de se beneficiar dos programas de acolhida e integração existentes para os refugiados.

Os solicitantes de asilo têm direito a programas sociais, como o alojamento em centros de acolhida. As pessoas ou grupos familiares mais vulneráveis têm prioridade. Contaram com pessoal especializado no atendimento social, psicológico e integração no mundo do trabalho (em Madri, poderá se dirigir à unidade do IMSERSO na OAR, nas províncias a Cruz Vermelha, ACCEM e CEAR). Eventualmente, ajuda econômica para alojamento e manutenção é concedida excepcionalmente. A mesma está dirigida a pessoas ou famílias que

não puderam aceder aos centros de acolhida e carecem de recursos económicos (Cruz Vermelha). Os solicitantes de asilo e refugiados que ainda não tenham acesso ao sistema de Seguridade Social contam com assistência sanitária (Cruz Vermelha). Por outro lado, os solicitantes de asilo, refugiados e deslocados contam com assessoramento legal, assistência jurídica na tramitação do seu expediente (CEAR; ACCEM e COMRADE), além de serviço de interpretação e tradução para as questões relativas à tramitação do asilo. Presta-se por parte da ACCEM (na OAR e no aeroporto de Barajas de Madri) e da COMRADE (além da OAR). É possível ter acesso também a ajudas para pagar a passagem dos solicitantes de asilo, cuja solicitação não tenha sido admitida ou indeferida (Cruz Vermelha e ACCEM), bem como a outras ajudas que se concedem para necessidades concretas como pago de cauções, e aluguéis, nascimento de um filho, gastos de nutrição para lactantes, etc. (Cruz Vermelha).

Os solicitantes que sejam reconhecidos legalmente como refugiados têm direito, em primeiro lugar, à integração social e no mundo do trabalho; proporciona-se ajuda para facilitar o acesso à moradia (pago de aluguéis, cauções, etc.) para a formação profissional e para o emprego autónomo e assalariado (CEAR). Funções de agência e colocação no lineamento do Programa Horizon (INSERSO, CEAR e ACCEM). Em segundo, quanto à formação educativa e profissional, a ajudas para a reconversão profissional, bolsas, pagamento de matrículas e material didático, transporte, etc. (CEAR). Em terceiro, os mais vulneráveis e que necessitam de um apoio adicional têm acesso a ajudas de emergência. Simultaneamente, aos idosos e incapacitados são oferecidas ajudas de carácter mensal e quantia semelhante a das aposentadorias não contributivas do sistema da Seguridade Social (Cruz Vermelha). Também se proporcionam ajudas para os gastos de viagens de familiares em primeiro grau quando se tratar de reunião familiar (ACCEM). Em quarto, é possível contar com ajuda para retornar ao país de origem ou para reassentamento em terceiros países (ACCEM, CEAR e o Comitê Internacional de Resgate - CIR).

Essas ajudas em geral podem ser solicitadas também por pessoas deslocadas por causa de conflitos bélicos. Os programas sociais são financiados pelo Instituto Nacional de Serviços Sociais (hoje *Instituto de Mayores y Servicios Sociales*, IMSERSO).

Quanto ao procedimento de refúgio no Brasil, é de salientar que existem duas diferenças essenciais em relação com o caso espanhol. Em primeiro lugar, no Brasil não são especificados os tempos, prazos, disponíveis pelo solicitante nas diferentes fases do processo (solicitação, instrução, decisão, etc.), bem como os estabelecidos pelas autoridades

competentes para comunicar suas decisões no referente à ¹⁰⁸ solicitação, instrução do processo, decisão, interposição de recurso, etc. Em segundo, distintamente da Espanha, a solicitação de refúgio no Brasil não considera a via diplomática, isto é, que possa ser feito em missões diplomáticas ou repartições consulares.

A normativa brasileira que regulamenta a concessão do refúgio no Brasil é a Lei 9.474 de 1997. Conforme Jubilut (2007), uma novidade desta lei em relação à Convenção de Genebra consiste na probabilidade de outorgar o status de refugiado em função de grave e generalizada violação dos Direitos Humanos, permitindo, assim, “a proteção de um maior número de pessoas”, o qual mostraria seu lado humanitário. Além disso, essa lei cria e determina as competências do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), ente administrativo responsável pelo refúgio. Este comitê está conformado, entre outros, pela CARITAS tanto de São Paulo quanto do Rio de Janeiro, entidades vinculadas a Igreja Católica, em qualidade de representantes de uma Organização Não Governamental dedicada a atividades de assistência e proteção de refugiados¹⁰⁹.

O processo compreende várias fases: o procedimento; a autorização de residência provisória; a instrução do relatório; a decisão, comunicação e registro e, finalmente o recurso¹¹⁰ e a decisão em segunda instância. O procedimento se inicia com a vontade expressa por parte do estrangeiro de solicitar refúgio, uma vez que se encontre em território brasileiro (fronteira, por exemplo). Tal solicitação garante ao solicitante de não ser expulso ao país, onde sua vida e liberdade estão ameaçadas, ainda que seu ingresso tenha sido irregular. Teoricamente o primeiro contato com as autoridades brasileiras deveria ser com um funcionário da Polícia Federal, porém na prática não é comum. Na maioria dos casos, tal como meus sujeitos de pesquisa me informaram, eles se dirigiam, por exemplo, a algum dos Centros de Acolhida para Refugiados da CARITAS do Rio de Janeiro ou de São Paulo ou a Pastoral Latino-americana, em São Paulo, onde funcionários destas entidades os informavam a respeito. Em várias ocasiões eles eram ajudados por funcionários dos albergues, aos quais

¹⁰⁸ É provável que esses prazos, tempos, no seu conjunto estejam consignados em algum lugar, porém, depois de revisar bibliografia especializada sobre o tema, eu não os achei, exceto pelo prazo de 15 dias dados ao solicitante para a interposição do recurso quando a solicitação for negada quanto, bem como sobre a cessação ou perda da condição de refugiado, caso no qual se determina também o prazo de 15 dias para a interposição de recurso por parte do Ministério da Justiça perante a decisão do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE). Na prática o solicitante recebe o auxílio econômico, normalmente, só durante os primeiros seis meses.

¹⁰⁹ Além de um representante da CARITAS, o CONARE está composto por um representante do Ministério da Justiça, quem é o presidente do mesmo, bem como os representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, do Trabalho, da Saúde, da Educação e do Desporto e um representante do Departamento da Polícia Federal.

¹¹⁰ Lei 9474 de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9474.htm> [acessada em 09/08/2009].

chegavam primeiro, ou por contrerrâneos ou outros albergados. Esta conduta, em muitos casos, obedecia ao desconhecimento do refúgio e seu processo, bem como à desconfiança das autoridades policiais ou ao temor provocado pela sua eventual expulsão ao país de origem¹¹¹. Nos escritórios da CARITAS é elaborado um *Parecer de Elegibilidade*, no qual se registra a posição desta entidade no que diz a respeito da solicitação. Este parecer compreende tanto um questionário de solicitação quanto uma entrevista com advogados (Jubilut, 2007: 197).

Nos escritórios regionais da CARITAS os solicitantes são encaminhados à Polícia Federal, onde é lavrado um *Termo de Declaração*. “Além das declarações, prestadas se necessário com ajuda de intérprete, deverá o estrangeiro preencher a solicitação de reconhecimento como refugiado, a qual deverá conter identificação completa, qualificação profissional, grau de escolaridade do solicitante e membros do seu grupo familiar, bem como relato das circunstâncias e fatos que fundamentem o pedido de refúgio, indicando os elementos de prova pertinentes” (Lei 9474 de 1997¹¹²). O Departamento de Polícia Federal emitirá um protocolo ao solicitante e seu grupo familiar que se encontrar no país, o qual o autorizará a permanecer até a decisão final do processo. Com este protocolo o solicitante poderá pedir a expedição de carteira de trabalho provisória perante o Ministério do Trabalho, a qual lhe permita exercer atividade remunerada.

Posteriormente, o solicitante de refúgio é submetido a uma nova entrevista com um representante do CONARE, cujo intuito é a confirmação da legitimidade da solicitação. Os resultados desta entrevista são relatados a outros membros do CONARE, do Ministério das Relações Exteriores, do ACNUR e da sociedade civil¹¹³. Esse grupo de pessoas emite um parecer favorável ou não para concessão de refúgio, o qual é discutido em plenária pelo CONARE (Jubilut: op. cit.).

A próxima fase do processo é a comunicação da decisão por parte do CONARE. Se esta for positiva, o solicitante é notificado e deverá fazer seu registro perante o Departamento de Polícia Federal, devendo assinar termo de responsabilidade e solicitar cédula de identidade pertinente, isto é, o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Contrariamente, o solicitante terá 15 dias para abandonar o país ou interpor recurso ao Ministério da Justiça, o qual comunicará a decisão final. Esta decisão não será passível de recurso, devendo ser notificada

¹¹¹ Esta conduta por parte dos solicitantes tem sido constatada também pelos funcionários da CASP (Jubilut, op.cit.).

¹¹² Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9474.htm> [acessada em 09/08/2009].

¹¹³ Representada atualmente pelo Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), que em virtude de um convênio com a CASP dispõe de um centro de apoio aos refugiados na capital federal

ao CONARE, para ciência do solicitante, e ao Departamento de Polícia Federal, para as providências devidas. “No caso de recusa definitiva de refúgio, ficará o solicitante sujeito à legislação de estrangeiros, não devendo ocorrer sua transferência para o seu país de nacionalidade ou de residência habitual, enquanto permanecerem as circunstâncias que põem em risco sua vida, integridade física e liberdade”, com a exceção de que o solicitante tenha cometido “crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas” ou o ele seja considerado culpado de “atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas” (Lei 9474 de 1997¹¹⁴).

Anistias ou regularizações migratórias

As anistias ou regularizações migratórias constituem para os indocumentados a última possibilidade na aquisição de documentos que garantam sua permanência em território estrangeiro. Este mecanismo legal tem sido utilizado reiteradamente pelas autoridades migratórias tanto no Brasil quanto na Espanha com a finalidade de “regularizar” a presença massiva de imigrantes indocumentados.

Quanto ao Brasil, é de assinalar que desde a promulgação do Estatuto do Estrangeiro já houve quatro anistias migratórias: em 1981, em 1988, em 1998 e em 2009, que foi sancionada pelo Presidente da República em 03 de julho de 2009, de acordo com a qual se estabelece que “todos os estrangeiros que tenham ingressado no Brasil até 1º de fevereiro de 2009 e estejam em situação migratória irregular poderão requerer residência provisória por dois anos. Noventa dias antes do término deste prazo, a residência poderá ser transformada em permanente¹¹⁵”. Na anistia de 1981 vinte e sete mil estrangeiros conseguiram o documento provisório. Em 1988 foram cerca de trinta e sete mil estrangeiros que obtiveram esse documento, válido por dois anos, renováveis por mais dois, logo após poderia ser transformado em permanente. A anistia de 1998 contemplava o estrangeiro indocumentado, muitos deles eram de origem latino-americana. Solicitaram seu registro provisório cerca de quarenta e um mil estrangeiros. A burocracia que implicava a expedição e validade deste documento era semelhante à estabelecida na anistia precedente (Milesi: 2009).

Em termos gerais, a anistia migratória consente ao estrangeiro indocumentado ou clandestino o acesso à permanência transitória com exoneração das penalidades decorrentes

¹¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L9474.htm> [acessada em 09/08/2009].

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJA5F550A5ITEMID579A8A09099C481FA6B64D5112A7A678PTBRNN.htm> [acessada em 06/08/2009].

da sua estadia irregular no país. Em conformidade com o Estatuto do Estrangeiro, diferencia-se a permanência irregular da entrada irregular. No primeiro caso, trata-se do estrangeiro que ultrapassou o período de permanência concedido no visto de entrada. A pena prevista consiste na aplicação de multa e posterior deportação, se o estrangeiro permanecer no país após o prazo determinado para sua saída. Quanto ao segundo, tipifica-se como clandestino ou alienígena que entrou no território nacional sem a autorização, isto é, sem ser percebido pelo controle fronteiriço. A sanção neste caso é a deportação (Milesi: op. cit.).

É de salientar que a necessidade de reformular as políticas migratórias brasileiras não pode ser encoberta pela concessão de eventuais anistias. Tal como assinala Milesi (op. cit.): “Uma nova Lei de Migrações, mais abrangente e condizente com a realidade migratória em sentido amplo, é o melhor instrumento e continua sendo o grande pleito que demandamos”.

No que diz respeito às regularizações na Espanha (termo usado de forma similar ao de anistia, no Brasil), é importante esclarecer uma série de categorias. Assim, de acordo com Izquierdo (1991 e 1992 *apud* Kostova: 2006), entende-se por migrante irregular todo estrangeiro que não tem em regra sua documentação, seja porque não tem visto de permanência nem de trabalho ou porque, morando legalmente no país, desempenha um trabalho sem a autorização adequada. O imigrante indocumentado se define como o estrangeiro que não possui documento algum que acredite sua nacionalidade, idade e filiação, devido a causas diversas. É considerado imigrante clandestino, aquele imigrante que tem alguns documentos, mas que ingressou ao país às escondidas, isto é, sem ser percebido pelo controle fronteiriço, por temor a ser rejeitado, e que permanece oculto. Finalmente, considera-se imigrante ilegal aquele estrangeiro que não cumpre as leis espanholas. Nos três primeiros casos a regularização é viável com maior ou menor dificuldade, porém, no último caso é excluída qualquer possibilidade da mesma. As sanções contempladas vão da multa a expulsão do território (deportação).

Em relação às normativas precedentes, é de salientar que em 18 de junho de 2008 foi aprovada, pelo Conselho Europeu, a Diretiva do Retorno (denominada da “Vergonha” por diferentes organizações sociais) que afeta a todos aqueles estrangeiros que não se encontrem regularizados. De acordo com esta diretiva se estabelece um prazo máximo de detenção dos imigrantes “ilegais” de até 18 meses. Além disso, permite que seja uma autoridade administrativa, e não exclusivamente um juiz, quem decida a detenção nos Centros de Internamento de Estrangeiros antes de proceder a expulsá-los, também determina a detenção de menores não acompanhados. Esta diretiva tem suscitado o rechaço tanto na Europa quanto

na América Latina. A vice-presidenta do governo espanhol María Teresa Fernández de la Vega prometeu que não ia ser aplicada na Espanha. Contudo, os Estados membros da União Européia têm 24 meses para se adaptar a nova legislação, que obrigará a Espanha a modificar suas normas¹¹⁶. A aprovação se realizaria no âmbito do parlamento europeu, onde predominariam as posturas de direita, bem como baseadas na desaceleração econômica, manifestada nas crises hipotecaria, bursátil, imobiliária, aumento do preço do petróleo, etc., o que supostamente estaria levando a um aumento da taxa de desemprego na Europa.

As *regularizaciones* na Espanha têm sido mais numerosas do que as anistias no Brasil. Rius (2007) considera inclusive que teriam acontecido treze regularizações. A primeira delas surgiria tanto por causa da promulgação da *Ley* 29 de 1968, que se referia à modificação das exações por expedição de permissões a súbditos estrangeiros, quanto pelo Decreto 1870 de 1968, segundo o qual se regulamentavam o emprego, regime de trabalho e estabelecimento dos estrangeiros na Espanha. A última anistia, segundo Rius (op. cit.), teria acontecido entre 2005 e 2006, e consistiria em uma regularização encoberta porque, de acordo com ele, a maioria dos que obtiveram documentos por este procedimento não teriam sido estrangeiros selecionados em origem ou recomendados ao empresário por outro imigrante que sim estava na Espanha, mas imigrantes que já estavam indocumentados (e que não puderam se acolher à regularização de 2005), conheciam ou trabalhavam já para um empresário e, indistintamente do tempo que levavam na Espanha, alguns dias antes que seu empregador entregara a solicitação na Subdelegação do Governo, retornariam a seu país de origem e desde ali tramitariam a solicitação do visto. Podia acontecer também que o imigrante que abandonasse a Espanha, passado o dia da entrega da solicitação, viajasse a seu país, e uma vez ali diria que teria extraviado seu passaporte e pediria que lhe fosse expedido um novo, sem o carimbo de saída da Espanha. Em algumas províncias se aconselharia ao imigrante que assim que se regularizasse, pedisse para ser retirado do cadastro municipal com o fim de evitar que constasse que estava na Espanha dias antes da apresentação da solicitação.

Ao invés de Rius, Kostova (op. cit.) destaca que na Espanha teriam acontecido somente os processos de regularização de 1986, 1991, 1996, 2000, 2001 e 2005. No que diz a respeito do primeiro deles, teriam sido aprovados cerca de trinta e oito mil processos, a quarta parte dos quais continuaria em situação irregular nos anos posteriores. 37% dos imigrantes que se regularizaram neste processo provinham do continente africano; 20% do continente

¹¹⁶ A íntegra do texto está disponível em:
<http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?language=ES&type=IMPRESS&reference=20080616IPR31785>
[acessada em 07/08/2009].

americano e 26% da Europa. Quanto à segunda regularização, houve uma campanha informativa maior. Nesta ocasião aproximadamente 128 mil processos foram deferidos. Dessas pessoas quase 57% eram de origem africana, a maioria (44%) marroquina, quase 25% provinha do continente americano e aproximadamente 11% da Ásia. Durante a regularização de 1996 foram aprovados quase 25 mil processos, a maioria por motivos de trabalho e residência, cerca de sete mil corresponderiam só a vistos de permanência. No ano 2000 foram aprovados em torno de 147 mil processos de regularização, a maioria foram solicitados nas cidades de Madri (quase 23%), em Barcelona (aproximadamente 21%), Almeria (quase 9%) e Murcia (aproximadamente de 8%). O motivo principal esgrimido pelos imigrantes foi de tipo econômico (90%). Os colombianos regularizados foram doze mil e quinhentos. Em 2001 houve um processo adicional, no qual foram deferidos por volta de 61 processos. Quase quarenta e um mil colombianos se regularizariam. Após esta regularização, foram propostos o fortalecimento do controle fronteiriço e o aumento do contingente de trabalhadores previsto para o ano seguinte, ao parecer o primeiro deles não se teria levado a cabo (Kostova, op. cit.).

Conforme Kostova (op.cit.), a última regularização surgiria com o nome de *Proceso de normalización de trabajadores extranjeros 2005*. Com este processo se abriria um prazo de três meses para que a população estrangeira que podia demonstrar seu *arraigo laboral* (ocupação de um posto de trabalho), por meio de um contrato de trabalho, adicionalmente devia morar na Espanha antes de 8 de agosto de 2004, não podia ter antecedente criminal algum nem no país de origem nem na Espanha. Segundo fontes oficiais seriam aprovados aproximadamente 691 mil processos, dos quais aproximadamente 57 mil eram de origem colombiana. Os equatorianos foram a comunidade mais numerosa (cerca de 140 mil), seguidos pelos romenos (cerca de 120 mil) e marroquinos (86 mil). A maioria dos imigrantes era homens (aproximadamente 59%). As Comunidades Autônomas onde houve maior número de solicitações foram Madri (cerca de 171 mil), Catalunha (cerca de 139 mil) e Valência (cerca de 107 mil). Por setores econômicos as solicitações mais numerosas foram de empregados domésticos (31,67%), da construção (20,76%), agricultura, pecuária e caça (14,61%), atividades diversas (11,99%), hospedaria (10,36%), comércio (4,76%) e outras atividades empresariais (3,25%). Os vistos emitidos teriam validade de um ano e, em caso de renovação, permitia-se aos regularizados que mudassem de província de residência, bem como de tipo de atividade. Além do contrato de trabalho, exigia-se a eles que tivessem cotizado pelo menos seis meses na Seguridade Social. De acordo com Kostova (op. cit.) seria estranho que em 2006 não se apresentassem casos de emprego irregular sancionado, levando

em conta o número significativo de imigrantes irregulares que haveria ainda morando e trabalhando na Espanha neste ano. Segundo esta autora, os processos de regularização não constituem o mecanismo desejável para prevenir a entrada de estrangeiros em situação irregular, já que terminam produzindo o denominado “efeito chamada”. A mesma autora acrescenta que esse mecanismo não pode ser ampliado indefinidamente, já que traria como consequência “conflitos sociais imprevisíveis e efeitos econômicos discutíveis”. Nesse sentido, deveriam ser reformuladas as políticas migratórias espanholas, e européias, em geral, para que sejam mais condizentes com a realidade dos fluxos migratórios contemporâneos.

Não obstante, é de salientar que ao contrário do Brasil, a atual política migratória espanhola contempla a figura da regularização migratória, a qual está incluída no quadro normativo através das chamadas regularizações por circunstâncias excepcionais.

Regularizações por circunstâncias excepcionais

Na Espanha a partir de 2003 a única via aberta para a regularização dos indocumentados (em situação de irregularidade administrativa, na linguagem oficial) são as chamadas autorizações de permanência por circunstâncias excepcionais, as quais estão reguladas pelo artigo 31.3 da *Ley de Extranjería* para situações de *arraigo*, bem como por razões humanitárias, de colaboração com a justiça ou outras circunstâncias excepcionais determinadas.

Situações de arraigo

Autorizações de permanência no território espanhol poderão ser concedidas por *arraigo laboral* àqueles estrangeiros que comprovem a permanência continuada na Espanha durante um período mínimo de dois anos, eles devem provar que não possuem antecedentes criminais nem Espanha nem no país de origem, bem como demonstrar a existência de vínculos empregatícios de pelo menos um ano.

Por outro lado, poderão recorrer a situações de *arraigo social* os estrangeiros que certifiquem a permanência ininterrupta durante três anos no território espanhol, comprovando a inexistência de antecedentes criminais, tanto na Espanha quanto no país de origem, e apresentando um contrato de trabalho assinado pelo trabalhador e o empresário no momento da solicitação, cuja duração não seja inferior a um ano. Podem recorrer também os estrangeiros que comprovem vínculos familiares com outros estrangeiros permanentes ou apresentem um relatório emitido pelo município de residência, que garanta sua inserção

social. Os vínculos familiares se referem aos cônjuges, ascendentes e descendentes em linha direta.

Finalmente, serão concedidas autorizações de permanência no caso de filhos de pai ou mãe de origem espanhola.

Situações de proteção internacional

Autorizações de permanência serão concedidas às pessoas que o Ministério do Interior (por meio da Comissão Espanhola de Ajuda ao Refugiado, CEAR) autorize a permanência na Espanha conforme o previsto no artigo 17.2 da Lei de Asilo, nos termos previstos pelo artigo 31.3 de seu Regulamento, bem como aos estrangeiros deslocados no sentido estabelecido pelo Regulamento sobre o regime de proteção temporária no caso de afluência massiva de pessoas deslocadas. Igualmente, poderá ser concedida autorização de residência temporária nos casos assinalados pelos artigos 31.4 e 34.1 do Regulamento de Asilo.

Razões humanitárias

Serão concedidas autorizações de permanência por razões humanitárias, em primeiro lugar, aos estrangeiros que são vítimas dos delitos tipificados nos artigos 311 a 314 do Código Penal, dos delitos agravados por motivos racistas, anti-semitas ou de outra classe de discriminação, tipificada no artigo 22.4 do Código Penal, ou de delitos por condutas violentas exercidas no entorno familiar, nos termos previstos pela Lei 27/2003, de 31 de julho, reguladora da Ordem de proteção das vítimas de violência doméstica, sempre que tenha sido determinada sentença para esses delitos.

Em segundo lugar, serão concedidas autorizações de permanência àqueles estrangeiros que comprovem sofrer uma doença de caráter grave que implique na assistência médica especializada, de impossível acesso no seu país de origem, e que o fato de ser interrompida ou não fornecida suponha um grave risco para a sua saúde ou vida. Para isso será necessário apresentar um laudo médico expedido pela autoridade médica competente.

Por último, serão concedidas autorizações de permanência aos estrangeiros que demonstrem que seu deslocamento ao país de origem ou procedência, com a finalidade de solicitar o visto que corresponda, implica um perigo para a sua segurança ou de sua família e que cumprem com o resto dos requisitos para a obtenção de uma autorização provisória de permanência ou de permanência e trabalho.

Situações de colaboração as autoridades

Poderão ser concedidas autorizações de permanência por colaboração com as autoridades administrativas, policiais, fiscais ou judiciais quando haja razões de interesse público ou de segurança nacional que justifiquem a necessidade de autorizar residência na Espanha.

As dimensões da desterritorialização no Brasil e na Espanha

Ao contrário de países como a Espanha, os Estados Unidos e alguns latino-americanos como o Equador, a Venezuela, o Panamá e a Costa Rica, o Brasil não tem sido um destino migratório massivo para os colombianos. Isso está ligado em parte à diferença de idiomas, que pesa na hora de fazer a escolha, para quem pode, é claro, por um país hispano-americano. De forma geral, os colombianos vêm hoje o Brasil como uma boa oportunidade para passar alguns anos estudando ou trabalhando, desde que se chegue com um contrato de trabalho ou uma bolsa de estudos.

Entretanto, nas últimas duas décadas o Brasil tem atraído cada vez mais colombianos em suas tentativas de escapar da guerra para procurar a proteção internacional. A propósito, é de salientar que por causa da difícil situação que atravessa a população colombiana assentada no Equador e na Costa Rica, o ACNUR teria criado o maior Programa de Reassentamento¹¹⁷ de refugiados da América Latina. Atualmente há aproximadamente quatrocentos e cinquenta refugiados colombianos, deles a metade, aproximadamente, são reassentados, isto é, a transferência ou reinstalação de um refugiado do país onde buscou proteção a um terceiro país que aceitou admiti-lo¹¹⁸.

Entretanto, a tímida presença colombiana no Brasil se remonta à década de 1930. De acordo com o CELADE, entidade que trabalha com os dados dos censos de população, para o ano 2000 foi calculada no Brasil a presença de cerca de quatro mil e duzentos colombianos. Paralelamente, o Ministério das Relações Exteriores da Colômbia (MRE) em 2003 registrou nos consulados colombianos no Brasil cerca de três mil e quinhentas pessoas, ao mesmo tempo em que estimou em, mais ou menos, dezessete mil e quinhentos o número de colombianos neste país. Subsidiariamente, o mesmo ministério calculava que na cidade de

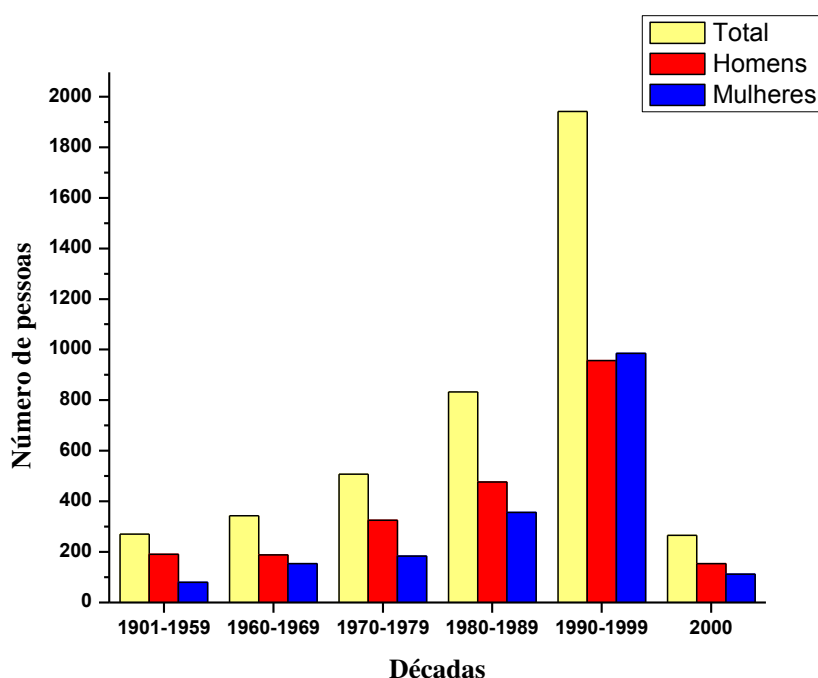
¹¹⁷ “O reassentamento é uma das soluções duradouras para aqueles refugiados que, por questões de segurança ou integração, não podem permanecer no primeiro país de acolhida nem retornar ao de origem. O Brasil, assim, recebe refugiados espontâneos e outros que são reassentados, vindos de outros países”. Fonte: <http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJ7605B707ITEMIDF8AB67E21D114613BA3D8D94A4959D92PTBRNN.htm> [acessada em 18/03/2009].

¹¹⁸ Sobre o reassentamento se pode consultar: <http://www.acnur.org/t3/que-hace/reasentamiento/> [acessada em 14/09/2010].

São Paulo haveria em torno de dois mil colombianos, dos quais 66% seriam executivos de companhias multinacionais, 18% corresponderiam a membros de famílias permanentes, 15% seriam médicos e estudantes e 1% corresponderia a refugiados políticos. Estimava-se também, que existissem cerca de 500 migrantes sem registro, bem como 3.000 colombianos registrados nos consulados colombianos no Brasil¹¹⁹.

Conforme os dados do CELADE para os anos de 1991 e 2000¹²⁰, não é registrada a presença de colombianos em geral no Brasil antes do século XX. Esta população até finais da década de cinquenta era de 270 pessoas. Em contraste com o total para o ano 2000, esta teria aumentado em um pouco mais de quinze vezes (tabela 2, vide anexo 1). Ao longo do tempo, os imigrantes de origem colombiana no Brasil têm aumentado gradativamente, porém se observa um incremento mais acentuado a partir da década de noventa (gráfico 30), período que coincide com a agudização do conflito. Quanto à relação entre homens e mulheres, observa-se que entre as décadas de 1960 a 1980 os homens constituíam a maioria, enquanto na década de 1990 as mulheres ultrapassavam os homens. No entanto, para o ano 2000 os homens representavam 55% do total (gráfico 30).

Gráfico 30: População de origem colombiana no Brasil: 1960-1999



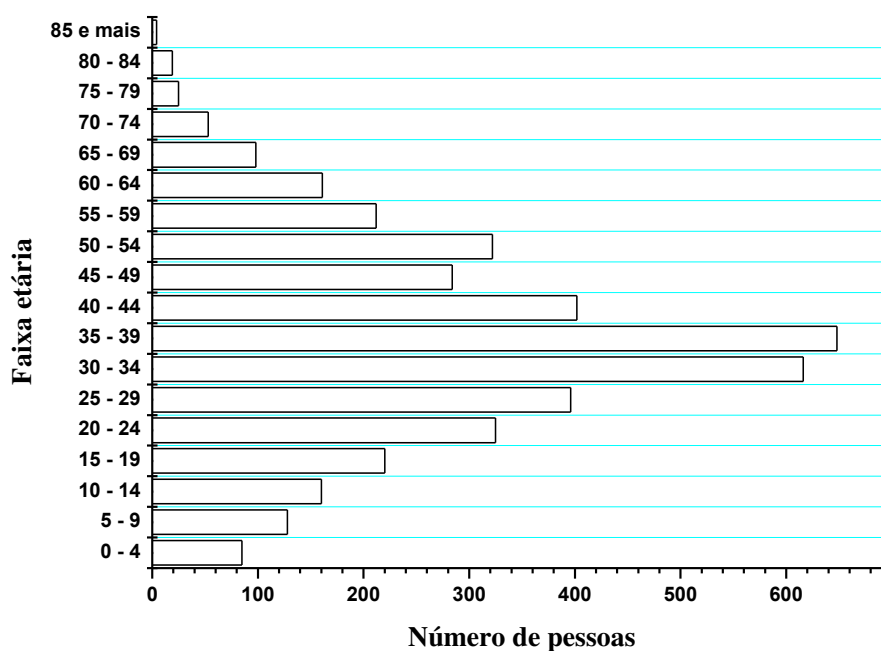
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CELADE, Proyecto IMILA, Brasil 2000.

¹¹⁹ <http://conexioncolombia.terra.com.co/conexioncolombia/content/page.jsp?ID=5838> [acessada em 22/04/2006].

¹²⁰ Dados disponíveis em: <http://www.eclac.org/migracion/imila> [acessada em 20/03/2009].

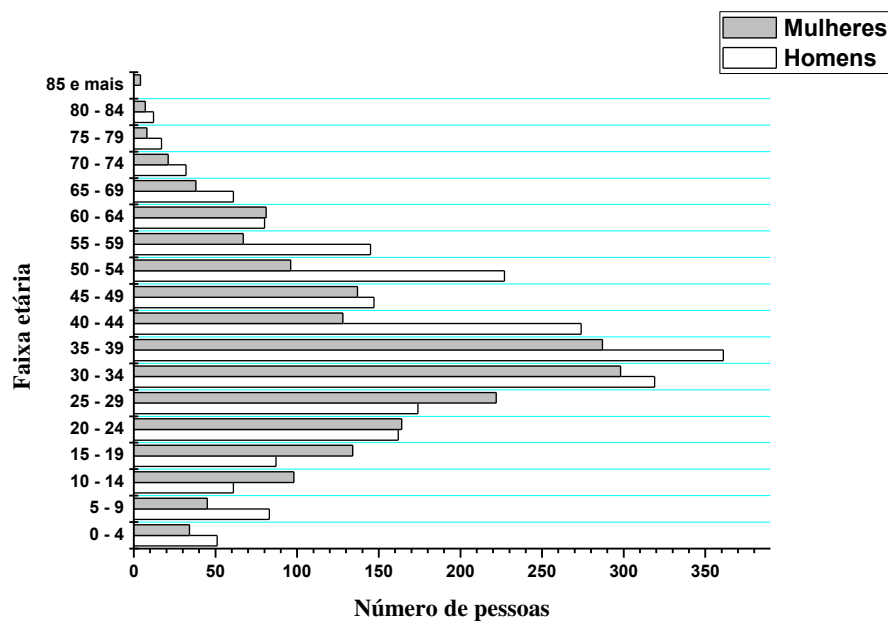
Quanto à distribuição por faixa etária, no ano 2000 a maioria dos colombianos tinha entre 20 e 54 anos, enquanto as pessoas entre 0 e 19 anos atingiriam cerca de quinze por cento (tabelas 2 e 3, vide anexo 1 e gráfico 31). A distribuição por gênero e faixas etárias também é variável ao longo do tempo. Assim, nota-se que elas são significativamente mais numerosas nas idades compreendidas entre os 10 aos 19 e entre os 25 aos 29 anos. Além disso, a maioria das mulheres tem entre 15 e 49 anos (tabelas 3 e 4, vide anexo 1 e gráfico 32).

Gráfico 31: População total de origem colombiana no Brasil por faixa etária: ano 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CELADE, Proyecto IMILA, Brasil 2000.

Gráfico 32: População total de origem colombiana no Brasil por sexo e faixa etária: ano 2000



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do CELADE, Proyecto IMILA, Brasil 2000.

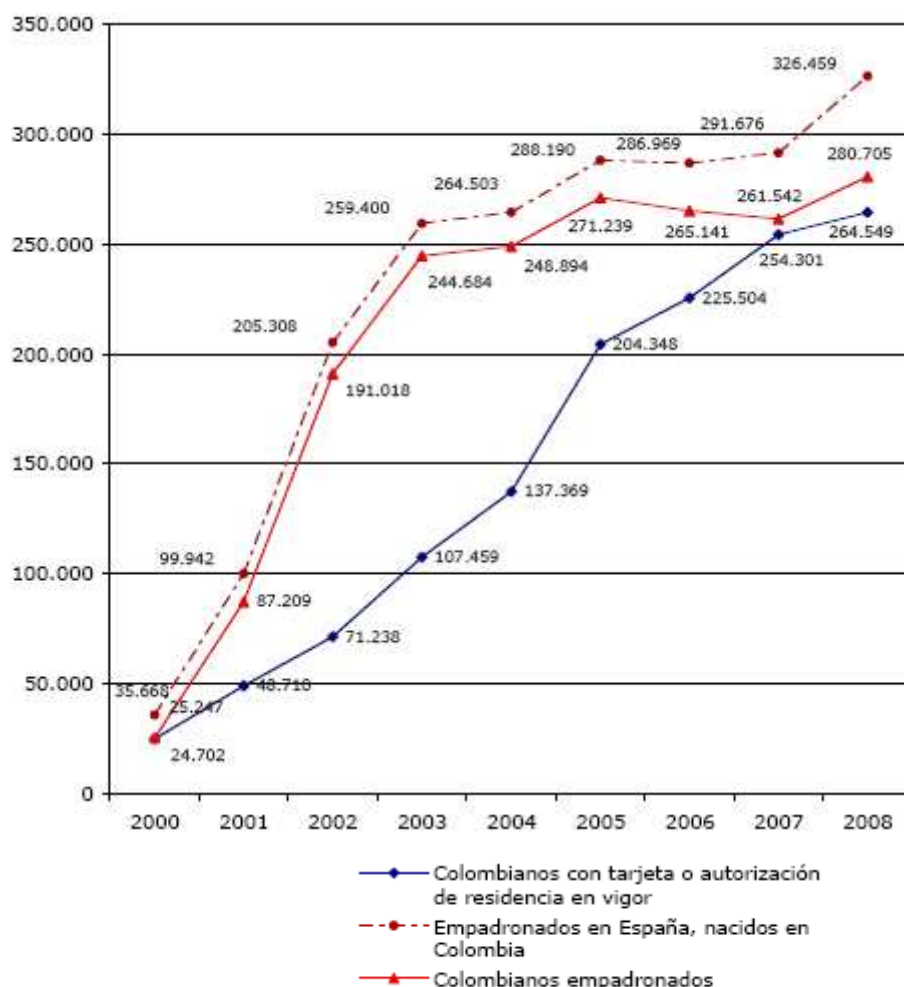
Quanto à presença de colombianos na Espanha, em geral, é importante assinalar que esta seria especialmente intensa entre 1999 e 2001. Levando em conta que a partir de janeiro de 2002 entraria em vigor o requerimento de visto, medida que afetou a tendência de crescimento nesse momento, porém não freou por completo o fluxo de migrantes. É no período de 2004 a 2005 que se inicia uma diminuição continuada da emigração de colombianos à Espanha, coincidindo obviamente com a melhora da situação econômica na Colômbia, conforme Sanabria (op. cit.). Em 2008, haveria 326.459 colombianos residentes na Espanha (gráfico 33).

Paralelo ao fechamento de fronteiras para os nacionais colombianos, a Espanha começaria uma política de regulação e ordenamento dos fluxos migratórios por meio do *Programa Global de Regulación y Coordinación de Extranjería y la Inmigración* (GRECO), assinando o primeiro acordo bilateral com esta finalidade em 21 de maio de 2001. Os objetivos principais deste acordo seriam: a pré-seleção dos trabalhadores em origem e, em coordenação com um sistema de informação de ofertas de emprego, a organização do deslocamento, as provisões especiais no caso dos trabalhadores temporários e a garantia de direitos e condições de trabalho em destino (Geronimi, Cachón y Texidó, 2004 *apud* Sanabria: op. cit.). Entretanto, a proporção de colombianos que entraria documentada na Espanha graças a este acordo seria muito reduzida se comparada com o resto de colombianos que chegariam ao país. Assim, em 2003 ingressariam 1.931 trabalhadores colombianos através do GRECO, desses a maioria (1.531) com contrato temporário (Geronimi, Cachón y Texidó, 2004 *apud* Sanabria: op. cit.), enquanto para esse mesmo ano seriam registrados 53.666 novos colombianos na Espanha (Sanabria: op. cit.).

Quantificar exatamente a população indocumentada é de fato uma tarefa difícil, porém, no caso da Espanha, onde os imigrantes podem se cadastrar (*empadronar*) nas prefeituras do seu local de residência sem necessidade de possuir visto de permanência ou trabalho (o que constitui um incentivo para uma futura regularização migratória, além de lhes possibilitar o acesso aos serviços de saúde na rede pública), permite dispor de dados estatísticos razoavelmente confiáveis sobre imigrantes nessa condição. Os dados refletem um contraste entre os colombianos com visto de permanência em vigor (*tarjeta ou autorización de residencia*) e os colombianos cadastrados nas prefeituras (gráfico 33). A diferença entre as duas curvas indicaria a existência de indocumentados. Nota-se que houve um incremento dos indocumentados entre 2000 e 2003. Enquanto a mesma diferença no primeiro desses anos seria de 545 pessoas, em 2003 seria de 137.225 pessoas. É de salientar que com relação aos

dados do cadastramento do ano 2000, provavelmente no início muitos estrangeiros indocumentados se resistiriam a se cadastrar em função do medo às represálias por parte das autoridades (expulsão, deportação, etc.). Só com o passar do tempo e as sucessivas regularizações migratórias haveria uma maior motivação para se cadastrar nas prefeituras. Por esta razão é muito provável que os dados do ano 2000 não reflitam com precisão a proporção de colombianos indocumentados (Sanabria: op. cit.).

Gráfico 33: Colombianos por “tarjeta o autorización de residencia” em vigor, pessoas “empadronadas” de nacionalidade colombiana e pessoas nascidas na Colômbia “empadronadas” na Espanha, 2000-2008



Fonte: Sanabria (op. cit.) a partir de dados do Anuario Estadístico de Extranjería 2000-2003, Anuario Estadístico de Inmigración 2004-2006, Informe Estadístico nº 4 2007 e Informe Estadístico nº 1 2008, Observatorio Permanente de Inmigración, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, España. Explotación Estadística del Padrón municipal a 1 de enero de 2008, Instituto Nacional de Estadística, España.

De acordo com Sanabria (op. cit.), a partir de 2004 e principalmente em 2005 com o processo de regularização migratória desse ano na Espanha, observa-se uma diminuição dos

indocumentados. Assim, em 2007, a maioria dos colombianos (97%) cadastrados nas prefeituras estava documentada. Contudo, em 2008, essa porcentagem se reduziria a 94%. Os imigrantes colombianos, comparados com o resto dos imigrantes provenientes da América Latina, estariam no grupo (junto com os cubanos, equatorianos, peruanos e dominicanos) que possui uma maior proporção de imigrantes documentados (cerca de 90%), enquanto os argentinos, mexicanos, uruguaios e venezuelanos atingem entre o 60% e 70%, em contraste com os brasileiros e bolivianos que alcançam 30% e 40%.

Por outro lado, haveria a diminuição do número de cadastrados nas prefeituras (*empadronados*) entre 2005 e 2007 (gráfico 33). Este fato estaria associado em especial com a aquisição da nacionalidade espanhola de muitos colombianos, os quais deixariam de aparecer como estrangeiros no registro da prefeitura (*padrón*). Por esse motivo, nota-se a diminuição dos “*empadronados*” (cadastrados) de nacionalidade colombiana e um incremento do número de “*empadronados*” cujo país de origem é a Colômbia. Nesse sentido, destaca-se que entre o período de 2000 e 2006 cerca de 30 mil colombianos teriam adquirido a nacionalidade espanhola (Sanabria: op. cit.).

No caso brasileiro é ainda mais difícil quantificar a magnitude dos imigrantes indocumentados, já que os registros são escassos e não existe, a diferença da Espanha, um cadastro na prefeitura, que mais adiante sirva para se favorecer em uma futura anistia migratória. Não obstante, a princípio, o imigrante (documentado ou não) teria acesso ao atendimento na rede pública de saúde e seus filhos a escola pública. Conforme, Illes et al. (2009), o número total de imigrantes registrados no Brasil em 2009 era de 1.250.000. Quanto aos indocumentados, o Serviço Pastoral dos Migrantes, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), calculava em 2008 que houvesse cerca de 600 mil, principalmente provenientes da Bolívia (em torno de 75 mil), do Paraguai, do Chile, Argentina e Colômbia. Os cálculos oficiais são bem menores, assim, o Ministério do Trabalho, calculava que houvesse em torno de 180 mil indocumentados, cerca de uma quinta parte do total de estrangeiros registrados no Brasil. Muitos destes imigrantes apenas ganhariam o equivalente a duzentos dólares, dos quais, enviariam cinquenta para suas famílias¹²¹.

Apesar disso, as estimativas do Ministério da Justiça ainda seriam inferiores, de acordo com declarações do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto,

¹²¹ http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080320_imigracaobrasililegais.shtml [acessada em 04 de fevereiro de 2009].

quem afirmara que até o fim de 2008, o país deveria editar uma lei de anistia migratória, que iria “regularizar” os “cerca de 50 mil estrangeiros” que viviam “ilegalmente” no Brasil¹²². Pois bem, essa tão prometida anistia chegaria apenas em meados de 2009. A anterior teria acontecido onze anos antes, como mencionado antes.

Quanto ao tema dos indocumentados colombianos, a minha hipótese é de que tanto no Brasil quanto na Espanha a sua proporção é pequena. Por outro lado, é importante levar em conta que na Espanha existe a figura das regularizações por circunstâncias excepcionais, mecanismo que possibilita regularizar a situação migratória. Contrariamente à Espanha, o Brasil, além de não ser um país importante no destino dos fluxos migratórios de colombianos, ele é visto, em geral, como um lugar de desterritorialização temporária.

Entre as probabilidades de encontrar-se indocumentado no Brasil está o fato de que a solicitação de asilo tenha sido indeferida nas diferentes instâncias. A maioria de colombianos nesta condição, como eu evidenciei em São Paulo, preferem continuar seu périplo por outros países da América do Sul (Chile, Argentina ou Guiana Francesa) ou regressar à Colômbia (mesmo sendo cientes do risco que correm), ao invés de permanecer indocumentados no Brasil. A única exceção a constituiria a população que reporta o ACNUR e outras organizações da sociedade civil, que se encontra assentada no estado do Amazonas. Mesmo assim, do ponto de vista quantitativo, as estimativas são bastante acertadas em relação com a mesma (17.000 pessoas). Muitas delas provavelmente moradores de localidades fronteiriças (departamentos do Vaupés e do Amazonas), entre elas indígenas, atingidos pela intensificação e desterritorialização do conflito.

No referente aos indocumentados colombianos creio que não se trata de um problema de quantificação. Salvo o mencionado acima, estimo que o número de indocumentados colombianos no Brasil seja evidentemente pequeno, se comparado com os imigrantes de origem boliviana, paraguaia, chilena, argentina, peruana, chinesa, etc. E para ilustrar esta afirmação acudo à mesma fonte que citei antes (a Pastoral dos Migrantes), que tem um escritório de atendimento no bairro do Pari, em São Paulo. No artigo que cito a continuação curiosamente não são mencionados os colombianos indocumentados. Este artigo compreende um relatório dos três anos de existência do mencionado escritório. Nele, de acordo com o diretor desta entidade:

“O Centro de Apoio ao Migrante - instituição criada em 22 de julho de 2005 pelo Serviço Pastoral dos Migrantes - é uma entidade filantrópica ligada à CNBB (Conferência Nacional

¹²² <http://www1.folha.uol.com.br/folha/podcasts/ult10065u466676.shtml> [acessada em 20/03/2009].

dos Bispos do Brasil) e gerida por um Conselho Político e Pedagógico Multidisciplinar. O Centro de Apoio atua diretamente no atendimento às vítimas e no enfrentamento ao tráfico de imigrantes - especialmente sul-americanos "contrabandeados" da Bolívia, Paraguai e Peru para trabalharem em condições análogas à escravidão nas oficinas de costuras de São Paulo. Em linhas gerais, o principal trabalho do Centro consiste em regularização migratória, assessoria jurídica especializada, assistência psicossocial, articulação com organismos governamentais e não governamentais. De julho de 2005 a julho de 2008, portanto, em três anos de trabalho, passaram pelo Centro de Apoio mais de 18 mil imigrantes de 20 nacionalidades. Entre os imigrantes que procuram pelo atendimento no CAMI 90% são oriundos da Bolívia, 3,5% do Paraguai, 3% do Peru. A alta procura dos imigrantes bolivianos deve-se ao acordo de Regularização Migratória firmado entre Brasil e Bolívia em 2005 (que possibilitou a regularização migratória desses nacionais mediante o preenchimento de certos requisitos). Os imigrantes procuram o Centro principalmente para regularizar sua situação migratória, denunciar trabalho degradante e escravo, violência contra a mulher, exploração de menores, violência institucional¹²³”.

De acordo com o anterior, se 3,5% restante fosse de origem colombiana, significaria que hipoteticamente 630 colombianos teriam procurado esse escritório para “regularizar” a sua situação migratória, do qual duvido. Muito provavelmente teria havido atendimento a nacionais colombianos, porém, acredito que em proporções menores, tão pequenas que, como se observa, passaram despercebidos.

Localidades de origem dos colombianos desterritorializados

Em relação às localidades de origem dos colombianos desterritorializados em geral, o censo da Colômbia de 2005, destaca municípios do Valle del Cauca (23,1%), Bogotá (17,6%), Antioquia (13,7%), Risaralda (7%) e Atlântico (5,8%). A Espanha constituiria o primeiro país de destino para as pessoas oriundas de Risaralda e Valle del Cauca, o segundo e terceiro lugar para as pessoas provenientes de Antioquia, Bogotá e Atlântico. Cerca da metade proviria dos municípios de Pereira e de Dosquebradas (departamento de Risaralda).

Quanto à origem dos colombianos, é de ressaltar que a região conhecida como *Eje Cafetero* (eixo cafeeiro) evidenciaria um crescente fluxo, em especial desde meados da década de noventa. A região denominada como *Eje Cafetero*, está localizada no centro-oeste do país, e compreende os departamentos de Caldas, Quindío, Risaralda a região nordeste do departamento do Valle del Cauca e o sul do departamento de Antioquia. Essa denominação

¹²³ A íntegra do artigo está disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a10.pdf> [acessada em 24/03/2009].

está ligada à região que mais café produz no país. Os principais núcleos urbanos correspondem às cidades capitais de Manizales, Pereira e Armenia, bem como as suas respectivas áreas metropolitanas. Embora a principal atividade econômica nesta região esteja ligada à cafeicultura, destacam-se também a construção e a atividade imobiliária, o comércio, a indústria, a pecuária, os serviços e o setor financeiro¹²⁴.

O *Eje Cafetero* se tornaria uma das principais regiões de emissão de fluxos de colombianos a raiz da crise cafeeira de finais da década de oitenta, da intensificação da violência ligada ao narcotráfico e à delinquência comum (1998 a 2001) e da insegurança ocasionada pelo ataque de grupos armados. Somado a isso, o panorama pioraria depois do terremoto de 25 de janeiro de 1999, o qual atingiu pelo menos 28 municípios da região.

Existe uma alta correspondência quanto aos principais locais de procedência dos imigrantes colombianos quer nos estudos realizados na Colômbia quer nos feitos na Espanha. De acordo com os últimos, a maioria dos colombianos residentes seria pessoas naturais do *Eje Cafetero*, enquanto Bogotá seria uma espécie de “escala intermediária” no processo de desterritorialização em direção à Espanha. Por outro lado, apresentar-se-ia também uma grande coincidência entre os locais de origem dos imigrantes e a presença de casas de câmbio nos lugares de residência, novamente aqui se destacaria a região do *Eje Cafetero*, principalmente o departamento de Risaralda (Cruz et al.: op. cit.).

Além das localidades anteriormente mencionadas, os desterritorializados provêm dos departamentos que fazem fronteira com o Equador (Nariño, Putumayo e Caquetá), com a Venezuela (Santander do Norte e do Sul), com a Venezuela, o Brasil e o Peru (Vaupés, Guainía e Amazonas) e, finalmente, com o Panamá (Chocó).

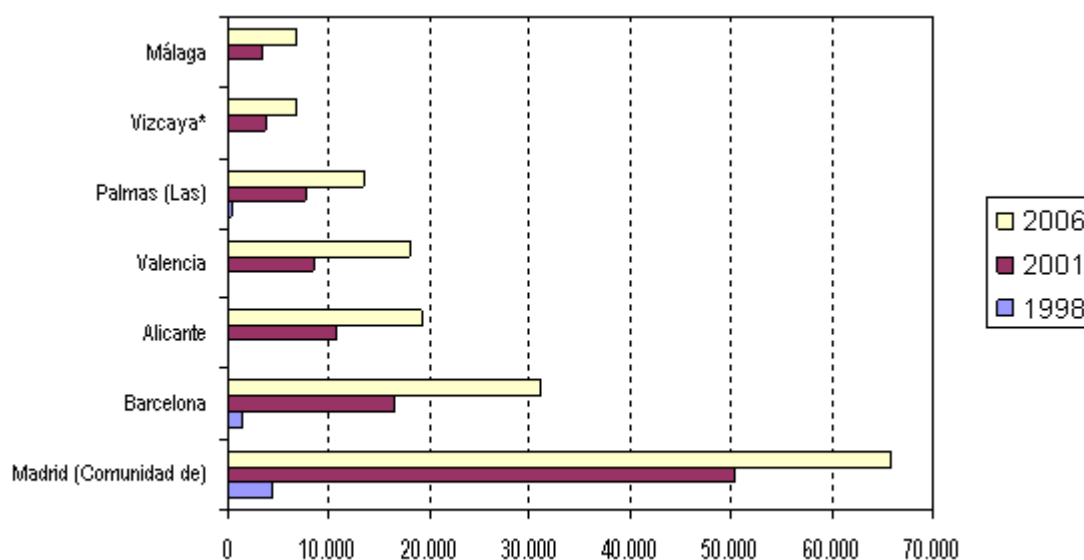
Localidades de destino dos desterritorializados colombianos

Os motivos de trabalho determinam em boa parte a concentração dos colombianos desterritorializados nas capitais de província e nas grandes cidades espanholas com mais de cem mil habitantes, como é o caso de Madri e Barcelona. Contudo, os fluxos também se dirigem a localidades menores, nas quais predominam atividades turísticas ou agrícolas (Murcia e Almería), conforme Cruz et al. (op. cit.). Da mesma forma, observar-se-ia uma grande mobilidade ao interior do território espanhol, em função da necessidade de procurar melhores oportunidades de trabalho.

¹²⁴ No início do século XX, o café constituiu a metade das exportações na Colômbia, as quais incrementam gradativamente até atingir, em meados deste mesmo século, a maioria das exportações (75%).

Entre 1998 e 2006 as Comunidades Autônomas onde residia o maior número de colombianos (cerca de 70%) foram: Madri, Catalunha, Andaluzia, Valenciana e Canárias. Em 1998 a maioria (três quartas partes) moraria nas províncias de Madri e Barcelona, enquanto em 2006 estas cidades albergariam cerca do quarenta por cento desta população, o qual indicaria hoje uma maior dispersão. Além dessas províncias, Alicante, Valência e Palmas constituiriam destinos importantes (vide gráfico 34). Assim, por exemplo, podemos observar que em menos de uma década (1998 e 2006) a população colombiana que morava na província de Barcelona aumentaria em mais de vinte vezes, algo semelhante aconteceria em Madri. A preferência por cidades como Madri ou Barcelona estaria associada a melhores oportunidades de emprego, a disponibilidade e qualidade de serviços públicos e a existência de redes sociais de apoio e suporte (Cruz et al.: op. cit.).

Gráfico 34: Províncias com maior presença de imigrantes colombianos: 1998-2006



Fonte: Cruz et altri, 2008 a partir de dados do Ministério do Interior e do INE.

Os colombianos no Brasil, da mesma forma que acontece na Espanha, também preferem as grandes cidades, como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e Manaus, esta última é o principal destino das populações amazônicas atingidas pelo conflito, como já mencionei.

Anexo 3

Guía de entrevista

Este guía se nutrió del experimentado por Stephanie Arsenault, (2006) en su investigación sobre exiliados colombianos en Canadá: “Transnacionalismo: El caso de los refugiados colombianos en Québec”. A este agregué algunas cuestiones que me parecieron pertinentes.

Una vez explicitado el objetivo de la investigación se procedió a la lectura del formulario de consentimiento con el (la) participante.

=> *Lectura de la carta de consentimiento con el o la participante*

=> *Firma de la carta de consentimiento con el o la participante.*

En esta entrevista hablaremos de algunos temas en particular: sobre su vida en Colombia y luego sobre su vida en Brasil. Abordaremos temas relacionados con las dimensiones familiares, profesionales, económicas, ocupacionales y religiosas de su vida.

Estos temas se *trataran en el orden que convenga según la evolución del encuentro y según la orientación que querrá dar el entrevistado o la entrevistada.*

Pregunta clave: Quisiera que usted empiece con hacerme un retrato de su familia, la que está en Sao Paulo o Barcelona, respectivamente, y la que está en Colombia, que me la presente con todos los detalles posibles.

- Carta de consentimiento –

Yo, _____, acepto participar en la investigación que el señor Rafael Estrada Mejía realiza para la obtención de su grado de doctor en antropología en la Universidad Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil.

Beneficios: Entiendo que esta investigación contribuirá a comprender mejor la formación de nuevas identidades y nuevos grupos de inmigrantes en ciudades cada día más diversas, así como el rol que estos nuevos grupos pueden jugar en la transformación de la relación entre el Estado y la sociedad civil a través de su participación en las estructuras e instituciones locales.

Riesgos y Costos: Comprendo que participaré en una o dos entrevistas que tendrán una duración de más o menos 90 minutos o la duración de tiempo que esté dispuesto/a a contribuir. Entiendo que soy libre de contestar, o no, a las preguntas según mi deseo. Entiendo que la participación en este trabajo implica temas de discusión, tales como:

- Mi historia de inmigración.
- Mis actividades pasadas o actuales, profesionales o voluntarias.
- Mis impresiones de la comunidad Colombiana en Sao Paulo o Barcelona
- Mis opiniones sobre asuntos relacionados con la comunidad Colombiana en Sao Paulo o Barcelona, como su integración, liderazgo y representación.

Retiro: Entiendo que mi participación en este estudio es enteramente voluntaria y que puedo suspenderla en cualquier momento y según mi deseo.

Confidencialidad: Entiendo que me van a informar sobre la utilización de toda o parte de la información que voy a entregar durante esta entrevista. Entiendo que mi nombre no será asociado con la información dada durante esta entrevista sin mi permiso expreso.

Anonimato: Entiendo que cualquier información personal dada durante la entrevista estará protegida a través del mantenimiento de mi anonimato.

Se me ha entregado una copia de este formulario de consentimiento. Se me ha informado/a sobre el presente estudio y entiendo completamente el propósito de este. Elijo participar libremente.

Firmado

Fecha

Si usted tiene alguna pregunta sobre este estudio, por favor contactar a:

Rafael Estrada Mejía (investigador)

Teléfono

Correo electrónico

Datos sobre los participantes

Fecha y hora de la entrevista:

Lugar de realización de la entrevista:

Nombres completos:

Edad:

Sexo:

Fecha de la llegada a Brasil a España, respectivamente:

Lugar de procedencia en Colombia:

Lugar de instalación en Brasil en España, respectivamente:

Situación familiar:

Número de hijos:

Formación profesional:

Otras informaciones pertinentes:

En Colombia

¿Cuándo y dónde nació?

Hágame una descripción de su casa, de su barrio, de su ciudad.

¿Cuáles eran y cómo eran las fiestas más importantes en su ciudad natal?

¿Cual era/es la principal actividad económica de su ciudad?

Hábleme de las condiciones de vida en su país de origen.

¿Qué hacían sus padres allá? ¿Y usted?

Hábleme de su infancia (juegos, convivencia con otros niños, escuela, cotidianidad en el campo o la ciudad).

¿Cómo transcurría el tiempo?

LA FAMILIA

Hábleme de su situación familiar en Colombia.

¿Qué tipo de relaciones tenía usted con su familia en Colombia?

¿Con qué frecuencia y en qué ocasiones se veían?

EN EL PLANO ECONÓMICO

Hábleme de su situación económica allá.

¿Cómo era su situación económica en Colombia?

¿De qué manera usted solventaba sus necesidades económicas?

¿Qué tipo de colaboración económica se veía en el seno familiar?

EN EL PLANO PROFESIONAL Y DE TRABAJO

Hábleme de sus experiencias de trabajo en Colombia.

¿Cuál es su experiencia en cuanto a trabajo en Colombia?

¿Cuál es el nivel académico que usted alcanzó en Colombia? ¿Qué ha estudiado?

EN EL PLANO POLÍTICO

Hábleme de su opinión en cuanto a la situación sociopolítica en Colombia.

¿Usted participaba en las elecciones o en la vida política en Colombia?

¿Usted participaba de alguna manera en asuntos políticos, en su comunidad o en Colombia?

EN EL PLANO RELIGIOSO

Hábleme de la importancia que tenía la religión en su vida en Colombia.

¿Usted frecuentaba alguna iglesia o grupo religioso de manera asidua?

¿Qué importancia concreta tenía la vivencia espiritual en su vida en Colombia?

LOS MOTIVOS DE SALIDA (ejemplo para el caso de Brasil)

Cuénteme cuales fueron las circunstancias de su salida de Colombia.

¿Qué me puede contar de las circunstancias o de los motivos que lo llevaron a salir de Colombia y venirse para Brasil?

¿Cuáles eran sus expectativas al venirse para Brasil?

¿Cómo reaccionaron sus familiares ante su salida del país?

¿Sus familiares están al tanto de los motivos por los cuales usted está aquí?

TRAYECTORIA

¿Cuándo migró para Brasil?

¿Cuál fue su itinerario?

¿Cuál fue el procedimiento para salir de su país? (documentos, exámenes exigidos, etc.)

¿Había otros posibles lugares para donde usted quería migrar? ¿Cuáles?

¿De qué manera Brasil surgió como alternativa?

¿Tuvo algún contacto con algún tipo de propaganda (como anuncio o cartel sobre la migración hacia Brasil?

¿Qué sabía sobre Brasil?

¿Había algún pariente, amigo o conocido en Brasil?

¿Qué idealizaba con el viaje? (ideales, expectativas, sueños, aspiraciones, etc.)

Cuénteme como fue la organización del viaje. ¿Quién lo/la ayudó (o a su familia) en el viaje?

¿Quién vino con usted?

¿Qué trajo consigo?

Hábleme de su equipaje.

Cuénteme cómo fue el viaje: rutina, horarios, alimentación, descanso, medio de transporte, duración del viaje, etc.

¿Estableció contacto con personas de otras nacionalidades? (en el barco, avión, etc.).

En Brasil

LA FAMILIA

Hábleme de la relación con su familia ahora que usted está en Brasil.

¿Con qué personas usted guarda contactos en Colombia?

¿De qué manera se comunica con cada una de estas personas?

¿Con qué frecuencia se comunica con ellas?

¿Cuáles son los motivos por los cuales comunica con ellas?

¿Tiene usted otros familiares aquí en Brasil? Si es el caso, ¿cuál es su relación con ellos?

EN EL PLANO ECONÓMICO

Hábleme un poco de su situación económica aquí en Brasil desde su llegada.

¿De qué manera usted subviene (solventa) a sus necesidades ahora?

¿Manda usted dinero o cosas a Colombia? Si es el caso, ¿para quiénes?

¿Por qué motivos usted manda dinero o cosas a Colombia?

¿Recibe usted dinero o cosas de Colombia? Si es el caso, ¿de parte de quién?

EN EL PLANO PROFESIONAL Y DE TRABAJO

Hábleme ahora de su situación profesional o de trabajo aquí.

¿Cuál es su situación en el plano del trabajo?

¿Su trabajo aquí requiere mantener algún contacto con Colombia?

EN EL PLANO POLÍTICO Y ORGANIZACIONAL

¿Usted mantiene algún compromiso político con Colombia? Por ejemplo, ¿usted esta pendiente de los acontecimientos políticos allá? o ¿Piensa usted votar en las elecciones de Colombia?

¿Conoce usted organizaciones que trabajan principalmente o en parte con colombianos o para Colombia?

¿Frecuenta, participa o utiliza usted estas organizaciones? Si es el caso, ¿por qué razones?

¿Que piensa usted de las organizaciones de colombianos que existen aquí en (la ciudad de) Sao Paulo?

¿Usted frecuenta muchos colombianos en Sao Paulo? En cada caso, ¿por qué motivos lo hace o no lo hace?

¿Qué opina usted de la posibilidad de ejercer algún día un derecho de voto en Brasil o en Sao Paulo?

EN EL PLANO RELIGIOSO

Hábleme de su vivencia religiosa aquí... ¿Tiene alguna importancia en su vida?

¿Usted mantiene lazos con Colombia relacionados con la vivencia religiosa?

¿Usted mantiene lazos con colombianos relacionados con la vivencia religiosa?

ESTEREOTIPOS

¿En su opinión, cómo son vistos los colombianos en Brasil, en Sao Paulo?

¿Cómo lidia usted con estos prejuicios, estereotipos?

HACIA EL FUTURO

En el futuro, ¿qué tipo de relación quiere usted mantener con Colombia?

¿Usted piensa adquirir la ciudadanía aquí?

¿Cuáles son sus aspiraciones para el futuro en Colombia?

¿Cuáles son sus aspiraciones para el futuro en Brasil?

¿Qué planes futuros tiene usted en cuanto a la vivencia familiar, profesional, laboral?

¿Qué planes futuros tiene de regreso o de contactos con Colombia?

Evaluación de la experiencia

=> ¿Cómo le ha parecido esta experiencia de entrevista?

=> ¿Qué es lo que le saca de negativo y de positivo?

=> ¿Cómo se siente usted al terminar la entrevista?

Conclusión de la entrevista

=> Le agradezco mucho por haber contestado mis preguntas.

=> ¿Usted tiene algunas preguntas?

=> ¿Lo/la puedo contactar por teléfono en caso de que necesite alguna precisión o información a más?

=> ¿Podría entrevistar algún pariente e/o amigo suyo en Colombia?

=> Informar sobre las organizaciones existentes en caso de necesidad de una ayuda específica.

Redactar un resumen de los puntos culminantes de las entrevistas y algunas impresiones sobre esta.